



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2105

Quarta-feira - 19 de Outubro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Fraiburgo.....	268	Paraíso.....	370
Alto Bela Vista.....	4	Garopaba.....	272	Paulo Lopes.....	371
Anchieta.....	5	Garuva.....	274	Penha.....	372
Arabutã.....	6	Gaspar.....	276	Pinheiro Preto.....	388
Ascurra.....	8	Grão Pará.....	280	Pomerode.....	419
Atalanta.....	12	Guaraciaba.....	281	Ponte Serrada.....	420
Balneário Piçarras.....	15	Guaramirim.....	282	Porto Belo.....	436
Barra Bonita.....	16	Guarujá do Sul.....	283	Porto União.....	438
Barra Velha.....	20	Herval d'Oeste.....	284	Princesa.....	440
Benedito Novo.....	23	Ilhota.....	286	Rio do Sul.....	441
Biguaçu.....	27	Imbituba.....	287	Salto Veloso.....	442
Blumenau.....	35	Indaial.....	289	São Bento do Sul.....	443
Bom Jesus do Oeste.....	48	Ipumirim.....	296	São Domingos.....	450
Bom Retiro.....	49	Irineópolis.....	297	São João do Oeste.....	453
Botuvera.....	51	Itapema.....	304	São João do Sul.....	454
Braço do Trombudo.....	55	Itapoá.....	312	São Joaquim.....	455
Brunópolis.....	56	Ituporanga.....	314	São José.....	461
Brusque.....	202	Jaraguá do Sul.....	315	São Lourenço do Oeste.....	477
Caçador.....	205	Joaçaba.....	331	São Miguel do Oeste.....	478
Camboriú.....	207	Lages.....	334	Schroeder.....	481
Campo Alegre.....	208	Lajeado Grande.....	336	Seara.....	493
Campo Erê.....	220	Lauro Muller.....	337	Serra Alta.....	494
Campos Novos.....	221	Lebon Regis.....	339	Sombrio.....	515
Canoinhas.....	225	Leoberto Leal.....	341	Tijucas.....	516
Capinzal.....	242	Luzerna.....	342	Timbé do Sul.....	517
Catanduvas.....	246	Mafra.....	345	Timbó.....	518
Caxambu do Sul.....	247	Maracajá.....	346	Três Barras.....	519
Chapadão do Lageado.....	248	Massaranduba.....	347	Treze Tílias.....	520
Concórdia.....	254	Meleiro.....	349	Trombudo Central.....	521
Cordilheira Alta.....	256	Modelo.....	350	Urussanga.....	524
Coronel Freitas.....	259	Monte Carlo.....	355	Vargeão.....	525
Correia Pinto.....	260	Morro da Fumaça.....	356	Videira.....	526
Curitibanos.....	261	Nova Trento.....	357	Vitor Meireles.....	531
Dionísio Cerqueira.....	263	Novo Horizonte.....	361	Xavantina.....	532
Doutor Pedrinho.....	264	Palhoça.....	362	Xaxim.....	535
Forquilha.....	266	Papanduva.....	369		

Consórcios

ARIS.....	538
CIMCATARINA.....	538
CIS Nordeste.....	538
CIS/AMFRI.....	539
CIS/AMMVI.....	540
CIS/AMURES.....	541
CIAPS.....	543

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DE ABERTURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016
PREGÃO PRESENCIAL 37/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados que o PROCESSO LICITATÓRIO nº 55/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 37/2016", do do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinado a destinado a contratação de seguro para veículos pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, teve sua abertura alterada para 01/11/2016 às 14h00.

Errata com alterações do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 18 de outubro de 2016
VALTER VALENTIN RAMPAZZO
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 133/2016

DECRETO Nº 133/2016 – DE 10 DE OUTUBRO DE 2016
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALTER VALENTIN RAMPAZZO, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015 um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O recurso a que se refere o "caput" deste artigo será para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.91.00.0.1.0002.0/8 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.0.1.0002.0/9 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de outubro de 2016.
VALTER VALENTIN RAMPAZZO
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 134/2016

DECRETO Nº 134/2016 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2016
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALTER VALENTIN RAMPAZZO, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.618,64 (dezesesseis mil e seiscentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação dos departamentos.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0679/174 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

16 DEFESA CIVIL
01 DEFESA CIVIL
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN.DE DEFESA CIVIL
4.4.90.00.00.0679/174 Aplicações Diretas R\$ 16.618,64
TOTALR\$ 16.618,64

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação recursos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de outubro de 2016
VALTER VALENTIN RAMPAZZO
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 135/2016

DECRETO Nº 135/2016 – DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

"ANULAR TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALTER VALENTIN RAMPAZZO, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.444, de 11 de outubro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 02 DEPTO. DE CULTURA
 13.392.0015.2.033 PROMOÇÃO DE EVENTOS
 3.3.90.00.00.0679/88 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

13.392.0015.2.034 APOIO A PROJETOS E GRUPOS CULTURAIS
 3.3.50.00.00.0679/89 Transferências a Instituições Privadas sem Fins
 Lucrativos R\$ 8.500,00

03 DEPTO. DE ESPORTES
 27.812.0016.1.016 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DESTINADO AO ESPORTE
 4.4.90.00.00.0679/90 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 01 DEPTO. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
 22.661.0020.1.018 ADQUIRIR OU DESAPROPRIAR ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO
 4.4.90.00.00.0679/95 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

15 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL
 01 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL
 22.661.0022.2.049 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 4.4.90.00.00.0679/122 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 TOTAL R\$ 63.500,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

9 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
 10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 3.3.90.00.0.1.0002/9 Aplicações Diretas R\$ 63.500,00
 TOTAL R\$ 63.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de outubro de 2016.
 VALTER VALENTIN RAMPAZZO
 Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 2.444/2016

LEI Nº 2.444/2016 – DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALTER VALENTIN RAMPAZZO, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 02 DEPTO. DE CULTURA
 13.392.0015.2.033 PROMOÇÃO DE EVENTOS
 3.3.90.00.00.0679/88 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

13.392.0015.2.034 APOIO A PROJETOS E GRUPOS CULTURAIS
 3.3.50.00.00.0679/89 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 8.500,00

03 DEPTO. DE ESPORTES
 27.812.0016.1.016 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DESTINADO AO ESPORTE
 4.4.90.00.00.0679/90 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 01 DEPTO. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
 22.661.0020.1.018 ADQUIRIR OU DESAPROPRIAR ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO
 4.4.90.00.00.0679/95 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

15 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL
 01 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL
 22.661.0022.2.049 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 4.4.90.00.00.0679/122 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 TOTAL R\$ 63.500,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

9 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
 10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 3.3.90.00.0.1.0002/9 Aplicações Diretas R\$ 63.500,00
 TOTAL R\$ 63.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de outubro de 2016.
 VALTER VALENTIN RAMPAZZO
 Prefeito Municipal em Exercício

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2016

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2016

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa especializada em manutenção de rede de iluminação pública e fornecimento de materiais elétricos.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 01/11/2016.

Abertura: às 09h do dia 01/11/2016.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 13 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS - 020_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 020/2016

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, para Contratação de empresa para prestação de serviços na área da Odontologia, nas dependências da Carreta do OdontoSesc, compreendendo 1 (um) Odontólogo Clínico e 1 (um) Auxiliar de Saúde Bucal, em regime de empreitada Global, Durante o período de 07/11/16 a 06/12/16. Pago com Recursos do PAB. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 04/11/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 18 de outubro de 2016.

Magli Gisele Roscete – Gestora do FMS

Arabutã

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA LISTA OFICIAL DE ISENTOS CONCURSO 01/2016



PUBLICAÇÃO DA LISTA DOS CANDIDATOS QUE SOLICITARAM ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Agente de Construção e Manutenção			
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	MOTIVO
459024	Anderson Felix Estrai	INDEFERIDO	Não atende os termos do item 3.3.2 - Alínea B, do Edital Nº 001/2016 - Concurso Público.
461784	Fabiano Rosa Das Neves	DEFERIDO	



Agente de Creche			
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	MOTIVO
458708	Vanessa Aparecida Colasso	INDEFERIDO	Não atende os termos do item 3.3.2 - Alínea B, do Edital Nº 001/2016 - Concurso Público.
460467	Gilberto Da Silva	INDEFERIDO	Não atende os termos do item 3.3.2 - Alínea B, do Edital Nº 001/2016 - Concurso Público.

Facilitador de Oficinas			
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	MOTIVO
458210	Cleomar Weber	INDEFERIDO	Não atende os termos do item 3.3.2 - Alínea B, do Edital Nº 001/2016 - Concurso Público.

Motorista			
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	MOTIVO
457947	Dalton Joel Mausolf	INDEFERIDO	Não atende os termos do item 3.3.2 - Alínea A, do Edital Nº 001/2016 - Concurso Público.

Professor de Educação Física			
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	MOTIVO
456534	Daniela Tereza Paludo Gugel	INDEFERIDO	Não atende os termos do item 3.3.2 - Alínea A, do Edital Nº 001/2016 - Concurso Público.
457923	Itamar Francisco Fornari	INDEFERIDO	Não atende os termos do item 3.3.2 - Alínea A, do Edital Nº 001/2016 - Concurso Público.
459835	Leonice Marcia Braatz Wildner	INDEFERIDO	Não atende os termos do item 3.3.2 - Alínea B, do Edital Nº 001/2016 - Concurso Público.

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
 administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br

 			
456614	Lucinei Fatima Deves	INDEFERIDO	Não atende os termos do item 3.3.2 - Alínea A, do Edital Nº 001/2016 - Concurso Público.
457153	Jonatan Da Campo	DEFERIDO	
457562	Rodrigo Luis Busatto	DEFERIDO	

Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	MOTIVO
460420	Iloine Sanders Herbich	DEFERIDO	

Técnico em Enfermagem

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	MOTIVO
461801	Silvana Resmini	DEFERIDO	

Técnico em Esportes

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	MOTIVO
458414	Mauricio Jose Kirst	DEFERIDO	

Fiscal de Tributos e Obras

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	MOTIVO
460926	Raquel Zanandrea	INDEFERIDO	Não atende os termos do item 3.3.2 - Alínea B, do Edital Nº 001/2016 - Concurso Público.
462014	Eduardo Augusto Bohlke	INDEFERIDO	Não atende os termos do item 3.3.2 - Alínea A, do Edital Nº 001/2016 - Concurso Público.
456545	Elizangela Trindade Dias	DEFERIDO	
457043	João Bezerra Gomes Neto	DEFERIDO	
458327	Lucas Martins de Oliveira	DEFERIDO	
461780	Hilda Geni Alves Paixão	DEFERIDO	

Arabutã – SC, 18 de Outubro de 2016.

Comissão Especial de Coordenação

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
 administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2872, de 03/10/2016

DECRETO Nº 2872, de 03 de outubro de 2016.

Abre Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015 e Lei n.º 1460 de 30 de setembro de 2016.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 9.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1008	REURBANIZAÇÃO URBANA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016401	Transf.Convênio -Estado/Outros
	Valor: (9.000,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1012	MELHORAMENTO DA PATRULHA MECANIZADA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016401	Transf.Convênio -Estado/Outros
	Valor: (9.000,00)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 03 de Outubro de 2016.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Município de Ascurra em, 03 de outubro de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2873, de 03/10/2016

DECRETO Nº 2873, de 03 de outubro de 2016.

Abre Crédito Suplementar Por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015 e Lei n.º 1458 de 30 de setembro de 2016.

Art. 1º - Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 80.500,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0364	ENSINO SUPERIOR
04.001.0012.0364.0050	APOIO AO ENSINO SUPERIOR E PROFIS- SIONALIZANTE
04.001.0012.0364.0050.2012	APOIO A EDUCACAO SUPERIOR / BOLSAS DE ESTUDO
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.2010	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (40.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.2013	MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Receitas de Impostos - Educação
	Valor: (25.500,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINAN- ÇAS

03.001.0004.0121.0100.0002	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA
3329000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.0002	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA
3469000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.1004	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (10.000,00)
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.002	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
03.002.0016	HABITACAO
03.002.0016.0482	HABITACAO URBANA
03.002.0016.0482.0115	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
03.002.0016.0482.0115.2064	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0361.0040.1006	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DO ENSINO FUNDAME
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Receitas de Impostos - Educação
	Valor: (20.250,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.1005	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DO ENSINO INFANTI
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Receitas de Impostos - Educação
	Valor: (5.250,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA

04.002.0013	CULTURA
04.002.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
04.002.0013.0392.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0013.0392.0060.1039	IMPLANTAÇÃO CENTRO CULTURAL
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0027	DESPORTO E LAZER
04.002.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
04.002.0027.0812.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0027.0812.0060.1036	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0027	DESPORTO E LAZER
04.002.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
04.002.0027.0812.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0027.0812.0060.1038	CONSTRUÇÃO DE CENTRO POLIESPORTIVO
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1012	MELHORAMENTO DA PATRULHA MECANIZADA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (10.000,00)
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1013	CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ONIBUS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Acurra em, 03 de Outubro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Acurra em, 03 de outubro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2874, de 03/10/2016

DECRETO Nº 2874, de 03 de Outubro de 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar do Provável Excesso de Arrecadação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 17.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1008	REURBANIZAÇÃO URBANA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016401	Transf.Convênio -Estado/Outros
	Valor: (17.000,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do provável excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 03 de Outubro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 03 de outubro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2875, de 03/10/2016

DECRETO Nº 2875, de 03 de Outubro de 2016.

Abre de Crédito Suplementar por Transposição de Dotação Para o Fundo Municipal de Saúde.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - Abre no orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 180.000,00, por transposição de dotação, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE

05.001.0010.0301.0070.2024	MANUTEÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Receitas de Impostos - Saúde
	Valor: (180.000,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, por transposição de dotação, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (65.000,00)
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001.0020	AGRICULTURA
06.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
06.001.0020.0606.0090	AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
06.001.0020.0606.0090.1015	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
07.001.0015.0452.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0452.0030.2016	MANUT. DEPTO. DE OBRAS E ESTRADAS DE RODAGEM
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (90.000,00)
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001.0026	TRANSPORTE
07.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
07.001.0026.0782.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0026.0782.0030.1011	CONSTRUÇÃO DE PONTES E GALERIAS PLUVIAIS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)

10	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLV. ECON. E TURISMO
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLV. ECON. E TURISMO
10.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
10.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL
10.001.0023.0691.0025	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISTICO
10.001.0023.0691.0025.2017	MANUT. ATIVIDADES DESENV. ECONOMICO E TURISMO
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 03 de Outubro de 2016.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Município de Ascurra em, 03 de outubro de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2876, de 03/10/2016

DECRETO Nº 2876, de 03 de Outubro de 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 5.111,95, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.2010	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013703	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche
	Valor: (5.111,95)

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 03 de Outubro de 2016.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Município de Ascurra em, 03 de outubro de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2877, de 03/10/2016

DECRETO Nº 2877, de 03 de Outubro de 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 224,37, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
07.001.0015.0452.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0452.0030.2016	MANUT. DEPTO. DE OBRAS E ESTRADAS DE RODAGEM
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010700	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE
	Valor: (224,37)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 03 de Outubro de 2016.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Município de Ascurra em, 03 de outubro de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 038/2016

DECRETO Nº 038/2016.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1476 de 08 de julho de 2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 15 de julho de 2016.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 039/2016

DECRETO Nº 039/2016.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1449 de 19 de novembro de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0097.2.040 – Manutenção da Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0097.2.040 – Manutenção da Vigilância Sanitária

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 15 de julho de 2016.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 040/2016

DECRETO Nº 040/2016.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1471 de 30 de maio de 2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.037 – Manutenção Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI

3.3.71.00.00.00.00.00.0082 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.000,00

3.3.93.00.00.00.00.00.0082 – Aplicação Direta Decor. de Op. entre Órgãos... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 10 de agosto de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 041/2016

DECRETO Nº 041/2016.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1478 de 25 de agosto de 2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 30 de agosto de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1479/2016

LEI Nº 1479/2016

Estabelece Modificações na Lei Municipal Nº. 1.334, de 30 de agosto de 2013, que Dispõe sobre o PPA para o quadriênio 2014/2017, e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica incluída para o Exercício de 2017, a Conta Despesa 3.1.90.00.00.00.00.00.0080; no Programa 0079 – ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, na Lei Municipal nº. 1.334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO: 03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE: 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROGRAMA: 79 – ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
AÇÃO: 2048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
Função: 08 – Assistência Social
Sub-Função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas 45.000,00

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do Exercício de 2017:

ÓRGÃO: 03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE: 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROGRAMA: 79 – ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
AÇÃO: 2048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
Função: 08 – Assistência Social
Sub-Função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas 45.000,00

Art. 3º - Fica incluída para o Exercício de 2017, a Conta Despesa 3.3.50.00.00.00.00.00.0080; no Programa 0070 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, na Lei Municipal nº. 1.334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação:

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0070.2.044 – Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Lucr... R\$ 35.000,00

Art. 4º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 3º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do Exercício de 2017:

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0070.2.044 – Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
3.3.71.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 35.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 23 de setembro de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1480/2016

LEI Nº 1480/2016

"Institui o Dia Municipal do Ciclismo no município de Atalanta, Estado de Santa Catarina e dá Outras Providências".

TARCÍSIO POLASTRI, Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores e os Vereadores Mirins aprovaram e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o dia 19 de março como Dia Municipal do Ciclismo.

Art. 2º - O dia instituído no artigo 1º passa a constar no Calendário Oficial de Eventos do Município. Sendo comemorado com festividades, alusivo a conscientização da prática de esportes almejando uma sadia qualidade de vida a toda a população.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 18 de outubro de 2016.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 099/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 099/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o art. 35 inciso VII da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar o Senhor JAIR JOCHEM, do cargo de Diretor de Departamento, a partir de 05 de outubro de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta

05 de outubro de 2016

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 100/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 100/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o art. 35 inciso VI da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar por Aposentadoria a Servidora IVONETE KRAUSE, do cargo de Agente Comunitário de saúde, a partir de 10 de outubro de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta

10 de outubro de 2016

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 101/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 101/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria nº 221/2013, que designa MARCIO ALEXANDRE DEMARCHI, a responder pelo Setor de Obras e Postura, a partir de 10 de outubro de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta

10 de outubro de 2016

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

REEQUILÍBRIO DE PREÇOS 08/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

REEQUILÍBRIO Nº09/2016 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2015 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016 – FMS

Visando manter a margem de lucro anteriormente pactuada, fica alterado o preço do seguinte item:

ÁCIDO FÓLICO 5mg (item 05), cujo valor constante em ata é de R\$0,029 fica alterado para R\$0,052

Balneário Piçarras(SC), 14 de outubro de 2016.

Dorval Vieira de Oliveira – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

REEQUILÍBRIO DE PREÇOS 09/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

REEQUILÍBRIO Nº09/2016 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2015 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016 – FMS

Visando manter a margem de lucro anteriormente pactuada, fica alterado o preço do seguinte item:

IBUPROFENO IBUPRIL 600mg (item 119), cujo valor constante em ata é de R\$0,06 fica alterado para R\$0,072.

Balneário Piçarras(SC), 14 de outubro de 2016.

Dorval Vieira de Oliveira – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016 GABARITO FINAL – APÓS OS RECURSOS

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

GABARITO FINAL – Após os recursos

O Prefeito de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina Sra. DARCI JOÃO FRIZON, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, o Gabarito Final – Após os recursos, conforme segue:

SERVENTE			AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS						AUXILIAR DE CRECHE					INSTRUTOR DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	
	Tipo de Prova			Tipo de Prova						Tipo de Prova					Tipo de Prova
	1			1	2	3	4			1	2	3			1
1	B		1	B	C	D	A		1	D	A	B		1	A
2	D		2	D	A	B	C		2	C	D	A		2	C
3	C		3	C	D	A	B		3	D	A	B		3	B
4	B		4	B	C	D	A		4	C	D	A		4	D
5	D		5	B	C	D	A		5	B	C	D		5	C
6	C		6	D	A	B	C		6	D	A	B		6	A
7	B		7	C	D	A	B		7	A	B	C		7	A
8	C		8	A	B	C	D		8	C	D	A		8	A
9	B		9	B	C	D	A		9	A	B	C		9	C
10	C		10	D	A	B	C		10	D	A	B		10	B
11	C		11	B	C	D	A		11	B	C	D		11	D
12	A		12	D	A	B	C		12	C	D	A		12	C
13	B		13	B	C	D	A		13	B	C	D		13	B
14	D		14	A	B	C	D		14	D	A	B		14	A
15	C		15	B	C	D	A		15	B	C	D		15	B
16	C		16	C	D	A	B		16	D	A	B		16	D
17	D		17	D	A	B	C		17	C	D	A		17	C
18	B		18	B	C	D	A		18	B	C	D		18	B
19	B		19	B	C	D	A		19	C	D	A		19	C
20	C		20	C	D	A	B		20	A	B	C		20	A

INSTRUTOR DE INFORMÁTICA						PROFESSOR ANOS INICIAIS - Habilitado						PROFESSOR ANOS INICIAIS – Não Habilitado	
	Tipo de Prova						Tipo de Prova						Tipo de Prova
	1	2	3	4			1	2	3	4			1
1	D	A	B	C		1	C	D	A	B		1	B
2	A	B	C	D		2	B	C	D	A		2	D
3	C	D	A	B		3	B	C	D	A		3	C
4	A	B	C	D		4	A	B	C	D		4	A
5	B	C	D	A		5	C	D	A	B		5	B
6	C	D	A	B		6	B	C	D	A		6	A
7	D	A	B	C		7	D	A	B	C		7	C
8	A	B	C	D		8	A	B	C	D		8	A
9	B	C	D	A		9	D	A	B	C		9	D
10	A	B	C	D		10	B	C	D	A		10	B
11	B	C	D	A		11	C	D	A	B		11	D

12	A	B	C	D		12	A	B	C	D		12	C
13	D	A	B	C		13	D	A	B	C		13	C
14	C	D	A	B		14	A	B	C	D		14	D
15	C	D	A	B		15	B	C	D	A		15	B
16	D	A	B	C		16	A	B	C	D		16	A
17	C	D	A	B		17	B	C	D	A		17	B
18	B	C	D	A		18	D	A	B	C		18	D
19	C	D	A	B		19	C	D	A	B		19	C
20	A	B	C	D		20	D	A	B	C		20	D

PROFESSOR ARTES – Não Habilitado					PROFESSOR DE CIÊNCIAS –Habilitado					PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – Habilitado					PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – Não Habilitado				
Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova				
1					1					1 2 3 4					1				
1	B				1	C				1	A	B	C	D	1	A			
2	A				2	B				2	B	C	D	A	2	B			
3	C				3	C				3	C	D	A	B	3	C			
4	B				4	B				4	D	A	B	C	4	D			
5	C				5	D				5	D	A	B	C	5	D			
6	B				6	A				6	B	C	D	A	6	B			
7	A				7	B				7	C	D	A	B	7	C			
8	C				8	D				8	D	A	B	C	8	D			
9	A				9	D				9	A	B	C	D	9	A			
10	B				10	C				10	B	C	D	A	10	B			
11	C				11	D				11	C	D	A	B	11	C			
12	D				12	D				12	D	A	B	C	12	D			
13	A				13	B				13	A	B	C	D	13	A			
14	B				14	B				14	B	C	D	A	14	B			
15	C				15	A				15	C	D	A	B	15	C			
16	A				16	A				16	A	B	C	D	16	A			
17	B				17	B				17	B	C	D	A	17	B			
18	D				18	D				18	D	A	B	C	18	D			
19	C				19	C				19	C	D	A	B	19	C			
20	D				20	D				20	D	A	B	C	20	D			

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Habilitado					PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – Não Habilitado					PROFESSOR DE GEOGRAFIA – Habilitado		
Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova		
1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	
1	C	D	A	B	1	D	A	B	C	1	C	D
2	B	C	D	A	2	B	C	D	A	2	D	A
3	D	A	B	C	3	D	A	B	C	3	B	C
4	C	D	A	B	4	B	C	D	A	4	A	B
5	C	D	A	B	5	B	C	D	A	5	C	D
6	A	B	C	D	6	D	A	B	C	6	B	C
7	B	C	D	A	7	C	D	A	B	7	A	B
8	D	A	B	C	8	A	B	C	D	8	D	A
9	D	A	B	C	9	C	D	A	B	9	C	D
10	A	B	C	D	10	A	B	C	D	10	B	C
11	C	D	A	B	11	C	D	A	B	11	D	A

12	D	A	B	C	12	A	B	C	D	12	A	B
13	B	C	D	A	13	C	D	A	B	13	B	C
14	A	B	C	D	14	D	A	B	C	14	A	B
15	B	C	D	A	15	B	C	D	A	15	ANULADA	ANULADA
16	A	B	C	D	16	A	B	C	D	16	A	B
17	B	C	D	A	17	B	C	D	A	17	B	C
18	D	A	B	C	18	D	A	B	C	18	D	A
19	C	D	A	B	19	C	D	A	B	19	C	D
20	D	A	B	C	20	D	A	B	C	20	D	A

*Após análise de recursos interpostos, a questão de nº 15 foi anulada para todos os tipos de provas do cargo de Professor de Geografia – Habilitado.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA – Não Habilitado				PROFESSOR DE HISTÓRIA – Habilitado				PROFESSOR DE HISTÓRIA – Não Habilitado			
Tipo de Prova		Tipo de Prova		Tipo de Prova		Tipo de Prova		Tipo de Prova		Tipo de Prova	
1		1		2		1		1		1	
1	B	1	A	B		1	A			1	A
2	A	2	C	D		2	C			2	C
3	C	3	D	A		3	B			3	B
4	D	4	A	B		4	A			4	A
5	D	5	D	A		5	B			5	B
6	C	6	C	D		6	C			6	C
7	A	7	B	C		7	D			7	D
8	B	8	A	B		8	B			8	B
9	D	9	B	C		9	C			9	C
10	C	10	D	A		10	B			10	B
11	B	11	A	B		11	A			11	A
12	A	12	C	D		12	B			12	B
13	A	13	A	B		13	C			13	C
14	B	14	B	C		14	A			14	A
15	D	15	B	C		15	C			15	C
16	A	16	A	B		16	A			16	A
17	B	17	B	C		17	B			17	B
18	D	18	D	A		18	D			18	D
19	C	19	C	D		19	C			19	C
20	D	20	D	A		20	D			20	D

PROFESSOR DE PORTUGUÊS – Habilitado				PROFESSOR DE PORTUGUÊS – Não Habilitado				PROFESSOR MATEMÁTICA – Não Habilitado			
Tipo de Prova		Tipo de Prova		Tipo de Prova		Tipo de Prova		Tipo de Prova		Tipo de Prova	
1		1		1		1		1		1	
1	B	1	C			1	C			1	C
2	A	2	B			2	D			2	D
3	D	3	D			3	C			3	C
4	C	4	A			4	D			4	D
5	A	5	D			5	B			5	B
6	C	6	B			6	C			6	C
7	B	7	C			7	C			7	C
8	D	8	A			8	C			8	C
9	D	9	D			9	B			9	B
10	C	10	C			10	B			10	B

11	B	11	B		11	B
12	A	12	A		12	C
13	D	13	D		13	C
14	C	14	A		14	B
15	A	15	C		15	C
16	A	16	A		16	A
17	B	17	B		17	B
18	D	18	D		18	D
19	C	19	C		19	C
20	D	20	D		20	D

Barra Bonita – SC, 18 de outubro de 2016.

DARCI JOÃO FRIIZON

Prefeito

Barra Velha

PREFEITURA

43º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 01/2012

43º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 01/2012
1ª fase e 2ª fase - Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, a 42ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos da 1ª e 2ª fase, do Concurso Público, conforme item 9.2, do Edital nº. 01/2012, para o seguinte cargo:

PREFEITURA
Nível Superior
Assistente Social
Enfermeiro

Nível Médio Técnico
Técnico em Radiologia

Nível Médio
Agente Administrativo

Ensino Fundamental
Auxiliar Administrativo

EDUCAÇÃO
Nível Superior na área da Saúde
Equipe Multidisciplinar
Psicólogo

Nível Médio
Equipe Setorial Técnica Administrativa
Agente Administrativo

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, o candidato relacionado no item 6.1, que deverá apresentar os seguintes documentos:

- Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;
- Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
- Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net), e respectivo

registro no conselho de classe, quando exigido;

j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net);

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

l) Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);

m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.

n) Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net);

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo o candidato apresentar todos os documentos acima relacionados na data e local determinados no presente Edital, sob pena de eliminação.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 O candidato deve apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames (com prazo máximo de 60 dias):

- hemograma completo;
- contagem de plaquetas;
- parcial de urina;
- creatinina;
- uréia;
- sorologia para lues;
- glicemia de jejum;
- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA, com laudo;
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião;
- vacina anti-rubéola.

2.1.1 Para candidata do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescidos eletrocardiograma com laudo médico (com prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescidos Colesterol Total e Triglicerídeos (com prazo máximo de 30 dias).

2.4 Para os candidatos de ambos os sexos aos cargos de professores de educação física e cargos com função de Cozinheira, Zelador,

Pedreiro, Carpinteiro, Eletricista, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Operador de Máquinas, Mecânico, Soldador, Vigia, Coveiro, Calceteiro, Roçador, Padeiro serão acrescidos exames radiológicos, com laudo, da coluna lombo-sacra e bacia (com prazo máximo de 30 dias).

2.5 Para os candidatos, de ambos sexos, aprovados para os cargos de Professor, serão acrescidos os seguintes exames:

- Laringoscopia indireta com laudo descritivo ou videolaringoscopia,
- Exame audiométrico;
- Exames de Sangue (RAST) para detecção de alergias:
- IGE Total,
- HX2 (ácaro, pó domiciliar);
- NX2 (fungus e leveduras),

2.6 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício (2015);

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. DO LOCAL E DATA DE APRESENTAÇÃO

O candidato relacionado no item 6.1, deverá se apresentar no dia 18 de novembro de 2016, no horário das 14h às 17h, na Secretaria de Administração e Finanças, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1, 2, 3 e 4 conforme a programação abaixo estabelecida:

6. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

6.1 Fica convocado para a Comprovação de Requisitos acima elencados, o candidato a seguir relacionado:

DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2016, DAS 14H ÀS 17H

PREFEITURA

Nível Superior

Assistente Social

15º Maria Helena Dos Santos (desistiu da vaga conforme protocolo nº 9622/2016)

16º Tânia Mara Rodrigues (desistiu da vaga conforme protocolo nº 9623/2016)

17º Viviane Montanari Jurek

Enfermeiro

54º Lilian Voltolini Franzen

Nível Médio Técnico

Técnico em Radiologia

9º Marcos Eduardo Floriano

10º Carolina Bernardo

Nível Médio

Agente Administrativo

54º Karen Nunes Westphal

55º Karina Caroline Caetano

56º Denny Fischer

57º Juliane Da Silva Magalhães

58º Cristiano De S Thiago Lemke

59º Estevam Magalhães Silva

60º Sarah Menon Domingos Do Nascimento

61º Ranieri Viscardi Cardoso

62º Frederico Marcel Paiva

63º Juliana Carolina Keller Machado

Ensino Fundamental

Auxiliar Administrativo

95º Débora Daiane Barbieri

96º Renata Aparecida Da Silva

97º Bianca Moraes Antes

98º Fernanda Gonçalves Isensee

99º Tatiane Andréia Schmitt

100º Caroline Luize Boehm

EDUCAÇÃO

Nível Superior na área da Saúde

Equipe Multidisciplinar

Psicólogo

14º Ana Luiza Mazzoni Baldini

Nível Médio

Equipe Setorial Técnica Administrativa

Agente Administrativo

55º Ernesto Jose Carvalho Kanzler (desistiu da vaga conforme Protocolo nº 9930/2016)

56º Solange Dias Ribeiro Jacques

57º Mauricio Manoel Machado

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 O candidato convocado para esta fase deverá comparecer no local indicado munido de todos os documentos listados nos itens 1 e 2. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

7.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.barravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

7.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

7.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 01/2012, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

7.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim, assessorados pela Consulplan.

7.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pelo Município de Barra Velha, na 1º e 2ª fase, do Concurso Público previsto no Edital 01/2012, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

7.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 18 de outubro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR

Secretário Mun. Adm. e Finanças

ATA 001/2016 PP 020/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Contratada: SUPERAR EIRELI - EPP

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado para as unidades de Saúde existentes e para as novas Unidades Básicas de Saúde do Centro, Itajuba e Quinta dos Açorianos.

Valor do Contrato: R\$ 153.025,00

Data de Assinatura: 13/10/2016

Data de Vencimento: 13/10/2017

Barra Velha, 13 de outubro de 2016.

JOSIANE BAGATOLI

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO Prefeito

ATA 001/2016 PP 041/2016

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Contratada: BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP

Objeto aquisição de tecidos, roupa de cama mesa e banho para os CEIS da rede municipal de ensino.

Valor do Contrato: 67.899,50

Data de Assinatura: 19/09/2016

Data de Vencimento: 19/08/2017

Barra Velha, 19 de setembro de 2016.

WILSON DE ANDRADE

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016.

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA

Processo Administrativo nº 006/2016

Pregão Presencial nº 006/2016

A Câmara de Vereadores de Barra Velha, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, conforme especificações do anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 01/11/2016 às 14:00 horas, no setor de Protocolo. Data da Sessão Pública: 01/11/2016 às 14:30 horas, no Plenário da Câmara de Vereadores, sito à Rua Pedro Alcântara de Freitas 125 – Centro – Barra Velha. Coordenação do Processo: Pregoeira Adriana Aparecida Penso Dias. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 13:30 às 19:00 horas, ou no site <http://camarabarravelha.sc.gov.br> e <https://barravelha.atende.net/>

Barra Velha, 18 de outubro de 2016.

MARCIEL BERLIN – Presidente

ANTONIONI LUCAS COSTA MAGALHÃES – Assessor Jurídico

Benedito Novo

PREFEITURA

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016
PREGÃO ELETRÔNICO nº 41/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

EMPRESA FORNECEDORA: SANDRO VILMAR PIRES
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora no item 1, totalizando a quantia de R\$ 17.030,00 (dezessete mil e trinta reais).
EMPRESA FORNECEDORA: MORGADO E MARTINEZ LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora nos itens 2 e 5, totalizando a quantia de R\$ 2.525,00 (dois mil e quinhentos e vinte e cinco reais).
EMPRESA FORNECEDORA: CONCORDIA SISTEMAS LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora no item 4, totalizando a quantia de R\$ 2.688,00 (dois mil e seiscentos e oitenta e oito reais).
EMPRESA FORNECEDORA: MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora no item 3, totalizando a quantia de R\$ 1.850,00 (um mil e oitocentos e cinquenta reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 16/06/2016 a 16/12/2016.
VALIDADE DA ATA: 6 meses.

Benedito Novo (SC), 16/06/2016.
Jean Michel Grundmann - Prefeito

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº 51/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, EM JORNAL DE FORMATO TABLOIDE COM CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL.

EMPRESA FORNECEDORA: EDITORA JORNAL DO MEDIO VALE
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora no item 1, totalizando a quantia de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 08/07/2016 a 08/07/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 08/07/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº 52/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 14 DE MAIO DE 2012 E DECRETO MUNICIPAL Nº 36 DE 15 DE MAIO DE 2012.
EMPRESA FORNECEDORA: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora no item 1, totalizando a quantia de R\$ 42.126,00 (quarenta e dois mil e cento e vinte e seis reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 08/07/2016 a 08/07/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 08/07/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº 53/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM PARA ABASTECER OS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS
EMPRESA FORNECEDORA: ZUMMCAR EIRELI EPP
ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora no item 1, totalizando a quantia de R\$ 284.000,00 (duzentos e oitenta e quatro mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 12/07/2016 a 12/07/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 12/07/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº. 29/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PAPEL TAMANHO A4 PARA OS DIVERSOS SETORES E SECRETARIAS

EMPRESA FORNECEDORA: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELE ME
· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora no único item, totalizando a quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 06/04/2016 a 06/04/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 06/04/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016
PREGÃO ELETRÔNICO nº. 24/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISICAO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

EMPRESA FORNECEDORA: MODELO PNEUS LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 1, 2, 8, 9, 12, 17, 24, 33, 34, 40 e 41, totalizando R\$ 64.564,60 (sessenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).

EMPRESA FORNECEDORA: JOAÇABA PNEUS LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 3, 4, 6, 7, 10, 18, 22, 25, 29, 30, 31, 35, 38, 39 e 43, totalizando R\$ 43.284,00 (quarenta e três mil e duzentos e oitenta e quatro reais).

EMPRESA FORNECEDORA: BELLENZIER PNEUS LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 11, 14, 19, 26 e 32, totalizando a quantia de R\$ 16.297,00 (dezesseis mil e duzentos e noventa e sete reais).

EMPRESA FORNECEDORA: LUKAUTO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA EPP

ITEM E VALOR REGISTRADO: 20, 21, 23, 27, 28, 36, 37 e 42, totalizando a quantia de R\$ R\$ 16.205,00 (dezesseis mil e duzentos e cinco reais)

EMPRESA FORNECEDORA: PNEULOG COMERCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI ME

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 5, 13, 15 e 16, totalizando R\$ 19.876,00 (dezenove mil e oitocentos e setenta e seis reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 06/04/2016 a 06/04/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 06/04/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº. 31/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS, MEDALHAS E TAÇAS PARA PREMIAÇÕES ESPORTIVAS.

EMPRESA FORNECEDORA: RELOJOARIA E OPTICA PRISMA JOIAS LTDA EPP

· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora em todos os itens, totalizando a quantia de R\$ 65.910,00 (sessenta e cinco mil e novecentos e dez reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 07/04/2016 a 07/04/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 07/04/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016
PREGÃO ELETRÔNICO nº. 13/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE E NO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO.

EMPRESA FORNECEDORA: METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR REGISTRADO: R\$ 67.278,30 (sessenta e sete mil e duzentos e setenta e oito reais e trinta centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA

VALOR REGISTRADO: R\$ 12.744,68 (doze mil e setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

VALOR REGISTRADO: R\$ 84.188,30 (oitenta e quatro mil e cento e oitenta e oito reais e trinta centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR REGISTRADO: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

EMPRESA FORNECEDORA: ACR MEDCAL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME

VALOR REGISTRADO: R\$ 86.595,00 (oitenta e seis mil e quinhentos e noventa e cinco reais)

EMPRESA FORNECEDORA: STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

VALOR REGISTRADO: R\$ 847,74 (oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: L.M. FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

VALOR REGISTRADO: ASSUNCAO E MORETTO LTDA EPP

VALOR REGISTRADO: R\$ 9.939,80 (nove mil e novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 11/04/2016 a 11/04/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 11/04/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016**PUBLICAÇÕES LEGAIS**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016
PREGÃO ELETRÔNICO nº. 2/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS E INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

EMPRESA FORNECEDORA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR REGISTRADO: R\$ 17.664,00 (dezesete mil e seiscentos e sessenta e quatro reais)
EMPRESA FORNECEDORA: GOLDENPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP
VALOR REGISTRADO: R\$ 2.758,20 (dois mil e setecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos)
EMPRESA FORNECEDORA: MEDI HOUSE IND E COM DE PROD CIRURG. E HOSPITALARES LTDA
VALOR REGISTRADO: R\$ 1.765,40 (um mil e setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 12/04/2016 a 12/04/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 12/04/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016**PUBLICAÇÕES LEGAIS**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº. 21/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO,

EMPRESA FORNECEDORA: PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES
· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 25, 38, 42, 53 e 55, totalizando a quantia de R\$ 853,40 (OITOCENTOS E CINQUENTA E TRES Reais E QUARENTA Centavos)
EMPRESA FORNECEDORA: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 2, 3, 18, 20, 21, 22, 24, 28, 30, 36, 44, 45, 47, 49, 56, 57 e 61, totalizando a quantia de R\$ 1.866,00 (MIL E OITOCENTOS E SESENTA E SEIS Reais)
EMPRESA FORNECEDORA: DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 23 e 31. Totalizando a quantia de R\$ 473,10 (QUATROCIENTOS E SETENTA E TRES Reais E DEZ Centavos)
EMPRESA FORNECEDORA: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A
· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 43, 46, 48, 50, 51, 52,

54, 58, 59 e 60, totalizando a quantia de R\$ R\$ 15.012,90 (QUINZE MIL E DOZE Reais E NOVENTA Centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 21/03/2016 a 21/03/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 21/03/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2016**PUBLICAÇÕES LEGAIS**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº. 28/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E PRODUTOS DE COPA E COZINHA PARA CONSUMO NAS DIVERSAS SECRETARIAS

EMPRESA FORNECEDORA: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP
· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora em todos os itens, totalizando a quantia de R\$ 26.844,00 (vinte e seis mil e oitocentos e quarenta e quatro reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 04/04/2016 a 04/04/2017.
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 04/04/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2015**PUBLICAÇÕES LEGAIS**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2015
PREGÃO PRESENCIAL nº. 76/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE A A Z, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSIDERANDO O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS DA REVISTA ABC FARMA, ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO
EMPRESA FORNECEDORA: FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EPP
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora com o lance de 28%.
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 10/12/2015 a 10/12/2016
VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 13 de janeiro de 2016.
Jean Michel Grundmann - Prefeito

**4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº 8/2015****PUBLICAÇÕES LEGAIS**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO
DE PREÇOS Nº 8/2016 PREGÃO PRESENCIAL nº. 79/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE
COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

EMPRESA FORNECEDORA: POSTO DOIS IRMÃOS LTDA

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vence-
dora nos itens 01 02 e 03, totalizando a quantia de R\$ 1.018.000,00
(um milhão e dezoito mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 01/01/2016 a 01/01/2017

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 13/01/2016.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 170/2016

DECRETO Nº 170/2016 DE 28 DE SETEMBRO DE 2016.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3589/15 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 14.844.900,00 (Quatorze milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil e novecentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 4º Bimestre de 2016 em anexo a este decreto:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.03.000000 – Receita de Honorários Advocatícios– R\$ 56.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0202.04.122.0002.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Munic.	56.400,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	56.400,00

FONTE 0.1.04.000000 – Cosip– R\$ 738.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.452.0009.2086	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	738.800,00
4.4.90.00	Investimentos	738.800,00

FONTE 0.1.09.000000 – Transf. Diretas do FNDE – PNATE – R\$ 10.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2023	Manutenção do Transporte Escolar	10.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.900,00

FONTE 0.1.10.000000 – Transf. Diretas do FNDE – PNAE Educ. Infantil – R\$ 15.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.306.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar – Ens. Infantil	15.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	15.800,00

FONTE 0.1.12.000000 – Transferências de Recursos do FUNDEB – R\$ 1.207.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2019	Rem. Dos Profissionais do Magistério	1.207.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.207.700,00

FONTE 0.1.16.000000 –Multas Previstas na Leg. de Transito – R\$ 15.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	15.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	15.700,00

FONTE 0.1.17.000000 –Multas Previstas na Leg. de Transito – R\$ 15.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	15.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	15.700,00

FONTE 0.1.18.000000 –Multas Previstas na Leg. de Transito – R\$ 19.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	19.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	19.300,00

FONTE 0.1.19.000000 – Outras Concessões e Permissões-Direito de Uso – R\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00

FONTE 0.1.26.000000 – Manutenção do FIA – R\$ 4.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	4.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.800,00

FONTE 0.1.33.000000 – Manutenção do FUNREBOM – R\$ 14.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0206.06.182.0006.2052	Funcionamento Manutenção do FUNREBOM	14.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	14.400,00

FONTE 0.1.34.000000 – Manutenção do FMDR – R\$ 26.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.20.606.0007.2070	Manutenção do FMDR	26.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	26.400,00

FONTE 0.1.37.000069 – Piso Básico Fixo - PAIF R\$ 11.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	11.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	11.800,00

FONTE 0.1.37.000070 – Índice de Gestão Descentralizada - SUAS R\$ 3.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão de Política de Assistência Social	3.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.400,00

FONTE 0.1.37.000072 – Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Piso especial de Média Complexidade	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00

FONTE 0.1.37.000132 – Piso Básico Variável II - FMAS R\$ 64.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2055	Serviços de Conv. e Fortalecimento de Vínculo	64.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	64.000,00

FONTE 0.1.37.000141 – Piso Fixo de Média Complexidade - FMAS R\$ 69.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	69.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	69.400,00

FONTE 0.1.37.000198 – Acessuas – R\$ 35.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão de Política de Assistência Social	35.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	35.400,00

FONTE 0.1.37.000209 – Serv. Conv. Fortal. Vínculos – R\$ 22.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2055	Serv. De Conviv. E Fortalecimento de Vinc.	22.300,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	22.300,00

FONTE 0.1.37.000211 – Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI – R\$ 16.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00

FONTE 0.1.37.000212 – Piso Fixo de Média Complexidade - MSE – R\$ 14.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	14.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	14.000,00

FONTE 0.1.37.000213 – Piso Fixo de Média Complexidade - Abordagem – R\$ 15.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	15.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00

FONTE 0.1.38.000156 – Co-Financiamento – R\$ 46.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	46.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	46.000,00

FONTE 0.1.38.000173 – Co-Financiamento – R\$ 29.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	29.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	29.800,00

FONTE 0.1.38.000174 – Co-Financiamento – R\$ 21.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
--------	---------------	-------

1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	21.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	21.900,00

FONTE 0.1.38.000175 – Co-Finan. Proteção de Média Complexidade – R\$ 31.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	31.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	31.700,00

FONTE 0.1.38.000200 – Benefícios Eventuais – R\$ 8.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	8.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.000,00

FONTE 0.1.38.000210 – Co-Financ. Proteção Social Básica – R\$ 17.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	17.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	17.600,00

FONTE 0.1.70.000131 – Convênio CEF – R\$ 20.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.813.0005.2051	Apoio ao Lazer Comunitário	20.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00

FONTE 0.1.71.000162 – Convênio Funturismo – Festividades Carnav. – R\$ 42.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.813.0005.2051	Apoio ao Lazer Comunitário	42.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	42.000,00

FONTE 0.1.71.000163 – Conv. Secret. Turismo, Cult. Esp e Lazer. – R\$ 44.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.23.695.0007.2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	44.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	44.000,00

FONTE 0.1.80.000000 – Recursos Ordinarios. – R\$ 158.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	158.900,00
4.6.90.00	Amortização de Dívidas	158.900,00

FONTE 0.1.81.000001 – R.D.B. - FUNDEB – R\$ 31.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2019	Rem. Dos Profissionais do Magistério	31.400,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	31.400,00

FONTE 0.1.81.000067 – R.D.B. – Recursos do FMAS – R\$ 16.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	16.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.900,00

2. UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.20.000000 – Manutenção do FMS – R\$ 32.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do FMS	32.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	32.000,00

FONTE 0.2.28.000015 – Teto Municipal Rede de Urgência - UPA – R\$ 256.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	256.000,00
3.3.90.00	Investimentos	256.000,00

FONTE 0.2.28.000045 – Piso Fixo de Vig. Sanitaria – R\$ 6.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	6.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00

FONTE 0.2.28.000046 – ASPS - ACS – R\$ 151.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2036	Ações de ACS	151.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	151.200,00

FONTE 0.2.28.000049 – ASPS - CEO – R\$ 16.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas	16.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.800,00

FONTE 0.2.28.000056 – ASPS – EMAD – R\$ 300.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	300.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	300.000,00

FONTE 0.2.28.000057 – ASPS – EMAP – R\$ 36.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	36.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	36.000,00

FONTE 0.2.28.000108 – Incent. Qualif. Das Ações de Dengue – R\$ 49.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	49.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	49.000,00

FONTE 0.2.28.000111 – MAC Hospital Regional de Biguaçu – R\$ 412.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2032	Manutenção do Hospital da Comarca	412.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	412.800,00

FONTE 0.2.28.000179 – ASPS – PMAQ – R\$ 177.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família	177.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	177.600,00

FONTE 0.2.28.000187 – ASPS – Rede Psico Social – R\$ 40.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico-Social	40.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	40.600,00

FONTE 0.2.29.000112 – ASPS – MAC Hospital Regional de Biguaçu – R\$ 10.400.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2032	Manutenção do Hospital da Comarca	10.400.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.400.000,00

FONTE 0.2.29.000125 – MAC Produção Ambulatorial Hospitalar – R\$ 80.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de MAC	80.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	80.000,00

FONTE 0.2.30.000000 – Pref. Mun. Gov. Celso Ramos – R\$ 16.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00

FONTE 0.2.30.000000 – Pref. Mun. Antonio Carlos– R\$ 8.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	8.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.000,00

3. UNIDADE GESTORA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

FONTE 0.2.36.000000 – Manutenção da FAMABI– R\$ 12.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1701.18.543.008.2080	Manutenção da FAMABI, Pre-serv. Proteção	12.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.500,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora Biguaçuprev que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, haja vista que o déficit apurado até o bimestre de referência poderá ser coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 28 de setembro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 170/2016 - ANEXOS

ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO RELATIVO AO QUARTO BIMESTRE DE 2016									
ESPECIFICAÇÕES	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE			ATÉ O BIMESTRE		
	PREVISTA	REALIZA-DA	DIFE-RENÇA	PREVISTA	REALIZA-DA	DIFEREN-ÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFEREN-ÇA
PREFEITURA									
0.1.00.000 - Recursos Ordinários	29.163,0	26.371,5	-2.791,5	8.677,0	8.733,4	56,4	37.840,0	35.104,9	-2.735,1
0.1.01.000 - Recursos de Impostos p/MDEB	6.139,0	5.998,5	-140,5	2.010,0	2.605,4	595,4	8.149,0	8.603,9	454,9
0.1.02.000 - Recursos de Impostos p/ASPS	11.690,0	9.159,1	-2.530,9	3.258,0	2.743,7	-514,3	14.948,0	11.902,8	-3.045,2
0.1.03.000 - Receita de Honorários de Advogados	56,0	15,5	-40,5	20,0	4,1	-15,9	76,0	19,6	-56,4
0.1.04.000 - Cosip	2.811,0	2.033,2	-777,8	616,0	655,0	39,0	3.427,0	2.688,2	-738,8
0.1.05.000 - Cide	30,0	54,2	24,2	35,0	36,9	1,9	65,0	91,1	26,1
0.1.06.000 - Transferências do Salário Educação	735,0	1.000,0	265,0	246,0	132,4	-113,6	981,0	1.132,4	151,4
0.1.08.000 - Transferências Diretas FNDE ref. PNAE-Ens.Fund	60,0	163,6	103,6	30,0	-58,9	-88,9	90,0	104,7	14,7
0.1.09.000 - Transferências Diretas FNDE ref. ao PNATE	20,0	21,1	1,1	12,0	0,0	-12,0	32,0	21,1	-10,9
0.1.10.000 - Transferências Diretas FNDE ref. PNAE-Ens.Inf.	80,0	74,7	-5,3	40,0	29,5	-10,5	120,0	104,2	-15,8
0.1.11.000 - Brasil Carinhoso	32,0	132,2	100,2	16,0	0,0	-16,0	48,0	132,2	84,2
0.1.12.000 - Transferências de Rec. do FUNDEB - 100%	8.947,0	8.017,1	-929,9	2.824,0	2.546,2	-277,8	11.771,0	10.563,3	-1.207,7
0.1.16.000 - Multas Previs. na Leg. de Trans - Polícia Civil	50,0	41,0	-9,0	23,0	16,3	-6,7	73,0	57,3	-15,7
0.1.17.000 - Multas Previs. na Leg.de Trans - Parte Pol. Militar	50,0	41,0	-9,0	23,0	16,3	-6,7	73,0	57,3	-15,7
0.1.18.000 - Multas Previs. na Leg. de Trans. - Parte PMB	56,0	44,1	-11,9	25,0	17,6	-7,4	81,0	61,7	-19,3
0.1.19.000 - Outras Concessões e Permissões-Direito de Uso	0,0		0,0	1,0	0,0	-1,0	1,0		-1,0
0.1.21.000 - Manutenção do Ensino Infantil		106,8	106,8		0,0	0,0	0,0	106,8	106,8
0.1.22.000 - PNAE - Pré-Escolar	52,0		-52,0	27,0	125,5	98,5	79,0	125,5	46,5
0.1.26.000 - Manutenção do FIA	4,0	0,9	-3,1	2,0	0,3	-1,7	6,0	1,2	-4,8
0.1.33.000 - Manutenção do FUNREBOM	172,0	184,1	12,1	78,0	51,5	-26,5	250,0	235,6	-14,4
0.1.34.000 - Manutenção do FMDR	25,0	0,8	-24,2	14,0	11,8	-2,2	39,0	12,6	-26,4
0.1.37.061 - Piso de Alta Complexidade	24,0	44,4	20,4	8,0	30,5	22,5	32,0	74,9	42,9
0.1.37.066 - Índice de Gestão Descentralizada-Bolsa Família	24,0	24,6	0,6	8,0	15,3	7,3	32,0	39,9	7,9
0.1.37.069 - Piso Básico Fixo-PAIF	46,0	25,3	-20,7	16,0	24,9	8,9	62,0	50,2	-11,8
0.1.37.070 - Índice de Gestão Descentralizadas-SUAS	2,0	0,3	-1,7	2,0	0,3	-1,7	4,0	0,6	-3,4
0.1.37.072 - Piso de Transição de Média Complexidade	2,0		-2,0	2,0	0,0	-2,0	4,0		-4,0
0.1.37.132 - Piso Básico Variável II - FMAS	48,0		-48,0	16,0	0,0	-16,0	64,0		-64,0
0.1.37.141 - Piso Fixo de Média Complexidade-FMAS	54,0	1,1	-52,9	18,0	1,5	-16,5	72,0	2,6	-69,4
0.1.37.198 - Acessuas - FMAS	30,0	1,8	-28,2	10,0	2,8	-7,2	40,0	4,6	-35,4
0.1.37.209 - Serviços de Convivência e Fort. do Vínculo	34,0	7,9	-26,1	12,0	15,8	3,8	46,0	23,7	-22,3
0.1.37.211 - Piso Fixo de Média Complexidade -PAEFI	12,0		-12,0	4,0	0,0	-4,0	16,0		-16,0
0.1.37.212 - Piso Fixo de Média Complexidade - MSE	10,0		-10,0	4,0	0,0	-4,0	14,0		-14,0
0.1.37.213 - Piso Fixo de Média Complexidade-Abord.Social	12,0		-12,0	3,0	0,0	-3,0	15,0		-15,0
0.1.37.214 - Benefício de Prestação Continuada na Escola		3,7	3,7		0,1	0,1	0,0	3,8	3,8
0.1.48.135 - Proteção Social Básica Investimentos		0,3	0,3		0,9	0,9	0,0	1,2	1,2
0.1.38.156 - Co-Financ.Prot. Esp.de Alta Complexidade-Invest.	34,0		-34,0	12,0	0,0	-12,0	46,0		-46,0
0.1.38.173 - Co-Financ.Prot. Esp.de Alta Complexidade-Invest.	22,0		-22,0	8,0	0,2	-7,8	30,0	0,2	-29,8

0.1.38.174 - Co-Finan.Prot.Esp.Méd.Alt Complexidade-Invest	16,0		-16,0	6,0	0,1	-5,9	22,0	0,1	-21,9
0.1.38.175 - Co-finan.Prot.Esp.Méd,Alta Complexidade-Cust.	24,0	0,1	-23,9	8,0	0,2	-7,8	32,0	0,3	-31,7
0.1.38.200 - Benefícios Eventuais	6,0		-6,0	2,0	0,0	-2,0	8,0		-8,0
0.1.38.210 - Co-Financiamento Proteção Social Básica	12,0	0,2	-11,8	6,0	0,2	-5,8	18,0	0,4	-17,6
0.1.39.000 - Despesas com Recuperação de Creditos junto ao INSS					116,1	116,1	0,0	116,1	116,1
0.1.70.020 - Conv. Ministério das Cidades -Hab.Popular	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.021 - Conv. Ministério Turismo-Sinaliz. e Portal Turist.	0,0	73,1	73,1		0,0	0,0	0,0	73,1	73,1
0.1.70.022 - Conv.Minist.Cidades-Implanta- ção de Ciclovias	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.023 - Conv.Minist.Cidades-Padroniza- ção de Calçadas	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.073 - Conv.Minist.Agricultura-Form.da Patr.Agrícola	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.090 - Conv.Minit.Esportes-Construção Eptos Esportivos	0,0	2,4	2,4		0,0	0,0	0,0	2,4	2,4
0.1.70.093 - Conv.Minist. Cidades-Aquis.Eptos Rodoviários	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.094 - Conv.Minist. Cidades-Pavimenta- ção de Ruas	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.097 - Conv.Minist. Cidades- Drenagem Plvial	0,0		0,0		73,8	73,8	0,0	73,8	73,8
0.1.70.098 - Conv.Minist.Cidades-Drag.Rio e Fix.da Barra	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.131 - Convênio CEF	20,0		-20,0		0,0	0,0	20,0		-20,0
0.1.70.134 - Festa de Aniversario de Biguaçu		25,4	25,4		20,0	20,0	0,0	45,4	45,4
0.1.70.137 - Restauração Mercado Público e Concha Acustica		134,6	134,6		0,0	0,0	0,0	134,6	134,6
0.1.70.139 - Conv.c/MEC- Ampl. Da Rede Fís. de Ens. Fund.	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.70.140 - Conv.c/MEC- Ampl. Da Rede Fís. de Ens. Infantil	0,0	11,8	11,8		0,0	0,0	0,0	11,8	11,8
0.1.70.202 - Conv.Minist.da Integração-Recup de Danos Intem	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.71.012 - Convenio SDR – Manut. Trans- porte Escolar	0,0	405,9	405,9		291,2	291,2	0,0	697,1	697,1
0.1.71.095 - Convênio SDR – Pavimentação de Ruas	0,0	657,8	657,8		-657,8	-657,8	0,0		0,0
0.1.71.144 - Pavimentação de Ruas					20,0	20,0	0,0	20,0	20,0
0.1.71.162 - Convênio Funturismo-Festivida- de s Carnavalescas	42,0		-42,0		0,0	0,0	42,0		-42,0
0.1.71.163 - Conv.Secret.de Turismo,Cultura e Esporte	44,0		-44,0		0,0	0,0	44,0		-44,0
0.1.71.191 - Pavimentação de Ruas					657,8	657,8	0,0	657,8	657,8
0.1.71.215 - Aquisição de draga de sucção e recalque					10,0	10,0	0,0	10,0	10,0
0.1.71.216 - Recup.Pavimento. Limp. De Vias e Esp. Publico					12,1	12,1	0,0	12,1	12,1
					0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.80.000 - Recursos Ordinários	259,0	160,6	-98,4	98,0	37,5	-60,5	357,0	198,1	-158,9
0.1.81.001 - RDB – FUNDEB	27,0	7,2	-19,8	14,0	2,4	-11,6	41,0	9,6	-31,4
0.1.81.002 - RDB – SALÁRIO EDUCAÇÃO	18,0	17,9	-0,1	6,0	6,3	0,3	24,0	24,2	0,2
0.1.81.003 - RDB – CIDE	0,0	1,8	1,8		1,2	1,2	0,0	3,0	3,0
0.1.81.004 - RDB – PNAE- Ensino Funda- mental	0,0	4,8	4,8		2,4	2,4	0,0	7,2	7,2
0.1.81.005 - RDB –PNAE- Ensino Infantil.	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.81.006 - RDB – PNATE	0,0	0,7	0,7		0,2	0,2	0,0	,9	0,9
0.1.81.008 - RDB – Multa de Transito- Parte Polícia Civil	0,0	8,2	8,2	1,0	2,1	1,1	1,0	10,3	9,3
0.1.81.009 - RDB – Multa de Transito- Parte Polícia Militar	0,0	2,1	2,1		0,5	0,5	0,0	2,6	2,6

0.1.81.010 - RDB – Multa de Transito- Parte Prefeitura	0,0	3,3	3,3		1,1	1,1	0,0	4,4	4,4
0.1.81.011 - RDB – Convênio Transporte Escolar	0,0	2,0	2,0	2,0	0,4	-1,6	2,0	2,4	0,4
0.1.81.058 - RDB – Recurso do Funrebom	0,0	2,6	2,6		1,0	1,0	0,0	3,6	3,6
0.1.81.059 - RDB – Recursos do FIA	0,0	5,0	5,0		1,8	1,8	0,0	6,8	6,8
0.1.81.067 - RDB – Recursos do FMAS	17,0	11,4	-5,6	8,0	-3,3	-11,3	25,0	8,1	-16,9
0.1.81.118 - RDB – Outros Recursos Vinculados	119,0	466,7	347,7	48,0	86,4	38,4	167,0	553,1	386,1
0.1.82.089 - Oper Cred Int. p/Programa Educação			0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.82.096 - Badesc Pavimentação de Ruas		738,2	738,2		288,0	288,0	0,0	1.026,2	1.026,2
0.1.82.128 - PNAFM			0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.82.170 - Pavimentação de Ruas		1.994,4	1.994,4		1.739,1	1.739,1	0,0	3.733,5	3.733,5
0.1.82.190 - Badesc Construção e Remodelação de Praças			0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
0.1.85.099 - Veículos da Educação-Desp.de Cap.da Educ.		5,1	5,1		0,0	0,0	0,0	5,1	5,1
0.1.85.100 - Despesas de Capital em Geral		11,9	11,9		0,0	0,0	0,0	11,9	11,9
SOMA	61.130,0	58.324,0	-2.806,0	18.299,0	20.470,1	2.171,1	79.429,0	78.794,1	-634,9
					0,0	0,0	0,0		0,0
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.20.000 - ASPS - Outras Receitas	24,0		-24,0	8,0	0,0	-8,0	32,0		-32,0
0.2.27.000 - ASPS – Tx. Fisc.de Vig. Saniária	129,0	116,3	-12,7	41,0	74,3	33,3	170,0	190,6	20,6
0.2.28.015 - ASPS - Teto Municipal Rede de Urgência - UPA	1.212,0	1.020,0	-192,0	404,0	340,0	-64,0	1.616,0	1.360,0	-256,0
0.2.28.016 - ASPS - Manutenção das Ações de MAC		112,0	112,0		336,0	336,0	0,0	448,0	448,0
0.2.28.042 - ASPS - Piso de Atenção Básica - PAB-Fixo	870,0	906,0	36,0	291,0	258,8	-32,2	1.161,0	1.164,8	3,8
0.2.28.043 - ASPS - Piso Fixo de Vig.Sanitária - PFVISA	18,0	19,4	1,4	8,0	7,3	-0,7	26,0	26,7	0,7
0.2.28.044 - ASPS - Componente Básico de Assist.Farm.	168,0	175,5	7,5	56,0	50,1	-5,9	224,0	225,6	1,6
0.2.28.045 - ASPS - Piso Fixo de Vig.Sanitária - ANVISA	9,0	6,2	-2,8	4,0	0,8	-3,2	13,0	7,0	-6,0
0.2.28.046 - ASPS - Agentes Comunitários de Saúde	702,0	590,1	-111,9	234,0	194,7	-39,3	936,0	784,8	-151,2
0.2.28.047 - ASPS - Saúde da Família	696,0	728,5	32,5	232,0	235,1	3,1	928,0	963,6	35,6
0.2.28.048 - ASPS - SAMU-Serv.Atend.Médico de Urgência	78,0	131,5	53,5	28,0	43,9	15,9	106,0	175,4	69,4
0.2.28.049 - ASPS - CEO-Centro de Espec. Odontológica	72,0	59,4	-12,6	24,0	19,8	-4,2	96,0	79,2	-16,8
0.2.28.050 - ASPS - Núcleo de Apoio Saúde Familiar-NASF	246,0	220,0	-26,0	82,0	80,0	-2,0	328,0	300,0	-28,0
0.2.28.056 - ASPS - Prog. Nac.de Atenção Domiciliar-EMAD	300,0	100,0	-200,0	100,0	0,0	-100,0	400,0	100,0	-300,0
0.2.28.057 - ASPS - Prog.Nac.Eq.Multiprof.de Apoio-EMAP	36,0	12,0	-24,0	12,0	0,0	-12,0	48,0	12,0	-36,0
0.2.28.104 - ASPS - Rede Brasil sem Miséria -protese dentária	35,0	30,0	-5,0	12,0	10,0	-2,0	47,0	40,0	-7,0
0.2.28.107 - ASPS - Piso Fixo de Vigilância em Saúde	143,0	179,2	36,2	48,0	40,9	-7,1	191,0	220,1	29,1
0.2.28.108 - ASPS - Incentivo de Quali. das Ações de Dengue	36,0		-36,0	13,0	0,0	-13,0	49,0		-49,0
0.2.28.109 - ASPS - Form.Inf.ás Crianças Vert.Exp.ao HIV	4,0		-4,0	2,0	0,0	-2,0	6,0		-6,0
0.2.28.111 - ASPS - MAC-Hospital Regional de Biguaçu	7.800,0	7.490,4	-309,6	2.600,0	2.496,8	-103,2	10.400,0	9.987,2	-412,8
0.2.28.119 - ASPS - Teto Municipal MAC -Amb.e Hospitalar	911,0	911,5	0,5	304,0	288,9	-15,1	1.215,0	1.200,4	-14,6
0.2.28.120 - ASPS - Inc. ao Prog.Nac.HIV/ AIDS e Outras DST	38,0	50,2	12,2	14,0	14,3	0,3	52,0	64,5	12,5
0.2.28.179 - ASPS – Outros Prog.Financ.por Transf.Fdo a Fdo	792,0	583,1	-208,9	264,0	295,3	31,3	1.056,0	878,4	-177,6

0.2.28.184 - ASPS - Saúde Bucal	78,0	80,1	2,1	26,0	22,5	-3,5	104,0	102,6	-1,4
0.2.28.187 - ASPS - Rede Psico Social	199,0	169,8	-29,2	68,0	56,6	-11,4	267,0	226,4	-40,6
0.2.28.207 - ASPS - Ações de Atenção Básica		71,8	71,8		30,8	30,8	0,0	102,6	102,6
0.2.29.052 - ASPS - Programa de Assist. Farmacêutica Básica	122,0	169,2	47,2	42,0	22,1	-19,9	164,0	191,3	27,3
0.2.29.053 - ASPS - Centro Especialidade Odontológicas	22,0	33,9	11,9	8,0	4,2	-3,8	30,0	38,1	8,1
0.2.29.054 - ASPS - Co-Financiamento - PAB	201,0	231,8	30,8	68,0	-3,3	-71,3	269,0	228,5	-40,5
0.2.29.112 - ASPS - MAC-Hospital Regional de Biguaçu	7.800,0		-7.800,0	2.600,0	0,0	-2.600,0	10.400,0		-10.400,0
0.2.29.125 - ASPS - MAC-Produção Ambulatorial Hospitalar	60,0		-60,0	20,0	0,0	-20,0	80,0		-80,0
0.2.30.000 - ASPS - Prefeitura Municipal GCR	12,0		-12,0	4,0	0,0	-4,0	16,0		-16,0
0.2.30.000 - ASPS - Prefeitura Municipal Antônio Carlos	6,0		-6,0	2,0	0,0	-2,0	8,0		-8,0
0.2.41.000 - Despesas com recuperação de Créditos Junto ao INSS					39,5	39,5	0,0	39,5	39,5
0.2.70.172 - ASPS - Convênio MS - Construção da UBS	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0
					0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.81.041 - ASPS - RDB Recursos do FMS	76,0	263,5	187,5	30,0	148,6	118,6	106,0	412,1	306,1
0.2.85.101 - ASPS - Veículos da Saúde		1,1	1,1		0,0	0,0	0,0	1,1	1,1
SOMA	22.895,0	14.462,5	-8.432,5	7.649,0	5.108,0	-2.541,0	30.544,0	19.570,5	-10.973,5
					0,0	0,0	0,0		0,0
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.36.000 - Manutenção Fundação Meio Ambiente	77,0	66,9	-10,1	24,0	21,6	-2,4	101,0	88,5	-12,5
					0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.81.082 RDB de Recursos da FAMABI		5,0	5,0	2,0	1,4	-0,6	2,0	6,4	4,4
SOMA	77,0	71,9	-5,1	26,0	23,0	-3,0	103,0	94,9	-8,1
					0,0	0,0	0,0		0,0
PREVBIGUAÇU					0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.32.000 Pagamento de Inativos e Pensionistas	3.640,0	4.157,0	517,0	1.433,0	1.432,9	-0,1	5.073,0	5.589,9	516,9
0.2.35.000 Contr.Patr.Serv.Ativo Civil - Intra-Órgam.	224,0	255,1	31,1	76,0	84,0	8,0	300,0	339,1	39,1
					0,0	0,0	0,0		0,0
0.2.81.040 Rem.dos Invest.RPPS-Renda Fixa	3.116,0	6.539,3	3.423,3	991,0	1.866,9	875,9	4.107,0	8.406,2	4.299,2
0.2.81.165 Rem dos Invest.RPPS-Renda Fixa	63,0		-63,0	27,0	101,5	74,5	90,0	101,5	11,5
SOMA	7.043,0	10.951,4	3.908,4	2.527,0	3.485,3	958,3	9.570,0	14.436,7	4.866,7
TOTAL GERAL	91.145,0	83.809,8	-7.335,2	28.501,0	29.086,4	585,4	119.646,0	112.896,2	-6.749,8

Biguaçu, 28 de setembro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

Contadora - CRC/SC 028726/O-6

DECRETO Nº 184/2016

DECRETO Nº 184 /2016 DE: 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3589/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2015, apurado em fonte de recurso:

16. Instituto de Previdência Social dos Funcionários da PMB

1601.09.272.0000.0001	Pagamento de Inativos e Pensionistas	2.000.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.000.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	2.000.000,00
0.6.32.000000	Pagamento de Inativo e Pensionista	2.000.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.



Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

PAUTA DE JULGAMENTO CMC

PAUTA DE JULGAMENTO

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SESSÃO DO DIA 25/10/2016 COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, LOCAL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 1555/2013

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 152/2011

RECORRENTE: CONNECT LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA EPP

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CONSELHEIRO RELATOR: DIEGO DOS SANTOS MACEDO

ANDERSON SOARES OPUSZKA

SECRETÁRIO-GERAL

PORTARIA Nº 2606/2016

PORTARIA nº 2606/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, VALERIA CONRADO, ocupante do cargo de provimento temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 13/10/2016 a 09/02/2017.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 10/02/2017 a 10/03/2017.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2607/2016

PORTARIA nº 2607 de 18 de outubro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Maurício Manoel Firme, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente Ensino Fundamental, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 07/10/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-013/16

MUNICIPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-013-16 - Contratação de empresas para serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, nas Ruas: Rio Bonito (Bairro: Itoupava Central), Martin Jensen (Bairro: Itoupava Central) e Zenaide Santos de Souza (Bairro: Velha), localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital e anexos. Contrato de Financiamento 0413052-65/2015 - Programa Pró-Transporte - CEF/SEMOB.

Contratada: RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.
CNPJ: 83.748.038/0001-74.

Lote 01 - Valor de R\$1.490.876,35 (um milhão quatrocentos e noventa mil oitocentos e setenta e seis reais e trinta e cinco centavos);
Lote 02 - Valor de R\$ 1.267.145,75 (um milhão duzentos e sessenta e sete mil cento e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos);
Valor total dos Lotes: R\$2.758.022,10 (dois milhões setecentos e cinquenta e oito mil vinte e dois reais e dez centavos).

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-012/16

MUNICIPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-012-16 - Contratação de empresa para construção de 03 (três) escolas de Educação Infantil - PROINFANCIA, nas Ruas Jardim Germânico - Bairro Itoupavazinha, Antonio Treis - Bairro Vorstad e Rua da Glória - Bairro Glória, conforme especificações constantes neste edital - RECURSOS FEDERAIS, TC PAC 2 09049/2014 e CONTRAPARTIDA PMB- SEMED.

Contratada: OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
CNPJ: 07.596.381/0001-62.

Item 01 - Escola na Rua Jardim Germânico - Bairro Itoupavazinha
Valor de R\$ 1.334.141,00 (um milhão trezentos e trinta e quatro mil cento e quarenta e um reais);
Item 02 - Escola na Antonio Treis - Bairro Vorstad
Valor de R\$ 1.312.093,65 (um milhão trezentos e doze mil noventa e três reais e sessenta e cinco centavos);
Item 03 - Escola na Rua da Glória - Bairro Glória
Valor de R\$ 1.299.152,07 (um milhão duzentos e noventa e nove mil cento e cinquenta e dois reais e sete centavos).

PORTARIA SEDEAD Nº 30.820/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.820, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPENSA IONE SCUSSIATO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSOR FRIEDRICH KARL KEMMELMEIER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de

Ensino de Blumenau, resolve:

DISPENSAR da comissão própria de avaliação institucional da Escola Básica Municipal Professor Friedrich Karl Kemmelmeier:

IONE SCUSSIATO, representante do segmento "Coordenação Pedagógica", designada pela Portaria SEDEAD nº 30.739, de 21 de setembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de outubro de 2016.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.822/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.822, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PAULINA WAGNER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR para compor a comissão própria de avaliação institucional da Escola Básica Municipal Paulina Wagner:

CARLOS KUHN NETO, representante do segmento "Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo", em substituição a ZULEIDE APARECIDA CASTILHOS DA ROSA BANFI, designada pela Portaria SEDEAD nº 30.735, de 21 de setembro de 2016.

ELFRIDA MARILIA DE SOUZA, representante do segmento "Pessoal do Serviço Operacional", em substituição a ADRIANA ALVES RIBEIRO RANGEL, designada pela Portaria SEDEAD nº 30.735, de 21 de setembro de 2016.

SARA PONCIO, representante do segmento "Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)", em substituição a RHUAN DA SILVA MORLO, designado pela Portaria SEDEAD nº 30.735, de 21 de setembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de outubro de 2016.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.823/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.823, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL FRANCISCO LANSER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR para compor a comissão própria de avaliação institucional da Escola Básica Municipal Francisco Lanser:

PATRÍCIA REGIS, representante do segmento "Associação de Pais e Funcionários", em substituição a JOSÉ ERICO PAULO, designado pela Portaria SEDEAD nº 30.724, de 21 de setembro de 2016.

ANESIA CLARICE GEBIN SCHMITT, representante do segmento "Professores/Educadores", em substituição a ELGA HOLSTEIN FONSECA DORIA, designada pela Portaria SEDEAD nº 30.724, de 21 de setembro de 2016.

MARIA HENKEMAIER, representante do segmento "Professores/Educadores", em substituição a MARTA CAROLINA DOS SANTOS, designada pela Portaria SEDEAD nº 30.724, de 21 de setembro de 2016.

MAIARA MULLER BAIL, representante do segmento "Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)", em substituição a JÚLIA PAULO, designada pela Portaria SEDEAD nº 30.724, de 21 de setembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de outubro de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.641/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.641, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALBERTO STEIN.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Pâmela Thaise da Silva Cadilhac	Conselho Escolar
Grasiela Santos Beltrame	Associação de Pais e Funcionários
Luzia Uliano Rengel	Coordenação Pedagógica
Valdete Freiburger Rosa	Professores / educadores
Shirleine Malburg	Professores / educadores
Vera Lúcia Ferreira	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.642/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.642, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALWIN KNAESEL.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Alexandra Draeger	Conselho Escolar
Ivone Hafemann Fernandes	Associação de Pais e Funcionários
Jacira dos Santos Farias	Coordenação Pedagógica
Júlia Fabiana Schwartz	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.643/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.643, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANILDA BATISTA SCHMITT.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Silvia Maria de Oliveira Fogaça	Conselho Escolar
Mielki Grazieli Walker Iseppi	Associação de Pais e Funcionários
Patrícia Woicikoski dos Santos	Coordenação Pedagógica
Ângela Maria Alves de Lima	Professores / educadores
Carla Reitz Soares	Professores / educadores
Maria Rita Mafra	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.644/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.644, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANTON MAX ARTUR SPRANGER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Dayse Cristine Otto	Conselho Escolar
Janaina Helena Regis	Associação de Pais e Funcionários
Apolyana Kling Borchardt	Coordenação Pedagógica
Juliana Noldin da Silva	Professores / educadores
Sirley Neis Gaulke	Professores / educadores
Sandra Regina Zils Kuhn	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.645/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.645, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANTONIO JOSÉ CURTIPASSI.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Salvador Miguel de Souza	Conselho Escolar
Andressa Lueders Tomio	Associação de Pais e Funcionários
Nícia Azevedo Marcos	Coordenação Pedagógica
Ellessandra Biondes de Souza	Professores / educadores
Icelda Zilda Lueders	Professores / educadores
Felipe Anzini	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo
Carmen Lúcia Pereira	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.646/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.646, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARNO BERNARDES.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Jucele de Oliveira Reis	Conselho Escolar
Jaqueline de Lima Souza Steinbach	Associação de Pais e Funcionários
Ivone Durda	Coordenador Pedagógico
Giseli Maria Wolf	Professores / educadores
Terezinha Aparecida Barbosa dos Santos Chumis	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.647/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.647, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL AUGUSTO KOESTER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Bruna Freitas	Conselho Escolar
Betina Carla Leite	Associação de Pais e Funcionários
Mirelle Cristina Neves	Coordenação Pedagógica
Scheilla Cristina dos Santos	Professores / educadores
Michelle Inácio	Professores / educadores
Lucia Luciano	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.648/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.648, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BERTHA MÜLLER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Vânia Vieira dos Santos	Conselho Escolar
Jefferson Pereira	Associação de Pais e Funcionários
Joyce Christiane Hochheim	Coordenação Pedagógica
Denise Garrucho Rodrigues Leite	Professores / educadores
Janete Fernandes	Professores / educadores
Marilucia Becker	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.649/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.649, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRANDINA BUERGER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Maurício Valgas Lima	Conselho Escolar
Raquel Reis	Associação de Pais e Funcionários
Priscila Tomio	Professores / educadores
Katia Cinara Oneda Lizandro	Professores / educadores
Edineia de Pontes	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as

avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.650/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.650, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRUNO SCHREIBER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Janaina Carolina Schultz	Conselho Escolar
Claudia Regina de Mattos	Coordenação Pedagógica
Márcia Klitzke	Professores / educadores
Talita Dalva dos Anjos	Professores / educadores
Marcia Aparecida Schmitt Pinheiro	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.651/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.651, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CARLOS ROHWEDER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Silvana Salete Saccon Dall Igna	Conselho Escolar
Franciele Retka	Associação de Pais e Funcionários

Mayara Tairine Dotto Tratch	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo
Renata Linhares dos Santos	Coordenação Pedagógica
Alexandra da Silva Wolf	Professores/Educadores
Maria da Luz Policeno Effting	Professores/Educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.652/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.652, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CILLY JENSEN.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Patrícia Pereira Araujo	Conselho Escolar
Sandra Pasold	Associação de Pais e Funcionários
Elizandra Aparecida da Silva Felipin	Coordenação Pedagógica
Marilene Brune	Professores / educadores
Carim Suely Biz	Professores / educadores
Indira Karina Becker Dias	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.653/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.653, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DANIEL BRESSANINI.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de

Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cleiton Seiler	Conselho Escolar
Vanessa Vargas	Associação de Pais e Funcionários
Maite Daiana Bassani Waltrick	Coordenação Pedagógica
Solange Schmitt Coelho	Professores / educadores
Bárbara Renata Machado	Professores / educadores
Sueli Célia de Jesus da Silva	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo
Silvana Nadir Zimmermann Reis	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.654/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.654, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DÁRIO JOÃO VIEIRA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Daniela Esperança Schmidt	Conselho Escolar
Joana Marcarini	Associação de Pais e Funcionários
Naiara dos Santos Thomaz	Coordenação Pedagógica
Naiara Thomaz dos Santos	Professores / educadores
Sabrina Bruner	Professores / educadores
Leonardo dos Santos Pereira	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo
Carla Bernardo	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.655/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.655, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DR. ARÃO REBELLO.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ana Carla Duarte	Conselho Escolar
Daniela Erica Imme	Associação de Pais e Funcionários
Sandra Regina de Zutter	Coordenação Pedagógica
Carla Beatriz Schmitz da Rocha	Professores / educadores
Joyce Christiane Butci Scheibe	Professores / educadores
Julica Resner Dittich	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo
Tereza Cristina dos Santos	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.656/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.656, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DR. WILSON GOMES SANTIAGO.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Alberto Marcelo Diaz Gutierrez	Conselho Escolar
Michael Ricardo Duarte	Associação de Pais e Funcionários
Júlia Patricia Noriler Marschalek	Coordenação Pedagógica
Marines Rosa Santos	Professores / educadores
Dulce da Silva	Professores / educadores
Maria de Lourdes Fontana	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.657/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.657, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDGAR SASSE.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Filomena Nazareth Pereira	Conselho Escolar
Susiane da Silva	Associação de Pais e Funcionários
Joyce Helena da Silva	Professores / educadores
Solange Feuser	Professores / educadores
Victor Hugo Lessa Sardinha Souto	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.658/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.658, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ELISA HORT.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Lucilene França Leite	Conselho Escolar
Dinara Aparecida da Silva Moretto	Associação de Pais e Funcionários
Soleide Batista Gomes	Coordenação Pedagógica
Patrícia Cristina Lindner	Professores / educadores
Márcia da Silva de Oliveira Junkes	Professores / educadores

Zita Berri Bachmann	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo
Marise Hort Tomaz	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.659/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.659, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMÍLIA PISKE.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marilene Aparecida David	Conselho Escolar
Zenaide Ramos	Associação de Pais e Funcionários
Cristiane Esser	Professores / educadores
Daiane Raquel Stuepp	Professores / educadores
Marcos Sell	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.660/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.660, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMMA TRIBESS.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Júlio Cesar Brehmer	Associação de Pais e Funcionários
Roselene Mara Carl	Professores / educadores
Eliane Cristina da Silva	Professores / educadores
Jeane Angelita Dolores Calizario	Pessoal do Serviço Técnico-Administrativo
Sirlei Fátima Dias dos Santos	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de SETEMBRO de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.819/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.819, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

DESIGNA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PEDRO I.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR para compor a comissão própria de avaliação institucional da Escola Básica Municipal Pedro I:

EMANUELE SOPHIA MOMO, representante do segmento “alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)”, em substituição a MATHIAS LUCKMANN DE LIZ E SILVA, designado pela Portaria SEDEAD nº 30.736, de 21 de setembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de outubro de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO Nº 356/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 356/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Telesul Telecomunicações Ltda

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de pontos de acesso de rede sem fio (ampliação dos equipamentos existentes), com garantia, assistência técnica e treinamento de usuários, destinados à ampliação da Rede FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 150/2016 e Ata nº. 163/2016 firmado em 10 de Outubro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	37282	25	Peça	Ponto de Acesso wireless para uso indoor, dual radio 5GHZ, 802.11ac e 2.4GHz, 802.11n, com MIMO 2x2.2, com funções de gerenciamento e controle de acessos, com as seguintes características: Marca: Aruba by HPN Modelo: Aruba Instant IAP-205 Wireless Access Point IAP-205 RW	3.174,19	79.354,75
2	36745	25	Peça	Fonte de alimentação PoE, com as seguintes características: Marca: Aruba by HPN Modelo: 1 Port 802.3af P0E Midspan-PD-350 1G-AC	433,93	10.848,25
3	37283	25	Kit	Kit de montagem no teto para ponto de acesso wireless indoor, com as seguintes características: Marca: Aruba by HPN Modelo: Aruba Access Point Mount Kit – AP-220-220-MNT-W1	114,18	2.854,50
4	37284	25	Licença	Software de gerencia da plataforma WLAN, seus pontos de acesso e controladores, com as seguintes especificações: Marca: Aruba by HPN Modelo: Airwave 8.0 – LIC-AW	217,13	5.428,25
5	37297	25	Despesa	Serviço de Garantia e Suporte Técnico para software de gerenciamento, com as seguintes características mínimas: Marca: Eletrosul Modelo: Eletrosul	71,25	1.781,25
6	37296	25	Despesa	Serviço de Garantia e Suporte Técnico para AP, com as seguintes características mínimas: Marca: Eletrosul Modelo: Eletrosul	181,38	4.534,50
7	32802	1	Serviço	Serviço de treinamento, no local, para instalação e configuração do(s) equipamento(s), com as seguintes características mínimas:	23.198,50	23.198,50
Preço Global (em R\$)				128.000,00		
Preço Global (em reais, por extenso)				Cento e vinte e oito mil reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga e, conforme o caso, treinamento de usuários) dos equipamentos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 10/10/2016.

EXTRATO Nº 373/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 373/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

PVR Impressão Digital Ltda. Eireli

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de adesivos em vinil, banners, empenas e faixas em lona e placas de identificação em PS e PVC para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 209/2016 e Ata nº. 168/2016 firmado em 17 de Outubro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
14	36631	2	Peça	Empena em lona 685 x 2000 cm, com as seguintes especificações: - Empena em lona de gramatura mínima 550 g/m ² (quinhentos e cinquenta gramas por metro quadrado); - Trama 1.000 x 1.000, formato 700 cm x 2000 cm (largura x altura); - Tecnologia de impressão digital em 6 (seis) cores (C, M, Y, K, LC e LM); - Tinta a base de solvente para uso externo; - Durabilidade mínima da tinta de 2 (dois) anos em uso externo; - Acabamento com ilhós a cada 15 cm (quinze centímetros) para fixação na empena fixa. Informações adicionais: - Com instalação incluída, que demanda descida em rapel e pessoal capacitado para trabalho em altura, com certificado válido da NR35 do Ministério do Trabalho; - Artes diferentes por pedido; - Pedido mínimo de 1 (uma) peça; - Local de instalação: Bloco I do Campus II da FURB (Rua São Paulo).	6.500,00	13.000,00
Preço Total do Item 14 (em reais, por extenso)				Treze mil reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga e, se for o caso, instalação) dos materiais, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 17/10/2016.

EXTRATO Nº 377/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 377/2016

Dispensa de Licitação nº. 157/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de divisórias e portas em PVC, com serviços de instalação, para os banheiros da recepção do Hospital Universitário (HU) da FURB. Contratada: Bluforro Divisórias Ltda EPP (CNPJ nº. 05.425.925/0001-06). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a efetiva entrega e instalação das divisórias e portas, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 3.039,91 (três mil e trinta e nove reais e noventa e um centavos)/01.09.12.364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração)/3.3.90.30.

Blumenau, 17 de outubro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2227/16; 06-2229/16 E 06.2233/16 - SAMAE**PREGÃO PRESENCIAL 06-2227/2016**

Objeto: Registro de preços para contratação de serviços técnicos especializados para execução dos serviços de substituição/troca de hidrômetros com diâmetro de ½", ¾", 1.1/2", 1" e 2", pelo período de 01 (um) ano.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa:

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ÁGUA CLARA LTDA ME

CNPJ: 00.973.898/0001-84

Valor Total: R\$ 220.372,15

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 17 de outubro de 2016.

PREGÃO PRESENCIAL 06-2229/2016

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de película de proteção solar tipo fumê 35% e espelhada, conforme termo de referência.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa:

FOOT COMERCIAL LTDA ME

CNPJ: 11.397.879/0001-73

Valor Total: R\$ 26.600,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 17 de outubro de 2016.

PREGÃO PRESENCIAL 06-2233/2016

Objeto: Registro de preço para possível aquisição de areias, britas, pó e base de brita, pedrisco, macadame e afins, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO ITEM A ITEM.

Empresas:

AGREMIX COMÉRCIO DE AGREGADOS LTDA

CNPJ: 03.195.384/0001-33

Valor Total: R\$ 47.690,00

BALNEÁRIO MAT DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 00.874.055/0002-01

Valor Total: R\$ 266.000,00

LEOPOLDO CLAUDINEI JANUARIO ME

CNPJ: 08.632.151/0001/74

Valor Total: R\$ 310.000,00

OURO PRETO MINERAÇÃO LTDA

CNPJ: 83.493.973/0001-37

Valor Total: R\$ 728.000,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 18 de outubro de 2016.

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2221/16 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2221/2016 - Processo Licitação Pregão Presencial 2231/2016

Objeto: Registro de Preços para possível Aquisição de Materiais de Expediente, pelo período de 01 ano – SAMAE.

Empresa(s):

BOZZANO E BOZZANO LTDA ME CNPJ: 85.323.392/0001-82

Item 01: Valor unitário R\$ 2,27 (dois reais e vinte e sete centavos) e valor total R\$ 45,40 (quarenta e cinco reais e quarenta centavos).

Item 02: Valor unitário R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 45,80 (quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

Item 03: Valor unitário R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 45,80 (quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

Item 04: Valor unitário R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 45,80 (quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

Item 09: Valor unitário R\$ 1,84 (um real e oitenta e quatro centavos) e valor total R\$18,40 (dezoito reais e quarenta centavos).

Item 10: Valor unitário R\$ 5,96 (cinco reais e noventa e seis centavos) e valor total R\$ 119,20 (cento e dezenove reais e vinte centavos).

Item 12: Valor unitário R\$ 7,18 (sete reais e dezoito centavos) e valor total R\$ 215,40 (duzentos e quinze reais e quarenta centavos).

Item 13: Valor unitário R\$ 12,79 (doze reais e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 306,96 (trezentos e seis reais e noventa e seis centavos).

Item 16: Valor unitário R\$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos) e valor total R\$ 16,95 (dezesseis reais e noventa e cinco centavos).
Item 17: Valor unitário R\$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos) e valor total R\$ 16,95 (dezesseis reais e noventa e cinco centavos).
Item 18: Valor unitário R\$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos) e valor total R\$ 16,95 (dezesseis reais e noventa e cinco centavos).
Item 19: Valor unitário R\$ 1,08 (um real e oito centavos) e valor total R\$ 12,96 (doze reais e noventa e seis centavos).
Item 20: Valor unitário R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 19,95 (dezenove reais e noventa e cinco centavos).
Item 22: Valor unitário R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 42,96 (quarenta e dois reais e noventa e seis centavos).
Item 23: Valor unitário R\$ 2,39 (dois reais e trinta e nove centavos) e valor total R\$ 57,36 (cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos).
Item 29: Valor unitário R\$ 7,79 (sete reais e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 233,70 (duzentos e trinta e três reais e setenta centavos).
Item 30: Valor unitário R\$ 15,70 (quinze reais e setenta centavos) e valor total R\$ 157,00 (cento e cinquenta e sete reais).
Item 31: Valor unitário R\$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos) e valor total R\$ 710,00 (setecentos e dez reais).
Item 32: Valor unitário R\$ 2,67 (dois reais e sessenta e sete centavos) e valor total R\$ 80,10 (oitenta reais e dez centavos).
Item 33: Valor unitário R\$ 6,54 (seis reais e cinquenta e quatro centavos) e valor total R\$ 235,44 (duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).
Item 34: Valor unitário R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) e valor total R\$ 30,90 (trinta reais e noventa centavos).

Item 36: Valor unitário R\$ 2,54 (dois reais e cinquenta e quatro centavos) e valor total R\$ 254,00 (duzentos e cinquenta e quatro reais).
Item 37: Valor unitário R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 229,00 (duzentos e vinte e nove reais).
Item 38: Valor unitário R\$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos) e valor total R\$ 339,00 (trezentos e trinta e nove reais).
Item 40: Valor unitário R\$ 5,59 (cinco reais e cinquenta e nove centavos) e valor total R\$ 44,72 (quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos).
Item 41: Valor unitário R\$ 4,99 (quatro reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 119,76 (cento e dezenove reais e setenta e seis centavos).
Item 43: Valor unitário R\$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 66,96 (sessenta e seis reais e noventa e seis centavos).
Item 44: Valor unitário R\$ 2,59 (dois reais e cinquenta e nove centavos) e valor total R\$ 77,70 (setenta e sete reais e setenta centavos).
Item 45: Valor unitário R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 27,48 (vinte e sete reais e quarenta e oito centavos).
Item 46: Valor unitário R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 27,48 (vinte e sete reais e quarenta e oito centavos).
Item 54: Valor unitário R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 95,76 (noventa e cinco reais e setenta e seis centavos).
Item 55: Valor unitário R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 159,60 (cento e cinquenta e nove reais e sessenta centavos).
Item 56: Valor unitário R\$ 4,35 (quatro reais e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 104,40 (cento e quatro reais e quarenta centavos).
Item 57: Valor unitário R\$ 0,79 (setenta e nove centavos) e valor total R\$ 47,40 (quarenta e sete reais e quarenta centavos).
Item 58: Valor unitário R\$ 1,68 (um real e sessenta e oito centavos) e valor total R\$ 40,32 (quarenta reais e trinta e dois centavos).
Item 63: Valor unitário R\$ 2,37 (dois reais e trinta e sete centavos) e valor total R\$ 14,22 (quatorze reais e vinte e dois centavos).
Item 64: Valor unitário R\$ 2,37 (dois reais e trinta e sete centavos) e valor total R\$ 14,22 (quatorze reais e vinte e dois centavos).
Item 65: Valor unitário R\$ 2,37 (dois reais e trinta e sete centavos) e valor total R\$ 14,22 (quatorze reais e vinte e dois centavos).
Item 66: Valor unitário R\$ 2,37 (dois reais e trinta e sete centavos) e valor total R\$ 14,22 (quatorze reais e vinte e dois centavos).
Item 67: Valor unitário R\$ 1,18 (um real e dezoito centavos) e valor total R\$ 118,00 (cento e dezoito reais).
Item 68: Valor unitário R\$ 21,70 (vinte e um reais e setenta centavos) e valor total R\$ 520,80 (quinhentos e vinte reais e oitenta centavos).
Item 69: Valor unitário R\$ 1,43 (um real e quarenta e três centavos) e valor total R\$ 85,80 (oitenta e cinco reais e oitenta centavos).
Item 71: Valor unitário R\$ 54,90 (cinquenta e quatro reais e noventa centavos) e valor total R\$ 274,50 (duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).
Item 77: Valor unitário R\$ 15,99 (quinze reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 191,88 (cento e noventa e um reais e oitenta e oito centavos).
Item 78: Valor unitário R\$ 13,72 (treze reais e setenta e dois centavos) e valor total R\$ 823,20 (oitocentos e vinte e três reais e vinte centavos).
Item 80: Valor unitário R\$ 3,78 (três reais e setenta e oito centavos) e valor total R\$ 189,00 (cento e oitenta e nove reais).
Item 88: Valor unitário R\$ 1,74 (um real e setenta e quatro centavos) e valor total R\$ 417,60 (quatrocentos e dezessete reais e sessenta centavos).
Item 89: Valor unitário R\$ 1,74 (um real e setenta e quatro centavos) e valor total R\$ 313,20 (trezentos e treze reais e vinte centavos).
Item 95: Valor unitário R\$ 0,18 (dezoito centavos) e valor total R\$ 18,00 (dezoito reais).

Item 123: Valor unitário R\$ 4,79 (quatro reais e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 1.197,50 (um mil, cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos).
Item 124: Valor unitário R\$ 4,79 (quatro reais e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 1.197,50 (um mil, cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos).
Item 127: Valor unitário R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 53,70 (cinquenta e três reais e setenta centavos).

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME CNPJ: 21.304.312/0001-69

Item 05: Valor unitário R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) e valor total R\$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).
Item 06: Valor unitário R\$ 0,12 (doze centavos) e valor total R\$ 6,00 (seis reais).
Item 07: Valor unitário R\$ 0,18 (dezoito centavos) e valor total R\$ 9,00 (nove reais).
Item 08: Valor unitário R\$ 0,23 (vinte e três centavos) e valor total R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos).
Item 11: Valor unitário R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) e valor total R\$ 56,25 (cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).
Item 14: Valor unitário R\$ 7,90 (sete reais e noventa centavos) e valor total R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais).
Item 15: Valor unitário R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos) e valor total R\$ 79,20 (setenta e nove reais e vinte centavos).
Item 21: Valor unitário R\$ 6,39 (seis reais e trinta e nove centavos) e valor total R\$ 191,70 (cento e noventa e um reais e setenta centavos).
Item 24: Valor unitário R\$ 14,80 (quatorze reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 29,60 (vinte e nove reais e sessenta centavos).

- Item 25: Valor unitário R\$ 11,20 (onze reais e vinte centavos) e valor total R\$ 33,60 (trinta e três reais e sessenta centavos).
- Item 26: Valor unitário R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 13,00 (treze reais).
- Item 27: Valor unitário R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) e valor total R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos).
- Item 28: Valor unitário R\$ 0,48 (quarenta e oito centavos) e valor total R\$ 14,40 (quatorze reais e quarenta centavos).
- Item 35: Valor unitário R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 458,00 (quatrocentos e cinquenta e oito reais).
- Item 39: Valor unitário R\$ 8,90 (oito reais e noventa centavos) e valor total R\$ 44,50 (quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).
- Item 42: Valor unitário R\$ 4,11 (quatro reais e onze centavos) e valor total R\$ 411,00 (quatrocentos e onze reais).
- Item 47: Valor unitário R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 27,48 (vinte e sete reais e quarenta e oito centavos).
- Item 48: Valor unitário R\$ 3,18 (três reais e dezoito centavos) e valor total R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).
- Item 49: Valor unitário R\$ 2,69 (dois reais e sessenta e nove centavos) e valor total R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos).
- Item 50: Valor unitário R\$ 9,20 (nove reais e vinte centavos) e valor total R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais).
- Item 51: Valor unitário R\$ 3,12 (três reais e doze centavos) e valor total R\$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais).
- Item 52: Valor unitário R\$ 0,79 (setenta e nove centavos) e valor total R\$ 55,30 (cinquenta e cinco reais e trinta centavos).
- Item 53: Valor unitário R\$ 1,49 (um real e quarenta e nove centavos) e valor total R\$ 223,50 (duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).
- Item 59: Valor unitário R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos) e valor total R\$ 393,60 (trezentos e noventa e três reais e sessenta centavos).
- Item 60: Valor unitário R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos) e valor total R\$ 246,00 (duzentos e quarenta e seis reais).
- Item 61: Valor unitário R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos) e valor total R\$ 246,00 (duzentos e quarenta e seis reais).
- Item 62: Valor unitário R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos) e valor total R\$ 147,60 (cento e quarenta e sete reais e sessenta centavos).
- Item 70: Valor unitário R\$ 0,21 (vinte e um centavos) e valor total R\$ 4.200,00 (quatro mil, duzentos reais).
- Item 72: Valor unitário R\$ 22,80 (vinte e dois reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 228,00 (duzentos e vinte e oito reais).
- Item 73: Valor unitário R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 126,40 (cento e vinte e seis reais e quarenta centavos).
- Item 74: Valor unitário R\$ 33,80 (trinta e três reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 405,60 (quatrocentos e cinco reais e sessenta centavos).
- Item 75: Valor unitário R\$ 33,80 (trinta e três reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 405,60 (quatrocentos e cinco reais e sessenta centavos).
- Item 76: Valor unitário R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) e valor total R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais).
- Item 79: Valor unitário R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais).
- Item 82: Valor unitário R\$ 0,74 (setenta e quatro centavos) e valor total R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais).
- Item 83: Valor unitário R\$ 0,74 (setenta e quatro centavos) e valor total R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais).
- Item 84: Valor unitário R\$ 0,74 (setenta e quatro centavos) e valor total R\$ 74,00 (setenta e quatro reais).
- Item 85: Valor unitário R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) e valor total R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).
- Item 86: Valor unitário R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) e valor total R\$ 162,50 (cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
- Item 87: Valor unitário R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) e valor total R\$ 97,50 (noventa e sete reais e cinquenta centavos).
- Item 91: Valor unitário R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos) e valor total R\$ 29,34 (vinte e nove reais e trinta e quatro centavos).
- Item 92: Valor unitário R\$ 1,49 (um real e quarenta e nove centavos) e valor total R\$ 1.490,00 (um mil, quatrocentos e noventa reais).
- Item 93: Valor unitário R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais).
- Item 94: Valor unitário R\$ 7,19 (sete reais e dezenove centavos) e valor total R\$ 143,80 (cento e quarenta e três reais e oitenta centavos).
- Item 96: Valor unitário R\$ 0,23 (vinte e três centavos) e valor total R\$ 23,00 (vinte e três reais).
- Item 97: Valor unitário R\$ 1,38 (um real e trinta e oito centavos) e valor total R\$ 27,60 (vinte e sete reais e sessenta centavos).
- Item 98: Valor unitário R\$ 26,49 (vinte e seis reais e quarenta e nove centavos) e valor total R\$ 5.298,00 (cinco mil, duzentos e noventa e oito reais).
- Item 99: Valor unitário R\$ 6,19 (seis reais e dezenove centavos) e valor total R\$ 309,50 (trezentos e nove reais e cinquenta centavos).
- Item 100: Valor unitário R\$ 8,59 (oito reais e cinquenta e nove centavos) e valor total R\$ 429,50 (quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos).
- Item 101: Valor unitário R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 143,20 (cento e quarenta e três reais e vinte centavos).
- Item 102: Valor unitário R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 53,70 (cinquenta e três reais e setenta centavos).
- Item 103: Valor unitário R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos).
- Item 104: Valor unitário R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 53,70 (cinquenta e três reais e setenta centavos).
- Item 105: Valor unitário R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos).
- Item 106: Valor unitário R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 53,70 (cinquenta e três reais e setenta centavos).
- Item 107: Valor unitário R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 53,70 (cinquenta e três reais e setenta centavos).
- Item 108: Valor unitário R\$ 10,69 (dez reais e sessenta e nove centavos) e valor total R\$ 256,56 (duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).
- Item 109: Valor unitário R\$ 5,68 (cinco reais e sessenta e oito centavos) e valor total R\$ 34,08 (trinta e quatro reais e oito centavos).
- Item 110: Valor unitário R\$ 7,99 (sete reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 79,90 (setenta e nove reais e noventa centavos).
- Item 111: Valor unitário R\$ 9,33 (nove reais e trinta e três centavos) e valor total R\$ 46,65 (quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).
- Item 112: Valor unitário R\$ 9,33 (nove reais e trinta e três centavos) e valor total R\$ 46,65 (quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).
- Item 114: Valor unitário R\$ 0,37 (trinta e sete centavos) e valor total R\$ 92,50 (noventa e dois reais e cinquenta centavos).
- Item 115: Valor unitário R\$ 2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos) e valor total R\$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais).
- Item 116: Valor unitário R\$ 1,99 (um real e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 199,00 (cento e noventa e nove reais).
- Item 117: Valor unitário R\$ 1,05 (um real e cinco centavos) e valor total R\$ 210,00 (duzentos e dez reais).
- Item 119: Valor unitário R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 3.192,00 (três mil, cento e noventa e dois reais).
- Item 120: Valor unitário R\$ 32,90 (trinta e dois reais e noventa centavos) e valor total R\$ 65,80 (sessenta e cinco reais e oitenta centavos).
- Item 121: Valor unitário R\$ 11,99 (onze reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 59,95 (cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

centavos).

Item 128: Valor unitário R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) e valor total R\$ 376,00 (trezentos e setenta e seis reais).

Item 129: Valor unitário R\$ 0,88 (oitenta e oito centavos) e valor total R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Item 130: Valor unitário R\$ 0,96 (noventa e seis centavos) e valor total R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

Item 131: Valor unitário R\$ 0,89 (oitenta e nove centavos) e valor total R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais).

Item 133: Valor unitário R\$ 0,32 (trinta e dois centavos) e valor total R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais).

Item 134: Valor unitário R\$ 0,079 (oito centavos) e valor total R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais).

ONLINEHOJE INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 08.953.537/0001-88

Item 90: Valor unitário R\$ 29,74 (vinte e nove reais e setenta e quatro centavos) e valor total R\$ 1.070,64 (um mil e setenta reais e sessenta e quatro centavos).

Item 122: Valor unitário R\$ 15,21 (quinze reais e vinte e um centavos) e valor total R\$ 730,08 (setecentos e trinta reais e oito centavos).

Item 125: Valor unitário R\$ 10,75 (dez reais e setenta e cinco centavos) e valor total R\$ 129,00 (cento e vinte e nove reais).

ARTEPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS DE PAPEL LTDA - EPP CNPJ: 11.023.019/0001-70

Item 118: Valor unitário R\$ 15,75 (quinze reais e setenta e cinco centavos) e valor total R\$ 12.600,00 (doze mil, seiscentos reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, o Decreto Municipal nº 7.106/02, que regula-
menta o Sistema de Registro de Preços, e o Decreto 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551,
Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 29 de Setembro de 2016.

Valdair José Matias

Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4946/2016

DECRETO Nº 4946/16 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016

AUTORIZA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI, A TÍTULO PRECÁRIO E PROVISÓRIO, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE –SC., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO, os termos da Lei Complementar nº 430/04, que "Dispõe sobre critérios para exploração dos serviços de utilidade pública municipal de transportes de passageiros e utilitários e dá outras providências".

CONSIDERANDO a necessidade de dotar o Município de Bom Jesus do Oeste – SC., do serviço de transporte, na modalidade de táxi, para atender a população do Município e demais visitantes;

CONSIDERANDO também a inviabilidade momentânea de se operacionalizar um serviço efetivo e fixo;

CONSIDERANDO o necessário estudo prévio avaliando a viabilidade, itinerários, frota, tarifas, terminais, faz-se necessário à permissão a título precário a fim de obterem-se as informações necessárias à implantação efetiva e duradoura do serviço;

DECRETA:

Art. 1º. O serviço provisório de táxi no Município de Bom Jesus do Oeste – SC., será outorgada a título precário à pessoa jurídica, devidamente habilitada e inscrita no Cadastro Municipal de Contribuintes (Alvará de Licença).

Art. 2º. Será criada na forma provisória, 01 (um) ponto de táxi, na Rua Irmão Ambrósio - Bar do Áureo, Bom Jesus do Oeste/SC.

Art. 3º. A autorização será concedida a título precário, podendo ser cassada a qualquer tempo, a critério exclusivo do Chefe do Poder Executivo, sem qualquer direito indenizatório ao autorizado.

Art. 4º. O pedido de autorização far-se-á por meio de requerimento escrito, protocolizado no Departamento de Administração do Município, instruído com os comprovantes de regularidade fiscal junto as fazendas Federal, Estadual e Municipal, documento que comprove a habilitação de motorista e alvará municipal.

Art. 5º. O veículo utilizado para o transporte deverá possuir, pelo menos, 04 (quatro) portas, fabricados a partir do ano de 2009, devidamente licenciado, e estar em perfeito estado de uso e conservação, e só será liberado para uso após realizar-se vistoria prévia.

Art. 6º. O autorizado deverá obrigatoriamente cobrar os valores de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos) por km percorrido dentro do território do município de Bom Jesus do Oeste, valor este que será reajustado anualmente.

Art. 7º. O autorizado se responsabilizará por qualquer indenização patrimonial e/ou extrapatrimonial que causar ao transportado durante a execução do serviço.

Art. 8º. O prazo para habilitação dos interessados será de 10 dias, contados da publicação deste, e a inscrição deverá ser feita junto ao setor de tributação da Administração Pública de Bom Jesus do Oeste.

Art. 9º. Caso houver mais que um interessado, a classificação se dará levando em consideração as condições do veículo e a habilitação do condutor do mesmo.

Art. 10º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 11º. Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), em 14 de outubro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

Bom Retiro

PREFEITURA

911.10.16 - P. LIC. MOT. P. FAM. ELIT. P. HEMCKMAIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 911/16 de 14.10.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 10 (dez) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 11 de outubro com término no dia 20 de outubro de 2016, a funcionária Eli Terezinha Perroni Hemckmaier, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

912.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCIA M. R. CABRAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 912/16 de 17.10.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 14 de outubro de 2016, a funcionária Lucia Mariza da Rosa Cabral ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

913.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA C. B. GORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 913/16 de 17.10.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 14 de outubro de 2016, a funcionária Ana Carina Broering Gorges, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemckmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

914.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIZETE L. S. MAFFIOLETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 914/16 de 17.10.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 17 de outubro de 2016 com término no dia 21 de outubro de 2016, a funcionária Elizete Luzia da Silva Maffioletti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Paraíso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

915.10.16 - P. CONSELHO CMDRBR

Portaria n. 911/16 de 18.10.2016.

Nomeia Membros para Compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Bom Retiro, CMDR/BR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro-SC no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2069/11 de 02 de março de 2011;

D e c r e t a:

Art. 1. Ficam nomeados os membros para compor o Municipal de Desenvolvimento Rural de Bom Retiro, CMDR/BR, de acordo com a indicação abaixo descrita:

Prefeito Municipal ou seu representante;
Albino Gonçalves Padilha

Secretário Municipal de Agricultura e do Meio Ambiente;
João Batista da Silva
Um representante das cooperativas;
Titular: Fabiano de Oliveira Figueiredo e
Suplente: Rafael Broering;

Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
Titular: Vergínio Moretti e
Suplente: Edna Aparecida Deucher;

Um representante do Sindicato Rural;
Titular: Milton Graciano Peron e
Suplente: Luiz Fernando Kumm;

Um representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte;
Titular: Elizabete Werlich Mateus
Suplente: Andreia Cristina de Oliveira Deucher
Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
Titular: Ana Paula Chini
Suplente: Saulo Steimbach
Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
Titular: Hiede Maria Carbonera
Suplente: Ana Paula Cabral
Um representante da Secretaria do Bem Estar Social;
Titular: Suzany Bonin Cabral
Suplente: Dulceara Faustino
Um representante da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos;
Titular: Argeu Jurandir Gonçalves Padilha
Suplente: Pedro Paulo de Jesus
Um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
Titular: José Luiz Leite Junior
Suplente: Arnaldo Gean do Nascimento
Todos os técnicos das entidades públicas ligadas a agropecuária (Cidasc, Epagri, Prefeitura, etc.);
Titular: James Oscar Vieira e
Suplente José kauling Sobrinho

Um representante de cada agente financeiro;
Titular: João Gilberto Bruder e
Suplente: José Roberto Furlanetto

Um representante de cada Associação de Microbacias;
Representantes da Associação da Microbacia Nascente do Rio Barro Branco.
Titular: Jeferson Ferreira
Suplente: Francisco dos Santos
Representantes da Associação da Microbacia Nascente do Rio Bom Retiro
Titular: Fabricio Leorcino da Silva

Suplente: Sirli Maria Floriano Prestes
Representantes da Associação da Microbacia Nascente do Rio do Meio:
Titular: Adriano Goedert
Suplente: Adenilson Sangaletti
Representantes da Associação da Microbacia Médio Rio João Paulo:
Titular: Agenor Scarabelot
Suplente: Lauro Pereira da Rosa.

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de outubro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

Sandra Mara Vieira Prá
Secret. Mun. Administ. e Fazenda

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.952/2016

DECRETO Nº 1.952/2016

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 26.721,30 (Vinte e seis mil setecentos e vinte e um reais e trinta centavos) conforme abaixo especificado:

06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-0125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(315)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 26.721,30

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 18/10/2016.

Botuverá, 18 de outubro de 2016.

NILO BARNI

Prefeito em Exercício

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2016 CONTRATO Nº 52/2015 - SEGUROS VEICULARES

ADITIVO Nº 01/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2015.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.350/0001-96, com sede representada pela Prefeitura Municipal de BOTUVERÁ, localizada na Rua João Morelli, 66 – Centro – BOTUVERÁ –SC, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº nº 455.167.669-15, residente e domiciliado à Rua 9 de Junho s/n, cidade de BOTUVERÁ/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GENTE SEGURADORA S/A, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 450, Bairro Centro Histórico, Cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob Nº 90.180.605/0001-02, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Marcelo Wais inscrito sob C.P.F. nº 632.005.380-15, e R.G. sob nº 7009036166 Residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 450, Bairro Centro Histórico, Cidade de Porto Alegre/RS, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do TERMO ADITIVO DE CONTRATO, sob o fundamento legal Art. 65 - 1º, da Lei Federal 8.666/93, SEGUROS DA FROTA MUNICIPAL, anexos e de conformidade com a Lei nº. 11.947/200, pelas cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a alteração dos quantitativos e prorrogação do prazo de vigência dos itens contratados, nos limites estabelecidos pelo Artigo 65, - 1º da lei 8.666/93, ficando a partir deste acrescidos conforme abaixo relacionados:

LOTE Nº 01						
ITEM	UND	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	SEGURADORA	Preço Unitário	Preço Total
01	SERV	1	Código: 5040 - Seguro do Veículo Placa MKA-8612 - Espécie Automóvel Passageiro, Fiat Doblo 1.4, 86 CV, Ano/Mod. 2012/2012 - Gasolina/Álcool, 07 passageiros, chassi 9BD119707C1091606.	GENTE SEGURADORA	1629,21	1629,21
REFERENTE ENDOSSO DETER				REPRESENTA 4,79% ADITIVO		
02	SERV	1	Código: 6100 - Seguro do Veículo Placa MFP-5125 - Espécie Automóvel Passageiro, Volkswagen Gol 1.0, 76 CV, Ano/Mod. 2009/2010 - Gasolina/Álcool, 05 passageiros, chassi 9BWAA05U0AT015293.	GENTE SEGURADORA	320,08	320,08
03	SERV	1	Seguro do Veículo Placa MFP-5125 - Espécie Automóvel Passageiro, Chery celer Hatch 1.5 16V, Ano/Mod; 2015/2016 – 05 passageiros, chassi: 98RDB11B9GA000529	GENTE SEGURADORA	320,00	320,00
LOTE Nº 02						

ITEM	UND	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	SEGURADORA	Preço Unitário	Preço Total
04	SERV	1	Código: 4952 - Seguro do Veículo Placa MFF-2406 - Espécie Ônibus Escolar, AGRALE MASCA, 150 CV, Ano/Mod. 2008/2008 - Diesel, 32 passageiros, chassi 9BYC22Y1S8C004614. (TC)	GENTE SEGURADORA	2348,38	2348,38
05	SERV	1	Código: 4954 - Seguro do Veículo Placa KPS-2893 - Espécie Ônibus Escolar, VOLKS BUSSCAR, 206 CV, Ano/Mod. 1998/1998 - Diesel, 55 passageiros, chassi 9BWY2TJB2WRB06977.	GENTE SEGURADORA	4319,53	4319,53
			REFERENTE ENDOSSO DETER	REPRESENTA 5,01% ADITIVO		
06	SERV	1	Código: 5045 - Seguro do Veículo Placa MJD-2136 - Espécie Ônibus Escolar, Volkswagen 15.190, 185 CV, Ano/Mod. 2011/2012 - Diesel, 48 passageiros, chassi 9532882W7BR169153.	GENTE SEGURADORA	2565,50	2565,50
07	SERV	1	Código: 4953 - Seguro do Veículo Placa MAB-3949 - Espécie Ônibus Escolar, Mercedes Benz 1318, 184 CV, Ano/Mod. 1991/1992 - Diesel, 41 passageiros, chassi 9BM384088MB929720.	GENTE SEGURADORA	2895,56	2895,56
08	SERV	1	Código: 4949 - Seguro do Veículo Placa MBQ-6045 - Espécie Ônibus Escolar, VW COMIL BELLO, 145 CV, Ano/Mod. 2002/2002 - Diesel, 26 passageiros, CHASSI 9BWFD52R72R215256. (CRAS)	GENTE SEGURADORA	2355,20	2355,20
09	SERV	1	Código: 4951 - Seguro do Veículo Placa AKS-0815 - Espécie Ônibus Escolar, VW 8150 NEOBUS, 145 CV, Ano/Mod. 2002/2002 - Diesel, 31 passageiros, chassi 9BWFD52R32R225329.	GENTE SEGURADORA	2325,98	2325,98
10	SERV	1	Código: 4955 - Seguro do Veículo Placa MGE-4795 - Espécie Ônibus Escolar, VW M/POLO TORINO, 225 CV, Ano/Mod. 2009/2009 - Diesel, 53 passageiros, chassi 9BWRL82W19R926274.	GENTE SEGURADORA	4299,09	4299,09
			REFERENTE ENDOSSO DETER	REPRESENTA 5,01% ADITIVO		
11	SERV	1	Código: 6372 - Seguro do Veículo Placa QHE-4615 - Espécie Micro-ônibus, IVECO Cityclass 70C17, 170 CV, Ano/Mod. 2013/2014 – Combustível Diesel, 23 passageiros, chassi 93ZL68C01E8457004.	GENTE SEGURADORA	3912,56	3912,56
			REFERENTE ENDOSSO DETER	REPRESENTA 5,01% ADITIVO		
12	SERV	1	Código: 6889 - Seguro do Veículo Placa ADD-6186 - Espécie Ônibus Escolar, Mercedes Bens OF1313, 130 CV, Ano/Mod. 1986/1986 - Combustível Diesel, 30 passageiros, chassi 34505011697001.	GENTE SEGURADORA	2178,97	2178,97
LOTE Nº 03						
ITEM	UND	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	SEGURADORA	Preço Unitário	Preço Total
13	SERV	1	Código: 4944 - Seguro do Veículo Placa MFS-4372 - Espécie Micro-ônibus, Renault Máster, 114 CV, Ano/Mod. 2005/2005 - Combustível Diesel, 16 passageiros, chassi 93YCDUH55J598600.	GENTE SEGURADORA	2908,65	2908,65
			REFERENTE ENDOSSO DETER	REPRESENTA 1,30% ADITIVO		
14	SERV	1	Código: 4943 - Seguro do Veículo Placa MDQ-9536 - Espécie Micro-ônibus, Peugeot Boxer, 127 CV, Ano/Mod. 2006/2007 - Combustível Diesel, 16 passageiros, chassi 936ZBPMMB72009319.	GENTE SEGURADORA	2908,65	2908,65
15	SERV	1	Código: 4945 - Seguro do Veículo Placa MHM-5785 - Espécie Micro-ônibus, Peugeot Boxer, 127 CV, Ano/Mod. 2009/2009 - Combustível Diesel, 16 passageiros, chassi 936ZBPMMB92042166.	GENTE SEGURADORA	2908,65	2908,65
			REFERENTE ENDOSSO DETER	REPRESENTA 1,73% ADITIVO		
16	SERV	1	Código: 4946 - Seguro do Veículo Placa MEW-3586 - Espécie Micro-ônibus, Peugeot Boxer, 127 CV, Ano/Mod. 2008/2008 - Combustível Diesel, 08 passageiros, chassi 936ZBPMFA82029522.	GENTE SEGURADORA	2310,69	2310,69
17	SERV	1	Código: 4947 - Seguro do Veículo Placa MJX-4028 - Espécie Micro-ônibus, Peugeot Boxer, 127 CV, Ano/Mod. 2011/2012 - Combustível Diesel, 16 passageiros, chassi 936ZBXMBC2077765.	GENTE SEGURADORA	2759,80	2759,80
			REFERENTE ENDOSSO DETER	REPRESENTA 1,30% ADITIVO		
			TOTAL DE % DO ADITIVO = 24,15			

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES: O valor total resultante do presente Termo Aditivo será de R\$ 43.266,50 (Quarenta e Três Mil e Duzentos e sessenta e Seis Reais e Cinquenta Centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES: Os recursos para pagamento das despesas oriundos deste termo aditivo, estão previstos na Lei Orcamentária do exercício de 2016, com as seguinte fonte e dotação:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
4000-Secretaria de Educação
4001-Divisão de Educação
0012-Educação
0361-Ensino Fundamenta
0030-Transporte Escolar
02.16-Manutenção e Operação do Transporte Escolar
3.3.3.9.0.00.00.00.00 –Aplicações Diretas

0036-Salário Educação.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO

5000 – 5001 - 0008 – 02.44 – 0100 - 2.27 - 3.3.3.9.0.00.00.00.00 -
00352 –Piso Básico Variável – SCFV.

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

6000 – 6001 – 0026 –00782 – 00125 - 2.35 -3.3.3.9.0.00.00.00.00 -
00039 – Fundo Especial do Petróleo - FEP.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11000-Fundo Municipal de Saúde

11001-Fundo Municipal de Saúde

00010-Saúde

00301-Atenção Básica

00090-Ações Gerais da Saúde

2.29-Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica

3.3.3.9.0.00.00.00.00.00-Aplicações Diretas

00102-Receitas de Impostos e Transferência de Impostos Saúde.

CLAUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2016, permanecem inalteradas.

As partes elegem o foro da Comarca de Brusque(SC), para dirimir qualquer dúvida ou litígio que possa ocorrer em virtude do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e convencionados, assinam as partes o presente contrato em duas vias de igual teor e forma sob a presença de duas testemunhas.

Botuverá(SC), 14 de Outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI Prefeito Municipal CONTRATANTE	GENTE SEGURADORA S/A MARCELO WAIS CONTRATADO
--	--

Testemunhas:

Vilson J. Giancesini Secretário de Transportes	Marcia Adriana Cancian Secretária da Saúde
---	---

Aprovo o presente termo:

Rodrigo Ivan Lazzarotti
Advogado OAB: 12298/SC

REPUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 1.950/2016

DECRETO Nº 1.950/2016

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 39.000,00 (Trinta e Nove Mil Reais) conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria Municipal de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-0030-2.16	Manutenção e Operação do Transporte Escolar
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(204)	Receita de Impostos e de Transf. Impostos Educação R\$ 24.500,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde
10-301-0090-2.30	-Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(226)	-Receita de Impostos e de Transf. Impostos Saúde R\$ 14.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

04.00	Secretaria Municipal de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-0030-2.16	Manutenção e Operação do Transporte Escolar
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(203)	Receita de Impostos e de Transf. Impostos Educação R\$ 24.500,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde
10-301-0090-2.30	-Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(46)	-Receita de Impostos e de Transf. Impostos Saúde R\$ 14.500,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 14/10/2016.

Botuverá, 14 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 1.951/2016

DECRETO Nº 1.951/2016

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 4.703,58 (Quatro mil setecentos e três reais e cinquenta e oito centavos) conforme abaixo especificado:

05.00	Secretaria de Assistência Social e Habitação
05.01	Fundo Municipal de Assistência Social
08-244-0100-2.27	Manutenção e Operação das Ações, Programas e Projetos do Serviço Social
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(339)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 2.355,20
07.00	Secretaria de Transportes
07.01	Divisão de Transportes
26-782-135.2.58	Manutenção e Funcionamento do Transporte Coletivo Municipal
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(343)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 2.348,38

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 14/10/2016.

Botuverá, 14 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 30/2016 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 41/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 30/2016 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 07.11.2016, estará selecionando a melhor proposta para Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos e ferramentas para manutenção da Estação do Tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo/SC. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 18 de outubro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO 76/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 076/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS/SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo nos artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 859/2015...

DECRETA:

Art. 1st - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 06.01 – SEC. DE AGRIC. PEC MEIO AMB IND E COMÉRCIO

Atividade: 2.018 – Manutenção da Secr. de Agricultura Ind e Comércio

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 R\$ 5.000,00

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.019 – Manutenção da Secr. De Desenvolvimento Social e Habitação

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 R\$ 15.000,00

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0002 R\$ 40.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0000 – Recursos Próprios, conforme art. 43, - 1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 2nd - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC, em 13 de outubro de 2016.

Ademil Antonio da Rosa,
Prefeito Municipal.

LEI 877/2016-ANEXOS LDO**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 1/5

Data: 17/10/2016

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	11.603.720,00	11.603.720,00	11.603.720,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	11.603.720,00	11.603.720,00	11.603.720,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	429.280,00	429.280,00	429.280,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	404.920,00	404.920,00	404.920,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	205.160,00	205.160,00	205.160,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	5.280,00	5.280,00	5.280,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	(432,00)	(432,00)	(432,00)
9.1.1.1.2.02.01.01.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 60% - descontos	(360,00)	(360,00)	(360,00)
9.1.1.1.2.02.01.02.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 60% - restituição	(72,00)	(72,00)	(72,00)
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	(180,00)	(180,00)	(180,00)
9.1.1.1.2.02.02.01.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 25% - descontos	(150,00)	(150,00)	(150,00)
9.1.1.1.2.02.02.02.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 25% - restituição	(30,00)	(30,00)	(30,00)
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	(108,00)	(108,00)	(108,00)
9.1.1.1.2.02.03.01.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 15% - descontos	(90,00)	(90,00)	(90,00)
9.1.1.1.2.02.03.02.00.00 Deduções de Receita do IPTU - 15% - restituição	(18,00)	(18,00)	(18,00)
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	140.000,00	140.000,00	140.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	86.000,00	86.000,00	86.000,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	54.000,00	54.000,00	54.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	59.880,00	59.880,00	59.880,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	(72,00)	(72,00)	(72,00)
9.1.1.1.2.08.01.01.00.00 Deduções de Receita do ITBI - 60% - restituição	(72,00)	(72,00)	(72,00)
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	(30,00)	(30,00)	(30,00)
9.1.1.1.2.08.02.01.00.00 Deduções de Receita do ITBI - 25% - restituição	(30,00)	(30,00)	(30,00)
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	(18,00)	(18,00)	(18,00)
9.1.1.1.2.08.03.01.00.00 Deduções de Receita do ITBI - 15% - restituição	(18,00)	(18,00)	(18,00)
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	199.760,00	199.760,00	199.760,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	199.760,00	199.760,00	199.760,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	(144,00)	(144,00)	(144,00)
9.1.1.1.3.05.01.01.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 60% - desconto	(72,00)	(72,00)	(72,00)
9.1.1.1.3.05.01.02.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 60% - restituição	(72,00)	(72,00)	(72,00)
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00 Adicional ISS - Fundo Municipal Combate à Pobreza	(60,00)	(60,00)	(60,00)
9.1.1.1.3.05.02.01.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 25% - desconto	(30,00)	(30,00)	(30,00)
9.1.1.1.3.05.02.02.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 25% - restituição	(30,00)	(30,00)	(30,00)
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	(36,00)	(36,00)	(36,00)
9.1.1.1.3.05.03.01.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 15% - desconto	(18,00)	(18,00)	(18,00)
9.1.1.1.3.05.03.02.00.00 Deduções de Receita do ISSQN - 15% - restituição	(18,00)	(18,00)	(18,00)
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	24.360,00	24.360,00	24.360,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	19.680,00	19.680,00	19.680,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	1.800,00	1.800,00	1.800,00
4.1.1.2.1.21.00.00.00.00 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	1.200,00	1.200,00	1.200,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	9.000,00	9.000,00	9.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 Taxa de Licença para Execução de Obras	1.800,00	1.800,00	1.800,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.000,00	6.000,00	6.000,00
9.1.1.2.1.99.00.00.00.00 Deduções de Receita de outras taxas p/ exercício do po	(120,00)	(120,00)	(120,00)
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	4.680,00	4.680,00	4.680,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	600,00	600,00	600,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4.200,00	4.200,00	4.200,00
9.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Deduções de Receita de outras Taxas pela prestação de	(120,00)	(120,00)	(120,00)
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	112.000,00	112.000,00	112.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PI	112.000,00	112.000,00	112.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	129.960,00	129.960,00	129.960,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 2/5

Data: 17/10/2016

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.800,00	1.800,00	1.800,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	1.800,00	1.800,00	1.800,00
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguéis	1.800,00	1.800,00	1.800,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	127.920,00	127.920,00	127.920,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	127.920,00	127.920,00	127.920,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	18.720,00	18.720,00	18.720,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	7.800,00	7.800,00	7.800,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	4.680,00	4.680,00	4.680,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Sal. Educação	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Ensin	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-PDDE	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Crech	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.05.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Pré-E	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.05.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Outras Transf	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. Remun. Dep. CIDE	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	2.160,00	2.160,00	2.160,00
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS Piso Básic	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS SCFV	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-SUA	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-BF	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.10.05.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS PVMC	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.10.99.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Outras Transf Si	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEP	2.400,00	2.400,00	2.400,00
4.1.3.2.5.01.15.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Assistência Soc	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Educação	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rec. de Remun. Convênios Estado Outros	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. COSIP	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.19.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS	360,00	360,00	360,00
4.1.3.2.5.01.19.01.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS - PSB	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.19.02.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS - Concess	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.19.03.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS - Investim	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.91.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienações Outros	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.92.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Outrc	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Educ	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.96.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - ConvTrâns.Prefei	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.97.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv.Trâns Civil	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trâns.Militar	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	109.200,00	109.200,00	109.200,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	109.200,00	109.200,00	109.200,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	240,00	240,00	240,00
4.1.3.3.1.00.00.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões - Serviços	120,00	120,00	120,00
4.1.3.3.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas Concessões e Permissões - Serviços	120,00	120,00	120,00
4.1.3.3.3.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	120,00	120,00	120,00
4.1.3.3.3.01.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	120,00	120,00	120,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	64.280,00	64.280,00	64.280,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	6.320,00	6.320,00	6.320,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	120,00	120,00	120,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	1.200,00	1.200,00	1.200,00
4.1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serviços Agropecuários	120,00	120,00	120,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 3/5

Data: 17/10/2016

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	57.720,00	57.720,00	57.720,00
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Residencial	48.000,00	48.000,00	48.000,00
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Comercial/Industrial	4.800,00	4.800,00	4.800,00
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Ligação de Água	4.800,00	4.800,00	4.800,00
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa Consumo de Água - Pública	120,00	120,00	120,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	120,00	120,00	120,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.818.180,00	10.818.180,00	10.818.180,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.628.580,00	10.628.580,00	10.628.580,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	6.256.580,00	6.256.580,00	6.256.580,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	5.718.400,00	5.718.400,00	5.718.400,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.600.000,00	6.600.000,00	6.600.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.320.000,00)	(1.320.000,00)	(1.320.000,00)
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Dezemb	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	48.000,00	48.000,00	48.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(9.600,00)	(9.600,00)	(9.600,00)
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	55.200,00	55.200,00	55.200,00
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	600,00	600,00	600,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	54.000,00	54.000,00	54.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	600,00	600,00	600,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	182.160,00	182.160,00	182.160,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	IGD-BF	12.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	SCFV	86.400,00	86.400,00	86.400,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Piso Básico Fixo - PBF	72.000,00	72.000,00	72.000,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD-SUAS	7.800,00	7.800,00	7.800,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	PVMC	3.360,00	3.360,00	3.360,00
4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	Outras Transferências do SUAS/União	600,00	600,00	600,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	188.820,00	188.820,00	188.820,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	116.000,00	116.000,00	116.000,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	600,00	600,00	600,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	32.100,00	32.100,00	32.100,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	PNAE Ensino Fundamental	8.400,00	8.400,00	8.400,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	PNAE Creche	10.400,00	10.400,00	10.400,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	PNAE Pré-Escolar	13.300,00	13.300,00	13.300,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	40.000,00	40.000,00	40.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	120,00	120,00	120,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	12.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	15.000,00	15.000,00	15.000,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	(3.000,00)	(3.000,00)	(3.000,00)
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.342.000,00	3.342.000,00	3.342.000,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	3.332.400,00	3.332.400,00	3.332.400,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.900.000,00	3.900.000,00	3.900.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(780.000,00)	(780.000,00)	(780.000,00)
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	192.000,00	192.000,00	192.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV	(38.400,00)	(38.400,00)	(38.400,00)
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	56.000,00	56.000,00	56.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(11.200,00)	(11.200,00)	(11.200,00)
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	14.000,00	14.000,00	14.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	9.600,00	9.600,00	9.600,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	FEAS - Proteção Social Básica	8.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	FEAS - Concessão de Benefícios Eventuais	600,00	600,00	600,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

Página: 4/5
 Data: 17/10/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS				
4.1.7.2.2.99.04.00.00.00	FEAS - Investimentos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.030.000,00	1.030.000,00	1.030.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.030.000,00	1.030.000,00	1.030.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	189.600,00	189.600,00	189.600,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	189.600,00	189.600,00	189.600,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	189.000,00	189.000,00	189.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	600,00	600,00	600,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50.020,00	50.020,00	50.020,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	13.520,00	13.520,00	13.520,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	960,00	960,00	960,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	600,00	600,00	600,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	3.120,00	3.120,00	3.120,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.400,00	2.400,00	2.400,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	600,00	600,00	600,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	6.120,00	6.120,00	6.120,00
4.1.9.1.8.01.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Aluguel	120,00	120,00	120,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	6.000,00	6.000,00	6.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	3.200,00	3.200,00	3.200,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	3.200,00	3.200,00	3.200,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	240,00	240,00	240,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	240,00	240,00	240,00
4.1.9.2.2.01.00.00.00.00	Restituições de Convênios	120,00	120,00	120,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	120,00	120,00	120,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.760,00	2.760,00	2.760,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	2.640,00	2.640,00	2.640,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.400,00	2.400,00	2.400,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	120,00	120,00	120,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	120,00	120,00	120,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	120,00	120,00	120,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	120,00	120,00	120,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	33.500,00	33.500,00	33.500,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	33.620,00	33.620,00	33.620,00
9.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Deduções de Outras Receitas Diversas	(120,00)	(120,00)	(120,00)
Total entidade:		11.603.720,00	11.603.720,00	11.603.720,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	626.280,00	626.280,00	626.280,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	626.280,00	626.280,00	626.280,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	16.320,00	16.320,00	16.320,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	16.320,00	16.320,00	16.320,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	16.320,00	16.320,00	16.320,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	16.320,00	16.320,00	16.320,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	16.320,00	16.320,00	16.320,00
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB	6.000,00	6.000,00	6.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 5/5
 Data: 17/10/2016

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS				
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PSF	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PACS	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Saúde Buca	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Alienação Saú	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assist Farm Basi	1.800,00	1.800,00	1.800,00
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MAC	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ECD	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vig Sanitar	2.400,00	2.400,00	2.400,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - NASF União	120,00	120,00	120,00
4.1.3.2.5.01.03.11.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios E	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Transf. SUS	2.400,00	2.400,00	2.400,00
4.1.3.2.5.01.03.13.01.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - NASF	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.13.02.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - Farmácia Básica	1.200,00	1.200,00	1.200,00
4.1.3.2.5.01.03.13.03.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - Incentivo AB	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios L	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Outras Trans	600,00	600,00	600,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	609.960,00	609.960,00	609.960,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	609.360,00	609.360,00	609.360,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	542.880,00	542.880,00	542.880,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	542.880,00	542.880,00	542.880,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	77.760,00	77.760,00	77.760,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Programa Agentes Comunitários de Saúde	109.560,00	109.560,00	109.560,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Farmácia Básica SUS	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Programa Saúde da Família - PSF	48.000,00	48.000,00	48.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Saúde Bucal	26.760,00	26.760,00	26.760,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças	600,00	600,00	600,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Vigilância Sanitária	25.800,00	25.800,00	25.800,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Compensação Especificidades Regionais	120,00	120,00	120,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulat	10.560,00	10.560,00	10.560,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	PMAQ	132.000,00	132.000,00	132.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	96.000,00	96.000,00	96.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Outras Transferências SUS p/ Atenção Básica	120,00	120,00	120,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outras Transferências do SUS/União	600,00	600,00	600,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	66.480,00	66.480,00	66.480,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	66.480,00	66.480,00	66.480,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica	66.000,00	66.000,00	66.000,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Incentivo a Atenção Básica	120,00	120,00	120,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	NASF	120,00	120,00	120,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Vigilância Sanitária	120,00	120,00	120,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Cofinanciamento Estado	120,00	120,00	120,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	600,00	600,00	600,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	600,00	600,00	600,00
4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS	600,00	600,00	600,00
Total entidade:		626.280,00	626.280,00	626.280,00
Total geral:		12.230.000,00	12.230.000,00	12.230.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 1/1
 Data: 17/10/2016

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2017	2018	2019
1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS			
DESPESAS CORRENTES (I)	7.727.705,00	7.727.705,00	7.727.705,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.213.194,00	4.213.194,00	4.213.194,00
Transf. a Consórcios Públicos	14.814,00	14.814,00	14.814,00
Aplicacoes Diretas	4.198.380,00	4.198.380,00	4.198.380,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.514.511,00	3.514.511,00	3.514.511,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	233.000,00	233.000,00	233.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	35.370,00	35.370,00	35.370,00
Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	55.320,00	55.320,00	55.320,00
Aplicacoes Diretas	3.182.821,00	3.182.821,00	3.182.821,00
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	8.000,00	8.000,00	8.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	920.115,00	920.115,00	920.115,00
INVESTIMENTOS	136.915,00	898.115,00	898.115,00
Transferências a Consórcios Públicos	13.775,00	13.775,00	13.775,00
Aplicacoes Diretas	123.140,00	884.340,00	884.340,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	783.200,00	22.000,00	22.000,00
Aplicacoes Diretas	783.200,00	22.000,00	22.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Total da entidade:	8.662.820,00	8.662.820,00	8.662.820,00
2 - CAMARA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS			
DESPESAS CORRENTES (I)	679.500,00	679.500,00	679.500,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	500.500,00	500.500,00	500.500,00
Aplicacoes Diretas	500.500,00	500.500,00	500.500,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	179.000,00	179.000,00	179.000,00
Aplicacoes Diretas	175.000,00	175.000,00	175.000,00
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	4.000,00	4.000,00	4.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	35.500,00	35.500,00	35.500,00
INVESTIMENTOS	35.500,00	35.500,00	35.500,00
Aplicacoes Diretas	35.500,00	35.500,00	35.500,00
Total da entidade:	715.000,00	715.000,00	715.000,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS			
DESPESAS CORRENTES (I)	2.797.820,00	2.797.820,00	2.797.820,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.304.760,00	1.304.760,00	1.304.760,00
Aplicacoes Diretas	1.304.760,00	1.304.760,00	1.304.760,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.493.060,00	1.493.060,00	1.493.060,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	102.000,00	102.000,00	102.000,00
Aplicacoes Diretas	1.391.060,00	1.391.060,00	1.391.060,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	54.360,00	54.360,00	54.360,00
INVESTIMENTOS	54.360,00	54.360,00	54.360,00
Aplicacoes Diretas	54.360,00	54.360,00	54.360,00
Total da entidade:	2.852.180,00	2.852.180,00	2.852.180,00
Total geral:	12.230.000,00	12.230.000,00	12.230.000,00

Página: 1/2
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	9.900.000,00	11.365.000,00	11.960.800,00	12.230.000,00	12.230.000,00	12.230.000,00
Receita Tributária	319.920,00	263.620,00	265.880,00	429.280,00	429.280,00	429.280,00
Receita de Contribuição	70.000,00	85.000,00	112.000,00	112.000,00	112.000,00	112.000,00
Receita Patrimonial	53.420,00	65.160,00	30.960,00	146.280,00	146.280,00	146.280,00
Aplicações Financeiras (II)	51.420,00	62.760,00	28.320,00	144.240,00	144.240,00	144.240,00
Outras Receitas Patrimoniais	2.000,00	2.400,00	2.640,00	2.040,00	2.040,00	2.040,00
Transferências Correntes	9.373.770,00	10.898.580,00	11.482.140,00	11.428.140,00	11.428.140,00	11.428.140,00
Demaís Receitas Correntes	82.890,00	52.640,00	69.820,00	114.300,00	114.300,00	114.300,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I+II)	9.848.580,00	11.302.240,00	11.932.480,00	12.085.760,00	12.085.760,00	12.085.760,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	0,00	0,00	560.000,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	560.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	0,00	0,00	560.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	9.848.580,00	11.302.240,00	12.492.480,00	12.085.760,00	12.085.760,00	12.085.760,00
DESPESAS CORRENTES (X)	8.437.338,00	10.359.330,00	11.914.086,00	11.205.025,00	11.205.025,00	11.205.025,00
Pessoal e Encargos Sociais	4.539.142,00	5.845.210,00	6.273.225,00	6.018.454,00	6.018.454,00	6.018.454,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.898.196,00	4.514.120,00	5.640.861,00	5.186.571,00	5.186.571,00	5.186.571,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	8.437.338,00	10.359.330,00	11.914.086,00	11.205.025,00	11.205.025,00	11.205.025,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.447.662,00	990.670,00	682.914,00	1.009.975,00	1.009.975,00	1.009.975,00
Investimentos	1.442.662,00	960.670,00	637.914,00	226.775,00	987.975,00	987.975,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	5.000,00	30.000,00	45.000,00	783.200,00	22.000,00	22.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	1.442.662,00	960.670,00	637.914,00	226.775,00	987.975,00	987.975,00
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00

Página: 2/2
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	9.895.000,00	11.335.000,00	12.567.000,00	11.446.800,00	12.208.000,00	12.208.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(46.420,00)	(32.760,00)	(74.520,00)	638.960,00	(122.240,00)	(122.240,00)

Página: 1/1
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2014 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.950,00	100.000,00	76.000,00	52.000,00	28.000,00	0,00
Outras dívidas	10.950,00	100.000,00	76.000,00	52.000,00	28.000,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	160.950,00	400.000,00	196.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
Ativo disponível	160.950,00	400.000,00	196.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(150.000,00)	(300.000,00)	(120.000,00)	(348.000,00)	(372.000,00)	(400.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(150.000,00)	(300.000,00)	(120.000,00)	(348.000,00)	(372.000,00)	(400.000,00)
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(300.000,00)	(150.000,00)	180.000,00	(228.000,00)	(24.000,00)	(28.000,00)

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2014 no resultados_nominais_valor de R\$ 150.000,00.

Página: 1/1
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.950,00	100.000,00	76.000,00	52.000,00	28.000,00	0,00
Outras dívidas	10.950,00	100.000,00	76.000,00	52.000,00	28.000,00	0,00
DEDUÇÕES(II)	160.950,00	400.000,00	196.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
Ativo disponível	160.950,00	400.000,00	196.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
DCL (III) = (I - II)	(150.000,00)	(300.000,00)	(120.000,00)	(348.000,00)	(372.000,00)	(400.000,00)

Página: 1/1
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 Demonstrativo I - Metas Anuais
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

LRF, art 4º, § 1º R\$ 1,00

Especificação	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	12.230.000,00	12.230.000,00	—	12.230.000,00	12.230.000,00	—	12.230.000,00	12.230.000,00	—
Receitas Primárias (I)	12.085.760,00	12.085.760,00	—	12.085.760,00	12.085.760,00	—	12.085.760,00	12.085.760,00	—
Despesa Total	12.230.000,00	12.230.000,00	—	12.230.000,00	12.230.000,00	—	12.230.000,00	12.230.000,00	—
Despesas Primárias (II)	11.446.800,00	11.446.800,00	—	12.208.000,00	12.208.000,00	—	12.208.000,00	12.208.000,00	—
Resultado Primário III = (I-II)	638.960,00	638.960,00	—	(122.240,00)	(122.240,00)	—	(122.240,00)	(122.240,00)	—
Resultado Nominal	(228.000,00)	(228.000,00)	—	(24.000,00)	(24.000,00)	—	(28.000,00)	(28.000,00)	—
Dívida Pública Consolidada	52.000,00	52.000,00	—	28.000,00	28.000,00	—	0,00	0,00	—
Dívida Consolidada Líquida	(348.000,00)	(348.000,00)	—	(372.000,00)	(372.000,00)	—	(400.000,00)	(400.000,00)	—

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLISPágina: 1/1
Data: 17/10/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C); Realização da despesa por: Empenho

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	11.365.000,00	---	14.150.388,17	---	2.785.388,17	24,508
Receitas Primárias (I)	11.302.240,00	---	13.765.700,03	---	2.463.460,03	21,796
Despesa Total	11.365.000,00	---	13.020.155,15	---	1.655.155,15	14,564
Despesas Primárias (II)	10.705.000,00	---	12.993.241,20	---	2.288.241,20	21,375
Resultado Primário (III) = (I-II)	597.240,00	---	772.458,83	---	175.218,83	29,338
Resultado Nominal	(30.000,00)	---	(1.023.111,99)	0,000	(993.111,99)	3.310,373
Dívida Pública Consolidada	5.850,00	---	24.328,92	0,000	18.478,92	315,879
Dívida Consolidada Líquida	(180.000,00)	---	(3.343.041,61)	0,000	(3.163.041,61)	1.757,245

Página: 1/1
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

LRF, art.4º, § 1º R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes									
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019
Receita Total	9.900.000,00	11.365.000,00	14,800	12.612.000,00	10,970	12.230.000,00	(3,030)	12.230.000,00	0,000	12.230.000,00
Receitas Primárias (I)	9.848.580,00	11.302.240,00	14,760	12.492.480,00	10,530	12.085.760,00	(3,260)	12.085.760,00	0,000	12.085.760,00
Despesa Total	9.900.000,00	11.365.000,00	14,800	12.612.000,00	10,970	12.230.000,00	(3,030)	12.230.000,00	0,000	12.230.000,00
Despesas Primárias (II)	9.900.000,00	10.705.000,00	8,130	12.062.000,00	12,680	11.446.800,00	(5,100)	12.208.000,00	6,650	12.208.000,00
Resultado Primário III = (I-II)	(51.420,00)	597.240,00	(1.261,490)	430.480,00	(27,920)	638.960,00	48,430	(122.240,00)	(119,130)	(122.240,00)
Resultado Nominal	(300.000,00)	(150.000,00)	(50,000)	180.000,00	(220,000)	(228.000,00)	(226,670)	(24.000,00)	(89,470)	(28.000,00)
Dívida Pública Consolidada	10.950,00	100.000,00	813,240	76.000,00	(24,000)	52.000,00	(31,580)	28.000,00	(46,150)	0,000
Dívida Consolidada Líquida	(150.000,00)	(300.000,00)	100,000	(120.000,00)	(60,000)	(348.000,00)	190,000	(372.000,00)	6,900	(400.000,00)

Especificação	Valores a Preços Constantes									
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019
Receita Total	9.900.000,00	11.365.000,00	14,800	12.612.000,00	10,970	12.230.000,00	(3,030)	12.230.000,00	0,000	12.230.000,00
Receitas Primárias (I)	9.848.580,00	11.302.240,00	14,760	12.492.480,00	10,530	12.085.760,00	(3,260)	12.085.760,00	0,000	12.085.760,00
Despesa Total	9.900.000,00	11.365.000,00	14,800	12.612.000,00	10,970	12.230.000,00	(3,030)	12.230.000,00	0,000	12.230.000,00
Despesas Primárias (II)	9.900.000,00	10.705.000,00	8,130	12.062.000,00	12,680	11.446.800,00	(5,100)	12.208.000,00	6,650	12.208.000,00
Resultado Primário III = (I-II)	(51.420,00)	597.240,00	(1.261,490)	430.480,00	(27,920)	638.960,00	48,430	(122.240,00)	(119,130)	(122.240,00)
Resultado Nominal	(300.000,00)	(150.000,00)	(50,000)	180.000,00	(220,000)	(228.000,00)	(226,670)	(24.000,00)	(89,470)	(28.000,00)
Dívida Pública Consolidada	10.950,00	100.000,00	813,240	76.000,00	(24,000)	52.000,00	(31,580)	28.000,00	(46,150)	0,000
Dívida Consolidada Líquida	(150.000,00)	(300.000,00)	100,000	(120.000,00)	(60,000)	(348.000,00)	190,000	(372.000,00)	6,900	(400.000,00)

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Página: 1/1
 Data: 17/10/2016

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	15.757.899,00	100,00	11.558.484,00	100,00	10.155.492,00	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.757.899,00	100,00	11.558.484,00	100,00	10.155.492,00	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Lei Municipal nº 877/2016, de 17 de outubro de 2016

**DEMONSTRATIVO IX
RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

Art. 4º, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	0,00
Dívidas em proc. de reconhecimento	0,00		
Assistências Diversas	15.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	15.000,00
<i>Assistência a Enchentes</i>	<i>4.500,00</i>	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	15.000,00
<i>Assistência a Vendavais</i>	<i>4.500,00</i>		
<i>Assistência a Secas</i>	<i>4.500,00</i>		
<i>Assistência a Epidemias</i>	<i>1.500,00</i>		
SUBTOTAL	15.000,00	SUBTOTAL	15.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	50.000,00	Limitação de Empenho	50.000,00
Discrepância de Projeções	10.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	10.000,00
<i>Taxa de juros</i>	<i>5.000,00</i>	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	10.000,00
<i>Salário Mínimo</i>	<i>5.000,00</i>		
SUBTOTAL	60.000,00	SUBTOTAL	60.000,00
TOTAL	75.000,00	TOTAL	75.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/1
 Data: 17/10/2016

Demonstrativo V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com alienações de ativos

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

RECEITAS REALIZADAS	2015 (a)	2014 (d)	2013
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	89.660,00	38.679,00	16.000,00
Alienação de Bens Imóveis	89.660,00	38.679,00	16.000,00
	0,00	0,00	0,00
TOTAL	89.660,00	38.679,00	16.000,00
DESPESAS EMPENHADAS	2015 (b)	2014 (e)	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	26.000,00	16.000,00
Inversões Financeiras	0,00	26.000,00	16.000,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	26.000,00	16.000,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
	102.339,00	12.679,00	0,00

Lei Municipal nº 877/2016, de 17 de outubro de 2016

DEMONSTRATIVO VI
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
Art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
			0,00	0,00	0,00	
	Anistia		0,00	0,00	0,00	
	Isenção		0,00	0,00	0,00	
	Remissão		0,00	0,00	0,00	

Lei Municipal nº 877/2016, de 17 de outubro de 2016

DEMONSTRATIVO VII
MARGEM DE EXPANSÃO DA DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000

EVENTOS	2017
Aumento Permanente de Receita	178.000,00
(-) Transf. Constitucionais	84.000,00
(-) Transf. ao FUNDEB	16.800,00
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	77.200,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	77.200,00
Saldo utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	77.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 1/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	CAMARA DE VEREADORES	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BRUNOPOLIS	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR, MELHORAR O CONTROLE INTERNO, QUALIDADE DOS SERVIÇOS DO LEGISLATIVO, MANter O CONTROLE DOS ATOS E GASTOS COM PESSOAL, PRODUIR RELATÓRIOS GERENCIADOS E EXIGIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS, CUMPRIR O MANDAMENTO CONSTITUCIONAL DE CONTROLE INTERNO, PRATICAR O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA DOS ATOS DE COMPETÊNCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, PRODUZINDO INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A TOMADA DE DECISÕES E DEFESA DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, COMPOSTO DE NOVE VEREADORES, EM SEDE ALUGADA, COM AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA, COM APOIO DE QUATRO SERVIDORES.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3	A	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	SESSÕES LEGISLATIVAS (SES)	12,000	715,000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	500.500,00	0,00	500.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	175.000,00	0,00	175.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	4.000,00	0,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	35.500,00	0,00	35.500,00
Total:			715.000,00	0,00	715.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 2/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0012

Objetivo do programa:

PROMOVER A GESTÃO MUNICIPAL, COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Justificativa do programa:

MANTER O GABINETE DO PREFEITO E VICE, SUAS ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	3	A	MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	500.000,00

II - Descrição das Ações

MANTER O FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITA, COM ASSESSORIAS.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	455.000,00	0,00	455.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			500.000,00	0,00	500.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 3/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0012

Objetivo do programa:

PROMOVER A GESTÃO MUNICIPAL, COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Justificativa do programa:

MANTER O GABINETE DO PREFEITO E VICE, SUAS ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	3 A		CONTROLE INTERNO	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	43.500,00

II - Descrição das Ações

MANTER O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	42.000,00	0,00	42.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.500,00	0,00	1.500,00
Total:			43.500,00	0,00	43.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 4/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	BEIM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO, O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	3	A	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 5/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

Justificativa do programa:

ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS, BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.043	1	A	CONSÓRCIO CINCATARINA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	73.200,00

II - Descrição das Ações
 CONSÓRCIO CINCATARINA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	4.000,00	0,00	4.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	12.000,00	0,00	12.000,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	55.200,00	0,00	55.200,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			73.200,00	0,00	73.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 6/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

Justificativa do programa:

ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS; BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	3	A	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	8.000,00

II - Descrição das Ações

CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	8.000,00	0,00	8.000,00
Total:			8.000,00	0,00	8.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 7/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0002

Objetivo do programa:

PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

Justificativa do programa:

ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS; BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	3 A		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.175.841,00

II - Descrição das Ações

MANTER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, OS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO, DE FINANÇAS E DEMAIS ATIVIDADES RELACIONADAS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	610.000,00	0,00	610.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	140.000,00	0,00	140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	415.841,00	0,00	415.841,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			1.175.841,00	0,00	1.175.841,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 8/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0011

Objetivo do programa:
 GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.003	3	O	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	AMORTIZAÇÃO (ANO)	0,000	761.200,00

II - Descrição das Ações
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	761.200,00	0,00	761.200,00
Total:			761.200,00	0,00	761.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 9/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0011

Objetivo do programa:

GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.002	3	O	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO (ANO)	48,000	119.300,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	119.300,00	0,00	119.300,00
Total:			119.300,00	0,00	119.300,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 10/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0011

Objetivo do programa:
 GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	3	O	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	AMORTIZAÇÃO (ANO)	48,000	22.000,00

II - Descrição das Ações

PAGAMENTO DA DÍVIDA CONTRATADA, PAGAMENTO DOS JUROS INCIDENTES.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	22.000,00	0,00	22.000,00
Total:			22.000,00	0,00	22.000,00

Página: 11/63
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	BRUNOPOLIS MAIS SEGURO	0006

Objetivo do programa:

PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE, E PROMOVER O APOIO ÀS PESSOAS VÍTIMAS DE INTEMPÉRIES, DESASTRES NATURAIS E CALAMIDADES PÚBLICAS.

Justificativa do programa:

MANTER O BEM-ESTAR, A INTEGRIDADE, PREVENIR DOENÇAS, PRESTAR ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS VÍTIMAS DE DESASTRES, PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	3	A	SEGURANÇA PÚBLICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	15.560,00

II - Descrição das Ações
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	12.000,00	0,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0010 - Convênio Trânsito - Militar	0,00	1.160,00	1.160,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0011 - Convênio Trânsito - Civil	0,00	1.160,00	1.160,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0012 - Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	620,00	620,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0012 - Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	620,00	620,00
Total:			12.000,00	3.560,00	15.560,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 12/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.021	3	P	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	OBRAS (OBR)	0,000	2.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			2.000,00	0,00	2.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 13/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPAS. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	3	A	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	149.120,00

II - Descrição das Ações

MANTER E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PÚBLICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	35.000,00	0,00	35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0008 - Contribuição Custeio Serviços II	0,00	112.120,00	112.120,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			37.000,00	112.120,00	149.120,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 14/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	3	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.421.240,00

II - Descrição das Ações

MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	750.000,00	0,00	750.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0007 - Contribuição de Intervenção do	0,00	14.120,00	14.120,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0039 - Fundo Especial do Petróleo e T	0,00	56.400,00	56.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0064 - Transferências de Convênios - I	0,00	720,00	720,00
Total:			1.350.000,00	71.240,00	1.421.240,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 15/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	3 P		PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS (OBR)	4,000	20.120,00

II - Descrição das Ações

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - I	0,00	120,00	120,00
Total:			20.000,00	120,00	20.120,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 16/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANter AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	3 A		COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	133.520,00

II - Descrição das Ações

COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO RESIDENCIAL EM ATERRO SANITÁRIO.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.510,00	0,00	3.510,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	20.040,00	0,00	20.040,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	120,00	0,00	120,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	9.850,00	0,00	9.850,00
Total:			133.520,00	0,00	133.520,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 17/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO, OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	1	P	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - OBRAS	EDIFICAÇÃO (OBR)	0,000	5.000,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - OBRAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 18/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	04.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPAS. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	3 P		MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS (EQU)	8,000	10.120,00

II - Descrição das Ações
 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0089 - Alienação de Bens destinados a	0,00	120,00	120,00
Total:			10.000,00	120,00	10.120,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 19/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico	04.02
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	1	A	CISAM - MEIO OESTE SC	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	12.559,00

II - Descrição das Ações

CISAM - MEIO OESTE SC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	7.304,00	0,00	7.304,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.330,00	0,00	3.330,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.925,00	0,00	1.925,00
Total:			12.559,00	0,00	12.559,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 20/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	04.00
Unidade:	Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico	04.02
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0009

Objetivo do programa:

MANter AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	3 A		MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	196.300,00

II - Descrição das Ações

MANter, MELHORAR E AMPLIAR A REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	16.300,00	0,00	16.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	175.000,00	0,00	175.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			196.300,00	0,00	196.300,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 21/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	1 A		MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	55.000,00

II - Descrição das Ações

MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	46.000,00	0,00	46.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	9.000,00	9.000,00
Total:			46.000,00	9.000,00	55.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 22/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.013	1 P		AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO	OBRAS (OBR)	0,00	2.000,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			2.000,00	0,00	2.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 23/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	3	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	30.300,00

II - Descrição das Ações

MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	20.300,00	0,00	20.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			30.300,00	0,00	30.300,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 24/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	3	A	TRANSPORTE ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	902.750,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	230.000,00	0,00	230.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 4(0,00	103.780,00	103.780,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0036 - Salário-Educação	0,00	89.250,00	89.250,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	40.600,00	40.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0062 - Transferências de Convênios - I	0,00	189.120,00	189.120,00
Total:			480.000,00	422.750,00	902.750,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 25/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	3 A		ENSINO FUNDAMENTAL	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	1.172.170,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	310.000,00	0,00	310.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60	0,00	726.460,00	726.460,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	95.000,00	0,00	95.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0036 - Salário-Educação	0,00	29.750,00	29.750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	960,00	960,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			415.000,00	757.170,00	1.172.170,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 26/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.028	3	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	CARRO (VEI)	4,000	5,120,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	5,000,00	0,00	5,000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0032 - Transferências de Convênios - I	0,00	120,00	120,00
Total:			5,000,00	120,00	5,120,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 27/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	3	P	EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	OBRAS (OBR)	1,000	5,000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	5,000,00	0,00	5,000,00
Total:			5,000,00	0,00	5,000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 28/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.048	3 A		EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	180.780,00

II - Descrição das Ações
 EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	40.000,00	0,00	40.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 6(0,00	103.780,00	103.780,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	35.000,00	0,00	35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			77.000,00	103.780,00	180.780,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 29/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	3 A		EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	185.780,00

II - Descrição das Ações

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	70.000,00	0,00	70.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 6(0,00	103.780,00	103.780,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			82.000,00	103.780,00	185.780,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 30/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.046	3 A		MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	21.420,00

II - Descrição das Ações

MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	8.000,00	0,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	13.420,00	13.420,00
Total:			8.000,00	13.420,00	21.420,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 31/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.045	3 A		MERENDA ESCOLAR - CRECHE	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	38.520,00

II - Descrição das Ações

MERENDA ESCOLAR - CRECHE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	28.000,00	0,00	28.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	10.520,00	10.520,00
Total:			28.000,00	10.520,00	38.520,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 32/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	3	P	EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	OBRAS (OBR)	0,00	5.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 33/63
Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.049	3 A		FESTIVIDADES MUNICIPAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	0,00	30.000,00

II - Descrição das Ações

FESTIVIDADES MUNICIPAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 34/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem-Estar e Despo	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	3 A		DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

DIFUNDIR A CULTURA E REALIZAR EVENTOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 35/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.031	1	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	OBRAS (OBR)	0,000	3.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.000,00	0,00	3.000,00
Total:			3.000,00	0,00	3.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 36/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO	05.00
Unidade:	Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	0003

Objetivo do programa:

MANTER E DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	3 A		ESPORTE AMADOR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	74.000,00

II - Descrição das Ações

MANTER ATIVIDADES ESPORTIVAS, ESCOLINHAS DE ESPORTES E INSTALAÇÕES ESPORTIVAS.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	22.000,00	0,00	22.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			74.000,00	0,00	74.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 37/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO	06.00
Unidade:	Secretaria de Agríc. Pec. Meio Amb Ind e Comercio	06.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	0007

Objetivo do programa:

AUMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	3	P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	EQUIPAMENTOS (EQU)	8,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

ADQUIRIR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 38/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO	06.00
Unidade:	Secretaria de Agríc. Pec. Meio Amb Ind e Comercio	06.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	0007

Objetivo do programa:

AUMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	3	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND MANUTENÇÃO (ANO) E COMÉRCIO		4,000	416.000,00

II - Descrição das Ações

MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			416.000,00	0,00	416.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 39/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE	07.00
Unidade:	Secretaria de Saúde	07.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SAUDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPOEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	3	P	CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	SISTEMA DE ESGOTO (OBR)	1,000	3.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			3.000,00	0,00	3.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 40/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	08.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	08.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO BÁSICA	0008

Objetivo do programa:

OPORTUNIZAR AS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORADIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.023	3	P	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	CASAS POPULARES (OBR)	16,000	5.000,00

II - Descrição das Ações
CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 41/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÔRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÔRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	3 A		ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	102.000,00

II - Descrição das Ações
 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	102.000,00	0,00	102.000,00
Total:			102.000,00	0,00	102.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 42/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÔRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÔRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	3 A		FARMÁCIA BÁSICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	259.000,00

II - Descrição das Ações
 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	175.000,00	0,00	175.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	16.800,00	16.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado	0,00	67.200,00	67.200,00
Total:			175.000,00	84.000,00	259.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 43/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE. ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CORREGOS E RIOS. POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	3	A	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	2.223.240,00

II - Descrição das Ações

ATENDIMENTO BÁSICO DE SAÚDE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	760.000,00	0,00	760.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	333.840,00	333.840,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado	0,00	720,00	720,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	940.000,00	0,00	940.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	155.440,00	155.440,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado	0,00	840,00	840,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0033 - Transferências de Convênios - I	0,00	600,00	600,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0063 - Transferências de Convênios - I	0,00	1.200,00	1.200,00

Página: 44/63
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0088 - Alienação de Bens destinados a	0,00	600,00	600,00
Total:			1.710.000,00	513.240,00	2.223.240,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 45/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÔRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÔRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	3 A		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	192.600,00

II - Descrição das Ações

MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SAÚDE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	165.600,00	0,00	165.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			192.600,00	0,00	192.600,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 46/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÔRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÔRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	3 P		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	CARRO (VEI)	4,000	5,000,00

II - Descrição das Ações

ADQUIRIR UMA AMBULÂNCIA E UM AUTOMÓVEL PARA A SAÚDE.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	5,000,00	0,00	5,000,00
Total:			5,000,00	0,00	5,000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 47/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÔRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÔRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	3	P	UNIDADES DE SAÚDE	OBRAS (OBR)	4,000	5,000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	5,000,00	0,00	5,000,00
Total:			5,000,00	0,00	5,000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 48/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS. DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	1	A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	64.620,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	35.300,00	0,00	35.300,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	9.300,00	9.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	9.300,00	9.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado	0,00	120,00	120,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	9.600,00	9.600,00
Total:			36.300,00	28.320,00	64.620,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 49/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	0004

Objetivo do programa:

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO. PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÔRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO. ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÔRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.058	1	A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	720,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	360,00	360,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/União	0,00	360,00	360,00
Total:			0,00	720,00	720,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 50/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEI-ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO À SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES. PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.057	3	A	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	1.720,00

II - Descrição das Ações

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0065 - Transferências do SUAS/Estad	0,00	720,00	720,00
Total:			1.000,00	720,00	1.720,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 51/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEI-ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO À SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES. PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	3	A	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	1.000,00

II - Descrição das Ações

FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	500,00	500,00
Total:			500,00	500,00	1.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 52/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	3	A	BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	8.420,00

II - Descrição das Ações

BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	4.500,00	4.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	2.920,00	2.920,00
Total:			1.000,00	7.420,00	8.420,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 53/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEI ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES. PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.054	3	A	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	1.000,00

II - Descrição das Ações

FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	500,00	500,00
Total:			500,00	500,00	1.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 54/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES. PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	3	A	BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	12.620,00

II - Descrição das Ações

BLOCO DE GESTÃO - IGDBF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	6.620,00	6.620,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			1.000,00	11.620,00	12.620,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 55/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	3	A	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	58.000,00	0,00	58.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 56/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	3	A	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	5.480,00

II - Descrição das Ações

BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	3.480,00	3.480,00
Total:			2.000,00	3.480,00	5.480,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 57/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.050	3	A	BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	MANUTENÇÃO (ANO)	0,000	242.040,00

II - Descrição das Ações

BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	70.000,00	0,00	70.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	95.760,00	95.760,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0035 - Transferências do SUAS/União	0,00	65.040,00	65.040,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0065 - Transferências do SUAS/Estad	0,00	8.120,00	8.120,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0065 - Transferências do SUAS/Estad	0,00	1.120,00	1.120,00
Total:			72.000,00	170.040,00	242.040,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 58/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO À SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.038	3	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SOCIO-ASSISTENCIAIS	OBRAS (OBR)	1,000	120,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0061 - Transferências de Convênios - I	0,00	120,00	120,00
Total:			0,00	120,00	120,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 59/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	10.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO À SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR, AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	3 A		MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	370.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	235.000,00	0,00	235.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	125.000,00	0,00	125.000,00
Total:			370.000,00	0,00	370.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 60/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	11.00
Unidade:	Fundo Municipal da Criança e Adolescente	11.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	BEM ESTAR SOCIAL	0005

Objetivo do programa:

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO À SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCUBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	3 A		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	15.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	15.000,00	0,00	15.000,00
Total:			15.000,00	0,00	15.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 61/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	12.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação	12.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO BÁSICA	0008

Objetivo do programa:
 OPORTUNIZAR AS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.

Justificativa do programa:

NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORADIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	1	A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	4,000	2.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			2.000,00	0,00	2.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 62/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	14.00
Unidade:	Fundo Municipal de Defesa Civil	14.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	DEFESA CIVIL	0014

Objetivo do programa:

DESENVOLVER AÇÕES DE APOIO E PROTEÇÃO À DEFESA CIVIL.

Justificativa do programa:

DESENVOLVER AÇÕES DE APOIO E PROTEÇÃO À DEFESA CIVIL.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.059	1 A		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	MANUTENÇÃO (ANO)	1,000	5.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			5.000,00	0,00	5.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 63/63
 Data: 17/10/2016

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.00
Unidade:	Reserva de Contingência	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0013

Objetivo do programa:

ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Justificativa do programa:

ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	3	R	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (ANO)	4,000	15.000,00

II - Descrição das Ações
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0.0000 - Recursos Ordinários	15.000,00		15.000,00
Total:			15.000,00		15.000,00

Lei Municipal nº 877/2016, de 17 de outubro de 2016

DEMONSTRATIVO X
PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OBRAS EM ANDAMENTO E CONSERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO PÚBLICO

Art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000

R\$	
OBRAS EM ANDAMENTO	VALOR
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	VALOR
Pavimentação de Vias Urbanas	20.120,00
Construção de Praças Esportivas e de Lazer	2.000,00
Manutenção e Melhorias do Sistema de Água	5.000,00
Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	2.000,00
Ampliação da Garagem	7.000,00
Edificações para o Ensino Fundamental	5.000,00
Edificações para a Educação Infantil	5.000,00
Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Esportivos	3.000,00
Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Sócio-Assistenciais	5.120,00
Unidades de Saúde	5.000,00
Construção Sistema Coleta e Tratamento de Esgoto	3.000,00

LEI Nº 877, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências”.

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:**I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de **BRUNÓPOLIS**, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I -** as metas fiscais
- II -** as prioridades e metas da administração municipal;
- III -** a estrutura e organização do orçamento;
- IV -** as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;
- V -** as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI -** as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII -** as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII -** as disposições gerais.

II. DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei:

- I -** Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II -** Demonstrativo II – Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2015;
- III -** Demonstrativo III – Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV -** Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;
- V -** Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI -** Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII -** Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII -** Demonstrativo VIII – Prioridades e Metas;
- IX -** Demonstrativo IX – Riscos Fiscais e Providências;

- X -** Demonstrativo X – Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.
- XI -** Anexo I - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
- XII -** Anexo II - Memória de cálculo das Metas Fiscais da Despesa;
- XIII -** Anexo III - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XIV -** Anexo IV - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XV -** Anexo V - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas nos Demonstrativos de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei e identificadas no **Demonstrativo VIII**, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III. DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária**, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária**, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física**, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária**, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - execução financeira**, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN nº 700/2014 e Conjunta STN/SOF nº 1/2014.

§ 2º A categoria de programação de trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA integrarão o orçamento do Poder Executivo como órgãos, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Portaria STN nº 700/2014, e Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014, na forma dos seguintes Anexos:

- I -** Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 1 da Lei 4.320/64);
- II -** Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (anexo 2 da Lei 4.320/64);
- III -** Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 2 da Lei 4.320/64);
- IV -** Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (anexo 3 da Lei 4.320/64);
- V -** Programa de trabalho (anexo 6 da Lei 4.320/64);
- VI -** Programa de Trabalho Consolidado (anexo 7, da Lei 4.320/64);
- VII -** Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos (anexo 8 da Lei 4.320/64);
- VIII -** Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (anexo 9 da Lei 4.320/64);
- IX -** Demonstrativo da evolução da receita por fontes (art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal);
- X -** Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita (art. 14 da LRF);
- XI -** Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II da LRF);
- XII -** Demonstrativo da evolução da despesa no mínimo por categoria econômica (art. 22 da Lei 4.320/64);
- XIII -** Demonstrativo dos riscos fiscais (art. 5º, III);
- XIV -** Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (art. 44 da LRF);
- XV -** Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previstos (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);
- XVI -** Demonstrativo da origem e destinação dos recursos (art. 8º e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017 conterá o disposto no inciso I, art. 22 da Lei 4.320/64.

AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2017 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas **em cada destinação**, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 10 O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas, e aquisição de equipamentos, veículos e máquinas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo XII da LOA, observado o limite

das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 15 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do **Demonstrativo IX** desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 Os orçamentos para o exercício de 2017 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e não superiores a 2% e não inferiores a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício (art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo IX (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2017, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita ou a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei

4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 20 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constantes do **Demonstrativo VI** desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e 14, I da LRF).

Art. 21 A transferência de recursos do Tesouro Nacional às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização na própria lei orçamentária e em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF). *(REDAÇÃO ALTERADA PELA EMENDA 002/2016)*.

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo que dispuser a legislação municipal, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e controle interno (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 22 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no **Demonstrativo X** desta lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24 Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 25 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 26 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Unidade Gestora, não poderá ultrapassar 25% do total da despesa e será autorizado por Lei e executado por Decreto (art. 167, VI da Constituição Federal combinado com art. 120, § 8º, I da Constituição Estadual).

Art. 27 Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017 e constantes desta lei (art. 167, I da CF).

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, I, “e” e 50, § 3º da LRF).

Art. 29 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, “e” e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (art.s 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 12 desta lei. (art. 31, § 1º, II da LRF)

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

§ 2º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, § único, V da LRF).

Art. 35 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF).

- I -** eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II -** eliminação das despesas com horas extras.
- III -** exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV -** demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Brunópolis, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização”.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Parágrafo único - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 38 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF (art. 14, § 3º da LRF).

Art. 39 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas

de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2016.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 41 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2017.

Art. 44 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Brunópolis/SC, em 17 de outubro de 2016.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro
Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e Publicada no DOM.

PPA E ANEXOS-LEI 876/2016

Página: 1/11
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
1	4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana				9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.603.720,00	43.728.310,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		4.200,00	4.800,00	6.000,00	6.000,00	21.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		2.520,00	2.880,00	3.600,00	3.600,00	12.600,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		1.050,00	1.200,00	1.500,00	1.500,00	5.250,00
153	9.1.1.1.2.02.01.01.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 60% - descontos				630,00	720,00	900,00	900,00	3.150,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	-360,00	-360,00	-720,00
154	9.1.1.1.2.02.01.02.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 60% - restituição				0,00	0,00	-360,00	-360,00	-720,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	-72,00	-72,00	-144,00
155	9.1.1.1.2.02.02.01.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 25% - descontos				0,00	0,00	-72,00	-72,00	-144,00
		00.01.0001	01.00.00	100,000		0,00	0,00	-150,00	-150,00	-300,00
156	9.1.1.1.2.02.02.02.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 25% - restituição				0,00	0,00	-30,00	-30,00	-60,00
		00.01.0001	00.00.00	100,000		0,00	0,00	-30,00	-30,00	-60,00
157	9.1.1.1.2.02.03.01.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 15% - descontos				0,00	0,00	-90,00	-90,00	-180,00
		00.01.0002	02.00.00	100,000		0,00	0,00	-90,00	-90,00	-180,00
158	9.1.1.1.2.02.03.02.00.00	Deduções de Receita do IPTU - 15% - restituição				0,00	0,00	-18,00	-18,00	-36,00
		00.01.0002	02.00.00	100,000		0,00	0,00	-18,00	-18,00	-36,00
2	4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho				72.000,00	104.000,00	72.000,00	86.000,00	334.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		43.200,00	62.400,00	43.200,00	51.600,00	200.400,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		18.000,00	26.000,00	18.000,00	21.500,00	83.500,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		10.800,00	15.600,00	10.800,00	12.900,00	50.100,00
14	4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos				8.400,00	12.000,00	30.000,00	54.000,00	104.400,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		5.040,00	7.200,00	18.000,00	32.400,00	62.640,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		2.100,00	3.000,00	7.500,00	13.500,00	26.100,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		1.260,00	1.800,00	4.500,00	8.100,00	15.660,00
3	4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir				120.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	300.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		72.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	180.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		30.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	75.000,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		18.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	45.000,00
159	9.1.1.1.2.08.01.01.00.00	Deduções de Receita do ITBI - 60% - restituição				0,00	0,00	-72,00	-72,00	-144,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	-72,00	-72,00	-144,00
160	9.1.1.1.2.08.02.01.00.00	Deduções de Receita do ITBI - 25% - restituição				0,00	0,00	-30,00	-30,00	-60,00
		00.01.0001	01.00.00	100,000		0,00	0,00	-30,00	-30,00	-60,00
161	9.1.1.1.2.08.03.01.00.00	Deduções de Receita do ITBI - 15% - restituição				0,00	0,00	-18,00	-18,00	-36,00
		00.01.0002	02.00.00	100,000		0,00	0,00	-18,00	-18,00	-36,00
4	4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza				105.000,00	65.000,00	68.000,00	200.000,00	438.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		63.000,00	39.000,00	40.800,00	120.000,00	262.800,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		26.250,00	16.250,00	17.000,00	50.000,00	109.500,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		15.750,00	9.750,00	10.200,00	30.000,00	65.700,00

Página: 2/11
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
162	9.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 60% - desconto	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-72,00	11.603.720,00	43.728.310,00
163	9.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 60% - restituição	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-72,00	-72,00	-144,00
164	9.1.1.1.3.05.02.01.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 25% - desconto	00.01.0001	01.00.00	100,000	0,00	0,00	-72,00	-72,00	-144,00
165	9.1.1.1.3.05.02.02.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 25% - restituição	00.01.0001	01.00.00	100,000	0,00	0,00	-30,00	-30,00	-60,00
166	9.1.1.1.3.05.03.01.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 15% - desconto	00.01.0002	02.00.00	100,000	0,00	0,00	-30,00	-30,00	-60,00
167	9.1.1.1.3.05.03.02.00.00	Deduções de Receita do ISSQN - 15% - restituição	00.01.0002	02.00.00	100,000	0,00	0,00	-18,00	-18,00	-36,00
19	4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	00.01.0000	00.00.00	100,000	120,00	1.500,00	1.800,00	1.800,00	5.220,00
138	4.1.1.2.1.21.00.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	00.01.0000	00.00.00	100,000	120,00	1.500,00	1.800,00	1.800,00	5.220,00
15	4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P/Serviços	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	2.400,00
20	4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	2.400,00
41	4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	00.01.0000	00.00.00	100,000	600,00	120,00	12.000,00	6.000,00	18.720,00
168	9.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Deduções de Receita de outras taxas p/ exercício do poder de polícia	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-120,00	-120,00	-240,00
16	4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	00.01.0000	00.00.00	100,000	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
42	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	00.01.0000	00.00.00	100,000	600,00	6.000,00	6.000,00	4.200,00	16.800,00
169	9.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Deduções de Receita de outras Taxas pela prestação de serviços	00.01.0000	00.00.00	100,000	0,00	0,00	-120,00	-120,00	-240,00
17	4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	00.01.0008	00.00.00	100,000	70.000,00	85.000,00	0,00	0,00	155.000,00
171	4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	00.01.0008	04.00.00	100,000	0,00	0,00	112.000,00	112.000,00	224.000,00
46	4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguéis	00.01.0000	00.00.00	100,000	2.000,00	2.400,00	2.400,00	1.800,00	8.600,00

Página: 3/11
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
45	4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB				9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.603.720,00	43.728.310,00
		00.01.0018	01.02.00	60,00		1.500,00	3.000,00	6.000,00	7.800,00	18.300,00
		00.01.0019	01.02.00	40,00		900,00	1.800,00	3.600,00	4.680,00	10.980,00
58	4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Sal. Educação				600,00	1.200,00	2.400,00	3.120,00	7.320,00
		00.01.0036	01.03.01	100,00		1.200,00	1.800,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
59	4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Ensino Fundamental				1.200,00	1.800,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
		00.01.0037	01.03.99	100,00		360,00	200,00	600,00	600,00	1.760,00
60	4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE				360,00	200,00	600,00	600,00	1.760,00
		00.01.0037	01.04.99	100,00		360,00	1.800,00	600,00	600,00	3.360,00
114	4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-PDDE				0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
		00.01.0037	01.03.95	100,00		0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
121	4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Creche				0,00	200,00	120,00	120,00	440,00
		00.01.0037	01.03.98	100,00		0,00	200,00	120,00	120,00	440,00
122	4.1.3.2.5.01.05.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE Pré-Escolar				0,00	200,00	120,00	120,00	440,00
		00.01.0037	01.03.98	100,00		0,00	200,00	120,00	120,00	440,00
139	4.1.3.2.5.01.05.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Outras Transferências do FNDE				0,00	0,00	120,00	120,00	240,00
		00.01.0037	01.03.95	100,00		0,00	0,00	120,00	120,00	240,00
61	4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. Remun. Dep. CIDE				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0007	04.00.00	100,00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
48	4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS Piso Básico Fixo PBF				2.400,00	600,00	600,00	600,00	4.200,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		2.400,00	600,00	600,00	600,00	4.200,00
127	4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS SCFV				0,00	1.200,00	600,00	600,00	2.400,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		0,00	1.200,00	600,00	600,00	2.400,00
128	4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-SUAS				0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
129	4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS IGD-BF				0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
140	4.1.3.2.5.01.10.05.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS PVMC				0,00	0,00	120,00	120,00	240,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		0,00	0,00	120,00	120,00	240,00
130	4.1.3.2.5.01.10.99.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Outras Transf SUAS/União				0,00	600,00	600,00	600,00	1.800,00
		00.01.0035	04.00.00	100,00		0,00	600,00	600,00	600,00	1.800,00
115	4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEP				0,00	600,00	1.200,00	2.400,00	4.200,00
		00.01.0039	04.00.00	100,00		0,00	600,00	1.200,00	2.400,00	4.200,00
125	4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Transferências SUAS/Estado				0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
		00.01.0065	04.00.00	100,00		0,00	120,00	0,00	0,00	120,00
123	4.1.3.2.5.01.15.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Assistência Social				0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
		00.01.0061	04.00.00	100,00		0,00	120,00	120,00	120,00	360,00

Página: 4/11
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
62	4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Conv. Estado Educação				120,00	1.200,00	120,00	120,00	43.728.310,00
		00.01.0062	01.06.50	100,00						1.560,00
65	4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rec. de Remun. Convênios Estado Outros				120,00	1.200,00	120,00	120,00	1.560,00
		00.01.0064	04.03.00	100,00			600,00	120,00	120,00	960,00
66	4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. COSIP				120,00	120,00	120,00	120,00	960,00
		00.01.0008	04.00.00	100,00			120,00	120,00	120,00	480,00
141	4.1.3.2.5.01.19.01.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS - PSB				0,00	0,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0065	04.00.00	100,00			0,00	120,00	120,00	240,00
142	4.1.3.2.5.01.19.02.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS - Concessão Benefícios Eventuais				0,00	0,00	120,00	120,00	240,00
		00.01.0065	04.00.00	100,00			0,00	120,00	120,00	240,00
172	4.1.3.2.5.01.19.03.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS - Investimento				0,00	0,00	0,00	120,00	120,00
		00.01.0065	04.00.00	100,00			0,00	0,00	120,00	120,00
70	4.1.3.2.5.01.91.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienações Outros				720,00	120,00	120,00	120,00	1.080,00
		00.01.0089	04.01.01	100,00			120,00	120,00	120,00	1.080,00
69	4.1.3.2.5.01.92.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Outros				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0034	04.00.00	100,00			120,00	120,00	120,00	480,00
67	4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv União Educação				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0032	01.06.50	100,00			120,00	120,00	120,00	480,00
107	4.1.3.2.5.01.96.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trans. Prefeitura				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0012	04.00.00	100,00			120,00	120,00	120,00	480,00
106	4.1.3.2.5.01.97.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trans Civil				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0011	04.00.00	100,00			120,00	120,00	120,00	480,00
105	4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv Trans Militar				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0010	04.00.00	100,00			120,00	120,00	120,00	480,00
50	4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança				18.000,00	6.000,00	90.000,00	109.200,00	223.200,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00			6.000,00	90.000,00	109.200,00	223.200,00
71	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósito Recursos não Vinculados				24.000,00	36.000,00	1.200,00	0,00	61.200,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00			36.000,00	1.200,00	0,00	61.200,00
143	4.1.3.3.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas Concessões e Permissões - Serviços				0,00	0,00	120,00	120,00	240,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00			0,00	120,00	120,00	240,00
144	4.1.3.3.3.01.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública				0,00	0,00	120,00	120,00	240,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00			0,00	120,00	120,00	240,00
18	4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias				3.000,00	600,00	600,00	0,00	4.200,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00			600,00	600,00	0,00	4.200,00
72	4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos				120,00	1.200,00	1.200,00	5.000,00	7.520,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00			1.200,00	1.200,00	5.000,00	7.520,00

Página: 5/11
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
73	4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais				9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.603.720,00	43.728.310,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
74	4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		12.000,00	120,00	120,00	1.200,00	13.440,00
75	4.1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serviços Agropecuários				6.000,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	13.440,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		6.000,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	8.520,00
76	4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Residencial				24.000,00	32.000,00	32.000,00	48.000,00	136.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		24.000,00	32.000,00	32.000,00	48.000,00	136.000,00
77	4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Consumo de Água Comercial/Industrial				18.000,00	5.000,00	5.000,00	4.800,00	32.800,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		18.000,00	5.000,00	5.000,00	4.800,00	32.800,00
78	4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Ligação de Água				1.200,00	3.000,00	3.000,00	4.800,00	12.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		1.200,00	3.000,00	3.000,00	4.800,00	12.000,00
116	4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa Consumo de Água - Pública				0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
79	4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços				120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
5	4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios				5.800.000,00	6.400.000,00	6.495.000,00	6.600.000,00	25.295.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		3.480.000,00	3.840.000,00	3.897.000,00	3.960.000,00	15.177.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		1.450.000,00	1.600.000,00	1.623.750,00	1.650.000,00	6.323.750,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		870.000,00	960.000,00	974.250,00	990.000,00	3.794.250,00
26	9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB				-1.160.000,00	-1.280.000,00	-1.299.000,00	-1.320.000,00	-5.059.000,00
		00.01.0001	01.01.00	100,00		-1.160.000,00	-1.280.000,00	-1.299.000,00	-1.320.000,00	-5.059.000,00
145	4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Dezembro				0,00	0,00	400.000,00	400.000,00	800.000,00
		00.01.0000	00.00.00	75,00		0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	600.000,00
		00.01.0001	01.00.00	25,00		0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00
6	4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural				20.000,00	30.000,00	32.000,00	48.000,00	130.000,00
		00.01.0000	00.00.00	60,00		12.000,00	18.000,00	19.200,00	28.800,00	78.000,00
		00.01.0001	01.01.00	25,00		5.000,00	7.500,00	8.000,00	12.000,00	32.500,00
		00.01.0002	02.01.00	15,00		3.000,00	4.500,00	4.800,00	7.200,00	19.500,00
27	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR				-4.000,00	-6.000,00	-6.400,00	-9.600,00	-26.000,00
		00.01.0001	01.01.00	100,00		-4.000,00	-6.000,00	-6.400,00	-9.600,00	-26.000,00
146	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos				0,00	0,00	600,00	600,00	1.200,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		0,00	0,00	600,00	600,00	1.200,00
108	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP				70.000,00	86.000,00	72.000,00	54.000,00	282.000,00
		00.01.0039	04.00.00	100,00		70.000,00	86.000,00	72.000,00	54.000,00	282.000,00
21	4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.				15.000,00	15.000,00	600,00	600,00	31.200,00
		00.01.0000	00.00.00	100,00		15.000,00	15.000,00	600,00	600,00	31.200,00

Página: 6/11
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE BRUNOPOLIS										
43	4.1.7.2.1.34.04.00.00.00 IGD-BF					9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.603.720,00	43.728.310,00
44	4.1.7.2.1.34.05.00.00.00 SCFV	00.01.0035	04.00.00	100,000		12.000,00	8.400,00	8.400,00	12.000,00	40.800,00
82	4.1.7.2.1.34.06.00.00.00 Piso Básico Fixo - PBF	00.01.0035	04.00.00	100,000		12.000,00	108.000,00	108.000,00	86.400,00	326.400,00
83	4.1.7.2.1.34.07.00.00.00 IGD-SUAS	00.01.0035	04.00.00	100,000		24.000,00	108.000,00	108.000,00	86.400,00	326.400,00
147	4.1.7.2.1.34.08.00.00.00 PVMC	00.01.0035	04.00.00	100,000		54.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	270.000,00
84	4.1.7.2.1.34.99.00.00.00 Outras Transferências do SUAS/União	00.01.0035	04.00.00	100,000		75.000,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	270.000,00
22	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 Transferências do Salário-Educação	00.01.0036	01.03.01	100,000		0,00	0,00	3.360,00	3.360,00	6.720,00
85	4.1.7.2.1.35.02.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	00.01.0037	01.03.99	100,000		0,00	0,00	3.360,00	3.360,00	6.720,00
23	4.1.7.2.1.35.03.01.00.00 PNAE Ensino Fundamental	00.01.0037	01.03.99	100,000		1.200,00	70.000,00	70.000,00	600,00	141.800,00
112	4.1.7.2.1.35.03.02.00.00 PNAE Creche	00.01.0037	01.03.99	100,000		1.200,00	70.000,00	70.000,00	600,00	141.800,00
113	4.1.7.2.1.35.03.03.00.00 PNAE Pré-Escolar	00.01.0037	01.03.99	100,000		84.000,00	102.000,00	102.000,00	116.000,00	404.000,00
24	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	00.01.0037	01.03.99	100,000		84.000,00	102.000,00	102.000,00	116.000,00	404.000,00
110	4.1.7.2.1.35.99.00.00.00 Outras Transferências Diretas do FNDE	00.01.0037	01.03.99	100,000		6.000,00	6.000,00	600,00	600,00	13.200,00
7	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	00.01.0000	04.00.00	100,000		9.200,00	9.060,00	9.000,00	8.400,00	35.660,00
28	9.1.7.2.1.36.01.00.00.00 Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	00.01.0001	01.01.00	100,000		8.050,00	12.000,00	120,00	120,00	480,00
86	4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências da União	00.01.0000	00.00.00	100,000		5.750,00	9.400,00	14.200,00	13.300,00	39.450,00
8	4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Cota-Parte do ICMS	00.01.0001	01.01.00	25,000		5.750,00	9.400,00	14.200,00	13.300,00	39.450,00
						45.000,00	74.000,00	44.200,00	40.000,00	203.200,00
						45.000,00	74.000,00	44.200,00	40.000,00	203.200,00
						120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
						18.000,00	15.000,00	12.000,00	15.000,00	60.000,00
						10.800,00	9.000,00	7.200,00	9.000,00	36.000,00
						4.500,00	3.750,00	3.000,00	3.750,00	15.000,00
						2.700,00	2.250,00	1.800,00	2.250,00	9.000,00
						-3.600,00	-3.000,00	-2.400,00	-3.000,00	-12.000,00
						-3.600,00	-3.000,00	-2.400,00	-3.000,00	-12.000,00
						5.000,00	220.000,00	65.000,00	100.000,00	390.000,00
						5.000,00	220.000,00	65.000,00	100.000,00	390.000,00
						3.260.000,00	3.700.000,00	3.960.000,00	3.900.000,00	14.820.000,00
						1.956.000,00	2.220.000,00	2.376.000,00	2.340.000,00	8.892.000,00
						815.000,00	925.000,00	990.000,00	975.000,00	3.705.000,00

Página: 7/11
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
29	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	00.01.0002	02.01.00	15,000		9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.603.720,00	43.728.310,00
						3.260.000,00	3.700.000,00	3.960.000,00	3.900.000,00	14.820.000,00
						489.000,00	555.000,00	594.000,00	585.000,00	2.223.000,00
						-652.000,00	-740.000,00	-792.000,00	-780.000,00	-2.964.000,00
						-652.000,00	-740.000,00	-792.000,00	-780.000,00	-2.964.000,00
9	4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	00.01.0001	01.01.00	100,000		160.000,00	180.000,00	174.000,00	192.000,00	706.000,00
						96.000,00	108.000,00	104.400,00	115.200,00	423.600,00
						40.000,00	45.000,00	43.500,00	48.000,00	176.500,00
						24.000,00	27.000,00	26.100,00	28.800,00	105.900,00
						-32.000,00	-36.000,00	-34.800,00	-38.400,00	-141.200,00
30	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	00.01.0001	01.01.00	100,000		-32.000,00	-36.000,00	-34.800,00	-38.400,00	-141.200,00
						46.000,00	54.000,00	54.000,00	56.000,00	210.000,00
10	4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	00.01.0000	00.00.00	60,000		27.600,00	32.400,00	32.400,00	33.600,00	126.000,00
						11.500,00	13.500,00	13.500,00	14.000,00	52.500,00
						6.900,00	8.100,00	8.100,00	8.400,00	31.500,00
						-9.200,00	-10.800,00	-10.800,00	-11.200,00	-42.000,00
31	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	00.01.0001	01.01.00	100,000		-9.200,00	-10.800,00	-10.800,00	-11.200,00	-42.000,00
90	4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	00.01.0007	04.00.00	100,000		15.000,00	2.400,00	600,00	14.000,00	32.000,00
131	4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	00.01.0065	04.00.00	100,000		15.000,00	2.400,00	600,00	14.000,00	32.000,00
						0,00	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
150	4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	00.01.0065	04.00.00	100,000		0,00	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
151	4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	00.01.0065	04.00.00	100,000		0,00	0,00	26.000,00	8.000,00	34.000,00
173	4.1.7.2.2.99.04.00.00.00	00.01.0065	04.00.00	100,000		0,00	0,00	13.100,00	600,00	13.700,00
						0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
13	4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	00.01.0065	04.00.00	100,000		0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
						760.000,00	970.000,00	1.090.000,00	1.030.000,00	3.850.000,00
25	4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	00.01.0018	01.02.00	60,000		456.000,00	582.000,00	654.000,00	618.000,00	2.310.000,00
						304.000,00	388.000,00	436.000,00	412.000,00	1.540.000,00
64	4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	00.01.0062	01.06.00	100,000		180.000,00	190.000,00	216.000,00	189.000,00	775.000,00
						180.000,00	190.000,00	216.000,00	189.000,00	775.000,00
91	4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	00.01.0064	04.03.00	100,000		5.000,00	120,00	600,00	600,00	6.320,00
						5.000,00	120,00	600,00	600,00	6.320,00
11	4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
						1.200,00	1.200,00	600,00	600,00	3.600,00
						720,00	720,00	360,00	360,00	2.160,00

Página: 8/11
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
						9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.603.720,00	43.728.310,00
92	4.1.9.1.1.40.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o ISS	00.01.0001	01.01.00	25,000		1.200,00	1.200,00	600,00	600,00	3.600,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		300,00	300,00	150,00	150,00	900,00
						180,00	180,00	90,00	90,00	540,00
						120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
93	4.1.9.1.1.99.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outros Tributos					120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
94	4.1.9.1.3.11.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU					120,00	120,00	1.200,00	2.400,00	3.840,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		72,00	72,00	720,00	1.440,00	2.304,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		30,00	30,00	300,00	600,00	960,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		18,00	18,00	180,00	360,00	576,00
95	4.1.9.1.3.13.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS					120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
96	4.1.9.1.3.99.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos					120,00	360,00	600,00	600,00	1.680,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	360,00	600,00	600,00	1.680,00
97	4.1.9.1.5.99.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outras Rec.					120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
152	4.1.9.1.8.01.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Aluguel					120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
98	4.1.9.1.8.99.00.00.00.00 Outras Multas e Juros de Mora					0,00	0,00	120,00	120,00	240,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	120,00	120,00	240,00
111	4.1.9.1.9.15.00.00.00.00 Multas Previstas na Legislação de Trânsito					2.400,00	2.400,00	2.400,00	6.000,00	13.200,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		2.400,00	2.400,00	2.400,00	6.000,00	13.200,00
		00.01.0010		32,500		1.200,00	1.200,00	3.200,00	3.200,00	8.800,00
		00.01.0011		32,500		390,00	390,00	1.040,00	1.040,00	2.860,00
		00.01.0012		35,000		420,00	420,00	1.120,00	1.120,00	3.080,00
99	4.1.9.2.2.01.00.00.00.00 Restituições de Convênios					120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
100	4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituições					120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
12	4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. do IPTU					2.400,00	1.200,00	1.200,00	2.400,00	7.200,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		1.440,00	720,00	720,00	1.440,00	4.320,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		600,00	300,00	300,00	600,00	1.800,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		360,00	180,00	180,00	360,00	1.080,00

Página: 9/11
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Receta	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
101	4.1.9.3.1.13.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. do ISS					9.341.950,00	10.750.720,00	12.031.920,00	11.603.720,00	43.728.310,00
		00.01.0000	00.00.00	60,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0001	01.01.00	25,000		72,00	72,00	72,00	72,00	288,00
		00.01.0002	02.01.00	15,000		30,00	30,00	30,00	30,00	120,00
102	4.1.9.3.1.99.00.00.00.00 Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos					18,00	18,00	18,00	18,00	72,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
103	4.1.9.3.2.99.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.					120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
104	4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas					9.690,00	1.480,00	15.940,00	33.620,00	60.730,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		9.690,00	1.480,00	15.940,00	33.620,00	60.730,00
170	9.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Deduções de Outras Receitas Diversas					0,00	0,00	-120,00	-120,00	-240,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	-120,00	-120,00	-240,00
132	4.2.4.3.1.01.00.00.00.00 Transf. de Instituições Privadas - Compensação Social UHE São Roque					0,00	0,00	560.000,00	0,00	560.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	560.000,00	0,00	560.000,00
135	4.2.4.7.1.02.01.00.00.00 Transf. Conv. União p/ Prog. Educação - Quadra Poliesportiva					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		00.01.0032	00.00.00	100,000		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS										
47	4.1.3.2.5.01.03.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB					558.050,00	614.280,00	580.080,00	626.280,00	2.378.690,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		120,00	2.400,00	3.600,00	6.000,00	12.120,00
52	4.1.3.2.5.01.03.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PSF					120,00	2.400,00	3.600,00	6.000,00	12.120,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		120,00	600,00	120,00	120,00	960,00
51	4.1.3.2.5.01.03.03.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PACS					120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
53	4.1.3.2.5.01.03.04.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Saúde Bucal					120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
49	4.1.3.2.5.01.03.05.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Alienação Saúde					120,00	120,00	600,00	600,00	1.440,00
		00.01.0088	02.03.00	100,000		120,00	120,00	600,00	600,00	1.440,00
54	4.1.3.2.5.01.03.06.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assist. Farm. Básica					120,00	240,00	1.200,00	1.800,00	3.360,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		120,00	240,00	1.200,00	1.800,00	3.360,00
55	4.1.3.2.5.01.03.07.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MAC					120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
56	4.1.3.2.5.01.03.08.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ECD					120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
57	4.1.3.2.5.01.03.09.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vig. Sanitar					600,00	1.800,00	2.400,00	2.400,00	7.200,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		600,00	1.800,00	2.400,00	2.400,00	7.200,00

Página: 10/11
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS										
119	4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - NASF União				0,00	120,00	580.080,00	626.280,00	2.378.690,00
		00.01.0038						120,00	120,00	360,00
120	4.1.3.2.5.01.03.11.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ	02.04.00	100,000		0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
		00.01.0038						600,00	600,00	1.800,00
124	4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios Estado/Saúde	02.04.00	100,000		0,00	600,00	600,00	600,00	1.800,00
		00.01.0063						600,00	600,00	1.800,00
126	4.1.3.2.5.01.03.13.01.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - NASF	02.06.00	100,000		0,00	120,00	600,00	600,00	1.320,00
		00.01.0067						600,00	600,00	1.800,00
136	4.1.3.2.5.01.03.13.02.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - Farmácia Básica	02.06.00	100,000		0,00	0,00	600,00	600,00	1.800,00
		00.01.0067						600,00	600,00	1.800,00
134	4.1.3.2.5.01.03.13.03.00	Rendim. - Transf. SUS/Estado - Incentivo AB	00.00.00	100,000		0,00	0,00	600,00	600,00	1.200,00
		00.01.0067						600,00	600,00	1.200,00
68	4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Convênios União/Saúde	00.00.00	100,000		0,00	0,00	600,00	600,00	1.200,00
		00.01.0033						600,00	600,00	1.440,00
137	4.1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Outras Transf. do SUS/União	02.00.00	100,000		120,00	120,00	600,00	600,00	1.440,00
		00.01.0038						600,00	600,00	1.200,00
63	4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	00.00.00	100,000		0,00	0,00	600,00	600,00	1.200,00
		00.01.0023						0,00	0,00	120,00
133	4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Depósitos de Poupança	02.06.00	100,000		120,00	0,00	0,00	0,00	120,00
		00.01.0002						0,00	0,00	0,00
32	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Plano de Atenção Básica - PAB FIXO	00.00.00	100,000		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		00.01.0038						77.820,00	77.760,00	303.750,00
33	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Programa Agentes Comunitários de Saúde	02.04.00	100,000		70.350,00	77.820,00	77.820,00	77.760,00	303.750,00
		00.01.0038						109.560,00	109.560,00	431.280,00
34	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Farmácia Básica SUS	02.04.00	100,000		102.600,00	109.560,00	109.560,00	109.560,00	431.280,00
		00.01.0038						15.000,00	15.000,00	60.010,00
35	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Programa Saúde da Família - PSF	02.04.00	100,000		15.010,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.010,00
		00.01.0038						48.000,00	48.000,00	229.560,00
36	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Saúde Bucal	02.04.00	100,000		85.560,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	229.560,00
		00.01.0038						26.760,00	26.760,00	107.040,00
37	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças	02.04.00	100,000		26.760,00	26.760,00	26.760,00	26.760,00	107.040,00
		00.01.0038						600,00	600,00	4.920,00
38	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Vigilância Sanitária	02.04.00	100,000		1.800,00	1.920,00	600,00	600,00	4.920,00
		00.01.0038						24.000,00	25.800,00	79.800,00
39	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Compensação Especificidades Regionais	02.04.00	100,000		18.000,00	12.000,00	24.000,00	25.800,00	79.800,00
		00.01.0038						120,00	120,00	20.410,00
								120,00	120,00	20.410,00

Página: 11/11
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO I - Metas de Receitas
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Recarga	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS										
80	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulat				558.050,00	614.280,00	580.080,00	626.280,00	2.378.690,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		9.600,00	9.660,00	9.660,00	10.560,00	39.480,00
81	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	PMAQ				9.600,00	9.660,00	9.660,00	10.560,00	39.480,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		132.000,00	132.000,00	132.000,00	132.000,00	528.000,00
117	4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica				132.000,00	132.000,00	132.000,00	132.000,00	528.000,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		0,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	288.000,00
118	4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Outras Transferências SUS p/ Atenção Básica				0,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	288.000,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		0,00	6.000,00	120,00	120,00	6.240,00
109	4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outras Transferências do SUS/União				120,00	120,00	120,00	120,00	6.240,00
		00.01.0038	02.04.00	100,000		120,00	120,00	600,00	600,00	1.440,00
87	4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica				1.200,00	18.000,00	18.000,00	66.000,00	103.200,00
		00.01.0067	02.06.00	100,000		1.200,00	18.000,00	18.000,00	66.000,00	103.200,00
89	4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Incentivo a Atenção Básica				1.200,00	120,00	120,00	120,00	1.560,00
		00.01.0067	02.06.00	100,000		1.200,00	120,00	120,00	120,00	1.560,00
88	4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	NASF				60.000,00	24.000,00	600,00	120,00	84.720,00
		00.01.0067	02.06.00	100,000		60.000,00	24.000,00	600,00	120,00	84.720,00
148	4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Vigilância Sanitária				0,00	0,00	6.000,00	120,00	6.120,00
		00.01.0067	02.04.00	100,000		0,00	0,00	6.000,00	120,00	6.120,00
149	4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Cofinanciamento Estado				0,00	0,00	1.800,00	120,00	1.920,00
		00.01.0067	02.04.00	100,000		12.000,00	30.000,00	1.800,00	120,00	1.920,00
40	4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS				12.000,00	30.000,00	600,00	600,00	43.200,00
		00.01.0063	02.06.00	100,000		12.000,00	30.000,00	600,00	600,00	43.200,00
Total geral:						9.900.000,00	11.365.000,00	12.612.000,00	12.230.000,00	46.107.000,00

Página: 1/1
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
 ANEXO II - Identificação dos Programas
 Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
Macroobjetivo: 1 - PROMOVER A MANUTENÇÃO, CRESCIMENTO E DESENVOLVIME						46.457.000,00
0001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	600.000,00	630.000,00	700.000,00	715.000,00	—	2.645.000,00
0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.039.000,00	1.128.160,00	1.244.760,00	1.257.041,00	—	4.668.961,00
0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL	2.542.176,00	2.971.220,00	3.089.540,00	2.720.840,00	0,00	11.323.776,00
0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS	2.224.702,00	2.421.280,00	2.878.080,00	2.855.180,00	0,00	10.379.242,00
0005 - BEM ESTAR SOCIAL	712.700,00	791.080,00	864.780,00	817.400,00	—	3.185.960,00
0006 - BRUNOPOLIS MAIS SEGURO	25.560,00	25.560,00	33.560,00	15.560,00	—	100.240,00
0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL	463.000,00	466.000,00	546.000,00	426.000,00	0,00	1.901.000,00
0008 - HABITAÇÃO BÁSICA	30.000,00	36.000,00	41.000,00	7.000,00	0,00	114.000,00
0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	1.619.862,00	1.891.700,00	1.868.780,00	1.949.979,00	0,00	7.330.321,00
0010 - TURISMO	2.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	—	4.000,00
0011 - ENCARGOS ESPECIAIS	125.000,00	145.000,00	675.000,00	902.500,00	—	1.847.500,00
0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	851.000,00	843.000,00	654.500,00	543.500,00	—	2.892.000,00
0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	—	60.000,00
0014 - DEFESA CIVIL	0,00	0,00	0,00	5.000,00	—	5.000,00
Total Geral:	10.250.000,00	11.365.000,00	12.612.000,00	12.230.000,00	0,00	46.457.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO III - Identificação das Ações

Página: 1 / 2

Data: 17/10/2016

Ação	Título da ação	Tipo	Produto (Unidade de medida)	Origem
0.001	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	Operação especial	AMORTIZAÇÃO(ANO)	Continuação
0.002	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	Operação especial	CONTRIBUIÇÃO(ANO)	Continuação
0.003	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	Operação especial	AMORTIZAÇÃO(ANO)	Nova
1.001	EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.002	EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.003	UNIDADES DE SAÚDE	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.004	EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Continuação
1.005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	Projeto	CARRO(VEI)	Continuação
1.006	AQUISIÇÃO DE TERRENO - HABITAÇÃO	Projeto	TERRENO(TER)	Nova
1.007	MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES	Projeto	BANHEIRO(OBR)	Continuação
1.008	CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Continuação
1.009	CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Continuação
1.010	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Continuação
1.011	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - OBRAS	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Nova
1.012	REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.013	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.014	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Nova
1.015	CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	Projeto	SISTEMA DE ESGOTO(OBR)	Continuação
1.018	AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Nova
1.019	CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	Projeto	PONTE(OBR)	Continuação
1.020	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	Projeto	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS(OBR)	Continuação
1.021	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.022	CENTRO COMUNITÁRIO	Projeto	EDIFICAÇÃO(OBR)	Continuação
1.023	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	Projeto	CASAS POPULARES(OBR)	Continuação
1.025	AQUISIÇÃO DE TERRENO	Projeto	TERRENO(TER)	Continuação
1.026	AQUISIÇÃO DE TERRENO - IND. E COM.	Projeto	TERRENO(TER)	Nova
1.028	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	Projeto	CARRO(VEI)	Continuação
1.029	SANEAMENTO BÁSICO	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.030	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Continuação
1.031	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.032	CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	Projeto	OBRAS(OBR)	Continuação
1.033	ACADEMIA DA SAÚDE	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Nova
1.035	EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE	Projeto	EQUIPAMENTOS(EQU)	Nova
1.036	CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS DOMICILIARES	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.037	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.038	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.039	CONSTRUÇÃO DE PORTAIS	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
1.040	AQUISIÇÃO DE TERRENO - CULTURA	Projeto	TERRENO(TER)	Nova
1.041	AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	Projeto	TERRENO(TER)	Nova
1.042	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE INSTALAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	Projeto	OBRAS(OBR)	Nova
2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	Atividade	SESSÕES LEGISLATIVAS(SES)	Continuação
2.002	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.003	MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.004	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.005	CONTROLE INTERNO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.006	MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.007	ENSINO FUNDAMENTAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.008	TRANSPORTE ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.009	MERENDA ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.010	MERENDA ESCOLAR - EDUC. INFANTIL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.011	EDUCAÇÃO INFANTIL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO III - Identificação das Ações

Página: 2 / 2

Data: 17/10/2016

Ação Título da ação	Tipo	Produto (Unidade de medida)	Origem
2.013 DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.014 ESPORTE AMADOR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.015 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.016 SEGURANÇA PÚBLICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.017 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.018 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMÉRCIO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.019 MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.020 ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.021 COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.022 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.023 MANUTENÇÃO DO PETI	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.025 AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.026 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.027 FARMÁCIA BÁSICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.028 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.029 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.030 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.031 MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.032 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.033 CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.034 NASF - NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.035 PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.036 ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.037 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.038 CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Continuação
2.039 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.040 CISAM - MEIO OESTE SC	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.041 PROINFANCIA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.042 MÓDULOS SANITÁRIOS DOMICILIARES	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.043 CONSÓRCIO CINCATARINA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.044 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.045 MERENDA ESCOLAR - CRECHE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.046 MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.047 EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.048 EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.049 FESTIVIDADES MUNICIPAIS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.050 BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.051 BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.052 BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.053 BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.054 FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.055 BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.056 FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.057 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	Atividade	MANUTENÇÃO(ANO)	Nova
9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Reserva de contingência	RESERVA DE CONTINGÊNCIA(ANO)	Continuação

Total de ações: 100

Página: 1/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa

0001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Objetivos

DAR CUMPRIMENTO ÀS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODER LEGISLATIVO DE LEGISLAR E FISCALIZAR, MELHORAR O CONTROLE INTERNO, QUALIDADE DOS SERVIÇOS DO LEGISLATIVO, MANter O CONTROLE DOS ATOS E GASTOS COM PESSOAL, PRODUIR RELATÓRIOS GERENCIADOS E EXIGIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS, CUMPRIR O MANDAMENTO CONSTITUCIONAL DE CONTROLE INTERNO, PRATICAR O PRINCÍPIO DA TRANSPARENCIA DOS ATOS DE COMPETÊNCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, PRODUZINDO INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A TOMADA DE DECISÕES E DEFESA DO MUNICÍPIO.

Justificativas

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, COMPOSTO DE NOVE VEREADORES, EM SEDE ALUGADA, COM AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA, COM APOIO DE QUATRO SERVIDORES.

Diretrizes (Forma de implementação)

REALIZAÇÃO DE SESSÕES ORDINÁRIAS CONFORME REGIMENTO INTERNO; REALIZAÇÃO DE SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS QUANDO CONVOCADAS; REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PELAS DIVERSAS COMISSÕES, PARA ESTUDO E ANÁLISES DOS PROCESSOS LEGISLATIVO; RECEBIMENTO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS LEIS; APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE LEIS, PROJETOS DE RESOLUÇÕES E INDICAÇÕES; DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA INTERNO E FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO; JULGAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DO PREFEITO E OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	SESSÕES LEGISLATIVAS (SES)	00.01.0000	48,000	2.645.000,00
Total:			2.645.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 2/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa

0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Objetivos

PLANEJAMENTO, ADM FINANCEIRA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E RH, NORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO, CONTROLE INTERNO, E INFORMAÇÕES A TOMADA DE DECISÕES.

Justificativas

ESTE PROGRAMA É EXECUTADO POR TODA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E FUNÇÕES DE GOVERNO COMPREENDENDO O GERENCIAMENTO PATRIMONIAL E DE RECURSOS HUMANOS, BEM COMO AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Diretrizes (Forma de implementação)

GERENCIAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO, FREQUÊNCIA, REMUNERAÇÃO E ASSENTAMENTO FUNCIONAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS; CONTROLE DA LOTACÃO DOS CARGOS, CÁLCULO DA FOLHA MENSAL E DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS; CADASTRO, IDENTIFICAÇÃO E LOTACÃO DOS BENS PATRIMONIAIS; INVENTÁRIO PERIÓDICO DOS BENS; ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DO VALOR DOS BENS; CONTROLE DOS PROCESSOS; CONTROLE DA FROTA; DO ALMOXARIFADO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO; ELABORAÇÃO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	4.490.051,00
2.038 - CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	24.610,00
2.043 - CONSÓRCIO CINCATARINA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	154.300,00
Total:				4.668.961,00

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 3/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa

0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL

Objetivos

MANter e DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS A EDUCAÇÃO, A CULTURA E AO DESPORTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO.

Justificativas

O MUNICÍPIO POSSUI COLÉGIO MUNICIPAL E ESCOLAS ISOLADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. POSSUI TAMBÉM 2 GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, REALIZA EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.

Diretrizes (Forma de implementação)

GARANTIR O ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA ESCOLA, NOS TERMOS CONSTITUCIONAIS, APROFUNDAR O CONHECIMENTO DA CULTURA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO, INCENTIVAR O INTERCÂMBIO MUNICIPAL, AMPLIAR O CONHECIMENTO ATRAVÉS DA LEITURA E DA ARTE, CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS, PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.001 - EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	OBRAS (OBR)	00.01.0000 00.01.0001 00.01.0032 00.01.0000 00.01.0001 00.01.0001 00.01.0001 00.01.0000 00.01.0001 00.01.0032 00.01.0922	3,000	0,00 20.000,00 120,00 0,00 20.000,00 42.000,00 0,00 15.000,00 240,00 120,00
1.002 - EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	OBRAS (OBR)		1,000	0,00
1.013 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO	OBRAS (OBR)		1,000	20.000,00
1.028 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	CARRO (VEI)		4,000	42.000,00
1.031 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	OBRAS (OBR)			15.000,00
1.040 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - CULTURA	TERRENO (TER)		2,000	240,00
1.041 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	TERRENO (TER)		1,000	120,00
2.007 - ENSINO FUNDAMENTAL	MANUTENÇÃO (ANO)		4,000	93.000,00
		00.01.0000 00.01.0001 00.01.0018 00.01.0019 00.01.0036 00.01.0037 00.01.0958 00.01.0959		0,00 54.276,00 1.452.620,00 2.651.120,00 91.380,00 107.900,00 8.160,00 42.600,00 6.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção Alteração em 01/01/2017 (A)

Ações		Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
				Física	Financeira
2.008 - TRANSPORTE ESCOLAR		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0962		120,00
			00.01.0000	4,000	160.000,00
			00.01.0001		1.651.000,00
			00.01.0019		386.830,00
			00.01.0036		219.900,00
			00.01.0037		161.200,00
			00.01.0062		596.440,00
			00.01.0922		180.120,00
2.009 - MERENDA ESCOLAR			00.01.0958		42.600,00
		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0961		45.360,00
			00.01.0000	4,000	0,00
			00.01.0037		0,00
2.010 - MERENDA ESCOLAR - EDUC. INFANTIL			00.01.0960		0,00
		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	34.000,00
2.011 - EDUCAÇÃO INFANTIL			00.03.0960		13.800,00
		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	2.500,00
			00.01.0001		83.000,00
2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0019		137.070,00
			00.01.0000	4,000	108.000,00
2.013 - DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO			00.01.0001		178.800,00
		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	81.000,00
		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	221.000,00
			00.01.0924		0,00
2.025 - AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	180.000,00
		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	165.000,00
2.031 - MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL			00.01.0037		27.860,00
			00.01.0960		9.560,00
		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	24.000,00
		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0001	1,000	0,00
2.045 - MERENDA ESCOLAR - CRECHE		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	82.000,00
			00.01.0037		31.840,00
2.046 - MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	22.000,00
			00.01.0037		37.340,00
2.047 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR		MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0001	1,000	327.000,00
			00.01.0018		292.180,00

Página: 5/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.048 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0001 00.01.0018	1,000	763.000,00 309.720,00
2.049 - FESTIVIDADES MUNICIPAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	125.000,00
Total:			11.323.776,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0001 - Recetas Impostos e Transf. de Impostos-EDUCAÇÃO
00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%
00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%
00.01.0032 - Transferências de Convênios - União/Educação
00.01.0036 - Salário-Educação
00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE
00.01.0062 - Transferências de Convênios - Estado/Educação
00.01.0922 - Transferências de Convênios - Educação
00.01.0924 - Transferências de Convênios - Outros
00.01.0958 - Salário Educação
00.01.0959 - Transferências referentes ao - PDDE
00.01.0960 - PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
00.01.0961 - PNATE - Programa Nac. de Apoio ao Transporte Escolar
00.01.0962 - Outras Transferências do FNDE
00.03.0960 - PNAE - Superávit Financeiro

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Página: 6/20
 Data: 17/10/2016

Programa

0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS

Objetivos

REALIZAR MEDICINA PREVENTIVA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO, PROMOVER CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS, DESPOLUIR OS CÓRREGOS E RIOS, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE E SANEAMENTO DA POPULAÇÃO, ATENDER COM ÁGUA POTÁVEL AS FAMÍLIAS DO CENTRO URBANO DE FORMA A PREVENIR DOENÇAS.

Justificativas

O MUNICÍPIO POSSUI 2 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO, DENTISTA, MÉDICOS CREDENCIADOS, ENFERMEIRA, ATENDENTES DE SAÚDE, ALÉM DOS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. O MUNICÍPIO POSSUI MUITAS RESIDÊNCIAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO CAUSANDO POLUIÇÃO NOS CÓRREGOS E RIOS, POIS NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.

Diretrizes (Forma de implementação)

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES DE SAÚDE, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA. CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DA INSTALAÇÃO DE FOSSA E FILTRO ANAERÓBIO NAS RESIDÊNCIAS E EXIGÊNCIA DESSE EQUIPAMENTOS NAS NOVAS CONSTRUÇÕES. IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO URBANO E DO COINCO, VISANDO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS. MELHORIA E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.003 - UNIDADES DE SAÚDE	OBRAS (OBR)	00.01.0000 00.01.0002 00.01.0023 00.01.0033	4,000	0,00 40.000,00 120,00 120,00
1.005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	CARRO (VEI)	00.01.0000 00.01.0002 00.01.0023 00.01.0088 00.02.0088 00.03.0964	4,000	41.000,00 84.000,00 0,00 120,00 120,00 0,00
1.015 - CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	SISTEMA DE ESGOTO (OBR)	00.01.0000	2,000	23.000,00
2.015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	36.000,00
2.020 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0002 00.01.0000 00.01.0002 00.01.0023 00.01.0033 00.01.0038 00.01.0063	4,000	537.252,00 107.000,00 5.752.000,00 73.320,00 1.200,00 1.525.440,00 32.520,00

Página: 7/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0067		30.000,00
		00.01.0088		1.200,00
		00.01.0964		437.800,00
		00.01.0965		9.720,00
		00.01.0971		120,00
		00.03.0002		0,00
		00.01.0000	4,000	0,00
		00.01.0002		0,00
		00.01.0038		0,00
		00.01.0966		0,00
2.027 - FARMÁCIA BÁSICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0002	4,000	790.000,00
		00.01.0023		1.200,00
		00.01.0038		48.240,00
		00.01.0067		103.800,00
		00.01.0967		15.130,00
2.032 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	40.000,00
		00.01.0002		150.300,00
		00.01.0038		68.400,00
		00.01.0067		6.120,00
		00.01.0966		18.600,00
2.037 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR 2.042 - MÓDULOS SANITÁRIOS DOMICILIARES 2.058 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	MANUTENÇÃO (ANO) MANUTENÇÃO (ANO) MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0002	4,000	400.000,00
		—	1,000	—
		00.01.0038	4,000	3.480,00
		00.01.0966		1.920,00
Total:			10.379.242,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE
00.01.0023 - Transferências de Convênios - Saúde
00.01.0033 - Transferências de Convênios - União/Saúde
00.01.0038 - Transferências do SUS/União
00.01.0063 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde
00.01.0067 - Transferências do SUS/Estado

Página: 8/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Legenda:

00.01.0088 - Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde
00.01.0964 - SUS - Atenção Básica
00.01.0965 - MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
00.01.0966 - SUS - Vigilância em Saúde
00.01.0967 - SUS - Assistência Farmacêutica Básica
00.01.0971 - Outras Transferências do SUS
00.02.0088 - Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde
00.03.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE
00.03.0964 - Atenção Básica - Superávit Financeiro

Página: 9/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa

0005 - BEM ESTAR SOCIAL

Objetivos

CRIAR ALTERNATIVAS DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, INTEGRAÇÃO DO IDOSO Á SOCIEDADE E MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, OFERECER OPORTUNIDADE PARA QUE AS DONAS DE CASA TROQUEM EXPERIÊNCIAS, DESCOBRAM SUAS POTENCIALIDADES E HABILIDADES, PARTICIPANDO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR. AFASTAR OS JOVENS DAS SITUAÇÕES DE RISCO E ENCAMINHÁ-LOS PARA UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL, INTEGRANDO-OS A SOCIEDADE.

Justificativas

NO MUNICÍPIO HÁ FAMÍLIAS CARENTES QUE NECESSITAM DA ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES. PARA ASSISTIR OS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO. O MUNICÍPIO CONTA COM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E OS RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Diretrizes (Forma de implementação)

MANUTENÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENVOLVIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS CARENTES, FORTALECIMENTO DOS GRUPOS DE IDOSOS E CLUBES DE MÃES, EXPLORAÇÃO DE SUAS POTENCIALIDADES, ENVOLVENDO O MUNICÍPIO, OS CONSELHOS E AS FAMÍLIAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.038 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	OBRAS (OBR)	00.01.0000	1,000	10.000,00
2.019 - MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0061		360,00
		00.01.0000	4,000	1.196.500,00
2.024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0952		27.600,00
		00.01.0963		12.000,00
2.033 - CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	102.000,00
		00.01.0000	4,000	197.600,00
2.035 - PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0952		54.000,00
		00.01.0035	4,000	141.200,00
2.039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0952		75.000,00
		00.01.0000	4,000	357.000,00
2.050 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	218.000,00
		00.01.0035		523.800,00
2.051 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0065		60.480,00
		00.01.0000	1,000	6.000,00
2.052 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0035		6.960,00
		00.01.0000	1,000	117.000,00
2.053 - BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	3.000,00

Página: 10/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.054 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0035		27.520,00
		00.01.0000	1,000	1,300,00
		00.01.0035		1.640,00
2.055 - BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	3.000,00
		00.01.0035		22.310,00
2.056 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	1,300,00
		00.01.0035		1.450,00
2.057 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	4.000,00
		00.01.0065		14.940,00
Total:			3.185.960,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0035 - Transferências do SUAS/União
00.01.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social
00.01.0065 - Transferências do SUAS/Estado
00.01.0952 - Outras Transf. do FNAS
00.01.0963 - Bolsa Família

Página: 11/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa

0006 - BRUNÓPOLIS MAIS SEGURO

Objetivos

PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE, E PROMOVER O APOIO ÀS PESSOAS VÍTIMAS DE INTEMPÉRIES, DESASTRES NATURAIS E CALAMIDADES PÚBLICAS.

Justificativas

MANTER O BEM ESTAR, A INTEGRIDADE, PREVENIR DOENÇAS, PRESTAR ASSISTÊNCIA A PESSOAS VÍTIMAS DE DESASTRES, PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR AÇÕES DE SEGURANÇA, DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A PREVENÇÃO DE CRIMES, DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO DA POLÍCIA COM A SOCIEDADE.

Diretrizes (Forma de implementação)

APOIO ÀS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR, IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E PROJETOS EDUCACIONAIS. PROMOVER APOIO ÀS PESSOAS QUE VENHAM A SOFRER DANOS POR VENDAVAS, GRANIZOS, GEADAS, INUNDAÇÕES, DESLIZAMENTOS, RAIOS E TEMPESTADES, ETC.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.016 - SEGURANÇA PÚBLICA	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	90.000,00
		00.01.0010		2.830,00
		00.01.0011		2.830,00
		00.01.0012		3.020,00
		00.01.0954		510,00
		00.01.0955		510,00
		00.01.0956		540,00
Total:			100.240,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0010 - Convênio Trânsito - Militar
00.01.0011 - Convênio Trânsito - Civil
00.01.0012 - Convênio Trânsito - Prefeitura
00.01.0954 - Convênio de Trânsito - Militar
00.01.0955 - Convênio de Trânsito - Civil
00.01.0956 - Convênio de Trânsito - Prefeitura

Página: 12/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa

0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL

Objetivos

ALIMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, DESENVOLVER O COMÉRCIO LOCAL, CAPACITAR OS AGRICULTORES E EMPRESÁRIOS, MELHORIAS TECNOLÓGICAS, AMPLIAR O DISTRITO INDUSTRIAL E TRAZER NOVOS EMPREENDIMENTOS PARA O MUNICÍPIO.

Justificativas

O MUNICÍPIO TEM SUA ECONOMIA FUNDADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA, E POSSUI ALTO NÍVEL DE DESEMPREGO E BAIXO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL.

Diretrizes (Forma de implementação)

PROMOVER ASSISTÊNCIA TÉCNICA, AMPLIAR A PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA, DESENVOLVER NOVAS ATIVIDADES PRODUTIVAS, PROFISSIONALIZAR A POPULAÇÃO, TRAZER EMPREENDIMENTOS QUE GEREM RENDA E EMPREGOS A POPULAÇÃO.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.009 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	EDIFICAÇÃO (OBR)	00.01.0000	2.000	0,00
1.026 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - IND. E COM.	TERRENO (TER)	00.01.0000	2.000	80.000,00
1.030 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	EQUIPAMENTOS (EQU)	00.01.0000	8.000	180.000,00
2.018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMÉRCIO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4.000	1.641.000,00
Total:			1.901.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 13/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa

0008 - HABITAÇÃO BÁSICA

Objetivos

OPORTUNIZAR AS FAMÍLIAS CARENTES, CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA.

Justificativas

NO MUNICÍPIO EXISTE UM DÉFICIT HABITACIONAL ELEVADO E MUITAS MORADIAS QUE NÃO PROPORCIONAM CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE.

Diretrizes (Forma de implementação)

CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, MELHORIA DAS HABITAÇÕES EXISTENTES, CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS, COMPRA DE ÁREA DE TERRAS PARA CRIAÇÃO DE LOTEAMENTO.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.006 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - HABITAÇÃO	TERRENO (TER)	00.01.0000	2.000	15.000,00
1.023 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	CASAS POPULARES (OBR)	00.01.0000	16.000	95.000,00
2.044 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4.000	4.000,00
		00.01.0924		0,00
Total:			114.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0924 - Transferências de Convênios - Outros

Página: 14/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa	Objetivos	Justificativas	Diretrizes (Forma de implementação)	Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
							Física	Financeira
0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS								
	MANTER AS VIAS URBANAS, AS ÁREAS DE LAZER E A CIDADE LIMPA. PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA A QUALQUER TEMPO. DAR MAIOR SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES USUÁRIOS DO SISTEMA VIÁRIO. OFERECER MAIS CONFORTO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NAS VIAS DE MAIOR MOVIMENTO DE VEÍCULOS E OFERECER MAIS SEGURANÇA AOS PEDESTRES.	O MUNICÍPIO VEM DESENVOLVENDO A URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, PAVIMENTANDO RUAS E ESTRADAS, IMPLANTANDO SINALIZAÇÃO VIÁRIA. HÁ A NECESSIDADE DE CONTINUAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO. O MUNICÍPIO POSSUI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS ESTRADAS VICINAIS E VIAS URBANAS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI VIAS URBANAS AINDA NÃO PAVIMENTADAS E PASSEIO NO PERÍMETRO URBANO A PAVIMENTAR.	CASCALHAMENTO, PAVIMENTAÇÃO E PATROLAMENTO E LIMPEZA DAS ESTRADAS VICINAIS, CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PONTES E BUEIROS, ABERTURA DE NOVAS ESTRADAS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS. MELHORAR E CONSERVAR A SINALIZAÇÃO EXISTENTE NAS VIAS URBANAS SOB JURISDIÇÃO DO MUNICÍPIO. PROSSEGUIR COM A URBANIZAÇÃO DAS RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, MANTER AS PRAÇAS, CANTEIROS CENTRAIS DE AVENIDAS, SINALIZAÇÃO.					
					EQUIPAMENTOS (EQU)	00.01.0000	8,000	335.000,00
						00.01.0089		360,00
						00.02.0089		720,00
					EDIFICAÇÃO (OBR)	00.01.0000	1,000	80.000,00
					PONTE (OBR)	00.01.0000	4,000	25.000,00
						00.01.0924		5.120,00
					PAVIMENTAÇÃO DE VIAS (OBR)	00.01.0000	4,000	255.000,00
						00.01.0034		360,00
						00.01.0924		120,00
					OBRAS (OBR)	00.01.0000	1,000	87.000,00
					OBRAS (OBR)	00.01.0000	2,000	5.000,00
					MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	731.300,00
						00.01.0924		0,00
					MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	137.000,00
						00.01.0008		309.360,00
						00.01.0917		70.120,00
					MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	4.486.890,00
						00.01.0007		17.360,00

Página: 15/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
		00.01.0039		231.200,00
		00.01.0064		2.160,00
		00.01.0916		15.120,00
		00.01.0924		0,00
		00.01.0944		70.000,00
2.021 - COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4.000	439.912,00
2.040 - CISAM - MEIO OESTE SC	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1.000	26.219,00
Total:			7.330.321,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários
00.01.0007 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
00.01.0008 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP
00.01.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros
00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo e Transf. Compens. Financeira Explor. recursos naturais
00.01.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros
00.01.0089 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas
00.01.0916 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
00.01.0917 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP
00.01.0924 - Transferências de Convênios - Outros
00.01.0944 - FEP
00.02.0089 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas

Página: 16/20

Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa

0010 - TURISMO

Objetivos

DIVULGAR AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO, PROMOVER A DIVULGAÇÃO DAS BELEZAS NATURAIS E DA CULTURA LOCAL.

Justificativas

O MUNICÍPIO FOI PALCO DA GUERRA DO CONTESTADO, POSSUINDO MUITA HISTÓRIA E CULTURA. EXISTEM MUITAS BELEZAS NATURAIS COMO RIOS, CACHOEIRAS E AS ILHAS DO RAMO VERDE.

Diretrizes (Forma de implementação)

PROMOVER O RESGATE HISTÓRICO E CULTURAL; DIVULGAR AS POTENCIALIDADES LOCAIS; INFRAESTRUTURAR O MUNICÍPIO PARA RECEBER OS TURISTAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	4.000,00
Total:			4.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO IV - Programas e Ações de Governo

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Página: 17/20

Data: 17/10/2016

Programa

0011 - ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivos

GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS SEJAM CUMPRIDOS.

Justificativas

O MUNICÍPIO POSSUI DÉBITO CONSOLIDADO COM O INSS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BADESC. AINDA, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO CONTRIBUI COM O PASEP.

Diretrizes (Forma de implementação)

AMORTIZAR A DÍVIDA FUNDADA DO MUNICÍPIO E CONTRIBUIÇÃO AO PASEP.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0.001 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	AMORTIZAÇÃO (ANO)	00.01.0000	48.000	102.000,00
0.002 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO (ANO)	00.01.0000	48.000	474.300,00
0.003 - PAGAMENTO DE PRECATORIOS	AMORTIZAÇÃO (ANO)	00.01.0000	1.000	1.271.200,00
Total:			1.847.500,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 18/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa

0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

Objetivos

PROMOVER A GESTÃO MUNICIPAL, COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Justificativas

MANTER O GABINETE DO PREFEITO E VICE, SUAS ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Diretrizes (Forma de implementação)

PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS, DESPESAS CORRENTES, ASSESSORIAS E CONSULTORIAS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.008 - CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES	EDIFICAÇÃO (OBR)	00.01.0000	1,000	510.000,00
2.005 - CONTROLE INTERNO	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	160.000,00
2.006 - MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	4,000	2.222.000,00
Total:			2.892.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 19/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa

0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Objetivos

ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Justificativas

ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Diretrizes (Forma de implementação)

ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (ANO)	00.01.0000	4.000	60.000,00
Total:			60.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 20/20
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
 ANEXO IV - Programas e Ações de Governo
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Programa

0014 - DEFESA CIVIL

Objetivos

DESENVOLVER AÇÕES DE APOIO E PROTEÇÃO À DEFESA CIVIL.

Justificativas

DESENVOLVER AÇÕES DE APOIO E PROTEÇÃO À DEFESA CIVIL.

Diretrizes (Forma de implementação)

PROMOVER APOIO ÀS PESSOAS QUE VENHAM A SOFRER DANOS POR VENDÁVEIS, GRANIZOS, GEADAS, INUNDAÇÕES, DESLIZAMENTOS, RAIOS E TEMPESTADES, ETC.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.059 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	MANUTENÇÃO (ANO)	00.01.0000	1,000	5.000,00
Total:			5.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - Recursos Ordinários

Página: 1/13
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO V - Metas de Despesas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2017 (A)

Planej.	Ação	/	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS													
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO													
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito													
2	1.008 - CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREDORES			P	3	04.122.0012	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	260.000,00	200.000,00	50.000,00	0,00	510.000,00
EDIFICAÇÃO(OBR)													
3	2.005 - CONTROLE INTERNO			A	3	04.124.0012	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	33.000,00	36.000,00	40.000,00	42.000,00	151.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)													
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	2.000,00	1.500,00	1.500,00	7.000,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4	2.006 - MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE			A	3	04.122.0012	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	425.000,00	490.000,00	510.000,00	455.000,00	1.880.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)													
							3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	54.000,00	45.000,00	50.000,00	40.000,00	189.000,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	70.000,00	70.000,00	3.000,00	5.000,00	148.000,00
45	2.039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			A	3	08.243.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	86.000,00	90.000,00	80.000,00	100.000,00	356.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)													
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA													
Unidade: 03.01 - Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda													
5	2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA			A	3	04.122.0002	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	487.000,00	540.000,00	610.000,00	610.000,00	2.247.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)													
							3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	90.000,00	114.000,00	140.000,00	140.000,00	484.000,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	385.000,00	360.000,00	413.210,00	415.841,00	1.554.051,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	95.000,00	90.000,00	10.000,00	10.000,00	205.000,00
6	2.038 - CIGA - CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL			A	3	04.122.0002	3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	1.100,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
MANUTENÇÃO(ANO)													
							3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
							3.3.93.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	6.960,00	7.650,00	8.000,00	22.610,00
							4.4.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00
7	0.001 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA AMORTIZAÇÃO(ANO)			O	3	28.846.0011	4.6.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	5.000,00	30.000,00	45.000,00	22.000,00	102.000,00
8	0.002 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP CONTRIBUIÇÃO(ANO)			O	3	28.846.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	120.000,00	110.000,00	125.000,00	119.300,00	474.300,00

Página: 2/13
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano: Alteração em 01/01/2017 (A)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA										
Unidade: 03.01 - Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda										
63 2.043 - CONSÓRCIO CINCATARINA MANUTENÇÃO(ANO)	A	1	04.122.0002	3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	11.700,00	3.850,00	4.000,00	19.550,00
				3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	3.500,00	12.850,00	12.000,00	28.350,00
				3.3.72.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	45.000,00	55.200,00	100.200,00
				4.4.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	2.000,00	2.200,00	2.000,00	6.200,00
65 0.003 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS AMORTIZAÇÃO(ANO)	O	3	28.846.0011	4.6.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	505.000,00	761.200,00	1.271.200,00
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO										
Unidade: 04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo										
9 2.016 - SEGURANÇA PÚBLICA MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	06.181.0006	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0012	0,00	540,00	620,00	620,00	1.780,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0011	0,00	510,00	1.160,00	1.160,00	2.830,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0956	540,00	0,00	0,00	0,00	540,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0955	510,00	0,00	0,00	0,00	510,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	24.000,00	24.000,00	30.000,00	12.000,00	90.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0954	510,00	0,00	0,00	0,00	510,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0010	0,00	510,00	1.160,00	1.160,00	2.830,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0012	0,00	0,00	620,00	620,00	1.240,00
10 1.020 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS PAVIMENTAÇÃO DE VIAS(OBR)	P	3	15.451.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	120.000,00	90.000,00	25.000,00	20.000,00	255.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0924	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0034	0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
11 1.039 - CONTRUÇÃO DE PORTAIS OBRAS(OBR)	P	3	15.451.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
12 2.017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	15.451.0009	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	467.000,00	540.000,00	638.000,00	600.000,00	2.245.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0064	0,00	720,00	720,00	720,00	2.160,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0039	0,00	101.600,00	73.200,00	56.400,00	231.200,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0007	0,00	2.520,00	720,00	14.120,00	17.360,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0916	15.120,00	0,00	0,00	0,00	15.120,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0924			Valor não detalhado:		0,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	380.000,00	506.890,00	605.000,00	750.000,00	2.241.890,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0944	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00

Página: 3/13
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO V - Metas de Despesas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2017 (A)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO						7.425.298,00	8.313.720,00	9.053.920,00	8.662.820,00	33.455.758,00
Unidade: 04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo						1.645.422,00	1.917.260,00	1.902.340,00	1.965.539,00	7.430.561,00
13 2.021 - COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	A	3	17.512.0009	3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.140,00	2.350,00	2.865,00	3.510,00	10.885,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	10.364,00	11.410,00	16.035,00	20.040,00	57.849,00
				3.3.72.00.00.00.00.00	00.01.0000	74.376,00	81.830,00	100,00	120,00	156.426,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	90.000,00	100.000,00	190.000,00
				4.4.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	9.782,00	5.020,00	100,00	9.850,00	24.752,00
15 2.004 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA										
	A	3	15.451.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0917	65.120,00	0,00	0,00	0,00	65.120,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0008	0,00	85.120,00	112.120,00	112.120,00	309.360,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	10.000,00	30.000,00	30.000,00	35.000,00	105.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	25.000,00	5.000,00	0,00	2.000,00	32.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0917	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
16 1.010 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS										
EQUIPAMENTOS(EQU)	P	3	26.782.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	200.000,00	85.000,00	40.000,00	10.000,00	335.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.02.0089	720,00	0,00	0,00	0,00	720,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0089	0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
18 1.019 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS										
PONTE(OBR)	P	3	26.782.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0924	5.120,00	0,00	0,00	0,00	5.120,00
66 1.021 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER										
OBRAS(OBR)	P	3	15.451.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	80.000,00	5.000,00	2.000,00	87.000,00
82 1.011 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - OBRAS										
EDIFICAÇÃO(OBR)	P	1	26.782.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	75.000,00	0,00	5.000,00	80.000,00
Unidade: 04.02 - Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico										
14 2.003 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	A	3	17.512.0009	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	50.000,00	48.000,00	16.300,00	114.300,00
MANUTENÇÃO(ANO)										
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	135.000,00	120.000,00	167.000,00	175.000,00	597.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0924	0,00	5.000,00	10.000,00	Valor não detalhado: 0,00	20.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	10.000,00	5.000,00	20.000,00
60 2.040 - CISAM - MEIO OESTE SC										
MANUTENÇÃO(ANO)	A	1	17.512.0009	3.1.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	500,00	2.050,00	7.304,00	9.854,00
				3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	8.000,00	1.700,00	3.330,00	13.030,00

Página: 4/13
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano: Alteração em 01/01/2017 (A)

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS												
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO												
Unidade: 04.02 - Depto. Munic. de Água, Esgoto e Saneamento Básico												
						44.71.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	500,00	910,00	1.925,00	3.335,00
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO												
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo												
19	1.001 - EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	OBRAS(OBR)	P	3	12.361.0003	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.542.176,00	2.971.220,00	3.089.540,00	2.720.840,00	11.323.776,00
								2.542.176,00	2.971.220,00	3.089.540,00	2.720.840,00	11.323.776,00
								Valor não detalhado:				
						44.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
						44.90.00.00.00.00.00	00.01.0032	0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
21	1.002 - EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	OBRAS(OBR)	P	3	12.365.0003	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
								0,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
23	1.028 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	CARRO(VEI)	P	3	12.361.0003	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0922	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00
						44.90.00.00.00.00.00	00.01.0032	0,00	120,00	0,00	120,00	240,00
						44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00
24	2.007 - ENSINO FUNDAMENTAL	MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.361.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	156.620,00	360.000,00	163.000,00	310.000,00	989.620,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0019	91.380,00	0,00	0,00	0,00	91.380,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018	456.900,00	700.560,00	767.200,00	726.460,00	2.651.120,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0036	0,00	51.900,00	26.250,00	29.750,00	107.900,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	19.276,00	0,00	0,00	0,00	19.276,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	81.000,00	110.000,00	137.000,00	95.000,00	423.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0959	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0958	42.600,00	0,00	0,00	0,00	42.600,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0962	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	6.240,00	960,00	960,00	8.160,00
						44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
						44.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	40.000,00
25	2.008 - TRANSPORTE ESCOLAR	MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.361.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	152.000,00	250.000,00	270.000,00	250.000,00	922.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0961	45.360,00	0,00	0,00	0,00	45.360,00

Página: 513
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2017 (A)

Planej. / Ação	Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total	
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS												
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO												
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo												
26	2.009 - MERENDA ESCOLAR MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.361.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0960	7.425.298,00	8.313.720,00	9.053.920,00	8.662.820,00	33.455.758,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0036	2.542.176,00	2.971.220,00	3.089.540,00	2.720.840,00	11.323.776,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0019	2.542.176,00	2.971.220,00	3.089.540,00	2.720.840,00	11.323.776,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	75.800,00	44.800,00	40.600,00	161.200,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0062	0,00	51.900,00	78.750,00	89.250,00	219.900,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0019	76.150,00	97.300,00	109.600,00	103.780,00	386.830,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0922	180.120,00	0,00	0,00	0,00	180.120,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0958	42.600,00	0,00	0,00	0,00	42.600,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	71.000,00	210.000,00	218.000,00	230.000,00	729.000,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0062	0,00	191.200,00	216.120,00	189.120,00	596.440,00	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
27	2.009 - MERENDA ESCOLAR MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	Valor não detalhado:					0,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0960	Valor não detalhado:					0,00
					Valor não detalhado:						0,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
28	2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.361.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	70.000,00	24.500,00	20.300,00	114.800,00	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	38.000,00	0,00	0,00	0,00	38.000,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	20.000,00	34.000,00	10.000,00	64.000,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	14.000,00	10.000,00	0,00	0,00	24.000,00	
30	2.025 - AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.364.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	70.000,00	110.000,00	0,00	0,00	180.000,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
31	2.011 - EDUCAÇÃO INFANTIL MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.365.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0019	137.070,00	0,00	0,00	0,00	137.070,00	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	43.000,00	0,00	0,00	0,00	43.000,00	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	
					3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	25.000,00	
32	2.013 - DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	13.392.0003	3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	25.000,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
					Valor não detalhado:						0,00	
					Valor não detalhado:						0,00	

Página: 6/13
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO V - Metas de Despesas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2017 (A)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO										
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo										
34 2.014 - ESPORTE AMADOR MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	27.812.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	15.000,00	30.000,00	30.000,00	50.000,00	115.000,00
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	5.000,00				
				3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	23.000,00	30.000,00	22.000,00	22.000,00	97.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	4.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0924				Valor não detalhado:	0,00
61 2.041 - PROINFANCIA MANUTENÇÃO(ANO)	A	1	12.365.0003	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001				Valor não detalhado:	0,00
67 2.045 - MERENDA ESCOLAR - CRECHE MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	12.200,00	9.120,00	10.520,00	31.840,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	19.000,00	35.000,00	28.000,00	82.000,00
68 2.046 - MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037	0,00	9.600,00	14.320,00	13.420,00	37.340,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	11.000,00	3.000,00	8.000,00	22.000,00
69 2.047 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.365.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018	0,00	78.800,00	109.600,00	103.780,00	292.180,00
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	56.000,00	136.000,00	70.000,00	262.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	25.000,00	15.000,00	10.000,00	50.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	3.000,00	10.000,00	2.000,00	15.000,00
70 2.048 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	12.365.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	69.000,00	185.000,00	40.000,00	294.000,00
				3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018	0,00	96.340,00	109.600,00	103.780,00	309.720,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	350.000,00	30.000,00	45.000,00	35.000,00	460.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001	0,00	2.000,00	5.000,00	2.000,00	9.000,00
71 2.049 - FESTIVIDADES MUNICIPAIS MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	13.392.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	45.000,00	50.000,00	30.000,00	125.000,00
72 1.041 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE TERRENO(TER)	P	3	27.812.0003	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
83 2.010 - MERENDA ESCOLAR - EDUC. INFANTIL MANUTENÇÃO(ANO)	A	1	12.365.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
				3.3.90.00.00.00.00.00	00.03.0960	13.800,00	0,00	0,00	0,00	13.800,00

Página: 7/13
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO V - Metas de Despesas

Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2017 (A)

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS												
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPO												
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Despo												
84	1.040 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - CULTURA TERRENO(TER)	P	1	13.392.0003	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000		2.542.176,00	2.971.220,00	3.089.540,00	2.720.840,00	11.323.776,00
								2.542.176,00		3.089.540,00	2.720.840,00	11.323.776,00
										Valor não detalhado:		
												0,00
85	1.013 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO OBRAS(OBR)	P	1	12.361.0003	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0001		0,00	0,00	40.000,00	2.000,00	42.000,00
86	2.031 - MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL MANUTENÇÃO(ANO)	A	1	12.361.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0037		0,00	9.260,00	9.600,00	9.000,00	27.860,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000		39.000,00	40.000,00	40.000,00	46.000,00	165.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0960		9.560,00	0,00	0,00	0,00	9.560,00
87	1.031 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS OBRAS(OBR)	P	1	27.812.0003	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000		0,00	5.000,00	85.000,00	3.000,00	93.000,00
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO												
Unidade: 06.01 - Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio												
37	1.009 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	P	3	20.606.0007	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000		465.000,00	467.000,00	547.000,00	426.000,00	1.905.000,00
								465.000,00	467.000,00	547.000,00	426.000,00	1.905.000,00
										Valor não detalhado:		
												0,00
38	2.018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMERCIO	A	3	20.606.0007	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000		240.000,00	315.000,00	363.000,00	300.000,00	1.218.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000		0,00	31.000,00	20.000,00	25.000,00	76.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000		73.000,00	70.000,00	108.000,00	90.000,00	341.000,00
					44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000		0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	6.000,00
39	1.030 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS EQUIPAMENTOS(EQU)	P	3	20.606.0007	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000		150.000,00	5.000,00	15.000,00	10.000,00	180.000,00
41	2.026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	23.695.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000		2.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	4.000,00
81	1.026 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - IND. E COM. TERRENO(TER)	P	1	22.661.0007	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000		0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	80.000,00
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SAÚDE												
Unidade: 07.01 - Secretaria de Saúde												
42	1.015 - CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SISTEMA DE ESGOTO(OBR)	P	3	17.512.0004	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000		0,00	0,00	20.000,00	3.000,00	23.000,00
								0,00	0,00	20.000,00	3.000,00	23.000,00
								0,00	0,00	10.000,00	1.000,00	11.000,00
								0,00	0,00	10.000,00	2.000,00	12.000,00

Página: 8/13
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2017 (A)

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO										
Unidade: 08.01 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação										
49 1.023 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES CASAS POPULARES(OBR)	P	3	16.482.0008	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	30.000,00	30.000,00	5.000,00	95.000,00
88 1.006 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - HABITAÇÃO TERRENO(TER)	P	1	16.482.0008	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	10.000,00	0,00	15.000,00
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social										
43 2.019 - MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	08.244.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	601.700,00	658.080,00	764.780,00	702.400,00	2.726.960,00
						601.700,00	658.080,00	764.780,00	702.400,00	2.726.960,00
						130.000,00	232.000,00	212.000,00	235.000,00	809.000,00
						0,00	7.000,00	0,00	10.000,00	17.000,00
						12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
						27.600,00	0,00	0,00	0,00	27.600,00
						103.000,00	30.000,00	108.000,00	125.000,00	366.000,00
						2.500,00	2.000,00	0,00	0,00	4.500,00
44 2.033 - CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	08.244.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	97.600,00	0,00	0,00	0,00	97.600,00
						32.400,00	0,00	0,00	0,00	32.400,00
						21.600,00	0,00	0,00	0,00	21.600,00
						100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
46 1.038 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS SOCIO-ASSISTENCIAIS OBRAS(OBR)	P	3	08.244.0005	44.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	10.000,00
						0,00	120,00	120,00	120,00	360,00
47 2.035 - PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0952	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
						0,00	70.600,00	70.600,00	0,00	141.200,00
						25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
73 2.050 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA MANUTENÇÃO(ANO)	A	3	08.244.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	0,00	109.080,00	108.500,00	95.760,00	313.340,00
						0,00	78.000,00	62.000,00	70.000,00	210.000,00
						0,00	72.720,00	72.700,00	65.040,00	210.460,00
						0,00	1.000,00	5.000,00	2.000,00	8.000,00
						0,00	25.120,00	7.896,00	8.120,00	41.076,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO V - Metas de Despesas
 Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2017 (A)

Página: 9/13
 Data: 17/10/2016

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS										
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social										
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0065	0,00	0,00	18.284,00	1.120,00	19.404,00
74 2.051 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
				MANUTENÇÃO(ANO)		0,00	0,00	3.480,00	3.480,00	6.960,00
75 2.052 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	A	3	08.244.0005	3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	0,00	53.000,00	58.000,00	111.000,00
				MANUTENÇÃO(ANO)		0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
76 2.053 - BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
				MANUTENÇÃO(ANO)		0,00	3.400,00	3.400,00	6.620,00	13.420,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	0,00	4.800,00	4.300,00	5.000,00	14.100,00
77 2.054 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	500,00	300,00	500,00	1.300,00
				MANUTENÇÃO(ANO)		0,00	320,00	820,00	500,00	1.640,00
78 2.055 - BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	0,00	3.960,00	3.960,00	4.500,00	12.420,00
				MANUTENÇÃO(ANO)		0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
				4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0035	0,00	3.710,00	3.260,00	2.920,00	9.890,00
79 2.056 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	500,00	300,00	500,00	1.300,00
				MANUTENÇÃO(ANO)		0,00	250,00	700,00	500,00	1.450,00
80 2.057 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	A	3	08.244.0005	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	0,00	1.000,00	2.000,00	1.000,00	4.000,00
				MANUTENÇÃO(ANO)		0,00	1.000,00	13.220,00	720,00	14.940,00
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE										
Unidade: 11.01 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente										
50 2.024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE										
				3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000	23.000,00	40.000,00	0,00	0,00	63.000,00
				MANUTENÇÃO(ANO)		2.000,00	2.000,00	20.000,00	15.000,00	39.000,00

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 11/13
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Atualização em 01/01/2017 (A)

Planej.	Ação	/	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUNOPOLIS													
Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE													
Unidade: 09.01 - Fundo Municipal de Saúde													
53 2.015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE													
				A	3	10.301.0004	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	36.000,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00
							3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	51.652,00	112.000,00	108.000,00	165.600,00	437.252,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	15.000,00	25.000,00	28.000,00	25.000,00	93.000,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	5.000,00	0,00	0,00	2.000,00	7.000,00
54 2.020 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE													
				A	3	10.301.0004	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0964	215.280,00	0,00	0,00	0,00	215.280,00
							3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0023	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
							3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	569.000,00	700.000,00	825.000,00	760.000,00	2.854.000,00
							3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	0,00	24.600,00	1.200,00	720,00	26.520,00
							3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	281.280,00	333.840,00	333.840,00	948.960,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	0,00	120,00	2.520,00	840,00	3.480,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0063	0,00	30.120,00	1.200,00	0,00	31.320,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	213.840,00	162.200,00	155.440,00	531.480,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0971	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.03.0002			Valor não detalhado:		
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	490.000,00	585.000,00	840.000,00	940.000,00	2.855.000,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0023	19.320,00	0,00	0,00	0,00	19.320,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0964	212.520,00	0,00	0,00	0,00	212.520,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0965	9.720,00	0,00	0,00	0,00	9.720,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0964	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0063	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	15.000,00	10.000,00	20.000,00	45.000,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0033	0,00	0,00	600,00	600,00	1.200,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0088	0,00	0,00	600,00	600,00	1.200,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	0,00	23.000,00	10.000,00	10.000,00	43.000,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	107.000,00	0,00	0,00	0,00	107.000,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0023			Valor não detalhado:		
												0,00	0,00

Página: 12/13
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Atualização em 01/01/2017 (A)

Planej.	Ação	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUNOPOLIS												
Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE												
Unidade: 09.01 - Fundo Municipal de Saúde												
55	2.027	FARMÁCIA BÁSICA	A	3	10.301.0004	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0967	15.130,00	0,00	0,00	0,00	15.130,00
MANUTENÇÃO(ANO)												
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0023	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	190.000,00	190.000,00	235.000,00	175.000,00	790.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	15.240,00	16.200,00	16.800,00	48.240,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	0,00	18.000,00	18.600,00	67.200,00	103.800,00
56	2.037	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	A	3	10.301.0004	3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0002	88.000,00	100.000,00	110.000,00	102.000,00	400.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)												
57	2.022	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	A	3	10.304.0004	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000					0,00
MANUTENÇÃO(ANO)												
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002					0,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038					0,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000					0,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0966					0,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002					0,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0966					0,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038					0,00
58	2.022	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	A	3	10.305.0004	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0966					0,00
MANUTENÇÃO(ANO)												
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038					0,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038					0,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0966					0,00
89	2.032	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	A	1	10.304.0004	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
MANUTENÇÃO(ANO)												
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	0,00	52.000,00	50.000,00	35.300,00	137.300,00
						3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	0,00	0,00	9.300,00	9.300,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002	0,00	10.000,00	2.000,00	1.000,00	13.000,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	6.900,00	13.200,00	9.300,00	29.400,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0067	0,00	0,00	6.000,00	120,00	6.120,00
						3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0966	9.300,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0966	9.300,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00
						4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	6.900,00	13.200,00	9.600,00	29.700,00

Página: 13/13
Data: 17/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
ANEXO V - Metas de Despesas
Seleção: Detalhar planejamento por ano; Alteração em 01/01/2017 (A)

Planej.	Ação	/	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS													
Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE													
Unidade: 09.01 - Fundo Municipal de Saúde													
90	2.058	-	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	A	1	10.305.0004	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0966	2.224.702,00	2.421.280,00	2.858.080,00	2.852.180,00	10.356.242,00
			MANUTENÇÃO(ANO)						960,00	0,00	0,00	0,00	960,00
							3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	360,00	360,00	1.740,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0038	0,00	1.020,00	360,00	360,00	1.740,00
							4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0966	960,00	0,00	0,00	0,00	960,00
Total geral:									10.250.000,00	11.365.000,00	12.612.000,00	12.230.000,00	46.457.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

ANEXO VI - Resumo das Receitas e Despesas por Fontes de Recurso

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A)

Página: 1/1

Data: 17/10/2016

Recurso	Descrição do Recurso	2014 à 2017		Diferença
		Receita	Despesa	
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS		43.728.310,00	33.455.758,00	10.272.552,00
00.01.0000	Recursos Ordinários	27.713.502,00	21.802.258,00	5.911.244,00
00.01.0001	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-EDUCAÇÃO	2.563.880,00	4.552.420,00	-1.988.540,00
00.01.0002	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE	6.364.848,00	0,00	6.364.848,00
00.01.0007	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	32.480,00	17.360,00	15.120,00
00.01.0008	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	379.480,00	309.360,00	70.120,00
00.01.0010	Convênio Trânsito - Militar	3.340,00	2.830,00	510,00
00.01.0011	Convênio Trânsito - Civil	3.340,00	2.830,00	510,00
00.01.0012	Convênio Trânsito - Prefeitura	3.560,00	3.020,00	540,00
00.01.0018	Transferências do FUNDEB - 60%	2.320.980,00	3.253.020,00	-932.040,00
00.01.0019	Transferências do FUNDEB - 40%	1.547.320,00	615.280,00	932.040,00
00.01.0032	Transferências de Convênios - União/Educação	480,00	360,00	120,00
00.01.0034	Transferências de Convênios - União/Outros	480,00	360,00	120,00
00.01.0035	Transferências do SUAS/União	893.480,00	724.880,00	168.600,00
00.01.0036	Salário-Educação	413.000,00	327.800,00	85.200,00
00.01.0037	Outras Transferências do FNDE	341.240,00	266.400,00	74.840,00
00.01.0039	Fundo Especial do Petróleo e Transf. Compens. Financeira Explor. recursos	286.200,00	231.200,00	55.000,00
00.01.0061	Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	360,00	360,00	0,00
00.01.0062	Transferências de Convênios - Estado/Educação	776.560,00	596.440,00	180.120,00
00.01.0064	Transferências de Convênios - Estado/Outros	7.280,00	2.160,00	5.120,00
00.01.0065	Transferências do SUAS/Estado	75.420,00	75.420,00	0,00
00.01.0089	Alienação de Bens destinados a Outros Programas	1.080,00	360,00	720,00
00.01.0916	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	15.120,00	-15.120,00
00.01.0917	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	0,00	70.120,00	-70.120,00
00.01.0922	Transferências de Convênios - Educação	0,00	180.240,00	-180.240,00
00.01.0924	Transferências de Convênios - Outros	0,00	5.240,00	-5.240,00
00.01.0944	FEP	0,00	70.000,00	-70.000,00
00.01.0952	Outras Transf. do FNAS	0,00	156.600,00	-156.600,00
00.01.0954	Convênio de Trânsito - Militar	0,00	510,00	-510,00
00.01.0955	Convênio de Trânsito - Civil	0,00	510,00	-510,00
00.01.0956	Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	540,00	-540,00
00.01.0958	Salário Educação	0,00	85.200,00	-85.200,00
00.01.0959	Transferências referentes ao - PDDE	0,00	6.000,00	-6.000,00
00.01.0960	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	0,00	9.560,00	-9.560,00
00.01.0961	PNATE - Programa Nac. de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	45.360,00	-45.360,00
00.01.0962	Outras Transferências do FNDE	0,00	120,00	-120,00
00.01.0963	Bolsa Família	0,00	12.000,00	-12.000,00
00.02.0089	Alienação de Bens destinados a Outros Programas	0,00	720,00	-720,00
00.03.0960	PNAE - Superávit Financeiro	0,00	13.800,00	-13.800,00
Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS		0,00	2.645.000,00	-2.645.000,00
00.01.0000	Recursos Ordinários	0,00	2.645.000,00	-2.645.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUNOPOLIS		2.378.690,00	10.356.242,00	-7.977.552,00
00.01.0000	Recursos Ordinários	0,00	224.000,00	-224.000,00
00.01.0002	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE	0,00	7.753.552,00	-7.753.552,00
00.01.0023	Transferências de Convênios - Saúde	120,00	74.640,00	-74.520,00
00.01.0033	Transferências de Convênios - União/Saúde	1.440,00	1.320,00	120,00
00.01.0038	Transferências do SUS/União	2.128.850,00	1.645.560,00	483.290,00
00.01.0063	Transferências de Convênios - Estado/Saúde	44.520,00	32.520,00	12.000,00
00.01.0067	Transferências do SUS/Estado	202.320,00	139.920,00	62.400,00
00.01.0088	Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	1.440,00	1.320,00	120,00
00.01.0964	SUS - Atenção Básica	0,00	437.800,00	-437.800,00
00.01.0965	MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	9.720,00	-9.720,00
00.01.0966	SUS - Vigilância em Saúde	0,00	20.520,00	-20.520,00
00.01.0967	SUS - Assistência Farmacêutica Básica	0,00	15.130,00	-15.130,00
00.01.0971	Outras Transferências do SUS	0,00	120,00	-120,00
00.02.0088	Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	120,00	-120,00
00.03.0002	Receitas Impostos e Transf. de Impostos-SAÚDE	0,00	0,00	0,00
00.03.0964	Atenção Básica - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Total Geral:		46.107.000,00	46.457.000,00	-350.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/01/2017 (A)

Página: 1/5
 Data: 17/10/2016

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 1 - Legislativa						2.645.000,00
Subfunção: 31 - Ação Legislativa						2.645.000,00
Programa: 0001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO						2.645.000,00
2.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	600.000,00	630.000,00	700.000,00	715.000,00	0,00	2.645.000,00
Função: 4 - Administração						7.560.961,00
Subfunção: 122 - Administração Geral						7.400.961,00
Programa: 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL						4.668.961,00
2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	1.037.000,00	1.104.000,00	1.173.210,00	1.175.841,00	0,00	4.490.051,00
2.038 - CIGA - CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA	2.000,00	6.960,00	7.650,00	8.000,00	0,00	24.610,00
2.043 - CONSORCIO CINCATARINA	0,00	17.200,00	63.900,00	73.200,00	0,00	154.300,00
Programa: 0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						2.732.000,00
1.008 - CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES	260.000,00	200.000,00	50.000,00	0,00	0,00	510.000,00
2.006 - MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE	554.000,00	605.000,00	563.000,00	500.000,00	0,00	2.222.000,00
Subfunção: 124 - Controle Interno						160.000,00
Programa: 0012 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						160.000,00
2.005 - CONTROLE INTERNO	37.000,00	38.000,00	41.500,00	43.500,00	0,00	160.000,00
Função: 6 - Segurança Pública						105.240,00
Subfunção: 181 - Policiamento						100.240,00
Programa: 0006 - BRUNÓPOLIS MAIS SEGURO						100.240,00
2.016 - SEGURANÇA PÚBLICA	25.560,00	25.560,00	33.560,00	15.560,00	0,00	100.240,00
Subfunção: 182 - Defesa Civil						5.000,00
Programa: 0014 - DEFESA CIVIL						5.000,00
2.059 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Função: 8 - Assistência Social						3.185.960,00
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente						459.000,00
Programa: 0005 - BEM ESTAR SOCIAL						459.000,00
2.024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	25.000,00	42.000,00	20.000,00	15.000,00	0,00	102.000,00
2.039 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	86.000,00	91.000,00	80.000,00	100.000,00	0,00	357.000,00
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária						2.726.960,00
Programa: 0005 - BEM ESTAR SOCIAL						2.726.960,00
1.038 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS COMUNITÁRIOS	0,00	5.120,00	5.120,00	120,00	0,00	10.360,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 01/01/2017 (A)

Página: 2/5
 Data: 17/10/2016

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 8 - Assistência Social						3.185.960,00
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária						2.726.960,00
Programa: 0005 - BEM ESTAR SOCIAL						2.726.960,00
2.019 - MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E	275.100,00	271.000,00	320.000,00	370.000,00	0,00	1.236.100,00
2.033 - CRÁS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	251.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251.600,00
2.035 - PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego	75.000,00	70.600,00	70.600,00	0,00	0,00	216.200,00
2.050 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	285.920,00	274.320,00	242.040,00	0,00	802.280,00
2.051 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	0,00	2.000,00	5.480,00	5.480,00	0,00	12.960,00
2.052 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	0,00	2.000,00	55.000,00	60.000,00	0,00	117.000,00
2.053 - BLOCO DE GESTÃO - IGDBF	0,00	9.200,00	8.700,00	12.620,00	0,00	30.520,00
2.054 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDBF	0,00	820,00	1.120,00	1.000,00	0,00	2.940,00
2.055 - BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS	0,00	8.670,00	8.220,00	8.420,00	0,00	25.310,00
2.056 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS	0,00	750,00	1.000,00	1.000,00	0,00	2.750,00
2.057 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	2.000,00	15.220,00	1.720,00	0,00	18.940,00
Função: 10 - Saúde						10.356.242,00
Subfunção: 301 - Atenção Básica						10.067.422,00
Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS						10.067.422,00
1.003 - UNIDADES DE SAÚDE	120,00	10.120,00	25.000,00	5.000,00	0,00	40.240,00
1.005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	75.120,00	120,00	45.000,00	5.000,00	0,00	125.240,00
2.015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	107.652,00	137.000,00	136.000,00	192.600,00	0,00	573.252,00
2.020 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	1.686.960,00	1.872.960,00	2.187.160,00	2.223.240,00	0,00	7.970.320,00
2.027 - FARMÁCIA BÁSICA	206.330,00	223.240,00	269.800,00	259.000,00	0,00	958.370,00
2.037 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	88.000,00	100.000,00	110.000,00	102.000,00	0,00	400.000,00
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária						283.420,00
Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS						283.420,00
2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	—	—	—	—	0,00	0,00
2.032 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	58.600,00	75.800,00	84.400,00	64.620,00	0,00	283.420,00
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica						5.400,00
Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS						5.400,00
2.022 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	—	—	—	—	0,00	0,00
2.058 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.920,00	2.040,00	720,00	720,00	0,00	5.400,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/01/2017 (A)

Página: 3/5
 Data: 17/10/2016

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 12 - Educação						10.783.776,00
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental						8.424.326,00
Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL						8.424.326,00
1.001 - EDIFICAÇÕES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	10.000,00	5.120,00	5.000,00	0,00	20.120,00
1.013 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - EDUCAÇÃO	0,00	0,00	40.000,00	2.000,00	0,00	42.000,00
1.028 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	120,00	5.120,00	5.000,00	5.120,00	0,00	15.360,00
2.007 - ENSINO FUNDAMENTAL	888.896,00	1.243.700,00	1.109.410,00	1.172.170,00	0,00	4.414.176,00
2.008 - TRANSPORTE ESCOLAR	727.230,00	876.200,00	937.270,00	902.750,00	0,00	3.443.450,00
2.009 - MERENDA ESCOLAR	—	—	—	—	0,00	0,00
2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E	108.000,00	90.000,00	58.500,00	30.300,00	0,00	286.800,00
2.031 - MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	48.560,00	49.260,00	49.600,00	55.000,00	0,00	202.420,00
Subfunção: 363 - Ensino Profissional						24.000,00
Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL						24.000,00
2.036 - ENSINO PROFISSIONALIZANTE	14.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
Subfunção: 364 - Ensino Superior						180.000,00
Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL						180.000,00
2.025 - AUXÍLIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	70.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
Subfunção: 365 - Educação Infantil						2.155.450,00
Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL						2.155.450,00
1.002 - EDIFICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	20.000,00
2.009 - MERENDA ESCOLAR	—	—	—	—	0,00	0,00
2.010 - MERENDA ESCOLAR - EDUC. INFANTIL	47.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.800,00
2.011 - EDUCAÇÃO INFANTIL	222.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222.570,00
2.041 - PROINFANCIA	—	—	—	—	0,00	0,00
2.045 - MERENDA ESCOLAR - CRECHE	0,00	31.200,00	44.120,00	38.520,00	0,00	113.840,00
2.046 - MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR	0,00	20.600,00	17.320,00	21.420,00	0,00	59.340,00
2.047 - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	0,00	162.800,00	270.600,00	185.780,00	0,00	619.180,00
2.048 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	350.000,00	197.340,00	344.600,00	180.780,00	0,00	1.072.720,00
Função: 13 - Cultura						206.000,00
Subfunção: 392 - Difusão Cultural						206.000,00
Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL						206.000,00
1.040 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - CULTURA	—	—	—	—	0,00	0,00
2.013 - DIFUSÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	35.000,00	20.000,00	16.000,00	10.000,00	0,00	81.000,00
2.049 - FESTIVIDADES MUNICIPAIS	0,00	45.000,00	50.000,00	30.000,00	0,00	125.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/01/2017 (A)

Página: 4/5
 Data: 17/10/2016

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 15 - Urbanismo						5.686.690,00
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana						5.686.690,00
Programa: 0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						5.686.690,00
1.020 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	120.120,00	90.120,00	25.120,00	20.120,00	0,00	255.480,00
1.021 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	0,00	80.000,00	5.000,00	2.000,00	0,00	87.000,00
1.039 - CONSTRUÇÃO DE PORTAIS	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.004 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	105.120,00	120.120,00	142.120,00	149.120,00	0,00	516.480,00
2.017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	932.120,00	1.151.730,00	1.317.640,00	1.421.240,00	0,00	4.822.730,00
Função: 16 - Habitação						114.000,00
Subfunção: 482 - Habitação Urbana						114.000,00
Programa: 0008 - HABITAÇÃO BÁSICA						114.000,00
1.006 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - HABITAÇÃO	0,00	5.000,00	10.000,00	0,00	0,00	15.000,00
1.023 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	30.000,00	30.000,00	30.000,00	5.000,00	0,00	95.000,00
2.044 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	0,00	4.000,00
Função: 17 - Saneamento						1.220.431,00
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano						1.220.431,00
Programa: 0004 - SAÚDE E SANEAMENTO PARA TODOS						23.000,00
1.015 - CONSTRUÇÃO SISTEMA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	0,00	0,00	20.000,00	3.000,00	0,00	23.000,00
Programa: 0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						1.197.431,00
2.003 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA	135.000,00	175.000,00	225.000,00	196.300,00	0,00	731.300,00
2.021 - COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	96.662,00	100.610,00	109.120,00	133.520,00	0,00	439.912,00
2.040 - CISAM - MEIO OESTE SC	0,00	9.000,00	4.660,00	12.559,00	0,00	26.219,00
Função: 20 - Agricultura						1.821.000,00
Subfunção: 606 - Extensão Rural						1.821.000,00
Programa: 0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL						1.821.000,00
1.009 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	—	—	—	—	0,00	0,00
1.030 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	150.000,00	5.000,00	15.000,00	10.000,00	0,00	180.000,00
2.018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND E COMÉRCIO	313.000,00	421.000,00	491.000,00	416.000,00	0,00	1.641.000,00
Função: 22 - Indústria						80.000,00
Subfunção: 661 - Promoção Industrial						80.000,00
Programa: 0007 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E COMERCIAL						80.000,00
1.026 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - IND. E COM.	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	80.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017
 ANEXO VII - Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção
 Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 01/01/2017 (A)

Página: 5/5
 Data: 17/10/2016

Ação	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
Função: 23 - Comércio e Serviços						4.000,00
Subfunção: 695 - Turismo						4.000,00
Programa: 0010 - TURISMO						4.000,00
2.026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNICIPAL	2.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	4.000,00
Função: 26 - Transporte						446.200,00
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário						446.200,00
Programa: 0009 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						446.200,00
1.010 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	200.720,00	85.120,00	40.120,00	10.120,00	0,00	336.080,00
1.011 - AMPLIAÇÃO DA GARAGEM - OBRAS	0,00	75.000,00	0,00	5.000,00	0,00	80.000,00
1.019 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS	30.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.120,00
Função: 27 - Desporto e Lazer						334.000,00
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário						334.000,00
Programa: 0003 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO MUNICIPAL						334.000,00
1.031 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	0,00	5.000,00	85.000,00	3.000,00	0,00	93.000,00
1.041 - AQUISIÇÃO DE TERRENO - ESPORTE	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2.014 - ESPORTE AMADOR	30.000,00	65.000,00	52.000,00	74.000,00	0,00	221.000,00
Função: 28 - Encargos Especiais						1.847.500,00
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais						1.847.500,00
Programa: 0011 - ENCARGOS ESPECIAIS						1.847.500,00
0.001 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	5.000,00	30.000,00	45.000,00	22.000,00	0,00	102.000,00
0.002 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	120.000,00	110.000,00	125.000,00	119.300,00	0,00	474.300,00
0.003 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	0,00	5.000,00	505.000,00	761.200,00	0,00	1.271.200,00
Função: 99 - Reserva de Contingência						60.000,00
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência						60.000,00
Programa: 0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						60.000,00
9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	60.000,00
Total Geral:	10.250.000,00	11.365.000,00	12.612.000,00	12.230.000,00	0,00	46.457.000,00

LEI Nº 876, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 747/2013
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII da Lei Municipal nº 747/2013, de 22 de agosto de 2013, os quais passam a vigorar conforme os respectivos anexos desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Brunópolis/SC, em 17 de outubro de 2016.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e publicada a presente Lei no DOM.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2418/2016

PORTARIA Nº 2418/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, - 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. SUZANA DA SILVA MAFRA, matrícula nº 19372-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Bibliotecário, lotada na Fundação Cultural de Brusque, a contar de 16/10/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, - 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de outubro de 2016.
Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2419/2016

PORTARIA Nº 2419/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, - 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. CINTIA IMHOF MACHADO, matrícula nº 1036696-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15/10/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, - 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de outubro de 2016.
Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2434/2016

PORTARIA Nº 2434/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, - 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, o servidor Sr. CARLOS ANTÔNIO IZUCK DE ALMEIDA, matrícula nº 731501-01, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 18/10/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, - 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de outubro de 2016.
Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº. 7.884/2016

DECRETO Nº. 7.884, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 19.500,00 (Dezenove Mil e Quinhentos Reais), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 12.500,00
008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
3.1.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes entre Operações Entre Órgãos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social

30.001 Fundo Municipal de Assistência Social

008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica

3.3.50.00 Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 12.500,00

008.0244.0255.2326 Gestão SUAS

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 7.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

SONIA KNIHS CRESPI

Prefeito Municipal

Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016 LOA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições e nos termos do Parágrafo Único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000, CONVOCA toda sociedade Brusquense a participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 27 de outubro, às 11:00hs, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Brusque, com o objetivo de discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício de 2017, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017, a serem expressas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Brusque, 17 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 128/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 128/2016

ESPÉCIE: aquisição de papel A4. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 056/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.2291.0017.0512.0301.3339.3016000.00 20000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 17/10/2016; VALOR: R\$ 7.450,00. CONTRATADA: Dicapel Papeis e Embalagens Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 17 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné

Diretora Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2016

PREGÃO nº 099/2016

Processo Licitatório nº 135/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a montagem, locação e desmontagem de palcos, tabladros, tendas, mesas e cadeiras para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/11/2016, às 08h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 17/10/2016

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2016

PREGÃO nº 100/2016

Processo Licitatório nº 136/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado e cortinas de ar para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 07/11/2016, às 08h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/10/2016

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2016

PREGÃO nº 101/2016

Processo Licitatório nº 137/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a locação de software de gestão governamental contábil e fiscal, junto ao SICONFI do Tesouro Nacional e SIOPS do Ministério da Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 04/11/2016, às 08h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/10/2016

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2420/2016

PORTARIA Nº 2420/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, - 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. MARCIO ADRIANO MEIS, matrícula nº 724203-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15/10/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, - 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de outubro de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

RESOLUÇÃO Nº 06/2016 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.

Trona público a instituição de Comissão Temáticas.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 10 de fevereiro de 2015, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal n.º 3.243 de 21 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

Resolve:

Art. 1º – Instituir Comissões Temáticas conforme previsto na sua lei.

Art. 2º As comissões Temáticas serão formadas de forma paritária, sendo dois representantes governamentais e dois representantes não governamentais. Após composta, a comissão deve eleger um integrante para assumir a função de coordenador da mesma.

Art. 3º Será instituída na comissão temática com seus respectivos integrantes conforme segue:

Comissão FIA 2017:

Marlon Sávio Sassi – Associação Empresarial de Brusque - ACIBr.

Lucimara Pavesi – Secretaria de Assistência Social

Aislan Rodrigues – Grupo Escoteiro Brusque

Jean Carlos Fischer – Fundação Cultural

Art. 4º Fica instituída a comissão temporária

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Helton Hörner

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 07/2016 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.

Trona público a instituição de Comissão Temáticas.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 10 de fevereiro de 2015, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal n.º 3.243 de 21 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

Resolve:

Art. 1º – Instituir Comissões Temáticas conforme previsto na sua lei.

Art. 2º As comissões Temáticas serão formadas de forma paritária, sendo dois representantes governamentais e dois representantes não governamentais. Após composta, a comissão deve eleger um integrante para assumir a função de coordenador da mesma.

Art. 3º Será instituída na comissão temática com seus respectivos integrantes conforme segue:

Comissão para Normas, Legislação e Regulamentação :

Maritza Sartori Bohn – Secretaria Saúde.

Letícia Bertolini – Secretaria de Educação

Sônia Maria Machado – Lar Sagrada Família

Valdete Batisti Archer – Associação de Pais Amigos dos Excepcionais – APAE

Comissão Orçamento e Finanças Públicas:

Aislan Rodrigues – Grupo Escoteiro de Brusque-SC

Marlon Sávio Sassi – Associação Empresarial de Brusque-SC

Indira Bluning – Secretaria de Assistência Social

Gleusa Fischer – Secretaria de Educação

Comissão Políticas Públicas, Capacitação e Formação:

Tatiane Leite Dallabrida – Gabinete

Silvana Cestari do Santos – Lar Sagrada Família

Letícia Bertolini – Secretaria de Educação

Helton Hörner – Centro de Direitos Humanos

Comissão Comunicação:

Helton Hörner – Centro de Direitos Humanos

Luiza Dayane da Silva – Secretaria de Comunicação

Tatiane Leite Dallabrida – Gabinete

Valdete Batisti Archer – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Art. 4º Fica instituída a comissão temporária

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Helton Hörner

Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 27.347

PORTARIA Nº 27.347, de 11 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, Licença Prêmio a que faz jus, especificando código, nome, cargo, secretaria/órgão de lotação e/ou exercício, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Órgão	Período de Aquisição	Período de Gozo
10541	Sara Nadiesia Velasques	Auxiliar em Saúde bucal	Saúde	07/02/2011 a 07/02/2016	10/10/2016 a 07/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.355

PORTARIA Nº 27.355, de 18 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome do servidor, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
11854	Ana Paula Petrovich	21/05/2014 a 20/05/2015	24/10/2016 a 02/11/2016
11854	Ana Paula Petrovich	21/05/2015 a 20/05/2016	03/11/2016 a 22/11/2016
14008	Célia Aparecida Graminho	24/08/2015 a 23/08/2016	17/11/2016 a 16/12/2016
11939	Lindair Meireles Pereira de Oliveira	18/06/2014 a 17/06/2015	17/11/2016 a 26/11/2016
11939	Lindair Meireles Pereira de Oliveira	18/06/2015 a 17/06/2016	27/11/2016 a 16/12/2016
11812	Márcia de Oliveira Guedes	17/05/2014 a 16/05/2015	07/11/2016 a 16/11/2016
11812	Márcia de Oliveira Guedes	17/05/2015 a 16/05/2016	17/11/2016 a 26/11/2016
13974	Marissol de Santana Neves	04/08/2015 a 03/08/2016	16/11/2016 a 25/11/2016
13846	Miriam Germano de Gois	17/04/2015 a 16/04/2016	16/11/2016 a 25/11/2016
13890	Neiva de Lourdes Pires	28/04/2015 a 27/04/2016	17/10/2016 a 31/10/2016
4606	Regiane Aparecida Resende	16/03/2013 a 15/03/2014	13/10/2016 a 11/11/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 97-2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 10-2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 97-2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 10-2016 – PREFEITURA, TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIOS NA ESCOLA ULISSES GUIMARÃES – CAÇADOR – SC, ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/11/2016 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 07/11/2016 às 14h10min. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site www.cacador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone,

Caçador, 18 de outubro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº 3.325, DE 17 DE OUTUBRO 2016

LEI Nº 3.325, de 17 de outubro 2016.

Denomina Centro Municipal de Educação Infantil Marinei Aparecida Lopes.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica denominado Centro Municipal de Educação Infantil Marinei Aparecida Lopes, o Centro Municipal de Educação Infantil, localizado na Rua Eloé Henrique Formighieri, Bairro Nossa Senhora Salete.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 17 de outubro de 2016.

Valmor de Paula,

PRESIDENTE.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.146/2016

DECRETO N.º 3.146/2016

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo relativo ao Edital n.º 003/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o Edital n.º 003/2015 foi homologado em 14 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO que o prazo de validade do Processo Seletivo relativo ao Edital n.º 003/2015 expira em 14 de setembro de 2016;

CONSIDERANDO que o subitem 15.8 do Edital n.º 003/2015 prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo por mais 01 (um) ano;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo relativo ao Edital n.º 003/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no seu subitem 15.8, por mais 01 (um) ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de setembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 14 de outubro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

PR 98/16 -PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 098/2016-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DESFIBRILADOR PARA USO DE GUARNIÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ EM ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE PARADA CARDÍACA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 03 (Três) de Novembro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 18 de Outubro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 99/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 099/2016-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL PARA USO DAS GUARNIÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 03 (Três) de Novembro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 18 de Outubro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 013/2015

RESUMO DE CONTRATO

PMC

Rescisão ao Contrato nº 013/2015

Processo: Pregão Presencial Nº 010/2015

Contratado: ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - A NOTÍCIA

Data: 29/09/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA E NÍVEL ESTADUAL, PARA PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÕES ATENDENDO A LEI Nº 8666/93, TENDO EM VISTA O AUMENTO DE PUBLICAÇÕES

Do Distrato: A municipalidade com base no artigo 78, VI da Lei 8666/93, dá por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, e resolve, rescindi-lo nesta data, nada mais tendo a reclamar, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 106/2016

ADITIVO CONTRATUAL Nº 106/2016

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO QUARK ENGENHARIA LTDA ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa QUARK ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ sob nº. 1296490/0001-48, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto é o acréscimo ao contrato 120/2015 para contratação de empresa de engenharia prestação de serviços técnicos especializados para manutenção, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública, para os meses de setembro a dezembro de 2016, referente o processo de licitação nº 77/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor do contrato é de R\$ 34.513,23 (trinta e quatro mil, quinhentos e treze reais e vinte e três centavos), de acordo com os valores apresentados na proposta, e que segue transcrito:

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (RS)
02	03	Mês	Serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de iluminação pública com aproximadamente 3.609 unidades - referente a equipe de manutenção em campo. Conforme detalhamento do Memorial Descritivo.	6.504,41	19.513,23
03	01	Verba	Estimativa de serviços de ampliação e melhoria da iluminação	15.000,00	15.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 34.513,23

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, - 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 120/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 15 de setembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

HOYLSO TREVISOL

Quark Engenharia Ltda Me

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 86/2016

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 86/2016)

Às 10h do dia 18/10/2016, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de alimentos não perecíveis para o preparo da merenda escolar para os alunos da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC. Edital com cota reservada para ME e EPP.

A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

CONCORRÊNCIA 88/2016
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 88/2016 - CONCORRÊNCIA

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, INCLUI-SE no item 4.1.4 o seguinte texto:

4.1.4 Além das comprovações exigidas nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, o proponente deverá apresentar – a alínea e:
e. Declaração do proponente de que entende e conhece a legislação e ainda que assumirá, se vencedor, o ativo dos veículos depositados no pátio do atual contratado, bem como as despesas a eles referentes, e de que terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para remover os veículos do pátio atual contratado, sob pena de multa diária pelos dias que excederem o prazo aqui estabelecido, conforme modelo no ANEXO VIII.

INCLUI-SE no Anexo I – Projeto Básico do edital epigrafado, no item 2.3, os seguintes itens:

XXII. A concessionária assumirá, o ativo dos veículos depositados no pátio do atual contratado, bem como as despesas a eles referentes, e de que terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para remover os veículos do pátio atual contratado, sob pena de multa diária pelos dias que excederem o prazo aqui estabelecido.

XXIII. A concessionária deverá estar instalada (guarda dos veículos) num raio de no máximo 40 (quarenta) quilômetros contados do trevo de acesso principal da cidade de Campo Alegre – SC.

INCLUI-SE o Anexo VIII – Modelo de Declaração do proponente de que entende e conhece a legislação e ainda que assumirá, se vencedor, o ativo dos veículos depositados no pátio do atual contratado bem como as despesas a eles referentes, e de que terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para remover os veículos do pátio atual contratado, sob pena de multa diária pelos dias que excederem o prazo aqui estabelecido.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor, inclusive a data de abertura.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre, 18 de outubro de 2016

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 10.042 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.042 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.531 de 18 de outubro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e Suplementa-lo no valor de R\$ 2.627,15 (dois mil seiscentos e vinte e sete reais, quinze centavos) na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.			
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros			
300000.00.117 -	Despesas Correntes			
330000.00.117 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.117 -	Aplicações Diretas			
339039.00.117 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		R\$ 2.627,15	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente, Fonte de Recurso 117 – Conta Trânsito.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.

sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.043 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.043 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, SUPLEMENTA-O POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.532 de 18 de outubro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e suplementa-o no valor de R\$ 18.750,76 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais, setenta e seis centavos), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos			
15.452.0045.1.017 -	Pavimentação Asfáltica e Calçamento das Vias Urbanas.			
300000.00.818 -	Despesas Correntes			
330000.00.818 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.818 -	Aplicações Diretas			
339093.00.818 -	Indenizações e Restituições			R\$ 18.750,76

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício anterior, Recursos 818 – Convênio União – Programa de Pavimentação.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.044 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.044 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.533 de 18 de outubro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elemento de despesa e Suplementa-o no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no referido Fundo Municipal.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.02 -	Manutenção das Atividades Básica de Saúde.			
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal.			
300000.00.509 -	Despesas Correntes			
330000.00.509 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.509 -	Aplicações Diretas			
339036.00.509 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física			R\$ 3.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.02 -	Manutenção das Atividades Básica de Saúde.			
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal.			

400000.00.509 -	Despesas de Capital		
440000.00.509 -	Investimentos		
449000.00.509 -	Aplicações Diretas		
449052.00.509 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.045 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.045 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 102.630,00 (cento e dois mil, seiscentos e trinta reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos		
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública		
400000.00.168 -	Despesas de Capital		
440000.00.168 -	Investimentos		
449000.00.168 -	Aplicações Diretas		
449051.00.168 -	Obras e Instalações	R\$ 102.630,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos		
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública		
300000.00.168 -	Despesas Correntes		
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.168 -	Aplicações Diretas		
339030.00.168 -	Material de Consumo R\$ 50.000,00		
339030.00.168 -	Material de Consumo R\$ 12.630,00		
400000.00.168 -	Despesas de Capital		
440000.00.168 -	Investimentos		
449000.00.168 -	Aplicações Diretas		
449052.00.168 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 40.000,00	
	TOTAL	R\$102.630,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.046 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.046 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer			
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esportes.			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer			
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esportes.			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.529 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 4.529 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.137 DE 30 DE AGOSTO 2006 QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Revoga o Caput do Art. 13 e Incisos do referido Artigo da Lei Municipal nº 3.137/2006.

Art.2º. A Alínea “g” e o Parágrafo 2º do Art. 15 da Lei Municipal nº 3.137/2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“g) Lote Mínimo: 30.000,00 m² (trinta mil) metros quadrados”

“- 2º Será permitida a construção de 01 (zero uma) residência principal para cada proprietário, conforme matrícula do imóvel, e no máximo de mais 03 (zero três) edificações residenciais na mesma matrícula, somente quando devidamente autorizadas pelos proprietários para

habitação de seus parentes de primeiro e segundo grau, assim definidos pelo Código Civil”.

Art.3º. Revoga o Parágrafo 3º do Art. 15 da Lei Municipal nº 3.137/2006.

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.530 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 4.530 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.148 DE 10 DE OUTUBRO 2006 QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Revoga o Parágrafo 11 do Art. 7º da Lei Municipal nº 3.148/2006.

Art.2º. O Artigo 8º e seu Parágrafo Único da Lei Municipal nº 3.148/2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.8º - Para a realização do parcelamento, de imóvel rural localizado fora da zona urbana ou de expansão urbana, assim definidas por Lei Municipal, serão observadas as disposições do artigo 61 da Lei Federal nº 4.504, de 30/11/64, do artigo 10 da Lei Federal nº 4.947, de 06/04/66, dos artigos 93 e seguintes do Decreto Federal nº 59.428, de 27/10/66, do artigo 8º da Lei Federal nº 5.868, de 12/12/72 e ainda as disposições das leis que compõe o Plano Diretor Municipal”.

“Parágrafo Único. Para realização da modalidade de desmembramento caberá ao INCRA unicamente sua aprovação”.

Art.3º. Revoga o Artigo 13, seus Incisos, Alíneas e Parágrafos, da Lei Municipal nº 3.148/2006.

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.531 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

LEI Nº 4.531 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e Suplementa-lo no valor de R\$ 2.627,15 (dois mil seiscientos e vinte e sete reais, quinze centavos) na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.			
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros			
300000.00.117 -	Despesas Correntes			
330000.00.117 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.117 -	Aplicações Diretas			
339039.00.117 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		R\$ 2.627,15	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente, Fonte de Recurso 117 – Conta Trânsito.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.532 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

LEI Nº 4.532 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, SUPLEMENTA-O POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e suplementa-lo no valor de R\$ 18.750,76 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais, setenta e seis centavos), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos			
15.452.0045.1.017 -	Pavimentação Asfáltica e Calçamento das Vias Urbanas.			
300000.00.818 -	Despesas Correntes			
330000.00.818 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.818 -	Aplicações Diretas			
339093.00.818 -	Indenizações e Restituições		R\$ 18.750,76	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício anterior, Recursos 818 – Convênio União – Programa de Pavimentação.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.533 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 4.533 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado abrir Crédito Especial, Criar Elemento de despesa e Suplementa-lo no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no referido Fundo Municipal.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.02 -	Manutenção das Atividades Básica de Saúde.		
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal.		
300000.00.509 -	Despesas Correntes		
330000.00.509 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.509 -	Aplicações Diretas		
339036.00.509 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 3.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.02 -	Manutenção das Atividades Básica de Saúde.		
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal.		
400000.00.509 -	Despesas de Capital		
440000.00.509 -	Investimentos		
449000.00.509 -	Aplicações Diretas		
449052.00.509 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.525 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.525 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

DESIGNA O CHEFE DE GABINETE PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso I, Alínea "G", da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Chefe de Gabinete JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, Registro no Sistema sob nº 955159, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, a partir de 17 de outubro de 2016 a 30 de outubro de 2016.

Parágrafo único – A Designação de que trata o caput deste Artigo em razão do Secretário Titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) O Chefe de Gabinete não perceberá qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Secretário Municipal de Saneamento Ambiental, nem incorporará qualquer parcela para efeitos futuros.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.526 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.526 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ELIZETE TERESINHA FOLLETO FLORÊNCIO, Matrícula Funcional nº 000738, Registro no Sistema sob nº 955265, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função Assistente Social, lotada Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 18 de outubro de 2016 á 27 de outubro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo em data de 18 de outubro de 2016 sob nº 5972.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 19 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.527 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.527 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias, a Servidora Pública Municipal, JOSIANE CLEIA LUCIO, Matrícula Funcional nº 000686, Registro no Sistema sob nº 955126, ao Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – A licença de que trata o Caput deste artigo pelo período de 10 de outubro de 2016 á 06 de fevereiro de 2017, conforme Atestado Médico emitido e devidamente assinado em data de 21 de setembro de 2016, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 18 de outubro de 2016 sob nº 5973.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2016.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 90/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto a aquisição de materiais e equipamentos para utilização em atendimentos realizados pelo 1º Grupamento de Bombeiros Militar do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

IT	QT	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	10	Frasco	Água oxigenada 10 vols., embalagem de 1 litro.	5,00	50,00
02	20	Frasco	Álcool 70%, frasco com 1000 ml.	6,00	120,00
03	1	Unidade	Aparelho para aferição de pressão arterial adulto para OBESOS, com esfigmomanômetro do tipo aneróide de 0 a 300 mmHg, alta precisão, com braçadeira de pinos de metal ou velcro confeccionada em tecido (nylon ou brim) resistente, manguito construído em látex, com pêra e válvula. Com bolsa para acondicionamento.	130,00	130,00
04	1	Unidade	Aparelho para aferição de pressão arterial adulto, com esfigmomanômetro do tipo aneróide de 0 a 300 mmHg, alta precisão, com braçadeira de pinos de metal ou velcro confeccionada em tecido (nylon ou brim) resistente, manguito construído em látex, com pêra e válvula. Com bolsa para acondicionamento.	95,00	95,00
05	1	Unidade	Aparelho para aferição de pressão arterial digital de pulso, com controle do fluxo do ar de insuflação e deflação automática.	150,00	150,00
06	1	Unidade	Aparelho para aferição de pressão arterial infantil, com braçadeira de pinos de metal ou velcro confeccionada em tecido (nylon ou brim) resistente, manguito construído em látex, com pêra e válvula, esfigmomanômetro do tipo aneróide de 0 a 300mmHg de alta precisão. Com bolsa para acondicionamento.	95,00	95,00
07	100	Unidade	Atadura de crepom 13 fios, 10cm x 4,5m (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	9,00	900,00
08	100	Unidade	Atadura de crepom 13 fios, 15cm x 4,5m (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	13,00	1.300,00
09	100	Unidade	Atadura de crepom 13 fios, 20cm x 4,5m (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	17,00	1.700,00
10	1	Unidade	Bolsa Para Sinais Vitais Medidas aproximadas: 16x16x36cm, confeccionada em poliéster 600 na parte externa e interna com engates em nylon, possui um bolso interno em tela na tampa e 2 divisórias destacáveis no interior, fitas elásticas em todo interior para melhor acomodação dos materiais. Possui 3 maneiras de transporte: Com alça superior para ser levado na mão, cinto de fixação destacável para uso na cintura como pochete ou ainda fitas com Velcro para ser fixada na perna.	212,00	212,00
11	5	Pacote	Campo fenestrado, em tecido 100% algodão, medida mínima de 45cmx50cm.	30,00	150,00
12	10	Unidade	Esparadrapo Microporoso, fita hipoalergênica delicada e porosa, deixando a pele transpirar, 25mmx4,5m.	9,00	90,00
13	10	Unidade	Cinto aranha adulto para maca rígida.	50,00	500,00
14	2	Unidade	Cinto aranha infantil para maca rígida.	50,00	100,00
15	5	Unidade	Colar cervical tamanho G, exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para a mandíbula.	30,00	150,00
16	5	Unidade	Colar cervical tamanho INFANTIL, exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para a mandíbula.	30,00	150,00
17	5	Unidade	Colar cervical tamanho M, exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para a mandíbula.	30,00	150,00
18	5	Unidade	Colar cervical tamanho NEO-NATAL, exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para a mandíbula.	30,00	150,00

19	15	Unidade	Colar cervical tamanho P, exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para a mandíbula.	30,00	450,00
20	10	Pacote	Compressa campo alva, 04 camadas, com cadarço, 45cmx50cm, deve atender as normas da ABNT, pacote com 50 unidades.	100,00	1.000,00
21	10	Pacote	Compressa de gaze hidrófila, confeccionada com 13 fios, em tamanho 7,5x7,5cm e 15x30cm aberta, com 5 dobras, 8 camadas, bordas devidamente voltadas para dentro, com peso mínimo de 450gr por pacote, deve atender as normas da ABNT e especificações da NBR 13843, embalada em pacotes com 500 peças por pacote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	50,00	500,00
22	1	Unidade	Eletrodo descartável adulto composto de dorso de espuma, com adesivo acrílico hipoalergênico, gel sólido, pino de aço inoxidável, contra-pino de prata/cloreto de prata (Ag/AgCl), cápsula transparente selante. Compatível com desfibrilador LIFEPAK 1000.	30,00	30,00
23	10	Rolo	Esparadrapo 10cmx4,5m, tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante, com massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Embalagem com capa protetora.	10,00	100,00
24	1	Unidade	Estetoscópio adulto duplo, auscultador de alta sensibilidade na captação precisa dos mínimos ruídos, olivas de formato anatômico em borracha antialérgica para ajuste confortável e perfeita vedação contra sons ambientes, conjunto biauricular de armação leve e resistente, tubo em Y moldado sem soldas para proporcionar amplificação e nítida condução do som captado.	40,00	40,00
25	1	Unidade	Corta Anel Ferramenta tipo alicate confeccionada em aço inoxidável com disco serrilhado para corte de anéis, alianças e outros acessórios metálicos, operado através de uma serra acionada manualmente com alavanca de proteção que desliza sob o anel, permitindo o corte em duas partes sem prejudicar a vítima, cabo Cromado Alavanca deslizante e proteção entre dedo e anel, apoio para os dedos. Serrilha afiada substituível. Dimensões: 16 x 4,5 x 4 cm	100,00	100,00
26	20	Frasco	Gel à base de álcool a 70%, com ação antisséptica, utilizado como complemento na higienização de mãos com a seguinte composição: Álcool etílico, polímero carboxílico, neutralizante, umectante, conservante, quelante e água deionizada. Frasco com 1000ml.	15,00	300,00
27	30	Frasco	Hipoclorito de sódio 1%, frasco de 1 litro.	9,00	270,00
28	3	Kit	Kit Parto (embalagem lacrada montada) contendo: 01 - absorvente hospitalar; 01 - avental falso tecido; 01 - lençol descartável; 01 - bisturi descartável; 02 - bracelete de identificação; 02 - corte clamps umbilicais em plástico; 01 - saco plástico; 02 - cobertor térmico aluminizado; 02 - envelope de gazes esterilizada com 5; 01- compressa zobec 10x15; 01 - compressa zobec 10x30; 02 - pares de luvas esterilizadas.	65,00	195,00
29	10	Unidade	Manta/cobertor térmica aluminizada adulto. Película metalizada termosselável, com dimensões aproximadas de 2,10cmx1,40cm para manutenção da temperatura corporal na faixa 80º a 90º, descartável, refletiva, isolando frio, calor e umidade.	7,00	70,00
30	5	Unidade	Máscara de oxigênio com reservatório.	20,00	100,00
31	3	Unidade	Máscara, com conector para oxigenoterapia infantil.	20,00	60,00
32	10	Caixa	Máscara, confeccionada em não tecido, 3 dobras com filtro, tripla proteção, sendo as camadas soldadas eletronicamente por ultrassom. Tipo elástico. Caixa com 50 unidades.	7,00	70,00
33	3	Pacote	Saco leitoso para descarte de lixo contaminado 15L, 39x58cm, não perfurante, pacote com 100 unidades.	15,00	45,00
34	50	Unidade	Saco para vômito.	0,90	45,00
35	30	Pacote	Tala de imobilização de papelão, tamanho mínimo de 30cmx20cm.	0,45	13,50
36	30	Pacote	Tala de imobilização de papelão, tamanho mínimo de 45cmx20cm.	0,80	24,00
37	50	Pacote	Tala de imobilização de papelão, tamanho mínimo de 90cmx20cm.	1,40	70,00
38	100	Unidade	Soro Fisiológico com tampa 100ml uso externo	5,00	500,00
39	2	Unidade	Termômetro com aferição digital, de temperatura corporal, confeccionado em termoplástico.	30,00	60,00
40	2	Unidade	Oxímetro de pulso, mede e mostra valores confiáveis da SpO2 e da frequência cardíaca; botão único de ligação para facilitar a operação; visor grande e fácil visualização; compacto, portátil e iluminado; alimentação através de duas pilhas alcalinas "AAA"; dispositivo desliga automaticamente após 8 segundos sem atividade.	400,00	800,00
41	10	Unidade	Prancha de Polietileno. Prancha de imobilização em polietileno, internamente com reforços estruturais resistentes a impactos. Leve, fácil de usar e pode também ser usada na água e em salas de ressonância magnética. Possui aberturas específicas para utilização do cinto aranha e/ou imobilizador de cabeça. Medidas: comprimento: 72" – 1,83m, Espessura: 2,5" – 6,5cm, Largura: 17" – 44cm, Peso líquido: 14lb – 6,5kg, Peso bruto: 15lb – 7,0kg, capacidade de carga: 180kg.	460,00	4.600,00
42	2	Unidade	Kit de Imobilização Mult Splint, composto de 10 peças acondicionadas na bolsa: 03 imobilizadores de joelho (01 peça infantil e 02 peças adulto), 03 imobilizadores de perna e tornozelo (01 peça infantil e 02 peças adulto) na região do calcanhar é costurado uma placa de polietileno para uma melhor imobilização, 02 imobilizadores de braço e antebraço (01 peça infantil e 01 peça adulto) é costurado uma placa de polietileno na região do cotovelo para melhor imobilização, 02 imobilizadores de mão e punho (01 peça infantil e 01 peça adulto).	600,00	1.200,00

43	10	Unidade	Prancha de madeira para primeiros socorros, confeccionada em compensado naval rígido de 18 mm com acabamento em verniz, podendo ser usado em condições adversas. Com corrimões para facilitar o transporte, devidamente calçada com duas hastes paralelas, para evitar o total contato da prancha com o solo. Sem materiais presos à madeira (pregos e parafusos) que inibam a transparência via Raio X.	270,00	2.700,00
44	10	Unidade	Imobilizador lateral de cabeça, confeccionado em espuma injetada, impermeável, propicia imobilização para cabeça e região cervical, contém tirantes de fixação para testa e queixo, com pontos para verificação de saída de líquido pelo ouvido, tamanho adulto.	200,00	2.000,00
45	3	Unidade	Imobilizador lateral de cabeça, confeccionado em espuma injetada, impermeável, propicia imobilização para cabeça e região cervical, contém tirantes de fixação para testa e queixo, com pontos para verificação de saída de líquido pelo ouvido, tamanho infantil.	200,00	600,00
VALOR TOTAL				R\$ 22.134,50	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 19/09/2016 às 09h45min do dia 01/11/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 01/11/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	09.00	FUNREBOM – Fundo Munic. de Reequip. da Organ. de Bomb.
Unidade	09.01	Serviço de Manutenção do FUNREBOM
Função	6	Segurança Pública
Subfunção	182	Defesa Civil
Programa	71	FUNREBOM
Projeto	2.717	Manutenção e Coordenação do FUNREBOM
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	09.00	FUNREBOM – Fundo Munic. de Reequip. da Organ. de Bomb.
Unidade	09.01	Serviço de Manutenção do FUNREBOM
Função	6	Segurança Pública
Subfunção	182	Defesa Civil
Programa	71	FUNREBOM
Projeto	2.717	Manutenção e Coordenação do FUNREBOM
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 19 de outubro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

PRORROGA PRAZO ABERTURA EDITAL FMS N. 37/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ

PRORROGA PRAZO DE ABERTURA DO:

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 1856/2016

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 37/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado pela sua Gestora Sra. DALCI M. B. APPIO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que PRORROGADO O PRAZO PARA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO do PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016-FMS para o dia 24 de Outubro de 2016 às 08:00 horas. Os proponentes interessados deverão protocolar seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação junto ao PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO no Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina até a data e horário acima especificado. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Informações pelo site. www.campoere.sc.gov.br, ou e-mail: licitação@campoere.sc.gov.br ou pelo fone: (49) 3655 3035. Campo Erê-SC, 18/10/2016. DALCI M. B. APPIO - Gestora do FMS.

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 151H/16

PORTARIA Nº 151/16 DE 23/08/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDILSA CARDOSO DOS PASSOS

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário EDILSA CARDOSO DOS PASSOS, para exercer a função de ENFERMEIRA com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de agosto de 2016.

Leonardo Farias Santos

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº 152H/16

PORTARIA Nº 152/16 DE 25/08/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) LUCIANE APARECIDA MELO

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) LUCIANE APARECIDA MELO referente ao período aquisitivo de 01/02/15 a 31/01/16, a serem gozadas no período de 01/09/16 a 30/09/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de agosto de 2016.

Leonardo Farias Santos

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 153H/16

PORTARIA Nº 153/16 DE 25/08/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) EMIR OMAR NUNES LOPES

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) EMIR OMAR

NUNES LOPES referente ao período aquisitivo de 01/02/14 a 01/02/15, a serem gozadas no período de 01/09/16 a 30/09/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de agosto de 2016.

Leonardo Farias Santos

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 154H/16

PORTARIA Nº 154/16 DE 25/08/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) IVANETE DE FATIMA ALMEIDA BRISOLA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) IVANETE DE FATIMA ALMEIDA BRISOLA referente ao período aquisitivo de 03/05/15 a 02/05/14, a serem gozadas no período de 01/09/16 a 30/09/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de agosto de 2016.

Leonardo Farias Santos

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 157H/16

PORTARIA Nº 157/16 DE 25/08/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A TANIA RIBEIRO DA SILVA TREVISAN

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença à servidora TANIA RIBEIRO DA SILVA TREVISAN, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de setembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 158H/16

PORTARIA Nº 158/16 DE 28/09/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) SELOI BETT

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) SELOI BETT referente ao período aquisitivo de 01/09/15 a 21/08/16, a serem gozadas no período de 01/10/16 a 30/10/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 159H/16

PORTARIA Nº 159/16 DE 28/09/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) LUANNA CONINCK SOUZA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) LUANNA CONINCK SOUZA referente ao período aquisitivo de 08/02/16 a 07/08/16, a serem gozadas no período de 03/10/16 a 22/10/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 160H/16

PORTARIA Nº 160/16 DE 28/09/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) SILVANA APARECIDA THIBES

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) SILVANA APARECIDA THIBES referente ao período aquisitivo de 02/08/14 a 01/08/15, a serem gozadas no período de 01/10/16 a 30/10/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 161H/16

PORTARIA Nº 161/16 DE 28/09/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) JANETE TEREZINHA FRANA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) JANETE TEREZINHA FRANA referente ao período aquisitivo de 07/02/15 a 06/02/16, a serem gozadas no período de 01/10/16 a 30/10/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 162H/16

PORTARIA Nº 162/16 DE 28/09/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) TILES MENEGUEL

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) TILES MENEGUEL referente ao período aquisitivo de 05/07/13 a 05/07/14, a serem gozadas no período de 01/10/16 a 30/10/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 163H/16

PORTARIA Nº 163/16 DE 28/09/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) EMIR OMAR NUNES LOPES

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei

1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) EMIR OMAR NUNES LOPES referente ao período aquisitivo de 02/02/15 a 01/02/16, a serem gozadas no período de 01/09/16 a 30/09/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 164H/16

PORTARIA Nº 164/16 DE 28/09/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) RAQUEL DE SOUZA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) RAQUEL DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 18/01/15 a 17/01/16, a serem gozadas no período de 12/09/16 a 11/10/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 165H/16

PORTARIA Nº 165/16 DE 28/09/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) MARLENE CARNEIRO DE SOUZA CAMARGO

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) MARLENE CARNEIRO DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 16/03/15 a 15/03/16, a serem gozadas no período de 21/07/16 a 20/08/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 166H/16

PORTARIA Nº 166/16 DE 28/09/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ROZENIR TROMBETA CHAPPUIS

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ROZENIR TROMBETA CHAPPUIS referente ao período aquisitivo de 03/02/15 a 02/02/16, a serem gozadas no período de 29/08/16 a 29/09/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 167H/16

PORTARIA Nº 167/16 DE 28/09/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) LENITA CHAVES

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) LENITA CHAVES referente ao período aquisitivo de 16/02/15 a 15/02/16, a serem gozadas no período de 01/10/16 a 30/10/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 168H/16

PORTARIA Nº 168/16 de 28/09/16

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA IVONETE APARECIDA PINTO

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora IVONETE APARECIDA PINTO, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 01/09/16 a 16/10/16, retroagindo seus efeitos a 08 de fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 28 de setembro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio

PORTARIA Nº 169H/16

PORTARIA Nº 169/16 DE 03/10/16

DISPENSA GRATIFICAÇÃO DE CHEFE DE SECRETARIA DO SERVIDOR NELSON HENRIQUE TESSARI VALTER

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Dispensar Gratificação de Chefe de Secretaria do servidor NELSON HENRIQUE TESSARI VALTER, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 03 de outubro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio

PORTARIA Nº 170H/16

PORTARIA Nº 170/16 DE 04/10/16

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA IRENE RIBEIRO DOS SANTOS

Leonardo farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Reduzir para 20 horas a carga horária semanal da servidora IRENE RIBEIRO DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, sem prejuízo de sua remuneração, pelo prazo de 01 (um) ano, conforme Art. 3º da lei municipal nº 1.475/86. Retroagindo seus efeitos a 09 de setembro de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 04 de outubro de 2016

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 253/2016

DECRETO Nº. 253/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.912 de 30/08/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.912 de 30/08/2016, no valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade 15.01: FUNREBOMPM de Canoinhas

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança pública eficiente

Atividade 2.030 – Ações do FUNREBOM

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 19.000,00

Recursos 10030 – Remun. Rec. Ord./Txs - CB

Atividade 2.030 – Ações do FUNREBOM

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 59.000,00

Recursos 10040 – Rec. Ord./Txs – FUNREBOM CB

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10030	7.700,00	26.700,00	19.000,00
10040	231.000,00	290.000,00	59.000,00
TOTAL			78.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 3º da Lei 5.912 de 30/08/2016, no valor de R\$ 110.242,00 (cento e dez mil, duzentos e quarenta e dois reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade 15.01: FUNREBOMPM de Canoinhas

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança pública eficiente

Atividade 2.030 – Ações do FUNREBOM

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 110.242,00

Recursos 30040 – Rec. Ord./Txs – FUNREBOM CB – Superávit

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 110.242,00 (cento e dez mil, duzentos e quarenta e dois reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade 15.01: FUNREBOMPM de Canoinhas

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança pública eficiente

Atividade 2.030 – Ações do FUNREBOM

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 110.242,00

Recursos 30040 – Rec. Ord./Txs – FUNREBOM CB – Superávit

Art. 5º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 265/2016

DECRETO Nº. 265/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.919 de 03/10/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.919 de 03/10/2016, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Proj./Ativ. 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 70.000,00

Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

Proj./Ativ. 2.005 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 150.000,00

Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Proj./Ativ. 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 220.000,00

Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 266/2016

DECRETO Nº. 266/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.920 de 03/10/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL de acordo com o artigo 1º da Lei 5.920 de 03/10/2016, no valor de R\$ 52.163,07 (cinquenta e dois mil, cento e sessenta e três reais e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Proj/Ativ. 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.71.00.00.00.00 – Transf. à consórcios públicos 39.544,79

Recursos 10200 – Rec. Imp. e Transf. Imp. – Saúde

Proj/Ativ. 2.060 – Ações de média e alta complexidade

4.6.71.00.00.00.00 – Transf. à consórcios públicos med. contr. de rateio 12.618,28

Recursos 10200 – Rec. Imp. e Transf. Imp. – Saúde

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 52.163,07 (cinquenta e dois mil, cento e sessenta e três reais e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Proj/Ativ. 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.1.71.00.00.00.00 – Transf. à consórcios públicos 34.981,71

Recursos 10200 – Rec. Imp. e Transf. Imp. – Saúde

Subfunção 304: Vigilância Sanitária

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Proj/Ativ. 2.059 – Ações de Vigilância em Saúde - VISA

31.90.00.00.00.00 – Transf. à consórcios públicos med. contr. de rateio 17.181,36

Recursos 10200 – Rec. Imp. e Transf. Imp. – Saúde

Art. 3º. Fica autorizado o Município de Canoinhas a reconhecer e processar o parcelamento da dívida junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISAMURC, até o montante de R\$ 12.618,28 para o exercício de 2016 e R\$ 12.131,33 para o exercício de 2017 que são os valores que lhe cabem, conforme contrato de rateio aprovado em assembleia dos prefeitos membros do referido consórcio.

Art. 4º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 267/2016

DECRETO Nº. 267/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.921 de 03/10/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.921 de 03/10/2016, no valor de R\$ 113.675,79 (cento e treze mil, seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Proj/Ativ. 2.040 – Manutenção do CREAS
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.675,79
Recursos 66550 – Transf. SUAS Estado – CREAS – Investimento

Proj/Ativ. 2.041 – Manutenção e Ações do Fundo Mun de Assistência Social
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 72.000,00
Recursos 23520 – Transf. FNAS-PBV p/SCFV

Proj/Ativ. 2.041 – Manutenção e Ações do Fundo Mun de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 39.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 113.675,79 (cento e treze mil, seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Proj/Ativ. 2.040 – Manutenção do CREAS
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.675,79
Recursos 66550 – Transf. SUAS Estado – CREAS – Investimento

Proj/Ativ. 2.041 – Manutenção e Ações do Fundo Mun de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 72.000,00
Recursos 23520 – Transf. FNAS-PBV p/SCFV

Proj/Ativ. 2.039 – Manutenção do PETI
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 16.850,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Proj/Ativ. 2.040 – Manutenção do CREAS
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Proj/Ativ. 2.041 – Manutenção e Ações do Fundo Mun de Assistência Social
3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Inst. privadas s/fins lucrativos 10.150,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Proj/Ativ. 2.041 – Manutenção e Ações do Fundo Mun de Assistência Social
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 3º da Lei 5.921 de 03/10/2016, no valor de R\$ 7.874,21 (sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável
 Proj/Ativ. 2.041 – Manutenção e Ações do Fundo Mun de Assistência Social
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.874,21
 Recursos 63540 – Transf. FNAS-PBF p/CRAS – superávit

Art. 4º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 7.874,21 (sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e um centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63540	Transf. FNAS-PBF p/CRAS – superávit	7.874,21
TOTAL		7.874,21

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 268/2016

DECRETO Nº. 268/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.922 de 04/10/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.922 de 04/10/2016, no valor de R\$ 69.576,27 (sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 305: Vigilância Epidemiológica

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Proj/Ativ. 2.058 – Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00

Recursos 23860 – Piso Fixo Vig. Epidemiológica/PFVS – SUS União

Subfunção 304: Vigilância Epidemiológica

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Proj/Ativ. 2.059 – Ações de Vigilância em Saúde - VISA

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00

Recursos 10600 – Rec. Ordinários FMS – Taxas

Subfunção 305: Vigilância Epidemiológica

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Proj/Ativ. 2.058 – Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 29.576,27

Recursos 26704 – Vigilância em Saúde – Estado

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 69.576,27 (sessenta e

nove mil, quinhentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 305: Vigilância Epidemiológica
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.058 – Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00
 Recursos 23860 – Piso Fixo Vig. Epidemiológica/PFVS – SUS União

Subfunção 304: Vigilância Epidemiológica
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.059 – Ações de Vigilância em Saúde - VISA
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 19.000,00
 Recursos 10600 – Rec. Ordinários FMS – Taxas

Subfunção 304: Vigilância Epidemiológica
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.059 – Ações de Vigilância em Saúde - VISA
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.000,00
 Recursos 10600 – Rec. Ordinários FMS – Taxas

Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.055 – Ações de Assistência Farmacêutica
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 29.576,27
 Recursos 26704 – Vigilância em Saúde – Estado

Art. 3º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 3º da Lei 5.922 de 04/10/2016, no valor de R\$ 63.880,64 (sessenta e três mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 57.680,64
 Recursos 23850 – Rec. Produção MAC – SUS União

Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.056 – Farmácia Popular do Brasil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 6.200,00
 Recursos 23808 – Transf. SUS União – Farmácia Popular

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ R\$ 63.880,64 (sessenta e três mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:
 Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23850	8.311.895,04	8.369.575,68	57.680,64
23808	133.100,00	139.300,00	6.200,00
TOTAL			63.880,64

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 5º da Lei 5.922 de 04/10/2016, no valor de R\$ 698.837,61 (seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 301: Atenção Básica
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.043 – Ações em Prestações de Contas de Convênios

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 27.654,55
 Recursos 63300 – Transf. Conv. União – SUS – Superávit

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Proj/Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade
 3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Inst. Privadas sem fins lucrativos 671.183,06
 Recursos 30200 – Rec. Imp./Transf. Imp – Saúde – Superávit

Art. 6º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 5º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 698.837,61 (seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63300	Transf. Conv. União – SUS – Superávit	27.654,55
30200	Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde - Superávit	671.183,06
TOTAL		698.837,61

Fonte: SMAFO/2016

Art. 7º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 270/2016

DECRETO Nº. 270/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.918 de 23/09/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.918 de 23/09/2016, no valor de R\$ 327.061,69 (trezentos e vinte e sete mil, sessenta e um reais e sessenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 301: Atenção Básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.057 – Ações de Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 45.504,69

Recurso 66700 – Rec. Atenção Básica ESF – Estado – superávit

Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.055 – Ações de Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.638,01

Recurso 63809 – Transf. SUS União – Farmácia Básica – superávit

Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.056 – Farmácia Popular do Brasil

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.806,53

Recurso 63808 – SUS União – Farmácia Popular – superávit

Subfunção 301: Atenção Básica
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Atividade 2.057 – Ações de Atenção Básica
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 34.476,00
 Recurso 63802 – Transf. SUS União – ACS – superávit

Subfunção 301: Atenção Básica
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Atividade 2.057 – Ações de Atenção Básica
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 96.180,37
 Recurso 63800 – Transf. SUS União – PAB Fixo – superávit

Subfunção 301: Atenção Básica
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Atividade 2.057 – Ações de Atenção Básica
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 71.695,02
 Recurso 63804 – Transf. SUS União – PMAQ – superávit

Subfunção 305: Vigilância Epidemiológica
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Atividade 2.058 – Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 16.761,07
 Recurso 66704 – Vigilância em Saúde – Estado – superávit

Subfunção 305: Vigilância Epidemiológica
 Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
 Atividade 2.058 – Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00
 Recurso 66704 – Vigilância em Saúde – Estado – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar até o valor R\$ 327.061,69 (trezentos e vinte e sete mil, sessenta e um reais e sessenta e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
66700	Rec. Atenção Básica ESF – Estado – superávit	45.504,69
63809	Transf. SUS União – Farmácia Básica – superávit	10.638,01
63808	SUS União – Farmácia Popular – superávit	1.806,53
63802	Transf. SUS União – ACS – superávit	34.476,00
63800	Transf. SUS União – PAB Fixo – superávit	96.180,37
63804	Transf. SUS União – PMAQ – superávit	71.695,02
66704	Vigilância em Saúde – Estado – superávit	66.761,07
TOTAL		327.061,69

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 271/2016

DECRETO Nº. 271/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Proj/Ativ. 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.000,00

Recursos 11200 – Conv. Trânsito – SSP/SC - Prefeitura

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Proj/Ativ. 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.000,00

Recursos 11200 – Conv. Trânsito – SSP/SC - Prefeitura

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 272/2016

DECRETO Nº. 272/2016

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 4.044,04 m² (Quatro mil e quarenta e quatro metros e quatro decímetros quadrados), procedido por CARLOS ROBERTO CARVALHO, situado na Rodovia SC-477, no Bairro Industrial Nº 2, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 24.715; 24.716; 24.717; 24.718; 24.719; 24.720; 24.721 e 24.722, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 27 com área de 4.044,04 m², pertencente à quadra nº 1651, conforme requerimento protocolado sob nº. 5921/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável

técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 273/2016

DECRETO Nº. 273/2016

“NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS - COMAD”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº. 4.120 de 13/12/2006;

CONSIDERANDO, o III Fórum de Eleição do Comad, realizado no dia 07 de junho de 2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal Antidrogas para o biênio 2016/2018:

SOCIEDADE CIVIL

I – Entidades que Trabalham Diretamente com a Prevenção e Recuperação dos Usuários de Drogas;

Associação de Recuperação e Prevenção ao Alcoolismo e Outras Drogas – Arad.

Membro Titular: Rosângela Maria Pazda Corte.

Membro Suplente: Juliana Freitas Fiedler

II – Organizações Não Governamentais que Executem Ações no Combate ao Uso de Drogas;

Igreja Batista Nacional Plenitude.

Membro Titular: Conrado Cesar Dransfeld.

Membro Suplente: Pedro Hau França

III – Associações de Pais e Professores com sede no município;

APP Escola Básica Municipal Aroldo Carneiro de Carvalho.

Membro Titular: Giovana Elizabete Bona Sartor.

Membro Suplente: Vânia Valquíria Rodrigues Fidêncio da Costa.

IV – Instituições de Nível Superior, sediada neste município;

Fundação Universidade do Contestado – UnC.

Membro Titular: Fabiana Kalyne Ludka.

Membro Suplente: Carolina da Silva Carvalho.

V – Conselho de Segurança Comunitário;

Conselho de Segurança do Distrito do Campo da Água Verde.

Membro Titular: José Moacir dos Santos.

Membro Suplente: Romildo Xavier.

PODER PÚBLICO

I – Procuradoria do Município:

Membro Titular: Ivan Gilberto Krauss

Membro Suplente: Douglas Antônio Conceição

II – Secretaria Municipal de Saúde:

Membro Titular: Tanise Bonfani Maes

Membro Suplente: Patrícia Moreira Icker;

III – Secretaria Municipal de Educação:

Membro Titular: Solange Stelzner

Membro Suplente: Silvete Rosinha Helko

IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família:

Membro Titular: Caroline Erhardt
Membro Suplente: Viviana Wachtel Seleme Uba;

V – Polícia Militar:
Membro Titular: Marlon Celso Wachinski
Membro Suplente: Geovana Padilha Hoffmann

VI – Polícia Civil:
Membro Titular: Melliza Cardoso
Membro Suplente: Juliane Damaso

VII – Conselho Tutelar de Canoinhas:
Membro Titular: Adriane Cláudia Márcia Bartnick de Carvalho Loiola
Membro Suplente: Myrian Eduarda de Miranda Brandes;

VIII – Ordem dos Advogados do Brasil:
Membro Titular: Marcos Jorge de Souza Rocha
Membro Suplente: Dayana Priscilla Amaral

Art. 2º - Fica nomeado como Secretário Executivo do Conselho Municipal Antidrogas, o Assessor da Juventude, Carlos Eduardo Vipievski.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 898/2016

PORTARIA Nº. 898/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora JOVANA MARIA MARIN GONÇALVES, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 10/10/2016 a 19/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 905/2016

PORTARIA Nº. 905/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 10/10/2016 a 29/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 906/2016

PORTARIA Nº. 906/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Parágrafo 4º do Art. 92 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER REPOUSO REMUNERADO

Art. 1º - Fica concedido Repouso Remunerado à servidora JULIANA KITZBERGER DA SILVA, efetiva no cargo de Farmacêutico Co-Responsável, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 03/10/2016 à 01/11/2016, conforme Comunicação Interna nº 486/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 907/2016

PORTARIA Nº. 907/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor PAULO CESAR SAFANELLI, efetivo no cargo de Motorista, atualmente comissionado no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 11/10/2016 a 09/11/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 908/2016

PORTARIA Nº. 908/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990;

CONSIDERANDO a Portaria nº 371/2016, a qual interrompeu as férias concedidas à servidora Priscila Daum Alves Delbem, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de Férias à servidora PRISCILA DAUM ALVES DELBEM, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo 2015/2016, a desfrutar no dia 11/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 488/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 909/2016

PORTARIA Nº. 909/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

ALTERAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica alterada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, instaurada pela Portaria nº 201/2016, e, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, passando a vigorar da seguinte:

1. MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ
2. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
3. FRANCIELI JOANA BIALESKI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 023/2015, proveniente do Setor de Patrimônio, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 910/2016

PORTARIA Nº. 910/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Art. 13, inciso I da Lei Municipal nº. 2.305/1990, da Lei Municipal nº2.307/1990 e Lei Municipal nº. 5.441/2014, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Técnico em Radiologia, para exercer as suas funções na Unidade de Pronto Atendimento – 24 horas, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o profissional ANDERSON CELSO LOPES FRANCO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 42.691, e convocado conforme Edital nº 036 de 20 de setembro de 2016, iniciando as suas atividades a partir de 11/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 190/SMS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 911/2016

PORTARIA Nº. 911/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90; resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ROSELI DOBROSHINSKEI
2. FABRICIO JOSNEI PEREIRA
3. IARA LÚCIA ARTNER LEANDRO LEITE

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na Comunicação Interna Nº 191/SMS/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 912/2016

PORTARIA Nº. 912/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90; resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ
3. NELSON VARELA DE OLIVEIRA

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na Comunicação Interna Nº 070/SMODU/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 913/2016

PORTARIA Nº. 913/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor LUIZ AUGUSTO FONTANA JUNIOR, efetivo no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 16/11/2016 a 30/11/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 914/2016

PORTARIA Nº. 914/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora INES APARECIDA SCHERMACH, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 17/10/2016 a 15/11/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 915/2016

PORTARIA Nº. 915/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

CANCELAR ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica cancelado o Adicional de Tempo Integral concedido ao servidor LEANDRO MUNHOZ MARKO, efetivo no cargo de Técnico em Radiologia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de Outubro/2016, conforme Comunicação Interna nº 491/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 916/2016

PORTARIA Nº. 916/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor LINDOMAR EMIDIO FERREIRA, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 17/10/2016 a 15/11/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº FMS 03/2016

MUNICIPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n.º FMS 37/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. FMS 03/2016

O MUNICIPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/11/2016, às 09h15min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA NAS EDIFICAÇÕES DAS ANTIGAS SEDES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CONFORME PREVÊ CLAUSULA CONTRATUAL DA LOCAÇÃO DOS REFERIDOS IMÓVEIS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 10/11/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rinkoski Faria

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 132/2016

DECRETO Nº 132, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Estabelece horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 28 de outubro de 2016, em comemoração alusiva ao dia do Servidor Público.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, como Coleta de Lixo, Transporte Coletivo de Passageiros e outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público, permanecerão sendo praticados normalmente. Parágrafo único. O atendimento à saúde será prestado através do Sistema de Plantão 24 horas no Hospital Nossa Senhora das Dores durante todo o período do ponto facultativo.

Art. 3º Além dos serviços previstos no artigo 2º, não haverá ponto facultativo nas atividades relacionadas à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, havendo aulas normais em todos os estabelecimentos de ensino municipal, tendo em vista a obediência ao calendário previamente estipulado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 18 de outubro de 2016.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

Lei 3.225/2016

LEI Nº 3.225, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de Capinzal, a Ponte Pênsil "Padre Mathias Michelizza", localizada na divisa de Capinzal e Ouro.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL EM EXERCÍCIO

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de Capinzal, a Ponte Pênsil "Padre Mathias Michelizza", localizada na divisa dos Municípios de Capinzal e Ouro.

Art. 2º O Poder Executivo poderá tomar as medidas cabíveis para o tombamento da Ponte Pênsil "Padre Mathias Michelizza", nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 18 de outubro de 2016.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito de Capinzal em exercício

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0104/2016 TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 0009/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0104/2016

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0009/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de Praça Pública no Loteamento Nova Capinzal, Recursos do Ministério das Cidades/Caixa, contrato de repasse nº 0352.423-44/2011, Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários.

ENTREGA E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 07/11/2016.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 19 de outubro de 2016 .

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 880/2016

PORTARIA Nº 880, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Paulo Joaquim Gralha Bragatto, matrícula nº 406660/01, ocupante do cargo de Farmacêutico Bioquímico, nível 156, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, como Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de setembro de 2016

Capinzal – SC, em 05 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 881/2016

PORTARIA Nº 881, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 2806/2016, Josiani Cassiano, matrícula nº 330078/07, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de outubro de 2016

Capinzal – SC, em 06 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 882/2016

PORTARIA Nº 882, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 06 de outubro de 2016, a servidora Michele Terezinha Kalsing, matrícula nº 331988/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º A servidora deverá executar tarefas que não envolvam levantamento de peso superior a 15 kg nem transporte de materiais pesados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 06 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 883/2016

PORTARIA Nº 883, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 04 de outubro de 2016, a servidora Maria Cristiane Wunder, matrícula nº 171115/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de professor, nível 372, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º A servidora deverá evitar tarefas extra classe.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 06 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 884/2016

PORTARIA Nº 884, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2836/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Auridea Araújo, matrícula nº 321800/03.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 07 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 887/2016

PORTARIA Nº 887, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre Comissão de Recebimento de veículo, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no art. 73 da Lei 8.666/1993 e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Nomeia a Comissão para recebimento de veículo para uso da Polícia Militar de Capinzal, proveniente do Processo Licitatório 0102/2016 e Pregão Presencial 0056/2016:

I. Janderson Seganfredo, servidor público, matrícula nº 407438/04;
II. Valdecir Casagrande, Terceiro Sargento da Polícia Militar;
III. Idamir da Rosa, servidor público, matrícula nº 322989/02.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 10 de outubro de 2016

WILSON FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 888/2016

PORTARIA Nº 888, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 336/2007, que colocou o servidor Luiz Carlos Soares Golin, matrícula nº 313980/01 à disposição do CIRETRAN.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de outubro de 2016.

Capinzal - SC, em 11 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

PORTARIA 889/2016

PORTARIA Nº 889, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2848/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, matrícula nº 121452/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário de Escola, nível 261, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar

o nível 261, referência J, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 11 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 890/2016

PORTARIA Nº 890, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição do Setor de Fichas da Secretaria da Saúde, a contar de 11 de outubro de 2016, o servidor Luiz Carlos Soares Golin, matrícula nº 313980/01, ocupante do cargo de Almo-xarife, nível 43, referência H, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de outubro de 2016.

Capinzal - SC, em 11 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

PORTARIA 891/2016

PORTARIA Nº 891, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Altera o disposto na portaria 874/2016, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da portaria nº 874/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Exonerar, Graciana Baretta, matrícula nº 310395/01, ocupante do cargo de Datilógrafo, nível 112, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de outubro de 2016.

Capinzal - SC, em 11 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças interino

PORTARIA 892/2016

PORTARIA Nº 892, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2859/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Fabio Cesar Delfino, matrícula nº 328553/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 13 de outubro de 2016
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 893/2016

PORTARIA Nº 893, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2858/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Daniel Machado de Mello, matrícula nº 327590/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 13 de outubro de 2016
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0085/2016 - CONCORRÊNCIA Nº 0003/2016 TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0085/2016
CONCORRÊNCIA Nº 0003/2016

Objeto: Outorga de cessão de direito real de uso de terreno constante do Distrito Industrial II.
Motivo: Interesse Administrativo.

Catanduvas, 18 de outubro de 2016.

Alberto Broll - Prefeito Municipal em exercício

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 168 2016

DECRETO Nº 168/2016

"Dispõe sobre a substituição de membros do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente do município de caxambu do sul e dá outras providências".

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Capítulo II da Lei Municipal n. 1.210/2010, de 30 de novembro de 2010, c/c o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos e automaticamente empossados os membros efetivos do CMDCA, de forma paritária entre os representantes do governo municipal e da sociedade civil, conforme segue:

SECRETARIAS/ENTIDADES	MEMBROS TITULAR	SUPLENTES
Secretaria Municipal de Administração	Lenoir Artur Rolim de moura	Janice Gheller Cattani
Secretaria Municipal de Agricultura	Nezio Mucelini	Sidiclei Mello
Secretaria Municipal de Saúde	Ana Carmelinda R. Santin	Luiz Antonio Camargo
Secretaria de Desenvolvimento Social	Sonia Devilla Tomasi	Elenice Zamban Gnoatto
Secretaria Municipal de Educação	Leandra Rohr	Ironi Ceccon
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Ana Paula Granzotto	Gilberto Luiz Sisterhen
Grupo de Mulheres Camponesas	Carmen Fátima Defaveri Giacomelli	Adriana Giacomelli
Grêmio Estudantil E.E.B. Cândido Ramos	Raíssa Vivian	Viviane Mucelini
Igreja Católica Apostólica Romana	Ivanete Hammes	Elizabete Loureiro de Mello
COPAC – Conselho de Pastores Igrejas Evangélicas	Cenira Mayer de Quadros	Raquel Montiel

Art. 2º. Os membros do Conselho, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais, não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o decreto n. 70/2015 de 15 de julho de 2015 e 74/2016 de 29 de junho de 2016.

Caxambu do Sul - SC, 11 de Outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093 2016

PORTARIA N. 093/2016

"Concede licença prêmio a servidora que especifica, e dá outras providências."

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 76, da Lei Complementar n. 001/2001, de 06 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando, o requerimento formulado pela Servidora subscrito e, conseqüentemente, possuir direito à dita Licença Prêmio com remuneração, por um período de trinta dias, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 à 30/06/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder trinta dias de Licença Prêmio com remuneração, a Servidora Pública Municipal, Senhora SAIANE BURTET DO AMARAL, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, contados para o período de gozo do dia 17/10/2016 à 15/11/2016.

Art. 2ª . Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3ª . Revogam-se as disposições em contrário

Caxambu do Sul/SC, 17 de Outubro de 2016

Registre-se e Publique-se

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 085, DE 18.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 085, DE 18.10.2016

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais do Município de Chapadão do Lageado - SC .

CONSIDERANDO o transcurso do Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro;

CONSIDERANDO as disposições do Art. 143 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município e art. 143 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o ponto no dia 28 de outubro de 2016 (sexta-feira), em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, em virtude do "Dia do Servidor Público".

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo os serviços emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 18 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 086, DE 18.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 086, DE 18.10.2016

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais do Município de Chapadão do Lageado - SC .

CONSIDERANDO o transcurso do Dia da Proclamação da República, comemorado em 15 de novembro;

CONSIDERANDO o aniversário de emancipação político-administrativa do Município, comemorado em 29 de novembro;

- CONSIDERANDO a contenção de despesas da Prefeitura Municipal;

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o ponto nos dias 14 e 28 de novembro de 2016 (segunda-feira), nas repartições públicas municipais.

- 1º Não se aplicam as disposições do caput deste artigo ao expediente da Rede Municipal de Ensino, que cumprirá o calendário escolar estabelecido.

- 2º Excetua-se do disposto no caput deste artigo os serviços

emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 18 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 087, DE 18.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 087, DE 18.10.2016

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

09 – Saúde para Todos

101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

..... R\$ 30.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

09 – Saúde para Todos

101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.

3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos

2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

09 – Saúde para Todos

101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.

3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

..... R\$ 20.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
 01 – Divisão do Fundo de Saúde
 10 – Saúde
 301 – Atenção Básica
 09 – Saúde para Todos
 101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
 R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de outubro de 2016.

José Bráulio Inácio
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 088, DE 18.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 DECRETO Nº 088, DE 18.10.2016
 Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, - 2º, II, da Lei nº 0650 de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 103 (atenção básica) no valor de R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do orçamento vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
 01 – Divisão do Fundo de Saúde
 10 – Saúde
 301 – Atenção Básica
 09 – Saúde para Todos
 103 – Atenção Básica
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2026 – Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família
 R\$ 18.900,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de outubro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 089, DE 18.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 DECRETO Nº 089, DE 18.10.2016
 Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 267.740,00, (duzentos e sessenta e sete mil setecentos e quarenta reais), das seguintes dotações do orçamento vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 – Divisão de Ensino
 12 – Educação
 361 – Ensino Fundamental
 06 – Educação para Todos
 115 – Transferência de Convênios - Educação
 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 1.012 - Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos Educ. Cultura Esportes R\$ 10.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 – Divisão de Ensino
 12 – Educação
 361 – Ensino Fundamental
 06 – Educação para Todos
 114 – Transferência do Fundeb – 40%
 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 1.012 - Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos Educ. Cultura Esportes R\$ 1.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 – Divisão de Ensino
 12 – Educação
 361 – Ensino Fundamental
 06 – Educação para Todos
 110 – Receitas de Impostos e Transferência de impostos - Educação
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 1.030 - Construção Reforma Ampliação Escolas, Ginásios Quadras Esportivas R\$ 13.240,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 – Divisão de Ensino
 12 – Educação
 361 – Ensino Fundamental
 06 – Educação para Todos
 110 – Receitas de Impostos e Transferência de impostos - Educação
 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 1.030 - Construção Reforma Ampliação Escolas, Ginásios Quadras Esportivas R\$ 15.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 – Divisão de Ensino
 12 – Educação
 361 – Ensino Fundamental
 06 – Educação para Todos
 118 – Salário Educação
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 1.030 - Construção Reforma Ampliação Escolas, Ginásios Quadras Esportivas R\$ 2.500,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 – Divisão de Ensino
 12 – Educação
 361 – Ensino Fundamental
 06 – Educação para Todos
 110 – Receitas de Impostos e Transferência de impostos - Educação
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.015 - Manutenção do Programa do Transporte Escolar
 R\$ 15.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 – Divisão de Ensino
 12 – Educação
 361 – Ensino Fundamental
 06 – Educação para Todos
 114 – Transferência do Fundeb – 40%
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental
..... R\$ 59.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

365 – Educação Infantil

06 – Educação para Todos

114 – Transferência do Fundeb – 40%

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.017 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Infantil
..... R\$ 35.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

02 – Divisão de Cultura

13 – Cultura

392 – Difusão Cultural

07 – Resgate da Cultura

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.011 - Manutenção Pessoal Cultura e Esporte
..... R\$ 16.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

06 – Educação para Todos

110 – Receitas de Impostos e Transferência de impostos - Educa-
ção

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental
..... R\$ 70.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

03 – Divisão de Obras

15 – Urbanismo

452 – Serviços Urbanos

13 – Urbanismo

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.092 - Manutenção/Pessoal Secretaria Transportes, Obras Servi-
ços Urbanos R\$ 25.000,00

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

10 – Desenvolvimento Social

117 – Outras Transferência de Recursos do Fundo Nacional de As-
sistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Assistência Social
..... R\$ 3.000,00

09 – Fundo de Assistência Social

03 – Divisão do Fundo da Infância e Adolescência

14 – Direitos da Cidadania

243 – Assistência a Criança e ao Adolescente

10 – Desenvolvimento Social

148 – Programa de Atenção a Criança – PAC -

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.012 - Manutenção Pessoal Desenvolvimento Social
..... R\$ 3.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 267.740,00 (duzentos e sessenta e sete mil setecentos e quarenta reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

06 – Educação para Todos

118 – Salário Educação

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.012 - Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos Educ. Cultu-
ra Esportes R\$ 11.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

06 – Educação para Todos

115 – Transferência de Convênios - Educação

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.030 - Construção Reforma Ampliação Escolas, Ginásios Quadras
Esportivas R\$ 28.240,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

06 – Educação para Todos

118 – Salário Educação

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.030 - Construção Reforma Ampliação Escolas, Ginásios Quadras
Esportivas R\$ 2.500,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

06 – Educação para Todos

115 – Transferência de Convênios - Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.015 - Manutenção do Programa do Transporte Escolar
..... R\$ 15.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

06 – Educação para Todos

113 – Transferência do Fundeb – 60%

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental
..... R\$ 59.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

365 – Educação Infantil

06 – Educação para Todos

113 – Transferência do Fundeb – 60%

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.017 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Infantil
..... R\$ 35.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

02 – Divisão de Cultura

13 – Cultura

392 – Difusão Cultural

07 – Resgate da Cultura

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.011 - Manutenção Pessoal Cultura e Esporte
..... R\$ 16.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 – Divisão de Ensino
 12 – Educação
 361 – Ensino Fundamental
 06 – Educação para Todos
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental
 R\$ 70.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 03 – Divisão de Obras
 15 – Urbanismo
 452 – Serviços Urbanos
 13 – Urbanismo
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.092 - Manutenção/Pessoal Secretaria Transportes, Obras Servi-
 ços Urbanos R\$ 25.000,00

09 – Fundo de Assistência Social
 01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 – Assistência Social
 244 – Assistência Comunitária
 10 – Desenvolvimento Social
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Assistência Social
 R\$ 3.000,00

09 – Fundo de Assistência Social
 03 – Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
 14 – Direitos da Cidadania
 243 – Assistência a Criança e ao Adolescente
 10 – Desenvolvimento Social
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.012 - Manutenção Pessoal Desenvolvimento Social
 R\$ 3.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de outubro de 2016.
 José Bráulio Inácio
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 090, DE 18.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
 DECRETO Nº 090, DE 18.10.2016
 Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, - 2º, II, da Lei nº 0650 de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 118 (salário educação) no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 – Divisão de Ensino
 12 – Educação
 361 – Ensino Fundamental

06 – Educação para Todos
 118 – Salário Educação
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2016 - Manutenção/ Pessoal Do Ensino Fundamental
 R\$ 14.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de outubro de 2016.
 JOSE BRAULIO INACIO
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 091, DE 18.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 091, DE 18.10.2016

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, - 2º, II, da Lei nº 0650 de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 117 (outras transferências de recursos do fundo nacional de assistência social) no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

09 – Fundo de Assistência Social
 01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 – Assistência Social
 244 – Assistência Comunitária
 10 – Desenvolvimento Social
 117 – Outras Transferências de Recursos Nacionais
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.029 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO CRAS
 R\$ 7.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de outubro de 2016.
 JOSE BRAULIO INACIO
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 092, DE 18.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 092, DE 18.10.2016

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, - 2º, II, da Lei nº 0650 de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 113 (transferência do Fundeb – 60%) no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) e por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 114 (transferência do Fundeb – 40%) no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fica aberto um Crédito

suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361– Ensino Fundamental
06 – Educação para Todos
113 – Transferência do Fundeb – 60%
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental
..... R\$ 46.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361– Ensino Fundamental
06 – Educação para Todos
114 – Transferência do Fundeb – 40%
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de outubro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 093, DE 18.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 093, DE 18.10.2016
Abre credito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, I, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários - orçamentos municipais) no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

04 – Secretaria da Fazenda
04 – Secretaria da Fazenda
04 – Administração
123 – Administração Financeira
02 – Administração Financeira
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.005 - Manutenção/Pessoal Secretaria da Fazenda
..... R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de outubro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 094, DE 18.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 094, DE 18.10.2016
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, - 2º, I, da Lei nº 0650 de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 101 (receita de impostos e transferência de impostos - saúde) no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do orçamento vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301– Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 70.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de outubro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 379/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 379/2016

- CONSIDERANDO, a Comunicação de Decisão do Benefício n. 6154841330;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e - 2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar a licença para tratamento de saúde do servidor público SERGIO PEREIRA, até 01/11/2016, a ser remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 30.09.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC, 18 de outubro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 380/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 380/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 12, (doze) dias, datado de 17.10.16;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública DILVA ROSA CORREIA PAUL, ocupante do Cargo efetivo de Secretária de Escola – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 17.10.16 a 28.10.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 17.10.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 381/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 381/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, - 4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, ROSICLEIDE SYPRIANI, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 19 de outubro de 2016, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2014/2015, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

APLICAÇÃO DE SANÇÕES PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 1/2016-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
APLICAÇÃO DE SANÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2016-1

Processo Licitatório nº 09/2016 FMS
Pregão Presencial SRP nº 1/2016 FMS
Ata de Registro de Preços nº 53/2016 FMS
Concessionária: SEARA COMERCIAL EIRELLI - ME.

APLICA-SE à empresa SEARA COMERCIAL EIRELLI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.016.188/0001-69, com sede na Rua São Pedro, nº 58, Formosinha, Formosa – GO, CEP 73813-190 neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, senhor, Pablo Henrique Alves Barros, portador da Cédula de Identidade nº 2.531.287 SSP/DF e inscrito no CPF sob nº 018.113.271-09, pelo inadimplemento contratual, conforme apurado no Processo Administrativo 09/2016-1 PMC, as seguintes sanções:

- Pagamento de multa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, sendo R\$ 3.874,51 (três mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), referente ao atraso na entrega do item 5 e R\$ 700,02 (setecentos reais e dois centavos), referente ao atraso na entrega do item 6, totalizando o montante de R\$ 4.574,53 (quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos);

Concórdia, SC, 18 de outubro de 2016
ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2016-PMC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2016 – FMAS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2016, de materiais de artesanato, consumo e uniformes, com recursos Federais, Estaduais e Próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 04/11/2016
Início da Sessão: dia 04/11/2016, às 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 18 de outubro de 2016.
NEUSA APARECIDA DAHMER
Gestora do FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2016 – PMC

Objeto: Aquisição de gorros de Papai Noel, balas mastigáveis e água mineral; contratação de empresa para locação de banheiros químicos portáteis e serviço de vigilância orgânica, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por lote.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 11/11/2016.

Abertura: dia 11/11/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 18 de outubro de 2016.
CLÉLIO IVO DAL PIAZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2016 – PMC

Objeto: Aquisição e instalação de materiais e equipamentos elétricos, para conserto, instalação, manutenção e retirada das figuras natalinas, luzes natalinas e show de luzes, a serem instaladas e operacionalizadas no Sonho de Natal 20126, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço por lote.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 04/11/2016.

Abertura: dia 04/11/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 18 de outubro de 2016.
CLÉLIO IVO DAL PIAZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

PAIF BASICA 9ª PARCELA 2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PBFI/CRAS, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Concórdia SC, 14 de outubro de 2016.
Neusa Aparecida Dahmer
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

PORTARIA FUMDEMA Nº 06/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

PORTARIA Nº 06/2016, DE 22 de SETEMBRO de 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 c/c o disposto no art. da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor ARGEU ALBIERO, ocupante do cargo de Contador, no período de 03 de outubro a 01 de novembro de 2016, correspondente ao período aquisitivo de 13.12.2014 a 12.12.2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
EDSON LUIS GONÇALVES
Diretor/Superintendente da FUMDEMA

PORTARIA FUMDEMA Nº 07/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

PORTARIA Nº 07/2016, DE 17 de OUTUBRO de 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 c/c o disposto no art. da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor LUCAS PEREIRA, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, no período de 01 a 30

de novembro de 2016, correspondente ao período aquisitivo de 14.09.2015 a 13.09.2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
EDSON LUIS GONÇALVES
Diretor/Superintendente da FUMDEMA

PORTARIA IPRECON Nº 44/2016

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 44/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.
Concede Pensão por Morte em face do falecimento do senhor ELOI DE PAULA GARCIA, segurado inativo do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, parágrafos 7º, I, 8º e 18, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; nos arts. 79, I e 88-A, I, da Lei Complementar nº 164/1999, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte à senhora ZELI GARCIA, dependente presumida do senhor ELOI DE PAULA GARCIA, segurado inativo do IPRECON, falecido, equivalente à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior a do óbito, assegurado o reajuste na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 5 de outubro de 2016.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 17 de outubro de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 550/2016

DECRETO Nº 550 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1206/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 10

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 115.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 02

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 115.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO N. 551/2016

DECRETO Nº 551/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias, de licença para tratamento de saúde a Servidora Municipal, Sra. ANA PAULA BIESSEK, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de Outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 552/2016

DECRETO Nº 552/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido 02 (dois) dias de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família a Servidora Municipal ADRIANA MARTINI, no cargo de professor – 20h semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 553/2016

DECRETO Nº 553/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 7º - CF/88:

DECRETA

Art. 1º Concede Licença Maternidade a Servidora Sra. MARILIA DI DOMENICO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o documento anexo.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será pelo período de 120 dias a partir do dia 17/10/2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 17/10/2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 554/2016

DECRETO Nº554/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal Sra. IVANIA ATUATTI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 04/02/2014 a 03/02/2015, que serão gozadas a partir de 31/10/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de outubro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

IVANIA ATUATTI

Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 555/2016

DECRETO Nº555/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal Sra. TATIANA RIBEIRO OLIVEIRA, ocupante do cargo de Assistente de Gabinete Odontológico, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 15/03/2014 a 14/03/2015, que serão gozadas a partir de 31/10/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de outubro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

TATIANA RIBEIRO OLIVEIRA

Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 556/2016

DECRETO Nº556/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal Sra. EDILÉIA VILANI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 16/08/2014 a 15/08/2015, que serão gozadas a partir de 16/11/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de outubro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EDILÉIA VILANI

Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 557/2016

DECRETO Nº557/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. VALDEMAR NECKER DE

MOURA, ocupante do cargo de Motorista , lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/07/2014 a 01/07/2015, que serão gozadas a partir de 21/11/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de outubro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

VALDEMAR NECKER DE MOURA Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 558/2016.

DECRETO Nº 558/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. MARGA GIACOMIN, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS N° 05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação N° 05/2016

Contratado: DANIELA PAULA SPAGNOLO

Valor total: R\$ 7.830,00 (SETE MIL OITOCENTOS E TRINTA REAIS)

Vigência: 31/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE FARMACÊUTICO PARA RESPONSABILIDADE TÉCNICA, ENTREGA DE MEDICAMENTOS E ATENDIMENTO CONFORME DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Coronel Freitas (SC), 18 De outubro de 2016

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 26/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 26/2016
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS E MATÉRIAS DE INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, COM A AQUISIÇÃO DE CM/COLUNA CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Abertura dos envelopes: 03.11.2016 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 19 de outubro de 2016.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ELSON IVO PEREIRA
Secretário de Administração

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 192/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 192/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONFEÇÃO DE RUAS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 04/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 04/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 193/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 193/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 01/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 01/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 194/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 194/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 03/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 03/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 195/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 195/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE CARGA E BOTIJÃO DE GÁS P 13 E P 45 PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 03/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 03/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitiba, 17 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 197/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 197/2016

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 07/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 07/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 18 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

DIONÍSIO CERQUEIRA SC.

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA.

AVISO DE LICITAÇÃO.

O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Dionísio Cerqueira torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto a Licitação Tipo Pregão nº 011/2016, Processo 011/2016, Objeto: Aquisição de parquinho de recreação para a casa abrigo Beija Flor, conforme projeto de pedido de subvenção de valores oriundos de Recursos de multas Pecuniárias.. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 01/11/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.41.

Dionísio. Cerqueira, 18/10/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA DA HABILITAÇÃO 28-2016

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Licitação: Tomada de Preços - 28/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO

Às dez horas, do dia dezoito, do mês de outubro de dois mil e dezesseis na sala de licitações do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria Nº 74/2016, para sessão pública de abertura da licitação. Recebidos os envelopes de habilitação e proposta em conformidade com o instrumento convocatório, e comunicado o rol de participantes, passou-se a abertura do envelope de habilitação, submetendo-se o conteúdo a rubrica dos presentes. Apenas uma empresa apresentou os envelopes de Habilitação e Proposta, sendo ela:

Cód. Participante	Nome
48941	Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda.

AS EMPRESAS INABILITADAS FORAM:

Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda.

Motivo: A empresa deixou de atender ao item 6.3.2 do Edital, ou seja, não apresentou documentos que comprovem que o profissional em pauta integra o quadro da licitante na data marcada para entrega dos envelopes.

Deliberado sobre o assunto, com base no Art. 48, - 3º, a comissão de licitações decide fixar ao licitante o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova habilitação, fixando a data de 31/10/2016, às 09:00 horas para entrega do envelope. Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANDRE LUIZ MAZZI Presidente		
MARIANE LUCIA BOWENS Secretário		JOAO OSLIN ODORIZZI Membro

PORTARIA Nº 084/2016

PORTARIA no 084, de 10 de outubro de 2016.

Concede exoneração ao Servidor Mario Shipietz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e artigo 49, VII, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

Ao servidor MARIO SHIPIETZ, ocupante do emprego público de Servente de Obras, lotado na Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, para o qual foi nomeado pela Portaria nº 070, de 01/08/1990, a contar de 04/10/2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de outubro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 085/2016

PORTARIA no 085, de 10 de outubro de 2016.

Concede exoneração a Servidora Odete Girelli Marcarini.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e artigo 49, VII, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

A servidora ODETE GIRELLI MARCARINI, ocupante do emprego público de Agente Administrativo III, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, para o qual foi nomeada pela Portaria nº 064, de 01/08/1990, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de outubro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 086/2016

PORTARIA no 086, de 13 de outubro de 2016.

Concede Promoção por Qualificação Profissional aos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e Considerando-se o requerimento formulado pelos servidores com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados; Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito dos requerentes; resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Aos servidores do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificados, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Patricia Pessatto da Silva	Assistente Social	15/09/2016	11 - D	11 - E
Sulami Moser	Professora II	19/09/2016	6 - Z	6 - AA
Ivanilde Lenita Stainzack Tomelin	Professora II	02/10/2016	6 - AM	6 - AN
Vanderlei Ervino Andreatta	Motorista de Carga	07/10/2016	23 - C	23 - D
Ivete Anesi Buzzi	Professora II	08/10/2016	6 - AF	6 - AG
Mariane Lúcia Bowens	Professora II	08/10/2016	6 - AM	6 - AN
João Oslin Odorizzi	Professor II	10/10/2016	6 - AJ	6 - AL
Izabel Cristina Saldanha	Professora I	17/10/2016	5 - AA	5 - AB
Marli Lewin Schurt	Professora I	17/10/2016	5 - D	5 - E
Matilde Judith Doemer	Professora II	17/10/2016	6 - X	6 - Z
Merci Franke Gessner	Professora II	17/10/2016	6 - AH	6 - AI
Monica Koglin Poeta	Professora II	17/10/2016	6 - AP	6 - AQ
Miriam Aparecida Floriano Kisner	Educadora Infantil	05/11/2016	6 - AA	6 - AB

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 13 de outubro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 087/2016

PORTARIA no 087, de 13 de Outubro de 2016.

Designa servidor para atendimento de convênio com a CIDASC com cessão parcial, sem ônus.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho - SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, e com fundamento no art. 27, VI, da LC nº 50/2006 e na Lei nº 800/2012;

RESOLVE

I – DESIGNAR o servidor CARLOS ALBERTO RAMLOW, ocupante do emprego público de Médico Veterinário no Quadro de Servidores Públicos do Município, para atender ao Convênio firmado com a CIDASC, por quinze (15:00) horas semanais, pelo período de um ano, a contar desta data.

II – CEDER o servidor de que trata o inciso I, sem ônus, para a CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, para fins de atendimento ao Convênio de que trata a Lei nº 800/2012.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 13 de outubro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 147/PMF/2016

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 147/PMF/2016

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 147/PMF/2016. As retificações apresentam-se a seguir:

Alteração do descritivo do item:

ONDE SE LÊ:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO
1	6	UND	CÂMERA SPEED DOME NETWORK 2 , 0 M 20XDesign tipo dome; interface de rede incorporada interna para monitoramento remoto 100Base-TX em protocolo de internet (TCP/IPv4/v6) com conexão RJ45; sensor de imagem tipo CCD, CMOS ou MOS de 1/2.8" a 1/4"; resolução de imagem de 1.920 x 1080 pixel's a 30 fps; zoom óptico de 20 vezes; compactação de imagem H264 em resolução 1.920 x 1080; dois streams de vídeo; iluminação de 0,8 lux em cores e de 0,07 lux em preto e branco; função dia e noite (day-night) efetivo (com filtro de infravermelho (IR) removível); rotação horizontal de 360Q contínuo; rotação vertical de 90?; velocidade de pan de 280Q/s; velocidade de tilt de 100Q/s; configuração de 30 posições pré-programadas com execução automática e manual; mecanismo de lente com foco automático e manual; máscara de privacidade configurável; estabilizador de imagem automático; WDR; entrada para conexão de dispositivo de alarme externo; saída para controle de dispositivo externo; declaração do fabricante do software Digifort atestando a compatibilidade da câmera com o mesmo, na forma do subitem 7.4; controle automático de ganho (AGC); Entrada e saída de áudio; com slot para cartão de memória.

LEIA – SE:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO
1	6	UND	CÂMERA SPEED DOME NETWORK 2 , 0 M 20XDesign tipo dome; interface de rede incorporada interna para monitoramento remoto 100Base-TX em protocolo de internet (TCP/IPv4/v6) com conexão RJ45; sensor de imagem tipo CCD, CMOS ou MOS de 1/2.8" a 1/4"; resolução de imagem de 1.920 x 1080 pixel's a 30 fps; zoom óptico de 20 vezes; compactação de imagem H264 em resolução 1.920 x 1080; dois streams de vídeo; iluminação de 0,8 lux em cores e de 0,07 lux em preto e branco; função dia e noite (day-night) efetivo (com filtro de infravermelho (IR) removível); rotação horizontal de 360Q contínuo; rotação vertical de 90?; velocidade de pan de 280Q/s; velocidade de tilt de 100Q/s; configuração de 30 posições pré-programadas com execução automática e manual; mecanismo de lente com foco automático e manual; máscara de privacidade configurável; estabilizador de imagem automático; WDR; entrada para conexão de dispositivo de alarme externo; saída para controle de dispositivo externo; controle automático de ganho (AGC); Entrada e saída de áudio; com slot para cartão de memória.

E inclusão da seguinte exigência para o item 7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 2):

7.1.8. Declaração do fabricante do software Digifort atestando a compatibilidade da câmera com o mesmo.

Fica alterada a data de abertura do processo licitatório para:
31 de outubro de 2016 às 09:00 horas.

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 18 de outubro de 2016.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 152/PMF/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO
(MULTI-ENTIDADES)

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 152/PMF/2016.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto REGISTRAR PREÇO para execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de terraplanagem, transporte de materiais, para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de novembro de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 18 de outubro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2016 -DOM

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Aquisição de 01 (um) Rolo Compactador, novo, para uso da Secretaria de Infraestrutura. Julgamento: Menor Preço por ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 19.10.2016 até as 13:30 horas do dia 31.10.2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 13:30 horas até as 13:45 horas do dia 31.10.2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00 horas do dia 31.10.2016. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF) Local: www.bllcompras.org.br Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 17 de outubro de 2016
Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2016 -DOM

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Aquisição de 02 (dois) Caminhões Basculante, Trucado, 6X4, 0 Km, para uso da Secretaria de Infraestrutura. Julgamento: Menor Preço por ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 19.10.2016 até as 14:30 horas do dia 31.10.2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 15:00 horas até as 15:30 horas do dia 31.10.2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 16:00 horas do dia 31.10.2016. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF) Local: www.bllcompras.org.br Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 18 de outubro de 2016
Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0046/2016-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0046/2016– SF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: aquisição de equipamento colorímetro para uso nas análises de água efetuadas pelo laboratório da eta – estação de tratamento de água da Sanefrai, localizada no bairro Santo Antônio nesta cidade. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 03.11.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 17 de outubro de 2016.
João Albino de Barros – Presidente da SANEFRAI

DECRETO Nº 252/2016

DECRETO Nº 252, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, AFETADAS POR GRANIZO – COBRADE 1.3.2.1.3.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe confere os artigos 61, inciso VI e 84, inciso I, alínea i, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO:

- ocorrência de granizos na data de 18 de outubro de 2016, atingindo o município e a região, tanto em áreas urbanas e rurais, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto;

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a decretação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre;

- a ocorrência de danos em diversas culturas, como maçã, pêssego, nectarina, ameija, milho e trigo, hortaliças em geral e floricultura, gerando grandes prejuízos na produção, inclusive benfeitorias agrícolas, conforme laudo de perdas de produção agropecuária emitido pela EPAGRI;

- grande número de residências atingidas na área urbana, causando prejuízo nas casas e em móveis particulares;

- grande número de prédios públicos municipais atingidos, gerando inclusive necessidade de suspensão das aulas no dia 19 de outubro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência por desastre, devido à ocorrência de granizo no dia 18 de outubro de 2016, classificado e codificado no COBRADE 1.3.2.1.3.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui das Áreas Afetadas, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Autoriza a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de

arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pelo Coordenador do COMPDEC.

Art. 4º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 18 DE OUTUBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0021_2016-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0021/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção da rampa externa de acessibilidade da Escola de Ensino Fundamental Bairro das Nações, com área total de 103,00 m², localizada na Avenida Carlos Maister, Bairro das Nações, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS. Transcorrido “in albis” o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, a Presidente da Comissão passou a abertura dos ENVELOPES nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS das proponentes habilitadas. As proponentes apresentaram suas propostas nos seguintes valores totais: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP R\$ 71.051,64 (setenta e um mil, com cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos) e TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA ME – R\$ 82.183,26 (oitenta e dois mil, cento e oitenta e três reais e vinte e seis centavos). Sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP com o valor global de 71.051,64 (setenta e um mil, com cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), ficando este valor abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 2.2 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 18 de outubro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA**ANEXO IV**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO TC 28**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

UNIDADE CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Fraiburgo					
ORDENADOR DA DESPESA: ELTON LUIZ BORRACHINI					
ENTIDADE BENEFICIADA		Associação Atitude e Vida		CNPJ: 07.625.350/0001-92	
ENDEREÇO: 10 DE NOVEMBRO, 56				CEP: 89580-000	
RESPONSÁVEL: FIORINDO GRANDO				CPF: 436.377.109-78	
Nota de Empenho:		355	Data:	20/01/16	Valor Total: 121.000,00
Ordem de Pagamento		8301	Data:	26/09/16	Valor: 11.000,00
Projeto Atividade: 2048			Manutenção do CREAS		
Item/Fonte: 3.3.50.41.99			Contribuições		
Histórico da Finalidade:					
Manutenção no atendimento á crianças portadoras de necessidades especiais com realização de vários tipos de atendimento e acompanhamento e realização de atividades pedagógicas que estimulem a criatividade e o desenvolvimento dos alunos.					
Documento		HISTÓRICO		RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA				
7105	19/08/2016	REPASSE DA PREFEITURA		11.000,00	2.014,29 292,30 1.070,62 3.600,00 270,17 750,00 1.450,00 1.552,62
850663	05/10/2016	Pago salário de Maria Ap. Matias			
850662	06/10/2016	Pago guia INSS 09/2016			
850664	05/10/2016	Pago salário a Maria Joceli H Dalazen			
850665	05/10/2016	Pago a Jean Silva – NF 7599			
850661	06/10/2016	Pago guia FGTS 09/2016			
850667	06/10/2016	Pago a Cleusa Maria Venson NF 7598			
850666	06/10/2016	Pago aluguel a Itacir Del Ré (09/2016)			
850668	10/10/2016	Pago a Marisa de L. Dos S. Mello NF 7605			
TOTAL GERAL				11.000,00	11.000,00

Local e Data: Fraiburgo(SC), 13 de Outubro de 2016

FIORINDO GRANDO

ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE FRAIBURGO**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO TC 28
BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS
 (Adiantamento, Subvenções, Auxílios, Contribuições, Convênios)

Unidade Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO		
Ordenador da Despesa: IVO BIAZZOLO		
Entidade Beneficiada: ASSOC. MUSICOS DE FRAIBURGO - AMUF		CNPJ:15.709.862/0001-65
ENDEREÇO: RUA NEREU RAMOS, 905		CEP: 89.580-000
Nota de Empenho: 71	Data:04/01/2016	Valor : R\$ 13.500,00
Projeto Atividade: 2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
Item/Fonte: 3.3.50.41.99	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	
Ordem de Pagamento: 7934	Data:12/09/2016	Parcela:R\$1.125,00
Histórico da Finalidade: .TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CUSTEAR DESPESAS DO PROJETO "MUSICA PARA TODOS",QUE ALEM DE AUXILIAR NA COORDENAÇÃO MOTORA E NO PRÓPRIO MELHORAMENTO ESCOLAR DO ALUNO,TABÉM INCETIVARÁ O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA NESTE MUNICÍPIO DIPONIBILIZANDO 104 VAGAS NO PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016.CV15PMF0008		

Documento		HISTÓRICO	RECEBIDO	PGTO
NÚMERO	DATA			
7934	12/09/2016	REPASSE PREFEITURA MUNIC. FRAIBURGO	1.125,00	
105725	15/09/2016	Envio TEV Modesto Vanz – Aluguel		900,00
NFE 201608	10/10/2016	Pagamento Professor João Lenon Rodrigues		225,00
TOTAL GERAL			1.125,00	1.125,00

Fraiburgo,10 de outubro de 2016.

Luan R. Antunes Rangel
Presidente

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 171/2016

DECRETO N.º 171, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 32.518,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 32.518,00 (trinta e dois mil, quinhentos e dezoito reais), no Orçamento vigente:

04.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	5.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIRO	5.000,00
0618292.009 - Func. E Manutenção do Funrebom	5.000,00
3.3.90.0.1.24.001070 - Aplicações Diretas	5.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	22.745,00
12306282.020 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	22.745,00
3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas	22.745,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	400,00
2884500.069 - Contribuição ao PASEP	400,00
3.3.90.0.1.16.000000 - Aplicações Diretas	400,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	4.373,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	4.373,00
3.1.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	4.373,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 32.518,00 (trinta e dois mil, quinhentos e dezoito reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 951/2016.

PORTARIA N.º 951, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata MARLI TERESINHA SILVEIRA FELIPPE,

CPF n.º 451.594.160-72, aprovada e classificada como 9º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MERENDEIRA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no - 1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 952/2016.

PORTARIA N.º 952, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata BÁRBARA CAROLINA FIGUEIRÓ LERSCH, CPF n.º 959.008.880-53, aprovada e classificada como 8º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 H.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no - 1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

ALTERAÇÃO EDITAL Nº 06/2016

Garuva, 18 de Outubro de 2016.

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 006/2016 PRORROGAÇÃO DE DATA DE INSCRIÇÃO

Considerando que foi realizada ampla divulgação, publicação online em sites de notícias, redes sociais e site da própria prefeitura; Considerando que mesmo a partir de ampla divulgação, não houve inscrições de profissionais médicos ginecologistas dentro do prazo publicado no edital;

A Presidente da Comissão prorroga as datas das inscrições e altera os seguintes itens do Edital 006/2016:

3. DA REGULAMENTAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão prorrogadas pelo período de 18 de Outubro de 2016 a 27 de Outubro de 2016, das 08 horas às 13h30 horas, na Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua Eugenio Avanci nº 656, Centro, Garuva/SC. As inscrições deverão ser efetuadas pessoalmente pelo candidato. O candidato que apresentar declarações e documentos falsos será eliminado do processo seletivo.

3.2 Da Inscrição dos Candidatos à Vaga de Médico

No ato da inscrição os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, Comprovante de Residência, uma foto 3x4 e fotocópia autenticada da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos; em caso de filho incapaz, levar laudo médico que comprove a incapacidade. Além disso, os candidatos deverão entregar, no momento da inscrição, currículo profissional com fotocópia autenticada da documentação que comprove a formação e a experiência mencionadas no currículo. As comprovações consistem em apresentar os documentos que atestem as informações descritas no currículo (diplomas de graduação, especialização, certificados de cursos na área, experiência profissional comprovada). As fotocópias ficarão anexadas junto ao currículo que ficará com a Comissão de Seleção do Processo Seletivo.

4. Da Homologação das Inscrições

4.1. A lista das Inscrições será divulgada no site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 03 de Novembro de 2016. Os pedidos de recurso referentes à homologação das inscrições deverão ser encaminhados à Comissão de Processo Seletivo Simplificado nº 006/2016, no dia 04 de Novembro de 2016, e protocolados na Secretaria Municipal de Saúde, Rua Eugenio Avanci, nº. 656 – Centro, no horário das 8:00h às 14:00h. A lista definitiva das inscrições será divulgada no dia 07 de Novembro de 2016 no site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde.

7. Da Classificação Final

7.1. A Classificação final para todos os cargos será divulgada no dia 08 de Novembro de 2016 site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde.

7.2. A Prefeitura Municipal de Garuva não fornecerá aos candidatos aprovados atestado ou certificado de participação ou classificação no Processo Seletivo Simplificado.

Os demais itens do edital 006/2016 permanecem inalterados.

Ariane Leandro
Presidente da Comissão

PORTARIA Nº 157/2016

PORTARIA Nº. 157, de 17 de outubro de 2016

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DA SERVIDORA MARIA INÊS CARDOSO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Fica aprovada a progressão horizontal por avaliação positiva e qualificação profissional da servidora MARIA INÊS CARDOSO DOS SANTOS.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência “M”.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior ocorrerão a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de outubro de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 154/2016

DECRETO Nº 154, de 10 de outubro de 2016

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

ART. 1º. Altera a redação do art. 1º e art. 3º do Decreto nº 128 de 23 de agosto de 2016, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

“Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta com os seguintes membros com mandato até agosto de 2018:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação
- Titular: Elvis Nei Estevam
- Suplente: Silvana Mews

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
- Titular: Francine Milene Romão
- Suplente: Ursula Schögl

Representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social:
- Titular: Eduardo dos Santos Licetti
- Suplente: Iara Dutra de Armas

Representantes da Divisão de Esportes e Cultura

- Titular: Christine Zwettler Teixeira
- Suplente: Cristiane Luiza Garcia Salazar

Representantes do Governo Municipal - Assessoria Direta do Prefeito:

- Titular: Arildo Pereira
- Suplente: Dayane Miranda Rocha

Representantes das Associações de Moradores do Município

- Titular: Ursula Schwarz
- Suplente: Maria Tussi Fay

Representantes da APAM _ Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente

- Titular: Luiz Henrique da Silva
- Suplente: Verli Eger Kreschner

Representantes da ACIG – Associação Comercial e Industrial de Garuva

- Titular: Sandra Mara Struck
- Suplente: Alexandre Catapan

Representantes da Associação de Pais e Professores do Município

- Titular – João Wolmar Melo
- Suplente: Nilton Schorr

(...)

Art. 30. – Nos termos da Lei Federal 8.906 de 04 de julho de 1954, fica assegurado a representatividade da Ordem dos Advogados do Brasil no presente Conselho, através da pessoa do Dr. Eder Junior dos Santos, OAB/SC 41153 e Dra. Viviane Gabriel de Miranda, OAB/SC 46283.”

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.200, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.200, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

APLICA A PENALIDADE DE DEMISSÃO AO SERVIDOR KLEWELWYYK HAMBERYNNE JOELF ROBERTSHAW BRUMBAYK RODRIGUES BARBOSA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando o teor do julgamento administrativo proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2016, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor K.H.J.R.B.B.,

DECRETA:

Art. 1º Aplica a penalidade de DEMISSÃO ao servidor público municipal KLEWELWYYK HAMBERYNNE JOELF ROBERTSHAW BRUMBAYK RODRIGUES BARBOSA, matrícula nº 12.695, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Professor, por transgressão ao art. 146, incisos III e IX, e ao art. 162, inciso V, ambos da Lei nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, em razão da procedência dos fatos apurados no Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2016.

Parágrafo único. O Departamento de Recursos Humanos realizará os devidos registros funcionais e adotará as demais providências necessárias relacionadas ao cumprimento da penalidade ora aplicada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

INEXIGIBILIDADE Nº 233/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade nº 233/2016

OBJETO: Credenciamento de instituições que visam o acolhimento temporário de idosos, que passam por situação de risco social ou ameaça a integridade física, moral e social, com comprometida ou nula existência de vínculo familiar, comunitário e social, conforme especificações contidas no Edital de Credenciamento nº FMAS-05/2016 e seus anexos. CONTRATADO: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA. EPP (CNPJ nº 95.766.598/0001-30). Valor Total Julgado: R\$ 151.200,00 (cento e cinquenta e um mil e duzentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 17 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 234/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade nº 234/2016

OBJETO: Credenciamento de instituições que visam o acolhimento temporário pessoas com deficiência com idade acima de 18 anos, que passam por situação de risco social ou ameaça a integridade física, moral e social, com comprometida ou nula existência de vínculo familiar, comunitário e social, conforme especificações contidas no Edital de Credenciamento nº FMAS-05/2016 e seus anexos. CONTRATADO: CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA. EPP (CNPJ nº

19.354.317/0001-54). Valor Total Julgado: R\$ 426.720,00 (quatrocentos e vinte e seis mil e setecentos e vinte reais). BASE LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 17 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

PORTARIA Nº 5.045, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.045, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

APLICA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR PEDRO DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 171, inciso III da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, com fulcro no art. 157, I da mesma lei, em conformidade com o Julgamento Administrativo proferido nos autos Sindicância nº 02/2015, instaurada pela Portaria nº 3.821, de 14 de outubro de 2015, e reinstaurada pela Portaria nº 3.971, de 01º de março de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Aplicar a penalidade de advertência ao servidor público municipal

PEDRO DA SILVA, matrícula nº 6629, ocupante do cargo efetivo de Agente Municipal de Trânsito, por transgressão ao artigo 146, incisos, II, III e VIII, da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, uma vez que restou comprovado que o servidor praticou os fatos descritos na portaria instauradora da Sindicância 02/2015.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos realize os devidos registros funcionais e adote as demais providências necessárias relacionadas ao cumprimento da penalidade ora aplicada.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 121/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Revogação de Licitação - Tomada de Preços Nº 121/2016

O Secretário Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil, e a Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e justificativa que consta nos autos, determinam a REVOGAÇÃO do processo licitatório acima identificado, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia e/ou arquitetura p/elaboração de projetos para obras públicas.

Gaspar(SC), 17/10/2016.

SOLY WALTRICK ANTUNES FILHO

Secretário de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil

MARLENE DE ALMEIDA

Secretária de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 062/2016**

RESOLUÇÃO Nº 062/2016

INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO DOS BENS DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GASPAR/SC, NOS CASOS QUE ESPECIFICA.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas nos artigos 39, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e 31, inciso IX do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a aprovação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN 548, de 24 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO ser necessária a observância dos prazos e procedimentos definidos nos artigos 6º, 7º e 13 da Portaria STN 634, de 19 de novembro de 2013, os quais se encontram no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, de observância obrigatória pelos entes da Federação;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a eficiência patrimonial e contábil da Câmara Municipal;

Resolve:

Capítulo I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A Câmara de Vereadores do Município de Gaspar/SC promoverá a reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade nos termos desta Resolução, para fins de garantir a manutenção do sistema de custos, conforme estabelecem o inciso VI do - 3º do artigo 50 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e ainda os Princípios de Contabilidade.

- 1º Ficam dispensados dos procedimentos a que se refere o caput os bens:

I - que não ultrapassem o prazo de vida útil de 2 (dois) anos, exceto quanto ao procedimento de depreciação, amortização ou exaustão, obrigatório nos casos de bens com vida útil entre 1 (um) e 2 (dois) anos e facultativo quando a correspondente vida útil for inferior a 1 (um) ano;

II - inservíveis em razão de excedência, obsolescência ou irrecurabilidade.

- 2º Serão utilizadas as nomenclaturas, definições e significados dos procedimentos patrimoniais de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP vigente, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal.

- 3º A vida útil dos bens patrimoniais será considerada conforme:

I - o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo;

II - o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo;

Capítulo II**DA AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL**

Art. 2º Os bens móveis e imóveis serão avaliados utilizando-se como parâmetro de referência inicial o valor de aquisição, produção ou construção.

Parágrafo único. Utilizando-se a referência disposta no caput, os bens do ativo deverão ser reavaliados ou reduzidos ao valor recuperável na forma do artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º Para os bens reavaliados, a depreciação ou a amortização devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, utilizando-se como termo inicial a data do respectivo parecer técnico, o qual deverá observar os critérios estabelecidos no artigo 4º desta Resolução.

Art. 4º A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados, devendo ser feitas por meio de parecer técnico com base nos seguintes parâmetros e índices:

I - valor de referência de mercado, ou de reposição;

II - estado físico do bem;

III - capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;

IV - obsolescência tecnológica, em anos;

V - desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não-operacionais.

- 1º Em caráter excepcional, desde que formalmente justificado, na hipótese de se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diversos daqueles anteriormente elencados, devendo a razoabilidade e adequação de sua utilização constar na justificativa formal.

- 2º Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados na forma prevista no artigo 4º desta Resolução, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

- 3º Fica adotado o padrão mínimo de 10% como aplicação do valor residual em cada bem móvel constante do patrimônio.

Art. 5º A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas no mínimo a cada quatro anos, preferencialmente no último ano da legislatura, obedecendo aos critérios mencionados no artigo 4º desta Resolução, de modo a manter o patrimônio da Câmara de Vereadores avaliado em valor justo, cuja referência será o valor de mercado.

- 1º A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput, em caráter excepcional, nas seguintes situações:

I - para os bens móveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados,

poderá ocorrer semestralmente;

II - para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III - para os bens recebidos por doação ou transferência, ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio da Câmara de Vereadores, observando-se o disposto no artigo 4º desta Portaria.

- 2º Os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens sob a responsabilidade da Câmara de Vereadores do Município de Gaspar/SC, deverão ser encaminhados ao Departamento de Contabilidade assim que concluídos.

Art. 6º A primeira reavaliação ou redução ao valor recuperável dos bens móveis sob a responsabilidade da Câmara de Vereadores será feita até o final do exercício de 2016.

Art. 7º Compete ao presidente da Câmara a nomeação da comissão encarregada do procedimento de reavaliação e de redução ao valor recuperável, composta por 3 (três) servidores efetivos deste Poder, possuidores de conhecimentos técnicos em relação aos bens objeto da avaliação, os quais farão jus ao recebimento da gratificação prevista na Lei Municipal n.º 3.327/2011.

Parágrafo Único. A comissão a que se refere o caput elaborará o laudo técnico que permitirá efetuar os registros de atualização do valor no cadastro dos bens no Sistema de Gestão Patrimonial, gerando os respectivos valores para ajustes no Sistema de Contabilidade.

Capítulo III

DA DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 8º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso a partir de janeiro de 2017 serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização, dispensando-se a prévia reavaliação.

Art. 9º O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado anualmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

- 1º Deverão ser adotados para cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o método das quotas constantes, bem como os critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, atualizado, ou a que vier substituí-lo, salvo disposição em contrário.

- 2º A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo comecem quando o item estiver em condições de uso.

- 3º A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

- 4º A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

- 5º Para fins do cálculo da depreciação, da amortização e da exaustão de bens imóveis, devem ser excluídos os valores dos

terrenos em que estiverem instalados.

- 6ª Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

I - bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

II - bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

III - bens de propriedade do órgão que não estejam alugados e que não estejam em uso;

IV - animais que se destinam à exposição e à preservação;

V - terrenos rurais e urbanos.

Art. 10 Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil e o valor de um ativo:

I - capacidade de geração de benefícios futuros;

II - o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;

III - a obsolescência tecnológica;

IV - os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

Parágrafo único. Poderá ser adotado o procedimento de depreciação acelerada, conforme o caso, quando as circunstâncias de utilização do bem o justificar, devendo tal procedimento ser justificado por escrito.

Capítulo IV

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 11 Compete à Mesa Diretora da Câmara de Vereadores o acompanhamento sistemático e permanente da execução das medidas constantes nesta Resolução e dos resultados obtidos, com o objetivo de editar normas complementares, visando garantir o seu cumprimento.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de outubro de 2016.

MESA DIRETORA

Giovano Borges	José Amarildo Rampelotti
Presidente	Vice-Presidente
Ciro André Quintino	José Hilário Melato
1º Secretário	2º Secretário

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 02/2015- SAMAE GASPAR**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 2/2015 Número do Aditivo: 5 (Acréscimo)

Data vigência: 11/10/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 64/2014 - Modalidade: Concorrência Publica

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. - CNPJ do contratado: 07.336.801/000-71.

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos recicláveis provenientes de domicílios, estabelecimentos comerciais e industriais com características de domiciliares, das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município de Gaspar/SC.

Valor acrescido: R\$ 92.650,80 (Noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta centavos).

=====

Gaspar (SC), em 11 de outubro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 048/2016 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 48, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2026, de 17 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
2.029	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00.00.00.00.00.0016 -	Aplicações Diretas	R\$	29,73
11.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
11.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
3.3.90.00.00.00.00.00.0016 -	Aplicações Diretas	R\$	0,30

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
0016	CIDE	R\$ 30,03

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 18 de outubro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 18 de outubro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 101.16 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE FERRO PARA BOCAS DE LOBO PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº101/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 122/16, Edital de Pregão Presencial Nº 101/16, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Ferro Chato para confecção de bocas de lobo; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 31/10/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 31/10/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 18 de outubro de 2016.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 42/2016 FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO INEXIGIBILIDADE N.º42/2016 FMS

Fundamento legal: Artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS COM FORNECIMENTO EXCLUSIVO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL N.º 026.12.004832-4 AO PACIENTE B.B. PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, (SC), através do Fundo Municipal de Saúde Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60 com sede na Rua Henrique Friedemann, n.º 155, bairro Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina,

Contratada: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 01.772.798/0002-33, com sede na Estrada Vinhedo Viracopos, s/n, Km 04, Setor Medtronic, bairro Distrito Industrial, município de Vinhedo, Estado de São Paulo.

Valor: R\$ 2.891,00 (dois mil oitocentos e noventa e um reais)

GUARAMIRIM (SC), 18/10/2016

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 45/2016 FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2016- FMS
Dispensa de Licitação: 45/2016 - FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II e IV da Lei 8.666/93.

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O CONserto DO VEÍCULO DOBLÔ PLACA QHG 9014, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, (SC), através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: AUTO CENTER E MECÂNICA ZEZINHO LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº 11.389.011/0001-21, com sede na Rua Wolf Heinz Antonius, n.º 50, Bairro Amizade, Guaramirim/SC.

Valor: R\$ 1.632,00 (um mil seiscentos e trinta e dois reais)

GUARAMIRIM (SC), 18/10/2016

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2013 FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2013- FMS
Processo de Licitação: 22/2013 - FMS

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para construção da nova unidade do Posto de Saúde do Bairro Guamiranga.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim.

Contratada: MD Arquitetura e Construção LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.338.882/0001-62, com sede na Rua Adolpho Augusto Alfredo Ziemann, n.

º 225, Bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) Prorrogar o prazo de vigência do contrato até 14/02/2017.

Data da Assinatura: 11/10/2016 Vigência 14/02/2017

GUARAMIRIM (SC), 18/10/2016

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 57/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 57/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 42/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: LM MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de material e serviço para iluminação e decoração para as Festividades Natalinas 2016 no município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 69.986,00

VIGENCIA: 31/01/2017

Guarujá do Sul, SC, 18 e outubro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1158/2016

PORTARIA Nº 1158/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora Sabrina Rover (Matr. 3156), nascida aos 16/10/1982, ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 30(trinta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/C, anexo XI, a partir de 17 de outubro de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1159/2016

PORTARIA Nº 1159/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora FRANCISCA DA SILVA WEBER (Matr. 1212), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "D", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único, da Lei Complementar Nº 281/2011 referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 18 de Outubro de 2016 a 21 de Outubro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1160/2016

PORTARIA Nº 1160/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, à servidora TERESINHA EMA SUTIL (Matr. 26), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 20 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a contar de 18 de Outubro de 2016 a 16 de Dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1161/2016

PORTARIA Nº 1161/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ANDREA PALUDO (Matr. 335), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Psicólogo, Nível – 10/1, Referência "I", 30 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2014 e 05 de novembro de 2015, para serem gozadas a partir de 18 de outubro de 2016 a 16 de novembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1162/2016

PORTARIA Nº 1162/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 14 de outubro de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor BRUNO ANTONIO MARESCH (Matr. 338), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível/Referência – 10/E, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 10 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1163/2016

PORTARIA Nº 1163/2016

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

RETIFICAR as Portarias nº 109/2015; 846/2015; 881/2015; 051/2016; 394/2016; 660/2016 e 827/2016, da Servidora ANDRÉA PALUDO (Matr. 335); onde se lê: "Nível - 11"; leia-se: "Nível -10/1".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Outubro de 2016.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1164/2016

PORTARIA Nº 1164/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 1118/2016, da Servidora JULIANA APARECIDA THOMAZI SAMOURA (Matr. 4359), a qual exerce a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, Educação Infantil, turno matutino, sendo que a mesma passou a substituir à Servidora Teresinha Ema Sutil, junto ao CME Pequeno Príncipe, a qual se encontra em gozo de Licença Prêmio, contar de 18 de outubro de 2016 a 16 de dezembro de 2016, aprovada e classificada em 29º lugar pelo Processo Seletivo

002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de junho de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1165/2016

PORTARIA Nº 1165/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria Nº 1007/2016 da Servidora IVONE DOMINGUES (Matr. 4361), a qual exerce as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, sendo que, a contar de 17 de outubro de 2016, a mesma passará a substituir a Servidora Fabiane Cristina Deitos Emmerich, junto ao CMEI Valdete Souza Nodari, que se encontra afastada em Tratamento de Saúde, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2016, conforme CI nº 074/2016 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 031 - 2016 PMI - REGISTRO DE PREÇO - MAN. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PROCESSO Nº. 194/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016 – PMI

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - POR ITEM
------	------------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PRÓPRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E MEMORIAIS ANEXOS.
--------	--

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 03/11/16 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 03/11/16 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 824.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 07:00h às 13:00h.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 18 de outubro de 2016.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 162, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016. DECRETO PMI Nº 162, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por vendaval – COBRADE: 1.3.2.1.5, conforme IN/MI 01/2012.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 32, I; 93, VII e 109, § 2º da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e

CONSIDERANDO a ocorrência de ventos fortes, provocadas por vendaval, com código 1.3.2.1.5, que atingiram o município de Imbituba, no dia 16 de outubro de 2016, registrando velocidades superiores a 105 km/h, abrangendo todo o território do município e, em especial, os bairros de Roça Grande, Boa Vista, Guaiúba, Itapirubá, Campo D'Aviação, Porto da Vila, Sagrada Família, Vila Santo Antônio, Vila Nova, Paes Leme, Ribanceira, Vila Alvorada, Vila Nova Alvorada, Vila Esperança, Ibiraquera e Sambaqui;

CONSIDERANDO que o vendaval causou danos decorrentes da queda de árvores, além do destelhamento de prédios particulares, comerciais, industriais e públicos;

CONSIDERANDO que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário da população atingida, decorrente da interrupção prolongada do abastecimento de energia elétrica, em razão de danos na linha de transmissão da Eletrosul que abastece a subestação local da CELESC, interferindo sobremaneira em todas as atividades públicas e privadas no município;

CONSIDERANDO que o parecer da Gerência Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município de Imbituba contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos que o integram, em virtude do desastre classificado e codificado como VENDAVAL – COBRADE: 1.3.5.2.1, conforme IN/MI 01/2012.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Gerência Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Gerência Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

- I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo

público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Imbituba, 17 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira Manoel

Chefe do Departamento de Atos Normativos

EXTRATO: CONTRATO SEDURB 2016/88 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEDURB 2016/88 A00

Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 08.397.388/0001-18

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTES AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO MELHORIAS, RECONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL EM 15(QUINZE) UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICIPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 155.060,87 Prazo: 31/12/2016.

Fundamento: Processo nº 01/2016 Tomada de preço 01/2016

Imbituba, 05 de Outubro de 2016.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação
– SEDURB
Eduardo dos Passos Nunes
Credenciante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda
Representante legal
Credenciada

CNPJ: 01.375.841/0001-46
OBJETO: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO ATÉ O DIA 28 DE MARÇO DE 2017

Prazo: 28/03/2017
Fundamento: Processo nº 131/2012. Concorrência: 04/2012.
Imbituba, 29 de Setembro de 2016.

Izabel da Fonseca Cavalcante
Gerente Executiva da Educação Básica/SEDUC
Contratante

EXTRATO: PMI SEDUCE 2013/08 – A/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2013/08 – A/12
Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA.

Construtora Formigoni Ltda.
Saulo Formigoni dos Santos
Representante Legal
Contratada

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 048/2016

Ato da Presidência nº 048/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, informa que, em virtude da falta de energia elétrica no município de Imbituba no dia 17 de outubro de 2016, provocada pelos danos causados pelo forte vendaval que atingiu parte da região sul do Estado de Santa Catarina, a 34ª Sessão Ordinária foi transferida para o próximo dia 20 de outubro de 2016 (quinta-feira), às 19h30min, ficando mantida a ORDEM DO DIA divulgada pelo Ato da Presidência nº 046/2016, conforme segue:

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
081	PL nº 4.867/2016	13/10/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PLC nº 388/2016	13/10/2016	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 18 de outubro de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2165/16

. DECRETO Nº 2165/16

. De 18 de outubro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5261, de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 296.404,42 (duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e dois centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2105.3339000000000000	01370007	3.514,73
05.001.0012.0365.0005.2111.3339000000000000	01645502	131.221,98
05.001.0012.0361.0005.2107.3339000000000000	01645502	142.331,41
10.002.0017.0512.0010.2262.3339000000000000	01645502	19.336,30

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de Arrecadação a ser apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de outubro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 139/2016

Edital de Pregão Presencial nº 045/2016-10430

Objeto: Aquisição de materiais elétricos para iluminação natalina.

Entrega dos envelopes: 01/11/2016 as 08:15h.

Abertura das propostas: 01/11/2016 as 08:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 211/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 211/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o Sr. VANDENIR CAPESTRANO FERREIRA, brasileiro, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 420.726.389-68, e portador do RG nº 869.114-2-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Leoberto Leal, nº 45, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, e o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locatário, firmam o presente contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 179/2015 – Termo de Dispensa nº 003/2015 – 19208, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas segunda, item 2.1. e terceira, item 3.1., do contrato original, que tem como objeto, a locação de um imóvel, com as seguintes características: imóvel urbano, com edificação em alvenaria com cobertura por telhas cerâmicas, com área construída de aproximadamente 138,00 m², de aproveitamento residencial ou comercial, em terreno com área de aproximadamente 450,00 m². Imóvel registrado sob matrícula nº 4505, no Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, situado à Rua Fritz Müller, nº 334, Bairro Tapajós, CEP 89.130-000, no Município de Indaial/SC, em horário de expediente da Unidade Requisitante, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1. O prazo de locação do imóvel é de 23 de setembro de 2016 à 23 de setembro de 2017, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$1.390,46 (um mil, trezentos e noventa reais quarenta e seis centavos), perfazendo o valor anual de R\$16.685,56 (dezesesseis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente Termo

Aditivo ao contrato de locação, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 22 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Sérgio Almir dos Santos Adriane Machado Ferrari

Locatário Locatário

ANDENIR CAPESTRANO FERREIRA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Locador Tânia Lúcia Petters

Assessora Jurídica

OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 107/2016

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 107/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ADL COMERCIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.267.298/0001-78, com sede na Rua Florianiana, nº 467, fundos, bairro Velha Central, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Ivanir Laurindo, brasileiro, inscrito no CPF nº 458.668.999-49 e Cédula de Identidade nº 1.394.100-3, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será 12 de setembro de 2016 até 12 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP Ivanir Laurindo Contratada

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Marcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Geovanne Hubes Nicolletti Osair Reginaldo Anacleto

Secretária Municipal Responsável Pela Secretaria

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Adriane Machado Ferrari

Secretária Municipal

Tânia Lúcia Petters

Assessora Jurídica

OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 110/2016

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 110/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no

CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.138.763/0001-69, com sede na rua Wally Emília Mohr, nº 60, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Altair Scheer, brasileiro, representante comercial, casado, inscrito no CPF sob nº 015.668.139-05, residente e domiciliado na Rua 370-Willy Dorow, nº 100, bairro Vila Rau, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será 12 de setembro de 2016 até 12 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME Altair Scheer Contratada
--	--

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Marcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
---	---

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Geovanne Hubs Nicolletti Osair Reginaldo Anacleto
Secretária Municipal Responsável Pela Secretaria

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal

Tânia Lúcia Petters
Assessora Jurídica
OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 1113/2016

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 113/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.524.233/0001-09, com sede na Rua Blumenau, nº 83, Bairro Centro, na cidade de Apiúna – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Moacir Antonio Fistarol, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 383.807.069-00 e Cédula de Identidade nº 96.630 SESP-DC-SC, residente e domiciliado na Avenida Florianópolis, nº 75, bairro Centro, na cidade de Apiúna – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na

Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será 12 de setembro de 2016 até 12 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP Moacir Antonio Fistarol Contratada

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Marcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Geovanne Hubs Nicolletti Osair Reginaldo Anacleto
Secretária Municipal Responsável Pela Secretaria

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal

Tânia Lúcia Petters
Assessora Jurídica
OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 115/2016

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 115/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr.

Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SUPRIMOVEIS EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.563.256/0001-68, com sede na Rua Coronel Buchelle, nº 646, sala 01, bairro Centro, na cidade de Tijucas- Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Anderson Santos Faria, brasileiro, inscrito no CPF nº 046.057.519-80 e Cédula de Identidade nº 4.239.399 SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será de 12 de setembro de 2016 até 12 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SUPRIMOVEIS EIRELI – EPP Anderson Santos Faria Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Geovanne Hubs Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretaria	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Tânia Lúcia Petters

Assessora Jurídica

OAB/SC nº 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 116/2016

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 116/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.514.780/0001-13, com sede na Rua Presidente Castelo Branco, nº 167, bairro Paraíso, na cidade de Caçador - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Josnei Rodrigues, brasileiro, vendedor, inscrito no CPF nº 870.612.799-15 e Cédula de Identidade nº 25.927.969, residente na Rua Paulo Trauner, nº 45, Bairro Alegre, na cidade de Rio Negrinho – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que

tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será de 12 de setembro de 2016 até 12 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - EPP Josnei Rodrigues Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Hubs Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretaria	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Tânia Lúcia Petters

Assessora Jurídica

OAB/SC nº 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 117/2016

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 117/2016

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa

Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EKOMOB COMÉRCIO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.825.521/0001-55, com sede na Rua Francisco João Tobias, nº 30, bairro Escalvados, na cidade de Navegantes - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Ednelson Booz, brasileiro, vendedor, inscrito no CPF nº 006.825.419-90 e Cédula de Identidade nº 3.234.822-3, residente e domiciliado na cidade de Itajaí – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será de 12 de setembro de 2016 até 12 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	EKOMOB COMÉRCIO LTDA - EPP Ednelson Booz Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Hubs Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretaria	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Tânia Lúcia Petters

Assessora Jurídica

OAB/SC nº 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 119/2016

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 119/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.275.465/0001-22, com sede na Rua Professor Max Humpl, nº 1.139, sala comercial, bairro Salto do Norte, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Evandro da Silva, brasileiro, inscrito no CPF nº 037.381.209-47 e Cédula de Identidade nº 4.262.328, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será de 12 de setembro de 2016 até 12 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS Evandro da Silva Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Hubs Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretaria	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Tânia Lúcia Petters
Assessora Jurídica
OAB/SC nº 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 121/2016
TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 121/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada

à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PAULINÉIA LOTTERMANN REIS - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.936.352./0001-07, com sede na Rua Guilherme Ludwig, nº 242, bairro Área Industrial, na cidade de São José do Inhacora - Estado do Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Leandro Alberto Kerber, brasileiro, inscrito no CPF nº 770.863.410-53 e Cédula de Identidade nº 3039655141, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será de 15 de setembro de 2016 até 15 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 15 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PAULINÉIA LOTTERMANN REIS - ME Leandro Alberto Kerber Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Hubs Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretaria	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Tânia Lúcia Petters
Assessora Jurídica
OAB/SC nº 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 8 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016/CMV

PORTARIA Nº 8 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Concede férias regulamentares a servidora ocupante de Cargo de Provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica concedido período de férias de 15 (quinze) dias, relativa ao período aquisitivo de 04/10/2015 a 03/10/2016 e período de gozo de 17 a 31 de outubro de 2016, à Servidora Jacira Bonissoni Rech, nascida 06/11/1974, portadora da RG nº 2.135.880, ocupante de Cargo de Provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, lotada na função de Diretora Contábil e Financeira.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Ipumirim – SC, 17 de outubro de 2016. Osmar José Simon-Presidente; Mauro Antonio Gabardo-Vice-Presidente; Gilmar Cavaliere-Primeiro Secretário; Sergio Luiz Bernardi-Segundo Secretário. Registra-se e publica-se em 17 de outubro de 2016; Edson Luiz Bogoni-Agente Legislativo.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2016,PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2016

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 13:45:00 horas do dia 08/11/2016, e abertura prevista para às 14:00:00 do dia 08/11/2016. Objeto da licitação: aquisição de material Odontológico destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2017, de acordo com as descrições anexas ao Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 18/10/2016

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2016,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2016/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2016

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso IV, cujo objeto é: Aquisição do medicamento PAZOPANIBE 400mg (Votrient), em caráter emergencial nos Autos nº 0900037-53.2016.8.24.0242, para o fornecimento a paciente em tratamento de saúde do Município.. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 18/10/2016

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Irineópolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 27/2016 - FMS

CONTRATO Nº 27/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 30/2015, PARA CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTA, NA ESPECIALIDADE DE OFTALMOLOGIA, A SER PRESTADO NO CONSULTÓRIO DO CREDENCIADO, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 2.854/2015, PROMOVIDO POR ESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, com sede à Avenida 22 de Julho, 1080, na Cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina - CEP 89440-000, CNPJ nº 06.089.125/0001-16, neste ato representada pela Senhora Giseli Kempinski, no exercício de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado à Avenida 22 de Julho, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 037.800.599-59, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa Centro Oftalmológico Carvalho Ltda, estabelecida na Rua Frei Menandro Kamps, nº 353, sala 3, centro do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CEP 89.460-000, CNPJ nº 13.369.472/0001-68, pela sua representante, Sr. Fernando Endler Carvalho, CPF sob nº 026.401.839-74 e RG 9ªC 3.118.881/ SSP SC, doravante designado(a) simplesmente "CONTRATADO(A)", têm justo e avençado o presente contrato de credenciamento para prestação de serviços de hora/maquina, tudo de acordo com a legislação e Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº. 11/2015, modalidade Credenciamento nº. 02/2015, e Inexigibilidade nº 04/2015 pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Terceira do Contrato nº 30/2015, de acordo com o Ofício nº 403/2016, da Senhora Giseli Kempinski, Gestora do FMS, e deferido em 04 de outubro de 2016, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até o dia 14/10/2017.

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 15 de outubro de 2016.

GISELI KEMPINSKI FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS Contratante	FERNANDO ENDLER CARVALHO CENTRO OFTALMOLÓGICO CARVALHO LTDA Contratado
Testemunhas	
Nome: Valdir Marafio	Nome: Gessica Greschechen
CPF: 017.851.289-30	CPF: 072.218.599-57

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 17/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 17/2016

DISPENSA Nº. 04/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação do proponente: GUILHERME JURASZEK BATISTA.

Irineópolis, 18 de outubro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016 FMS - DECLARAÇÃO DE DISPENSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 08/2016

INEXIGIBILIDADE N.º 03/2016

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 08/2016, declarou a inexigibilidade

de licitação, para a contratação da proponente Mariane Wehmuth Furlan Eulálio, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de consultas médicas, de acordo com a autorização da Secretaria Municipal de Saúde. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 17 de outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016 FMS - DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 08/2016

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 03/2016

DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE NEUROPEDIATRIA, A SEREM PRESTADOS NOS LOCAIS INDICADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 3.048/2016. Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, declarar a Inexigibilidade de licitação para contratação da proponente Mariane Wehmuth Furlan Eulálio, para CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE NEUROPEDIATRIA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. A proponente se compromete em fornecer o serviço ao qual se credenciou, de acordo com o especificado no edital e Termo de Referência, de acordo com solicitação e autorizado pela Secretaria de Saúde. O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado, sendo MARIANE WEHMUTH FURLAN EULÁLIO, a primeira a encaminhar os documentos necessários dentro da especialidade de Pediatria, de acordo com os solicitados no Processo Licitatório nº 06/2016 – Credenciamento nº 02/2016. Conforme consta dos autos, o valor do contrato será conforme valores fixados no processo de credenciamento e de acordo com os itens no qual a empresa pediu o seu credenciamento. O valor a ser pago será conforme relatório enviado pela Secretaria da Saúde, informando a quantidade de consultas efetuadas durante o mês.

Cumpra-se.

Irineópolis, 17 de outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016 FMS - JUSTIFICATIVA DE DISPENSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 08/2016

INEXIGIBILIDADE N.º 03/2016

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita contratar médicos, na especialidade de Neuropediatria, a serem prestados nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme cronograma da Unidade de Saúde Central, em conformidade com Decreto nº 3.048/2016.

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um número limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital. Nesse sentido é a orientação do TCE/SC, conforme os Prejulgados n.º 680/1999 e 1994/2009. Conforme se observa do Edital de Credenciamento n.º 02/2016, especialmente através da ata de recebimento dos documentos daqueles interessados no credenciamento, datada de 04/10/2016, momentaneamente, somente uma interessada se credenciou, a saber: Mariane Wehmuth Furlan Eulálio, inscrita sob CPF nº. 315.720.088-73. Todavia, é de bom alvitre ressaltar que novos interessados poderão se credenciar, haja vista que o item 1.6 do Edital de Credenciamento n.º 02/2016, permite o credenciamento a qualquer tempo, durante todo o período de validade do edital – 01 (um) ano, no caso. Assim, para cada novo credenciado, novo processo de inexigibilidade deverá ser instaurado.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar, por preço certo e predefinido, todas as pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público.

DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA: Conforme constou do edital de credenciamento n.º 02/2016, valor fixado pela Administração Pública a ser repassado por consulta realizada será de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), sendo um total de 08 consultas mensais, pagos até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, após a entrega de relatório das consultas realizadas, bem como a apresentação da respectiva nota fiscal/RPA e documentos fiscais conforme o contrato. Conforme consta dos autos, o preço das consultas foi estipulado pela Administração Pública depois da realização de várias consultas a outros Municípios da região, encontrando-se, portanto, dentro dos padrões praticados pelo mercado. A contratação dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS: As dotações a serem utilizadas para contabilização da respectiva despesa é:

- 3.3.90.00.00.00.00.00.0251 – Manutenção de ações públicos em saúde - Aplicações Diretas;
- 3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Atendimento Através do Piso de Atenção Básica - Aplicações Diretas;

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 17 de outubro de 2016.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria 02/2016

PORTARIA N º 228/2016

PORTARIA Nº 228/2016.

EXONERA SERVIDOR POR MOTIVO DE FALECIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR por motivo de falecimento, o servidor DANIEL ANTONIO PARRA do Cargo de Operador de Equipamentos, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 719/96, de 21/06/1996.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/10/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 13 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 229/2016

PORTARIA N.º 229/2016.

“DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PELA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - DESIGNAR RODRIGO ANTONIO JURCK, nascido em 15/06/1993, portador do CPF nº 089.370.669-80, RG n º 5.064.770 – SESP/SC, servidor público Municipal no cargo efetivo de Agente Administrativo, em exercício do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo, para responder cumulativamente com as atividades do seu cargo, pela Secretaria Municipal da Administração e pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, sem ônus para o Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 05/09/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 231/2016

PORTARIA Nº 231/2016.

EXONERA SERVIDORA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a servidora ELIANE DE FÁTIMA NEPPEL WAGNER do Cargo de Professora (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis, para o qual foi nomeada em 16/02/1987.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 17 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 232/2016

PORTARIA Nº. 232/2016.

DISPENSA SERVIDORA ADMITIDA POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Dispensar por encerramento de contrato, a servidora ELIANE COLAÇO, das atividades de Professora ACT (30h/sem), para as quais foi contratada através da Portaria nº 203/2016 de 14/09/2016.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 17 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 233/2016

PORTARIA N º. 233/2016.

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o disposto no art. 112 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora efetiva SELMA CRISTINA MARKO DRANKA, a contar da data de 10/10/2016, pelo período de 15 (quinze) dias, de acordo com as condições previstas na LC 01/97 de 30/12/1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/10/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2016

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 14 de novembro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DA ÁREA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 18 de outubro de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS 05/16

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Aprova a Prestação de Contas do Investimento da Proteção Social Básica do Fundo Estadual de Assistência Social do ano de 2015 para o município de Irineópolis.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, de Irineópolis na forma da Lei 1600/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, em reunião ordinária no dia 18 de outubro de 2016, registrada na Ata nº 07/2016, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Irineópolis, a Prestação de Contas do Investimento da Proteção Social Básica do Fundo Estadual de Assistência Social, referente ao valor de R\$ 13.079,81, recurso alusivo ao ano de 2015, mas utilizado em 2016 pelo município de Irineópolis.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 18 de outubro de 2016.
MAIARA ESTRISER
Presidente CMAS.

Conselho Municipal de Assistência Social de				
PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL				
A presente Prestação de Contas foi submetida ao CMAS que após efetuar a análise emitiu o seguinte parecer:				
1 - Sobre o aspecto aritmético:				
Re- cursos Dispo- nibili- zados para:			Valores em R\$	
	Recursos Municipais	Recursos FEAS		
Recursos para Custeio da Proteção Social Especial de Alta Complexidade:				
Recursos para Investimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade:				
Recursos para Custeio da Proteção Social Especial de Média Complexidade:				
Recursos para Investimento da Proteção Social Especial de Média Complexidade:				
Recursos para Custeio da Proteção Social Básica:				
Recursos para Investimento da Proteção Social Básica:				R\$ 13.079,81
Recursos para Custeio dos Benefícios Eventuais:				
2 - Sobre o aspecto da propriedade do recurso onerado:				
2.1 - Os recursos destinados ao Custeio da Proteção Social Especial de Alta Complexidade foram utilizados com:				

	Alimentação		Produtos de limpeza e higiene		Material de Expediente
	Manutenção de Imóvel		Serviços de Terceiros		Outros itens de custeio

2.2 - Os recursos destinados ao Custeio da Proteção Social Especial de Média Complexidade foram utilizados com:

	Alimentação		Produtos de limpeza e higiene		Material de Expediente
	Manutenção de Imóvel		Serviços de Terceiros		Outros itens de custeio

2.3 - Os recursos destinados ao Custeio da Proteção Social Básica foram utilizados com:

	Alimentação		Produtos de limpeza e higiene		Material de Expediente
	Manutenção de Imóvel		Serviços de Terceiros		Outros itens de custeio

2.4 - Os recursos destinados ao Custeio dos Benefícios Eventuais foram utilizados em virtude de (observar Resolução Conselho Nacional de Assistência Social nº 39/2010):

	Nascimento		Morte		
	Vulnerabilidade Temporária		Calamidade Pública		

2.5 - Os recursos destinados ao INVESTIMENTO da Alta Complexidade foram utilizados com:

	Aquisição de móveis e utensílios domésticos		Aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática		Aquisição de outros bens móveis
--	---	--	--	--	---------------------------------

2.6 - Os recursos destinados ao INVESTIMENTO da Média Complexidade (CREAS) foram utilizados com:

	Aquisição de móveis e utensílios domésticos		Aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática		Aquisição de outros bens móveis
--	---	--	--	--	---------------------------------

2.7 - Os recursos destinados ao INVESTIMENTO da Proteção Social Básica foram utilizados com:

x	Aquisição de móveis e utensílios domésticos	x	Aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática	x	Aquisição de outros bens móveis
---	---	---	--	---	---------------------------------

3 - Sobre o aspecto de obediência as normas legais e regulamentares:

	Foram realizados os procedimentos licitatórios para a realização das despesas
x	Não foram realizados os procedimentos licitatórios para a realização das despesas

4 - Sobre a Legitimidade da documentação:

x	Os documentos que foram apresentados são originais e sem rasuras.
	Os documentos comprobatórios das despesas de custeio foram emitidos em nome da Prefeitura Municipal ou da Entidade conveniada responsável pela execução dos serviços
	As despesas de investimento foram realizadas em nome da Prefeitura e os itens adquiridos foram tombados no patrimônio e a relação foi apresentada ao CMAS.

5 - Sobre a Justificação da Despesa:

x	As despesas efetuadas estão TOTALMENTE de acordo com o que havia sido previsto no plano de aplicação aprovado pelo CMAS para o exercício
---	--

	As despesas efetuadas estão APENAS EM PARTE de acordo com o que havia sido previsto no plano de aplicação aprovado pelo CMAS para o exercício				
	As despesas efetuadas NÃO estão de acordo com o que havia sido previsto no plano de aplicação aprovado pelo CMAS para o exercício				
6 - Das Metas Pactuadas junto ao Conselho Municipal:					
x	As metas pactuadas foram cumpridas INTEGRALMENTE pelo Gestor do Fundo Municipal e sua equipe.				
	As metas pactuadas foram cumpridas apenas EM PARTE pelo Gestor do Fundo Municipal e sua equipe.				
	As metas pactuadas NÃO FORAM CUMPRIDAS pelo Gestor do Fundo Municipal e sua equipe.				
PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS:					
x	REGULAR		REGULAR COM RESSALVAS		IRREGULAR
RESSALVAS/IRREGULARIDADES APONTADAS PELA COMISSÃO DE FINANÇAS					
O Parecer Final do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) foi pela:					
x	APROVAÇÃO SEM RESSALVAS		APROVAÇÃO COM RESSALVAS		REPROVAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS nº 05		18	de outubro de 2016		
Presidente do CMAS de Irineópolis					

							Total da Secretaria:	R\$	15.991,90
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO									
Unidade: 02 - Diretoria Administrativa									
Atividade: 2.022 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Planejamento									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/40 - Aplicações Diretas								R\$	8.330,44
							Total da Secretaria:	R\$	8.330,44
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES									
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa									
Atividade: 2.027 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Obras e Transportes									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/62 - Aplicações Diretas								R\$	3.631,70
Unidade: 02 - Diretoria de Controle e Manutenção da Frota									
Atividade: 2.023 - Manutenção e Controle da Frota - Secretaria de Obras									
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/70 - Aplicações Diretas								R\$	280.000,00
Unidade: 04 - Diretoria de Iluminação Pública									
Atividade: 2.025 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Iluminação Pública									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0008.0/88 - Aplicações Diretas								R\$	132.231,18
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0008.0/89 - Aplicações Diretas								R\$	200.000,00
							Total da Secretaria:	R\$	615.862,88
Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO									
Unidade: 01 - Assessoria Administrativa									
Atividade: 2.041 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Turismo e Desenv. Econômico									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/97 - Aplicações Diretas								R\$	5.449,59
							Total da Secretaria:	R\$	5.449,59
Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER									
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa									
Atividade: 2.042 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Esportes e Lazer									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/123 - Aplicações Diretas								R\$	321,03
							Total da Secretaria:	R\$	321,03
Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO									
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa									
Atividade: 2.064 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Programa Emprego e Renda									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/147 - Aplicações Diretas								R\$	2.938,73
Unidade: 04 - Diretoria do Procon									
Atividade: 2.055 - Manutenção dos Serviços Administrativos - PROCON									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/154 - Aplicações Diretas								R\$	2.421,00
Unidade: 07 - Fundo da Infância e Adolescência									
Atividade: 2.065 - Manutenção do Conselho Tutelar									
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/165 - Aplicações Diretas								R\$	12.520,00
							Total da Secretaria:	R\$	17.879,73
Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
Unidade: 01 - Assessoria Pedagógica									
Atividade: 2.090 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Educação									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/169 - Aplicações Diretas								R\$	63.273,23
Unidade: 02 - Diretoria Administrativa									
Atividade: 2.089 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental									
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0062.0/187 - Aplicações Diretas								R\$	452.801,18
Unidade: 05 - Diretoria Geral de Ensino									
Atividade: 2.081 - Manutenção dos CEMEI's									

Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/228 - Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
Total da Secretaria:	R\$	536.074,41
Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Unidade: 01 - Assessoria Especial Financeira		
Atividade: 2.103 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Finanças		
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/240 - Aplicações Diretas	R\$	2.665,38
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/241 - Aplicações Diretas	R\$	215.000,00
Unidade: 03 - Diretoria Financeira		
Atividade: 2.101 - Cumprimento de Sentenças Judiciais - PRECATÓRIOS		
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/246 - Aplicações Diretas	R\$	27.000,00
Total da Secretaria:	R\$	244.665,38
Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA		
Unidade: 01 - Diretoria de Agricultura e Pesca		
Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Agricultura e Pesca		
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/250 - Aplicações Diretas	R\$	4.993,45
Total da Secretaria:	R\$	4.993,45
Total da Prefeitura:	R\$	1.530.402,73
Entidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMA		
Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMA		
Unidade: 07 - Diretoria de Atenção Especializada		
Atividade: 2.108 - Manutenção dos Serviços e Atividades de Atenção Especializada - MAC		
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0038.0/49 - Aplicações Diretas	R\$	57.092,97
Atividade: 2.116 - Manutenção e Ampliação das Atividades da Assistência Farmacêutica		
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0038.0/56 - Aplicações Diretas	R\$	107.930,82
Total do FMS:	R\$	165.023,79
Entidade: 05 - FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI		
Órgão: 14 - FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI		
Unidade: 02 - Chefia Administrativo Financeiro		
Atividade: 2.105 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FAACI		
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/1 - Aplicações Diretas	R\$	19.379,90
Total da FAACI:	R\$	19.379,90
Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA		
Órgão: 18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA		
Unidade: 01 - Diretoria de Cultura		
Atividade: 2.084 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Diretoria de Cultura		
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/6 - Aplicações Diretas	R\$	8.254,81
Total da FAACI:	R\$	8.254,81
Total Geral:	R\$	1.723.061,23
Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo para o inciso I o valor de R\$ 435.316,88 (quatrocentos e trinta e cinco mil trezentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos), para o inciso II o valor de R\$ 897.508,09 (oitocentos e noventa e sete mil quinhentos e oito reais e nove centavos) e para o inciso III o valor de R\$ 390.236,26 (trezentos e noventa mil duzentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos) conforme abaixo:		
Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA		
Órgão: 01 - GABINETE DO PREFEITO		

Unidade: 01 - Secretaria de Coordenação e Gestão							
Atividade: 2.001 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Gabinete do Prefeito							
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/3 - Aplicações Diretas					R\$	5.747,66	
Unidade: 02 - Assessoria Especial de Controle Interno							
Atividade: 2.002 - Manutenção dos Serviços da Assessoria - Controle Interno							
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/6 - Aplicações Diretas					R\$	10.120,00	
Unidade: 04 - Diretoria de Defesa Civil							
Atividade: 2.003 - Colaboração para Custeio e Investimentos - DEFESA CIVIL							
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/10 - Aplicações Diretas					R\$	9.365,00	
						Total do Gabinete:	R\$ 25.232,66
Órgão: 03 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO							
Unidade: 01 - Procuradoria Geral							
Atividade: 2.006 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Procuradoria Geral							
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/17 - Aplicações Diretas					R\$	1.050,00	
						Total da Procuradoria:	R\$ 1.050,00
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO							
Unidade: 01 - Assessoria de Relações Institucionais							
Atividade: 2.007 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Governo							
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/20 - Aplicações Diretas					R\$	9.551,26	
Atividade: 2.008 - Contribuição à Associações de Entidades Representativas do Município							
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/22 - Aplicações Diretas					R\$	25.000,00	
						Total da Secretaria:	R\$ 34.551,26
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO							
Unidade: 01 - Assessoria Administrativa							
Atividade: 2.011 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Administração							
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/29 - Aplicações Diretas					R\$	15.991,90	
						Total da Secretaria:	R\$ 15.991,90
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO							
Unidade: 02 - Diretoria Administrativa							
Atividade: 2.022 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Planejamento							
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/42 - Aplicações Diretas					R\$	8.330,44	
						Total da Secretaria:	R\$ 8.330,44
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES							
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa							
Atividade: 2.027 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Obras e Transportes							
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/66 - Aplicações Diretas					R\$	3.631,70	
Unidade: 04 - Diretoria de Iluminação Pública							
Atividade: 2.025 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Iluminação Pública							
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0008.0/90 - Aplicações Diretas					R\$	132.231,18	
						Total da Secretaria:	R\$ 135.862,88
Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO							
Unidade: 01 - Assessoria Administrativa							
Atividade: 2.041 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Turismo e Desenv. Econômico							
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/99 - Aplicações Diretas					R\$	5.449,59	
						Total da Secretaria:	R\$ 5.449,59
Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER							
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa							
Atividade: 2.042 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Esportes e Lazer							

Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/125 - Aplicações Diretas	R\$	321,03
Total da Secretaria:	R\$	321,03
Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO		
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa		
Atividade: 2.064 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Programa Emprego e Renda		
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/149 - Aplicações Diretas	R\$	2.938,73
Unidade: 04 - Diretoria do Procon		
Atividade: 2.055 - Manutenção dos Serviços Administrativos - PROCON		
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/156 - Aplicações Diretas	R\$	2.421,00
Unidade: 07 - Fundo da Infância e Adolescência		
Atividade: 2.065 - Manutenção do Conselho Tutelar		
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/166 - Aplicações Diretas	R\$	12.520,00
Total da Secretaria:	R\$	17.879,73
Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade: 01 - Assessoria Pedagógica		
Atividade: 2.090 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Educação		
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/171 - Aplicações Diretas	R\$	63.273,23
Unidade: 05 - Diretoria Geral de Ensino		
Atividade: 2.081 - Manutenção dos CEMEI's		
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/230 - Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
Total da Secretaria:	R\$	83.273,23
Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Unidade: 01 - Assessoria Especial Financeira		
Atividade: 2.103 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Finanças		
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/242 - Aplicações Diretas	R\$	2.665,38
Unidade: 03 - Diretoria Financeira		
Atividade: 2.101 - Cumprimento de Sentenças Judiciais - PRECATÓRIOS		
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/248 - Aplicações Diretas	R\$	27.000,00
Total da Secretaria:	R\$	29.665,38
Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA		
Unidade: 01 - Diretoria de Agricultura e Pesca		
Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Agricultura e Pesca		
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/253 - Aplicações Diretas	R\$	4.993,45
Total da Secretaria:	R\$	4.993,45
Total da Prefeitura:	R\$	362.601,55
Entidade: 05 - FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI		
Órgão: 14 - FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI		
Unidade: 02 - Chefia Administrativo Financeiro		
Atividade: 2.105 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FAACI		
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/3 - Aplicações Diretas	R\$	19.379,90
Total da FAACI:	R\$	19.379,90
Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA		
Órgão: 18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA		
Unidade: 01 - Diretoria de Cultura		
Atividade: 2.084 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Diretoria de Cultura		
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/10 - Aplicações Diretas	R\$	8.254,81

								Total da FAACI:	R\$	8.254,81
								Total Geral:	R\$	390.236,26
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.										
								Município de Itapema, 10 de outubro de 2016.		
								RODRIGO COSTA		
								Prefeito Municipal		

DECRETO Nº 362/2016

DECRETO Nº 362/2016

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e,

CONSIDERANDO a apuração realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, que informa que a arrecadação da receita municipal, no exercício de 2016, não comportou o cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, lei nº 3472, de 19 de outubro de 2015, e que, frente aos indicadores econômicos e financeiros em nível estadual e nacional, os valores previstos no orçamento anual de 2016 não serão atingidos ao longo do exercício de 2016;

CONSIDERANDO que apesar da economia de recursos financeiros a partir do exercício de 2015 conforme disposto pelo Decreto nº 254/2015, não foram suficientes proporcionalmente à queda da arrecadação provocada pela crise financeira no País;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, frente aos indicadores do não cumprimento das metas fiscais, impõe-se a limitação de empenhos e movimentação financeira;

CONSIDERANDO que, em face do período de final de mandato, conforme art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos últimos 2 (dois) quadrimestres há a vedação de contrair obrigação de despesas que não possa ser cumprida integralmente dentro dele;

CONSIDERANDO, as diretrizes da Administração Municipal, de priorizar a aplicação dos recursos na manutenção dos serviços essenciais aos municípios, além dos obrigatórios, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

DECRETA**Capítulo I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - A emissão de empenhos e a movimentação financeira no âmbito da Administração Municipal Direta e Indireta, ficam limitadas, mediante atendimento aos critérios estabelecidos neste Decreto.

Capítulo II**DESPESAS OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA**

Art. 2º - Ficam suspensas as práticas dos seguintes atos:

I - auxílio financeiro, compreendendo doações e patrocínios para Instituições Públicas ou Privadas, exceto aqueles decorrentes de instrumentos legais já existentes e os relativos à continuidade destes;

II - contratação de novos serviços de consultoria de qualquer natureza.

III - realização de eventos relativos a recepções, homenagens, solenidades e similares, exceto aqueles decorrentes de instrumentos legais já existentes ou de comprovado interesse da Administração devidamente aprovado pelo Comitê Gestor/Chefe do Poder Executivo;

IV - nomeação de novos servidores efetivos, ainda que para reposição de quadro por aposentadorias, ressalvado, em situações excepcionais, com autorização do Comitê Gestor/Chefe do Poder Executivo;

V - utilização de veículos após o expediente, nos finais de semana, feriados e dias considerados ponto facultativo, excetuadas as ambulâncias, os veículos destinados aos serviços de saúde e à limpeza pública, conservação de vias públicas, fiscalização, utilizados em regime de plantão, os de uso em caráter emergencial, os de compromissos oficiais e os de comprovado interesse da Administração;

VI - despesas com diárias e passagens provenientes de viagens administrativas, salvo nos casos de extrema necessidade do serviço público e para captação de recursos;

VII - nova cessão de servidor do Município para outros entes da Federação, exceto se o ônus financeiro relativo à remuneração do servidor recair, exclusivamente, sobre o órgão cessionário e não exigir substituição de servidor;

VIII - receber servidor a título de cessão de outros entes da Federação, exceto se o ônus financeiro relativo à remuneração do servidor recair, exclusivamente, sobre o órgão cedente, se tratar de ocupação de cargo de confiança ou essencial a continuidade do serviço público;

IX - substituições de servidores nos cargos ou funções de confiança nos casos de afastamento dos titulares, salvo quando imprescindível para a continuidade do serviço;

X - emissão de novas ordens de início de serviço para obras, salvo se tratar de obra essencial e as que decorrerem de recursos vinculados, efetivamente disponíveis.

Art. 3º - Ficam estabelecidas as seguintes metas para limitação de empenho e movimentação financeira de despesas com bens e serviços:

I - redução de despesas com cargos comissionados, no mínimo, ao equivalente a 50% (cinquenta por cento);

II - redução, no mínimo, ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) das despesas com material de expediente;

III - redução, no mínimo, ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) para cada um dos itens a seguir discriminados:

a) serviços de energia elétrica;

- b) serviços de telecomunicações (telefonia fixa e móvel);
 - c) serviços de comunicação em geral (correios e telégrafos; imprensa nacional e estadual);
 - d) frota de veículos leves e ônibus;
 - e) serviços de abastecimento de água nos prédios públicos;
- IV - redução, no mínimo, ao equivalente a 80% (oitenta por cento) de horas extras;
- V - redução, no mínimo, ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) com estagiários;

Art. 4º - As Unidades Gestoras deverão promover a reavaliação e a renegociação dos contratos em vigência, contemplando, dentre outros, os seguintes aspectos:

- I - redução dos quantitativos estabelecidos nos contratos;
 - II - redução dos valores, observadas as mesmas condições de contratação e pagamento;
 - III - suspensão dos contratos de prestação de serviço e execução de obras em vigência, ressalvados os casos que não utilizem fontes do tesouro municipal;
 - IV - suspensão da outorga de ordens de serviço para obras, ressalvados os casos que não utilizem fontes do tesouro municipal;
- Parágrafo único. As renegociações realizadas não poderão resultar em:

- I - aumento de preços unitários;
- II - redução da periodicidade dos pagamentos;
- III - perda de qualidade dos bens e/ou serviços prestados.

Art. 5º - As medidas elencadas nos arts. 2º, 3º e 4º deste Decreto deverão acarretar um decréscimo das despesas consignadas na Lei nº 3499, de 18 de dezembro de 2015 - Lei Orçamentária Anual (LOA/2016), cujas reduções ocorrerão, prioritariamente, nas despesas financiadas com recursos da Fonte Tesouro Municipal, até que seja alcançado o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Art. 6º - As reduções especificadas nos arts. 2º, 3º e 4º deste Decreto deverão ser realizadas com base no total da despesa efetivamente realizada, em cada Unidade Gestora, no exercício financeiro de 2015.

Capítulo III

MONITORAMENTO

Art. 7º - Objetivando dar suporte ao acompanhamento das medidas de que tratam os arts. 2º, 3º e 4º deste Decreto, serão atribuídas funções de monitoramento mensal de despesas às Unidades Gestoras do Município.

I - competirá à Secretaria Municipal de Administração o monitoramento dos seguintes atos:

a) suspensos:

1. nomeação de novos servidores efetivos;
2. utilização de veículos;
3. despesas com diárias e passagens;
4. cessão de servidores;
5. substituição de servidores em cargos e funções de confiança;
6. realização de eventos;
7. início de obras.

b) de redução de despesas e limitação de empenho:

1. cargos comissionados;
2. serviços de telecomunicações (telefonia fixa e móvel);
3. serviços de energia elétrica e abastecimento de água;
4. serviços de comunicação em geral;
5. frota de veículos;
6. horas extras e estagiários.

II - competirá à Secretaria Municipal de Finanças, o monitoramento dos seguintes atos

a) suspensos:

1. auxílio financeiro;
2. contratação de novos serviços de consultoria de qualquer natureza.

b) o monitoramento da redução de despesas e limitação de empenho com serviços de consultoria.

§ 1º Os ajustes orçamentários de conformidade com as metas de redução de despesa de que tratam os arts. 2º, 3º e 4º deste Decreto e o respectivo monitoramento serão efetuados pela Secretaria

de Finanças;

§ 2º Os relatórios de monitoramento elaborados pelas Secretarias de Administração e Secretaria Municipal de Finanças, serão encaminhados ao Comitê Gestor para avaliação, a fim de que sejam preservadas, na íntegra, as ações para redução das despesas previstas nos arts. 2º, 3º e 4º deste Decreto.

Capítulo IV

COMITÊ GESTOR

Art. 8º - Fica criado o Comitê Gestor para fins de análises e decisões acerca das solicitações de despesas a serem efetuadas pelas Unidades Gestoras, exclusivamente sob os enfoques orçamentário e financeiro, a fim de atingir o equilíbrio fiscal, sendo as decisões tomadas por maioria simples, ficando a decisão final, em caso de empate, a cargo do coordenador.

§ 1º O Comitê Gestor será composto por 4 (quatro) membros, representados pelos Secretários Municipais e Assessoria, das seguintes Unidades Gestoras:

- I - Secretaria Municipal de Finanças;
- II - Assessoria Especial de Controle Interno;
- III - Secretaria de Administração;
- IV - Procuradoria Jurídica.

§ 2º A coordenação do Comitê Gestor ficará a cargo do Secretário de Administração, ao qual caberá as seguintes atribuições:

- I - coordenar os trabalhos do Comitê Gestor;
- II - agendar as reuniões ordinárias, procedendo à convocação tempestiva de todos os membros;
- III - convocar reuniões extraordinárias quando solicitadas despesas emergenciais ou de excepcional interesse público.

Art. 9º - Compete ao Comitê Gestor:

I - analisar e deliberar acerca do aumento ou da criação de despesa a ser precedida de licitação ou decorrente de lei ou ato administrativo normativo, a qual é objeto de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, quanto à viabilidade orçamentária e financeira da despesa;

II - avaliar e deliberar acerca de despesas decorrentes de aquisições de bens e serviços constantes de Ata de Registro de Preços cujo valor seja igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

III - avaliar e deliberar acerca de solicitações de suplementações orçamentárias que impliquem em redução de despesa obrigatória e/ou de caráter continuado para suprir outras despesas, cujo montante a exceder não esteja previsto no orçamento;

IV - acompanhar os relatórios de monitoramento, para fins de avaliação quanto ao atendimento ao disposto nos arts. 2º, 3º e 4º deste Decreto

Capítulo V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - Os ordenadores de despesa das Unidades Gestoras do Município são responsáveis pela execução orçamentária e financeira, bem como das metas para limitação de empenho e movimentação financeira estabelecidas neste Decreto.

Art. 11 - A Secretaria de Finanças poderá expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 12 - Na hipótese do não atendimento das metas previstas para redução das despesas ou, ainda, mesmo que atendidas, não ficar comprovada, no decorrer do exercício, a realização das receitas constantes do anexo de metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), será promovido contingenciamento da despesa.

Parágrafo único - O contingenciamento de que trata o caput, será formalizado mediante novas reduções de dotações orçamentárias e das correspondentes cotas financeiras, nos montantes necessários, cujas recomposições somente ocorrerão no caso de restabelecimento da receita prevista e até que seja atingido o equilíbrio fiscal preconizado pela Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 13 - As medidas previstas neste Decreto, terão validade até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 14 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Itapema, 18 de outubro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO N° 48/16 - DESERTA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA E JULGAMENTO DE ENVELOPES DE CREDENCIAMENTO, PROPOSTAS E HABILITAÇÃO.

Data	18/10/2016	Horário: 09h:30min
Licitação /Modalidade	PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO	Nº 48/2016 Nº 66/2016

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO CAMIONETA MODELO PICK UP PARA USO DA SECRETARIA MINUCUPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, e Membros da equipe de apoio ao Pregão, conforme Decreto Municipal nº 2722/2016 do dia:30/03/2016, para os procedimentos inerentes a sessão do Pregão em epigrafe, conforme edital respectivo e seus anexos. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e site municipal no dia 03/10/2016 a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão foi constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi considerado DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 10h:30min.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

ISABELA R.DUTRA POHL
MEMBRO

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
MEMBRO

ATA TOMADA DE PREÇO N° 09/2016

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA E JULGAMENTO DE ENVELOPES DE PROPOSTAS E HABILITAÇÃO.

Data	17/10/2016	Horário: 09h:30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 09/2016 Nº 64/2016

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de canalização viária (rotatória) e sinalização, nas Avenidas José da Silva Pacheco e Celso Ramos, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2685/2016, para os procedimentos inerentes a sessão da Tomada de Preço em epígrafe, conforme edital respectivo e seus anexos. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, site municipal e jornal diário de grande circulação no estado, no dia 19/09/2016 a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão foi constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi considerado DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h:50min.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI
MEMBRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2016

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: NELITA GOMES FARIAS EPP, com sede à Rua 600, nº 500, Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88.330-630, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.943.540/0001-25, Inscrição Estadual: 256.093.598.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016 – PROCESSO Nº 71/2016;

Objeto: Aquisição de móveis (Cadeiras) para equipar a Unidade Básica de Saúde do Paese, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 3.404,00 (três mil quatrocentos e quatro reais).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Saúde	501	14	001	2118	3890000	34495242

Data da assinatura: 18/10/2016;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2016.

Itapoá, 18 de outubro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA, com sede à Rodo via BR 101, KM 131, Bairro: Várzea do Ranchinho, na cidade de Camboriú/SC, CEP: 88.349-175, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 93.988.921/0007-80, e Inscrição Estadual nº 256.483.868, representada neste ato pelo sócio, Sr. JOÃO PAULO SANTOS TUCHTENHAGEN, portadora do CNPJ/MF nº 242.998.980-87, e do CI.RG nº 1002701256 SSP/RS.

Licitação: PREGÃO Nº42/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2016 - PROCESSO Nº 65/2016.

Objeto: Aquisição de pneus de 1º linha, para viaturas policiais utilizadas em serviço operacional no Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 5.256,00

DATA DA ASSINATURA: 18/10/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93.

Itapoá, 18 de setembro de 2016.

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DO BANHEIRO E TROCADOR INFANTIL DO CEI MATILDE SENS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº44/2016

Processo: 67/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DO BANHEIRO E TROCADOR INFANTIL DO CEI MATILDE SENS: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 31 de outubro de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 31 de outubro de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 19 de outubro de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA 08/2016 DA PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMPED

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMPED LEI Nº 6.404/2012	
---	--

ATA 08/2016 DA PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMPED

No dia dois do mês de setembro de dois mil e dezesseis, ocorreu a Plenária Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul. Fizeram-se presentes os seguintes Conselheiros: Maira Maria da Costa, Rosana de Oliveira Possamai, Vanessa Pradi, Tânia Regina Nunes, Samuel Guilherme Rodrigues, Girlei Campestrini, Josemeri Coelho, Cristiane Lucht Gascho, Salézia Borrineli, Jaira Balbinot, Juliana Patrícia Petris, Jaison de Medeiros, Claudia Robertha de Arrazão e Paula Coimbra Monteiro. Como convidados estavam presentes: Nilceane A. J. Costa – Saúde/Vigilância Sanitária e Aparecida Donizeti C. Teixeira – Saúde/Ostomizados. A Presidente Rosana de Oliveira Possamai, iniciou a reunião cumprimentando todos e solicitando a aprovação da pauta do dia, que foi aprovada por unanimidade. Também foi solicitada a aprovação da ata da última reunião, onde houve algumas considerações: correção de palavra na linha 31, reformulação do texto contido na linha 41- reformulação por reorganização e na linha 47 correção de palavra. Com estes acertos a ata foi assinada por todos os presentes. Após, a secretária executiva Maria Elisabeth Kleine Borba fez a leitura das correspondências. Correspondências Expedidas: a) Ofício 13/2016/Comped/JS – Resposta ao ofício 014/2016/ - Consea referente às propostas do Comped para candidatos a prefeito de Jaraguá do Sul. Correspondências Recebidas: a) Portaria 518/2016 - Substituindo a conselheira Tatiana Braz Lux pelo conselheiro Jaison de Medeiros representando a OAB no Comped. b) Portaria 271/2016 – Designa Tânia Regina da Graça Nunes em substituição a Dirce Lea Mohr como representante governamental do Comped. c) Ofício 068/2016/OAB – Substituindo a conselheira Tatiana Braz Lux pelo conselheiro Jaison de Medeiros representando a OAB no Comped. d) Portaria 435/2016 – Substituindo Rogério Jung por Fernanda Maria Santana do Bomfim representando a secretaria de educação no Comped. e) Ofício 02/2016/Católica – Convite para o lançamento do Protótipo do Projeto Cadeira de Rodas Anfíbia. Assuntos Deliberativos: a) Parecer nº 01/2016/GT, que dispõe sobre a reorganização da Lei Municipal nº 6404/2012, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Lei foi lida na íntegra e foram sugeridas algumas alterações. b) Mandato dos conselheiros: o mandato dos atuais conselheiros foi prorrogável por dois anos, válido até 05/09/2018, com a ressalva que os conselheiros Maressa Aguiar e Samuel Rodrigues devem ser substituídos, pois conforme Lei Municipal 6404/2012, o conselheiro pode ser reconduzido para apenas um mandato e ambos já se beneficiaram com este direito. c) Planejamento conjunto dos Conselhos ligados à Secretaria de Assistência Social/2017. Por sugestão da secretaria executiva do Comped, para otimização dos trabalhos, unificando datas de ações voltadas aos Conselhos. Sugestão apresentada do planejamento aprovada, com a deliberação de que, caso haja conferência da pessoa com deficiência no ano de 2017, esta seja

realizada separadamente, com data e local exclusivo e aconteça na sexta feira a noite e sábado durante o dia, oportunizando a participação da comunidade e sem prejuízo do atendimento dos usuários nos serviços. d) Definição da Equipe de trabalho para a ação Sensibiliza Jaraguá do dia 16 de setembro de 2016 na escola Waldemar Schmitt: Foi deliberado que nesta ação trabalharão no período matutino, as conselheiras Maira, um conselheiro representante da APAE, Rosana, Paula, Tânia e representante da FUJAMA. E no período vespertino: Josemeri, conselheiro representante da APAE, Rosana e Samuel. Os Integrantes desta ação ainda combinaram reunião dia 14/09 as 08 hs, na escola Waldemar Schmitt, para organização do evento. Assuntos Gerais: a) Sra. Nilceane da Vigilância Sanitária, explanou aos conselheiros presentes as responsabilidades da Vigilância com relação à Acessibilidade. Relatou sobre o TAC (24/05/2016) que trata da exigência de acessibilidade em novos estabelecimentos nos acessos e sanitários. Essa demanda necessita de normas legais, atualizadas para que a fiscalização seja efetiva. Os encaminhamentos estão na procuradoria do município. A maior dificuldade está sendo encontrada nas edificações antigas no município. A vigilância sanitária preocupa-se com a resolução desta demanda. Relata que desde outubro de 2015 os alvarás de construção já exigem adequações de acessibilidade, mas para os habit-se ainda não. Na sequência, a Enfermeira Cida relatou sobre os pacientes ostomizados. Solicitou que na acessibilidade principalmente dos sanitários, sejam contemplados estes usuários. Relatou ainda a necessidade de equipe mínima de trabalho e da divulgação e orientação sobre esta deficiência. Como o período regimental desta sessão ultrapassou o previsto, o assunto de pauta Repasse da Plenária ampliada com os candidatos a prefeito de Jaraguá do Sul (Anhanguera 31/08/2016), será abordado na próxima plenária que acontecerá no mês de outubro/2016. Palavra livre: Conselheira Maira fez um breve Relato da ação Sensibiliza Jaraguá do dia 26/08/2016. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária e a presidente Rosana agradeceu a presença de todos. E eu, Salézia, secretária, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim, pela Presidente e demais conselheiros presentes.

Jaraguá do Sul, 02 de setembro de 2016.

Salézia Rosana de Oliveira Borrineli Rosana de Oliveira Possamai
Secretária Presidente

Rosana de Oliveira Possamai,	
Maira Maria da Costa	
Vanessa Pradi	
Tânia Regina Nunes	
Samuel Guilherme Rodrigues	
Girlei Campestrini	
Josemeri Coelho,	
Cristiane Lucht Gascho	
Salézia Borrineli	
Jaira Balbinot,	
Juliana Patrícia Petris	
Jaison de Medeiros,	
Claudia Robertha de Arrazão	
Paula Coimbra Monteiro.	

DECRETO Nº 11.064/2016

D E C R E T O Nº 11.064/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais ROGÉRIO LUIZ KUMLEHN, Diretor de Trânsito e Transportes, matrícula 81703; ANA MARIA BADURA, Engenheira, matrícula 10486; e LEONARDO FELIPE WEHMUTH, Técnico em Eletrônica, matrícula 11018, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas a esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 091/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para fornecimento e instalação de paraciclos metálicos em diversos locais da área central e bairros do Município de Jaraguá do Sul, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

DECRETO Nº 11.065/2016

D E C R E T O Nº 11.065/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 091/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para fornecimento e instalação de paraciclos metálicos em diversos locais da área central e bairros do Município de Jaraguá do Sul;

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal ANA MARIA BADURA, matrícula 10486, Engenheira, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 091/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e enviar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à

Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

DECRETO Nº 11.066/2016

D E C R E T O Nº 11.066/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 8920; ARIANO JOSÉ TOASSI, Diretor de Urbanismo, matrícula 9591; e MARCELO GUMBOSKI, Engenheiro, matrícula 19, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 093/2016,

tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma (área de 1.507,19m²) e ampliação (lixeira em alvenaria - área de 3,14m²) de galpão industrial, destinado para o Centro UP, localizado à Rua Cesare Valentini, 265, no bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital. Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

DECRETO Nº 11.067/2016

D E C R E T O Nº 11.067/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 093/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma (área de 1.507,19m²) e ampliação (lixeira em alvenaria - área de 3,14m²) de galpão industrial, destinado para o Centro UP, localizado à Rua Cesare Valentini, 265, no bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal MARCELO GUMBOSKI, matrícula 19, Engenheiro, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 093/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberá ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 96/2016

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 96/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para fornecimento e instalação de plataforma elevatória (acessibilidade PNE) na EMEF Renato Pradi, localizada na Rua Carlos Tribess, 180 no Bairro São Luis, em Jaraguá do Sul SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Este edital terá participação ampla a todos os interessados, em virtude do certame nº 58/2016, no atendimento da LC 147/2014 restar Deserto.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:45 horas do dia 04 de novembro de 2016, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

RETIRADA DO EDITAL E ANEXO: O edital estará disponível na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo. Os Anexos do Edital (Projeto Básico, Memorial Descrito e Planilha orçamentária/quantitativa), deverão ser retirados na Gerência de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no endereço acima, no horário das 07:30 as 12:30hs, mediante apresentação do comprovante de pagamento de taxa de R\$ 20,00 (vinte reais). A taxa para pagamento dos Anexos do Edital, deverá ser retirada no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, de segunda e sexta feira, no horário das 08:00 às 16:00hs.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 57.557,10 (cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta e sete reais e dez centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 30 de setembro de 2016.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EDITAL 18-10-2016 AUTO INFRACAO

DITAL DE NOTIFICAÇÃO

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica os contribuintes abaixo citados, da imposição do Auto de Infração por descumprimento de Notificação Preliminar para fins de providenciar a regularização cadastral através do encaminhamento de solicitação de baixa no Cadastro Mobiliário Municipal, conforme previsto no Parágrafo 1º do art. 85 da Lei Complementar Municipal 001/1993 alterado pela Lei Complementar Municipal 26/2002.

Os Autos de Infração foram emitidos conforme está previsto nos Itens “1” e “2” da Alínea “a” do Inciso I do Parágrafo 2º do art. 86 da Lei Complementar Municipal 001/1993.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 dias da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O contribuinte poderá interpor recurso em grau de primeira instância administrativa perante a Unidade de Julgamento Singular, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto no § 1º, do art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 71/2007.

Jaraguá do Sul, 18/10/2016

SÉRGIO PAULO STEPHANI

Fiscal Tributalista

Matrícula 7089-1

Nº Auto de Infração	Nº da Notificação Preliminar	Data da Emissão	Inscrição Municipal	Contribuinte	Valor R\$
939/2016	51/2016	17/08/2016	19294	Lucélia Destefani ME	643,60

EDITAL 18-10-2016 NOTIF PRELIMINAR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica os contribuintes abaixo citados, da emissão de Notificação Preliminar para fins de providenciar a regularização cadastral encaminhando através do Protocolo, a solicitação de baixa no Cadastro Mobiliário Municipal, conforme previsto no Parágrafo 1º do art. 89 da Lei Complementar Municipal 001/1993 alterado pela Lei Complementar 26/2002.

Para saber como proceder a regularização da situação o contribuinte deverá acessar o seguinte link: <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/fazenda-baixa-alvara-de-localizacao>. Maiores informações poderão ser obtidas no setor de Fiscalização Tributária no fone (47) 2106-8192.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 dias da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O prazo para regularização cadastral será de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto no § 1º, do art. 89, da Lei Complementar Municipal nº 001/1993 alterado pela Lei Complementar 26/2002.

Jaraguá do Sul, 18/10/2016

SÉRGIO PAULO STEPHANI

Fiscal Tributalista

Matrícula 7089-1

Nº Notificação	Inscrição Municipal	Contribuinte	Data de Emissão
54/2016	17350	MOACIR PEREIRA	16/08/2016
63/2016	19358	LUCIO WENCK	16/08/2016
66/2016	22840	MERCEARIA E COMÉRCIO DE CARNES DELIMAR LTDA ME	16/08/2016
72/2016	16595	AGROFACE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA	17/08/2016
73/2016	22973	MARIA APARECIDA LUDTKE RAMOS ME	17/08/2016
90/2016	27837	JOSIANE SCHWARTZ ME	18/08/2016

EDITAL Nº 10/2016 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL Nº 10/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXCLUSIVO PARA ME E EPP

TIPO: Menor Preço por Lote

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para aquisição de hortifrutigranjeiros destinados aos Grupos do Centro de Convivência de Jaraguá do Sul - SC, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte

REGIMENTO: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, DECRETO nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009 e Lei Complementar 123/2006.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08h30 do dia 03 de novembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 08h50 do mesmo dia, na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social, Criança e Adolescente, anexo ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

VALOR MÁXIMO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 71.646,00 (Setenta e um mil e seiscentos e quarenta e seis reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br Jaraguá do Sul (SC), 26 de setembro de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal de Administração

JEAN CARLO LEUTPRECHT

Gerenciador do Fundo

Municipal de Assistência Social

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2016

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,

CRIANÇA E ADOLESCENTE

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

TIPO: menor preço POR LOTE

OBJETO: O presente Edital consiste na aquisição de móveis sob medida para o Centro de Convivência Arnoldo Leonardo Schmitt, em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, Lei Federal 8.666/93 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08h30 do dia 01 de novembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09h00 do mesmo dia, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente.

VALOR MÁXIMO DA AQUISIÇÃO: R\$ 16.262,33 (Dezesseis mil, duzentos e sessenta e dois reais e trinta e três reais)

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 30 de agosto de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário de Administração

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 279/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 279/2016

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 88/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua 561 Alwin Meier, no Bairro Jaraguá 99, com extensão de 466,28 m (quatrocentos e sessenta e seis vírgula vinte e oito metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 160.046,79 (cento e sessenta mil quarenta e seis reais e setenta e nove centavos) referentes à mão de obra e R\$ 297.229,75 (duzentos e noventa e sete mil duzentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos) referentes aos materiais totalizando o valor do Contrato em R\$ 457.276,54 (quatrocentos e cinqüenta e sete mil duzentos e setenta e seis reais e cinqüenta e quatro centavos).

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo a medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das certidões de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, Seguridade Social (INSS) e para com o FGTS, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, ambos da Lei n. 8.666/1993, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2016 e 2017, como segue:

Classif.Funcional progra- mática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamen- taria	Recurso
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação vias	4.4.90–Ap. Diretas	352	544-Conv. Minist. Integração Nac. Pav. Rua Alwin Meier
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação vias	4.4.90–Ap. Diretas	353	3544-Contrap. Conv. Minist. Integração Nac. Pav. Rua Alwin Meier
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação vias	4.4.90–Ap. Diretas	LOA 2017	3544-Contrap. Conv. Minist. Integração Nac. Pav. Rua Alwin Meier

DATA DA ASSINATURA: 07/10/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Maurício Vogelsanger

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

INSTITUTO JOURDAN - RESOLUÇÃO Nº 001/2016

O Presidente do Conselho Municipal do Trabalho e Emprego – CMTE - no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3.207/95, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária realizada no dia 09 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO que o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul e Região (Sinsep), renunciou de seu assento no Conselho Municipal do Trabalho e Emprego – CMTE;

CONSIDERANDO que a composição do CMTE, prevista no artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 3.207/95, de 29/06/95, é tripartite e paritária;

RESOLVE:

Art. 1º – Acatar a decisão da Reunião Plenária Extraordinária do dia 09 de agosto, que aprovou por unanimidade a proposta de alteração do inciso II do Art. 3º do Decreto Nº 9.876/2014 de 22 de abril de 2014 do Conselho Municipal do Trabalho e Emprego – CMTE do Município de Jaraguá do Sul – SC.

Art. 2º – Substituir o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul e Região (Sinsep), pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, Fiação, Tecelagem e Artefatos de Couro de Jaraguá do Sul e Região.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de outubro de 2016.

Emerson Luiz Pogliã
Vice-Presidente do Conselho Municipal
Do Trabalho e Emprego – CMTE

LEI Nº 7.273/2016

LEI Nº 7.273/2016

Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua de Nº 1148, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Três Rios do Sul, passa a denominar-se GILBERTO SCHALINSKI.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

LEI Nº 7.274/2016

LEI Nº 7.274/2016

Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua de Nº 1467, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Três Rios do Sul, passa a denominar-se MARGARETHE HEIDENREICH WEH.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

PROCON - EDITAL Nº 05/2016

EDITAL Nº 05/2016

PROCON/JARAGUÁ DO SUL/SC

O Programa de Proteção ao Consumidor – Procon de Jaraguá do Sul/SC, atendendo ao disposto no artigo 42, § 2º, do Decreto 2.181 de 20/3/1997 e artigo 91 da Lei Municipal nº 4535/2006, notifica os responsáveis pela empresa FACILITA SOLUÇÕES EM COZINHAS INDUSTRIAIS, pessoa jurídica de direito privado registrada sob o CNPJ nº 15.305.867/0001-22, em endereço incerto e não sabido, para que apresentem IMPUGNAÇÃO ao arbitramento do faturamento da empresa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante comprovação documental idônea de sua receita média bruta dos meses de Março, Abril e Maio de 2013, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados processualmente da publicação do presente edital, na sede do PROCON, na Rua Ângelo Schiochet, 100, Sala 01, Centro, Jaraguá do Sul, Santa Catarina, CEP 89251-520, ou pelo e-mail procon@jaraguadosul.sc.gov.br, referente ao PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0113-001.716-9, instaurado por este órgão, para os fins especificados no art. 10, § 1º da Lei Municipal nº 4.535/06.

Atenciosamente.

Jaraguá do Sul, 26 de Setembro de 2016.

ROSILÉA KRAWULSKI

Subgerente de Fiscalização

RESOLUÇÃO Nº 020/2016/CA/ISSEM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 020/2016/CA/Issem

Dispõe sobre reversão financeira e contábil, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), oriundos de reservas constituídas com sobras do custeio das despesas administrativas, para pagamento de benefícios previdenciários do Fundo Financeiro/Issem.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 13 de outubro de 2016, e

CONSIDERANDO o Ofício 1356/2016/Issem solicitando a manifestação deste Conselho para a reversão financeira e contábil, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), oriundos de reservas constituídas com sobras do custeio das despesas administrativas, para pagamento de benefícios previdenciários do Fundo Financeiro/Issem;

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Legislação e Justiça do Conselho de Administração, em reunião realizada em 06 de outubro de 2016, na sala de reuniões dos Conselhos, apreciou o objeto acima citado;

CONSIDERANDO a demonstração financeira do cálculo atuarial, realmente, os valores de R\$5.993.842,87, não foram contabilizados na projeção de pagamento de benefícios do plano previdenciário, portanto sua reversão não afetaria o cálculo atuarial apresentado;

CONSIDERANDO o texto do parecer do atuário que cita a ON. 02 de 31/03/2009, do Ministério da Previdência, que trata:

Art. 41. Para cobertura das despesas do RPPS com utilização dos recursos previdenciários, poderá ser estabelecida, em lei, Taxa de Administração de até dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que: (Redação dada pela Orientação Normativa SPS nº 03, de 04/05/2009)

Original: Art. 41. Para cobertura das despesas do RPPS, poderá ser estabelecida, em lei, Taxa de Administração de até dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que:

I - será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio;

III - o RPPS poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 158 de 2014, em seu artigo 6º, que trata do Fundo Financeiro, ratificando a ON apresentada anteriormente:

VI - a taxa de administração será de 2,00% (dois por cento) do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Plano Financeiro, com base no exercício financeiro anterior, observando-se que:

- a) será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
- b) na verificação do limite definido no inciso VI, deste artigo, não serão computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;
- c) o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 158/2014, em seu artigo 7º, sobre o Fundo Previdenciário relata o mesmo do inciso VI, do artigo 6º, já mencionado acima.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 158/2014, em seu artigo 3º, § 3º, dispõe:

“É vedada qualquer espécie de transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo a previsão da destinação de contribuições de um Plano para o financiamento dos benefícios do outro.”

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 158/2014, em seu artigo 6º, inciso III, dispõe acerca da obrigatoriedade da entidade pública em arcar com o montante exato das insuficiências mensais do Plano Financeiro, conforme segue:

“III - contribuições complementares da entidade pública no montante exato das insuficiências mensais do Plano Financeiro para garantia dos benefícios pagos pelo referido Plano, sendo realizadas por prazo indeterminado a partir do mês em que houver a necessidade para cobertura dos benefícios em percepção por parte dos segurados assistidos;”

CONSIDERANDO o Parecer 01/2016/CFO/CLJ/CA/ISSEM/JS no qual as Comissões relatam que após apreciação da documentação anexada ao Ofício 1356/2016/Issem, não encontraram restrições à medida quanto às projeções do cálculo atuarial, todavia a legislação vigente é clara em sua redação, restringindo tal operação em diversos artigos. Diante disso, estas comissões são de parecer desfavorável à sua aprovação.

RESOLVE:

Art. 1º - Não aprovar a reversão financeira e contábil, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), oriundos de reservas constituídas com sobras do custeio das despesas administrativas, para pagamento de benefícios previdenciários do Fundo Financeiro/Issem.;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de outubro de 2016.

Egon Lotário Jagnow

Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 04/2016/COMPED

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMPED

LEI Nº 6.404/2012

RESOLUÇÃO Nº 04/2016/COMPED

Dispõe sobre eleição da nova mesa diretora do Comped, para gestão 2016/2018.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.404/2012 e em conformidade com a deliberação da sessão plenária ordinária de 17 de outubro de 2016,

Considerando a Resolução nº 03/2016/COMPED que dispõe sobre a prorrogação de mandato dos conselheiros até 05/09/2018,

Considerando o Art.5º, parágrafo XIV, inciso 3º a saber: "O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência – COMPED elegerá, pelo voto de pelo menos 2/3(dois terços) de seus membros, o presidente, Vice-presidente e Secretário, com atribuições disciplinadas no Regimento Interno".

RESOLVE

Art.1º – Empossar a nova mesa diretora do COMPED, assim constituída, Presidente: Rosana de Oliveira Possamai, Vice-presidente: Adeterson David dos Passos Crispim e Secretária: Salézia Borrineli.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de outubro de 2016.

ROSANA DE OLIVEIRA POSSAMAI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Jaraguá do Sul – Comped/JS.

RESOLUÇÃO Nº 49/2016/CMDCA/JS

RESOLUÇÃO Nº 49/2016/CMDCA/JS

Análise da solicitação de subsídios financeiros pelo Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul, para custear diárias de pernoite, alimentação, inscrição e deslocamento de conselheiros tutelares em capacitação.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº7.045/2016, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 14 de outubro de 2016.

Considerando o Art.24 da Lei Complementar nº 7.045/2015, a saber: "Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades, para o atendimento à criança e ao adolescente, através do financiamento de ações relativas a [...], parágrafo §10: Pagamento de inscrição em eventos voltados a política de atendimento à criança e adolescente, assim como, concessão de diárias e adiantamentos para [...] Alínea d, excepcionalmente, para crianças e adolescentes e respectivo responsável, conselheiros tutelares e profissionais na condição de representação do Município de Jaraguá do Sul ou do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente";

Considerando o Decreto nº 10.365/2015 de 16 de abril de 2015 e o Decreto nº10.582/2015 de 1º de outubro de 2015, que estabelecem normas de contenção de despesas pela Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, seus Fundos, Fundações e Autarquias;

Considerando o ofício nº0529/2016/CT, recebido em 22 de setembro de 2016, que solicita subsídios financeiros do FIA pelo Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul, para custear diárias de pernoite, alimentação, deslocamento e inscrição de conselheiros tutelares em capacitações;

Considerando a decisão de Plenária em 25/02/2016, que as solicitações devem ser entregues com antecedência para que a comissão de finanças tenha tempo hábil para análise;

Considerando que a demanda de trabalho do Conselho Tutelar é bastante grande e a preocupação do CMDCA/JS com que os atendimentos à comunidade não sejam prejudicados;

Considerando a recomendação de que o participante de treinamentos seja multiplicador das informações ao CT e aos conselheiros do CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º – Deferir a solicitação de subsídios financeiros do FIA, pelo Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul, para custear diárias de pernoite, alimentação e inscrição de 01 (um) conselheiro tutelar no XIII Encontro Estadual de Formação para Operadores do Sistema de Garantias dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, que será realizada nos dias 26 à 28 de outubro de 2016 em Tijucas/SC.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de outubro de 2016.

LUIZA HELENA DA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS).

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 164/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 164/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMINHÃO HIDRÁULICO TIPO MUNCK

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/10/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 31/10/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 165/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 165/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES– EXERCÍCIO 2017

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/10/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 01/11/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SESSÃO ORDINÁRIA DO CMDCA

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)	
--	--	--

SESSÃO ORDINÁRIA DO CMDCA

Número:	11/2016	Local:	PMJS
Data:	09/09/2016	Presidente:	Luiza Helena Rosa
Horário:	8 horas	Secretária:	Eli Antunes – ad-hoc

Conselheiros	Entidades	Presença	Assinatura
Eduardo Bertoldi	Gabinete do Vice Prefeito	Ausente	
Dileta Elizabete Kauling	Gabinete do Prefeito	Ausente	
Amélia Kiéski	Secretaria de Administração	Ausente	
Juliano Pereira	Secretaria da Fazenda	Presente	
Luis Fernando Olegar	Secretaria de Educação	Ausente	
Eli Antunes	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Presente	
Joel Luis Correa	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Presente	
Karine Kath J. Schmitt	Secretaria de Assistência Social Criança e Adolescente	Ausente	
Ana Lucia de Lima	Secretaria de Assistência Social, Criança e Adolescente	Presente	

Marinei Vilela B. Ostetto	Secretaria de Saúde	Presente	
Tais Danna	Secretaria de Saúde	Ausente	
Harysson Andrey Passig	Fundação Municipal de Cultural	Ausente	
Pedro Bortolini Junior	Fundação Municipal de Cultura	Presente	
Claudio Tubbs	Fundação Municipal de Esportes	Presente	
Aucioneite Ap.Salvador	Fundação Municipal de Esportes	Ausente	
Mariani Almeida	Secretaria de Urbanismo	Ausente	
Mara Lucia Bini	Secretaria de Urbanismo	Presente	
Adeterson D. Crispim	APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais	Ausente	
Ketlyn Stritz	APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais	Ausente	
Marcia Dalmarco	AMA – Assoc. de Amigos do Autista	Presente	
Tânia Griselda Krause	AMA – Assoc. de Amigos do Autista	Ausente	
Rosângela Fidelis Mahs	CIEE	Ausente	
Solange C. S da Silva	CIEE	Presente	
Luiza Helena Rosa	Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visuais (Aadav)	Presente	
Fabiana Blume Klitzke	Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visuais (Aadav)	Ausente	
Jaqueline F. de Moura	Associação de Serviços Sociais Voluntários/JS “Bombeiros Voluntários”	Presente	
Danielle de Freitas	Associação de Serviços Sociais Voluntários/JS “Bombeiros Voluntários”	Ausente	
Sérgio Luís Franzner	Grupo Escoteiro Jacoritaba	Presente	
Águeda Stanck da Silva	Grupo Escoteiro Jacoritaba	Presente	
Carla Susana Möglic	Hospital e Maternidade Jaraguá	Ausente	
Sabrina Goelzer	Hospital e Maternidade Jaraguá	Ausente	

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMDCA EXPEDIENTE: Aprovação da pauta – pauta aprovada por unanimidade. Aprovação da ata de 12/08/2016 – Ata aprovada. CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS: a) Of 44/2016/SCPSA – Informando a abertura de sindicância referente aos veículos 239 e 240. b) Of 42/2016/SCPSA - Solicitando cópia de documentos do CMDCA (legislação, regimento interno). c) Of 47/2016/SCPSA - Solicitando documentos do CMDCA (Balancete anual 2015 e 2016, Solicitação de compra, empenho e dotação referente a aquisição das frotas 239 e 240, relação dos projetos financiados pelo FIA anos de 2005 e 2006, resolução do CMDCA conforme art.21 Lei Municipal 7.045/2015). d) Of 496/2016/CT – Resposta ao ofício 057/2016/CMDCA/JS referente denúncias sobre o CT. e) Of 317/2016/Gapref - CG – Solicitando espaço na plenária do CMDCA para o Conselho Tutelar. f) Of DG12/2016 – Substituição de conselheiro representando o Grupo de Escoteiros Jacoritaba. Águeda Stanke da Silva substituindo Gilberto Rafaelli. g) e-mail referente a orçamento de propaganda em jornal sobre a divulgação do edital de projetos FIA. h) e-mail do CT solicitando que o CMDCA financie placas de informação nas unidades de ensino de Jaraguá do Sul. i) Of 434/2016/CT – Solicitando subsídios financeiros do FIA para capacitação. CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS: a) Of 057/2016/CMDCA/JS – Encaminhando denúncias à Chefia de Gabinete referente ao C.T b) Of 058/2016/CMDCA/JS – Resposta ao ofício 42/2016/SCPSA referente a solicitação de documentos do CMDCA. c) Of 059/2016/CMDCA/JS – Resposta ao ofício 47/2016/SCPSA referente a envio de documentos do CMDCA. d) Of 061/2016/CMDCA/JS – Solicitando atualização dos dados referentes a demanda reprimida da Saúde. e) Of 062/2016/CMDCA/JS - Solicitando atualização dos dados referentes a demanda reprimida da Educação. f) Of 063/2016/CMDCA/JS - Solicitando atualização dos dados referentes a demanda reprimida da Secretaria de Assistência Social. ASSUNTOS DELIBERATIVOS: a) Parecer nº 03/2016/CAP/CMDCA/JS - Análise do Projeto “CONHECENDO O ESPORTE”, da Associação Desportiva Jaraguá – ADJ, que solicita recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FMDCA/FIA, em conformidade com o edital nº 01/2016/ CMDCA/JS. Parecer aprovado por unanimidade, indeferido o projeto, por não atender aos itens do edital, principalmente o que concerne ao impacto social. Representantes da entidade presentes à plenária solicitaram a palavra, que foi negada pela mesa diretora seguindo os preceitos do Regimento. A conselheira Mara, que faz parte da Comissão de Análise de Projetos, colocou que é necessária alteração no edital de projetos, visando que citada uma entidade parceira, na apresentação de qualquer projeto para captação de recursos, será necessário documento comprobatório da participação da mesma.b) Parecer nº 15/2016/CMDCA - Análise da solicitação de subsídios financeiros do FIA, pelo Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul, para custear diárias de pernoite, alimentação e inscrição de conselheiros tutelares em capacitação. Parecer deferido e aprovado com a seguinte deliberação: Deferir a solicitação de subsídios financeiros pelo Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul, para custear diárias de pernoite, alimentação e inscrição de 01 (um) conselheiro (a) tutelar no IV Seminário Brasileiro de Acolhimento Institucional e Familiar, que será realizado de 13 a 16 de setembro de 2016 em Florianópolis, por unanimidade. c)Parecer nº 16/2016/CMDCA - Análise da solicitação de subsídios financeiros pelo Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul, para custear diárias de pernoite, alimentação e inscrição de conselheiros tutelares em capacitação. Parecer propondo o indeferimento aprovado por unanimidade. O conselheiro Juliano justificou que a referida capacitação pode ser feita no próprio município de Jaraguá do Sul, tendo em vista que está ocorrendo capacitações na área da violência familiar ofertada pelo fórum deste município, o conselheiro solicitou ainda, que a conselheira tutelar presente à plenária levasse tal informação aos demais conselheiros, a plenária foi informada pela conselheira tutelar Aparecida que o Conselho Tutelar já participa da referida capacitação.d) Alteração na composição de Legislação e normas, substituindo conselheiro Joel Luis Corrêa, pela conselheira Ana Lúcia Lima dos Santos.e) Campanha de divulgação da obrigatoriedade de inscrições das entidades que atendem crianças e adolescentes em nosso município e da possibilidade de acessar recursos através do edital de projetos FIA. A conselheira Luíza colocou que não é contra a referida campanha, porém entende ser importante ressaltar que toda entidade que atende criança e adolescente deveria estar inscrita no CMDCA, e que o Conselho deveria utilizar mídias gratuitas para divulgação, pois tendo o intuito de obter inscrições de projetos, o conselho não receberia valores, e a entidade deveria solicitar recursos para desenvolvimento de projetos conforme seu interesse. Foi lembrado ainda que conforme o artigo 91 do ECA que dispõe: “As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.” O objetivo da divulgação é informar às entidades, que é necessário se

adequar e se inscrever no CMDCA. A conselheira Luiza informou que foi feito um levantamento das entidades não governamentais do município, e encaminhado a cada uma ofício, o cadastro e edital para que a entidade se adequasse e efetuasse a inscrição. Nesse processo apenas uma entidade efetuou inscrição no CMDCA. O conselheiro André sugeriu a efetivação de um fórum para entidades não governamentais, afim de efetuarem inscrição no CMDCA. A conselheira Luiza lembrou a todos que é prerrogativa do Conselho efetuar esse tipo de ação no município. A proposição do conselheiro Juliano é que aconteça o fórum e concomitante a divulgação em mídia do edital para inscrição no CMDCA. O conselheiro André informou que na ocasião que deu entrevista ao jornal sobre a banda marcial da escola Luis Gonzaga Ayroso, informando que o FIA financiou a revitalização da banda, foi contactado pela Marisol para doação financeira, considerando a entidade estar inscrita no CMDCA a empresa teve mais segurança em investir na entidade. Este tema será analisado pela comissão de Planejamento do CMDCA.f) Placas nas unidades de ensino informando o número do Conselho Tutelar (Lei Municipal 7.239/2016). A plenária indeferiu a solicitação.g) Cores da Logo do FIA (Projeto ADV), os coordenadores do Projeto Evoluir solicitaram a redução das cores da logomarca do FIA para baratear a impressão nos uniformes dos professores do projeto. A conselheira Luiza informou que cada logomarca feita é acompanhada de um manual de identidade visual e que o mesmo deve ser obedecido. O conselheiro Juliano lembrou que essa logomarca é antiga e segue o regimento das logomarcas da prefeitura, que permite a diminuição de cores para impressão, sendo aprovada a redução de cores para essa ação afim de imprimir em uniformes a logomarca do FIA. 2.2. ASSUNTOS GERAIS: 3.PALAVRA LIVRE AOS CONSELHEIROS: A conselheira tutelar Aparecida solicitou a palavra para responder ofício 057/2016/CMDCA/JS encaminhando denúncias à Chefia de Gabinete referente ao C.T do CMDCA em razão de denúncias recebidas por este conselho. A conselheira compareceu a esta plenária para responder questões que se refere a sua pessoa, segundo ela. O conselheiro solicitou que a Sra. Aparecida respondesse outros questionamentos, já que é conselheira tutelar e deve estar à par dos atendimentos do conselho tutelar. A conselheira Aparecida justificou que ao retornar de férias verificou os questionamentos feitos em relação a suas férias. Em contato com o departamento de Recursos Humanos da prefeitura a mesma foi informada que tem direito a férias tendo em vista que era funcionária já pertencente aos quadros da PMJS anteriormente a posse como Conselheira Tutelar. Informou ainda que no dia 28/07/2016 foi à Barra Velha participar do fórum de conselhos tutelares, a referida conselheira não trabalhou na sexta-feira dia 29/07/2016 compensando horas em haver, fato esse decidido em colegiado do conselho tutelar. A conselheira tutelar solicitou saber o motivo da denúncia. A conselheira Mara questionou se o Conselho Tutelar fecha as portas para reunião do colegiado e o que ficam fazendo os outros funcionários? A conselheira tutelar Aparecida informou que no mandato anterior essa prática de fechar o conselho para colegiado já acontecia e que após conversa com o secretário de administração Ademar Possamai isso não acontece mais. Em relação ao Conselho Tutelar estar de portas fechadas no dia 28/07/2016, a mesma explica que foi uma sucessão de fatos, um adolescente vindo de Joinville chegou em Jaraguá do Sul sob ameaça de morte, foi solicitado auxílio em outros órgãos porém sem sucesso, e neste dia realmente o Conselho Tutelar fechou as portas para atendimento, afim de proteger o referido adolescente, permanecendo conselheiros e equipe administrativa no interior do conselho até que a situação fosse resolvida e dados os devidos encaminhamentos. A conselheira tutelar sabe que não é função do Conselho Tutelar proteger adolescentes em risco de morte sem acompanhamento policial, mas os conselheiros tutelares entendem que é função proteger a vida de um adolescente. Em razão ao horário de atendimento do Conselho Tutelar, Aparecida explica que o trabalho inicia às 7:30h e até às 9:30h é feito colegiado, SIPIA e respostas de e-mail. No período vespertino o espaço abre às 13h até 17h, atendimento ao público acontece das 14h às 17h. A conselheira Luiza ressaltou que foi muito temerária a proteção ao adolescente ameaçado de morte, pois, colocou a vida de todos em risco. O conselheiro Juliano coloca que existem várias questões que não estão esclarecidas, e que seria importante o CMDCA encaminhar recomendações ao Conselho Tutelar entre elas horários de atendimento. A conselheira tutelar Aparecida informou que o horário de atendimento executado é o mesmo da gestão anterior do conselho tutelar. A secretária executiva colocou que solicitou em fevereiro do corrente ano o regimento interno do Conselho Tutelar e ainda não recebeu retorno da solicitação. Ficou determinado que no prazo de 5 dias seja encaminhado ao CMDCA o regimento interno do Conselho Tutelar, bem como a agenda de trabalho dos conselheiros tutelares. A conselheira Eli colocou que é importante que a conselheira tutelar entenda que não é perseguição a esta composição do conselho como sugere o ofício, mas sim é uma das funções do CMDCA fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo Conselho Tutelar. O conselheiro Sérgio ratificou a fala da conselheira Eli e colocou ainda que não foi ético do secretário da administração repassar o ofício encaminhado diretamente a ele enquanto gestor da pasta e encaminhar diretamente ao Conselho Tutelar, colocando assim um órgão contra o outro. A conselheira Luiza colocou que é necessário rever o regimento do Conselho Tutelar. A Conselheira tutelar Aparecida convidou a todos os conselheiros de direitos a participar de ação que será efetuada no condomínio Erica Menegotti no dia 12/10/2016.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 82/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 82/2016

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 82/2016, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.033/2016 e Decreto nº 11.052/2016, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 82/2016, tipo Menor Preço Global à empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor Global de R\$ 247.403,88 (duzentos e quarenta e sete mil quatrocentos e três reais e oitenta e oito centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 17 de outubro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 82/2016

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.033/2016 e Decreto nº 11.052/2016, comunica aos interessados que o

Processo Licitatório nº 82/2016, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rodovia JGS 493 – Sem nome, no Bairro Rio Cerro II, (próximo a Sociedade Aliança), em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 223,00 m (duzentos e vinte e três metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor Global de R\$ 247.403,88 (duzentos e quarenta e sete mil quatrocentos e três reais e oitenta e oito centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 17 de outubro de 2016.

Ivan Andréias Wolter

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 11.033/2016 e Decreto nº 11.052/2016

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 114/2016

PORTARIA Nº 114/2016

Exonera Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, a SRA. FRANCINE SUELEN JUNCKES LOMBARDI. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 94/2016, de 29 de Agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 14 de outubro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

PORTARIA Nº 115/2016

PORTARIA Nº 115/2016

Exonera Assessor Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, o SR. GEISON DOUGLAS DALCANALE. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 96/2016, de 01 de Setembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 14 de outubro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

PORTARIA Nº 116/2016

PORTARIA Nº 116/2016

Nomeia Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. JOÃO ANTÔNIO BERTI, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 17 de outubro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

PORTARIA Nº 117/2016

PORTARIA Nº 117/2016

Nomeia Assessor Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. LAUDIR DALPIAZ, para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 17 de outubro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

PORTARIA Nº 118/2016

PORTARIA Nº 118/2016

Nomeia Servidora.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; da Lei nº 7.071/2015, de 13 de Julho de 2015 e CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2015.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Recepcionista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, MARIANA SCHMITZ.

Art.2º - A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados a partir da Publicação desta Portaria, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos e exames: I - Foto 3x4 recente; II - Cópia da Carteira de Identidade; III - Cópia do CPF; IV - Cópia do Certificado de Reservista (somente homens); V - Cópia do Título de Eleitor; VI - Certidão de quitação eleitoral e gozo dos direitos políticos – cartório eleitoral (www.tse.gov.br); VII - Certidão negativa de Crimes Eleitorais – cartório eleitoral (www.tse.gov.br); VIII - Cópia do número de registro do Pis/Pasep; IX - Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento; X - Cópia da Carteira de Trabalho (nº, identificação, foto, vínculos empregatícios e última em branco); XI - Cópia AUTENTICADA do comprovante do grau de escolaridade (para os cargos de nível Superior Diploma); XII - Cópia AUTENTICADA do diploma/certificado de conclusão de curso de especialização (quando o cargo requerer); XIII - Cópia do registro no órgão de Classe (quando o cargo requerer); XIV - Certidão de regularidade junto ao órgão de classe (quando o cargo requerer); XV - Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (quando o cargo requerer); XVI - Comprovante de endereço atualizado (fatura de água, luz ou telefone); XVII - Cópia da Declaração de Imposto de Renda assinada e datada ou declaração de bens em modelo próprio, conforme IN 01/2006 do TCE/SC (fornecida pelo RH); XVIII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Federal - Cível, Criminal e Eleitoral, (www.jfsc.gov.br); XIX - Certidão Negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual – Fórum (www.tj.sc.jus.br); XX - Declaração de que não possui outro vínculo empregatício ou declaração de não acumulação ilegal de cargo, função ou percepção de proventos (fornecida pelo RH); XXI - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, previstas no artigo 137 da lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei federal nº 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos estados e municípios (fornecida pelo RH); XXII - Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda (fornecida pelo RH); XXIII - Cópia da certidão de nascimento do(s) filho(s) menores de 18 anos; XXIV - Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos; XXV - Declaração do local de trabalho em que o servidor realiza outras atividades, com a informação da carga horária semanal (se houver); XXVI - Declaração Pessoal de contribuição ao INSS, assumindo a responsabilidade

em informar qualquer alteração que possa ocorrer na contribuição mensal do outro vínculo, houver (fornecida pelo RH); XXVII - Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crimes de Improbidade Administrativa – (www.cnj.jus.br); XXVIII - Declaração de que não se encontra em nenhuma das hipóteses contidas no Art. 1º da Lei nº 6.525/2012. "Lei da Ficha Limpa"; XXIX - Atestado de saúde ocupacional (APTO) emitido pela empresa de saúde ocupacional contratada pela Câmara Municipal; XXX - Hemograma Completo (realizado no prazo máximo de 30 dias); XXXI - Glicemia e Glicemia pós prandial (75 mg) (realizado no prazo máximo de 30 dias); XXXII - Parcial de urina com a coleta no laboratório. (realizado no prazo máximo de 30 dias); XXXIII - Colesterol Total (realizado no prazo máximo de 30 dias); XXXIV - Triglicerídeos (realizado no prazo máximo de 30 dias); XXXV - Prova de atividade reumática sendo PCR, VHS, Látex, FAN e ASO (realizado no prazo máximo de 30 dias); XXXVI - Radiografia do Torax 2 posições – P + PA (realizado no prazo máximo de 30 dias); XXXVII - Radiografia de Coluna Total (realizado no prazo máximo de 30 dias); XXXVIII - Radiografia de bacia; XXXIX - Radiografia de ombros AP e P; Radiografia de joelhos AP e P; XL - Avaliação Cardiológica, com ECG (eletrocardiograma) com laudo aos candidatos com idade igual ou superior a 30 anos (realizado no prazo máximo de 30 dias); XLI - Para candidatas do sexo feminino - preventivo ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante da coleta do exame; XLII - Para candidatos do sexo masculino (acima de 40 anos), preventivo prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses); XLIII - Esquema antitetânico em dia ou iniciado na ocasião; XLIV - Vacina antirubéola; XLV - Vacina anti-hepatite (conforme disponibilizado pelo Ministério da Saúde); XLVI - Audiometria (com laudo) – para os cargos de Telefonista, motorista e Ouvidor.

Parágrafo único - A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 18 de outubro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2016

PROCESSO LICITATÓRIO - 09/2016 - Dispensa de Licitação

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico por este termo, a Dipensa de Licitação conforme segue abaixo:

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. - CNPJ: 00.028.986/0066-53

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços

técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva do elevador, da sede da Câmara Municipal, não incluindo a aplicação de peças.

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 3.000,00 (Três mil, reais) para o período de 12 meses.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UN.	VALOT TOTAL
1	Serviços técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva do elevador.	12	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00

PRAZOS DE ENTREGA : Mensalmente a empresa fara todas as verificações necessárias a manutenção do equipamentos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.004 - Manutenção das Atividades de Divulgação Institucional e Ações Educativas - 3.3.90 – Aplicações Diretas.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2016.

José Ozório de Ávila
Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.008 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.008 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 85.529,93(oitenta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e noventa e três centavos), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro de exercícios anteriores dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.065 – BLINV – REFORMA/AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ESF-FMS

(56)Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064

Valor: R\$ 40.062,21

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.065 – BLINV – REFORMA/AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ESF-FMS

(57)Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0164

Valor: R\$ 45.467,72

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 14 de outubro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO PL 78/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 78/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 44/2016/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa especializada para a confecção de troféus em acrílico destinados às premiações do Festival de Dança 2016 do Município de Joaçaba, SC.

-Empresas Vencedoras:

COLOMBO ACRILICOS LTDA-ME

VALOR R\$ 7.950,00

FISCAL: Otávio José Schueda

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 17 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske - Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 06/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 016/2016

PREGÃO PRESENCIAL NR. 006/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor JUCELINO JORGE FERRAZ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nr. 8.666/1993 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR a presente licitação nos seguintes termos:

Processo de licitação nr.: 016/2016.

Pregão presencial nr.: 006/2016.

Data da homologação: 18/10/2016.

Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância eletrônica com fornecimento, instalação, manutenção e monitoramento 24h, em sistema de comodato, com pronto atendimento de ocorrências para a sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC, em conformidade

com as especificações do Edital e seus anexos.

Fornecedor e valores:

a) ONSERG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA – EPP: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos).

Joaçaba (SC), 18 de outubro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Licitações

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO 0043/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0058/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2016

PROTOCOLO JHL 2685/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0043/2016 – Licitação 0058/2016, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de: Objeto: AQUISIÇÃO DE CLIMATIZADORES E SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE CLIMATIZADORES NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO E NA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 9h00min do dia 04/11/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 04/11/2016 às 9h10min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 19/10/2016 a 04/11/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 18 de outubro de 2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0004/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0004/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0013/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2016

PROTOCOLO Nº 0684/2016

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviço de usinagem para execução de solda de flanges, rosca em flange e em tubos de diâmetros que variam de 1 ½" até 4" (aço galvanizado), e de 80mm até 250mm (FºFº).

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Empresa Vencedora
1	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 1 ½"	SV	20,00	R\$ 30,00	FIORIN USINAGENS LTDA ME
2	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 2"	SV	30,00	R\$ 30,00	
3	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 3"	SV	20,00	R\$ 30,00	
4	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 4"	SV	10,00	R\$ 35,00	
5	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	SV	10,00	R\$ 60,00	
6	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	SV	20,00	R\$ 65,00	
7	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	SV	20,00	R\$ 70,00	
8	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	SV	20,00	R\$ 90,00	
9	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	SV	20,00	R\$ 120,00	
10	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	SV	10,00	R\$ 60,00	
11	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	SV	20,00	R\$ 65,00	
12	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	SV	20,00	R\$ 70,00	
13	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	SV	20,00	R\$ 90,00	
14	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	SV	20,00	R\$ 120,00	
15	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	SV	10,00	R\$ 90,00	
16	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	SV	20,00	R\$ 100,00	
17	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	SV	20,00	R\$ 120,00	
18	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	SV	20,00	R\$ 140,00	
19	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	SV	20,00	R\$ 160,00	

VIGÊNCIA:18/04/2016 a 17/04/2017

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o SIMAE, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 18 de outubro de 2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0072/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0072/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0049/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2016

PROTOCOLO Nº 2770/2016

Data assinatura: 17/10/2016

Objeto: Contratação de seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, danos pessoais, materiais e terceiros para os veículos da frota do SIMAE.

Contratado: SEGUROS SURA S/A.

Valor Contratado: R\$ 17.530,00 (dezesete mil, quinhentos e trinta reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060/2.061/2.062

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.69.00.00.00

Prazo de vigência: 18/10/2016 a 18/10/2017

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0073/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0073/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0049/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2016

PROTOCOLO Nº 2770/2016

Data assinatura: 17/10/2016

Objeto: Contratação de seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, danos pessoais, materiais e terceiros para os veículos da frota do SIMAE.

Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

Valor Contratado: R\$ 14.142,00 (quatorze mil, cento e quarenta e dois reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060/2.061/2.062

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.69.00.00.00

Prazo de vigência: 18/10/2016 a 18/10/2017

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0074/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0074/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0049/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2016

PROTOCOLO Nº 2770/2016

Data assinatura: 17/10/2016

Objeto: Contratação de seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, danos pessoais, materiais e terceiros para os veículos da frota do SIMAE.

Contratado: GENTE SEGURADORA S/A.

Valor Contratado: R\$ 11.970,00 (onze mil, novecentos e setenta reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060/2.061/2.062

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.69.00.00.00

Prazo de vigência: 18/10/2016 a 18/10/2017

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ARP 06/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

PROCESSO Nº 36/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para manutenção de equipamentos médicos hospitalares e odontológicos nos setores e unidades da secretaria municipal da saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência e Anexo III, parte integrante desta ARP.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 24/2016.

O valor registrado é de R\$ 147.999,96 (cento e quarenta e sete mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), sendo:

MF DE ALMEIDA E CIA LTDA – CNPJ 05.021.932/0001-34 RUA SEBASTIÃO FURTADO, 101 CENTRO – CEP 88.501-140 LAGES/SC

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal (em exercício)

EXTRATO ARP 74-A/2016 PML

MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS 74-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL 72/2016

PROCESSO Nº 131/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Pneus para as Viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor Registrado é de R\$ 15.296,00 (quinze mil duzentos e noventa e seis reais), sendo;

MODELO PNEUS LTDA – CNPJ 94.510.682/0001-26 RUA MAL. HUMBERTO DE A. CASTELO BRANCO, 56 BENTO GONÇALVES/RS CEP 95.700-000.

Lages, 18 de outubro 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal (em Exercício)

EXTRATO ARP 74-B/2016 PML

MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS 74-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL 72/2016

PROCESSO Nº 131/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Pneus para as Viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor Registrado é de R\$ 24.129,12 (vinte e quatro reais cento e vinte e nove reais e doze centavos), sendo;

SOMA COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 20.222.787/0001-43, COM SEDE RUA CAETANO VIEIRA DA COSTA, 873 CENTRO LAGES/SC CEP 88.502-070.

Lages, 18 de outubro 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal (em Exercício)

EXTRATO TERMO DE PERMISSÃO DE USO 07/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: TERMO DE PERMISSÃO DE USO, N.º 07/2016 PML

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

PERMISSIONÁRIO: ASSOCIAÇÃO BOM SAMARITANO CNPJ 04.617.128/0001-50 Rua Manoel Thiago de Castro, 660 sala 6 Centro Lages/SC – CEP 88.501-020.

Termo de Permissão de Uso conforme Decreto Municipal nº 15.395

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

• Fica outorgada à ASSOCIAÇÃO BOM SAMARITANO, a Permissão de Uso, a título precário e gratuito, pelo prazo de 15 (quinze) anos, de uma área de terras com 1.760.00 m² (um mil setecentos e sessenta metros quadrados), de propriedade do Município de Lages, parte de área maior da Área Institucional do Loteamento Adilson Paes Ventura, constante da Matrícula nº 32.726 Cartório do quarto ofício do registro geral de imóveis da comarca de Lages/SC, localizado à Rua Sebastião Athayde, lado par distante 73,30m da esquina formada com a rua Marechal Arthur da Costa e Silva, bairro Popular, com as seguintes medidas lineares e confrontações atualizadas: ao norte, 50,00m, com terrenos de Município de Lages/SC destinados área industrial do loteamento Adilson Paes

Ventura, na linha lateral à esquerda; ao sul, 50,00m com os lotes de nº 01,02,03,04 e 05 da quadra "A1" do loteamento Adilson Paes Ventura, na linha lateral à direita; ao Leste, 35,20m com a Rua Sebastião Athayde, na linha de frente; ao oeste, 35,20m ainda com terrenos do Município de Lages/SC destinados à área institucional do loteamento Adilson Paes Ventura, na linha de fundos

CLÁUSULA NONA - PRAZO E VIGÊNCIA

9.1 O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por prazo de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado por igual período ou denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 10 (dez) dias, sem que haja qualquer tipo de indenização a PERMISSIONÁRIO e a PERMITENTE, ou a conclusão do devido Processo Legal destinado a verificação de demais empresas interessadas.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

A permissão de uso de bem público municipal a título precário e gratuito, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

A Permissão de Uso será de Forma Precária e Gratuita.

Lages, 18 de outubro de 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal (em exercício)

RERRATIFICAÇÃO PP 23-2016 SMS**RERRATIFICAÇÃO**

REF.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 23/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II – Termo de Referência do Edital. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br Informamos que um novo arquivo auto cotação está disponível.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 25/10/2016, para às 13:30 do dia 07/11/2016.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 18 de outubro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário da Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL Nº 14/2016

EDITAL Nº. 014/2016

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 01 de novembro de 2016.

Horário: 19h30min (dezenove horas e trinta minutos)

PAUTA: A realização da Audiência Pública para discussão sobre as obras de Infraestrutura do Município de Lages.

Local: Plenário da Câmara de Vereadores de Lages

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.cameralages.sc.gov.br.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2016.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA

Presidente

Local: Plenário da Câmara de Vereadores de Lages
Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.cameralages.sc.gov.br.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2016.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA

Presidente

EDITAL Nº 15/2016

EDITAL Nº. 015/2016

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 08 de novembro de 2016.

Horário: 19h30min (dezenove horas e trinta minutos)

PAUTA: A realização da Audiência Pública para discussão sobre a política habitacional efetuada e planejada pela Secretaria Municipal de Habitação de Lages.

Lajeado Grande

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE ESTADO DE SANTA CATARINA

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS
Concurso Público Nº 001/2014

O Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que:

I – Ficam convocados, para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Lajeado Grande – SC, sito a Rua Vitória, 503, centro, os candidatos abaixo, conforme se especificado a seguir:

OPERADOR DE MOTONIVELADORA – 40 HORAS		
CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
1º	005	William Baranoski Chinelli

II – Em caso de não comparecimento do candidato no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste edital, o candidato será automaticamente desclassificado;

III – A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação específica;

IV – Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação;

V – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Lajeado Grande – SC, em 17 de outubro de 2016.
Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 203/2016 DE 17/10/2016 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ACILIANE OLSZENSWSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 203/2016

DE 17/10/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ACILIANE OLSZENSWSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,
CONSIDERANDO o atestado médico indicando a necessidade do afastamento funcional do respectivo servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal ACILIANE OLSZENSWSKI por 30 dias a partir de 10/10/2016.

Art.2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 17 de outubro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 204/2016 DE 17/10/2016 DESIGNA A SERVIDORA ANDRESSA DE ALMEIDA, ASSISTENTE DE OBRAS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, PARA SUBSTITUIR SERVIDOR EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA N. 204/2016

DE 17.10.2016

“DESIGNA A SERVIDORA ANDRESSA DE ALMEIDA, ASSISTENTE DE OBRAS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, PARA SUBSTITUIR SERVIDOR EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor;
CONSIDERANDO a licença para tratamento de saúde da servidora Aciliane Olszensvski;
CONSIDERANDO a necessidade do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1o - Designar temporariamente a servidora ANDRESSA DE ALMEIDA, Assistente de Obras, Manutenção e Conservação, para substituir servidor em licença tratamento de saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – A designação perdurará enquanto durar a licença da servidora substituída, cessando com o retorno da mesma.

Art. 2ª - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 17 de outubro de 2016.
VALMIR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 109/2016

DECRETO Nº 109/2016.

CRIA O COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, considerando: a absoluta prioridade à criança e ao adolescente na elaboração das políticas públicas, conforme previsto no Artigo 227 da Constituição Federal do Brasil e no Artigo 4.º do Estatuto da Criança e do Adolescente; as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que recomendam que todos os estados e municípios da federação elaborem, implantem e implementem os seus respectivos Planos Decenais dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que requer um planejamento intersetorial, visando à garantia dos direitos fundamentais de todas as crianças e os adolescentes.

DECRETA:

Art. 1.º. Fica criado o Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto por membros titulares e suplentes, indicados pelos Chefes dos seguintes órgãos/instituições:

I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

Titulares: Rosimeri Candido
Claudio Lottin

Suplentes: Raul Pagani Viana
Laércio Mello

II – Conselho Tutelar;

Titular: Tegmar de Moraes
Suplente: Jesiane Vieira

III – Conselhos Setoriais;

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Diego Cifuentes
Suplente: Suzileide Albino

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Suzamara Vieira
Suplente: Doval de Assis de Souza

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Terezinha de Fátima Jorge Holthausen
Suplente: Michele Padilha

IV – Órgãos Municipais;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Priscila P. Folchini
Elaine Cristina Ramos

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rejane Vasieleski Miranda
Juliana Piuco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rodrigo Moraes Kruehl
Adriana Antunes Rita

V – Órgãos estaduais com representação local dos gestores de políticas sociais;

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Titular: Seldirene Medeiros Camargo da Rosa
Suplente: Silvana Ruzza Tornier Hammerschmidt

VII – Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública do município.

PODER JUDICIÁRIO

Titular: Glissiane Rejane Samaloni
Suplente: Leonardo Salvador

Art. 2.º. Será convidado a compor este Comitê adolescentes indicado pelo CMDCA, como membros titulares e membros suplentes, sendo estes indicados pelas escolas Estaduais do Município, e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes.

Titulares: Tainara Pacheco
Heloisa A. lemos
Dienifer Freitas Belmiro
Carolini Hobold
Adrian Pereira

Suplentes: Talita Candinho Severo

Jean Carlos Pereira
Natan Dutra
Carlos Manoel Cmaabruzzi de Souza
Suyanne Becker

Art. 3.º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os conselhos setoriais contarão com representantes, respeitando a paridade sendo um governamental e outro não governamental.

Parágrafo único. Em caso de não cumprimento do número de representantes indicados nesse Artigo, o representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos conselhos setoriais deverá ser, necessariamente, não governamental.

Art. 4.º. O Comitê ora instituído será presidido pela Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5.º. O Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem a seguinte atribuição:

I – elaborar o Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo ações, metas, indicadores de monitoramento e prazos de execução para cada órgão/instituição de atuação, para aprovação do CMDCA; e

II – acompanhar a implementação do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6.º. Todas as secretarias e instituições responsáveis pela execução das políticas públicas setoriais que compõem a Política de

Direitos da Criança e do Adolescente participantes deste Comitê deverão subsidiar a equipe técnica de elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com informações e dados estatísticos que permitam traçar o diagnóstico da atual situação das crianças e dos adolescentes do município de Lauro Müller, dentro de suas atribuições.

Art. 7.º. O Comitê Interinstitucional para Elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentará à Secretaria Municipal de Assistência Social, no prazo máximo de 50 dias a partir da publicação deste Decreto, o texto preliminar do referido Plano, com todos os componentes recomendados, incluindo o Plano de Ação, com as atribuições de cada órgão/instituição envolvido.

Art. 8.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE OUTUBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 050/2016

DECRETO Nº. 050/2016 de 31 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1537 de 10 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 263.700,00 (duzentos e sessenta e três mil e setecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	20	4	122	2	2.20	3.1.90	0.1.00	16.200,00
02	50	4	122	2	2.10	3.1.90	0.1.00	78.000,00
02	80	15	452	18	2.32	3.1.90	0.1.00	9.000,00
02	80	26	782	21	2.34	3.1.90	0.1.00	5.000,00
91	91	10	301	28	2.41	4.4.90	0.1.64	146.200,00
93	30	8	244	26	2.39	3.1.90	0.1.35	9.300,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	00	108.200,00
0	1	64	146.200,00
0	1	35	9.300,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 31 de agosto de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Dia Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 053/2016

DECRETO Nº. 053/2016 de 14 de outubro de 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO TERMO DE CONVENIO RV 11698/16 CELEBRADO PELO FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 13, da Lei Municipal nº 1537/2015 de 10 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$. 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

91.10 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

301 – Atenção Básica

28 – Saúde Básica

2.41 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4.4.90 – aplicações DiretasR\$. 100.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o seguinte

recurso:

Parágrafo Único: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por conta do convenio nº RV 11.6987/16, fonte 0.1.63.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 14 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Dia Oficial dos Municípios – DOM

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 097/2016

DECRETO Nº 97, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

“DECLARA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL AFETADAS POR GRANIZO - COBRADE 1.3.2.1.3, CONFORME IN/MI 01/2012”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art.98, I, da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

- O temporal provocado por vendaval e chuva intensa com queda de granizo ocorrido neste dia 16 de outubro de 2016, por volta das 19h30min, com duração do granizo de aproximadamente 10 minutos atingindo 60% do município, e da chuva por 03h00min atingindo todo o município;
- O temporal provocado por vendaval e chuva intensa, ocorrido no dia 17 de outubro de 2016, por volta das 17h00min, com chuva intensa, volume de 80 ml, com duração de aproximadamente 30 minutos atingindo todo o município;
- Que como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes no Formulário de Informação do Desastre FIDE, anexo ao presente Decreto;
- O parecer do Presidente do Conselho Municipal de Defesa Civil COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre e sendo favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como granizo– COBRADE 1.3.2.1.3, conforme IN/MI Nº 01/2012.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob o Conselho Municipal de Defesa Civil COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do Conselho Municipal de Defesa Civil COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao

desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, podendo ser prorrogado em caso de necessidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 dias.

Leoberto Leal, 18 de outubro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2274

DECRETO Nº 2274 de 18 de outubro de 2016.

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º da Lei nº 615 de 20 de outubro de 2005 e alterações posteriores, e

CONSIDERANDO a Ata nº 004/2016 da Reunião realizada pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET, em 18 de outubro de 2016,

DECRETA:

Art.1º- Fica APROVADO o REGIMENTO INTERNO do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de outubro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

REGIMENTO INTERNO
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º- O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET, o qual é vinculado ao Gabinete do Prefeito, não estando subordinado a este no exercício de suas funções, de caráter deliberativo, criado para orientar, através de pareceres, a aplicação de incentivos econômicos e fiscais, previstos em leis municipais e outros temas de interesse econômico do Município.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art.2º- O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET será composto por membros titulares e seus suplentes, representantes de órgãos e entidades organizados por segmentos, com direito a voz e voto, a saber:

- I. 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração;
- II. 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração - Setor Tributário
- III. 01(um) representante do comércio e 01 (um) representante da indústria indicados pela ACIAL;
- IV. 01(um) representante da agricultura indicado pela ADR;
- V. 02 (dois) representantes de empresas incubadas;
- VI. 01 (um) representante do CONSELHO DO MUNICÍPIO indicado pelos Conselheiros;
- VII. 01 (um) representante do Instituto Federal Catarinense - IFC;
- VIII. 01(um) representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - Unidade de Luzerna.

§1º - Os representantes do Poder Público serão indicados pelo Prefeito Municipal.

§2º- Os representantes de que tratam os incisos III- representante do comércio e indústria, IV- representante da agricultura, V- representante das empresas incubadas, VI - representante do Conselho do Município, VII - representante do Instituto Federal Catarinense - IFC, VIII - representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI serão indicados por suas respectivas entidades.

§3º- Os representantes suplentes de órgãos e entidades terão direito a voz mesmo na presença dos titulares.

§4º - Os conselheiros representantes das entidades serão indicados por estas e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal para um mandato de 02 (dois) anos, permitida recondução.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art.3º- Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET:

- I. Estudar, debater e propor ações e diretrizes que visem o desenvolvimento empresarial do Município;
 - II. Divulgar, para as empresas que queiram instalar, ampliar ou modernizar suas atividades, subsídios específicos, tais como:
 - a) Mão-de-obra disponível no Município;
 - b) Aspectos sociais, culturais, geográficos e econômicos do Município de Luzerna;
 - c) Os incentivos oferecidos pelo Poder Público Municipal.
 - III. Propor medidas que visem à melhoria das empresas locais;
 - IV. Apreciar os pedidos dos benefícios instituídos em leis municipais, através de deliberações encaminhadas ao Executivo;
 - V. Fiscalizar as infrações cometidas, a qualquer tempo, ao que dispõe as leis de incentivos empresariais, realizando as diligências necessárias em conjunto com os demais órgãos municipais, levando a apuração dos fatos ao Chefe do Poder Executivo;
 - VI. Admitir empresas a serem incubadas na INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA - ITL, as quais serão escolhidas por meio de processo de seleção em Edital Público e amplamente divulgado, onde serão estabelecidas as condições e critérios para a apresentação e seleção das propostas das empresas candidatas à incubação;
 - VII. Outras atribuições específicas referentes à INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA - ITL as quais constam no Regimento Interno da Incubadora;
 - VIII. Elaborar o seu Regimento Interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;
 - IX. Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentável, através da integração das ações do Poder Público e organizações privadas, visando à melhoria da qualidade de vida da população.
- Parágrafo Único - Os empreendimentos passíveis de incubação deverão se enquadrar preferencialmente, mas não excludente, entre as seguintes áreas: tecnologia da informação, automação entre outras tecnologias em evidência.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 4º - O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET se reunirá trimestralmente, em sessões ordinárias, e em sessões extraordinárias, sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente ou a requerimento de (1/3) de seus membros, sempre por escrito, contra recibo, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

§1º- As decisões do CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET serão tomadas mediante decisões da maioria simples dos Conselheiros presentes à reunião, por votos consignados em Ata, obedecido ao quórum mínimo de 1/3 de seus membros presentes para validar a reunião.

§2º- O Presidente do CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET terá, além do seu, o voto de qualidade no caso de empate.

§3º - A entidade cujos Conselheiros que, sem justa causa, ou sem o comparecimento do respectivo suplente, faltarem a 03 (três) sessões consecutivas ou 06 (seis) alternadas durante o exercício, terão seus mandatos declarados extintos por ato da Presidência, homologado pelo Plenário do Conselho. Neste caso a entidade será notificada para indicar novos membros.

Art. 5º - O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET será composto por um Presidente, Vice-Presidente, Secretário e pelo Plenário.

Seção I DA PRESIDÊNCIA, VICE PRESIDÊNCIA E SECRETARIA DO CONSELHO

Art. 6º - O Conselho é dirigido por um Presidente, eleito entre os membros titulares e auxiliado por um Secretário, eleito entre os membros titulares ou suplentes do Conselho.

Parágrafo Único - A eleição do Presidente Vice-Presidente e Secretário ocorrerá a cada 02 (dois) anos, após o ato da posse dos membros.

Art.7º - A Presidência das sessões será exercida pelo Presidente e em sua ausência ou impedimento pelo vice-presidente. Na falta de ambos, por um membro titular indicado pelo Presidente.

Art.8º - No caso de vacância do cargo de Presidente, o vice-presidente do Conselho assumirá o cargo de Presidente.

Art.9º - São atribuições do Presidente:

- I. Presidir as sessões plenárias tomando parte das discussões, e votações nos casos de empate;
- II. Decidir, soberanamente, as questões de ordem, reclamações ou solicitações em Plenário;
- III. Convocar sessões extraordinárias;
- IV. Assinar a correspondência oficial do Conselho;
- V. Representar o Conselho nas solenidades e zelar pelo seu valor;
- VI. Apreciar e decidir sobre os requerimentos de afastamento provisório ou definitivo dos membros do Conselho;
- VII. Convocar o suplente para assumir o mandato, no caso de vacância por afastamento provisório ou definitivo do membro efetivo;
- VIII. Nomear o relator para as matérias a serem apreciadas no Conselho;
- IX. Instituir os comitês técnicos e atribuir-lhes as tarefas.

Art. 10 - Compete ao Secretário:

- I. Secretariar as sessões do Conselho;
- II. Participar das discussões e votações nas sessões plenárias;
- III. Despachar com o Presidente;
- IV. Manter em dia a documentação do Conselho;
- V. Lavrar as atas das sessões plenárias, constando, quando a votação não for unânime, o voto de cada Conselheiro;
- VI. Elaborar e submeter ao Conselho a pauta das sessões;
- VII. Elaborar e emitir as convocações para as sessões extraordinárias;
- VIII. Examinar os processos a serem apreciados pelo Plenário, autuando-os e dando cumprimento aos despachos nele proferidos;
- IX. Prestar, em Plenário, as informações que lhe forem solicitadas pelo Presidente e pelos Conselheiros;
- X. Encaminhar os processos aos relatores designados pelo Presidente.

Art. 11 - Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- II. Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições.

Seção II DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 12 - São obrigações e atribuições dos membros do Conselho:

- I. Comparecer às sessões plenárias, justificando as faltas quando ocorrerem;
- II. Discutir e votar assuntos debatidos em Plenário;
- III. Assinar a presença em livro próprio;
- IV. Solicitar a Presidência, conforme art. 2º, convocação da reunião extraordinária para apreciar assunto relevante.
- V. Votar e ser votado para a Presidência e Secretaria do Conselho;
- VI. Solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença em sessão do postulante ou de titular de qualquer órgão informante, para as entrevistas que se fizerem indispensáveis;
- VII. Solicitar, em Plenário, esclarecimentos que julgar necessários;
- VIII. Pedir vista de processo e requerer adiamento de votação;
- IX. Assinar os pareceres dos processos em que for relator;
- X. Declarar-se impedido;
- XI. Exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pela Presidência.

Seção III DO PLENÁRIO E DAS SESSÕES

Art. 13 - O Plenário é o órgão soberano de deliberação do Conselho e compõe-se dos Conselheiros no exercício pleno de seu mandato.

Art. 14 - As sessões plenárias obedecerão à seguinte ordem:

- I. Instalação dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;
- II. Leitura da Ata da reunião anterior;
- III. Discussão, aprovação e assinatura da Ata;
- IV. Avisos, comunicações, registros de fatos, correspondências e documentos de interesse do Plenário;
- V. Leitura, discussão e aprovação da ordem do dia;
- VI. Encaminhamento sobre a forma de votação dos assuntos a serem discutidos;
- VII. Desenvolvimento da sessão plenária;
- VIII. Encerramento da reunião pelo Presidente do Conselho.

Art. 15 - Os Conselheiros que desejarem incluir itens na pauta das sessões ordinárias deverão enviar suas sugestões à Secretaria do Conselho, por escrito, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias.

§1º- A Secretaria do Conselho deverá enviar a todos os Conselheiros, com antecedência mínima de 03 (três) dias a pauta a ser discutida nas sessões ordinárias.

§2º- O(s) processo(s) a ser(em) deliberado(s), terá(o) seu(s) relator(es) nomeado(s) pela Presidência, em forma de rodízio entre os Conselheiros.

CAPÍTULO V DA PERDA DO MANDATO DE CONSELHEIRO

Art.16- O Conselheiro perderá o mandato:

- I. Por renúncia, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela Presidência;
- II. Ao desvincular-se do órgão de origem de sua representação;
- III. Por requerimento do órgão ou entidade representada, que deverá ser acompanhado da indicação de novo titular ou suplente;
- IV. Na hipótese de faltar, injustificadamente, a 03 (três) reuniões de forma consecutiva ou a 06 (seis) reuniões de forma alternada no período de um ano;
- V. Pela prática de ato incompatível com a função de Conselheiro, por decisão proferida pela maioria dos membros do Conselho em

processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa;

VI. Pelo trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

VII. Se a entidade a que estiver vinculado extinguir sua base territorial de atuação no Município.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.17 - Quando da convocação da reunião, os Conselheiros deverão receber, anexados ao expediente de convocação, dados de identificação do processo, bem como, nome de seu relator.

Art.18 - O Parecer do relator, a ser analisado pelo Plenário, deverá conter, além da indicação da procedência e do objeto:

I. Histórico;

II. Análise;

III. Voto do relator.

Art.19- As funções dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou participação em diligências.

Art.20 - O presente Regimento poderá ser alterado por proposta e aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art.21 - As dúvidas e os casos omissos nesse Regimento serão apreciados e resolvidos pelo Plenário, observadas as disposições legais.

Ricardo Antonello
Presidente do CMDET

PL 093/2016 - PP 063/2016 - MÓVEIS SOB MEDIDA - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 093/2016 - PML

Pregão Presencial nº 063/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, destinados à Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 03 de novembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 03 de novembro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;
CSA COMÉRCIO E SUPRIMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MÁQUINAS COPIADORAS LTDA

CNPJ: 00.243.167/0001-83

Nota Fiscal nº 24128 R\$ 7.448,42

Nota Fiscal nº 23837 R\$ 2.195,12

Nota Fiscal nº 24060 R\$ 2.195,12

Nota Fiscal nº 24061 R\$ 571,36

Nota Fiscal nº 24656 R\$ 3.139,66

Nota Fiscal nº 24667 R\$ 2.912,64

Nota Fiscal nº 24666 R\$ 328,50

Nota Fiscal nº 24658 R\$ 588,77

Nota Fiscal nº 24661 R\$ 153,17

Nota Fiscal nº 24659 R\$ 2.991,35

Nota Fiscal nº 24664 R\$ 1.850,58

Nota Fiscal nº 24067 R\$ 274,39

Nota Fiscal nº 23822 R\$ 2.275,58

Nota Fiscal nº 24063 R\$ 2.743,90

Nota Fiscal nº 24064 R\$ 719,44

VALOR: R\$ 30.388,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela locação de equipamentos para o fornecimento de reproduções (cópias), impressões, execução de digitalização de documentos e envio/ recebimento de fax, necessários para dar continuidade aos serviços prestados nas Secretarias Municipais, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 19 de outubro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 - PP - CÂMARA DE VEREADORES DE MARACAJÁ

Estado de Santa Catarina

CÂMARA DE VEREADORES DE MARACAJÁ

Processo Licitatório nº 02/2016 - Pregão Presencial –

Menor Preço por lote

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para gestão pública, como também a conversão, a implantação, o treinamento e serviços técnicos necessários à Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maracajá – SC, conforme especificações da Solução no anexo do edital.

Entrega dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 31/10/2016 Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 31/10/2016. Local e cópia do Edital: Câmara de Vereadores de Maracajá, sito a Rua Manoel José da Rocha, 77, Centro, no município de Maracajá - SC, CEP 88915-000, no horário das 13:00 hs as 18:00 hs, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1400; e-mail: cvmmaracaja@gmail.com

Maracajá, 17 de outubro de 2016.

Alacide Luiz Rocha

Presidente

Massaranduba

PREFEITURA

FMS CO 53.2016 - LAHR E KLIEMANN SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES SS LTDA - ME MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: LAHR E KLIEMANN SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES S/S LTDA – ME

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS PRÉ E PÓS-OPERATÓRIA E CIRURGIAS DE BAIXA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, NO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER.

VALOR CONTRATADO: R\$ 10,00 POR CONSULTA E A CIRURGIA SERÁ PAGO 30% DO VALOR DA AIH PROFISSIONAL CONFORME TABELA SIGTAP

VIGÊNCIA: 17 DE OUTUBRO DE 2016 À 20 DE JUNHO DE 2017.

MASSARANDUBA, 17 DE OUTUBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE – PREFEITO INTERINO
SUZANE E. F. REINK- GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 11.2016 PP 09.2016 (FASS) - SQUEZZES DESTINADOS ÀS CRIANÇAS ATENDIDAS PELO SCFV

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando a AQUISIÇÃO DE SQUEZZES PERSONALIZADOS DESTINADOS ÀS CRIANÇAS ATENDIDAS PELO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) DO CRAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 31/10/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 31/10/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 19 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino
ANNA KARINE REINKE FRANZ – Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO LICITATÓRIO 112.2016 TP 08.2016 (PMM) - AMPLIAÇÃO NA EMEF NICOLAU JENSEN

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2016
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UM BLOCO PEDAGÓGICO (04 SALAS DE AULA) NA EMEF NICOLAU JENSEN, BAIRRO PATRIMÔNIO, NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC). CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 03/11/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 03/11/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 19 de outubro de 2016.
VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

PROCESSO LICITATÓRIO 114.2016 PP 74.2016 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: MATERIAIS ELÉTRICOS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO NA MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 01/11/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 01/11/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 19 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino
SUZANE ELISA FROELICH REINKE – Gestora do Fundo Municipal de Saúde
ANNA KARINE REINKE FRANZ – Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO LICITATÓRIO 122.2016 PP 81.2016 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: MATERIAIS PREVENTIVOS DE INCÊNDIO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PREVENTIVOS DE INCÊNDIO USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 04/11/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 04/11/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 19 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

SUZANE ELISA FROELICH REINKE – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ANNA KARINE REINKE FRANZ – Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRO, JÚLIO VEGINI E DANILO DE TOFFEL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 31/10/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 31/10/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 19 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

SUZANE ELISA FROELICH REINKE – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO 123.2016 PP 82.2016 (PMM) - CONTAINER PARA CEI MUNDO INFANTIL

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando AQUISIÇÃO DE UM CONTAINER QUE SERÁ COMO DEPÓSITO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 01/11/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 01/11/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 19 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

PROCESSO LICITATÓRIO 38.2016 PP 26.2016 (FMS) - PERSIANAS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 001-2016 AO CONTRATO Nº 007-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2016 (Acréscimo de valor)
Contrato n.º. 007/2016
Contratante: SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO
Contratado: TANAC S.A
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS DESTINADOS A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.
Valor acrescido: R\$ 2.480,00
Data da assinatura: 18 de outubro de 2016.

PORTARIA Nº499-2016

PORTARIA n.º 499/2016

TRATA DA PRORROGAÇÃO DA LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A portaria nº 489/2016, que concede licença saúde à servidora ELIZANDRA DAL PONT, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de encaminhamento para benefício junto a Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº500-2016

PORTARIA n.º 500/2016
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA QUE DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011,

resolve:

R E V O G A R

Artigo 1.º A Portaria nº 131/2015, de 26 de Março de 2015, que designa o servidor público municipal VILMAR MOTTA TRISTÃO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, para exercer funções do cargo de Fiscal de Obras.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 131/2015.

Meleiro, 18 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº501-2016

PORTARIA n.º501/2016

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde a servidora MARIA DIRLENE PEREIRA IZÉ, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0265/2016

DECRETO 0265/2016 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

DESIGNA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO MUNICÍPIO DE MODELO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente de conformidade com o disposto na Lei Municipal 1.513/02 e demais normas pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório do Município de Modelo – SC, conforme a seguir nominados:

NOME	CARGO
Adilson Cesar Braun	Diretor Municipal de Administração e Fazenda – PRESIDENTE
Alidiane Zamprogna	Enfermeira
Eliane F. H. Chaves	Assessora de Departamento
Erno Michielin	Diretor Municipal de Saúde
Francieli Pavalicini	Assessora de Depto. Pessoal
Gelci Vogel	Professora
Gelson Bortolin	Operador de Máquinas
Janete Toseto	Coordenadora Educação Infantil
Jussane M. Toseto Frandoloso	Diretora Municipal de Educação
Loraci M.S. Bellaver	Assistente Social
Marizete Maria Floss	Assistente Social – Coordenadora Depto. De Assistência Social
Rudinei Fernando Bach	Chefe de Departamento – Obras, Estradas e Agricultura

§ 1º - Nas reuniões para avaliação, deverão estar presentes no mínimo 4 (quatro) membros.

§ 2º - Fica designado o Servidor Adilson Cesar Braun para ser o Coordenador/Presidente da comissão de avaliação do Estágio Probatório. O Coordenador/Presidente da comissão é responsável pelo controle das datas de avaliação – relatórios – vistas ao pessoal e encaminhamento dos relatórios ao departamento de pessoal.

Art. 2º - A avaliação do estágio probatório deverá ser realizada de conformidade com o estabelecido na Lei Municipal 1.513/2002 e demais disposições pertinentes à matéria.

Art. 3º - Fica aprovado o relatório e quesitos para avaliação, sendo de: I – Assiduidade; II – Pontualidade; III – Eficiência; IV – Responsabilidade; V – Relacionamento; VI – Auto-Avaliação e demais critérios, conforme disposto no Boletim de avaliação como Anexo I, integrante deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de outubro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

ANEXO I

BOLETIM DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

II – IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO:

Nome: Matrícula:

Cargo/nível:

Carga horária:

Lotação:

Decreto de Nomeação Nº:

Data de posse:

DATA DE AVALIAÇÃO (Trim.): _____ Boletim nº _____ Período: _____

III – ITENS AVALIADOS

1. Quantidade de trabalho:

Considere a quantidade de trabalho executado dentro do campo de ocupação:

() produção deficiente com desperdício de tempo 1 ()

() produção aceitável 3 ()

() produção correspondente à expectativa 5 ()

() produção elevada, acima da expectativa 7 ()

2. Qualidade do trabalho:

a) Baixa qualidade, compromete a eficiência das atividades 1 ()

b) Qualidade razoável, precisa de constante acompanhamento 3 ()

c) Bom índice de qualidade, raramente necessita de acompanhamento 5 ()

d) Excelente qualidade. Não necessita de acompanhamento 7 ()

3. Eficiência:

Aplicação de conhecimentos teóricos/práticos:

a) Conhecimento insuficiente. Visão reduzida e fragmentada dos conhecimentos 1 ()

b) Possui algum conhecimento do conteúdo, mas precisa melhorar 3 ()

c) Familiarizado com o conteúdo, satisfazendo as exigências 5 ()

d) Conhece bem e trabalha em profundidade os conteúdos 7 ()

4. Aperfeiçoamento funcional:

a) Não demonstra o mínimo interesse em aperfeiçoamento 1 ()

b) Não procede espontaneamente. Só aprofundamento quando compelido pela Administração 3 ()

c) Demonstra interesse em se auto-desenvolver 5 ()

d) Mantém-se sempre atualizado e busca espontaneamente novas informações 7 ()

5. Responsabilidade:

Considere a maneira como o funcionário se dedica ao trabalho – se entrega as tarefas nos prazos determinados, se respeita as ordens, as determinações, normas e regulamentos do órgão e como administra o tempo de suas atividades atinentes a sua função.

a) Necessita constante vigilância. Não se pode confiar na execução de suas atividades 1 ()

b) Necessita ser alertado quanto ao cumprimento de suas atividades 3 ()

c) Merece confiança e raramente necessita de fiscalização 5 ()

d) Assume todas as suas atividades, cumprindo-as 7 ()

6. Cooperação:

Considere a qualidade de cooperar e oferecer contribuição ao trabalho de seus colegas e comunidade.

- a) Nega-se a executar qualquer atividade fora de sua rotina 1 ()
- b) Cooperar somente quando é solicitado 3 ()
- c) Cooperar sempre que é necessário 5 ()
- d) Cooperar espontaneamente, demonstrando espírito de equipe e de solidariedade 7 ()

7. Relacionamento humano:

Considere o relacionamento com os colegas, membros da comunidade e com a Administração, no que diz respeito às questões de funcionamento do órgão.

- a) Difícil de conviver. Não tem espírito de coleguismo e de mútua compreensão 1 ()
- b) Demonstra razoável habilidade no relacionamento com colegas e terceiros 3 ()
- c) Mantém sempre um clima de cordialidade no trato com colegas e terceiros 5 ()
- d) Demonstra excelente capacidade de relacionamento. É respeitado e estimado por todos 7 ()

8. Assiduidade e permanência no serviço:

Considere a frequência do funcionário ao trabalho e sua permanência no local trabalho, bem como sua participação nos eventos promovidos pelo Órgão ou comunidade, relacionados com as suas atividades. Considere a chegada e a saída do trabalho, o começo e o término de cada período, faltas justificadas e injustificadas, a disciplina e o ambiente de trabalho.

- a) Falta ou sai constantemente e raramente apresenta justificativa aceitável. Tem falta(s) injustificadas(s) 1 ()
- b) Algumas vezes falta ou sai, apresentando justificativa. Tem falta(s) justificada(s) 3 ()
- c) Não faltou nem saiu do local de trabalho. Promove ambiente agradável e disciplinado em relação ao trabalho 5 ()
- d) Não faltou nem saiu, tendo participação nos eventos do Município 7 ()

9. Criatividade:

Considere a potencialidade do funcionário para desenvolver ideias novas, dinamizar e motivar as atividades, contribuindo para a melhoria da categoria profissional.

- a) Limita-se a seguir técnicas e padrões existentes, sem entusiasmo 1 ()
- b) Possui potencial criativo, mas contribui somente quando estimulado 3 ()
- c) Frequentemente dinamiza, inova e motiva seu trabalho, desenvolvendo ideias novas e úteis 5 ()
- d) Incessantemente dinamiza, inova e motiva o seu trabalho, sempre com bons resultados 7 ()

10. Planejamento:

Considere a elaboração e execução do Plano Anual de Trabalho.

- a) Não elabora planejamento anual 1 ()
- b) Elabora mas não segue o Plano elaborado, sem apresentar justificativa convincente 3 ()
- c) Elabora, mas raramente segue o Plano elaborado apresentando quase sempre Justificativas válidas 5 ()
- d) Elabora e executa o Plano elaborado sem perder a atualização e a adaptação dos Conteúdos 7 ()

11. Recuperação de Trabalhos/Atividades:

- a) Não proporciona trabalhos de recuperação das atividades realizadas insuficientes 1 ()
- b) Proporciona orientação e acompanhamento de trabalhos que conduzam a sanar as Insuficiências constatadas 3 ()

c) Frequentemente oferece oportunidade de recuperação de trabalhos para atendê-los em suas

Necessidades 5 ()

d) Proporciona sempre que necessário e satisfatoriamente a recuperação com Aproveitamento suficiente, para recuperação do trabalho/atividade 7 ()

12. Operacionalização: Domínio do Conteúdo:

Considere a capacidade de domínio e de comunicação do conteúdo, na operacionalização da atividade, Aplicação prática de conhecimentos técnicos (cursos e aperfeiçoamentos).

- a) Muito prejudicado por problemas de relacionamento e aplicação, tornando deficiente a operacionalização 1 ()
- a) Operacionalização razoável dos conteúdos mas abaixo da expectativa 3 ()
- b) Domínio de conteúdo e aplicação prática correspondente à expectativa 5 ()
- c) Acima do esperado e domínio de conteúdo e operacionalização acima da expectativa 7 ()

b) Consciência interdisciplinar do trabalho:

- a) O servidor se preocupa apenas e isoladamente com o seu trabalho, não se importando com a integração com os demais colegas e com a filosofia da administração 1 ()
- b) O servidor às vezes se preocupa com a integração das suas atividades e às vezes considera a filosofia de ação da administração 3 ()
- c) O servidor corresponde às expectativas de integração de suas atividades e às expectativas da filosofia de ação. 5 ()
- d) A capacidade de integração de suas atividades às de outros órgãos, está acima do esperado 7 ()

c) Idoneidade Moral:

Considere a conduta social e a postura do funcionário em relação ao seu comportamento de moral pública

- a) O comportamento público do funcionário compromete a ética e a moral do órgão público Municipal perante a comunidade. 1 ()
- b) O comportamento público às vezes compromete a ética e moral do órgão público municipal perante a comunidade 2 ()
- c) O comportamento público do funcionário não compromete a ética e a moral do órgão Público municipal perante a comunidade 3 ()

d) Antecedentes Criminais:

Considere a existência de antecedentes criminais próximos, até o período pregresso de 5 anos.

- a) Possui antecedentes criminais próximos 1 ()
- b) Não possui antecedentes criminais próximos 3 ()

e) Antecedentes disciplinares:

Considere a existência de antecedentes disciplinares próximos, até o período pregresso de 5 anos.

- a) Possui antecedentes disciplinares próximos 1 ()
- b) Não possui antecedentes disciplinares próximos 3 ()

f) RESUMO/RESULTADO

Itens não avaliados:

Número máximo de pontos possíveis:

Soma dos pontos obtidos:

Percentual atingido dos pontos possíveis: %

Observação da Comissão:

Conclusão do Representante:

Assinatura da Comissão:

Nome: Nome:

Nome: Nome:

Nome: Nome:

Nome: Nome:

Nome: Nome:

Nome: Nome:

ASSINATURA E CIENTE DO SERVIDOR:

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente do conteúdo e avaliação do presente boletim nº _____

NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

PORTARIA Nº 0164/2016

PORTARIA Nº 0164/2016 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.960/2010 e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a jornada de trabalho, para os servidores com lotação no Departamento da Saúde do Município de Modelo – SC, conforme abaixo especificado:

1. Coordenação, cargos efetivos, comissionados e administrativos:
Matutino: 07:30 às 11:30
Vespertino: 13:30 às 17:30

2. Médico:
Centro Municipal de Saúde e Hospital
Matutino: 07:30 às 11:30
Vespertino: 13:30 às 17:30

3. Cirurgião Dentista/Odontólogo:
Jornada 01:
Matutino: 07:30 às 11:30 no Centro de Saúde;

Jornada 02:
Vespertino: 13:30 às 17:30 no Centro de Saúde;

Jornada 03:
Segunda e quinta-feira: das 07:30 às 11:30 na Escola Reunida Municipal
Segunda, quarta e sexta-feira: das 13:15 às 17:15 na Escola Reunida Municipal

Jornada 04:
Matutino: 07:15 às 11:15 na Escola Reunida Municipal

Jornada 05:
Vespertino: 13:15 às 17:15 na Escola Reunida Municipal

Jornada 06:
Segunda, quarta e sexta-feira: Turno matutino: 07:15 às 11:15 na Escola Reunida Municipal;
Terça e quinta-feira: Turno vespertino: 13:15 às 17:15 na Escola Reunida Municipal

Jornada 07:
Segunda, quarta e sexta-feira: Turno vespertino: 13:15 às 17:15 na Escola Reunida Municipal
Terça e quinta-feira: Turno matutino: 07:15 às 11:15 na Escola Reunida Municipal

4. Agente Comunitário de Saúde Pública – ESF:
Segunda Feira, Terça feira e na Quarta feira:
Matutino: 08:00 às 11:00 horas
Vespertino: 14:00 às 19:00 horas
Quinta Feira:
Matutino: 08:00 às 10:00 horas
Vespertino: 14:00 às 19:00 horas
Sexta feira:
Matutino/Vespertino: 11:30 horas às 18:30 horas

5. Serviços gerais
Jornada 01:
Matutino: 07:00 às 13:00

Jornada 02:
Vespertino: 13:00 às 19:00

Jornada 03:
Matutino: 07:00 às 11:00 e Vespertino: 14:00 às 18:00

6. Motoristas
Jornada 01: Segunda/Quarta/Sexta: Matutino: 04:30 às 08:30 Intermed.: 09:30 às 13:30
Terça/Quinta: Matutino: 07:30 às 11:30 Vespertino: 13:30 às 17:30

Jornada 02: Segunda à Sexta: 07:00 às 11:00 e das 12:00 às 16:00

Jornada 03: Segunda à Sexta: 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

7. Psicólogo (a)
Matutino:
Segunda a Quarta-Feira: 07:30 às 11:30
Vespertino:
Segunda a Quarta-Feira: 13:30 às 17:30
Quinta-Feira: Turno Único das 07:00 às 13:00

8. Fisioterapeuta
Matutino:
Segunda, Terça e Quarta Feira: 07:30 às 11:30
Vespertino:
Segunda e Terça-Feira: 13:30 às 17:30

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 14 de outubro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Visto, conferido e de acordo: Registrada e publicada na data supra:

ERNO MICHIELIN FRANCIELI PAVALICINI
Diretor Mun. De Saúde Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0165/2016

PORTARIA Nº 0165/2016 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBIO SCHILD FILHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal, Título IV Capítulo I da Lei Municipal nº 1.513/2002, Portaria Municipal nº 164/2016 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, em especial considerando o interesse público e a necessidade do serviço,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal ALBIO SCHILD FILHO, matrícula nº 154-6, o exercício das funções do cargo efetivo de Odontólogo, para atendimento no consultório da Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller, a partir de 24.10.2016.

Art. 2º - A jornada de trabalho do Servidor mencionado no Art. 1º desta Portaria, com carga horária de 20 horas semanais, será desempenhada nos horários conforme abaixo especificado:

Jornada 06 –

Segunda, quarta e sexta-feira: Turno Matutino: 07h15min às 11h15min

Terça e quinta-feira: Turno Vespertino: 13h15min às 17h15min

§ 1º - O registro da frequência será feito através do relógio ponto digital na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller.

§ 2º - O controle e a coleta de dados para encaminhamento ao Setor de Pessoal serão efetuados pelo responsável do controle de frequência do Departamento Municipal de Educação com o acompanhamento do Departamento Municipal de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de outubro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra: FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Depto

De conformidade com as disposições da presente Portaria, fica estabelecido o presente termo de acordo, na forma disposta no Estatuto dos Servidores, estando cientes e de acordo:

ERNO MICHIELIN ALBIO SCHILD FILHO
Diretor Mun. De Saúde Servidor

PORTARIA Nº 0166/2016

PORTARIA Nº 0166/2016 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISANDRA ANA JUNGES, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento de reprogramação da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Elisandra Ana Junges	24.04.2014 a 23.04.2015	19.12.2016 a 17.01.2017 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 102/2016 a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de outubro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0167/2016

PORTARIA Nº 0167/2016 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPENSA DO SERVIÇO O SERVIDOR FABRICIO JOÃO MILAN, EM VIRTUDE DE TRABALHO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,
Considerando a certidão apresentada pelo servidor, emitida em 02.10.2016 pelo juízo da 66ª Zona Eleitoral atestando que o mesmo prestou serviço eleitoral no dia 02/10/2016,
Considerando o art. 98 da Lei Federal nº 9.504 de 30.09.1997, que dispõe sobre a dispensa ao serviço em dobro dos dias prestados à Justiça Eleitoral,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica dispensado do serviço o servidor público municipal FABRICIO JOÃO MILAN, nos dias 17 e 18 de outubro de 2016, conforme requerido e a que faz jus, pelo trabalho prestado à Justiça Eleitoral, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de outubro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Monte Carlo

PREFEITURA

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2016. PROCESSO Nº 105/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO Rod. SC 452, Km 15, s/nº - Centro - Cep.: 89.618-000 - CNPJ 95.996.104/0001-04
--	---

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2016. PROCESSO Nº 105/2016

DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para concerto e manutenção das cadeiras das Escolas do Município para uso dos alunos e professores.

.

DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

O prestador é a empresa : DOUGLAS LUIS DIDONE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 14.089.505/0001-89-60, situada na Rua Domingos Berto - 45, Bairro Três Vendas, no Município de Erechim - RS, CEP 99700-000, neste ato representada por DOUGLAS LUIS DIDONE, brasileiro, CPF nº 820.832.900-20, residente e domiciliada na Rua Domingos Berto - 45, Bairro Três Vendas, no Município de Erechim - RS, CEP 99700-000.

DO VALOR

Preço para o presente ajuste é de R\$ 7.850,00 (sete mil , oitocentos e cinquenta reais), com pagamento até o décimo dia útil do mês subsequente ao da entrega dos objetos.

DA BASE LEGAL

A presente Dispensa de Licitação sustenta-se no inciso II do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/93, que regulamenta Licitações e Contratos Administrativos.

DA AUTORIZAÇÃO

Autorizo a presente RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Monte Carlo, 18 de outubro de 2016

OSMAR MARQUES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Morro da Fumaça

PREFEITURA

CARGA HORÁRIA Nº. 002/2016

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA – SC. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ALTERAÇÃO PERMANENTE DE CARGA HORÁRIA DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO Nº. 002/2016. A Comissão do Processo Administrativo de Alteração Permanente de Carga Horária dos Membros do Magistério, nomeada pelo Decreto Nº 069/2016, torna público que se encontram abertas as inscrições no dia 01 Novembro de 2016, das 08:00 às 13:00h, na Secretaria Municipal de Educação de Morro da Fumaça, para preenchimento das vagas de Professor de Educação Infantil, constantes do Quadro de Pessoal do Magistério (Lei Complementar 009/2011), para admissão em caráter Permanente, de acordo com as instruções constantes no Edital disponível na Secretaria de Educação, Rua 20 de Maio, 690, Centro, Morro da Fumaça – SC. Morro da Fumaça em 18 de Outubro de 2016. QUEILA SIMÕES DE ALMEIDA ZANATTA – Presidente da Comissão de Processo Seletivo

PROCESSO SELETIVO N. 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA. PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA/SC. EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2016. O MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC torna público o EDITAL 003/2016 que abre as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO destinado ao cadastro de reserva do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação. O Edital completo estará disponível a partir do dia 18 de Outubro de 2016 nos seguintes endereços eletrônicos: No site de internet do Município de Morro da Fumaça/SC: (www.morrodafumaca.sc.gov.br); No sitio de internet oficial das inscrições on-line: (www.processosseletivos.com.br/morrodafumaca). Morro da Fumaça/SC, 17 de Outubro de 2016. AGNALDO DAVID MACCARI - Prefeito Municipal

REGISTRO DE PREÇOS 090/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 090/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme anexo I. Data: 31/10/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 641/2016

PORTARIA Nº 641/ 2016

Prorroga Portaria

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 534/2016, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal AL-CIR DANILO TOMAZI, matrícula nº 6921, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 27 de setembro de 2016 a 25 de dezembro de 2016, conforme resultado pericial datado de 03/10/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de outubro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 642/2016

PORTARIA Nº 642/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 535/2016, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal VERONICA BERNARDETE WISINTAINER BOTTAMELI, matrícula nº 946, concursada no cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 30 de setembro de 2016 a 29 de outubro de 2016, conforme resultado pericial datado de 04/10/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 642/2016 "A"

PORTARIA Nº 642/ 2016 "A"

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 536/2016, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 138/2015, ELAINE APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº 6893, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de setembro de 2016 a 29 de outubro de 2016, em substituição a titular Verônica Bernardete Wisintainer Bottameli, afastada conforme Portaria nº 642/2016 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELAINE APARECIDA DE SOUZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 1498, Bairro Trinta Réis,

Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 915.190.129-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição a titular Verônica Bernardete Wisintainer Bottameli, afastada conforme Portaria nº 642/2016 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de setembro de 2016 a 29 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado

assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de setembro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Elaine Aparecida de Souza

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de setembro de 2016.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 644/2016

PORTARIA Nº 644/ 2016

Prorroga Portaria

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 557/2016, que Concedeu Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal MARIA JURACI BOSO TILL, matrícula nº 2083, atuante no cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária do Pitanga, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, deste Órgão Público, Município de Nova Trento, pelo período de 35 (trinta e cinco) dias, a contar de 06 de setembro de 2016 a 10 de outubro de 2016, conforme resultado pericial datado de 10/10/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de outubro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 645/2016

PORTARIA Nº 645/ 2016

Concede Licença Maternidade

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 107, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto de Servidores do Magistério Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal ELIANA BATTISTI LACERDA, matrícula nº 7029, para exercer o

cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental – Sala Multifuncional AEE), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 10 de outubro de 2016 a 06 de fevereiro de 2017, conforme atestado médico datado de 10/10/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 646/2016

PORTARIA Nº 646/ 2016

Prorroga Portaria

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 627/ 2016 “A”, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 241/2015, PAULO SERGIO RODRIGUES, matrícula nº 6975, para exercer o cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 15 de outubro de 2016 a 09 de novembro de 2016, em substituição ao Titular Jorge Bottamedi, afastado por motivo de férias.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de outubro de 2016.
Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 646.832.739-34, RG nº 1607573, residente e domiciliado na Rua Brusque, s/nº, Bairro Morro da Onça, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor PAULO SÉRGIO RODRIGUES,

brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 53, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 767.115.369-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Jorge Bottamedi, afastado por motivo de férias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 15 de outubro de 2016 a 09 de novembro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado

assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de outubro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi	Paulo Sergio Rodrigues
Prefeito Municipal, em exercício.	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de outubro de 2016.

Vilson Dalbosco
Secretário Municipal de Saúde e D. Comunitário

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 647/2016

PORTARIA Nº 647/ 2016
Concede Readaptação

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Readaptação a Servidora Pública Municipal ADRIANA LUQUINA DAROSSA DOS SANTOS, matrícula nº 7113, concursada no cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, Município de Nova Trento, pelo período de 68 (sessenta e oito) dias, a contar de 14 de outubro de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), conforme resultado pericial data-do de 27/09/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO PL PM Nº 031/16 PR Nº 016/16 SRP

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 031/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Itens exclusivos para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 31/10/2016, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 19 de Outubro de 2016. ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 03 de novembro de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 133/2016, que tem como objeto a aquisição de materiais para execução da implantação de Rede de Abastecimento de Água da Praia da Pinheira e Guarda do Embaú, Palhoça/SC, para uso da Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 18 de outubro de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.060, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

decreto Nº 2.060, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NA ORDEM DE R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) na dotação orçamentária abaixo:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
17.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.142– Média e Alta Complexidade R\$ 40.000,00
Red. 214 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.380258 – Prog. Brasil Sorridente R\$ 40.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
17.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.142– Média e Alta Complexidade R\$ 40.000,00
Red. 145 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.380258 – Prog. Brasil Sorridente R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palhoça, 13 de outubro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Edital de Convocação - Audiência Pública

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Palhoça, Estado de Santa Catarina, juntamente com a comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano, em atendimento às disposições constantes Lei Municipal nº 2.755/2007 e na Resolução CMDCA n.032/2016 que dispõe sobre a elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente em municipal, em conformidade com a Resolução nº 171, de 04 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e Decreto Municipal n.2028 de junho de 2016.

Convoca AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação e apreciação do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, tendo como interessados o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, juntamente com a Comissão Intersetorial responsável pela discussão e elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Palhoça/SC.

A Audiência Pública será realizada no dia 16 de novembro de 2016, com início marcado para às 18h00, na Câmara Municipal de Vereadores de Palhoça, sito na rua Joci José Martins, nº 101, Parque Residencial Pagani, Bairro Passa Vinte - Palhoça SC.

A participação na Audiência Pública obedecerá às seguintes regras:

1. audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão;
2. durante a Audiência Pública será mantido no recinto, para livre consulta dos presentes, um exemplar do PLANO DECENAL;
3. no dia da Audiência Pública, o horário de encerramento não ultrapassará às 20:30h, preferencialmente.
4. após a apresentação de todo o material, os trabalhos serão encerrados com a data da divulgação das sugestões recebidas e seus comentários.
5. poderão ser apresentados recursos, mediante requerimento no CMDCA do Município de Palhoça, no prazo de quarenta e oito horas, contado do final da Audiência Pública, visando dirimir quaisquer dúvidas a respeito do seu andamento.
6. para conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação.

Palhoça, 16 de outubro de 2016.

Nicelene Maria Soares

Coordenadora Geral do CMDCA

PORTARIA Nº 68/2016.

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Pedro Adilio Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC – Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 68/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando documentação encaminhada pela Procuradoria Geral do Município;

Considerando art. 227 da Lei Complementar 096/2010;

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade em virtude da ação proposta contra o município, encaminhada via Procuradoria Geral, nos termos do art. 229, inciso I, da Lei Complementar nº 96/2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada por:

- A) CLAUDIA MARTTINI - mat. 801097 – Presidente
- B) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Secretária
- C) JOZIANI FARIAS PEREIRA, mat.801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 229, § 4º da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 30 dias.

Palhoça - SC, em 18 de outubro de 2016.

Cristina Schwinden

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

PORTARIA Nº 69/2016.

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 69/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando Memorando nº 38.930/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando Ofício nº 2209/2016/01PJ/PAL do Ministério Público de Santa Catarina;

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüida a servidora pública P. R. C. P. de S., matrículas nº 211.113, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, nos termos dos arts. 248, 250 e 252 da Lei Complementar nº 97, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora, supostamente, no exercício da função, apresentou conduta em desacordo com os princípios que regem a administração pública.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI - mat. 801097 – Presidente
- B) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Secretária
- C) RUTNEIA GONÇALVES DEFREY – mat. 800390- Vogal

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 254 da Lei Complementar nº 097/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 18 de outubro de 2016.

Cristina Schwinden

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CREDENCIAMENTO Nº 55/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 55/2016.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, CREDENCIAMENTO nº 55/2016, objeto: credenciamento e a seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Procedimentos com finalidade diagnóstica – Grupo 02 – Diagnóstico por Endoscopia – Subgrupo 09, do dia 18 de outubro de 2016 à 18 de novembro de 2016, recebimento dos invólucros contendo as documentações e ofertas de serviços na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 18 de outubro de 2016.

Eronete Gilda Gomes Oliveira

Comissão Especial de Contratualização

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA.					CNPJ: 83.157.032/0001-22
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Kit para macronebulização infantil contendo máscara facial em silicone transparente com presilha para fixação na cabeça, com frasco polipropileno graduado de 0 a 500ml, nebulizador com tampa e corpo, haste com rosca, para saída de fluxômetro e adaptável a circuitos de respiradores, traqueia de PVC, registrado na anvisa, contendo procedência, lote e fabricação/validade.					
9	100,00	KIT	DARU / PLUS	R\$7,5000	R\$750,0000
Especificação: Kit para macronebulização adulto contendo máscara facial em silicone transparente com presilha para fixação na cabeça, com frasco polipropileno graduado de 0 a 500ml, nebulizador com tampa e corpo, haste com rosca, para saída de fluxômetro e adaptável a circuitos de respiradores, traqueia de PVC, registrado na anvisa, contendo procedência, lote e fabricação/validade.					
10	100,00	KIT	DARU / PLUS	R\$7,5000	R\$750,0000
Especificação: Caixa cirúrgica com no mínimo 32 itens, caixa contendo: 1 Caixa de inox 26x12x06 cm; - 1 Cabo de bisturi nº 4; - 10 Lâmina de bisturi para Cabo Nº04; - 1 Par de Afastador Farabeuf; - 1 Pinça anatômica com dente de rato 16 cm; - 1 Pinça anatômica com serrilha 16 cm; - 4 Pinça Backaus 13 cm; - 2 Pinça Allis 15 cm; - 1 Pinça para antisepsia Foester - 2 Pinça Halsted Mosquito reta 12 cm; - 2 Pinça Halsted Mosquito curva 12 cm; - 2 Pinça Kelly reta 16 cm - 2 Pinça Kelly curva 16 cm; - 1 Pinça Rochester Pean reta 18 cm; - 1 Pinça Rochester Pean curva 18 cm - 2 Pinça Kocher reta 16 cm; - 2 Pinça Kocher curva 16 cm; - 1 Tesoura cirúrgica Romba/Romba/Reta 15 cm - 1 Tesoura cirúrgica Fina/Fina/Reta 15 cm ; - 1 Tesoura cirúrgica Romba/Fina/Curva 15 cm; - 1 Tesoura Spencer para retirada de pontos ; - 1 Porta Agulha Mayo Hegar 16 cm. Obs.: O instrumental cirúrgico deverá ser confeccionado em aço inox AISI 420.					
11	2,00	CX	ABC / AÇO INOX	R\$819,0000	R\$1.638,0000
Especificação: Fio de nylon 0 monofilamentos estéril com agulha, com 24 unidades					
17	260,00	CX	PROCARE / NYLON	R\$28,6000	R\$7.436,0000
Especificação: Lanterna clínica de pupila, confeccionada em duro alumínio, com lâmpada de 2,2 volts de alta luminosidade. Acionamento: através do contato do clip no corpo da caneta. Funcionamento com duas pilhas palito. Garantia de 01 ano.					
26	20,00	UN	MD/PENLIGHT	R\$9,2300	R\$184,6000
Especificação: Bolsa Coletora de urina, sistema fechado com capacidade para 2000 ml e escala graduada a cada 100 ml. Características mínimas: Frente transparente com escala de volume impressa de forma legível; parte de trás leitosa; ponto de coleta; pinça ou Clamp no tubo extensor para vedação, e no tubo de saída para desmame; tubo extensor flexível permite a passagem da secreção; tira de deambulação; alça de sustentação rígida dupla "U" para fixação ao leito; válvula anti-refluxo, tipo membrana evita retorno de urina; bolsa coletora em PVC flexível.					
40	40000,00	UN	FARMATEX / SF	R\$2,8000	R\$112.000,0000
Especificação: Sonda uretral nº 12					
41	50000,00	UN	Biosani / Uretral	R\$0,5300	R\$26.500,0000
Especificação: Sonda uretral nº 14					
42	5000,00	UN	Biosani / Uretral	R\$0,5600	R\$2.800,0000
Especificação: Válvula com fluxômetro para cilindro oxigênio, com as seguintes especificações: Válvula reguladora para cilindro c/ 02 saídas, em metal cromado, rosca de entrada universal, manômetro de alta pressão com escala de 0 a 315Kg/Cm2, pressão fixa de 3,5 Kg/Cm2 e rosca de saída padrão ABNT com válvula de segurança. Fluxômetro corpo de metal cromado, bilha externa e interna em material inquebrável, escala expandida de 0-15 litros por minuto, esfera de inóx, botão de controle de fluxo, sistema de vedação tipo agulha evitando vazamentos; rosca de saída conforme padrão ABNT.					
43	25,00	CJ	Unitec / VD-010	R\$211,0000	R\$5.275,0000
Valor Total		(cento e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta centavos)			R\$157.333,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERI-NÁRIO			CNPJ: 18.258.209/0001-15		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Equipamento para bomba de infusão marca BIOSENSOR modelo BSV 2200 - Equipamento simples, de uso único (descartável); Estéril, atóxico, apirrogênico; comprimento aproximado de 1,80m; Constituído por ponta perfurante trifacetada tipo universal; com entrada de ar com filtro e filtro de partículas; Câmara gotejadora flexível. Tubo em PVC translúcido; Injetor lateral autocicatrizante em Y, pinça corta fluxo (tipo rolete) e conector luer lock; Com capas protetoras nas extremidades; Embalado individualmente em envelope de papel grau cirúrgico com filme de plástico. Procedência: Nacional - Brasil .Registrado no MS sob o Nº. 10324290036. É utilizado para infusão de líquidos injetáveis em via endovenosa					
13	2000,00	UN	Biosensor / BSV2200	R\$22,0000	R\$44.000,0000
Especificação: Oxímetro de pulso portátil digital, adulto e infantil - Monitor de dedo. Mede e mostra valores confiáveis da SpO2 e da frequência cardíaca. Indicador de pulso. Botão único de ligação para facilitar a operação. Visor Grande de fácil visualização (LED). Compacto, portátil e iluminado. Capacidade das pilhas para uso contínuo de aproximadamente 18 horas. Alimentação através de duas pilhas alcalinas "AAA". Dispositivo desliga automaticamente após 8 segundos sem atividade. Utiliza 2 pilhas AAA. Inclui cordão para o pescoço. Peso: 37g (excluindo as pilhas) Faixa de Medição Saturação: 35% - 100%. Precisão da SpO2: 70% - 99% com desvio de $\pm 2\%$, Faixa de Medição Pulso: 30-250 bpm. Pulsação: 30 - 250 bpm com desvio de ± 3 bpm. Atualização de dados: menos de 2 segundos - Média: 4 para SpO2; 8 para Pulsação. Parâmetros: SpO2 e Pulso. Com barra Gráfica e indicador de carga baixa.					
27	20,00	UN	Choice/MD300C11	R\$220,0000	R\$4.400,0000
Especificação: Esfigmomanômetro adulto, com fechamento em metal, adulto, insuflação de ar mecânica eficiente, deflação mecânica, manômetro de alta precisão e tecnologia, manguito com pera em látex de qualidade superior; braçadeira em nylon (ou algodão). Aparelho aprovado pelo INMETRO com certificação de aferição individual. Garantia de calibração por 5 anos através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira adulta completa, 1 válvula e 1 pera. Atende as normas da AAMI de resistência a impactos.					
28	20,00	UN	Dyassiti / Suíço Adulto	R\$195,0000	R\$3.900,0000
Especificação: Oxímetro de pulso, portátil, com curva: para neonatal/pediátrico e adulto com no máximo 300g sem pilhas com 4 pilhas recarregáveis no próprio equipamento (sem a necessidade de remoção destas para recarga) através de fonte externa com duração mínima de 50 horas em modo econômico, tela de Lcd (Cristal líquido), com capa protetora, SpO2 de 0%-100%, frequência de pulso de 30 - 254 Bpm, com onda Pletismográfica com ajuste automático e gráfico de barras, frequência cardíaca e sistema de alarme para SpO2/Fp, e alarme para sensor desconectado audível e visual, apresentar tendências de 24 horas. Possibilidade de ajuste de alarmes para frequência de pulso e saturação de oxigênio mínimas e máximas. Acompanhado com sensor tipo clip adulto e sensor infantil. Certificado de conformidade Inmetro o equipamento deve acompanhar manual técnico e de operação, em português, garantia mínima de 1 (um) ano.					
30	2,00	UN	General Meditech/G1B	R\$1.000,0000	R\$2.000,0000
Especificação: Autoclave horizontal 60 litros. Câmaras de esterilização em aço inoxidável, painel digital LCD, com teclado de membrana para o controle de parâmetros dos ciclos, com mensagens visuais e sonoras, controle do ciclo automático através de microprocessador eletrônico, ciclos programáveis, fecho da tampa de triplo estágio e porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminados, secagem programável do material, com opção de ciclos extras, guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização, atuação descontínua da resistência durante o ciclo para menor consumo de energia elétrica, utiliza água limpa a cada ciclo para melhor qualidade de vapor, diversos sistemas de segurança automáticos, com mensagens de erro visuais e sonoras, produto resistente, de fácil instalação, operação e manutenção, despressurização e desligamento automático ao final do ciclo, tubulação interna em cobre para alta pressão, gabinete em aço reforçado, com pintura eletrostática externa e internamente, possui reservatório interno de água, filtros, coletor de fácil acesso, entrada exclusiva para validação, despressurização automática, sensor de porta aberta com indicação no painel, controle de temperatura, secagem eficiente com opção de procedimento de porta fechada, painel digital de LCD Onled com indicações das funções, chave geral no painel, funcionamento totalmente automático, desde a entrada de água até o momento de retirar o material esterilizado, 2 bandejas de aço inoxidável / alumínio, perfuradas. Produto aprovado e registrado no Ministério da Saúde/ Anvisa . GARANTIA: 1 ANO.					
31	10,00	UN	Stermax / Adt 60	R\$5.300,0000	R\$53.000,0000
Valor Total		(cento e sete mil e trezentos reais)			R\$107.300,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA			CNPJ: 00.802.002/0001-02		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 1,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflação do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
1	50,00	UN	MD/LM 1004s1	R\$52,2000	R\$2.610,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 1,5 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflação do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					

2	50,00	UN	MD	R\$52,2000	R\$2.610,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 2,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução accidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
3	50,00	UN	MD	R\$52,2000	R\$2.610,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 2,5 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução accidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
4	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 3,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução accidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
5	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 4,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução accidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
7	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 5,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução accidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
8	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000
Especificação: Solução de ringer com lactato, sistema fechado com 500 ml. Acondicionado em bolsa plástica flexível e transparente, com escala graduada impressa na bolsa. Devem conter dois sítios, um auto vedável para adição de soluções no interior da bolsa e o outro protegido por membrana e lacre de esterilidade. A embalagem deve trazer externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação e validade. Apresentar registro no ministério da saúde.					
14	100,00	UN	Segmenta Eurofarma/ SPGV Seg	R\$2,9600	R\$296,0000
Especificação: Manitol 20%, sistema fechado com 250 ml. Acondicionado em frasco flexível e transparente, com escala graduada impressa no frasco. Devem conter dois sítios, um auto vedável e o outro protegido por membrana e lacre de esterilidade. A embalagem deve trazer externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação e validade.					
15	100,00	UN	SANOBIOL	R\$5,2800	R\$528,0000
Especificação: KED adulto, dispositivo utilizado em conjunto com o colar cervical. Colete confeccionado em nylon 420 lavável, totalmente estruturado, em sua parte interna, em tacos de madeira maciça em rádio transparentes, que fornecem sustentação e imobilização ao corpo da vítima, nas extremidades laterais (dobráveis), 3 tirantes do tipo engate rápido, confeccionado em nylon de aproximadamente 50 mm de largura com engates rápidos em nylon e em 3 cores diferentes, almofada retangular e duas fitas para a fixação da cabeça da vítima, pegador de mão com mangueira em seu interior, protetor de queixo e de testa, com uma almofada com espuma de 30 mm de espessura, permitindo a imobilização da cabeça, pescoço e tronco da vítima (coluna vertebral), possuir resistência para imobilização e transporte de até 165 Kg, com bolsa de transporte que acompanha o ked. Bolsa produzida em nylon 420 revestida com nylon 70, parte interna revestida com isomanta, acabamento interno em viés, com alça de transporte feito do mesmo material da bolsa, com logo da cruz da vida, com zíper 10, 2 cursores de abertura, costuras duplas, uso de travete para melhor reforço de cada lugar de maior impacto.					
19	2,00	UN	RESGATE SP	R\$206,0000	R\$412,0000
Especificação: KED infantil, dispositivo utilizado em conjunto com o colar cervical. Colete confeccionado em nylon 420 lavável, totalmente estruturado, em sua parte interna, em tacos de madeira maciça em rádio transparentes, que fornecem sustentação e imobilização ao corpo da vítima, nas extremidades laterais (dobráveis), 3 tirantes do tipo engate rápido, confeccionado em nylon de aproximadamente 50 mm de largura com engates rápidos em nylon e em 3 cores diferentes, almofada retangular e duas fitas para a fixação da cabeça da vítima, pegador de mão com mangueira em seu interior, protetor de queixo e de testa, com uma almofada com espuma de 30 mm de espessura, permitindo a imobilização da cabeça, pescoço e tronco da vítima (coluna vertebral), possuir resistência para imobilização e transporte de até 165 Kg, com bolsa de transporte que acompanha o ked. Bolsa produzida em nylon 420 revestida com nylon 70, parte interna revestida com isomanta, acabamento interno em viés, com alça de transporte feito do mesmo material da bolsa, com logo da cruz da vida, com zíper 10, 2 cursores de abertura, costuras duplas, uso de travete para melhor reforço de cada lugar de maior impacto.					
20	2,00	UN	RESGATE SP	R\$206,0000	R\$412,0000
Especificação: Manta térmica alumizada, confeccionada em polietileno aluminizado, com aproximadamente 23 a 27 microns, indicada para resgate de emergência, não deformável, isolante térmico de baixo peso, resistente ao atrito com o solo, mantém o calor interno e reflete o calor externo, tamanho aproximado 2,10x1,40cm.					
23	500,00	UN	RESGATE SP	R\$5,8600	R\$2.930,0000
Especificação: Válvula redutora de pressão de cilindro, 1 manômetro com fluxômetro CB.LG., para oxigênio medicinal, escala de pressão do manômetro: 0 a 31,5 mpa (0 a 315Kgf/cm²); Corpo em latão cromado; Conexões de entrada e saída em latão cromado; Saída do gás calibrado: 3,5 + 0,3Kgf/cm²; Conexões de entrada e saída conforme normas ABNT.					
24	20,00	UN	Unitec/VF 010	R\$206,0000	R\$4.120,0000
Especificação: Coletor De Urina Sistema Aberto 1200ml, frasco coletor em PVC translúcido, com capacidade para 1200ml e escala graduada, com Conector para sonda uretro-vesicais, pinça corta fluxo, tubo extensor, cordel para sustentação ao leito e deambulação do paciente. Apresentar data de validade.					
45	20000,00	UN	MEDSONDA	R\$2,8500	R\$57.000,0000
Valor Total					(oitenta e três mil e quinhentos e vinte e oito reais) R\$83.528,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº106/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº106/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP					CNPJ: 11.388.997/0001-15
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Agulha hipodérmica descartável 20x5,5 caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.					
12	1000,00	CX	NIPRO	R\$5,3000	R\$5.300,0000
Especificação: Fio de nylon 2-0 monofilamentoso estéril com agulha, com 24 unidades					
16	280,00	CX	PROCARE	R\$28,5000	R\$7.980,0000
Especificação: Tala de tração de fêmur adulto/infantil. Confeccionado em tubo de alumínio, com alta resistência para tração e sistema de regulação para comprimento das pernas, com 4 correias e fecho em velcro. Com tirante em material tipo cinto de segurança, bem como carretilha em alumínio com mola de aço e catraca para a tração ser efetuada mosquetão em alumínio com mola em aço. Pode-se adaptar na prancha de madeira ou plástico para melhor utilização. Peso Máximo de 3,859KG, tamanho aproximado, comprimento 1,20 M e mínimo 0,70cm (altura) e 17,5 (largura). Confeccionada 100% em poliamida nylon 600 com repartição para colar cervical alça de Mão para transporte contendo 3 bolsinhas para guardas os tirantes de adulto ou infantil se não for necessário.					
21	2,00	UN	Marimar ref. FP 6221/6221i	R\$708,7500	R\$1.417,5000
Especificação: Termômetro clínico digital: visor digital de fácil visualização bateria de longa duração Beep sonoro que indica o final da edição indicador de bateria baixa Memória para a última medição Sensor resistente a água.					
25	20,00	UN	Bioland T104	R\$10,9600	R\$219,2000
Especificação: Estetoscópio adulto, indicado para a ausculta cardio pulmonar, produzido com os materiais nobres, duplo tubo em pvc ligado através de anéis metálicos, fone biauricular em cobre cromado, tubo rotatório central em cobre cromado câmara de som em liga de alumínio, diafragmas de alta sensibilidade, auscultador duplo para ausculta, par de olivas rosqueável em três tamanhos. Garantia de no mínimo 1 ano. Componentes da embalagem, um par de olivas rosqueável de silicone, 2 pares de membranas de plástico rígido, anel rosqueador de cobre cromado (infantil, adulto), base rosqueada de cobre cromado que possibilita troca do sino ou diafragma, câmara de som em liga de alumínio, tubo relatório central em cobre cromado. Possui duas saídas para ligação com, tubo duplo de PVC ligado através de anéis metálicos, fone biauricular de cobre cromado, diafragma aberto tamanho pequeno, tamanho médio, tamanho grande (sino prolongador), auscultador.					
29	20,00	UN	Premium Rappaport	R\$32,0000	R\$640,0000
Especificação: Autoclave horizontal 75 litros. Câmara de esterilização em aço inoxidável AISI 304; painel digital em teclado de membrana e controle termodinâmico de temperatura e pressão automático, com acompanhamento através de displays e indicadores luminosos, fecho da tampa de triplo estágio com sistema de restrição de abertura por fuso de encaixe e deslizamento por rolamento axial, sistema de porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminado, guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização, não necessita de tubulação para drenagem de água, utiliza água limpa a cada ciclo para melhor qualidade de vapor, sistemas de segurança que controlam todo o ciclo e previnem falhas de operação e/ou funcionamento, desligamento automático em caso de excesso de temperatura, pressão ou falta de água, desaceleração, saturação, esterilização, secagem e desligamento automático; eficiente secagem do material e opção de ciclos extras, produto resistente, com pintura eletrostática externa e interna, tubulação interna em silicone para alta pressão, gabinete: Aço 1020, pintura externa/interna eletrostática, dispositivo de segurança: 16, 02 bandejas internas, de alumínio, ciclo de secagem: de série. REGISTRO Anvisa e Ministério da Saúde.					
32	20,00	UN	Stermax Extra 75ASE220	R\$6.100,0000	R\$122.000,0000
Valor Total		(cento e trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos)			R\$137.556,70

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº107/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº107/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONNEXION EXPORT – IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: CONNEXION EXPORT - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA	CNPJ: 05.427.915/0001-00
--	--------------------------

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Microchip, agulha e aplicador montados, esterilizados e embalados individualmente. Com frequência de operação 134,2 kHz.					
18	1450,00	UN	Rastrofid/MCHP	R\$15,0000	R\$21.750,0000
Valor Total		(vinte e um mil e setecentos e cinquenta reais)			R\$21.750,00

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N°055/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

QUARTO TERMO ADITIVO N.º 055/2016 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N.º 015/2014 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica VINICIUS GOEDERT ME. OBJETO: – Fica prorrogado por mais 730 (setecentos e trinta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de obras nº 015/2014, conforme parecer técnico efetuado pelo setor de engenharia.

Data da assinatura: 21/09/2016.

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 026/2016 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 026/2016 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

“CONCEDE À SERVIDORA ROSINHA SAVITSKI IAROCHEVSKI, MATRICULADA SOB O Nº. 120, LICENÇA PRÊMIO CORRESPONDENTE AOS PERÍODOS AQUISITIVOS DE 22 DE MAIO DE 2006 À 21 DE MAIO DE 2011 E 22 DE MAIO DE 2011 À 21 DE MAIO DE 2016.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas no art. 103-A do Estatuto dos Servidores Públicos de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida à servidora com matrícula sob nº. 120, a senhora Rosinha Savitski Iarochovski, portadora do CPF nº. 420.312.229-53, licença prêmio no período de 10 à 30 de outubro de 2016, referente ao saldo de 10 dias correspondente ao período aquisitivo de 22 de maio de 2006 à 21 de maio de 2011 e 10 dias correspondente ao período aquisitivo de 22 de maio de 2011 à 21 de maio de 2016, ficando um saldo de 50 dias da última licença para ser gozada posteriormente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 03 de outubro de 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

Paraíso

PREFEITURA

PR 23/2016

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 07 de Novembro de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO de TRATOR AGRICOLA DE PNEUS NOVO, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Paraíso/SC, com recursos provenientes do Contrato de Repasse Nº 8331133/2016/MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA e recursos Próprios".

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 18 de Novembro de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 40/2016

DECRETO Nº 40/2016.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 5º da Lei 1.659/2015 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 65.000,00

10.301.0013.2.056 – Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 25.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0102.000000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

10.301.0013.2.058 – Manutenção do Prog. Agentes Comunitários de Saúde R\$ 40.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0214.002002 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais):

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 65.000,00

10.301.0013.2.056 – Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0102.000000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

10.301.0013.2.058 – Manutenção do Prog. Agentes Comunitários de Saúde R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0214.002002 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de outubro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

CONTRATO 162/2016 - PMP

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÕES DE PÃES DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE PENHA (CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016-PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 65/2016-PMP

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa VALDIR PEDRO PEREIRA - ME”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para fornecimento de pães, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa VALDIR PEDRO PEREIRA - ME, com sede na cidade de Penha/SC, Avenida São João, nº1138, bairro Armação, inscrita no CNPJ sob o nº 02.369.420/0001 - 75, telefone para contato 47 – 3345-8732, neste ato representada VALDIR PEDRO PEREIRA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 65/2016 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 42/2016 -PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer pães para a PREFEITURA, por meio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, de acordo com a especificação a seguir:

PROGRAMA DE TRABALHO / ATIVIDADE			PREVISÃO DE CUSTO		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Pão tipo Hot Dog Integral: Pacote com dez unidades pesando 50 gramas cada. Ingredientes: contendo 20% da formulação de farinha de trigo integral e 80% de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem: com etiqueta informando o CNPJ, data de fabricação e validade. A empresa deverá apresentar AMOSTRA do produto.	Pacote	1.500	5,89	8.835,00
02	Pão Francês Pacote com dez unidades pesando 50 gramas cada. Ingredientes: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem: com etiqueta informando o CNPJ, data de fabricação e validade. A empresa deverá apresentar AMOSTRA do produto.	Pacote	2.200	2,99	6.578,00
03	Pão de Forma: Pacote com 20 fatias pesando em média 500 gramas. Ingredientes: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; Embalagem: com etiqueta informando o CNPJ, data de fabricação e validade. A empresa deverá apresentar AMOSTRA do produto.	Pacote	2.200	3,99	8.778,00
04	Pão tipo Hot Dog: Pacote com dez unidades pesando 50 gramas cada. Ingredientes: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; Embalagem: com etiqueta informando o CNPJ, data de fabricação e validade.	Pacote	2.200	4,99	10.978,00
05	Pão de Forma (Sem Lactose e Sem Glúten): Pacote com 14 fatias pesando em média 450 gramas. Ingredientes: Fécula de batata, farinha de soja, ovos, lecitina de soja, açúcar mascavo. Embalagem: com etiqueta informando o CNPJ, data de fabricação e validade.	Pacote	50	6,00	300,00
	TOTAL			R\$	35.469,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA no BANCO DO BRASIL, Agência 5411-9, c/c 5009-1, o valor de R\$ 35.469,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e nove reais), a ser pago em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pelas referidas

Secretarias.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos de acordo com a solicitação da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2016, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino

Funcional: 12.306.0009 – Alimentação e Nutrição

Projeto/Atividade: 2.028 – Funcionamento e Manutenção do PNAE – Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0611 Aplicações Diretas

Código reduzido: 90

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino

Funcional: 12.365.0009 – Educação Infantil

Projeto/Atividade: 2.029 – Funcionamento e Manutenção do PNAE – Ensino Creche

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0611

Código reduzido: 92 CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

CLAUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

- a) Será responsável pela conferência a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega de pães, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste

contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 17 de outubro de 2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

Empresa e seus representante legal:

VALDIR PEDRO PEDREIRA - ME
CNPJ: 02. 369.420/0001-75

Testemunhas:

Gabriela Garbini - CPF:247.216.748-21

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária de Administração

DECRETO 2924

DECRETO Nº 2924/16

EXONERA—SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. ROSANGELA DILMA FERREIRA JACINTO, do cargo em comissão de SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2605/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2925

DECRETO Nº 2925/16

EXONERA—DIRETOR ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. ERINALDO HENRIQUE ARAUJO DE ANDRADE, do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, do departamento técnico administrativo, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2700/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2926

DECRETO Nº 2926/16

EXONERA—CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO I

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. MARIA MARGARETE BENTO DE MELLO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO I, do departamento técnico administrativo, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1760/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2927

DECRETO Nº 2927/16

EXONERA—COORDENADOR DE FROTAS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. FELINTO ANTONIO JACO FILHO, do cargo em comissão de COORDENADOR DE FROTAS, do departamento técnico administrativo, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2192/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2928

DECRETO Nº 2928/16
EXONERA—COORDENADORA DE ESTOQUE

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. MARGARETE ALVES PINTO, do cargo em comissão de COORDENADORA DE ESTOQUE, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2701/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2929

DECRETO Nº 2929/16
EXONERA—COORDENADORA DE SAÚDE E ATENÇÃO BÁSICA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. CLAUDETE CARDOSO MARTIN TILL-MANN, do cargo em comissão de COORDENADORA DE SAÚDE E ATENÇÃO BÁSICA, do departamento de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2810/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2930

DECRETO Nº 2930/16
EXONERA—CHEFE DE SETOR DE SAÚDE E ATENÇÃO BÁSICA I

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. BELMIRA DONATILIA GALDINO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE SAÚDE E ATENÇÃO BÁSICA I, do departamento de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2569/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2931

DECRETO Nº 2931/16
EXONERA—CHEFE DE SETOR UBS II

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. SABRINA CORREA MAXIMILIANO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR UBS II, do departamento de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1998/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2932

DECRETO Nº 2932/16
EXONERA—CHEFE DE SETOR UBS IV

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. ADALBERTO LIMA JUNIOR, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR UBS IV, do departamento de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2630/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2933

DECRETO Nº 2933/16
EXONERA—CHEFE DE SETOR UBS V

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. MARGARETE DA SILVA PORTO ALVES, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR UBS V, do departamento de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2303/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2934

DECRETO Nº 2934/16
EXONERA—DIRETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. ALEXANDRE DEOLINDO, do cargo em comissão de DIRETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, do departamento de vigilância sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2796/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2935

DECRETO Nº 2935/16
EXONERA—CHEFE DE SETOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA I

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. DEBORA CRISTINA DA SILVA VEIGA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA I, do departamento de vigilância sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2556/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2936

DECRETO Nº 2936/16
EXONERA—COORDENADORA DO CEFIR

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. ELAINE CRISTINA DA COSTA, do cargo em comissão de COORDENADORA DO CEFIR, do departamento de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2388/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2937

DECRETO Nº 2937/16
EXONERA—SECRETÁRIO DE TURISMO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. FERNANDO JOSÉ DA SILVA, do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE TURISMO, da Secretaria Municipal de Turismo, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2791/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2938

DECRETO Nº 2938/16
EXONERA—COORDENADORA DE MARKETING E EVENTOS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. EDVANIA EVARISTO NUNES, do cargo em comissão de COORDENADORA DE MARKETING E EVENTOS, do departamento de marketing e eventos, da Secretaria Municipal de Turismo, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2387/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2939

DECRETO Nº 2939/16
EXONERA—SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. EVALDO EREDES DOS NAVEGANTES, do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2759/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2940

DECRETO Nº 2940/16
EXONERA-DIRETOR ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. JOSIANE CRISTINA CUGNIER, do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, do departamento administrativo, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1758/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2941

DECRETO Nº 2941/16
EXONERA-COORDENADORA HABITACIONAL

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. MICHELE LINDEMANN CORREA DE AZEVEDO, do cargo em comissão de COORDENADORA HABITACIONAL, do departamento habitacional, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2808/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2942

DECRETO Nº 2942/16
EXONERA-COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. VILMAR DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO, do departamento de fiscalização, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1762/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2943

DECRETO Nº 2943/16
EXONERA-CHEFE DE SETOR DE CONVÊNIOS E PROJETOS I

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. MARION ISETE MATTOS DA SILVA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE CONVÊNIOS E PROJETOS I, do departamento de convênios e projetos, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2777/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2944

DECRETO Nº 2944/16
EXONERA—COORDENADOR OPERACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. DAVI JOAQUIM DE FREITAS, do cargo em comissão de COORDENADOR OPERACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO, do departamento de convênios e projetos, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2261/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2945

DECRETO Nº 2945/16
EXONERA—DIRETOR DO DETRANPEN

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. VALMIR CAMILO, do cargo em comissão de DIRETOR DO DETRANPEN, do departamento de trânsito, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2330/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2946

DECRETO Nº 2946/16
EXONERA—SUPERINTENDENTE DE ESPORTES

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. DORVAL CARVALHO GONÇALVES, do cargo em comissão de SUPERINTENDENTE DE ESPORTES, da Fundação Municipal de Esportes, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2783/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2947

DECRETO Nº 2947/16
EXONERA—COORDENADOR DE ESPORTES

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. MAICON DOLGLAS RIBEIRO, do cargo em comissão de COORDENADOR DE ESPORTES, da Fundação Municipal de Esportes, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2763/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2948

DECRETO Nº 2948/16

EXONERA—CHEFE DE SETOR DE ESPORTES II

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. MAIKE MAIER GERMANO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE ESPORTES II, da Fundação Municipal de Esportes, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2441/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2949

DECRETO Nº 2949/16

EXONERA—SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. IOLANDA DE SOUZA AMARO, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2553/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2950

DECRETO Nº 2950/16

EXONERA—SECRETÁRIO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. ELZA MARIA BERTOLDI, do cargo em comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1632/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2951

DECRETO Nº 2951/16

EXONERA—DIRETOR ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. LUCIA GONÇALVES DA SILVA, do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, do departamento administrativo, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2256/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2952

DECRETO Nº 2952/16

EXONERA—COORDENADOR DE MANUTENÇÃO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. ELIO QUINTINO DA SILVA, do cargo em comissão de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO, do departamento de educação, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1566/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2953

DECRETO Nº 2953/16

EXONERA—COORDENADOR DE SEGURANÇA PATRIMONIAL

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. VALMIR VALDEMAR JORGE, do cargo em comissão de COORDENADOR DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, do departamento de educação, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2634/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2954

DECRETO Nº 2954/16

EXONERA—COORDENADOR DE SEGURANÇA SISTEMAS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. ODAIR LOURIVAL DE SOUZA, do cargo em comissão de COORDENADOR DE SISTEMAS, do departamento de educação, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2257/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2955

DECRETO Nº 2955/16

EXONERA—SECRETÁRIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. EDINARA BENTO, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, da Creche Municipal João Batista, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2433/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2956

DECRETO Nº 2956/16
EXONERA-SECRETÁRIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. SONIA MARIA DE SOUZA, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, na Escola Básica Municipal Rubens João de Souza, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1382/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2957

DECRETO Nº 2957/16
EXONERA-SECRETÁRIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. PATRICIA APARECIDA SOUZA, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, na Escola Básica Municipal João Antônio Pinto, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2557/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2958

DECRETO Nº 2958/16
EXONERA-SECRETÁRIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. ELINE DILMA IDALINA, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, na Escola Municipal Cipriano Silvino Custódio, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1845/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2959

DECRETO Nº 2959/16
EXONERA-SECRETÁRIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. KELLI CRISTINA DA SILVA, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, na Escola Municipal Horacina Soares Francisco, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2595/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2960

DECRETO Nº 2960/16
EXONERA-SECRETÁRIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. JOELMA APARECIDA FERREIRA, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, na Escola Municipal Rosália Valentina D'Allago, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2773/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2961

DECRETO Nº 2961/16
EXONERA-SECRETÁRIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. OLIANE DE ALMEIDA, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, do Grupo Escolar municipal Antônio José Tiago, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1850/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2962

DECRETO Nº 2962/16
EXONERA-SECRETÁRIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. DIRLENE JANETE DE MELO, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, do Grupo Escolar Municipal Raquel Figueredo de Assis, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1397/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2963

DECRETO Nº 2963/16
EXONERA-SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, da Secretaria Municipal de Administração, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2221/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DECRETO 2964

DECRETO Nº 2964/16

NOMEIA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeadaa Sra. DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE, para ocupar o cargo em comissão de Secretário da Administração, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 10 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de outubro do ano 2016.

DECRETO 2965

DECRETO Nº 2965/16

NOMEIA PROCURADOR JURÍDICO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado o Sr. WAGNER BORGES FIGUEIREDO, para ocupar o cargo em comissão de Procurador Jurídico, a contar desta data.	
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 10 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de outubro do ano 2016.

DECRETO 2966

DECRETO Nº 2966/2016

NOMEIA – DIRETOR ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeada a Sra. ADRIANA MAFRA, do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, da Secretaria da Fazenda, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 13 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária de Administração

DECRETO 2967

DECRETO Nº 2967/2016

NOMEIA CONTROLADOR GERAL

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado o Sr. RAFAEL CELESTINO, para ocupar o cargo em comissão de CONTROLADOR GERAL, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 13 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 44ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos três de outubro de 2016. Ausente a Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro, presentes os demais Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. Em seguida determinou a leitura dos expedientes recebidos: INDICAÇÕES nº 441/2016 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 450 E 451/2016 do Vereador MARCIO FRANCISCO. Nº 452 E 453/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Pedido de Informação Nº 19/2016 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Pedido de Informação nº 20/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Leitura do Requerimento Nº 149/2016 de autoria do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Moção Nº 93/2016 de autoria do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Leitura do parecer da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação final, favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 29/2016: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do parecer da Comissão Legislativa Permanente de Finanças e Orçamento, favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 29/2016: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do parecer da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação final, favorável ao Projeto de Emenda a LOM nº 02/2016: ALTERA REDAÇÃO DO INCISO XVI DO ARTIGO 34 DA LOM. Leitura do parecer da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação final, contrário ao Projeto de Lei Ordinária nº 13/2016, de autoria do Vereador Jefferson Ademir Custódio: CRIA A CASA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS. Leitura do parecer da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação final, contrário ao Projeto de Lei Ordinária nº 25/2016, de autoria do Vereador Claudinei Ruduitte Pressi: DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II E ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO NO ARTIGO 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 40/2014, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES – JARI, NO MUNICÍPIO DE PENHA. Deu início o Grande Expediente conforme Art. 180 R.I. fazendo uso da Tribuna o Vereador Felipe Rebello Schmidt. Cumprimentou a todos os presentes, saudou os vereadores reeleitos e aos recém-eleitos, desejou sucesso ao atual prefeito eleito Aquiles e prestou condolências ao candidato Júlio pelo falecimento do seu pai. Relatou sobre sua campanha eleitoral e o orgulho e alegria que pôde sentir participando das eleições municipais, agradeceu a população que o recebeu em suas residências e que votaram e acreditaram nele e em seu parceiro de campanha, o Vereador Jefferson Ademir Custódio. Dando prosseguimento, o Vereador Maurílio Pedro Leite cumprimentou e parabenizou os vereadores presentes que foram eleitos. Enfatizou sua passagem pela Câmara de Vereadores e se colocou a disposição como funcionário público para auxiliar tanto a população como o prefeito eleito. Pediu aparte o Vereador Sérgio de Mello e parabenizou o tempo em que o colega se fez presente na bancada da câmara. Em seguida, pronunciou-se em tribuna o Vereador Isac Hamilton da Costa, agradeceu a presença dos seus familiares e amigos. Parabenizou os vereadores eleitos, citou o fato de que a mudança de governo será produtiva para a cidade. Agradeceu pelos votos que recebeu e a confiança das pessoas para que ele assuma mais um mandato. Assumiu a palavra a Vereadora Maria Juraci Alexandrino, cumprimentou a todos e agradeceu as

pessoas que confiaram a ela seu voto. Discursou sobre sua caminhada na campanha eleitoral, pela confiança no partido que representa e pela vitória do Prefeito e Vice eleitos Aquiles e Lindomar. Parabenizou os colegas vereadores reeleitos, assim como os candidatos eleitos que farão parte da Câmara de Vereadores a partir do ano que vem. Com a palavra, o Vereador Sérgio de Mello, agradeceu a todos os presentes, a todos que o auxiliaram de alguma forma durante a campanha eleitoral e parabenizou a todos os candidatos eleitos, em especial o candidato a vereador, o Italiano, que entrou para história como o mais votado no Município de Penha. Expressou seu carinho e admiração aos candidatos eleitos Aquiles e Lindomar e ao trabalho das pessoas que fizeram parte da campanha Penha para Todos. Como orador seguinte, tomou a palavra o Vereador Jefferson Ademir Custódio, parabenizou não somente aos candidatos que tiveram sucesso, mas também os que não conseguiram alcançar seu objetivo, mas que lutaram e construíram um caminho para uma vitória futura. Aparte o Vereador Felipe Rebello Schmidt agradeceu ao parceiro de caminhada eleitoral. O orador finalizou agradecendo os votos recebidos e afirmando que nunca desistirá de Penha. Dando prosseguimento aos discursos, o Vereador Jesuel Francisco Capela, pediu trinta segundos de silêncio em homenagem ao pai do candidato Júlio Lanches pelo seu falecimento. Parabenizou os candidatos eleitos, agradeceu os votos que recebeu e a alegria de ter conseguido se reeleger pela terceira vez consecutiva. Relatou sua caminhada árdua, mas também a satisfação de conseguir continuar trabalhando pelo Município de Penha. Finalizando o uso da tribuna, com a palavra o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho. Parabenizou a campanha de todos, em especial os eleitos para Prefeito e Vice. Pediu a todos os candidatos eleitos, que tenham como objetivo o povo e o Município, que se unam para trabalhar sem importar o partido político. Agradeceu a recepção de todos os moradores de Penha e cada voto recebido, confirmou que vai continuar trabalhando pelo Município, sem oposição. Desejou boa sorte no próximo mandato para todos os candidatos. O Exmo. Sr. Vereador Presidente Clóvis Bergamaschi discursou parabenizando os candidatos eleitos a Prefeito e Vice Aquiles e Lindomar, afirmando que o Município está carente de transformações e que tem a certeza de que os candidatos entregarão a cidade mais bonita e bem cuidada daqui a quatro anos. Saudou também aos candidatos a vereadores eleitos, e indicou que estudem a legislação que rege o Município. Iniciou a ORDEM DO DIA – Art. 182 R.I. Em discussão Requerimento nº 149/2016 de autoria do Vereador Felipe Rebello Schmidt. APROVADO por unanimidade. Em discussão primeira votação do Projeto de Emenda a Lei Orgânica Nº 02/2016, de autoria do Poder Legislativo: Altera redação do inciso XVI, do artigo 34, da LOM. APROVADA por unanimidade. Em única votação o Projeto de Lei Ordinária nº 29/2016, de autoria do Poder Executivo. Projeto APROVADO por unanimidade. Em discussão e votação única do parecer da comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final, contrário ao Projeto de Lei Ordinária nº 13/2016, de autoria do Vereador Jefferson Ademir Custódio. Projeto APROVADO por unanimidade. Em única votação o parecer da comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final, contrário ao Projeto de Lei Ordinária nº 25/2016, de autoria do Vereador Claudinei Ruduitte Pressi. Projeto APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia dez de outubro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário.

Sala das Sessões, 03 de outubro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI
Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO
1º Secretário

ATA DA 45ª REUNÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 45ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos dez de outubro de 2016. Ausente o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho, presentes os demais Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. Em seguida determinou a leitura dos expedientes recebidos: INDICAÇÕES nº 454/2016 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 455, 456 E 457/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 458, 459 E 460/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Pedido de Informação Nº 21/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Pedido de Informação nº 22/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Leitura do Parecer Final e Favorável da Comissão Legislativa Permanente de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei Ordinária Nº 24/2016 de autoria do Poder Executivo. Iniciou o Grande Expediente conforme Art. 180 R.I. fazendo uso da Tribuna o Vereador Sérgio de Mello. Cumprimentou a todos os presentes, e em seguida relatou sobre o ocorrido na Prefeitura Municipal de Penha na última semana, que dispensou diversos funcionários, sendo vários de fundamental importância, como médicos e professores. Encerrou pedindo respeito da administração municipal para com a população, dizendo que o mandato de quatro anos deve ser cumprido por completo. Seguiu com a palavra o Vereador Felipe Rebello Schmidt que renunciou o direito de usar a tribuna. Dando prosseguimento, a Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro, ressaltou que responde apenas por si mesma, que cumprirá o seu mandato até o último dia e que apesar de não ter sido reeleita, continuará fiscalizando o Município e realizando seu trabalho normalmente. Pronunciou-se em tribuna a Vereadora Maria Juraci Alexandrino, agradeceu a presença de todos, em especial os adolescentes que estão acompanhando a política. Pediu que a Câmara de Vereadores promova um debate acerca da conscientização e prevenção do Câncer de Mama. Alertou também a necessidade de uma decoração referente ao Outubro Rosa tanto na Câmara como nos órgãos municipais. Parabenizou a vereadora eleita, Professora Regiane. Citou o fato de que o Pronto Atendimento 24 horas está sem medicamento, sem material de limpeza e sem instrumentos necessários para realização de atendimento à população. Relatou ainda que o atual governo cancelou o contrato com o Instituto Adonhiran, que oferecia médicos especialistas, exames especiais e pequenas cirurgias, portanto foram canceladas todas as consultas médicas e exames que estavam marcados para a população. Pediu aos vereadores para junto com ela, fiscalizar a Secretaria de Saúde e pedir ao Poder Público para garantir as pessoas o direito de uma saúde de qualidade até o final do ano. Assumiu a Tribuna o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi, cumprimentou a todos e pediu para esclarecer os fatos ocorridos com ele nas eleições que passaram. Discursou sobre o dia da eleição, onde foi abordado pela Polícia e se sentiu humilhado sendo preso injustamente. Explicou que acredita ser uma perseguição política por conta das denúncias que o Vereador realizou sobre o uso das câmeras de vigilância para aplicar multas em veículos. Encerrou dizendo que tem orgulho do seu mandato, que sempre buscou fazer o melhor para a população e que trabalhou em favor da cidade. Agradeceu a todos que acreditaram e votaram nele nas últimas eleições, parabenizou os colegas vereadores reeleitos, assim como os candidatos eleitos que farão parte da Câmara de Vereadores a partir do ano que vem. Com a palavra, o Vereador Jefferson Ademir Custódio, agradeceu a

todos os presentes, pediu consciência a todos que fazem parte da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal, para ter calma e tranquilidade nesse momento de transição de governo, afirmando que a população não pode sofrer com essa mudança. Pediu aparte o Vereador Jesuel Francisco Capela, dizendo que fará seu trabalho como vereador reeleito com coerência. O orador encerrou dizendo que a população tem a sua disposição a prestação de contas, e que está deixando o legado para os vereadores eleitos do Bairro Santa Lúcia. O Exmo. Sr. Vereador Presidente Clóvis Bergamaschi passa a presidência para o Vereador Isac Hamilton da Costa para pronunciar-se em tribuna. Como orador seguinte, o Vereador Clóvis Bergamaschi parabenizou os vereadores eleitos presentes na casa. Relatou o fato ocorrido na semana que antecedeu as eleições municipais, onde o Presidente da Associação de Moradores da Praia Alegre contratou uma motosserra e arrancou árvores da praia. Lamentando o fato, confirmou que juntamente com a mesa diretora, entrarão com processo judicial, com a finalidade de evitar que isso ocorra novamente. Finalizou desejando as boas vindas aos candidatos eleitos para o mandato que se aproxima. Retomou a presidência o Vereador Clóvis Bergamaschi e cedeu a palavra ao Professor Osmar para que o mesmo fizesse um convite em nome do Sindicato dos Servidores Públicos da Foz do Rio Itajaí, para que todos os servidores participem do almoço em comemoração ao dia do Servidor Público na Sociedade Amigos de Penha, estendeu o convite tanto aos atuais vereadores, como aos vereadores recém-eleitos. Iniciou a ORDEM DO DIA – Art. 182 R.I. Em discussão única o Projeto de Lei nº 24/2016, de autoria do Poder Executivo: Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 e dá outras providências – LDO. Projeto APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia dezessete de outubro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Exp. Tem. Milton Fonseca, em 10 de outubro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI
PRESIDENTE

ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO
1º SECRETÁRIO

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO DE AQUISIÇÃO E FIXAÇÃO DE PISO Nº 295/2016

CONTRATO DE AQUISIÇÃO E FIXAÇÃO DE PISO Nº 295/2016
LICITAÇÃO Nº 052/2016

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa CIDIMAR DA ROSA ME, autorizado através do Processo n. 180/2016 Licitação n. 052/2016 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CIDIMAR DA ROSA ME
CNPJ-MF n.º.11.312.247/0001-60
Endereço: Avenida Lebon Regis, 479 – sala 02
Representada por: CIDIMAR DA ROSA

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 052/2016, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO, com as seguintes características:

Descrição	Marca	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total
Piso Vinílico heterogêneo, de manta, alta resistência, semi flexível padrão liso e antiderrapante, espessura de 2mm, fixado com cola, capa de uso altura de 0,70 mm, espessura de 2mm, para Reforma da Unidade Básica de Saúde de Pinheiro Preto, sendo de material impermeável, de fácil limpeza, cor clara, resistente a lavagem e ao uso de desinfetantes e que atenda todas as características exigidas na RDC50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA/MS, nas quantidades e especificações descritas no anexo.	Gerflor	337 m²	R\$ 112,75	R\$ 37.999,99
Suporte curvo antiderrapante para rodapé	Gerflor	350 ml	R\$ 11,42	R\$ 3.999,99
Cordão de Solda Quente	Gerflor	250 ml	R\$ 6,50	R\$ 1.625,00
Sacas de massa Niveladora	Quartzolit	10 unid	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
Mao de obra				R\$ 8.975,00
TOTAL				R\$ 53.799,98

Parágrafo primeiro. O local deverá ser lavado com jato de ar e água de alta pressão antes do material ser fixado.

Parágrafo segundo. A proponente deverá fornecer garantia do material pelo prazo mínimo de 10 anos e do serviço de fixação pelo prazo mínimo 02 anos.

Parágrafo terceiro: A obra deverá ser entregue totalmente limpa no final, sem restos de cola e sem emendas.

Parágrafo quarto: O piso deverá ter aproximadamente 6% a 7% de quebra para evitar excesso de emendas, bem como o piso sobre em torno de 10 cm nas paredes em todo o perímetro. O suporte curvo, fabricado em borracha também acompanha o rodapé e tem por finalidade fazer ângulo côncavo para evitar acúmulo de umidade.

Parágrafo quinto: Os demais materiais necessários para instalação do piso serão de inteira responsabilidade da proponente.

Parágrafo sexto: A Secretaria da Saúde e o Arquiteto indicarão os locais onde serão fixados o piso antiderrapante e o piso liso.

Parágrafo Sétimo: O prazo para conclusão total da obra será de 30 dias a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

Parágrafo Oitavo: Ficará disponível junto ao setor de licitações uma amostra do material o qual se enquadra nas especificações do Edital.

PARÁGRAFO NONO: NO ATO DE ASSINATURA DO CONTRATO, A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRA DO MATERIAL QUE SERÁ FIXADO, O QUAL SEGUIRÁ PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO ARQUITETO RESPONSÁVEL PELO PROJETO.

Parágrafo Décimo: O contrapiso ou substrato nesse caso, deverá ser nivelado (massa niveladora) e regularizado com cimento e cola polivinilacetato, ficando isenta de qualquer imperfeição, poeira ou umidade;

Parágrafo Decimo Primeiro: O piso deve ser aplicado com a cola especificada pelo fabricante, sendo que o suporte curvo deverá ser colado na base das paredes com cola de contato de boa qualidade e o mesmo material na altura que cubra o rodapé existente, (de 7 a 10 cm), o piso cobrirá o rodapé também deverá ser colado com cola de contato.

Parágrafo Decimo Segundo: Todas as emendas inclusive cantos de 90 graus, deverão ser frezadas (2mm) e o cordão de solda quente deverá ser aplicado em toda a extensão sendo aparado na altura do revestimento de forma homogênea.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$53.799,98 (cinquenta e três mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), R\$ 44.824,98 referente material e R\$ 8.975,00 referente a mão de obra, devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária, exercício 2016:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 2.53 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - ESTADO
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 338 - Transferência do SUS/União - Exercício anterior

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 2.53 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - ESTADO
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 138 - Transferência do SUS/União

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 13801 - PMAQ

1.4 – PAGAMENTO.

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de dez dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) início: 14/10/2016
- b) término: COM O TERMO DA GARANTIA.

Material: 10 anos e fixação 2 anos de garantia.

Parágrafo Único: a obra terá garantia, por defeitos de instalação, de 2 anos.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.**4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.3 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.4 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 052/2016, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.5. A contratada obriga-se a garantir, pelo prazo de até cinco anos após o término da garantia, o fornecimento de peças de reposição.

5.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 14 de outubro de 2016.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

CIDIMAR DA ROSA ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

ANEXOS 4 BIM RREO 2016



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	15.711.896,14	15.711.896,14	2.802.766,51	17,84	11.268.590,81	71,72	4.443.305,33
RECEITAS CORRENTES	15.700.872,14	15.700.872,14	2.669.304,08	17,00	10.437.072,89	66,47	5.263.799,25
RECEITA TRIBUTÁRIA	851.080,00	851.080,00	153.854,25	18,08	690.597,08	81,14	160.482,92
Impostos	575.960,00	575.960,00	138.063,55	23,97	528.456,82	91,75	47.503,18
Taxas	238.820,00	238.820,00	157.907,70	6,61	162.140,26	67,89	76.679,74
Contribuição de Melhoria	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	619.000,00	619.000,00	123.774,10	20,00	423.136,98	68,36	195.863,02
Contribuições Sociais	539.000,00	539.000,00	108.854,15	20,20	361.762,05	67,12	177.237,95
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	80.000,00	80.000,00	14.919,95	18,65	61.374,93	76,72	18.625,07
RECEITA PATRIMONIAL	557.314,00	557.314,00	244.720,88	43,91	951.270,63	170,69	-393.956,63
Receltas Imobiliárias	9.240,00	9.240,00	0,00	0,00	673,99	7,29	8.566,01
Receltas de Valores Mobiliários	502.094,00	502.094,00	240.322,28	47,86	938.766,66	186,97	-436.672,66
Recelta de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Patrimoniais	45.980,00	45.980,00	4.398,60	9,57	11.829,98	25,73	34.150,02
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
Recelta da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Agropecuárias	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	50.000,00	50.000,00	12.571,78	25,14	36.786,47	73,57	13.213,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.464.885,14	13.464.885,14	2.083.863,48	15,48	8.210.296,36	60,98	5.254.588,78
Transferências Intergovernamentais	13.338.885,14	13.338.885,14	2.058.531,26	15,43	8.148.445,55	61,09	5.190.439,59
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transferências de Convênios	125.000,00	125.000,00	25.332,22	20,27	61.850,81	49,48	63.149,19
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

PRÉCIO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)										Continuação
OUTRAS RECEITAS CORRENTES										Em Reais
	157.383,00	157.383,00	50.519,59	32,10	124.985,37	79,41	32.397,63			
Multas e Juros de Mora	27.324,00	27.324,00	18.927,79	69,27	44.390,62	162,46	-17.066,62			
Indenizações e Restituições	6.655,00	6.655,00	2.090,00	31,40	5.421,95	81,47	1.233,05			
Recicla da Dívida Ativa	18.470,00	18.470,00	21.048,22	113,96	45.222,24	244,84	-26.752,24			
Recitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recitas Correntes Diversas	104.934,00	104.934,00	8.453,58	8,06	29.950,56	28,54	74.983,44			
RECEITAS DE CAPITAL	11.024,00	11.024,00	133.462,43	1.210,65	831.517,92	7.542,80	-820.493,92			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	76.908,56	3.846,428,00	76.908,56	3.845,428,00	-76.906,56			
Operações de Crédito Internas	2,00	2,00	76.908,56	3.846,428,00	76.908,56	3.845,428,00	-76.906,56			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
ALENAÇÃO DE BENS	11.000,00	11.000,00	56.553,87	514,13	92.539,36	841,27	-81.539,36			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Alienação de Bens Imóveis	11.000,00	11.000,00	56.553,87	514,13	92.539,36	841,27	-81.539,36			
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22,00	22,00	0,00	0,00	662.070,00	3.009.409,09	-662.048,00			
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Outras Instt. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios	22,00	22,00	0,00	0,00	662.070,00	3.009.409,09	-662.048,00			
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.118.060,00	1.118.060,00	188.417,66	16,85	628.260,61	56,19	489.799,39			
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.829.956,14	16.829.956,14	2.991.184,17	17,77	11.896.851,42	70,69	4.933.104,72			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.829.956,14	16.829.956,14	2.991.184,17	17,77	11.896.851,42	70,69	4.933.104,72			
DÉFICIT (VI)										
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.829.956,14	16.829.956,14	2.991.184,17	17,77	11.896.851,42	70,69	4.933.104,72			

Continua 2 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

Em Reais

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.711.896,14	19.436.568,79	3.321.907,01	12.844.344,99	6.592.223,80	2.692.680,04	9.444.290,17	9.263.631,91	9.992.278,62
DESPESAS CORRENTES	14.652.749,14	15.177.170,59	1.673.642,52	10.421.669,73	4.755.500,86	2.175.902,50	8.558.332,61	8.450.788,94	6.618.837,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.474.529,20	7.758.767,21	1.051.219,66	4.952.652,50	2.806.114,71	1.163.720,74	4.729.821,34	4.725.965,71	3.028.945,87
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	82.280,00	82.280,00	1.174,70	6.785,89	75.494,11	1.174,70	6.785,89	6.785,89	75.494,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.095.939,94	7.336.123,38	621.248,16	5.462.231,34	1.873.892,04	1.011.007,06	3.821.725,38	3.718.037,34	3.514.398,00
DESPESAS DE CAPITAL	829.755,00	4.030.006,20	1.648.264,49	2.422.675,26	1.607.330,94	516.777,54	885.957,56	812.842,97	3.144.048,64
INVESTIMENTOS	553.755,00	3.754.006,20	1.641.741,41	2.359.957,69	1.394.008,51	510.254,46	823.279,99	750.165,40	2.930.726,21
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	275.000,00	275.000,00	6.523,08	62.677,57	212.322,43	6.523,08	62.677,57	62.677,57	212.322,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.100,00	14.100,00	0,00	0,00	14.100,00	0,00	0,00	0,00	14.100,00
RESERVA DO RPPS	215.292,00	215.292,00	0,00	0,00	215.292,00	0,00	0,00	0,00	215.292,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.118.060,00	1.149.260,00	99.735,85	635.198,09	514.061,91	99.735,85	635.198,09	627.642,43	514.061,91
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.829.956,14	20.585.828,79	3.421.642,86	13.479.543,08	7.106.285,71	2.792.415,89	10.079.488,26	9.891.274,34	10.506.340,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.829.956,14	20.585.828,79	3.421.642,86	13.479.543,08	7.106.285,71	2.792.415,89	10.079.488,26	9.891.274,34	10.506.340,53
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.829.956,14	20.585.828,79	3.421.642,86	13.479.543,08	7.106.285,71	2.792.415,89	11.896.851,42	9.891.274,34	10.506.340,53

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS CORRENTES	1.118.060,00	1.118.060,00	188.417,66	16,85	628.260,61	489.799,39
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.118.060,00	1.118.060,00	16,64	16,64	621.415,30	496.644,70
Contribuições Sociais	1.118.060,00	1.118.060,00	16,64	16,64	621.415,30	496.644,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.426,90	0,00	6.845,31	-6.845,31

Continua

3 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)	Multas e Juros de Mora		Continuação	
		Em Reais		
	0,00	2.426,90	0,00	-6.845,31
	1.118.060,00	1.118.060,00	628.260,61	489.799,39
TOTAL		1.118.060,00	16,85	56,19

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	1.058.060,00	1.089.260,00	87.392,21	579.651,71	509.608,29	87.392,21	579.651,71	578.267,87	509.608,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.046.060,00	1.077.260,00	84.692,60	571.422,56	505.837,44	84.692,60	571.422,56	571.422,56	505.837,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.000,00	12.000,00	2.699,61	8.229,15	3.770,85	2.699,61	8.229,15	6.845,31	3.770,85
DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00	60.000,00	12.343,64	55.546,38	4.453,62	12.343,64	55.546,38	49.374,56	4.453,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	60.000,00	60.000,00	12.343,64	55.546,38	4.453,62	12.343,64	55.546,38	49.374,56	4.453,62
TOTAL	1.118.060,00	1.149.260,00	99.735,85	635.198,09	514.061,91	99.735,85	635.198,09	627.642,43	514.061,91

FONTE: Sistema e-Pública (9511-7811-54). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 07:50.

EUIZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC/SC 039946/O-8





MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALLENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2016

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2016

PRORREGO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

ANEXO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)										Em Reais
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR	(c) = (a - b)		
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		12.430,00					226.465,69	-214.035,69		
Alienação de Bens Móveis		1.430,00					128.513,25	-127.083,25		
Alienação de Bens Imóveis		11.000,00					97.952,44	-86.952,44		
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	SALDO A PAGAR		
		(d)			(e)		(f)	(g) = (d - e)		
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)		475.094,77	328.761,70	163.866,74	163.866,74	164.894,96	0,00	311.228,03		
DESPESAS DE CAPITAL		475.094,77	328.761,70	163.866,74	163.866,74	164.894,96	0,00	311.228,03		
Investimentos		475.094,77	328.761,70	163.866,74	163.866,74	164.894,96	0,00	311.228,03		
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		2015	2016				SALDO ATUAL			
		(h)	(i) = (Ib - (Iie + IIf))				(j) = (IIIf + IIIi)			
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		422.886,95					62.598,95			
VALOR (III)							485.485,90			

ONTE: Sistema e-Pública (1751-9321-048). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 08:11.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

Despesas empenhadas, mas não liquidadas, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	586.487,00	586.487,00	531.467,19	90,62
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	113.740,00	113.740,00	64.732,45	56,91
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	72.600,00	72.600,00	70.723,31	97,42
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	220.220,00	220.220,00	256.615,94	116,53
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	169.400,00	169.400,00	136.385,12	80,51
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.815,00	1.815,00	519,43	28,62
Dívida Ativa dos Impostos	6.050,00	6.050,00	1.527,15	25,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.662,00	2.662,00	963,79	36,21
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.604.030,00	13.604.030,00	8.313.233,83	61,11
Cota-parte FPM	7.659.300,00	7.659.300,00	4.228.763,55	55,21
Cota-parte ITR	3.630,00	3.630,00	401,13	11,05
Cota-parte IPVA	508.200,00	508.200,00	371.108,18	73,02
Cota-parte ICMS	5.324.000,00	5.324.000,00	3.646.263,41	68,49
Cota-parte do IPI - Exportação	77.440,00	77.440,00	51.719,48	66,79
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	31.460,00	31.460,00	14.978,08	47,61
Desoneração ICMS (LC 87/96)	31.460,00	31.460,00	14.978,08	47,61
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.190.517,00	14.190.517,00	8.844.701,02	62,33

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	991.948,14	991.948,14	1.348.918,59	135,99
Provenientes da União	781.501,14	781.501,14	563.119,77	72,06
Provenientes dos Estados	52.032,00	52.032,00	49.825,40	95,76
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	158.415,00	158.415,00	735.973,42	464,59
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	2,00	2,00	76.908,56	3.845.428,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	991.950,14	991.950,14	1.425.827,15	143,74

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	3.444.395,69	3.698.406,16	2.802.592,39	75,78	2.218.869,13	60,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.756.760,00	1.773.100,24	1.157.596,97	65,29	1.157.596,97	65,29	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.687.635,69	1.925.305,92	1.644.995,42	85,44	1.061.272,16	55,12	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	129.775,00	490.098,78	256.193,47	52,27	137.667,97	28,09	0,00
Investimentos	129.775,00	490.098,78	256.193,47	52,27	137.667,97	28,09	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.574.170,69	4.188.504,94	3.058.785,86	73,03	2.356.537,10	56,26	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVF) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVF) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	712.468,14	1.268.020,74	700.390,35	22,90	500.393,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	675.815,14	1.208.649,06	656.748,84	21,47	493.818,95	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	36.653,00	59.371,68	43.641,51	1,43	6.574,05	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	712.468,14	1.268.020,74	700.390,35	22,90	500.393,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.861.702,55	2.920.484,20	2.358.395,51	77,10	1.856.144,10	78,77	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIib x 100)⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL **20,99**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIib)/100]⁶ **529.438,95**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2012 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2012 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	3.561.149,69	4.162.196,31	3.058.785,86	100,00	2.356.537,10	100,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.020,00	25.807,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	4.001,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.574.170,69	4.188.504,94	3.058.785,86	100,00	2.356.537,10	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1992-2290-101). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 08:15.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestreSaldo Final.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		16.829.956,14			
Previsão Atualizada		16.829.956,14			
Receitas Realizadas		11.896.851,42			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		1.425.347,65			
DESPESAS					
Dotação Inicial		16.829.956,14			
Créditos Adicionais		3.755.872,65			
Dotação Atualizada		20.585.828,79			
Despesas Empenhadas		13.479.543,08			
Despesas Liquidadas		10.079.488,26			
Despesas Pagas		9.891.274,34			
Superávit Orçamentário		1.817.363,16			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		13.479.543,08			
Despesas Liquidadas		10.079.488,26			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		15.179.055,77			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		1.313.602,77			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		464.966,98			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		848.635,79			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		-215.000,00	-1.093.627,64	508,66	
Resultado Primário		-83.816,00	842.387,57	-1.005,04	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Poder Executivo		3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		361.603,39	0,00	101.326,00	260.277,39
Poder Executivo		361.603,39	0,00	101.326,00	260.277,39
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		364.903,39	0,00	101.326,00	263.577,39
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		2.650.361,24	25,00	29,97	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		658.864,60	60,00	82,74	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.856.144,10	15,00	20,99	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE: Sistema e-Pública (1288-8580-820). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 08:29.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Continuação

Em Reais**EUZEBIO CALISTO VIECELI**Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa**DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS**Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.711.896,14	19.436.568,79	3.321.907,01	12.844.344,99	95,29	2.692.680,04	9.444.290,17	95,70
LEGISLATIVA	730.000,00	730.000,00	68.218,45	280.001,21	2,08	69.828,25	276.641,71	2,74
Ação Legislativa	730.000,00	730.000,00	68.218,45	280.001,21	2,08	69.828,25	276.641,71	2,74
ADMINISTRAÇÃO	2.356.430,00	2.388.632,60	283.324,63	1.770.306,32	13,13	404.907,81	1.479.184,93	14,68
Administração Geral	2.356.430,00	2.388.632,60	283.324,63	1.770.306,32	13,13	404.907,81	1.479.184,93	14,68
SEGURANÇA PÚBLICA	70.169,00	146.425,07	5.912,48	37.368,11	0,28	11.049,18	33.816,21	0,34
Policimento	35.789,00	87.831,50	3.665,10	19.147,63	0,14	68.683,87	4.596,20	0,17
Defesa Civil	34.380,00	58.593,57	2.247,38	18.220,48	0,14	6.452,98	16.570,48	0,16
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.034.791,00	1.080.422,99	171.223,94	667.676,52	4,95	167.148,69	591.933,92	5,87
Assistência ao Idoso	15.000,00	15.000,00	1.763,00	2.913,56	0,02	1.303,50	1.992,06	0,02
Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00	11.000,00	1,05	6.025,50	0,04	1,05	1.525,50	0,02
Assistência Comunitária	1.008.791,00	1.054.422,99	169.459,89	658.737,46	4,89	165.844,14	588.416,36	5,84
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.300.150,00	1.300.150,00	5.331,10	681.285,14	5,05	113.507,08	464.966,98	4,61
Previdência do Regime Estatutário	1.300.150,00	1.300.150,00	5.331,10	681.285,14	5,05	113.507,08	464.966,98	4,61
SAÚDE	3.344.370,69	3.958.704,94	600.474,75	2.968.190,66	22,02	573.319,23	2.265.941,90	22,48
Atenção Básica	3.331.349,69	3.932.396,31	600.474,75	2.968.190,66	22,02	573.319,23	2.265.941,90	22,48
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.020,00	25.807,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	4.001,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	2.477.069,25	2.802.756,93	338.593,40	1.943.755,08	14,42	447.793,68	1.799.214,28	17,85
Ensino Fundamental	2.178.908,25	2.525.716,10	296.039,33	1.698.477,28	12,60	404.128,51	1.564.429,38	15,52
Ensino Superior	65.000,00	35.000,00	2.000,00	18.800,00	0,14	16.200,00	18.800,00	0,19
Educação Infantil	207.751,00	216.630,83	40.554,07	203.269,80	1,51	37.797,17	200.512,90	1,99
Educação Especial	25.410,00	25.410,00	0,00	23.208,00	0,17	2.202,00	15.472,00	0,15
CULTURA	208.500,00	4.500,00	0,00	4.197,35	0,03	3.868,00	4.197,35	0,04
Difusão Cultural	208.500,00	4.500,00	0,00	4.197,35	0,03	3.868,00	4.197,35	0,04
URBANISMO	288.433,00	1.272.343,66	421.009,43	782.621,68	5,81	44.977,69	195.651,16	1,94
Infra-Estrutura Urbana	55.004,00	1.034.759,60	373.897,22	630.245,95	4,68	17.865,48	74.937,20	0,74
Serviços Urbanos	233.429,00	237.584,06	47.112,21	152.375,73	1,13	27.112,21	120.713,96	1,20
HABITAÇÃO	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	6.001,00	6.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	6.001,00	6.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais	
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a - b)	No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a - d)

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

GESTÃO AMBIENTAL	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
AGRICULTURA	665.852,00	1.279.628,71	559.056,55	1.082.061,91	8,03	197.566,80	250.386,39	636.711,68	6,32	642.917,03
Extensão Rural	650.850,00	1.189.995,00	559.056,55	1.012.711,91	7,51	177.283,09	250.386,39	569.751,68	5,65	620.243,32
Promoção da Produção Agropecuária	15.002,00	89.633,71	0,00	69.350,00	0,51	20.283,71	0,00	66.960,00	0,66	22.673,71
INDÚSTRIA	6.001,00	6.001,00	0,00	0,00	0,00	6.001,00	0,00	0,00	0,00	6.001,00
Promoção Industrial	6.001,00	6.001,00	0,00	0,00	0,00	6.001,00	0,00	0,00	0,00	6.001,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	12.000,00	42.000,00	963,48	3.911,48	0,03	38.088,52	963,48	3.911,48	0,04	38.088,52
Turismo	12.000,00	42.000,00	963,48	3.911,48	0,03	38.088,52	963,48	3.911,48	0,04	38.088,52
TRANSPORTE	2.335.030,20	3.549.902,89	804.910,33	2.368.771,08	17,57	1.181.131,81	551.586,08	1.443.596,11	14,32	2.106.306,78
Transporte Rodoviário	2.335.030,20	3.549.902,89	804.910,33	2.368.771,08	17,57	1.181.131,81	551.586,08	1.443.596,11	14,32	2.106.306,78
DESPORTO E LAZER	130.001,00	122.001,00	31.651,18	85.530,42	0,63	36.470,58	25.975,19	79.854,43	0,79	42.146,57
Desporto Comunitário	130.001,00	122.001,00	31.651,18	85.530,42	0,63	36.470,58	25.975,19	79.854,43	0,79	42.146,57
ENCARGOS ESPECIAIS	513.205,00	513.205,00	31.237,29	168.668,03	1,25	344.536,97	31.237,29	168.668,03	1,67	344.536,97
Outros Encargos Especiais	513.205,00	513.205,00	31.237,29	168.668,03	1,25	344.536,97	31.237,29	168.668,03	1,67	344.536,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	229.392,00	229.392,00	0,00	0,00	0,00	229.392,00	0,00	0,00	0,00	229.392,00
Reserva de Contingência	229.392,00	229.392,00	0,00	0,00	0,00	229.392,00	0,00	0,00	0,00	229.392,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.118.060,00	1.149.260,00	99.735,85	635.198,09	4,71	514.061,91	99.735,85	635.198,09	6,30	514.061,91
TOTAL (III) = (I + II)	16.829.956,14	20.585.828,79	3.421.642,86	13.479.543,08	100,00	7.106.285,71	2.792.415,89	10.079.488,26	100,00	10.506.340,53

Continua 2 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				(b/total b)			(d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.118.060,00	1.149.260,00	99.735,85	635.198,09	100,00	99.735,85	635.198,09	514.061,91
LEGISLATIVA	20.000,00	20.000,00	2.128,06	7.186,86	1,13	2.128,06	7.186,86	12.813,14
Ação Legislativa	20.000,00	20.000,00	2.128,06	7.186,86	1,13	2.128,06	7.186,86	12.813,14
ADMINISTRAÇÃO	168.350,00	168.350,00	14.065,34	96.570,67	15,20	14.065,34	96.570,67	71.779,33
Administração Geral	168.350,00	168.350,00	14.065,34	96.570,67	15,20	14.065,34	96.570,67	71.779,33
ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	19.200,00	1.253,53	7.908,36	1,25	1.253,53	7.908,36	11.291,64
Assistência Comunitária	10.000,00	19.200,00	1.253,53	7.908,36	1,25	1.253,53	7.908,36	11.291,64
SAÚDE	254.100,00	254.100,00	16.153,03	109.195,20	17,19	16.153,03	109.195,20	144.904,80
Atenção Básica	254.100,00	254.100,00	16.153,03	109.195,20	17,19	16.153,03	109.195,20	144.904,80
EDUCAÇÃO	307.610,00	329.610,00	28.968,52	198.280,10	31,22	28.968,52	198.280,10	131.329,90
Educação Infantil	265.260,00	287.260,00	23.789,75	163.830,28	25,79	23.789,75	163.830,28	123.429,72
Ensino Fundamental	42.350,00	42.350,00	5.178,77	34.449,82	5,42	5.178,77	34.449,82	7.900,18
AGRICULTURA	73.000,00	73.000,00	6.591,97	43.241,12	6,81	6.591,97	43.241,12	29.758,88
Extensão Rural	73.000,00	73.000,00	6.591,97	43.241,12	6,81	6.591,97	43.241,12	29.758,88
TRANSPORTE	213.000,00	213.000,00	15.532,15	109.040,25	17,17	15.532,15	109.040,25	103.959,75
Transporte Rodoviário	213.000,00	213.000,00	15.532,15	109.040,25	17,17	15.532,15	109.040,25	103.959,75
ENCARGOS ESPECIAIS	72.000,00	72.000,00	15.043,25	63.775,53	10,04	15.043,25	63.775,53	8.224,47
Outros Encargos Especiais	72.000,00	72.000,00	15.043,25	63.775,53	10,04	15.043,25	63.775,53	8.224,47
TOTAL	1.118.060,00	1.149.260,00	99.735,85	635.198,09	100,00	99.735,85	635.198,09	514.061,91

FONTE: Sistema e-Pública (2105-6137-639). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data de emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 08:01.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC/SC 039946/O-8





MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Janeiro/2016	Fevereiro/2016	Março/2016					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.234.432,16	1.366.731,91	1.374.862,93	1.809.348,18	1.510.664,85	1.601.730,41	1.279.220,42					
Receita Tributária	53.781,23	51.034,14	48.852,17	111.962,86	37.649,22	47.456,42	56.880,16					
IPTU	1.598,31	1.244,46	435,04	609,17	0,00	0,00	0,00					
ISS	26.732,12	13.743,33	8.864,05	17.538,16	4.405,35	10.096,69	23.744,45					
ITBI	4.682,83	13.080,00	779,22	17.538,16	4.405,35	10.096,69	0,00					
IRRF	15.328,88	12.304,65	31.504,98	26.055,60	13.984,06	10.892,52	15.014,38					
Outras Receitas Tributárias	5.439,09	10.661,70	7.288,88	6.707,95	4.692,45	18.027,03	18.121,33					
Receitas de Contribuições	52.824,01	53.151,76	92.711,20	83.873,18	11.637,73	54.184,40	53.820,95					
Receita Patrimonial	61.142,36	134.160,34	70.577,99	138.148,00	168.741,46	118.700,59	97.013,28					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	7.770,00	7.265,00	5.992,00	6.170,00	1.720,00	160,00	2.322,00					
Transferências Correntes	1.046.155,28	1.103.721,01	1.135.353,32	1.461.902,25	1.286.545,71	1.365.519,37	1.056.457,97					
Cota-Parte FPM	371.540,26	422.874,40	477.458,38	807.350,66	521.721,09	653.119,36	396.716,85					
Cota-Parte do ICMS	417.824,35	432.025,97	434.618,87	424.286,14	536.961,39	438.590,39	443.575,12					
Cota-Parte do IPVA	37.527,05	46.251,91	32.776,63	20.815,05	25.313,62	41.343,75	46.687,78					
Cota-Parte do ITR	550,68	1.786,66	13,77	5,00	0,00	0,00	266,89					
Transferências da LC 87/1996	1.801,90	1.801,90	1.801,90	1.801,90	1.872,26	1.872,26	1.872,26					
Transferências da LC 61/1989	6.337,54	7.351,04	6.697,44	6.613,30	8.437,83	6.516,56	6.362,23					
Transferências do FUNDEB	84.838,75	90.015,37	88.909,87	91.550,30	108.515,88	98.713,92	94.370,12					
Outras Transferências Correntes	125.734,75	101.613,76	93.076,46	109.479,90	83.723,64	125.363,13	66.606,72					
Outras Receitas Correntes	12.759,28	17.399,66	21.376,25	7.291,89	4.370,73	15.709,63	12.726,06					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	188.296,14	204.117,80	233.109,98	243.239,46	218.861,05	250.281,84	201.640,95					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	21.179,98	21.699,65	42.436,79	42.730,89	0,00	21.993,57	22.544,95					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	167.116,16	182.418,15	190.673,19	200.508,57	218.861,05	228.288,27	179.096,00					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.046.136,02	1.162.614,11	1.141.752,95	1.566.108,72	1.291.803,80	1.351.448,57	1.077.579,47					



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

Continuação
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO		Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2016
		Abril/2016	Maio/2016	Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)								
Receita Tributária		1.431.349,84	1.590.567,08	1.604.731,42	1.621.315,85	1.420.362,28	17.845.317,33	18.366.018,14
IPTU		55.807,43	105.887,29	233.062,31	90.718,05	63.136,20	956.227,48	851.080,00
ISS		0,00	2.614,48	55.793,87	5.208,83	1.115,27	68.619,43	113.740,00
ITBI		15.729,82	72.275,04	61.202,79	45.258,52	15.397,78	367.007,42	220.220,00
IRRF		8.829,69	3.611,95	17.239,25	3.975,00	22.565,38	106.803,52	72.600,00
Outras Receitas Tributárias		17.910,29	20.031,50	14.009,60	25.832,33	18.710,44	221.579,23	169.400,00
Receitas de Contribuições		13.337,63	7.354,32	84.816,80	10.443,37	5.347,33	192.217,88	275.120,00
Receita Patrimonial		55.156,62	59.687,30	64.875,88	62.122,02	61.652,08	705.697,13	619.000,00
Receita Agropecuária		127.935,82	89.554,12	104.604,48	122.588,28	122.132,60	1.355.299,32	557.314,00
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes		7.755,00	5.883,35	6.374,34	5.355,80	7.215,98	63.983,47	50.000,00
Cota-Parte FPM		1.160.864,92	1.320.282,64	1.187.257,48	1.306.931,84	1.149.305,69	14.580.297,48	16.130.031,14
Cota-Parte do ICMS		471.611,14	627.129,00	518.110,14	574.515,35	465.840,62	6.307.987,25	7.659.300,00
Cota-Parte do IPVA		456.067,78	441.144,03	435.847,86	449.795,31	444.281,53	5.355.018,74	5.324.000,00
Cota-Parte do ITR		45.536,14	46.771,32	54.931,38	65.333,95	45.190,24	508.478,82	508.200,00
Transferências da LC 87/1996		71,52	12,02	50,70	0,00	0,00	2.757,24	3.630,00
Transferências da LC 61/1989		1.872,26	1.872,26	1.872,26	1.872,26	1.872,26	22.185,68	31.460,00
Transferências do FUNDEB		6.528,19	7.413,28	4.411,24	5.993,64	6.056,51	78.718,80	77.440,00
Outras Transferências Correntes		98.923,53	101.939,88	97.642,11	94.035,15	96.800,83	1.146.255,71	1.200.000,00
Outras Receitas Correntes		80.254,36	94.000,85	74.391,79	115.386,18	89.263,70	1.158.895,24	1.326.001,14
DEDUÇÕES (II)		23.830,05	9.272,38	8.556,93	33.599,86	16.919,73	183.812,45	157.383,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência		219.002,27	251.447,80	230.295,05	206.605,36	219.363,86	2.666.261,56	2.967.646,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência		22.665,07	26.579,61	27.250,55	26.879,34	26.715,83	302.676,23	302.500,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)		196.337,20	224.868,19	203.044,50	179.726,02	192.648,03	2.363.585,33	2.665.146,00
		1.212.347,57	1.339.119,28	1.374.436,37	1.414.710,49	1.200.998,42	15.179.055,77	15.398.372,14

FONTE: Sistema e-Pública (2111-0235-342). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data de emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 08:02.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC/SC 039946/O-8





MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	602.500,00	602.500,00	802.425,35	515.593,68
RECEITAS CORRENTES	602.500,00	602.500,00	802.425,35	515.593,68
Receitas de Contribuição dos Segurados	302.500,00	302.500,00	174.628,92	141.542,71
Pessoal Civil	302.500,00	302.500,00	174.628,92	141.542,71
Ativo	302.500,00	302.500,00	174.628,92	141.542,71
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	250.000,00	250.000,00	627.796,43	374.050,97
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	250.000,00	250.000,00	627.796,43	374.050,97
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	912.942,00	912.942,00	511.177,42	397.689,24
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	1.515.442,00	1.515.442,00	1.313.602,77	913.282,92

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.294.150,00	1.294.150,00	681.285,14	657.725,07	464.966,98	457.901,31
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	1.294.150,00	1.294.150,00	681.285,14	657.725,07	464.966,98	457.901,31
Pessoal Civil	0,00	0,00	671.735,99	641.006,90	455.417,83	441.183,14
Aposentadorias	0,00	0,00	581.823,26	558.892,09	395.297,30	385.767,85
Pensões	0,00	0,00	89.912,73	82.114,81	60.120,53	55.415,29
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.294.150,00	1.294.150,00	9.549,15	16.718,17	9.549,15	16.718,17
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.294.150,00	1.294.150,00	9.549,15	16.718,17	9.549,15	16.718,17
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	1.294.150,00	1.294.150,00	681.285,14	657.725,07	464.966,98	457.901,31
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	221.292,00	221.292,00	632.317,63	255.557,85	848.635,79	455.381,61

1 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	215.292,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	5.196.179,09 D
Outros Bens e Direitos	6.533.151,66 D	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	912.942,00	912.942,00	511.177,42	397.689,24
Receita de Contribuições	912.942,00	912.942,00	504.332,11	397.689,24
Patronal	840.942,00	840.942,00	454.957,55	370.322,29
Pessoal Civil	840.942,00	840.942,00	454.957,55	370.322,29
Ativo	840.942,00	840.942,00	454.957,55	370.322,29
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	72.000,00	72.000,00	49.374,56	27.366,95
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	6.845,31	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)	912.942,00	912.942,00	511.177,42	397.689,24

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

						Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)						Em Reais
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1308-2533-445). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 08:03.

EUZEBIO CALISTO VIECELIPrefeito Municipal
Ordenador da Despesa**DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS**Contadora
CRC/SC 039946/O-8

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2015 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	476.803,15	387.022,63	521.973,03
Deduções (II)	3.614.429,22	4.927.710,21	4.753.226,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.617.686,67	4.930.409,79	4.756.176,82
Demais Haveres Financeiros	42,55	600,42	349,92
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	3.300,00	3.300,00	3.300,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-3.137.626,07	-4.540.687,58	-4.231.253,71
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-3.137.626,07	-4.540.687,58	-4.231.253,71

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	309.433,87	-1.093.627,64

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-215.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2015	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	9.371.690,16	9.371.690,16	9.371.690,16
Passivo Atuarial	9.371.690,16	9.371.690,16	9.371.690,16
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	5.684.515,87	6.287.911,40	6.533.151,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	6.287.911,40	6.533.151,66
Investimentos	5.684.515,87	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	3.687.174,29	3.083.778,76	2.838.538,50
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	3.687.174,29	3.083.778,76	2.838.538,50

FONTE: Sistema e-Pública (1056-9024-963). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 08:04.

EUZÉBIO CALISTO VIECELIPrefeito Municipal
Ordenador da Despesa**DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS**Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		16.315.628,14	10.126.566,84	9.338.580,84	
Recitas Tributárias		851.080,00	690.597,08	503.309,81	
IPTU		113.740,00	64.732,45	53.282,66	
ISS		220.220,00	256.615,94	145.173,19	
ITBI		72.600,00	70.723,31	57.842,41	
IRRF		169.400,00	136.385,12	98.905,53	
Outras Receitas Tributárias		275.120,00	162.140,26	148.106,02	
Recitas de Contribuições		1.737.060,00	1.044.552,28	857.097,85	
Outras Receitas de Contribuições		1.215.442,00	678.961,03	539.231,95	
Recita Patrimonial Líquida		521.618,00	365.591,25	317.865,90	
Recita Patrimonial		55.220,00	12.503,97	15.158,14	
(-) Aplicações Financeiras		557.314,00	951.270,63	616.809,87	
Transferências Correntes		502.094,00	938.766,66	601.651,73	
FPM		13.464.885,14	8.210.296,36	7.852.048,69	
ICMS		6.183.100,00	3.422.786,98	3.326.021,67	
Convênios		4.259.200,00	2.917.011,43	2.747.178,30	
Outras Transferências Correntes		125.000,00	61.850,81	59.631,09	
Demais Receitas Correntes		2.897.585,14	1.808.647,14	1.719.217,63	
Dívida Ativa		207.383,00	168.617,15	110.966,35	
Diversas Receitas Correntes		18.470,00	45.222,24	23.906,86	
		188.913,00	123.394,91	87.059,49	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		11.024,00	831.517,92	1.042.359,26	
Operações de Crédito (III)		2,00	76.908,56	23.656,25	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)		11.000,00	92.539,36	68.626,48	
Transferência de Capital		22,00	662.070,00	950.076,53	
Convênios		22,00	662.070,00	950.076,53	
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		22,00	662.070,00	950.076,53	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		16.315.650,14	10.788.636,84	10.288.657,37	



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III) Continuação

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.266.430,59	11.001.321,44	9.861.822,40	9.137.984,32	8.404.634,82
Pessoal e Encargos Sociais	8.886.027,21	5.524.075,06	4.637.593,66	5.301.243,90	4.437.769,90
Juros e Encargos da Dívida (IX)	94.280,00	15.015,04	33.521,98	15.015,04	33.521,98
Outras Despesas Correntes	7.336.123,38	5.462.231,34	5.190.706,76	3.821.725,38	3.933.342,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.172.150,59	10.986.306,40	9.828.300,42	9.122.969,28	8.371.112,84
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.090.006,20	2.478.221,64	1.841.134,98	941.503,94	1.505.142,90
Investimentos	3.754.006,20	2.359.997,69	1.615.982,78	823.279,99	1.279.990,70
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	335.000,00	118.223,95	225.152,20	118.223,95	225.152,20
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.755.006,20	2.359.997,69	1.615.982,78	823.279,99	1.279.990,70
Reserva de Contingência (XVI)	14.100,00				
Reserva RPPS (XVII)	215.292,00				
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.156.548,79	13.346.304,09	11.444.283,20	9.946.249,27	9.651.103,54
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.840.898,65	-2.557.667,25	-1.155.625,83	842.387,57	637.553,83
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	1.425.347,65	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência				VALOR CORRENTE	-83.816,00

FONTE: Sistema e-Pública (2056-6151-888). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 08:06.

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Continuação
Em Reais**EUZEBIO CALISTO VIECELI**Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa**DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS**Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	16.025,82	345.577,57	101.326,00	101.326,00	0,00	260.277,39
EXECUTIVO											
Município de Pinheiro Preto	0,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	16.025,82	345.577,57	101.326,00	101.326,00	0,00	260.277,39
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	16.025,82	345.577,57	101.326,00	101.326,00	0,00	260.277,39

FONTE: Sistema e-Pública (1791-1208-569). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 08:07.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Preleito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	586.487,00	586.487,00	531.467,19	90,62
1.1-Receita resultante do IPTU	122.210,00	122.210,00	67.519,24	55,25
1.1.1-IPTU	113.740,00	113.740,00	64.732,45	56,91
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.210,00	1.210,00	352,59	29,14
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	4.840,00	4.840,00	1.485,82	30,70
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	2.420,00	2.420,00	948,38	39,19
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	72.600,00	72.600,00	70.723,31	97,42
1.2.1-ITBI	72.600,00	72.600,00	70.723,31	97,42
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	222.277,00	222.277,00	256.839,52	115,55
1.3.1-ISS	220.220,00	220.220,00	256.615,94	116,53
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	605,00	605,00	166,84	27,58
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	1.210,00	1.210,00	41,33	3,42
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	242,00	242,00	15,41	6,37
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	169.400,00	169.400,00	136.385,12	80,51
1.4.1-IRRF	169.400,00	169.400,00	136.385,12	80,51
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	13.604.030,00	13.604.030,00	8.313.233,83	61,11
2.1-Cota Parte FPM	7.659.300,00	7.659.300,00	4.228.763,55	55,21
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	7.659.300,00	7.659.300,00	4.228.763,55	55,21
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	5.324.000,00	5.324.000,00	3.646.263,41	68,49
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	31.460,00	31.460,00	14.978,08	47,61
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	77.440,00	77.440,00	51.719,48	66,79
2.5-Cota-Parte ITR	3.630,00	3.630,00	401,13	11,05
2.6-Cota-Parte IPVA	508.200,00	508.200,00	371.108,18	73,02
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	14.190.517,00	14.190.517,00	8.844.701,02	62,33
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	216.590,00	216.590,00	136.356,38	62,96
5.1-Transferências do Salário-Educação	133.100,00	133.100,00	91.989,62	69,11
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	36.300,00	36.300,00	20.720,00	57,08

1 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	45.980,00	45.980,00	18.420,46	40,06
5.5-Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	1.210,00	1.210,00	5.226,30	431,93
6-Transferências de convênios	126.213,00	126.213,00	73.144,17	57,95
6.1-Transferências de convênios	125.003,00	125.003,00	61.850,81	49,48
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	1.210,00	1.210,00	11.293,36	933,34
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	342.803,00	342.803,00	209.500,55	61,11

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.665.146,00	2.665.146,00	1.622.869,26	60,89
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.476.200,00	1.476.200,00	805.976,57	54,60
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.064.800,00	1.064.800,00	729.251,98	68,49
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	6.292,00	6.292,00	2.995,60	47,61
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	15.488,00	15.488,00	10.343,91	66,79
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	726,00	726,00	80,21	11,05
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	101.640,00	101.640,00	74.220,99	73,02
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.206.050,00	1.206.050,00	796.297,81	66,03
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.200.000,00	1.200.000,00	790.941,42	65,91
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	6.050,00	6.050,00	5.356,39	88,54
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.465.146,00	-1.465.146,00	-831.927,84	56,78

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	1.011.560,00	1.011.560,00	658.864,60	65,13	658.864,60	65,13	0,00
13.1-Com Educação Infantil	129.200,00	129.200,00	119.701,97	92,65	119.701,97	92,65	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	882.360,00	882.360,00	539.162,63	61,10	539.162,63	61,10	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	194.490,00	194.490,00	125.491,82	64,52	125.491,82	64,52	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	194.490,00	194.490,00	125.491,82	64,52	125.491,82	64,52	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	1.206.050,00	1.206.050,00	784.356,42	65,04	784.356,42	65,04	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	5.607,25
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	5.607,25
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	5.607,25
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹	778.749,17
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	82,74
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	15,06
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %	2,20
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	5.607,25
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²	5.607,25

Continua 2 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB									
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS						
			Até o Bimestre (b)		% c= (b/a)x100				
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³			3.547.629,25		3.547.629,25		2.211.175,26		62,33
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10			
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	379.301,00	384.908,25	355.107,24	92,26	352.350,34	91,54	0,00		
23.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.2-Pré-escola	379.301,00	384.908,25	355.107,24	92,26	352.350,34	91,54	0,00		
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	129.200,00	134.807,25	125.309,22	92,95	125.309,22	92,95	0,00		
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	250.101,00	250.101,00	229.798,02	91,88	227.041,12	90,78	0,00		
24-ENSINO FUNDAMENTAL	2.140.328,25	2.230.828,25	1.574.083,93	70,56	1.515.981,61	67,96	0,00		
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	1.076.850,00	1.076.850,00	664.654,45	61,72	664.654,45	61,72	0,00		
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	1.063.478,25	1.153.978,25	909.429,48	78,81	851.327,16	73,77	0,00		
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
28-Outras	25.410,00	25.410,00	23.208,00	91,33	15.472,00	60,89	0,00		
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.545.039,25	2.641.146,50	1.952.399,17	73,92	1.883.803,95	71,33	0,00		
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor			
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						-831.927,84			
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00			
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						5.356,39			
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						5.607,25			
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						38.934,91			
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00			
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						0,00			
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						-782.029,29			
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						2.650.361,24			
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						29,97			
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE									
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10			
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
41-Custeadas com contrib social salário-educação	133.705,00	170.605,20	86.219,72	50,54	68.405,89	40,10	0,00		
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	133.705,00	170.605,20	86.219,72	50,54	68.405,89	40,10	0,00		
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	2.678.744,25	2.811.751,70	2.038.618,89	72,50	1.952.209,84	69,43	0,00		
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00		0,00		
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00		0,00		
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00		0,00		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR				
					FUNDEB (h)		FUNDEF		
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015					5.607,25		0,00		
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					794.189,58		0,00		
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					781.330,41		0,00		

Continua 3 / 4

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	781.330,41	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.356,39	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	23.822,81	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1755-6364-659). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 08:08.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.**EUZEBIO CALISTO VIECELI**

Prefeito Municipal

Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

Contadora

CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2016

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

		Em Reais		
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	2,00	148.797,94	-148.795,94	
DESPESAS				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
				(f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.145.076,20	3.014.886,69	1.479.981,81	1.534.904,88
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.145.076,20	3.014.886,69	1.479.981,81	1.534.904,88
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(a - d)	(b - e)	-	(c - f)
	-4.145.074,20	-2.866.088,75		-1.278.985,45

Fonte: Sistema e-Pública (2155-2037-116). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 14/10/2016 e hora de emissão: 08:09.

Notas:

1 - <Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

Contadora
CRC/SC 039946/O-8

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 042 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 042 / 2016

Processo Administrativo n.º 075 / 2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE DADOS E VOZ POR MEIO DE PROTOCOLO - IP, PÓS PAGA, MODALIDADE TELEFONIA FIXA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 07/11/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 07/11/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h00min. às 13h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 18 de Outubro de 2016.

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

LEI ORDINÁRIA Nº 2.878, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.878, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA A EXTENSÃO DA RUA ERWIN GAEDKE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a extensão total da Rua Erwin Gaedke - via pública cujo início parte do lado ímpar da Rua Rega II, na localidade Rega II - passando a ter uma extensão de 228,00 m (duzentos e vinte e oito metros).

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 2.114, de 21 de outubro de 2008, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Denominar-se-á "RUA ERWIN GAEDKE" a via pública

municipal que parte do lado ímpar da Rua Rega II, na localidade Rega II - Coordenadas SAD 69 S 26º 40' 4,2" e W 49º 09' 6,0" - com 228,00 m de extensão e 12,00 m de largura, terminando num viradouro com dimensões 15,00 x 15,00 metros, conforme o projeto que é parte integrante desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários ao cumprimento da presente lei, inclusive, a instalação de placas indicativas e de sinalização e demais providências.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 19 de outubro de 2016.

Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 752/2016

DECRETO Nº 752/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. SUZANA APARECIDA PAIN, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 755/2016

DECRETO Nº 755/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. JULIANE LUZIA PAIN, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 756/2016

DECRETO Nº 756/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. RAFAELA APARECIDA ROCHA PAIN, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 757/2016

DECRETO Nº 757/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. ROSIMARA TERESINHA DILBERTI, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 759/2016

DECRETO Nº 759/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. SONIA APARECIDA TELES, ocupante do cargo de DIRETORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 760/2016

DECRETO Nº 760/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. FRANCO BAGGIO, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

IN 003/2016 - DISPÕE SOBRE AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONTROLADOR INTERNO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 49 e 53 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a lei 8.666 de 21 de junho de 1993 institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

CONSIDERANDO que a lei 10.520 de 17 de julho de 2002 institui a modalidade de licitação denominada pregão e dá outras providências.

Resolve aprovar a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA:

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Instrução Normativa tem a finalidade de prestar orientações e subsídios aos Secretários Municipais e demais agentes públicos, efetivos ou não, fiscais e seus substitutos, designados para fiscalizar e acompanhar a execução de obras, serviços e contratos administrativos efetivados no âmbito do Município de Ponte Serrada, nivelando os entendimentos e procedimentos, respeitando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, permitindo a evidenciação e transparência dos atos de fiscalização.

Art. 2º - Este documento abrange todas as unidades da estrutura organizacional da Administração Pública Municipal que possuem contratos de prestação de serviços ou aquisição de bens.

Art. 3º - Os contratos mantidos pela Administração Pública Municipal são regidos, preponderantemente, pelas leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002. É dever de todos os Secretários Municipais e demais agentes públicos municipais fiscais e seus substitutos, designados para fiscalizar e acompanhar a execução de obras, serviços e contratos administrativos, observar e seguir os preceitos e princípios emanados pelas duas supracitadas leis, sendo que irregularidades no cumprimento delas serão alvos de investigação e encaminhamento à autoridade competente para responsabilização e reparação dos danos gerados ao erário.

TÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º - Para esta Instrução Normativa, consideram-se:

a) Contrato na Administração Pública:

O Contrato é o ajuste formal realizado entre o ente público e uma empresa ou pessoa física para o fornecimento de produtos ou prestação de serviços. Segundo a Lei 8.666/1993, artigo 2º, parágrafo único:

"[...] considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para formação de vínculos e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada."

b) Fiscalização do contrato:

É a atividade de controle e a inspeção sistemática do objeto contratado (aquisição de bens, serviços ou obras) pela Administração, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações, ao projeto, aos prazos estabelecidos e demais obrigações previstas no contrato. Envolve, portanto, responsabilidades com o mérito técnico do que está sendo executado, observando as condições convencionadas.

Fiscalizar a execução de um contrato não é apenas uma atividade formal. Implica a garantia de que o serviço será prestado conforme previsto. Uma eficiente atuação do fiscal poderá maximizar os resultados da prestação de serviços, garantindo a qualidade. É preciso evitar a informalidade. Para que um contrato seja bem gerenciado, deve-se desenvolver uma "cultura de contratos", atuando dentro dos limites estabelecidos, registrando e exigindo o cumprimento do que está contratado Conforme estabelece a Lei 8.666/1993, artigo 66:

"O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial."

c) Fiscal de Contrato:

O Fiscal de Contratos é o agente designado através de portaria pelo setor competente para acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos contratos administrativos, sua função, de elevada importância para o atendimento aos princípios da administração pública está prevista na Lei 8.666/93 da seguinte forma:

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

d) Gestor de Unidade (Gestor de Contrato):

Aquele agente público que exerce as competências como representante legal do respectivo setor da Administração Pública ao qual o contrato esteja vinculado.

e) Serviço:

Toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais (Lei nº 8.666/93, art. 6º, Inciso II).

f) Obra:

Toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta (Lei nº 8.666/93, art. 6º, Inciso I).

g) Compra:

Toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente (Lei nº 8.666/93, art. 6º, Inciso III).

h) Agente Público:

A Lei 8.429/1992 define agente público como:

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

i) Preposto:

Representante da contratada na execução do contrato, sem ônus para Administração.

j) Objeto do Contrato:

Trata-se da finalidade do contrato.

k) Registro de Ocorrências:

Anotações de ocorrências relacionadas com a execução do contrato. Deverão ser realizadas no Diário de Obras quando se tratar de serviços de obras/engenharia e no Livro de Ocorrências para os demais casos.

l) Diário de Obras / Livro de Ocorrências:

Documento (livro, caderno, folhas ou até mesmo registro eletrônico) no qual serão efetuados os Registros de Ocorrências.

m) Vigência do Contrato:

Período compreendido entre a data estabelecida para o início da execução contratual, que pode coincidir com a data da assinatura, nunca antes dela, e seu término.

n) Adimplemento do Contrato:

Cumprimento de todas as obrigações ajustadas pelas partes contratantes.

o) Inexecução ou Inadimplência do Contrato:

Descumprimento total ou parcial de suas cláusulas e condições ajustadas, devido à ação ou omissão de qualquer das partes contratantes.

p) Rescisão:

Encerramento ou cessação da eficácia do contrato antes do encerramento de seu prazo de vigência, ou, antes da entrega do objeto.

q) Atestar:

Emitir atestado (comprovante da regularidade) de execução parcial ou total de obras ou serviços; emitir atestado da compra parcial ou total de bem; e emitir atestado de nota fiscal e ou demais documentos fiscais comprobatórios.

r) Laudo de Vistoria de Qualidade:

Trata-se de documento que relata vistorias técnicas que evidenciam as características, os estágios, os problemas construtivos e outros dados relativos à obra, e servem para subsidiar eventuais tomadas de decisão da administração referente à obra e seu andamento.

s) Laudo de Vistoria de Medição:

O Laudo de Medição é o documento que serve para atestar o andamento da execução da obra, o correto cumprimento das determinações contratuais e serve para determinar o valor do pagamento a ser realizado. Ali são relatados os levantamentos, os cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços de engenharia executados e os materiais aplicados, seguindo rigorosamente as planilhas da proposta de preços e as especificações do memorial descritivo.

TÍTULO III – DA NOMEAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E DO FISCAL DO CONTRATO

Art. 5º - Os Secretários Municipais automaticamente assumirão o papel de Gestor do Contrato que estiver vinculado a sua secretaria.

Parágrafo único – No caso de contrato vinculado a mais de uma secretaria ou mesmo não vinculado a nenhuma delas, caberá ao Prefeito Municipal determinar a nomeação de um Gestor do Contrato dentre os Secretários Municipais que compõem a sua equipe de governo.

Art. 6º - O Fiscal do Contrato será designado através de Portaria (modelo disponível no ANEXO 1) – que deverá ser devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios - emitida pelo Gestor da Unidade (Secretário Municipal que é o Gestor do Contrato) responsável pela demanda do processo ao qual o contrato está vinculado, por meio dos membros de sua equipe técnica e observará se o mesmo encontra-se impedido e se preenche os requisitos legais e/ou técnicos para desempenho de suas atribuições fiscalizatórias. Em caso de impedimento do servidor, caberá ao chefe da Unidade Gestora designar outro membro de sua equipe para exercer tais atribuições.

Parágrafo único – A nomeação do Fiscal do Contrato deverá acontecer no máximo até o 7º (sétimo) dia de vigência do Contrato.

Art. 7º - Para nomeação do fiscal de contrato deverá ser observado o atendimento dos seguintes requisitos de perfil do servidor:

- a) Gozar de boa reputação ético-profissional;
- b) Possuir conhecimentos específicos do objeto a ser fiscalizado;
- c) Não estar respondendo a processo de sindicância ou processo administrativo disciplinar;
- d) Não possuir em seus registros funcionais punições em decorrência da prática de atos lesivos ao patrimônio público, em qualquer esfera do governo;
- e) Não ter sido condenado em processo criminal por crimes contra a Administração Pública.

Art. 8º - Na omissão do Gestor da Unidade em designar um servidor para realizar as atribuições do Fiscal de Contrato no prazo estipulado no parágrafo único do artigo 6º desta Instrução Normativa, o mesmo assumirá as responsabilidades da função e executará concomitantemente as atividades de Gestor e Fiscal do Contrato.

Art. 9º - A fiscalização de contratos administrativos é dever de todos os agentes públicos, e, acima de tudo, é uma tarefa de valorização da cidadania. Dessa forma, a recusa de assunção do papel de Fiscal de Contrato, somente será aceita através de solicitação realizada pelo agente público com fundamentação dos motivos da recusa, cabendo ao Gestor da Unidade ou ao Chefe do Executivo Municipal analisar o pedido, expedir decisão, e ser for o caso, designar outra pessoa.

TÍTULO IV – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10 - É responsabilidade de todos os agentes públicos municipais zelarem pelo devido cumprimento dos contratos administrativos, bem como pela observação aos princípios da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade.

Art. 11 - São responsabilidades dos Gestores das Unidades (Gestores de Contratos):

- I - Indicar servidores para atuar na fiscalização dos contratos;
- II - Providenciar portarias de nomeação dos fiscais;
- III - Treinar e orientar servidores para a correta fiscalização dos contratos;
- IV - Gerenciar, acompanhar e cobrar a correta aplicação das fiscalizações, respeitando a legislação pertinente e os princípios da administração pública;
- V - Juntamente com o Fiscal de Contrato, assinar documentos de liberação para posterior pagamento pela execução do contrato conforme cronograma e condições contratuais previstas;
- VI - Aplicar sanção à contratada pelo descumprimento de cláusula contratual;
- VII - Decidir sobre a adoção de eventuais termos aditivos, prorrogações de prazos e rescisões de contratos;
- VIII - Atuar de forma proativa com as medidas necessárias para garantir a correta execução e fiscalização do contrato administrativo de sua responsabilidade;
- IX - O Gestor do Contrato responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições que lhe são confiadas. A responsabilidade disciplinar pode ser cumulada com o dever de reparação de dano ao erário, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis quando da prática de crime contra a Administração Pública ou situação de improbidade administrativa, respeitados o devido processo legal e a ampla defesa.

Art. 12 - São responsabilidades dos Fiscais de Contrato:

- I - Manter a documentação referente aos contratos sob sua responsabilidade em boas condições de armazenamento e conservação;
- II - Durante a execução dos contratos, manter as planilhas ou termos de controle de fiscalização atualizados;
- III - Registrar os atos fiscalizatórios, tomar medidas necessárias, notificar a contratada sobre o não atendimento dos requisitos do contrato, e informar ao Gestor da Unidade sobre irregularidades;

IV - Juntamente com o Gestor da Unidade, assinar documentos de liberação para posterior pagamento pela execução do contrato conforme cronograma e condições contratuais previstas;

V - Concluída a execução do contrato e atestada a regularidade do mesmo, anexar aos autos do processo licitatório o Relatório do Fiscal do Contrato;

VI – Atuar de forma proativa com as medidas necessárias para garantir a correta execução e fiscalização do contrato administrativo de sua responsabilidade;

VII - O Fiscal do Contrato responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições que lhe são confiadas. A responsabilidade disciplinar pode ser cumulada com o dever de reparação de dano ao erário, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis quando da prática de crime contra a Administração Pública ou situação de improbidade administrativa, respeitados o devido processo legal e a ampla defesa.

Art. 13 - São responsabilidades da Controladoria Geral do Município:

I - Acompanhar o processo fiscalizatório das Unidades Gestoras do Município;

II - Promover atualizações nesta instrução normativa, visando sua melhoria contínua;

III - Realizar Auditorias Internas para verificar a regularidade e obediência das fiscalizações de contratos com a legislação pertinente e recomendar ações de melhoria;

IV - Investigar irregularidades na execução dos contratos, tanto da parte contratada como da contratante, e levar ao conhecimento do Chefe do Executivo Municipal para abertura dos procedimentos de averiguação, julgamento e responsabilização dos infratores;

V - Assessorar as Unidades Gestoras em caso de dúvidas quanto aos aspectos abordados nesta instrução e no que diz respeito ao cumprimento da legislação pertinente.

TÍTULO V – IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 14 - Qualquer irregularidade deve ser apontada pelo fiscal, o qual entrará em contato com o Gestor de sua Unidade e com a contratada do serviço/bem/obra, a fim de que o mesmo solucione a irregularidade apontada.

Parágrafo Único - Toda comunicação realizada deve ser formal, documental e encaminhada, com cópia, para que conste em anexo aos autos do processo administrativo correspondente.

Art. 15 - Qualquer ação que não esteja sob o alcance do fiscal deve ser levada ao conhecimento do Gestor da Unidade ao qual esteja vinculado e, se necessário, ao Setor Jurídico da Prefeitura, para adoção das medidas pertinentes, lembrando que o fiscal do contrato pode solicitar o assessoramento técnico necessário, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666/1993:

“Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.”

TÍTULO VI – DA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 16 - Quando da aquisição de bens:

I - Ler atentamente o contrato e/ou edital, assim como os anexos, principalmente quanto:

a) A especificação do objeto; e

b) Aos prazos de entrega e pagamento do material.

II - Receber a fatura de cobrança (Nota Fiscal), conferindo:

a) Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas; e

b) Se o valor cobrado corresponde exatamente aquilo que foi fornecido;

c) Se a Nota Fiscal tem validade, se está rasurada ou se está corretamente preenchida;

d) Se está acompanhada das seguintes guias:

- Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) vigente de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;

- Certidão Conjunta Negativa ou CPEN vigente de débitos relativos a tributos estaduais e à dívida ativa do Estado sede ou domicílio da contratada;

- Certidão Conjunta Negativa ou CPEN vigente de débitos relativos a tributos municipais e à dívida ativa do município de domicílio ou sede da empresa contratada;

- Certidão Negativa ou CPEN vigente de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros (INSS);

- Certificado de Regularidade do FGTS.

III - Atestar o recebimento dos bens, observando o que dispõe o contrato (Modelo de Carimbo de Atesto disponível no ANEXO 2);

IV - Encaminhar a comprovação fiscal, em até 3 (três) dias úteis a partir da data que consta no documento fiscal, devidamente atestada e acompanhada das supracitadas certidões, para liquidação e pagamento, conforme o cronograma de pagamentos. Por exemplo: Considerando uma semana cujos dias úteis transcorrerão normalmente, sem feriado, a Nota Fiscal emitida pela contratada numa segunda-feira dia 01 deverá ser atestada e encaminhada para liquidação/pagamento até o final do expediente da quinta-feira, dia 04;

V - No caso de dúvidas quanto ao ATESTO, deve-se buscar auxílio junto ao Setor Jurídico, Setor de Contabilidade ou de Controle Interno para que seja orientado quanto ao procedimento correto;

VI - Notificar por escrito (modelo de notificação disponível no ANEXO 3 que deverá ser emitido sempre em duas vias, uma para armazenamento do fiscal e outra para a contratada) o atraso na entrega dos bens, ou o descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais. Também é preciso comunicar o Gestor da Unidade sobre a situação para posterior aplicação de sanção no caso de descumprimento da notificação pela contratada;

VII - Manter contato com o preposto da contratada com vistas a garantir o cumprimento integral do contrato;

VIII - Concluída a execução do contrato e atestada a regularidade do mesmo, será necessário formular e depois anexar aos autos do processo licitatório o Relatório do Fiscal do Contrato (modelo disponível no ANEXO 4).

Art. 17 - Quando da contratação de serviços:

I - Ler atentamente o contrato e o edital, assim como os anexos, principalmente quanto:

- a) A especificação do objeto;
- b) Ao cronograma dos serviços e pagamentos;

II - Acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados no contrato, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços. Bem como realizar anotações para posterior preenchimento do Livro de Ocorrências (modelo do livro de ocorrências disponível no ANEXO 5);

IV - O livro de ocorrências é um documento bilateral e que deve ser obrigatoriamente assinado. Se a parte contrária (preposto) se recusar a assinar o livro de ocorrências, deverá ser redigido um ofício de notificação ao superior do preposto para regularização. Caso o problema persista, deverá ser notificado o Setor Jurídico da Prefeitura para consultar alternativas possíveis;

Parágrafo único – Recomenda-se que a Administração Pública Municipal inclua cláusula em todos os contratos administrativos a serem gerados em datas posteriores à publicação desta Instrução Normativa, ressaltando como dever da contratada dar ciência dos registros de ocorrências inerentes à execução do contrato anotadas no livro de ocorrências do fiscal.

V - Receber a fatura de cobrança, conferindo:

- a) Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;
- b) Se o valor cobrado corresponde exatamente aquilo que foi efetuado;
- c) Se a Nota Fiscal tem a validade e se está corretamente preenchida;
- d) Se está acompanhada das seguintes guias:

- Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) vigente de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;

- Certidão Conjunta Negativa ou CPEN vigente de débitos relativos a tributos estaduais e à dívida ativa do Estado sede ou domicílio da contratada;

- Certidão Conjunta Negativa ou CPEN vigente de débitos relativos a tributos municipais e à dívida ativa do município de domicílio ou sede da empresa contratada;

- Certidão Negativa ou CPEN vigente de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros (INSS);

- Certificado de Regularidade do FGTS.

VI - Encaminhar a comprovação fiscal, em até 3 (três) dias úteis a partir da data que consta no documento fiscal, devidamente atestada e acompanhada das supracitadas certidões, para liquidação e pagamento, conforme o cronograma de pagamentos. Por exemplo: Considerando uma semana cujos dias úteis transcorrerão normalmente, sem feriado, a Nota Fiscal emitida pela contratada numa segunda-feira dia 01 deverá ser atestada e encaminhada para liquidação/pagamento até o final do expediente da quinta-feira, dia 04;

VII - No caso de dúvidas quanto ao ATESTO, deve-se buscar auxílio junto ao Setor Jurídico, Setor de Contabilidade ou de Controle Interno para que seja orientado quanto ao procedimento correto;

VIII - Notificar por escrito (modelo de notificação disponível no ANEXO 3 que deverá ser emitido sempre em duas vias, uma para armazenamento do fiscal e outra para a contratada) o atraso na prestação dos serviços, ou o descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais. Também é preciso comunicar o Gestor da Unidade sobre a situação para posterior aplicação de sanção no caso de descumprimento da notificação pela contratada;

IX - Manter contato com o preposto da contratada com vistas a garantir o cumprimento integral do contrato;

X - Concluída a execução do contrato e atestada a regularidade do mesmo, será necessário formular e depois anexar aos autos do processo licitatório o Relatório do Fiscal do Contrato (modelo disponível no ANEXO 4).

Art. 18 - Quando da Contratação de serviços de Engenharia/Obras

I - Ler atentamente o contrato e/ou edital, assim como os anexos, principalmente quanto:

- a) à especificação do objeto;
- b) ao cronograma físico-financeiro dos serviços e pagamentos a serem realizados;
- c) ao memorial-descritivo e plantas/projetos.

II - Estabelecer cronograma de visita ao canteiro de obras periodicamente;

III - Durante as visitas às obras, percorrer todas as instalações, tendo sempre em mãos cópias de todos os projetos, especificações, contrato e bloco de anotações para posterior preenchimento do diário de obras (modelo disponível no ANEXO 6). Bem como programar a realização de registro fotográfico, laudos de vistoria e medições (modelos disponíveis nos ANEXOS 7 e 8, respectivamente), quando for o caso;

IV - O diário de obras é um documento bilateral e que deve ser obrigatoriamente assinado. Se a parte contrária (preposto) se recusar a assinar o diário de obras, deverá ser redigido um ofício de notificação ao superior do preposto para regularização. Caso o problema persista, deverá ser notificado o Setor Jurídico da Prefeitura para consultar alternativas possíveis;

Parágrafo único – Recomenda-se que a Administração Pública Municipal inclua cláusula em todos os contratos administrativos, a serem gerados em datas posteriores à publicação desta Instrução Normativa, ressaltando como dever da contratada dar ciência dos registros de ocorrências inerentes à execução do contrato anotadas no diário de obras do fiscal.

V - A cada visita, o fiscal deverá observar, além da qualidade dos serviços executados, o contingente de trabalhadores, a disponibilidade de material e equipamentos (inclusive de equipamentos de segurança dos trabalhadores) a sequência correta das etapas, o cumprimento do cronograma e a obediência às orientações anotadas no diário de obras;

VI – Registrar no Diário de Obras e notificar por escrito (modelo de notificação disponível no ANEXO 3 que deverá ser emitido sempre em duas vias, uma para armazenamento do fiscal e outra para a contratada) o atraso na execução dos serviços de engenharia/obras, ou o descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais. Também é preciso comunicar o Gestor da Unidade sobre a situação para posterior aplicação de sanção no caso de descumprimento da notificação pela contratada;

VII - Juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, arquivado, por cópia e meio digital, a que se fizer necessária;

VIII - Acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados no contrato, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma físico-financeiro dos serviços a serem realizado;

IX - Atentar para as especificações técnicas constantes nos anexos;

X - Receber a fatura de cobrança, conferindo:

- a) Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;
- b) Se o valor cobrado corresponde exatamente aquilo que foi efetuado;
- c) Se a Nota Fiscal tem a validade e se está corretamente preenchida;
- d) Se está acompanhada das seguintes guias:
- Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) vigente de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
 - Certidão Conjunta Negativa ou CPEN vigente de débitos relativos a tributos estaduais e à dívida ativa do Estado sede ou domicílio da contratada;
 - Certidão Conjunta Negativa ou CPEN vigente de débitos relativos a tributos municipais e à dívida ativa do município de domicílio ou sede da empresa contratada;
 - Certidão Negativa ou CPEN vigente de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros (INSS);
 - Certificado de Regularidade do FGTS.
- XI - Encaminhar a comprovação fiscal, em até 3 (três) dias úteis a partir da data que consta no documento fiscal, devidamente atestada e acompanhada das supracitadas certidões, para liquidação e pagamento, conforme o cronograma de pagamentos. Por exemplo: Considerando uma semana cujos dias úteis transcorrerão normalmente, sem feriado, a Nota Fiscal emitida pela contratada numa segunda-feira dia 01 deverá ser atestada e encaminhada para liquidação/pagamento até o final do expediente da quinta-feira, dia 04;
- XII - Acompanhar a elaboração e a entrega da obra/reforma (como foi construído), a fim de subsidiar futuras intervenções a título de manutenção ou reformas;
- XIII - O recebimento das obras e serviços de engenharia deverá ser precedido de notificação da empresa contratada para avaliação dos serviços executados e conferência do cumprimento de todas as cláusulas contratuais. Conforme dispõe o Art. 73, inciso I, alínea a da lei 8.666/93, após o recebimento da notificação, o Fiscal de Contrato terá até 15 (quinze) dias para emitir o Termo de Recebimento Provisório (modelo disponível no ANEXO 9), e existindo alguma pendência, a mesma será mencionada naquele termo e será estabelecido prazo para sua eliminação. Após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo (modelo disponível no ANEXO 10) que nos termos do art. 73, inciso I, alínea b da lei 8.666/93 poderá ser realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente (Gestor da Unidade ou Prefeito Municipal);
- Parágrafo único: Deverá ser observado atentamente e cumprido fielmente o disposto na legislação pertinente para o recebimento de serviços e obras, principalmente o disposto nos artigos 73 e 74 da lei 8.666/93.
- XIV - Verificar se foram emitidas e arquivar todas as cópias da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART enviada pela contratada, no término do contrato;
- XV - No caso de dúvidas quanto ao ATESTO, deve-se buscar auxílio junto ao Setor Jurídico, Setor de Contabilidade ou de Controle Interno para que seja orientado quanto ao procedimento correto;
- XVI - Toda e qualquer irregularidade deve ser apontada pelo fiscal, o qual entrará em contato com o fornecedor do serviço/bem, a fim de que o mesmo solucione a irregularidade apontada. Devendo a comunicação ser formal, documental e encaminhada, com cópia, conforme o caso, ao gestor da unidade. Qualquer ação que não esteja sob o alcance do fiscal também deve ser levada ao conhecimento de seu respectivo superior hierárquico;
- XVII - Manter contato regular com o preposto/representante da contratada, com vistas a permitir o fiel cumprimento do contrato;
- XVIII - Concluída a execução do contrato e atestada a regularidade do mesmo, será necessário formular e depois anexar aos autos do processo licitatório o Relatório do Fiscal do Contrato (modelo disponível no ANEXO 4).

Art. 19 - No que concerne às exigências colocadas nos 3 (três) artigos anteriores quanto às comprovações de regularidade fiscal, cabe ressaltar que a Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos com a Administração Pública, em seu art. 27, IV, estabelece que para a habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados documentação relativa à regularidade fiscal. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, bem como em prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 29, III e IV, da Lei 8.666/93).

Art. 20 – Todas as irregularidades encontradas na execução dos contratos administrativos deverão ser registradas em documentação própria, a falta dessas anotações pode ter graves consequências como estabelecido no art. 78 da Lei 8.666/1993, por exemplo, no inciso VIII, faculta à Administração promover, em processo próprio, a rescisão do contrato, por cometimento reiterado de faltas. O mesmo inciso condiciona que essas faltas estejam anotadas pelo fiscal, remetendo ao art. 67, §1º. A falta dessas anotações – ou anotações sem as formalidades do citado dispositivo – impede a rescisão fundamentada, ainda que se trate de um contratado faltoso podendo resultar em dano ao erário público. Agindo por omissão, o fiscal e o gestor do contrato atraem para si a responsabilidade, o que pode enquadrá-los automaticamente na possibilidade de imputação de penas e qualificação nos crimes previstos na lei.

Art. 21 - Devido à complexidade da fiscalização e o caráter técnico especializado dos contratos de serviços de obras/engenharia, indica-se que a mesma seja realizada por servidor municipal com formação superior e lotado no cargo de Arquiteto e Urbanista ou Engenheiro Civil.

TÍTULO VII – IRREGULARIDADES QUE DEVEM SER EVITADAS

Art. 22 - São exemplos de práticas irregulares que devem ser evitadas pelos responsáveis pela fiscalização dos contratos:

- a) Atestar serviços não realizados;
- b) Pagamento de serviços não executados;
- c) Notas fiscais rasuradas, vencidas, falsificadas ou em desacordo com o contrato;
- d) Recebimento de material ou serviço com qualidade inferior ao contratado, em desconformidade com o objeto do contrato;
- e) Pagamento de obras inacabadas;
- f) Pagamento de serviços em desacordo com o projeto básico, entre outros.

TÍTULO VIII – DO RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 23 - Na realização de auditorias internas nos processos de fiscalização dos contratos, o Controlador Interno deverá emitir relatório com o parecer de regularidade, indicando o processo averiguado, o período de tempo compreendido, o método de escolha do processo, os procedimentos e técnicas de análise, recomendações aos fiscais ou à administração, bem como demais ferramentas pertinentes.

Parágrafo único – Depois de concluído o processo de auditoria na fiscalização do contrato, deverá ser anexado aos autos do processo licitatório cópia do relatório de auditoria.

TÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24 - A correta aplicação desta norma depende do envolvimento de todos os servidores, e, principalmente, dos gestores a quem cabe à cobrança de sua aplicabilidade. A correta implementação dos dispositivos desta Instrução, bem como o funcionamento do controle interno nos setores envolvidos são processos graduais e com o melhoramento contínuo de suas operações e fluxos e a dedicação de todos, poderá atingir sua maturidade e tornar-se um benefício para a população de Ponte Serrada.

Art. 25 - O papel do fiscal de contrato não é meramente de atestar notas, mas o de acompanhar efetiva e fielmente a execução do contrato e nos momentos de dúvida consultar os setores para sua melhor orientação. Ressalta-se que todo contrato incorre obrigatoriamente na utilização de dinheiro público e sua má gerência por atos de omissão ocasiona relevantes prejuízos à sociedade. Portanto, a pessoa do fiscal de contrato agindo como estabelecido na lei faz cumprir além de tudo seu papel de cidadão.

Art. 26 - Com o objetivo de auxiliar no entendimento do fluxo das atividades e operações a serem desenvolvidas no processo de fiscalização dos contratos foram elaborados fluxogramas que demonstram de forma intuitiva as etapas que devem ser cumpridas e os mesmos estão disponíveis para consulta no ANEXO 11 desta Instrução.

Art. 27 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e está sujeita a atualizações frequentes, cuja periodicidade de revisão variará conforme a ocorrência de alterações na legislação pertinente e nos processos gerenciais aplicados à Administração Pública, bem como por iniciativa própria da gestão municipal.

André Galli
Controlador Interno da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CRA SC: 29828
ANEXOS

ANEXO 1 – MODELO DE PORTARIA PARA DESIGNAÇÃO DO FISCAL DO TRABALHO

PORTARIA Nº ____/20xx.
Ponte Serrada, ____ (dia) de ____ (mês) de ____ (ano).

O(A) SECRETÁRIO(A) DE _____, no uso de suas atribuições, designado(a) pelo Decreto Nº _____, de ____ (dia) de ____ (mês) de ____ (ano), em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666/93, e a Instrução Normativa da Controladoria Municipal do Município de Ponte Serrada Nº _____, de ____ (dia) de ____ (mês) de ____ (ano).

Resolve:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) abaixo com o encargo de Fiscal do Contrato referente ao Processo Nº _____ (número do processo da licitação), objeto do _____ (modalidade da licitação e número, por exemplo: Pregão Presencial Nº 011/2016), firmado com a Empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____.

SERVIDOR	MATRÍCULA

Art. 2º - O(a) Fiscal do Contrato deverá cumprir as atribuições descritas na supracitada Instrução Normativa, bem como zelar pela devida aplicação e cumprimento da Lei Geral de Licitações Nº 8.666/93, e da Lei do Pregão Nº 10.520/2002.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

(Assinatura)
(Nome)
(Cargo)

Observações:

- Atentar para a alteração do Cabeçalho do Documento, a fim de identificar a Secretaria;
- Modelo digital desta portaria poderá ser solicitada no setor de Controladoria Geral do Município.

ANEXO 2 – MODELO DE CARIMBO PARA ATESTO DE DOCUMENTO FISCAL

Observação: Atestar no verso da nota fiscal / fatura.

ANEXO 3 – MODELO DE OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO DA CONTRATADA

Elaborar em duas vias, uma para a empresa e outra para o fiscal, sendo indispensável à coleta da assinatura do recebimento pela empresa. Segue o modelo:

Ofício nº xxx/2016-xxx(sigla da secretaria emitente)
Ponte Serrada, xx de xxxxxxx de 2016.

Ao Senhor
Fulano de Tal
REPRESENTANTE DA EMPRESA XXXXXX

Assunto: Notificação de irregularidades no cumprimento do contrato xxxxx e dá prazo para devidas providências.

Senhor Fulano de Tal,

1. No dia ____/____/____ foi realizada vistoria pelo Fiscal do Contrato Sr (a) _____ na execução do Contrato nº _____ firmado entre a Prefeitura Municipal de Ponte Serrada com a empresa _____, cujo objeto trata-se de _____.

2. Na ocasião foram constatadas as seguintes irregularidades:

- a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
- b) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

3. A fim de evitar danos à Administração Pública Municipal, solicita-se a regularização em até xxxxx dias a partir do recebimento deste ofício das irregulares acima mencionadas. O não cumprimento desta notificação poderá gerar a aplicação das devidas sanções previstas no contrato.

4. Qualquer dúvida poderá ser encaminhada ao Fiscal e ou Gestor do Contrato para esclarecimento.

Atenciosamente,

Nome
Cargo

Recebida em: _____
Por: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

Observações:

- Atentar para a alteração do Cabeçalho do Documento, a fim de identificar a Secretaria;
- Modelo digital deste ofício poderá ser solicitado no setor de Controladoria Geral do Município.

ANEXO 4 – MODELO DE RELATÓRIO DO FISCAL DE CONTRATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE _____
Ponte Serrada, ____ (dia) de _____ (mês) de ____ (ano).

No uso das atribuições conferidas pela Portaria N.º _____, de ____ de _____ de 20____, em consonância com os Parágrafos 1º e 2º do Art. 67 da Lei Federal de Licitações n.º 8.666/93, procedeu-se o acompanhamento e fiscalização do contrato abaixo identificado no período de ____/____/____ a ____/____/____, conforme segue:

RELATÓRIO DE FISCAL DE CONTRATO

1. Identificação

Nº DO RELATÓRIO	
Nº DO PROCESSO LICITATÓRIO	
Nº DO CONTRATO	
EMPRESA CONTRATADA	
CNPJ DA EMPRESA CONTRATADA	
OBJETO DO CONTRATO	
VALOR	
VIGÊNCIA DO CONTRATO	
DATA DA ASSINATURA	
ADITIVO	
NOME DO(A) FISCAL DO CONTRATO	

2. Do Cumprimento do Objeto do Contrato

Neste item, fazer uma narrativa sobre o cumprimento do objeto do contrato pela empresa contratada, se foi realizado dentro do prazo e

seguindo o cronograma físico-financeiro e o memorial descritivo (quando for o caso), e o cumprimento das cláusulas contratuais.

3. Da Comprovação Documental para Efetivação dos Pagamentos

Neste campo, deverá ser mencionado sobre a ausência ou falhas em documentações, por exemplo:

- Notas Fiscais rejeitadas;
- Não recolhimento de impostos;
- Irregularidade fiscal da empresa contratada (FGTS, INSS, IRPJ, etc.).

Caso não houve falha ou ausência nas documentações, basta redigir algo como:

"A empresa contratada cumpriu com todos os requisitos documentais para a efetivação dos pagamentos."

Além disso, é preciso também que o(a) fiscal ateste que todas as Notas Fiscais e demais comprovantes inerentes ao contrato foram recebidos, atestados e encaminhados ao setor pertinente. Por exemplo:

"Ainda, no que concerne às Notas Fiscais e demais comprovantes pertinentes, todos foram recebidos e atestados sua legalidade e legitimidade e encaminhados ao Setor de xxxxxxxxxxxx".

4. Outras Observações

Neste campo, inserir qualquer informação complementar sobre ocorrências constatadas durante o período de acompanhamento. Se nada ocorreu, basta preencher com:

"Não há ocorrência a fazer referente ao período acompanhado, haja vista o bom e regular atendimento das cláusulas contratuais por parte da contratada."

5. Recomendações

Constatada alguma ocorrência no item 4, é necessário descrever qual foi a recomendação que o(a) fiscal realizou com a contratada, e, se for o caso de ocorrência que fugiu da alçada de atribuições do(a) fiscal, qual foi a recomendação que a administração pública efetuou (superior hierárquico, jurídico, prefeito, etc.).

Por outro lado, se não aconteceu ocorrência, somente redigir:

"Não se aplica."

6. Resultado Apresentado das Recomendações

Identificada alguma ocorrência no item 4, será necessário discorrer sobre as recomendações realizadas no item 5, e após, os resultados apresentados no presente item, descrevendo se houve cumprimento das recomendações nas condições e prazos estabelecidos.

Por outro lado, se não aconteceu ocorrência, somente redigir:

"Não se aplica."

Nada mais havendo a declarar, encaminha-se cópia para o Setor de Compras/Licitação para conhecimento com posterior juntada aos autos do processo licitatório que gerou o contrato.

(Assinatura)

(Nome do servidor)

(Cargo)

Matrícula Nº ____

Fiscal do Contrato Nº ____/20__

Portaria Nº ____/____

(Assinatura)

(Nome do Gestor da Unidade)

(Cargo)

Observações:

- Atentar para a alteração do Cabeçalho do Documento, a fim de identificar a Secretaria;
- Modelo digital deste relatório poderá ser solicitado no setor de Controladoria Geral do Município.

ANEXO 5 – MODELO DE LIVRO DE OCORRÊNCIAS

O Livro de Ocorrências é o documento de fiscalização matriz de todo o serviço, contendo todo o histórico da prestação do serviço e sendo uma importante ferramenta para a fiscalização efetiva do andamento do contrato e as soluções dadas aos problemas pontuais. Encerrada a prestação dos serviços, os originais desse documento serão arquivados junto aos autos do processo licitatório e contrato, e é aconselhável ao fiscal, manter sob seu controle, cópia do Livro de Ocorrências.

O Livro de Ocorrências poderá ser realizado conforme o modelo abaixo e sua estrutura é composta basicamente de três itens: Abertura; Registros (regular, irregular, providências, etc.) e Fechamento.

MODELO DE LIVRO DE OCORRÊNCIAS

Na primeira página do Livro deve ser colocado o termo de abertura:

TERMO DE ABERTURA

Na data de ____/____/____, nesta cidade de Ponte Serrada/SC, faço a abertura do presente LIVRO DE OCORRÊNCIAS, referente ao serviço de fiscalização da prestação do serviço de (_____), conforme Contrato nº. (_____), firmado pela Prefeitura de Ponte Serrada, com a empresa (_____).

O presente LIVRO passa a conter os registros de vistorias, diligências, comunicações e providências.

Em arquivo próprio são mantidos os documentos originais referidos no presente Livro.

.....
Servidor
Cargo

A partir da segunda página, são descritos os registros de ocorrências. Quando os serviços estão regulares, pode ser feito o seguinte registro:

Registro de Vistoria nº ____
Data ____/____/____

Registro que, na data acima às ____:____h., vistoriei a prestação do(s) serviço(s) de (_____) prestados pela empresa (_____) e fui acompanhado pelo(s) (_____).
Na ocasião, acompanhei os serviços: (descrever), e constatei (descrever ocorrências, se houverem).
Orientei para (descrever, se for o caso).
Na oportunidade, dei ciência deste registro ao representante da empresa (preposto).

.....
Servidor
Cargo

.....
Nome do Preposto
Cargo

Quando os serviços estiverem irregulares, pode ser registrado da seguinte forma no livro:

Registro de Vistoria nº ____
Data ____/____/____

Registro que, na data acima às ____:____h., vistoriei a prestação do(s) serviço(s) de (_____) prestados pela empresa (_____) e fui acompanhado pelo(s) (_____).
Na ocasião, acompanhei os serviços: (descrever), e constatei (descrever ocorrências se houverem).
Constatei que a execução está em desacordo com as condições do contrato, (descrever irregularidade).
Encaminhei então, ofício de notificação ao preposto da empresa, solicitando as seguintes providências: (descrever).
Na oportunidade, dei ciência deste registro ao representante da empresa, bem como ao Gestor da Unidade (Gestor da secretaria ao qual o fiscal estiver lotado) para, em caso de descumprimento pela empresa das providências supracitadas, serem executados os procedimentos cabíveis.

.....
Nome do Servidor
Matrícula

.....
Nome do Gestor da Unidade
Cargo

.....
Nome do Preposto
Cargo

Se a empresa atendeu as providências, será realizado novo registro com o seguinte:

Registro de Vistoria nº ____
Data ____/____/____

Registro que, na data acima às ____:____h., vistoriei a prestação do(s) serviço(s) de (_____) prestados pela empresa (_____) e fui acompanhado pelo(s) (_____).
Na ocasião, acompanhei os serviços irregulares apontados na vistoria anterior.
Na data de hoje fiz nova diligência constatando que, efetivamente, as falhas apontadas foram supridas pela empresa.
Não vislumbro, nesta etapa, dano substancial à Administração, ficando o episódio, no entanto, registrado para os efeitos jurídicos no caso de reincidência.

.....
Nome do Servidor
Cargo

.....
Nome do Gestor da Unidade
Cargo

.....

Nome do Preposto

Cargo

Por outro lado, se a empresa não tiver efetuado as devidas correções, será elaborado o seguinte registro:

Registro de Vistoria nº ____

Data ____/____/____

Registro que, na data acima às ____h., vistoriei a prestação do(s) serviço(s) de (_____) prestados pela empresa (_____) e fui acompanhado pelo(s) (_____).

Na ocasião, acompanhei os serviços irregulares apontados na visita anterior.

Na data de hoje fiz nova diligência constatando que as falhas apontadas não foram supridas pela empresa.

Desta forma, encaminhei a situação ao Gestor da Unidade (Gestor da secretaria ao qual o fiscal estiver lotado) e ao Setor Jurídico da Prefeitura, para que sejam realizadas as devidas sanções previstas no contrato.

.....

Nome do Servidor

Cargo

.....

Nome do Gestor da Unidade

Cargo

.....

Nome do Preposto

Cargo

E assim por diante se darão as ocorrências durante a execução do contrato.

Terminada a fiscalização da execução do contrato, será necessário que o fiscal realize o encerramento do Livro de Ocorrências, conforme modelo abaixo, e anexe o original aos autos do processo e mantenha uma cópia para seu armazenamento e controle. Segue o modelo de encerramento:

Termo de Encerramento

Data ____/____/____

Na presente data dou por encerrado e concluída a fiscalização da execução do Contrato nº. (_____), firmado pela Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, com a empresa (_____) com a finalidade de execução da Obra de (_____).

Tenho por atendidas todas as solicitações encaminhadas à empresa, não havendo pendência a qualquer diligência recomendada por este fiscal.

Os documentos originais, relacionados a todos os atos de acompanhamento da execução, são transferidos aos cuidados do Setor de Compras/Licitação, para serem anexados ao processo de licitação pública que deu origem ao contrato que ora se encerra.

Cópias dos documentos referentes a comunicações são mantidos com este servidor para eventuais esclarecimentos futuros.

.....

Nome do Servidor

Cargo

Observações:

- Atentar para a alteração do Cabeçalho do Documento, a fim de identificar a Secretaria;
- Modelo digital deste livro poderá ser solicitado no setor de Controladoria Geral do Município.

ANEXO 6 – DIÁRIO DE OBRAS E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

O Diário de Obra é o livro de fiscalização e será a matriz de todo o serviço, contendo todo o histórico de desenvolvimento da obra e sendo uma importante ferramenta para a fiscalização efetiva do andamento do contrato, as soluções dadas aos problemas pontuais e todo o histórico de medições. Encerrada a obra, os originais desse documento serão arquivados junto aos autos do processo licitatório e contrato, e é aconselhável ao fiscal, manter sob seu controle, cópia do Diário.

O Diário de Obras poderá ser realizado conforme o modelo abaixo e sua estrutura é composta basicamente de três itens: Abertura; Registros (regular, irregular, providências, etc.) e Fechamento.

MODELO DE DIÁRIO DE OBRAS

Na primeira página do Diário deve ser colocado o termo de abertura:

TERMO DE ABERTURA

Na data de ____/____/____, nesta cidade de Ponte Serrada/SC, faço a abertura do presente DIÁRIO DE OBRA, referente ao serviço de fiscalização

da obra de (_____), conforme Contrato nº. (_____), firmado pela Prefeitura de Ponte Serrada, com a empresa (_____).

O presente DIÁRIO passa a conter os registros de vistorias, diligências, comunicações e providências.
Em arquivo próprio são mantidos os documentos originais referidos no presente Diário.

.....
Engenheiro/Arquiteto e Urbanista
CREA/CAU nº.

A partir da segunda página, são descritos os registros de ocorrências. Quando os serviços estão regulares, pode ser feito o seguinte registro:

Registro de Visitas nº ____
Data ____/____/____

Registro que, na data acima às ____:____h., visitei as obras de (_____), onde fui recebido pelo representante da empresa (preposto), Sr. (_____).

Na ocasião, acompanhei os serviços: (descrever), e constatei (descrever ocorrências, se houverem).

Orientei para (descrever, se for o caso).

Na oportunidade, dei ciência deste registro ao representante da empresa.

.....
Engenheiro/Arquiteto
CREA/CAU nº.

.....
Nome do Gestor da Unidade
Cargo

.....
Nome do Preposto
Cargo

Quando os serviços estiverem irregulares, pode ser registrado da seguinte forma no diário:

Registro de Visitas nº ____
Data ____/____/____

Registro que, na data acima às ____:____h., visitei as obras de (_____), onde fui recebido pelo representante da empresa, Sr. (_____).

Na ocasião, acompanhei os serviços: (descrever), e constatei (descrever ocorrências se houverem).

Constatei que a execução está em desacordo com as condições do contrato, (descrever irregularidade).

Encaminhei então, ofício ao preposto da empresa, solicitando as seguintes providências: (descrever).

Na oportunidade, dei ciência deste registro ao representante da empresa, bem como ao Gestor da Unidade (Gestor da secretaria ao qual o fiscal estiver lotado) para, em caso de descumprimento da empresa das providências, serem tomadas as devidas providências.

.....
Engenheiro/Arquiteto
CREA/CAU nº.

.....
Nome do Gestor da Unidade
Cargo

.....
Nome do Preposto
Cargo

Se a empresa atendeu as providências, será realizado novo registro com o seguinte:

Registro de Visitas nº ____
Data ____/____/____

Registro que, na data acima às ____:____h., visitei as obras de (_____), onde fui recebido pelo representante da empresa, Sr. (_____).

Na ocasião, acompanhei os serviços irregulares apontados na visita anterior.

Na data de hoje fiz nova diligência constatando que, efetivamente, as falhas apontadas foram supridas pela empresa.

Não vislumbro, nesta etapa, dano substancial à Administração, ficando o episódio, no entanto, registrado para os efeitos jurídicos no caso de reincidência.

.....

Engenheiro/Arquiteto
CREA/CAU nº.

.....
Nome do Gestor da Unidade
Cargo

.....
Nome do Preposto
Cargo

Por outro lado, se a empresa não tiver efetuado as devidas correções, será elaborado o seguinte registro:

Registro de Visitas nº ____

Data ____/____/____

Registro que, na data acima às ____h., visitei as obras de (_____), onde fui recebido pelo representante da empresa, Sr. (_____).

Na ocasião, acompanhei os serviços irregulares apontados na visita anterior.

Na data de hoje fiz nova diligência constatando que as falhas apontadas não foram supridas pela empresa.

Desta forma, encaminhei a situação ao Gestor da Unidade (Gestor da secretaria ao qual o fiscal estiver lotado) e ao Setor Jurídico da Prefeitura, para que sejam realizadas as devidas sanções previstas no contrato.

.....
Engenheiro/Arquiteto
CREA/CAU nº.

.....
Nome do Gestor da Unidade
Cargo

.....
Nome do Preposto
Cargo

E assim por diante se darão as ocorrências durante a execução do contrato.

Terminada a fiscalização da execução do contrato, será necessário que o fiscal realize o encerramento do Diário de Obras, conforme modelo abaixo, e anexe o original aos autos do processo e mantenha uma cópia para seu armazenamento e controle. Segue o modelo de encerramento:

Termo de Encerramento

Data ____/____/____

Na presente data dou por encerrado e concluída a fiscalização da execução do Contrato nº. (_____), firmado pela Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, com a empresa (_____) com a finalidade de execução da Obra de (_____).

Tenho por atendidas todas as solicitações encaminhadas à empresa, não havendo pendência a qualquer diligência recomendada por este fiscal.

Os documentos originais, relacionados a todos os atos de acompanhamento da execução, são transferidos aos cuidados do Setor de Compras/Licitação, para serem anexados ao processo de licitação pública que deu origem ao contrato que ora se encerra.

Cópias dos documentos referentes a comunicações são mantidos com este servidor para eventuais esclarecimentos futuros.

.....
Engenheiro/Arquiteto
CREA/CAU nº.

.....
Nome do Gestor da Unidade
Cargo

Observações:

- Atentar para a alteração do Cabeçalho do Documento, a fim de identificar a Secretaria;
- Modelo digital deste diário poderá ser solicitado no setor de Controladoria Geral do Município.

ANEXO 7 – MODELO DE LAUDO DE VISTORIA DE QUALIDADE

LAUDO DE VISTORIA DA QUALIDADE PARA OBRA

LAUDO DE INSPEÇÃO Nº: ____/____

Obra: _____
Local: _____
Executor: _____
Concluída em: ____/____/____
Contrato nº: ____/____
Data da Contratação: ____/____/____
Processo Licitatório nº.: _____

(Identificação do responsável constando nome, cargo e número do CREA/CAU), servidor público lotado na Secretaria Municipal de xxxxx da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, na forma da Lei

Na execução da fiscalização do contrato _____, dirigi-me ao local da obra acima indicada, com a finalidade de proceder vistoria para fins de verificação da qualidade da obra/serviço, tendo constatado o quanto segue:

ITENS VISTORIADOS	SITUAÇÃO
1. Estruturais	
2. Segurança	
3. Qualidade de materiais	
4. Equipamentos	
5. Instalações	
6. Outros	

Ponte Serrada, _____ de _____ de _____

Engenheiro/Arquiteto
CREA/CAU nº _____

Observação: Anexar registro fotográfico (fotos com data) relacionados aos itens vistoriados e aos eventuais defeitos identificados.

ANEXO 8 – MODELO DE LAUDO DE VISTORIA DE MEDIÇÃO

LAUDO DE VISTORIA DE MEDIÇÃO PARA OBRA

LAUDO VISTORIA Nº: ____/____

(Identificação do responsável constando nome, cargo e número do CREA/CAU), servidor público lotado na Secretaria Municipal de XXXXXX da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, na forma da Lei.

Na execução das atividades de fiscalização de contrato de obra, dirigi-me ao (endereço), local onde está sendo executada a obra de (_____), conforme contrato nº. (____), oriundo da Licitação (____), e ali procedi a Vistoria para fins de medição dos serviços executados e posterior liberação de pagamento, tendo constatado que foram executados os seguintes serviços:

Discriminação dos Serviços	Quantidade	Preço Unitário	Preço TOTAL
VALOR TOTAL DA PRESENTE MEDIÇÃO R\$:			

CERTIFICO ainda que os serviços foram executados em conformidade com o referido processo licitatório e posterior contrato, e os materiais empregados seguem as especificações determinadas, tanto em relação à quantidade, quanto em relação à qualidade, observando às condições previstas no contrato e demais documentos técnicos que compõem o edital de licitação, tendo sido comprovada a correta execução, a qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados durante as visitas de acompanhamento, conforme Diário de Obra cuja cópia segue em anexo.

Dando por finda a vistoria, lavro o presente Laudo de Medição, que assino, estando o quanto atestado apto para pagamento.

Ponte Serrada, _____ de _____ de _____

Engenheiro/Arquiteto
CREA/CAU nº _____

Observação: Anexar registro fotográfico (fotos com data) relacionados aos itens vistoriados.

ANEXO 9 – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO (elaborar em 3 vias: fiscal, autos do processo licitatório e preposto)

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Os abaixo-assinados, (nome e qualificação) Responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, (nome e qualificação) Representante da Empreiteira/Contratado para execução da(o) _____ (obra/serviço) _____, Contrato n.º _____, localizada(o) no _____ (bairro) _____, do Município de _____, neste Estado, tendo em vista que o objeto encontra-se concluído, conforme comunicação escrita do contratado, declaram e atestam o que segue:

1. Que da vistoria realizada ficou comprovada a conclusão do objeto de acordo com os termos contratuais;
2. Que houve o fornecimento (quando for o caso), dos documentos: Certificado de aprovação de instalações e dos equipamentos por parte dos órgãos de fiscalização; Certificados de Garantia de equipamentos e instalações; e Manuais de Operação e Manutenção das Máquinas, Equipamentos e Instalações;
3. Condições de recebimento:

<p>1 – a obrigação foi cumprida:</p> <p><input type="checkbox"/> no prazo</p> <p><input type="checkbox"/> fora do prazo na data de ____/____/____</p> <p><input type="checkbox"/> integralmente</p> <p><input type="checkbox"/> parcialmente, tendo em vista o seguinte:</p>	<p>2 – o objeto foi entregue:</p> <p><input type="checkbox"/> com a qualidade exigida</p> <p><input type="checkbox"/> com irregularidades</p> <p><input type="checkbox"/> outras observações:</p>
--	---

O objeto ora recebido provisoriamente não conclui o cumprimento da obrigação, ficando sujeito a posterior verificação da qualidade, que ocorrerá até o dia ____/____/____.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (Lei 8.666/93, art. 73, § 2º).

Ponte Serrada, _____ de _____ de _____

Nome do Servidor

Cargo

Representante da Empreiteira ou Contratado

Nome e cargo:

ANEXO 10 – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (elaborar em 3 vias, fiscal, autos do processo licitatório e preposto)

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, (nome e qualificação), (nome e qualificação) e (nome e qualificação) membros da Comissão especialmente designada para RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra _____, assim como (nome e qualificação) Representante da Empreiteira/Contratado, DECLARAM que após decorrência do prazo de ____ dias contados da data do Recebimento Provisório para execução da(o) _____ (obra/serviço), Contrato n.º _____, estiveram reunidos para formalizar o Recebimento Definitivo da Obra, conforme determina a Lei, e declaram e atestam o que segue:

1. Que a Empreiteira / contratado, durante o período de observação entre o Recebimento Provisório e o presente Termo, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
2. Que da vistoria realizada ficou comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais;
3. Que foram apresentados todos os documentos solicitados;
4. Que foram apresentados os comprovantes: de pagamento dos empregados, do recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas e dos tributos, relativos ao contrato;
5. Que foi obtido o “habite-se” da obra (no caso de prédio);
6. Que foram cumpridas as condições descritas no edital de licitação e no contrato;
7. Que os responsáveis pela administração do objeto executado nada têm a declarar;
8. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação do prédio (ou da obra), de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no art. 618 do Código Civil.
9. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (Lei 8.666/93, art. 73, § 2º).

Ponte Serrada, _____ de _____ de _____

ANEXO 11 – FLUXOGRAMAS DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Porto Belo

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2438, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.438, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016.

“Estabelece diretrizes para atenção à saúde das pessoas com asma no Município de Porto Belo” Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecido diretrizes para a Atenção à Saúde das pessoas com Asma no Município de Porto Belo, com a finalidade de promover a sua qualidade de vida e saúde.

Parágrafo Único: A promoção da qualidade de vida deve contemplar todos os cidadãos do Município, que possuir diagnóstico de asma.

Art. 2º As diretrizes a que se refere o artigo 1º desta lei estabelecem:

I – O desenvolvimento de ações de promoção à saúde das pessoas com asma, a sua prevenção e controle;

II – O atendimento às diferentes modalidades de diagnóstico e tratamento da asma e das doenças associadas a esta patologia.

III – A promoção de Educação permanente dos profissionais de saúde para qualificação da assistência em saúde às pessoas com asma;

IV – O desenvolvimento de projetos estratégicos para o estudo;

V – A ampla divulgação a sociedade dos serviços e fluxos existentes no atendimento à saúde das pessoas com asma.

Art. 3º Os serviços de saúde observarão as normas técnicas expedidas pelo Ministério da Saúde para o atendimento das pessoas com asma.

Art. 4º O Poder Público poderá articular junto a iniciativa privada, rede de farmácias, entidades da sociedade civil, projetos com foco na melhoria da qualidade de vida das pessoas com asma, buscando minimizá-las.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de setembro de 2016.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

Prefeito em exercício

LEI MUNICIPAL Nº 2439, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.439, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016.

Cria o Dia de Combate à Insuficiência Renal no Município de Porto Belo e dá outras providências. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica criado o Dia de Combate à Insuficiência Renal no Município de Porto Belo, a ser comemorada no dia 10 de março de cada ano.

Art. 2º O Dia de Combate à Insuficiência Renal Crônica no Município de Porto Belo tem como objetivos:

I – estimular a reflexão sobre os problemas do portador de insuficiência renal;

II – incentivar a doação e transplante de rins;

III – sensibilizar a sociedade e o Poder Público sobre seu papel na melhoria da qualidade de vida do portador de insuficiência renal;

Art. 3º Poderá o Poder Público contar com a parceria de outros segmentos da Sociedade Civil, assim como a Iniciativa Privada para o fortalecimento de suas ações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de setembro de 2016.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

Prefeito em exercício

LEI MUNICIPAL Nº 2440, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.440, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

“DÁ DENOMINAÇÃO QUE ESPECIFICA”.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominado “Deodato João Laurêncio” o Calçamento da Enseada da Encantada, Porto Belo.

Art. 2º Fica denominado “Laura Matias Cláudio” a Quadra de Esportes do Sertão de Santa Luzia.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de outubro de 2016.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

Prefeito em exercício

LEI MUNICIPAL Nº 2441 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.441, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

Altera o Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.589/2008, alterado pela Lei Municipal nº 2.211/2014 e dá outras providências.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Lei Municipal nº 1589/2008, alterado pela Lei Municipal nº 2.211/2014, o qual passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Município de Porto Belo autorizado a receber em doação a área de terras de 8.000,00 m², situada no Loteamento Gian e Giovani, com as seguintes medidas e confrontações:

FRENTE: ao OESTE, medindo 100,00 confrontando com a Rua Aderbal de Souza;

FRENTE: ao LESTE, em duas linhas, partindo no sentido Norte-Sul, a primeira linha medindo 104,48; a segunda deflete a direita e segue medindo 4,23m; ambas as linhas confrontando com área verde do loteamento Gian e Giovani

LADO DIREITO: ao NORTE medindo 53,62m, confrontando com a Área Verde do Loteamento Gian e Giovanni;

LADO ESQUERDO: ao SUL, medindo 107,93m, confrontando com área remanescente;

Art. 2º A doação desta área é em caráter não oneroso originada de acordo homologado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Federal da 2º Vara da Subseção Judiciária de Itajaí – SC, em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal – Autos do Processo nº 200.72.08.003591-4

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de outubro de 2016.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

Prefeito em exercício

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 066/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 066/2016 - EDUCAÇÃO

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 022/2016 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Cattani Sul Transportes e Turismo Ltda.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) ao aludido contrato superior, referente as passagens da linha Jangada do Sul ao Rio Espingarda, que passaram para o valor de R\$ 3,82 (três reais e oitenta e dois centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 30 de setembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 067/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 067/2016 - EDUCAÇÃO

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 047/2016 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Reunidas S.A. Transportes Coletivos.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 544,00 (quinhentos e quarenta e quatro reais) ao aludido contrato superior, referente a mudança de preço no valor das passagens, como segue:

Professores e funcionários:

- Linha Porto União a São Miguel da Serra

Valor Unitário: R\$ 7,24 (sete reais e vinte e quatro centavos)

- Linha São Miguel da Serra a Porto União

Valor Unitário: R\$ 6,49 (seis reais e quarenta e nove centavos)

Alunos:

- Linha Pintadinho a São Miguel da Serra

Valor Unitário: R\$ 1,955 (um real e novecentos e cinquenta e cinco milésimos de centavos)

- Linha São Miguel da Serra a Pintadinho

Valor Unitário: R\$ 1,955 (um real e novecentos e cinquenta e cinco milésimos de centavos)

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 30 de setembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 227/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 227/2016

Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel 086/2015 - SAÚDE

Partes: Município de Porto União e Carlos Antônio Tissiani.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

Concede-se o reajuste de 11,5% (onze vírgula cinco por cento) ao aludido contrato superior, com base no IGP-M.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 02/10/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 30 de setembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 228/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 228/2016

Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel 085/2015 - SAÚDE

Partes: Município de Porto União e Condomínio Centro Empresarial de Porto União

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

Concede-se o reajuste de 11,5% (onze vírgula cinco por cento) ao aludido contrato superior, com base no IGP-M.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 02/10/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 30 de setembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 229/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 229/2016

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 048/2016

Partes: Município de Porto União e Arthur Amador Pereira dos Santos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 03 (três) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 30 de setembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 104/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 189/2016.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 104/2016 - Multientidade.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para contratação de jornal de grande circulação estadual para publicação dos atos oficiais do Município. O recebimento dos envelopes se dará até às 16h00min do dia 01 de novembro de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 16h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitepor-touniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de outubro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 588/2016 - RH

PORTARIA Nº 588, de 03 de outubro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 092/2016 Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 16 de setembro a 14 de outubro de 2016, o Contrato de Trabalho nº 092/2016, de Sabrina Soares dos Santos Lerner, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Roseli dos Santos que continua afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 16 de setembro de 2016.

Porto União - SC, em 03 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 589/2016 - RH

PORTARIA Nº 589, de 03 de outubro de 2016.

Designar Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO Em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Artur Bolting para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 184 DE 17.10.2016

DECRETO Nº. 184, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

“FIXA DATA E HORÁRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A SER REALIZADA NESTE MUNICÍPIO NO MÊS DE OUTUBRO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica fixada a data de 27 (vinte e sete) de Outubro de 2016, a partir da 09h00min, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores na sede do Município, para realização de Audiência Pública referente à:

I - apresentação e discussão do Projeto de Lei da Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO- e Lei Orçamentária Anual- LOA, conforme obrigatoriedade constante na Lei 101/2000 em seu Artigo 48, I.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
17 de Outubro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO,
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 135, 18.10.2016

PORTARIA Nº. 135, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, ao servidor abaixo relacionado, na data conforme segue:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
JAIR KLAUS	Operador de equipamentos pesados	17/02/2015 a 16/02/2016	07/11/2016 a 06/12/2016

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07.11.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 18 de Outubro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5579, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5579, de 18 de outubro de 2016.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2016/FMD”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Concorrência nº 002/2016/FMD.

Parágrafo único – Revoga-se por interesse público pelas razões do Memorando nº 020/2016 de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 1198/RH

PORTARIA N. 1198/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Protocolo 161572/2016, ao servidor municipal EVANOR ROSENDO SABINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SISTEMAS, durante o período de 2 anos consecutivos, a partir de 17/11/2016, sem remuneração, de acordo com o Art. nº. 149, da Lei Complementar nº. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vfb

PORTARIA Nº 1181/RH

PORTARIA Nº. 1181/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 06/10/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2016, designada pela Portaria n. 0816/RH de 07 de julho de 2016 (publicada em 08/07/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 012/P.A.D. 007/2016, de 16 de setembro de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos, bem como, gozo de férias de dois membros da Comissão.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

RESUMO DO CONTRATO 137/2016

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 137/2016

Concorrência nº 075/2016

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Rinovi Construtora Ltda - ME

Objeto: execução do estaqueamento e construção de uma creche tipo 1, padrão FNDE, localizadas na Estrada da Madeira, Bairro Barragem em Rio do Sul

Valor: R\$ 1.898.129,03 (um milhão e oitocentos e noventa e oito mil e centos e vinte e nove reais e três centavos).

Prazo de Execução: 10 (dez) meses, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Governo Federal/FNDE

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 10 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Salto Veloso

PREFEITURA

CT Nº. 66/2016 – JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP

CT Nº. 66/2016 – JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP

DATA: 11/10/2016

CONTRATADO: JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE DEJETOS LIQUIDOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, através do convênio nº 833278/2016 – Operação 1033404-14 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PREGÃO PRESENCIAL nº 030/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2016

INÍCIO: 11/10/2016

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 111.600,00

São Bento do Sul

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 009/2016

CONVÊNIO Nº 009/2016

ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com CNPJ/MF nº 86.051.398/0001-00, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, neste Município, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, portador do CPF nº 033.667.519-40, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, representada neste ato pela Secretária Municipal da Educação Sra. ALCIONE TERESINHA HINKE, brasileira, portadora do CPF nº 311.378.909-59 e RG 607.668, daqui por diante denominado CONVENIENTE e, de outro lado, a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/ HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES N.º 2521792 - Filantrópico, CNPJ N.º 84.942.887/0003-99 neste ato representado pelo seu representante legal FERNANDO CASTANHEIRA, brasileiro, solteiro, Diretor Geral da Instituição, portador da carteira de identidade nº. M 153899, expedida pela SSP/MG, CPF/MF sob nº. 129.671.066-15; daqui por diante denominada CONVENIADA, celebram entre si este CONVÊNIO, nos termos da Lei nº 3367, de 30 de abril de 2014, convencionado as Cláusulas e Condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objeto a plena execução do PROGRAMA MUNICIPAL CRIANÇA ADOECIDA, visando o acompanhamento escolar as crianças e adolescentes internados em ambiente hospitalar ou ausentes do processo educativo formal por motivo de doença, em idade escolar, bem como:

- I - Promover a continuidade do processo ensino-aprendizagem visando a não interrupção do ato educativo de modo a não prejudicar seu rendimento escolar;
- II - Educar para a saúde do escolar;
- III - Promover a integração entre a criança, a família, a escola e o hospital, amenizando os traumas da internação e convalescença, contribuindo para a interação social;
- IV - Dar oportunidade ao atendimento às crianças e adolescentes adoecidos em busca da qualidade de vida intelectual e sócio interativa;
- V - Aproximar a vivência da criança no hospital à sua rotina diária anterior ao internamento, utilizando o conhecimento como forma de emancipação e formação humana;
- VI - Proporcionar à criança adoecida a possibilidade de, mesmo estando em ambiente hospitalar, ter acesso à educação escolar;
- VII - Entreter a criança e o adolescente com atividades lúdicas, amenizando sua dor e tristeza, promovendo alegria e bem estar.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

CLÁUSULA SEGUNDA - São obrigações da CONVENIADA:

- I. Ceder espaço físico para o atendimento as crianças internadas;
- II. Autorizar o profissional a fazer atendimento no quarto, desde que haja permissão da equipe médica e da família;
- III. Disponibilizar material didático pedagógico, como xerox, revistas, brinquedos, exceto material de continuidade do processo escolar habitual;

IV. Encaminhar trimestralmente o relatório de atendimentos realizados pelo profissional, informando quantidade de crianças atendidas;

V. Oferecer formação e/ou capacitação pertinente a área de atuação.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

CLÁUSULA TERCEIRA – São obrigações da CONVENIENTE:

- I. Ceder profissional da educação, com formação pedagógica, para realizar acompanhamento escolar ao educando internado em ambiente hospitalar;
- II. Disponibilizar material didático pedagógico;
- III. Manter atualizados os dados funcionais do profissional.
- IV. Arcar com todos os ônus trabalhistas decorrentes do cumprimento do presente Convênio;
- V. Orientar os servidores para que mantenham sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse dos convenientes ou de terceiro de que tomarem conhecimento;

Parágrafo único. Os servidores colocados à disposição não terão qualquer vínculo empregatício com a CONVENIADA.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUARTA – Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, com aviso prévio de trinta dias, sem qualquer tipo de ônus.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato terá vigência pelo prazo de dois anos, a contar de 23 de agosto de 2016, o qual poderá ser renovado através de novo instrumento contratual ou termo aditivo.

DO FORO

CLÁUSULA SEXTA – As questões oriundas deste instrumento serão resolvidas de comum acordo entre as partes e, para os casos pendentes, elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

E por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que se produzam os efeitos de fato e de direito.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária Municipal da Educação

HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA

SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA

FERNANDO CASTANHEIRA

Diretor Geral da Instituição

Testemunhas:

EDRIÂNGELA WIGGERS GALKOWSKI
CPF 969.859.849-91

ROSELI ROSENSCHECK SCHLOGL
CPF 421.771.979-53

DECRETO Nº 1474/2016

DECRETO Nº 1474, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA DECRETO Nº 1298/2016 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMAD

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3082/2012,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1298, de 06 de abril de 2016, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMAD e seus respectivos suplentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

XV – Conselheiros Eméritos:
Urbano Hlawatsch
Elisabeth Maria Nardelli de Oliveira

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 1475/2016

DECRETO Nº 1475, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA DECRETO Nº 1299/2016 QUE Nomeia os membros do Conselho Municipal de Turismo de São Bento do Sul- COMTUR.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1298, de 17 de maio de 2005,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto nº 1299, de 06 de abril de 2016, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Turismo de São Bento do Sul - COMTUR e seus respectivos suplentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I - Representantes do Departamento de Turismo
Titular: Kátia Wolff
Suplente: Jenifer Ana de Matos

V – Representantes dos Bares, Restaurantes e Similares
Suplente: sem representação

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 1477/2016

DECRETO Nº 1477, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA DECRETO Nº 0997/2015, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º da Lei nº 1789, de 26 de março de 2007,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto nº 0997, de 23 de junho de 2015, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB do Município de São Bento do Sul e seus respectivos suplentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

VIII - Representantes do Conselho Municipal de Educação:
a) Dirce Grein - Titular
b) Eliane Anete Hübl - Suplente

(...)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal
PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 1476/2016

DECRETO Nº 1476, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA DECRETO Nº 1431/2016 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto nº 1431, de 30 de agosto de 2016, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

XII - REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:

b) Alex Luiz Mariano – Suplente;

(...)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12786/2016

PORTARIA Nº 12786, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Secretário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 11 de outubro de 2016, ROBERTO CORREA DA SILVA, do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12787/2016

PORTARIA Nº 12787, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Nomeia Secretário

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 11 de outubro de 2016, JOCELITO PIERIN, no cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12788/2016

PORTARIA Nº 12788, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Nomeia Diretor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 14 de outubro de 2016, ROBSON RODRIGUES DA SILVA, no cargo de Diretor do Departamento de Turismo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12797/2016

PORTARIA Nº 12797, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARIA IRIS SANOCKI REICHARDT, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.100141/16-8, de 07 anos, 06 meses e 02 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7447, de 11 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12798/2016

PORTARIA Nº 12798, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor GILIARD BRAGA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Autoridade de

Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, Auxílio Escolar, conforme art. 68, da Lei Municipal nº 228/2001.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 01 de outubro de 2016, conforme Processo nº 7347/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12799/2016

PORTARIA Nº 12799, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal OTTO SCHWALBE, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.100081/13-0, de 11 anos, 10 meses e 13 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7551, de 17 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12802/2016

PORTARIA Nº 12802, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016
Concede Progressão vertical

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2966/2012 e do que consta no Processo Administrativo nº 6667/2016,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 05 de setembro de 2016, progressão vertical ao servidor LUIZ CARLOS ADÃO, ocupante do cargo efetivo de Motorista II – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Classe B, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, passando do Nível I para o Nível II – Ensino Médio.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12803/2016

PORTARIA Nº 12803, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016
Concede Progressão vertical

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2966/2012 e do que consta no Processo Administrativo nº 6858/2016,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 14 de setembro de 2016, progressão vertical ao servidor VILMAR LOURENÇO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina I – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Classe F, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, passando do Nível I para o Nível II – Ensino Médio.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12789/2016

PORTARIA Nº 12789, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, c/c o artigo 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, e art. 25, I, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 17 de outubro de 2016, aposentadoria por invalidez integral ao segurado MAURO VAZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe G, matrícula nº 8350, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6081/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de outubro de 2016.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº12790/2016

PORTARIA Nº 12790, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 14 de outubro de 2016, KAREN BITTENCOURT KUNHAVALIK, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 007/2016, homologado em 01 de julho de 2016, para exercer o cargo de Psicólogo, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº12791/2016

PORTARIA Nº 12791, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Assessor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 17 de outubro de 2016, MAURI LUIZINHO PEREIRA, do cargo de Assessor de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº12792/2016

PORTARIA Nº 12792, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Nomeia Assessor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 17 de outubro de 2016, DIMAS DE FREITAS,

no cargo de Assessor de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº12793/2016

PORTARIA Nº 12793, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 9079/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 9079, de 04 de maio de 2015, que concedeu aposentadoria a ARNOLDO SCHOEFFEL, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00429810, através da Decisão GAC/CPF-995/2016, de 16 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº12794/2016

PORTARIA Nº 12794, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 7077/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 7077, de 05 de janeiro de 2015, que concedeu aposentadoria à VALTRUDES MEIER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00184362, através da Decisão GAS-NI-767/2016, de 08 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº12795/2016

PORTARIA Nº 12795, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 8666/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 8666, de 02 de abril de 2015, que concedeu aposentadoria a ANTONIO CIESLINSKY, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00361590, através da Decisão GAS-NI-796/2016, de 08 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito MunicipalPUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:**PORTARIA Nº12796/2016**PORTARIA Nº 12796, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ELISABETH MARIA WORRELL BAUER, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Administração, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.100026/14-8, de 06 anos, 11 meses e 28 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7162, de 28 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito MunicipalPUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:**PORTARIA Nº12800/2016**

PORTARIA Nº 12800, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 17 de outubro de 2016, MIRIAM REGINA SCHWETLER FILIPP, do cargo de Diretor do Departamento de

Administração, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito MunicipalPUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:**PORTARIA Nº12801/2016**PORTARIA Nº 12801, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016
Concede Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 701/2003,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 17 de outubro de 2016, gratificação de função FG 5 – Agente de Divisão de Compras, à servidora MIRIAM REGINA SCHWETLER FILIPP, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito MunicipalPUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:**PORTARIA Nº12804/2016**PORTARIA Nº 12804, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016
Concede Progressão vertical

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2966/2012 e do que consta no Processo Administrativo nº 6809/2016,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 25 de setembro de 2016, progressão vertical ao servidor JONAS RENATO KIESKI, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Classe B, na Secretaria Municipal de Saúde, passando do Nível I para o Nível II – Graduação.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito MunicipalPUBLICADO NO MURAL DAPREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº12805/2016

PORTARIA Nº 12805, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão vertical

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2966/2012 e do que consta no Processo Administrativo nº 7124/2016,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 27 de setembro de 2016, progressão vertical ao servidor JOSÉ ALVACIR PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Motorista II – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Classe B, na Secretaria Municipal de Administração, passando do Nível I para o Nível II – Ensino Médio.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12806/2016

PORTARIA Nº 12806, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Revoga Portaria nº 12759/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 10 de outubro de 2016, a Portaria nº

12759/2016, que exonerou VALÉRIO NAZÁRIO, do cargo de Chefe de Setor de Desportos Individuais, na Fundação Municipal de Desporto.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12807/2016

PORTARIA Nº 12807, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 17 de outubro de 2016, VALÉRIO NAZÁRIO, do cargo de Chefe de Setor de Desportos Individuais, na Fundação Municipal de Desporto.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SAMAE - São BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº 47/2016

Carta Convite nº 47/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 47/2016

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, que receberá até as 12:00 horas do dia 27 de outubro de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO:

Contratação de empresa para execução de pintura em uma unidade técnica/administrativa do SAMAE localizada a Rua Marechal Floriano, 214, Centro, São Bento do Sul, SC, com fornecimento de mão de obra, materiais (tintas, vernizes, lixas, massa, etc.), ferramentas, andaimes, escadas, veículo com cesto hidráulico e equipamentos de segurança para execução dos serviços.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00min às 17h00

ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO 2435 DE 06 10 2016 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELA MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2435, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELA MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional, pela movimentação de dotações, no valor de R\$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais), nas seguintes programações de despesa:

17.00 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA				
13.392.1012.2.056 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	126	01.0000	495,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

17.00 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA				
13.392.1012.2.056 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	124	01.0000	495,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

DECRETO 2440 DE 13 10 2016 DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2440, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) no Orçamento de 2016 da unidade Fundo Municipal de Saúde na seguinte programação de despesa:

Da Programação de Despesa:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica do Município				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	5	01.0002	120.000,00

Para Programação de Despesa:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica do Município				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	8	01.0002	120.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 13 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DECRETO 2441 DE 13 10 2016 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2441 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional, pelo provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
15.452.1009.2.013 – Man. das Ativ. da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	73	01.0008	70.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, fica autorizada a utilização do provável excesso de arrecadação na fonte 0.1.0008 - Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - COSIP.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda - Designada

DECRETO 2442 DE 17 10 16. DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 1785, DE 09 DE JUNHO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2442, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 1785, DE 09 DE JUNHO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a aplicação da Lei nº 1785, de 09 de junho de 2016, com vigência até a data de 31 de dezembro de 2016, tratando da regularização da propriedade imobiliária, em caráter extraordinário e excepcional, mediante a extinção de Lote Urbano em Condomínio que passa a configurar com dimensões inferiores àquelas previstas no art. 9º da Lei nº 714, de 16 de junho de 1987.

Art. 2º A regularização da propriedade imobiliária dar-se-á somente para condomínio configurado na matrícula e devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, impreterivelmente, até a data de 31 de dezembro de 2013, assim como, apresente sobre o Lote Urbano a ser desmembrado no mínimo (01) edificação residencial, sendo esta, averbada ou não em Escritura Pública, com Alvará de Construção ou de Habite-se emitido pelo Setor de Tributação do Município até a data de 09 de junho de 2016;

Art. 3º A proposta de regularização se dará por meio da apresentação de requerimento de solicitação devidamente instruído com as seguintes provas:

I - Mapa do lote urbano a ser desmembrado, elaborado por profissional habilitado, com Planta de situação atual do imóvel e Planta de Demonstração da situação pretendida, devendo ser observado que o lote urbano a ser desmembrado da área maior não fique com área mínima inferior a 125,00 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), com testada mínima inferior a 5,00 ml (cinco metros lineares) e tenha servidão com largura mínima de 3,00 (três) metros;

II - Memorial Descritivo;

III - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

IV - Certidão Ambiental, quando assim exigido;

V - Certidão de Inteiro Teor do condomínio devidamente assentado no Cartório de Registro de Imóveis até a data de 31 de dezembro de 2013;

VI - Alvará de Construção ou Habite-se emitido até a data de 09 de junho de 2016, visando atestar a existência da edificação no lote urbano a ser desmembrado.

Parágrafo único. O proprietário que não possuir Alvará de Construção ou Habite-se, para os fins do inciso VI deste artigo, poderá comprovar a situação da existência da edificação com a juntada ao requerimento de no mínimo um dos seguintes documentos:

a) Tarifa de água ou de energia elétrica relativa a edificação executada sobre o imóvel a ser desmembrado;

b) Documento do cadastro imobiliário do Município;

c) Comprovante de enquadramento e/ou de ser beneficiário em programas de habitação de interesse social, que já tenham sido executados ou que estejam em execução no Município.

Art. 4º É obrigatória a realização de vistoria "in loco" de servidor público habilitado, para atestar a correspondência das exigências disciplinadas por esta lei.

Art. 5º O prazo para a apresentação do requerimento de solicitação junto ao Setor de Tributação do Município de São Domingos solicitando a regularização da propriedade imobiliária, nos termos do caput deste artigo, dar-se-á até a data de 31 de dezembro de 2016.

Art. 6º Aprovada a divisão amigável o Município editará o Decreto correspondente, nos termos do Decreto nº 474/2010, que trata do procedimento administrativo de parcelamento do solo urbano.

Art. 7º Para o registro da extinção do condomínio junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos será necessária

a juntada dos seguintes documentos além daqueles listados no art. 2º deste Decreto:

I – Escritura Pública de Divisão Amigável do Imóvel, exclusivamente para o caso da divisão de lote urbano que for de propriedade de dois ou mais condôminos, cujo condomínio foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis até a data de 31 de dezembro de 2016.

II – Licenciamento Ambiental, quando assim exigido;

III – Certidão Negativa Municipal;

IV – Decreto de que trata o Art. 5º do presente.

Parágrafo único. A regularização do imóvel, nos termos deste decreto será efetuada por escritura pública de divisão amigável, independentemente de recolhimento do ITBI, que não incide na espécie, ressalvado o disposto no artigo 33, XII da Lei Complementar Municipal n. 003 de 21 de dezembro de 2001.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 124/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 124/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 034/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 03 de novembro de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para eventual futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONserto DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br São Domingos, SC, 14 de outubro de 2016.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 53/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 53/2016

Partes: Município de São João do Oeste e E.B Instalações Elétricas- Ltda

ORIGEM: Tomada de Preço Nº 09/2016

OBJETO: "Aditivo de valor ao contrato de empreitada global para a implantação de rede elétrica para iluminação pública, ao lado da rodovia SC 163, na Linha Cristo Rei conforme prevê lei 8.666/93".

VALOR DO ADITIVO: R\$ 5.373,93

PRAZO: 07.10.2016 até 31.10.2016

São João do Oeste – 19 de Outubro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº. 55/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 55/2016

Modalidade – Dispensa nº. 9/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS PARA INAUGURAÇÃO DA RODOVIA MUNICIPAL SJS 160 - GLORINHA; RODOVIA MUNICIPAL SJS 234 - PASSO MAGNUS; RODOVIA MUNICIPAL SJS 480 - TIMBOPEBA; RODOVIA MUNICIPAL SJS 408 - BARRINHA; RUA JOSÉ SILVEIRA FILHO E RUA VIRGÍLIO BORBA - CENTRO; RUA JAIME GRUNDLER- CENTRO; RUA PROJETADA B E RUA VALDEMAR BORBA - CENTRO E RUA BERNARDINO ANTÔNIO DE MATOS - CENTRO - SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADO: CELITO CARLESSI & CIA LTDA EPP.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 18/10/2016 à 28/10/2016

VALOR DO OBJETO: R\$ 7.080,00 – TOTAL.

São João do Sul - SC, em 18 de Outubro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 260/2016

DECRET O Nº 260/2016

“QUE CANCELA GRATIFICAÇÕES CONCEDIDAS Á FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CANCELADAS as Gratificações correspondente a 60% (sessenta por cento), do Piso salarial, conforme Lei Municipal Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Art. 12, anexo VI, que haviam sido concedidas aos funcionários Municipais: - ADRIANA BAESSO, pelo exercício da Chefia do Serviço de Arrecadação, Fiscalização e Tributação, através do Decreto Nº 210/2016, de 19/07/2016. – ADRIANO RODRIGUES TAVARES, pelo exercício da Chefia do Setor de Ambulatório da Unidade Sanitária de São Joaquim, através do Decreto Nº 282/2015, de 07/10/2015. – FABIANO PADILHA, pelo exercício da Chefia dos Programas da Secretaria da Educação, através do Decreto Nº 244/2016, de 05/09/2016. – FERNANDO ZANETTE, pelo exercício da Chefia do Serviço de Registro Mercantil Integrado – REGIN, através do Decreto Nº 296/2015, de 19/10/2015. – LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, pelo exercício da Chefia do Setor do Cadastro Imobiliário Municipal, através do Decreto Nº 093/2016, de 22/03/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Outubro de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 261/2016

DECRET O Nº 261/2016

“QUE CANCELA GRATIFICAÇÕES CONCEDIDAS Á FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CANCELADAS as Gratificações correspondente a 60% (sessenta por cento), do Piso salarial, conforme Lei Municipal Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Art. 12, anexo VI, que haviam sido concedidas aos funcionários Municipais: – NELSON ROSA ANDRADE FILHO, pelo exercício da Chefia do Serviço de Transporte Escolar, através do Decreto Nº 293/2015, de 19/10/2015. – RITA DE CÁSSIA SOUZA, pelo exercício da Chefia do Serviço de Folhas de Pagamentos deste Município, através do Decreto Nº 293/2015, de 19/10/2015. – SEBASTIÃO ALEQUES MACEDO WALTRICK, pelo exercício da Chefia do Serviço de Controle de Pessoal, através do Decreto Nº 293/2015, de 19/10/2015. – SILVIA HELENA SILVA LEMOS, pelo exercício da Chefia do Serviço Burocrático do Gabinete do Prefeito, através do Decreto Nº 293/2015, de 19/10/2015. – ZELI BORGES DE ANDRADE, pelo exercício da Chefia do Serviço

de Lançamentos de Arrecadações e Pagamentos, através do Decreto Nº 296/2015, de 19/10/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Outubro de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 262/2016

DECRET O Nº 262/2016

“QUE CANCELA GRATIFICAÇÕES CONCEDIDAS Á FUNCIONÁRIAS MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CANCELADAS as Gratificações correspondente a 40% (quarenta por cento), do Piso salarial, conforme Lei Municipal Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Art. 12, anexo VI, que haviam sido concedidas as funcionárias Municipais: - JAMILE MARIA DE ANDRADE SANTOS, pelo exercício da Chefia do Serviço de Publicações Oficiais - DOM, através do Decreto Nº 294/2015, de 19/10/2015. – DANIELE HUGEN RODRIGUES, pelo exercício da Chefia do Serviço de Controle de Ponto, através do Decreto Nº 294/2015, de 19/10/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Outubro de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 263/2016

DECRET O Nº 263/2016

“QUE CANCELA GRATIFICAÇÕES CONCEDIDAS AOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CANCELADAS as Gratificações correspondente a 20% (vinte por cento), do Piso salarial, conforme Lei Municipal Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Art. 12, anexo VI, que haviam sido concedidas aos funcionários Municipais: - HILDA MARA NUNES, pelo exercício da Chefia do Serviço de controle do Bento Cava-lheiro, através do Decreto Nº 295/2015, de 19/10/2015. – JO-NATAS POIER GUALBERTO, pelo exercício da Chefia do Serviço

de Cadastro da Junta Comercial - JUSC, através do Decreto Nº 228/2016, de 10/08/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Outubro de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 264/2016

DECRET O Nº 264/2016

“QUE EXONERA CARGOS COMISSIONADOS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS de seus respectivos cargos as seguintes pessoas: - SIRLEI VITORIA MATOS MACCARI, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Esportes, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 253/2015, de 03/09/2015. – NATÁLIA MARTORANO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Cultura, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 233/2015, de 17/08/2015. – ANDRÉIA CRISTIANE BIOLO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria Municipal de Turismo – CC-1, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 248/2015, de 01/09/2015. – MARCOS CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Municipal de Administração – CC-3, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 234/2015, de 17/08/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Outubro de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 265/2016

DECRET O Nº 265/2016

“QUE EXONERA O FUNCIONÁRIO
JOÃO PEREIRA DA ROSA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO o senhor JOÃO PEREIRA DA ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Serviços Gerais, para a qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 078/1994, a referida exoneração dá-se por aposentadoria do mesmo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Outubro de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 266/2016

DECRET O Nº 266/2016

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO VERIFICADO NA FONTE DE RECURSO –
FNS TETO MUNICIPAL PSICOSSOCIAL NO
ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016”

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(77)3.3.90.00.00.00.00.2.029-0041 – Aplicações Diretas
40.000,00

(78)3.1.90.00.00.00.00.2.029-0041 – Aplicações Diretas
70.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 110.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do proveniente, do excesso de arrecadação verificado na Fonte de Recursos – FNS teto municipal PSICOSSOCIAL .

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Outubro de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 267/2016

DECRET O Nº 267/2016

“QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO FUNCIONÁRIO
VALDECIR DA SILVA FURTADO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com o Art. 149 da Lei Municipal Nº 729 de 14/05/1971; Fica concedido 06 (seis) meses de LICENÇA PRÊMIO ao senhor VALDECIR DA SILVA FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais (Vigia), a referida licença é a contar do dia 05/10/2016 á 02/04/2016.

Art. 2º - Fica Designado o senhor: - JOAQUIM RODRIGUES DA ROSA, ocupante do Cargo de Vigia, para substituir o funcionário mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 05 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 410/2016

PORTARIANº 410/2016

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - LIDIANE POLLI, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Servente/Faxineira), nas Informações Turísticas – Casa da Cultura, Bairro Centro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 133/2016, de 22/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Outubro de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 406/2016

PORTARIANº 406/2016

O Prefeito Municipal - Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ALTERADA a Portaria Nº 397/2016, de 04/10/2016, na parte onde se refere a Designação Temporária do senhor: - ANTONIO WILMAR DA SILVA, onde se lê Controle de Bens do Patrimônio Público, leia-se Cadastramento/Locação e Realocação d Bens.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Outubro de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 407/2016

PORTARIANº 407/2016

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - GILSON RODRIGUES RIBEIRO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 07/10/2016 à 05/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Outubro de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 408/2016

PORTARIANº 408/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - ELVIO GODINHO NUNES, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 07/10/2016 à 05/11/2016.

Art. 2º - Fica Designado o senhor: - MARCIO DA ROSA BATISTA, ocupante do Cargo de Vigia, para substituir o funcionário mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Outubro de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 409/2016

PORTARIANº 409/2016

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública, Lei Nº 4.398/2016 de 11/03/2016; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS ORENCIO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente/Faxineira), na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, com 40 horas semanais, a contar do dia 03/10/2016, em substituição a Agente Angelina Ramos Flores, que encontra-se em licença para tratamento de saúde de familiar.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 03 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Outubro de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 411/2016

PORTARIANº 411/2016

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS ORENCIO, ocupante da Função

de Agente de Serviços Gerais (Servente/Faxineira), na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 409/2016, de 10/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Outubro de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 412/2016

PORTARIANº 412/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07(sete) dias, por Falecimento de seu Pai, conforme apresentação de Certidão de óbito ao funcionário JOÃO ALEXANDRE COSTA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Vigia, a contar do dia 09/10/2016 até o dia 15/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 09 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Outubro de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 413/2016

PORTARIANº 413/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – EDNA GODINHO, ocupante do Cargo de Agente Administrativa, por 01 (um) dia, no dia 20/09/2016. – SAMY BECHTOLD BETT, ocupante da Função de Odontóloga, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/09/2016. – FRANCIANI NUNES SILVEIRA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), por 03 (três) dias, a contar do dia 03/10/2016. – RITA DA CASSIA RODRIGUES BORGES VIEL, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 03/10/2016. – TANIA MARIA SEIFERT CARDOSO, ocupante do Cargo de Professora, por 06 (seis) dias, a contar do dia 03/10/2016. – GRASIELI MENDONÇA GOULART, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 90 (noventa) dias, a contar do dia 03/10/2016, seu retorno de acordo com o INSS. – WALNIRA SOUZA GÓSS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, a contar do dia 03/10/2016, e o retorno de acordo com o INSS. – THAYSE GREICE DA SILVA, ocupante do Cargo de Diretora de Escola, por 02 (dois) dias, a contar do dia 04/10/2016. – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 05/10/2016. – ANDREIA RAMOS FLORES, ocupante do Cargo de Orientadora Educacional, a contar do dia 05/10/2016, e o retorno

de acordo com o INSS. – LUCIANI PADILHA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 05/10/2016. – LAYSE CECHINEL RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 05/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Outubro de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 414/2016

PORTARIANº 414/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: IVANA SILVEIRA GÓSS, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 10/10/2016 à 08/11/2016. – JANI CESAR NUNES, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 10/10/2016 à 08/11/2016. – MARIA DE FATIMA SOUSA NUNES, ocupante do Cargo de Arquiteta, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 10/10/2016 à 08/11/2016. – MAYARA NUNES RIBEIRO, ocupante do Cargo de Psicóloga, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 10/10/2016 à 08/11/2016. – SERGIO LUIZ ZANCHI, ocupante do Cargo de Chapeador, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 10/10/2016 à 08/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Outubro de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 415/2016

PORTARIANº 415/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – IVANA DE CASSIA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 04/10/2016. – RITA DE FATIMA RIBEIRO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 04/10/2016. – ADRIANA ROSA QUIRINO PADILHA, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 05/10/2016, e o retorno de acordo com o INSS. – JUCÉLIA APARECIDA DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 06 (seis) dias, a contar do dia 06/10/2016. – RISOLETE DE FATIMA DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia

06/10/2016. – LUCIANI PADILHA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 07/10/2016. – MARCELE MIKA SATO, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por meio dia, no dia 07/10/2016. – MARA APARECIDA BORGES COSTA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), por 30 (trinta) dias, a contar do dia 10/10/2016, e o retorno de acordo com o INSS – TANIA MARIA SEIFERT CARDOSO, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 10/10/2016. – BEATRIZ NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 10/10/2016. – CRISTIANI RIBEIRO DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 10/10/2016. – TAILA GARCIA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 11/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Outubro de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 416/2016

PORTARIANº 416/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07(sete) dias, por Falecimento de seu Pai, conforme apresentação de Certidão de óbito a funcionária NEIVA CAMASSOLA VARELA MACEDO, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), a contar do dia 06/10/2016 até o dia 12/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 06 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Outubro de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 417/2016

PORTARIANº 417/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 17 e Lei Nº 4.398/2016 de 11/03/2016; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - CLEIDE ELISE SOUZA WALTRICK VIEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Jardim Minuano, Bairro Jardim Minuano, período Vespertino, Profª. Plena, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 11/10/2016, em substituição a professora Luciana Locatelli que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 11 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 418/2016

PORTARIANº 418/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 17 e Lei Nº 4.398/2016 de 11/03/2016; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - DAIANE BIRK DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Jardim Minuano, Bairro Jardim Minuano, período Matutino, Profª. 2º Grau, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 13/10/2016, em substituição a professora Luciana Locatelli que encontra-se em licença pelo INSS. – ADRIANA APARECIDA MACEDO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, período Matutino, Profª. Normalista, na área de Artes, com 20 horas semanais, a contar do dia 13/10/2016, em substituição a professora Andreia Ramos Flores que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 419/2016

PORTARIANº 419/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária – SHEILA FORGERINE ZANETTE, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Chefe do Gabinete de Planejamento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 11/10/2016 até 07/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 11 de Outubro de 2016, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 420/2016

PORTARIANº 420/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - MAILSON BORGES DE JESUS, ocupante do Cargo de Operador Máquina Motoniveladora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 13/10/2016 à 11/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 421/2016

PORTARIANº 421/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADAS por Término de Contrato as seguintes pessoas: - MARCIANA DAS GRAÇAS HASCKEL, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Servente/Faxineira), na Secretaria Municipal de Assistência Social, Casa Lar, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 182/2016, de 19/04/2016. – LAURA MARISTELA ROCHA MORAES, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Jardim Minuano, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 135/2016, de 24/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 33/2016

RECURSO VOLUNTÁRIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO 11.630/2015

RECORRENTE: CANDIDA VIRGILIO HENRIQUE

OBJETO: ISENÇÃO DE IPTU 2015

CONSELHEIRO RELATOR: SERGIO MURILO DA SILVA

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 11.630/2015.

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 246ª Sessão, POR UNANIMIDADE PELO CONHECIMENTO DO RECURSO E NO MÉRITO, PELA ISENÇÃO DE IPTU DO EXERCÍCIO DE 2015, ALTERANDO A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Sr. Rodrigo João Machado, e dele participaram os Conselheiros SR. MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA, A SRA. LANEIA APARECIDA MADEIRA E O SR. JOSÉ MATEUS HOFFMANN.

Esteve presente ao julgamento como representante da Fazenda Pública, o Sr. Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos.

São José, 04 de Outubro de 2016.

Rodrigo João Machado

Presidente

Sergio Murilo da Silva	Rozana Maria Kuster
Conselheiro Relator	Secretária-Geral

Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos

Procurador Adjunto do Município

Representante da Fazenda

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA CONCORRÊNCIA Nº 007/2016

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 347/2016 - CONCORRÊNCIA Nº 007/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS LICITANTES

· CONSTRU FORMAS, REPAROS E REFORMAS LTDA;
· JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME;
· CONSTRUJED PRESTADORA DE SERV. EIRELI;
· BIANCA JANAINA DE ABREU EIRELI ME.

Apenas os representantes das empresas CONSTRUJED PRESTADORA DE SERV. EIRELI e JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME estiveram presentes na sessão pública. Ato contínuo, as propostas apresentadas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes.

É o relatório.

1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade nas propostas apresentadas pelas empresas participantes.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

CLASSIFICAR AS EMPRESAS PELO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE:

LOTE I

- 1ª Classificada: JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME - 32,00% (trinta e dois por cento de desconto);
- 2ª Classificada: CONSTRUJED PRESTADORA DE SERV. EIRELI - 20,00% (vinte por cento de desconto);

LOTE II

- 1ª Classificada: CONSTRU FORMAS, REPAROS E REFORMAS LTDA - 30,00% (trinta por cento de desconto);

LOTE III

- 1ª Classificada: JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME - 32,00% (trinta e dois por cento de desconto);
- 2ª Classificada: BIANCA JANAINA DE ABREU EIRELI ME - 21,50% (vinte e um, vírgula cinqüenta por cento de desconto);

LOTE VIII

- 1ª Classificada: JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME - 32,00% (trinta e dois por cento de desconto);
- 2ª Classificada: BIANCA JANAINA DE ABREU EIRELI ME - 24,30% (vinte e quatro, vírgula trinta por cento de desconto);

LOTE IX

- 1ª Classificada: JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME - 32,00% (trinta e dois por cento de desconto);
- 2ª Classificada: BIANCA JANAINA DE ABREU EIRELI ME - 24,10% (vinte e quatro, vírgula dez por cento de desconto);

LOTE X

- 1ª Classificada: BIANCA JANAINA DE ABREU EIRELI ME - 5,17% (cinco vírgula dezessete por cento de desconto);

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia 19/10/2016, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 18 de outubro de 2016.

Gisele Hendgens	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL
Humberto Alcino da Silva	Adriana Pacheco Pedro
Presidente da CPL	Membro da CPL

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CC Nº 006/2016

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRAS Nº 357/2016 - CONCORRÊNCIA Nº 006/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE 50 (CINQUENTA) RUAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, e cujo exame contou com a assessoria do corpo Técnico da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quanto à Qualificação Técnica, conforme Despacho apenso ao processo.

EMPRESAS LICITANTES

- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA;
- ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA;
- PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Os representantes das empresas ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA e PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA não estiveram presentes na sessão pública. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes.

É o relatório.

1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das empresas participantes.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS

- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA;
- ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA;
- PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 19/10/2016, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 27/10/2016, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 18 de outubro de 2016.

Gisele Hendges	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	

Adriana Pacheco Pedro	Humberto Alcino da Silva		
Membro da CPL	Membro da CPL		

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2016 – PE 090/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2016 – PE 090/2016 –Processo 328/2016 – Proc. Adm. 14856/2016 – Fornecedor: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO, COM FORNECIMENTO POR COMODATO DOS CILINDROS, PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICAS, SAMU E NOVAS UNIDADES A SEREM INAUGURADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 16 de setembro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2016 – PE 104/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2016 – PE 104/2016 –Processo 450/2016 – Proc. Adm. 19734/2016 – Fornecedor: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA (FILIAL PALHOÇA). Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, USINADO A QUENTE, FAIXA C DENIT E MASSA FINA, DE ACORDO COM A ESPECIFICAÇÃO DO DEINFRA E EMULSÃO ASFÁLTICA RR 2 C A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE VIAS COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 729.995,00 (setecentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 30 de setembro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2016 – PR 087/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2016 – PR 087/2016 –Processo 325/2016 – Proc. Adm. 16148/2016 – Fornecedor: ILSO N PFLEGER & CIA LTDA-ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS LOCAIS DE RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 04 de outubro de 2016.

CONTRATO/CT: Nº 105/2016 – IN 020/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 105/2016 – IN 020/2016 – Processo 539/2016 – Proc. Adm. 21831/2016 - Contratado: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS. Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DO SETUF PARA FORNECIMENTO DE CRÉDITOS ELETRÔNICOS PARA PASSE ESCOLAR COM CESSÃO DE USO DO CARTÃO E O SERVIÇO DE CARGA A BORDO DE CRÉDITOS ELETRÔNICOS ATRAVÉS DO APLICATIVO "SIS" PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 08 (oito) meses, contados a partir da data de sua assinatura e o início do ano letivo. Valor: R\$ 67.339,20 (sessenta e sete mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos). Data da Assinatura do Contrato: 26 de setembro de 2016.

DECRETO Nº 6995/2016

DECRETO Nº 6995/2016
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
FRANCINE BOMBAZAR	Professor-M	20 Horas	27/09/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/09/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de setembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6996/2016

DECRETO Nº 6996/2016
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ALINE CRISTHIANE TELES AUGUSTO	Professor-H	36 Horas Aulas	26/09/2016
MARISA DA GLORIA DOS SANTOS DIAS	Professor-M	40 Horas	26/09/2016
SCHEILA ALESSANDRA DE MATTOS	Auxiliar de Sala	40 Horas	26/09/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26/09/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de setembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6997/2016

DECRETO Nº 6997/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22/09/2014;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandado de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
DAIANA PFLEGER KREMER	Professor-M	26/09/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 26/09/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de setembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7050/2016

DECRETO Nº 7050/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6771/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do decreto 6771/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6771/2016, que nomeou a Sra. LARISSA PAPALEO KOELZER para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicóloga, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7051/2016

DECRETO Nº 7051/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6770/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do decreto 6770/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6770/2016, que nomeou a Sra. SÔNIA VIGARANI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicóloga, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7052/2016

DECRETO Nº 7052/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6774/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do decreto 6774/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6774/2016, que nomeou a Sra. CAMILLA FERREIRA BOA SORTE para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicóloga, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7053/2016

DECRETO Nº 7053/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. BIBIANA MARI DUTRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicóloga, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7054/2016

DECRETO Nº 7054/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ANELISE DIAS OSSEYRAM para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicóloga, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7055/2016

DECRETO Nº 7055/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ALINE LUNARDELLI CALDEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicóloga, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7056/2016

DECRETO Nº 7056/2016

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com os Editais N.º 001/2015;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Carga Horária	Lotação
I	Ana Paula Bello Rafael	Técnica em Enfermagem	30h/s	Secretaria de Saúde
II	Neide Maria de Souza	Técnica em Enfermagem	30h/s	Secretaria de Saúde
III	André Vilson Francisco	Técnico em Enfermagem	30h/s	Secretaria de Saúde

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal		
--------------------	--	--

DECRETO Nº 7057/2016

DECRETO Nº 7057/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6886/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do decreto 6886/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6886/2016, que nomeou a Sra. CAMILA CAMPOS HAMES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7058/2016

DECRETO Nº 7058/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6887/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência do servidor em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do decreto 6887/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6887/2016, que nomeou o Sr. MAURO SÉRGIO FURTADO DE SOUZA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7059/2016

DECRETO Nº 7059/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6888/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência do servidor em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 6888/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6888/2016, que nomeou o Sr. NATHANAEL DE OLIVEIRA E SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7060/2016

DECRETO Nº 7060/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6889/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do decreto 6889/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6889/2016, que nomeou a Sra. CELINE YASMINE SCHWERI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7061/2016

DECRETO Nº 7061/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6901/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 6901/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6901/2016, que nomeou a Sra. LIARA BOHNERT para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7062/2016

DECRETO Nº 7062/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6902/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência do servidor em tomar posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 6902/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6902/2016, que nomeou o Sr. EDUARDO ROSA DE OLIVEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7063/2016

DECRETO Nº 7063/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6904/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 6904/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6904/2016, que nomeou a Sra. GRACIELE DEQUI DELIBERALI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica Ginecologista, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7064/2016

DECRETO Nº 7064/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO Nº 6933/2016 QUE ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência em tomar posse dos candidatos aprovados no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2015;

DECRETA:

Art.1º - Torna sem efeito os incisos III, IV, V e VI do Decreto 6933 de 30 de agosto de 2016, que Admite Servidores em Caráter Temporário, referente à nomeação dos candidatos JANAINA CAETANO DUARTE KINCHESKI, SAMARA SOUZA CHIELLA, FRANCIELLE DOS SANTOS E EWERSON DAMAZIO.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7065/2016

DECRETO Nº 7065/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ISA KELLY DESCHAMPS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7066/2016

DECRETO Nº 7066/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. LIAMAR DOCARMO SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7067/2016

DECRETO Nº 7067/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ALINE FALQUETO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7068/2016

DECRETO Nº 7068/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. JOÃO PAULO NERI GARIBALDI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7069/2016

DECRETO Nº 7069/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. LAYS ANSELMO MOREIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7070/2016

DECRETO Nº 7070/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. CARINA DIENSTMANN FUJIHARA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7071/2016

DECRETO Nº 7071/2016

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. MARIA LUIZA MEISTER PINTO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica Ginecologista, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7072/2016

DECRETO Nº 7072/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores admitidos em Caráter Temporário - ACT.

NOME	CARGO	MAT.	LOTAÇÃO	VÍNCULO	DATA SAÍDA
VALTER YOSHIO SATO	PROFESSOR ENSINO SUPERIOR	4263065	USJ	ACT	01/09/2016
JEFFERSON VIRGILIO	PROFESSOR ENSINO SUPERIOR	4263820	USJ	ACT	27/09/2016

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7074/2016

DECRETO Nº 7074/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados os seguintes servidores admitidos em Caráter Temporário - ACT.

NOME	CARGO	MAT.	LOTAÇÃO	VÍNCULO	DATA SAÍDA
ZILDA KRUGER VIEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	396109	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ACT	11/09/16
MAGALY RICARDO VITORINO	ASSISTENTE SOCIAL	396346	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ACT	19/09/16
ELIANE A. DE ABREU SILVEIRA	PSICOLOGO	396376	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ACT	23/09/16
IZOLETE RIGHETTO	ASSISTENTE SOCIAL	375403	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ACT	02/09/16

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7075/2016

DECRETO Nº 7075/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora JULIANA CORDEIRO, matrícula: 324752, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 14 de setembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7076/2016

DECRETO Nº 7076/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora LILIAN BORTOLON, matrícula: 416509, ocupante do cargo de Médico, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de agosto de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7085/2016

DECRETO Nº 7085/2016

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2015;

DECRETA:

Art.1º - Fica admitido a seguinte servidora contratada por processo seletivo, ocupante de cargo temporário.

	Servidor	Função	Carga Horária (Semanal)	Lotação
I	Ana Paula Bello Rafael	Técnico em Enfermagem	30h	Secretaria de Saúde

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LEILÃO 001/2016 – PROCESSO Nº 550/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LEILÃO 001/2016 – Processo nº 550/2016 – Proc. Adm. 21706/2016: Objeto: LEILÃO DE EMBARCAÇÃO TIPO LANCHA CONFECCIONADO EM MADEIRA, ANO DE CONSTRUÇÃO 2002, COMPRIMENTO DE 18,30 METROS, ARQUEAÇÃO BRUTA 48,90, ARQUEAÇÃO LÍQUIDA 29,70, CALADO MÁXIMO 0,70, CALADO MÍNIMO 0,60, BOCA 5,85, PONTAL 1,84, CONTORNO 4,05, PARA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM 2 MOTORES NO CENTRO, DE FABRICAÇÃO MERCEDES-BENS COM POTÊNCIA X ROTAÇÃO DE 500HP X 2.300, COM CAPACIDADE PARA TRANSPORTE DE 140 PASSAGEIROS. O Edital pode ser obtido, a partir de 20/10/2016 por meio eletrônico – INTERNET, no endereço: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br>.

DA DATA E LOCAL DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO:

· Data: 08 de NOVEMBRO de 2016

· Horário de início: 14h30min

· Local: AUDITÓRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Rua Acioni Souza Filho, 403 – Beira Mar – 1º Andar – São José/SC.

DA DATA, DO LOCAL E DO HORÁRIO PARA VISITAÇÃO: A embarcação estará disponível para visitação no Centro Educacional Escola do Mar – Rua Heriberto Hulse – Serraria – São José/SC de 24/10/2016 de 2016, até dia 07/11/2016. Para as visitas será necessário efetuar o agendamento pelos telefones (48) 3381-0031, (48) 3381-0111 ou (48) 9108-7423, no horário das 13 às 19 horas com Sra. Monica ou Sr. Etelvino.

·
·

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2016 – PROCESSO Nº 391/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2016 – Processo nº 391/2016 – Proc. Adm. 18648/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA DESTINADOS A PRIMEIRA COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 19 de outubro de 2016 às 18h00min até dia 01 de novembro de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h00min do dia 01 de novembro de 2016. INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 01 de novembro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2016 – PROCESSO Nº 525/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2016 – Processo nº 525/2016 – Proc. Adm. 21002/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CRACHÁS, DESTINADOS AOS PROFISSIONAIS QUE DESEMPENHAM ATIVIDADES NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 19 de outubro de 2016 às 18h00min até dia 03 de novembro de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h00min do dia 03 de novembro de 2016. INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 03 de novembro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2016 – PROCESSO Nº 603/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2016 – Processo nº 603/2016 – Proc. Adm. 22798/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS (SCFV/CAJ) E O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 19 de outubro de 2016 às 18h00min até dia 10 de novembro de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h00min do dia 10 de novembro de 2016. INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 10 de novembro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO PRESENCIAL 098/2016 – PROCESSO Nº 356/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 098/2016 – Processo nº 356/2016 – Proc. Adm. 17601/2016: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS, QUE COMPÕEM A FROTA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - FMADS/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 09/11/2016 às 14h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 09/11/2016 às 15h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

TERMO ADITIVO/TA Nº 602/2012-04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 602/2012-04 – PE 099/2012 - Processo 222/2012 – Proc. Adm. 21000/2016 – Contratado: ONITUR TURISMO E TRANSPORTE LTDA EPP. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES TERRESTRES PARA ATENDER AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. DA PRORROGAÇÃO: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 602/2012 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 04/09/2016. DO VALOR: O valor do contrato não sofrerá reajuste, permanecendo em R\$ 281.223,54 (duzentos e oitenta e um mil, duzentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos). Data da assinatura: 01 de setembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº. 469, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.**

RESOLUÇÃO Nº. 469, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA À VEREADORA SANDRA PEREIRA ALVES MARTINS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 42, IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO c/c ART. 74, INCISO II, "5", e ART. 87, III, § 3º, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedido licença à Vereadora SANDRA PEREIRA ALVES MARTINS, para tratar de interesse particular pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme memorando 027/16 (doc. anexo), contados a partir do dia 17 de outubro de 2016, nos termos do artigo 37, III, §3º da Lei Orgânica c/c o artigo 87, inciso III, §3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de São José/SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 18 de outubro de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.496, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.496, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01.27.812.4511.1.062 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0034	157	Aplicação Direta	R\$ 48.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro 2015 e o inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.746/2016-APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 01, DA QUADRA Nº 13, DO LOTEAMENTO JARDIM PEPERI, MATRICULADO NO CRISMO SOB Nº 9.867, DE PROPRIEDADE DE ALDEMARO ADALFREDO LAMB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.746/2016

APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 01, DA QUADRA Nº 13, DO LOTEAMENTO JARDIM PEPERI, MATRICULADO NO CRISMO SOB Nº 9.867, DE PROPRIEDADE DE ALDEMARO ADALFREDO LAMB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, c/c com o art. 3º, §2º e art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano), e,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento lote urbano nº 01, da Quadra 13, do Loteamento Jardim Peperi, matriculado no CRISMO sob nº 9.867, localizado na Rua 1º de maio, Bairro Jardim Peperi, Perímetro Urbano do Município de São Miguel do Oeste passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I - Desdobramento:

a) Lote urbano nº 01-A, com área de 203,45m², confrontando: ao Norte, com o Lote Urbano nº 02, por linha seca medindo 14,53m; ao Leste, com o lote urbano nº 01-B, por linha seca medindo 14,00m; ao Sul, com a Rua 1º de Maio, medindo 14,53m; ao Oeste, com parte da Chácara n. 61, por linha seca medindo 14,00m;

b) Lote urbano nº 01-B, com área de 200,58m², confrontando-se: ao Norte, com o lote urbano nº 02, por linha seca medindo 14,33m; ao Leste, com a Rua Marechal Bormann, medindo 14,00m; ao Sul, com a Rua 1º de Maio, medindo 14,33m; ao Oeste, com o lote urbano n. 01-A, por linha seca medindo 14,00m.

Art.2º Ficam a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 11 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Julio Antonio Bagetti

Advogado OABSC 11.820-B

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.749/2016-APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 14, DO LOTEAMENTO JOÃO RODRIGUES DA SILVA NO CRISMO SOB Nº 35.707, DE PROPRIEDADE DE MARIA MARTINI DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.749/2016

APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 14, DO LOTEAMENTO JOÃO RODRIGUES DA SILVA NO CRISMO SOB Nº 35.707, DE PROPRIEDADE DE MARIA MARTINI DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, c/c com o art. 3º, §2º e art. 82, § 2º, da Lei Complementar nº 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano), e,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento lote urbano n. 14, do Loteamento João Rodrigues da Silva, matriculado no CRISMO sob nº 35.707, localizado na Rua Padre Aurélio Canzi, Bairro São Sebastião, Perímetro Urbano do Município de São Miguel do Oeste passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I - Desdobramento:

a) Parte do Lote urbano nº 14 com área 300,00m², confrontando: ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº 14, por linha seca medindo 20,00metros; ao Leste, com parte do mesmo lote urbano nº 14, por linha seca medindo 15,00metros; ao Sul, com parte do lote urbano nº 13, por linha seca medindo 20,00metros; ao Oeste, com a Rua Darci Tiepo, medindo 15,00metros;

b) Parte do Lote urbano nº 14 com área 339,22m², sendo 202,23m², edificável e 136,99m² não edificável, confrontando: ao Noroeste, com a BR – 163/SC, medindo 6,00metros; ao Nordeste, com a Rua sem denominação, medindo 27,99metros; ao Leste, com parte do lote rural nº 61, por linha seca medindo 9,75metros; ao Sul, com parte do lote urbano nº 13, por linha seca medindo 10,00metros; ao Oeste, com parte do mesmo lote urbano nº 14, por linha seca medindo 15,00metros; novamente ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº 14, por linha seca medindo 20,00metros; novamente ao Oeste, com a Rua Darci Tiepo, medindo 11,38metros.

Art.2º Ficam a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 17 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Julio Antonio Bagetti

Advogado OABSC 11.820-B

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.750/2016-FICA APROVADO O REMEMBRAMENTO DE PARTE DAS CHÁCARAS Nº 01, 01-B, 02, 02-C, PARTE DO LOTE URBANO Nº 02, DO LOTEAMENTO LUIZ ANTÔNIO E LOTE URBANO Nº 15, DO LOTEAMENTO SANTA ADÉLIA, COM ÁREA TOTAL DE 17.714,08M2, DE PROPRIEDADE DE CLUBE ESPORTIVO GUARANI

DECRETO Nº 8.750/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o REMEMBRAMENTO de parte das chácaras nº 01, 01-B, 02, 02-C, parte do lote urbano nº 02, do Loteamento Luiz Antônio e lote urbano nº 15, do Loteamento Santa Adélia, com área total de 17.714,08m2, da matrícula nº 30.727, parte das chácaras nº 01, 01-B, 02-C e de parte do lote urbano nº 2, Loteamento Luiz Antônio, com a área total de 3.512,27m2, conforme matrícula nº 34.962, situados entre as Ruas Alberto Dalcanalle, Marcilio Dias e Travessa Guarani, São Miguel do Oeste - SC, de propriedade de CLUBE ESPORTIVO GUARANI, lembrado os referidos imóveis entre si, formam um único imóvel com área total 21.226,35m2, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações em conjunto:

REMEMBRAMENTO:

Parte das chácaras nº 01, 01-B, 02, 02-C, parte do lote urbano nº 02, do Loteamento Luiz Antônio e o lote urbano nº 15, do Loteamento Santa Adélia, com área total de 17.714,08m2, matrícula nº 30.727, sendo: (área edificável) 17.478,15m2), (servidão perpétua), parte da chacara nº 01-B, com área de 54,17m2, parte da chacara nº 02-C, com área de 74,13m2; (área não edificável), parte da chacara nº 01, com área de 1,11m2 e parte do lote urbano nº 02, com área de 106,52m2. E parte das chácaras nº 01, 01-B, 02-C, parte do lote urbano nº 02, (Loteamento Luiz Antônio), com a área total de 3.512,27m2 matrícula nº 34.962, sendo: (área edificável) 3.272,81m2, (servidão perpétua), parte da chacara nº 02-C com área de 110,65m2 e parte do lote urbano nº 02, com área de 89,40m2, (área não edificável), parte da chacara nº 01, com área de 39,41m2, perfazendo um total de 21.226,35m2, confrontando em conjunto: ao Norte, com a Travessa Guarani, medindo 102,74metros; ao Leste, com parte do lote urbano nº 14, e com os lotes urbanos nº 13, 12, 11, 10, 09, 08, 07, 06, 05, 04 e 03, do Loteamento Luiz Antônio, por linha seca medindo 181,55metros; novamente ao Norte, com o lote urbano nº 03, do Loteamento Luiz Antônio, por linha seca medindo 25,00metros; novamente ao Leste, com a Rua Alberto Dalcanalle, medindo 8,00metros; ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº 02, e com parte da chacara nº 02-D, por linha seca medindo 50,00metros; novamente ao Leste, com parte da chacara nº 02-D, por linha seca de 17,55metros; novamente ao Sul, com parte das chácaras nº 02-B e 02-A, por linha seca medindo 34,90metros; novamente ao Oeste, com parte da chacara nº 01-B, por linha seca medindo 1,01metros; novamente ao Sul, com parte da chacara nº 01-B, por linha seca medindo 39,50metros; novamente ao Oeste, com partes do lote urbano nº 733, por linha seca medindo 42,45metros; novamente ao Sul, com parte do lote urbano nº 733, por linha seca medindo

2,00metros; novamente ao Oeste, com a Rua Marcilio Dias, medindo 5,20metros; novamente ao Sul, com a Rua Marcilio Dias medindo 5,70metros; novamente Oeste, com a Rua Marcilio Dias medindo 157,95metros.

Art. 2º Ficam a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 17 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.752/2016-FICA AUTORIZADO O CORTE DE 01 ÁRVORE DA ESPÉCIE LEGUSTRO, LOCALIZADA NA DUQUE DE CAXIAS, 712, CENTRO, DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

DECRETO Nº 8.752/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 árvore da espécie Legustro, localizada na Duque de Caxias, 712, Centro, neste Município, Devido ao fato do desenvolvimento exagerado das raízes, danificando o passeio público e com indícios de que está danificando o muro da residência.

Art. 2º Como medida compensatória, estas árvores poderá ser substituídas, e no local deverá ser plantada outro exemplar, sem ônus a municipalidade, a espécie a ser plantada deverá ser arbórea, não arbustiva, com altura mínima da muda de 1 (hum) metro, sendo sugerida as espécies de Quaresmeira, Ingás, Pitangas, Canelas, Ipês ou outras nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 17 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 121/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Maior Valor Ofertado.

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira ou Cooperativa de crédito autorizado na forma da Legislação vigente do Banco Central, para prestação de serviços financeiros, quais sejam: folha de pagamento, empréstimos consignados em folha de pagamento, bem como, recebimento das arrecadações das receitas arrecadadas diretamente pelo Município, em conformidade do presente Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 03 de novembro de 2016.

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 52/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2016

CREDENCIAMENTO N. 08/2016

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste- SC, partir da sua Gestora leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de Exames Citopatológicos e Anatomopatológicos, Exames laboratoriais tabela básica, destinados aos pacientes do Município de SMOeste e Região, Conforme prescrição medica de acordo com a tabela SUS editada pelo Ministério da Saúde, conforme as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 03 de outubro de 2016.

Abertura: às 10h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores

Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade

Sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de outubro de 2016

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 53/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de serviço de laboratório de próteses dentárias destinados ao fornecimento de próteses dentárias aos pacientes atendidos no centro de Especialidades Odontológicas – CEO da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 04 de outubro de 2016

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de outubro de 2016

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 54/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de Seguros destinados aos Veículos Fiat Ducato M Jaedi (Ambulância) Placa QHT 6386, Veiculo Fiat Doblo Essence 1.8 Placa QHT 6947 e Veiculo Fiat Strada Placa Working Placa MCR 7558, pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Saúde, para o período de 12 meses, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 04 de novembro de 2016

Abertura: às 10h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de outubro de 2016.

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2016-FMS

PROCESSO Nº. 76/2016-FMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: consulta médica em ginecologia e obstetrícia (consultas médicas ginecológicas e obstétricas, inclusive alto risco, inserção do dispositivo intra-uterino (DIU) para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Municipal de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 17 de novembro de 2016 às 14h.
Abertura das Propostas: 17 de novembro de 2016 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de outubro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 104/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 104/2016-PMS
PROCESSO Nº. 185/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição pneus para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretária de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Culutra, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de novembro

de 2016 às 08h45min
Abertura do Processo: 25 de novembro de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de outubro 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 105/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 105/2016-PMS
PROCESSO Nº. 186/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição materiais pedagógicos para atender a necessidade das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de novembro de 2016 às 08h45min.
Abertura do Processo: 29 de novembro de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de outubro 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 106/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 106/2016-PMS

PROCESSO Nº. 186/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de novembro de 2016 às 08h45min.

Abertura das Propostas: 24 de novembro de 2016 às 09h.

Etapa de lances: 28 de novembro de 2016 às 08h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de outubro 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 107/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 107/2016-PMS

PROCESSO Nº. 188/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles, produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de novembro de 2016 às 14h.

Abertura das Propostas: 24 de novembro de 2016 às 14h15min.

Etapa de lances: 30 de novembro de 2016 às 08h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de outubro 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.243/2016

LEI Nº.2.243/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$91.000,00 (NOVENTA E UM MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$91.000,00 (noventa e um mil reais), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.361.3009.2.371 – TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	91.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.361.3009.2.321 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
4.4.90.51.00.00	00.01.0036	Obras e Instalações	1.550,00
4.4.90.52.00.00	00.01.0036	Equipamentos e Material Permanente	18.450,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.365.3009.2.322 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHES			
3.3.90.30.00.00	00.01.0036	Material de Consumo	14.000,00
3.3.90.36.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.500,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.000,00
4.4.90.51.00.00	00.01.0036	Obras e Instalações	6.000,00
4.4.90.52.00.00	00.01.0036	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.365.3009.2.367 – MANUTENÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA			
4.4.90.52.00.00	00.01.0036	Equipamentos e Material Permanente	4.500,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº.2.148/2015 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 18 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.244/2016

LEI Nº.2.244/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$3.000,00 (três mil reais), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
01 – UNIDADE DE ESPORTE E LAZER			
27.812.3010.2.330 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS			
3.3.91.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	500,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.365.3009.2.367 – MANUTENÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA			
3.3.91.39.00.00	00.01.0001	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.500,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
01 – UNIDADE DE ESPORTE E LAZER			
27.812.3010.2.330 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS			
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	500,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.365.3009.2.367 – MANUTENÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA			
3.3.90.39.00.00	00.01.0001	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.500,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº.2.148/2015 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 18 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.709/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.709/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Ivone Fátima Taffarel dos Santos, com efeitos retroativos a 25/09/2016 até 01/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.710/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.710/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Ivone Fátima Taffarel dos Santos, com efeitos retroativos a 07/10/2016 até 07/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.711/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.711/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Ivone Fátima Taffarel dos Santos, com efeitos retroativos a 13/10/2016 até 27/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.712/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.712/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

REESTRUTURA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SCHROEDER - COMED.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº1.786/2010, de 16 de março de 2010,

RESOLVE :

Art. 1º Reestruturar a composição do Conselho Municipal de Educação de Schroeder - COMED, a saber:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL:

- Fabiane Heller

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL: - Tainá Larissa Eggert

III - REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

- REPRESENTANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL DO 1º AO 5º ANO:

- Maria Elean Bueno Mera

- REPRESENTANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL DO 6º AO 9º ANO:

- Diogo Martins Vieira

- REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:

- Maria do Carmo Vasconcellos Pompermaier

- REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Andreia Welter

IV - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER – ACIAS:

- Sérgio Ari Bonatto

V - REPRESENTANTE DOS DIRETORES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Alexandra Scheuer

VI - REPRESENTANTE DOS DIRETORES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL:

- Dionata dos Santos Ramos

VII - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO:

- Aneli Arlete Souza

VIII - REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

- Kátia Antonia Orso

IX - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS"

- Gilmara Cristina Rosa Nazário Esser

X - REPRESENTANTE DAS APPs DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Vanderley Lopes

XI - REPRESENTANTE DAS APPs DOS JARDINS DE INFÂNCIA MUNICIPAIS:

- Andrea Ramos Faust Vieira

XII - REPRESENTANTE DAS APPs DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL:

- Dinea Gisele Kostetzer Bruch

SUPLENTEs:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO:

- Rosania Hackbarth

REPRESENTANTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

- Claudiane Maria Ehlke Vieira

REPRESENTANTE DAS APPs:

- Artur Egidio Dal-Ri

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 17 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 001/2016

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº001/2016, DE XX DE SETEMBRO DE 2016

O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA por deliberação da maioria dos seus membros, no uso das atribuições e competências que lhe se conferidas, pela Lei Municipal 2.129/2015, de 07 de outubro de 2015,

Considerando a necessidade de regularização de algumas atividades e empreendimentos caracterizados como potencialmente causadores de impacto local urbano, não constantes ou não definidos de forma específica nos Anexos I, II, e III da Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA/SC;

Considerando a melhoria ambiental pontual propiciada pela regularização de tais atividades e empreendimentos, por meio da instalação e adequado funcionamento dos controles ambientais e pela celeridade na análise, vistoria e liberação da Licença, Autorização ou Certidão Ambiental;

Considerando a importância da aplicação dos princípios da eficiência, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público aos processos de licenciamento, autorização e cadastramento ambiental de ações e atividades de baixo impacto e impacto local urbano;

Considerando que o Município de Schroeder, nos termos da Resolução CONSEMA Nº 89/2016 e da Resolução CONSEMA Nº 14/2012, tem competência para exercer o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e causadoras de impacto ambiental local; E por fim, considerando a competência do Poder Municipal, prevista nos artigos 225, 23 e 30 da Constituição Federal, bem como, do COMDEMA, nos termos da Política Municipal do Meio Ambiente, prevista na Lei 2.129/2015 para deliberar, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ecologicamente equilibrado e essencial à qualidade de vida, na área territorial do Município de Schroeder;

RESOLVE:

CAPÍTULO I**DO LICENCIAMENTO**

Art. 1º Tornar obrigatório a Certidão Ambiental para as atividades da Listagem de

Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, com porte abaixo dos limites fixados para fins de licenciamento ambiental, aprovada pela Resolução CONSEMA nº 02/06 e alterações previstas na Resolução CONSEMA nº 14/2012.

Parágrafo Único. As atividades mencionadas no caput além de apresentar os documentos estabelecidos em instrução normativa adotadas pela Diretoria de Gestão Ambiental e em outras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, deverá apresentar Declaração de Conformidade Ambiental (DCA) sendo a atividade autorizada desde que seja realizados os controles ambientais exigidos pelo órgão ambiental competente.

Art. 2º Aprovar a listagem constante do Anexo Único da presente resolução, que define os empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local urbano, passíveis de licenciamento, autorização, cadastro ou certidão ambiental.

Art.3º Para o licenciamento, autorização, cadastramento ou certidão ambiental, previsto nesta resolução através do anexo único, o responsável legal da empresa, além de apresentar os comprovantes dos controles ambientais e demais documentos estabelecidos em Instrução Normativa adotadas pela Diretoria de Gestão Ambiental (DIGA) e por outras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, deverá apresentar, conforme disposto no anexo único:

A) Relatório Ambiental Prévio (RAP), emitido por profissional habilitado e acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART); ou

B) Declaração de Conformidade Ambiental (DCA), emitido por profissional habilitado e acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART); ou

C) Declaração de Conformidade Ambiental Simplificada (DCAs), com dispensa da responsabilidade técnica, mas sujeita a comprovação dos controles ambientais exigidos;

CAPÍTULO II**DOS VENCIMENTOS**

Art.4º Serão adotados os seguintes prazos e vencimentos conforme o tipo de documento emitido pela DIGA:

a) Autorização Ambiental: Validade de 04 (quatro) anos, devendo ser renovada em até 30 dias antes de seu vencimento;

b) Certidão de Conformidade Ambiental: Validade de 04 (dois) anos, devendo ser renovada em até 30 dias antes de seu vencimento;

§1º Os prazos de validade variam conforme cada tipo de Licença (CONAMA 237/97) e serão especificados no respectivo documento.

Art.5º O empreendedor deverá atender a solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pela DIGA, dentro do prazo máximo de 04 (quatro) meses, a contar do recebimento da respectiva notificação.

Parágrafo Único. O prazo estipulado no caput poderá ser prorrogado, desde que justificado em concordância com o empreendedor e COMDEMA.

Art. 6º O não cumprimento dos prazos estipulados nos art. 4º e 5º respectivamente, sujeitará o licenciamento à ação do órgão que detenha competência para atuar supletivamente, e o empreendedor ao arquivamento do seu pedido de licença.

Art.7º O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no art. 3º, mediante novo pagamento de custo de análise.

Art. 8º Esta resolução aplica-se exclusivamente, para fins de licenciamento, certidão, cadastramento e autorização ambiental, de competência da Diretoria de Gestão Ambiental, não se aplicando às questões de zoneamento urbano e licenciamento, autorização ou cadastramento estadual.

Art. 9º Para o licenciamento, autorização, certidão ou cadastro dos demais empreendimentos e atividades de competência da DIGA definidas por meio de legislação específica deverão ser apresentados os estudos determinados por meio das resoluções municipais, estaduais e federais em vigor, bem como, a documentação exigida pela legislação ambiental e por Instrução Normativa emitida pela FATMA .

CAPÍTULO III**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 10º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Schroeder, de outubro de 2016.

Kerling Fabiane Hornburg Baesso

Presidente do COMDEMA

ANEXO I

ATIVIDADES NÃO CONSTANTES DO ANEXO I DA RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 006/2008, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO CONSEMA 14/2012, SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PELA DIGA;

01 - ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS

01.00.01 – Manejo de Palmitreiro

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único (RAP)

01.52.00 – Criação de animais confinados de médio porte (ovinos, caprinos, etc).

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: 50 <= NC <= 500 (DCA)

03 – AQUICULTURA

03.31.00 – Unidade e Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em açudes

(SISTEMA I)

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: 1,0ha <= AI <= 2,0ha (DCA)

03.31.02 – Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo Águas Mornas (SISTEMA III)

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: 1,0ha <= AI <= 2,0ha (DCA)

10 – INDÚSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS

10.50.10 – Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso. (RAP)

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <= 0,2ha (DCA)

11- INDÚSTRIA METALÚRGICA

11.00.01 – Fabricação de estruturas metálicas sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M

Porte 0,05 <= AU <= 0,2: pequeno (RAP)

0,2 < AU < 1,0: médio (RAP)

AU >= 1,0: grande (EAS)

12 - INDÚSTRIA MECÂNICA

12.00.01 – Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição e/ou pintura, cujo processo produtivo tenha fabricação terceirizada e/ou fique restrito à montagem de aparelhos e peças.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte Pequeno: AU <= 0,02 (AuA)

Porte Médio: 0,02 < AU <= 0,05 (RAP)

Porte Grande: AU > 0,05 (RAP)

12.80.00 – Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos;

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,1ha

13 – INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES.

13.00.01 – Manutenção ou reparação de equipamentos de informática, eletrodomésticos e eletrônicos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: DCA

13.70.00 – Fabricação de instrumentos ópticos, peças e acessórios.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,1ha

13.90.00 – Montagem, reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e comerciais, e elétricos e eletrônicos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AI <= 0,2ha

15 - INDÚSTRIA DE MADEIRA

15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU < 0,1ha (DCAs)

15.11.00 – Desdobramento secundário de madeiras – exclusive serrarias.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte: AE <= 3.000 ha: pequeno (DCAs)

15.13.00 – Unidade de cominuição de madeira, inclusive as consideradas como resíduos sólidos.

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: QT <= 50

20 – INDÚSTRIA QUÍMICA

20.83.00 – Fracionamento de produtos químicos

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte: AU <= 0,2: (DCA)

20.85.00 – Fabricação de produtos de perfumaria e cosmético.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,02ha (DCA)

26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES

26.00.01 – Fabricação de alimentos sob encomenda, exceto congelados

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,05 (DCAs)

Porte médio: 0,05 < AU <= 0,1 (DCA)

Porte grande: AU > 0,1 (RAP)

26.00.02 – Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar e/ou fornecimento de marmitas e/ou cozinha industrial

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,05 (DCAs)

Porte médio: 0,05 < AU <= 0,1 (DCA)

Porte grande: AU > 0,1 (RAP)

26.50.01 – Industrialização de produtos de origem animal, inclusive cola.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,05 ha (DCA)

26.50.02 – Industrialização de produtos de origem vegetal

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,2ha (DCA)

26.91.00 – Fabricação de sorvetes

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,2ha (DCA)

27 - INDÚSTRIA DE BEBIDAS E ÁLCOOL ETÍLICO

27.10.00 – Fabricação e engarrafamento de vinhos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,03ha (DCA)

27.20.00 – Fabricação e engarrafamento de aguardentes, licores e outras bebidas alcoólicas.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M

Porte pequeno: AU <= 0,03ha (DCA)

27.40.00 – Fabricação de bebidas não alcoólicas – exclusive engarrafamento e gaseificação de águas minerais em embalagem pet.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,02 ha (DCA)

27.40.10 – Fabricação e engarrafamentos de cervejas, chopes, inclusive maltes.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M

Porte pequeno: AU <= 0,02 ha (DCA)

29 - INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA

29.10.00 – Todas as atividades da indústria editorial e gráfica.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,05ha (DCA)

30 – INDÚSTRIAS DIVERSAS

30.40.00 – Fabricação de abrasivos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,1ha (DCA)

30.90.00 – Fabricação de tênis e calçados de qualquer material, exceto em couro

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,02ha (DCA)

33 - CONSTRUÇÃO CIVIL

33.50.00 – Terraplanagem, aterro e movimentação de terra

Pot. Poluidor (Solo: M Água: P Ar: P) Geral: P

Porte: 500 < VM > 1000 pequeno (AuA)

1000 < VM > 5000 médio (AuA)

VM > 5000: grande (RAP)

34 - SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

34.41.16 – Central de triagem de resíduos sólidos urbanos de coleta seletiva

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: QT <= 1 (DCA)

42 – COMÉRCIO VAREJISTA

42.00.01 – Comércio e Depósitos de Madeiras

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCA)

43 – COMÉRCIO ATACADISTA E DEPÓSITOS

43.01.00 – Comércio atacadista e/ou depósitos de produtos extrativos de origem mineral em bruto.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <= 0,5 (DCA)

56 – SERVIÇOS MEDICO-HOSPITALAR, LABORATORIAL E VETERINÁRIO

56.00.01 – Clínicas de estética ou clínicas em geral, com procedimentos cirúrgicos e/ou utilização de perfurocortantes e/ou utilização de Raio-X

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCAs)

56.00.02 – Farmácias e drogarias, que realizem procedimento padrão com manuseio de infectantes perfurocortantes

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCAs)

56.00.03 – Unidades de análises laboratoriais, somente postos de coleta

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCAs)

56.00.04 – Clínicas para animais, com procedimentos cirúrgicos e/ou utilização de perfurocortantes e/ou utilização de Raio-X

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCAs)

71 – ATIVIDADES DIVERSAS

71.00.01 – Supermercados, hipermercados, açougues, depósitos, armazenamento

de qualquer tipo de alimento e congêneres.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Solo: P Água: M Geral: M

Porte único (DCA)

71.11.01 – Condomínios de casas ou edifícios localizados em municípios da Zona

Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto de atividade.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

Porte pequeno: 2 <= NH <= 10 (DCA)

71.11.06 - Condomínios comerciais horizontais ou verticais localizados em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AE <= 2.000 (DCA)

71.00.03 – Complexos turístico e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M

Porte pequeno: AU <= 3,0ha (DCA)

80 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

80.00.01 – Lavação de veículos automotores e/ou lubrificação e/ou polimento e/ou troca de óleo.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (AuA).

80.00.02 – Restaurantes, pizzarias, bar, lanchonetes, quiosques e padarias sem forno a lenha.

Porte único (AuA).

80.00.03 – Restaurantes, pizzarias, padarias e similares com forno a lenha.

Porte único (AuA).

80.00.04 – Serviços de lavanderia em geral

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: P Geral: M

Porte único (DCA)

80.00.06 – Vidraçaria, inclusive automotiva.

Porte único (Autorização Ambiental).

80.00.07 – Ferro Velho/Depósito ou Comércio de Peças Automotivas usadas.

Porte único (AuA)

80.00.10 – Oficinas mecânicas e/ou latoarias

Porte único (AuA)

80.00.11 – Reparação ou manutenção elétrica de veículos (auto-elétrica)

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: p

Porte único (AuA)

80.00.12 – Serviços de borracharia para veículos automotores

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (AuA)

LEGENDA

Ad= área demolida (m²)

AE = área edificada (m²)

AI = área inundada (hectares)

AU = área útil (hectares) – área total usada pelo empreendimento, incluindo-se a área construída e a não construída, porém com utilização (por exemplo: estocagem, depósito, energia, etc).

AU(1) = área útil (hectares) titulada pelo DNPM

CN = capacidade nominal do equipamento (ton/h)

CP = capacidade de produção

A = capacidade média de abate/dia

C = capacidade máxima de cabeças

M = capacidade máxima de matrizes

FR = faixa de rádio frequência (kHz)

L = comprimento (km)

MP = matéria prima (ton/safra)

NC = número de cabeças

NH = número de unidades habitacionais

NL = número de leitões

NV = número de veículos

NVB = número de vagas para barcos

P = potência instalada (mW)

PA = produção anual de ROM (m³/ano)

Q = vazão máxima prevista (l/s)

Q(1) = vazão de bombeamento (m³/h)

Q(2) = vazão média ao final do plano (l/s)

QP = vazão de projeto em m³/s para tempo de recorrência de 50 anos

QT = quantidade de resíduos (ton/dia)

V = tensão (kV)

VC = volume coletado (ton/dia)

VM = volume movimentado (m³)

VT = volume do tanque (m³)

VUF = volume do útil do forno (m³)

ATA CHAMADA PÚBLICA 02/2016-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 2/2016 - OU Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2016 Data do Processo: 23/09/2016
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 49/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de entidades prestadoras de Serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico (FISIOTERAPIA) do Grupo 03 - Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde, afim de disponibilizar uma continuidade do tratamento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) dos moradores do município de Schroeder.

A comissão reuniu-se para o ato de abertura dos envelopes das empresas CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA. - ME, FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA. - ME, DEMARCHI CLÍNICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA. - ME, RENASCER CENTRO DE REABILITAÇÃO FISIOTERÁPICA LTDA. e SAÚDE POPULAR CENTRAL DE CONSULTAS LTDA., visando a seleção e possível contratação de entidades prestadoras de Serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico (FISIOTERAPIA) do Grupo 03 - Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde, afim de disponibilizar uma continuidade do tratamento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) dos moradores do município de Schroeder. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC. As empresas CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA. - ME, FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA. - ME, DEMARCHI CLÍNICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA. - ME, RENASCER CENTRO DE REABILITAÇÃO FISIOTERÁPICA LTDA. e SAÚDE POPULAR CENTRAL DE CONSULTAS LTDA., apresentaram envelopes de habilitação e após rubricados os mesmos foram abertos. Cujos documentos foram rubricados e examinados pelo presidente e membros da comissão e colocados a disposição dos presentes para dar vistas. Considerando que o edital de chamada pública é um processo que vem formalizar um ato contratual com profissional para atendimento fisioterapêutico, não prevendo concorrência, pois a administração prevê as cláusulas às quais as requerentes devem se enquadrar. Diante da manifestação da intenção de credenciamento das empresas CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA. - ME, FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA. - ME e DEMARCHI CLÍNICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA. - ME. e que diante do fato as empresas estarem respeitando as exigências do edital e apresentando toda a documentação de acordo com as exigências do edital, resultando assim habilitados. Contatou-se que a empresa RENASCER CENTRO DE REABILITAÇÃO FISIOTERÁPICA LTDA. não apresentou Certidão Simplificada, documento exigido no edital no item 4.1.9, não apresentou o solicitado no item 4.1.17 "Relação nominal dos recursos humanos disponíveis, com número de inscrição no conselho competente, carga horária, com qualificação completa dos responsáveis pelos serviços especializados e documentação comprobatória", a documentação comprobatória que pede no edital no item 4.1.17 foi apresentada sem autenticação, os documentos devem obedecer ao edital no que tange o item 4.3. Diante do exposto a empresa RENASCER CENTRO DE REABILITAÇÃO FISIOTERÁPICA LTDA. está inabilitada pois não apresentou a documentação de acordo com o edital. Contatou-se que a empresa SAÚDE POPULAR CENTRAL DE CONSULTAS LTDA. não possui atividade comercial de Fisioterapia em seu Contrato Social/Certidão Simplificada/Alvarás/Cartão CPNJ, sendo assim a empresa não está legalmente autorizada a atuar do ramo pertinente ao objeto desta licitação. Diante do exposto a empresa SAÚDE POPULAR CENTRAL DE CONSULTAS LTDA. está inabilitada pois não apresentou a documentação de acordo com o edital. Diante do exposto abre-se prazo de recurso de acordo com a Lei 8666/93, presidente encerra a sessão e pede-se que a ata seja repassada às empresas participantes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**OUTRAS MODALIDADES
Nr.: 2/2016 - OU**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 64/2016
Data do Processo: 23/09/2016

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 49/2016 (Sequência: 1)**

Schroeder, 18 de Outubro de 2016

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Eloir José Wendt	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Diego Guilherme Lasta	- - Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller	- - Membro Suplente

Seara

PREFEITURA

PORTARIAS 530/2016 E 531/2016

Portaria nº. 530/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras providências, resolve,

Conceder, A servidora Gisele Wermeier, matrícula - 241801, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Servente Interno, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 04 a 18 de outubro de 2016, mediante remuneração pelo Município e a partir de 19 de outubro de 2016, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 18 de outubro de 2016.

Henrique Joacir Carlos Fabrin
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 18 de outubro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 531/2016. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Demitir a pedido, Valmir Oliveira, contratado em caráter temporário, para exercer a função de Técnico de Enfermagem - SAMU, a partir de 17 de outubro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 18 de outubro de 2016.

Henrique Joacir Carlos Fabrin
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 18 de outubro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Serra Alta

PREFEITURA

ATA Nº 015/2016- REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015 DE 19/10/2016

No dia 19 de outubro de 2016, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº 525, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representado por sua PREFEITA EM EXERCÍCIO BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, portadora do RG sob o nº 1.718.403 e CPF nº 542.438.829-91, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº.012/2016-FMS, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa DENTAL OESTE EIRELI-EPP, com endereço na Rua das Flores, nº549, centro, Município de Iporão do Oeste/SC, CEP: 89899-000, inscrita no CNPJ 05.412.147/00001-02, representada neste ato pela Sra. Elci Triches Berti, portadora do CPF nº. 828.231.039-53 e RG 1.949.508, para a possível entrega dos materiais objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1– A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa DENTAL OESTE EIRELI-EPP, vencedora do certame licitatório, cujo objeto é a possível Aquisição de MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICO para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção Qualificada dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal, buscando garantir o melhoramento da saúde bucal dos munícipes Serraltenses. Conforme especificações constantes no anexo D do Edital em comento e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos materiais odontológicos é o especificado abaixo:

Item	Quantidade estimada/ Und. Medida	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
07	01 Pacote	MOLDEIRAS DESCARTÁVEIS PARA APLICAÇÃO DE FLUOR, TAMANHO MÉDIO, COR: AZUL. Pacote com 100 und.	PREVEN	R\$ 39,10	R\$ 39,10
09	02 Und.	KIT MOLDEIRAS DE INOX PERFURADAS ESTERELIZÁVEIS TAMANHOS PARA SUPERIOR E INFERIOR 1, 2, 3, 4 E 5.	TECNODENT	R\$ 208,00	R\$ 416,00
12	01 Und.	MOTOR DE BANCADA ELÉTRICO COM REGULAÇÃO DE VELOCIDADE, COM CONTROLE DE GIRO DA FRESA, COM PEDAL PARA ATIVAÇÃO E COM BOTÃO PARA ATIVAÇÃO. COR: AZUL	BELTEC	R\$ 859,20	R\$ 859,20
13	10 bisnaga	PASTA DE POLIMENTO RESINA COMPOSTA 2GR.	MAQUIRA	R\$ 21,30	R\$ 213,00
		(Hum mil, quinhentos e vinte e sete reais e trinta centavos).		TOTAL REGISTRADO	R\$ 1.527,30

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 05 (cinco) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3- Os materiais, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos materiais odontológicos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1– A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2- Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1- convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6- Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1- Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.

4.2- Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 012/2016-FMS, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3- Para cada material odontológico de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4- O preço unitário a ser pago pelos materiais odontológicos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1- Os materiais odontológicos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2- A empresa detentora deverá fornecer os materiais odontológicos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.

5.3- A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá fornecer obrigatoriamente NOTA ELETRÔNICA, não sendo aceito CUPOM FISCAL, de acordo com

o Decreto Estadual 413 de 03/08/2011 anexo 11 Artigo 23-A.

5.4- Não serão aceitos, no momento da entrega, material de fabricante e/ou marca diferentes daqueles constantes na proposta vencedora. No caso de propostas que apresentam mais de um fabricante e/ou marca, o Município reserva-se o direito de escolher o que melhor lhe convier;

5.5- Todos os materiais, insumos, nacionais ou importados, deverão ser ofertados, apresentados e entregues contendo todas as informações, ou seja, número do lote, a data de fabricação, data de validade, nome do responsável técnico e o número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia ou órgão equivalente, número de registro no Ministério da Saúde ou órgão equivalente, nome ético, genérico ou similar e concentração, de acordo com a Legislação Sanitária e em língua portuguesa.

5.6- Todos os materiais e insumos deverão ter na embalagem data de fabricação e data de validade de no mínimo 80% da vida útil do produto.

5.7 - O Contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.8 - A fiscalização e o recebimento dos materiais e insumos objeto desta licitação ficarão a cargo dos dentistas Responsáveis da Unidade Central de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A entrega dos materiais só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os materiais deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos materiais no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1- O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações do edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2016 e 2017 conforme informadas na Autorização de Fornecimento:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto Registrado
10.01.2.800.3.3.90.00	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.10	R\$ 1.527,30

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto do edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 012/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº012/2016-FMS independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1- Nos termos do Art. 55, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de

habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 - Caberá à CONTRATANTE:

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- b) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a compra dos materiais;
- d) Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;
- e) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

11.2 - Caberá à CONTRATADA:

- a) Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência;
- b) Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;
- c) Promover o fornecimento dos materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- d) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- e) Adotar medidas para a execução do objeto solicitado, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- f) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens solicitados.
- g) Providenciar a imediata troca do item julgado inadequado ou que não atenda as especificações.
- h) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas efetuadas.
- i) Responsabilizar-se pelo transporte/entrega dos materiais (itens) solicitados.
- j) Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente aos itens juntamente com a mercadoria entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

12.1- A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

12.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 012/2016-FMS e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

12.3- O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

12.4- Os casos omissos para a execução da referida Ata de Registro de Preços serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 15/12/2006 Lei Complementar nº 147/2014 de 07/08/2014 Decreto Municipal nº 64/2009 de 27/03/2009 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

12.5- Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 19 de outubro 2016.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

DENTAL OESTE EIRELI-EPP
ELCI TRICHES BERTI
RESPONSÁVEL
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas: Fiscal da Ata de Registro de Preços

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

ALINE GHIDINI
CPF: 058.369.109-95

RAFAEL MARIN
CPF: 006.201.999-62

ATA Nº 016/2016- REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016 DE 19/10/2016

No dia 19 de outubro de 2016, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº 525, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representado por sua PREFEITA EM EXERCÍCIO BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, portadora do RG sob o nº 1.718.403 e CPF nº 542.438.829-91, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº.012/2016-FMS, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa POSSATO & POSSATO LTDA ME com endereço na Rua Pará, nº 490, Sala 01, Centro, Município de Francisco Beltrão-PR, CEP: 85.601-290, inscrita no CNPJ 72.150.550/0001-06, representada neste ato pelo Sr. Rogério Possatto, portador do CPF nº. 605.159.539-20 e RG 1.855.326, para a possível entrega dos materiais objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1– A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa POSSATO & POSSATO LTDA ME, vencedora do certame licitatório, cujo objeto é a possível Aquisição de MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICO para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção Qualificada dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal, buscando garantir o melhoramento da saúde bucal dos munícipes Serraltenses. Conforme especificações constantes no anexo D do Edital em comento e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos materiais odontológicos é o especificado abaixo:

Item	Quantidade estimada/ Und. Medida	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	10 Caixa	BROCA 1016 HASTE CURTA (Caixa com 10 und.)	OPTION	R\$ 43,40	R\$ 434,00
03	50 Pacote	SUGADORES DESCARTÁVEIS COLORIDOS (Pacote com 40 und.)	W.A	R\$ 4,70	R\$ 235,00
04	200 Und.	AMÁLGAMA DE 2 PORÇÕES LIGA E LIMALHA ESFÉRICA.	SDI	R\$ 2,19	R\$ 438,00
05	10 Und.	BABEIRO PLÁSTICO PARA (PACIENTE) NO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO.	BEST CARE	R\$ 10,69	R\$ 106,90
06	05 Und.	PORTA AGULHA CASTROVIEIRO ESTERELIZÁVEL COM PONTA DE VÍDEA.	MILLENIUN	R\$ 166,00	R\$ 830,00
10	02 Und.	FRESA TUNGSTÊNIO CRUZADO GROSSO 0251	AMERICAN	R\$ 51,20	R\$ 102,40
		(Dois mil, cento e quarenta e seis reais e trinta centavos).		TOTAL REGISTRADO	R\$ 2.146,30

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 05 (cinco) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3- Os materiais, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos materiais odontológicos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1- A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2- Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1- convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6- Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1- Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.

4.2- Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 012/2016-FMS, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3- Para cada material odontológico de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4- O preço unitário a ser pago pelos materiais odontológicos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1- Os materiais odontológicos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2- A empresa detentora deverá fornecer os materiais odontológicos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante

solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.

5.3- A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá fornecer obrigatoriamente NOTA ELETRÔNICA, não sendo aceito CUPOM FISCAL, de acordo com o Decreto Estadual 413 de 03/08/2011 anexo 11 Artigo 23-A.

5.4- Não serão aceitos, no momento da entrega, material de fabricante e/ou marca diferentes daqueles constantes na proposta vencedora. No caso de propostas que apresentam mais de um fabricante e/ou marca, o Município reserva-se o direito de escolher o que melhor lhe convier;

5.5- Todos os materiais, insumos, nacionais ou importados, deverão ser ofertados, apresentados e entregues contendo todas as informações, ou seja, número do lote, a data de fabricação, data de validade, nome do responsável técnico e o número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia ou órgão equivalente, número de registro no Ministério da Saúde ou órgão equivalente, nome ético, genérico ou similar e concentração, de acordo com a Legislação Sanitária e em língua portuguesa.

5.6- Todos os materiais e insumos deverão ter na embalagem data de fabricação e data de validade de no mínimo 80% da vida útil do produto.

5.7 - O Contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.8 - A fiscalização e o recebimento dos materiais e insumos objeto desta licitação ficarão a cargo dos dentistas Responsáveis da Unidade Central de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A entrega dos materiais só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os materiais deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos materiais no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1- O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações do edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2016 e 2017 conforme informadas na Autorização de Fornecimento:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto Registrado
10.01.2.800.3.3.90.00	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.10	R\$ 2.146,30

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de

1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto do edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independerá de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 012/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº012/2016-FMS independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1- Nos termos do Art. 55, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 - Caberá à CONTRATANTE:

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- b) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a compra dos materiais;
- d) Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;
- e) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

11.2 - Caberá à CONTRATADA:

- a) Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência;
- b) Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;
- c) Promover o fornecimento dos materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- d) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- e) Adotar medidas para a execução do objeto solicitado, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- f) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens solicitados.
- g) Providenciar a imediata troca do item julgado inadequado ou que não atenda as especificações.
- h) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas efetuadas.
- i) Responsabilizar-se pelo transporte/entrega dos materiais (itens) solicitados.
- j) Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente aos itens juntamente com a mercadoria entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

12.1- A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

12.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 012/2016-FMS e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

12.3- O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

12.4- Os casos omissos para a execução da referida Ata de Registro de Preços serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 15/12/2006 Lei Complementar nº 147/2014 de 07/08/2014 Decreto Municipal nº 64/2009 de 27/03/2009 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

12.5- Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 19 de outubro 2016.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

POSSATO & POSSATO LTDA ME
ROGÉRIO POSSATO
RESPONSÁVEL
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas: Fiscal da Ata de Registro de Preços

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

ALINE GHIDINI
CPF: 058.369.109-95

RAFAEL MARIN
CPF: 006.201.999-62

ATA Nº 017/2016- REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017 DE 19/10/2016

No dia 19 de outubro de 2016, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº 525, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representado por sua PREFEITA EM EXERCÍCIO BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, portadora do RG sob o nº 1.718.403 e CPF nº 542.438.829-91, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº.012/2016-FMS, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa DENTAL SHOW – COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA ME, com endereço na Av. União da Vitória, 1215, Bairro: Vila Nova, Município de Francisco Beltrão/PR, CEP: 85605-040, inscrita no CNPJ 11.776.334/0001-78, representada neste ato pela Sra. Luciana Santos da Silva, portadora do CPF nº. 038.460.399-85 e RG 7.287.611-3, para a possível entrega dos materiais objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1– A presente ATA tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Serra Alta/SC através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa DENTAL SHOW – COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA ME, vencedora do certame licitatório, cujo objeto é a possível Aquisição de MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICO para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção Qualificada dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal, buscando garantir o melhoramento da saúde bucal dos municípios Serraltenses. Conforme especificações constantes no anexo D do Edital em comento e constantes na proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos materiais odontológicos é o especificado abaixo:

Item	Quantidade estimada/ Und. Medida	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	100 Pacote	ALGINATO SILICONIZADO COR LILÁS COM ALTA ESTABILIDADE DIMENSIONAL.	ZHERMACK	R\$ 37,80	R\$ 3.780,00
08	01 Pacote	MOLDEIRAS DESCARTÁVEIS PARA APLICAÇÃO DE FLUOR, TAMANHO GRANDE, COR: AZUL. (Pacote com 100 Und.)	PREVEN	R\$ 52,50	R\$ 52,50
11	02 Und.	FRESA TUNGSTÊNIO CRUZADO MÉDIO 1251.	AMERICAN	R\$ 51,29	R\$ 102,58
		(Três mil, novecentos e trinta e cinco reais e oito centavos).		TOTAL REGISTRADO	R\$ 3.935,08

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1– A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 05 (cinco) meses consecutivos contados a partir da assinatura da ata.

2.2– Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Serra Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3- Os materiais, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde desta cidade, sem quaisquer acréscimos, de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade, em até no máximo dez dias após cada solicitação.

2.4 Caso ocorra alguma divergência na entrega dos materiais odontológicos, a troca ou substituição imediata será de total responsabilidade da empresa detentora da ata.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA

3.1- A ATA poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

3.2- Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2- Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência da presente ata de registro de preços.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

III - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

3.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Órgão Gerenciador da ATA deverá:

3.3.1- convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5- A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

3.6- Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1- Será usuário do Registro de Preços o Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, vinculado ao Município de Serra Alta/SC.

4.2- Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte D do Edital de Registro de Preços nº 012/2016-FMS, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3- Para cada material odontológico de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4- O preço unitário a ser pago pelos materiais odontológicos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1- Os materiais odontológicos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2- A empresa detentora deverá fornecer os materiais odontológicos, conforme necessidade da Unidade de Saúde, apenas mediante

solicitação, durante a vigência da ATA, no endereço Rua Almirante Barroso, nº 525, centro de Serra Alta.

5.3- A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá fornecer obrigatoriamente NOTA ELETRÔNICA, não sendo aceito CUPOM FISCAL, de acordo com o Decreto Estadual 413 de 03/08/2011 anexo 11 Artigo 23-A.

5.4- Não serão aceitos, no momento da entrega, material de fabricante e/ou marca diferentes daqueles constantes na proposta vencedora. No caso de propostas que apresentam mais de um fabricante e/ou marca, o Município reserva-se o direito de escolher o que melhor lhe convier;

5.5- Todos os materiais, insumos, nacionais ou importados, deverão ser ofertados, apresentados e entregues contendo todas as informações, ou seja, número do lote, a data de fabricação, data de validade, nome do responsável técnico e o número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia ou órgão equivalente, número de registro no Ministério da Saúde ou órgão equivalente, nome ético, genérico ou similar e concentração, de acordo com a Legislação Sanitária e em língua portuguesa.

5.6- Todos os materiais e insumos deverão ter na embalagem data de fabricação e data de validade de no mínimo 80% da vida útil do produto.

5.7- O Contratado é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.8- A fiscalização e o recebimento dos materiais e insumos objeto desta licitação ficarão a cargo dos dentistas Responsáveis da Unidade Central de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1- A entrega dos materiais só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os materiais deverão ser entregues na Unidade de Saúde sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

6.4- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Saúde de qualquer ocorrência na entrega dos materiais no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.5- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.6- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1- O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e que atendiam as especificações do edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente 2016 e 2017 conforme informadas na Autorização de Fornecimento:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Previsto Registrado
10.01.2.800.3.3.90.00	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30.10	R\$ 3.935,08

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de

1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto do edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital Pregão Presencial nº 012/2016-FMS e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 012/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº012/2016-FMS independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1- Nos termos do Art. 55, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**11.1 - Caberá à CONTRATANTE:**

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- b) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a compra dos materiais;
- d) Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;
- e) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

11.2 - Caberá à CONTRATADA:

- a) Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência;
- b) Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;
- c) Promover o fornecimento dos materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- d) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- e) Adotar medidas para a execução do objeto solicitado, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- f) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens solicitados.
- g) Providenciar a imediata troca do item julgado inadequado ou que não atenda as especificações.
- h) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas efetuadas.
- i) Responsabilizar-se pelo transporte/entrega dos materiais (itens) solicitados.
- j) Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente aos itens juntamente com a mercadoria entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

12.1- A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

12.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 012/2016-FMS e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

12.3– O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

12.4- Os casos omissos para a execução da referida Ata de Registro de Preços serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006 Lei Complementar nº 147/2014 de 07/08/2014 Decreto Municipal nº 64/2009 de 27/03/2009 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

12.5- Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 19 de outubro 2016.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

DENTAL SHOW COM. DE PROD. ODONT. E HOSPITALARES LTDA ME
LUCIANA SANTOS DA SILVA
RESPONSÁVEL
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas: Fiscal da Ata de Registro de Preços

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

ALINE GHIDINI
CPF: 058.369.109-95

RAFAEL MARIN
CPF: 006.201.999-62

DECRETO Nº 184/2016

DECRETO Nº 184/2016 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

“Dispõe sobre Ponto Facultativo para o Poder Executivo Municipal de Serra Alta/SC e dá outras providências”.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em consonância com a Lei Municipal nº 088/1991 de 24 de abril de 1991.

CONSIDERANDO:

A Lei Municipal nº 498/2001 de 10 de setembro de 2001, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e estabelece em seu Art. 155 que o dia do Servidor Público, será comemorado em 28 de outubro.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas do Poder executivo Municipal de Serra Alta/SC, NO DIA 28 DE OUTUBRO/2016 (Sexta-feira), em comemoração ao dia do Servidor Público.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita, 18 de Outubro de 2016.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita(em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 185/2016

DECRETO N.º 185/2016 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta(em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de adequar os gastos aos limites impostos pela Lei n.º 101, de 04 de maio de 2000;

Considerando a necessidade de ajustar as despesas à receita, visando o equilíbrio orçamentário;

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas medidas de contenção de despesas em todas as Secretarias Municipais no período de 24 de outubro à 31 de dezembro de 2016, de acordo com este Decreto.

Parágrafo único. Este prazo poderá ser prorrogado em caso da situação econômica e financeira não se normalize.

Art. 2º Fica estabelecido na Prefeitura Municipal o horário especial de expediente, das 07h00min às 13h00min horas, em turno único, no período estabelecido no Art. 1º.

Parágrafo único. Ficam excluídos do horário estabelecido no caput, os serviços considerados essenciais ao interesse público e aqueles que por sua natureza, já obedecem a turno especial de trabalho como as atividades finalísticas da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social.

Art. 13. Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 18 de outubro de 2016.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIENCIA PUBLICA Nº 023/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 023/2016

DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O EXERCÍCIO - 2017

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, no uso de suas atribuições legais e cumprindo o estabelecido na Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF) e Lei Municipal nº. 470/2001, torna público e COMUNICA a todos os interessados a CONVOCAÇÃO da realização da Audiência Pública, para a DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O EXERCÍCIO DE 2017, que fica agendada para:

DATA	HORÁRIO	LOCAL
27/10/2016	20h00min	Auditório do Centro Municipal de Educação (Rua Sete de Setembro, 530, centro)

Ficando assim convocados todas as associações, representantes dos vários segmentos da comunidade e toda a população em geral.

Será imprescindível a presença de todos.

Serra Alta, SC, 17 de outubro de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2016

A Prefeita (em exercício) do município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina Srª. BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital do Concurso Público nº 002/2014 e conforme o DECRETO Nº 015/2015 DE 30 DE JANEIRO DE 2015, que homologa o resultado oficial dos classificados,

DETERMINA

I – CONVOCAR o(a) candidato(a) a seguir relacionado aprovado no referido Concurso Público, seguindo a ordem de classificação, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, situada anexa a Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, 830, para preenchimento da vaga, conforme previsto no Edital, no período 30 dias a contar a partir desta data, no horário de expediente (07 :00 hs às 13 :00 hs).

CAMILA MABEL SGANZERLA – FISIOTERAPEUTA.

II – DETERMINA que o candidato convocado apresente cópia da documentação abaixo, acompanhada dos originais para conferência, quando couber :

- 01 Foto 3x4 (atual);
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Quitação com as obrigações eleitorais;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;

- Registro de Nascimento dos filhos menores de idade;
- Histórico Escolar;
- Diploma e registro no respectivo órgão fiscalizador da Profissão.
- Endereço/ fone;
- Carteira nacional de Habilitação.
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- PIS/PASEP;
- Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial; (Atestado Médico).
- Comprovante de residência;
- Declaração de Bens;
- Conta corrente do Banco do Brasil S/A.

III – COMUNICAR que o não comparecimento no prazo previsto implicará na desclassificação automática conforme item 10.4 do edital 002/2014. Tais medidas se fazem necessárias frente à necessidade do atendimento profissional junto ao setor competente.

Serra Alta, Gabinete da Prefeita, 18 de Outubro de 2016.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em exercício

PORTARIA Nº 073/2016

PORTARIA Nº. 073/2016 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal das Atas de Registro de Preços e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 045/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS para acompanhar e fiscalizar a execução das referidas Atas na forma e condições abaixo relacionadas:

ATAS REGISTRO DE PREÇOS Nº:		069/2016 070/2016 E 071/2016	
OBJETO:		REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES A MUNICIPALIDADE.	
EMPRESA:		MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA ME	
CNPJ Nº:		02.384.751/0001-84	
EMPRESA:		REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	
CNPJ:		07.786.778/0001-17	
EMPRESA:		MAXSUEL CARLOS LINDEMANN ME	
CNPJ:		17.441.746/0001-33	
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:		ROBERTO FLÁVIO PRIOR	
CARGO:		SECRETÁRIO MUNICIPAL	
CPF:		550.946.609-00	MATRÍCULA: 896
LOTAÇÃO:		Secretaria de Transportes, Obras e Serv. Urbanos	
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:		ALEX CEREZOLLI	
CARGO:		SECRETÁRIO MUNICIPAL	
CPF:		069.845.719-60	MATRÍCULA: 798
LOTAÇÃO:		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
FISCAL TITULAR			
SERVIDORA:		JANETE PETRY CERISOLI	
CARGO:		SECRETÁRIA MUNICIPAL	
CPF:		014.831.769-32	MATRÍCULA: 787
LOTAÇÃO:		Secretaria de Educação Cultura e Esportes	
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:		RAFAEL MARIN	
CARGO:		SECRETÁRIO MUNICIPAL	
CPF:		006.201.999-62	MATRÍCULA: 924
LOTAÇÃO:		Secretaria de Saúde	

Art. 2º O serviço de fiscal das Atas e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de outubro de 2016.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita Municipal de Serra Alta em exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 074/2016

PORTARIA Nº. 074/2016 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal das Atas de Registro de Preços e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 012/2016-FMS, na modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para acompanhar e fiscalizar a execução das referidas Atas na forma e condições abaixo relacionadas:

ATAS REGISTRO DE PREÇOS Nº:	015/2016 / 016/2016 / E 017/2016.		
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICO PARA USO NO PRONTO ATENDIMENTO E NA MANUTENÇÃO QUALIFICADA DOS SERVIÇOS PRESTADOS NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL.		
EMPRESA:	DENTAL OESTE EIRELI – EPP		
CNPJ Nº:	05.412.147/0001-02		
EMPRESA:	DENTAL SHOW – COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA ME		
CNPJ:	11.776.334/0001-78		
EMPRESA:	POSSATO & POSSATO LTDA ME		
CNPJ:	72.150.550/0001-06		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	ALINE GHIDINI		
CARGO:	Dentista		
CPF:	058.369.109-95	MATRÍCULA:	777
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	NEI ZANCHETT		
CARGO:	Dentista		
CPF:	360.432.300-20	MATRÍCULA:	55
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal das Atas e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedado qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2016.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita Municipal de Serra Alta em exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LEILÃO PÚBLICO Nº 044/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	LEILÃO Nr.: 44/2016 - LE
CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 44/2016 Processo de Licitação: 44/2016 Data do Processo: 31/08/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2016
b) Licitação Nr.: 44/2016-LE
c) Modalidade: Leilão
d) Data Homologação: 19/10/2016
e) Data da Adjudicação: 19/10/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Alienação de Bens Móveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal que foram declarados inservíveis aos serviços públicos e desafetados das finalidades a eles inerentes, sendo que os referidos Bens foram submetidos a avaliação por comissão nomeada pelo Decreto nº 047/16 de 18/03/2016 e Decreto Municipal de Desafetação nº152 de 24/08/2016.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.300.4.4.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 97.840,00

Serra Alta, 19 de Outubro de 2016.

VANDERLI RUI DE GASPARI
Presidente da Comissão de Licitação

BELAMAR LÚCIA G. TEODORO- Prefeita em exercício

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016-FMS REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2016 - PR
CNPJ: 11.583.359/0001-55 RUA ALMIRANTE BARROSO, 525 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 12/2016 Processo de Licitação: 12/2016 Data do Processo: 30/09/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 12/2016
b) Licitação Nr.: 12/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/10/2016
e) Data da Adjudicação: 19/10/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS para a possível Aquisição de MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICO para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção Qualificada dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal, buscando garantir o melhoramento da saúde bucal dos munícipes Serraltenses.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 002909 - DENTAL OESTE EIRELI EPP	4	0,0000	1.527,30
- 006261 - DENTAL SHOW-COM. DE PRODUTOS ODONT. E	3	0,0000	3.935,08
- 006257 - POSSATO & POSSATO LTDA ME	6	0,0000	2.146,30
	13		7.608,68

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 19 de Outubro de 2016.

VANDERLI RUI DE GASPARI
Pregoeiro(a)

BELAMAR LÚCIA G. TEODORO - Prefeita em exercício

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 363/2016

DECRETO Nº 363, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0070 (12) -Aplicações Diretas R\$ 450.000,00

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 70 (Recursos Próprios em Saúde).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 03 de outubro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 364/2016

DECRETO Nº 364, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais) , nas seguintes dotações orçamentárias:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

2.051 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0089 (67) - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

06.01 - SECRET. DE BEM ESTAR SOC. E AÇÃO COMUNITÁRIA

2.013 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (86) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 (Recursos Próprios) e da fonte 89 (Recursos do Fundeb).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 03 de outubro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tijucas

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 01/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO ISSQN

Com base no artigo 35, II, parágrafo 3º do Código Tributário Municipal (Lei 001/2010), ficam NOTIFICADOS, os contribuintes proprietários, titulares do domínio útil, cuja habite-se foram emitidos no ano de 2011 listados a baixo, localizados na zona urbana ou de expansão urbana deste Município, que ocorreu o FATO GERADOR DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER (ISSQN), referente a mão de obra da construção civil.

NOTIFICA também, que qualquer reclamação contra o lançamento do ISSQN, poderá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, corridos, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil da data da publicação do edital. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o Município de Tijucas, que necessita permanentemente de recursos financeiros para continuar executando as obras e serviços públicos reclamados pela comunidade, não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da competente Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária e todos os demais encargos originados pela demanda cível fiscal (despesas processuais), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que tributos sejam rigorosamente arrecadados

Os Contribuintes poderão comparecer ao Setor de Tributos deste Poder Público, situado na Rua Coronel Buchelle, nº. 01, Centro, Tijucas - SC, para receber o documento de arrecadação e efetuar o pagamento nas agências bancárias ou nas casas lotéricas. NATUREZA (ISSQN). www.tijucas.sc.gov.br.

VALÉRIO TOMAZI – PREFEITO MUNICIPAL

NOTIFICAÇÃO LANÇAMENTO ISSQN

NOME	CPF/CNPJ	Nº NOTIFICAÇÃO FISCAL	VALOR R\$	Habite-se
Adilson Manoel da Cunha	800.530.079-00	165/PMT/2016	2.225,77	890/2011
Ana Maria Cirilo	619.856.009-00	52/2016	3.058,78	852/2011
Artur Tomazini	575.480.569-15	61/2016	2.907,88	848/2011
Cirilo & Cirilo Ltda EPP	12.338.523/0001-21	22/2016	11.840,62	869/2011
Douglas Francisco	053.322.679-16	54/2016	2.405,49	859/2011
Jader Paulo da Silva	051.091.509-40	51/2016	586,79	873/2011
Janio Jose Davis	777.450789-20	49/2016	1.559,77	839/2011
Juliana Ribeiro Cardoso	019.972.079-74	50/2016	2.285,49	868/2011
LRP Representações de Materiais Ltda	13.560.596/0001-26	60/2016	3.697,96	892/2011
Luciano Voltolini	021.468.099-14	56/2016	769,87	856/2011
Luiz Cardoso da Silva (Patroleiro)	282.270.771-53	55/2016	2.839,25	888/2011
Marcos Antonio de Souza	912.409.729-20	25/2016	698,64	842/2011
Neli Maria Marques	041.739.449-77	48/2016	927,30	861/2011
Odete Cassaniga Barnabe	019.661.479-10	53/2016	1.385,16	874/2011
Osni Franz	068.663.109-97	46/2016	3.551,48	884/2011
Patricia Mendonça Pinheiro de Souza	910.744.794-04	47/2016	2.336,35	837/2011
Patricia Ramos Tedesco	584.287.390-72	62/2016	1.297,20	843/2011
Priscila Arani da Silva	067.100.959-16	57/2016	582,71	838/2011
Sergio de Jesus	062.688.439-08	24/2016	14.086,01	866/2011
Vertlino Antonio Freita	375.267.669-87	59/2016	769,54	858/2011
Wilson Bernardo de Souza	095.910.959-53	58/2016	3.748,15	863/2011

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 182/2016; DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

DECRETO Nº. 182, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida, Jane Catarina Machado, Matrícula nº 2439, do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 17 de Outubro de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA LICITAÇÃO DESERTA - TOMADA DE PREÇO N.º 01 2016 FMMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2016-FMMA

LICITAÇÃO DESERTA

Às onze horas, do décimo oitavo dia, do mês de outubro de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Lorde Moser e Kelly Cristina Osti Kannenberg, esta designada pela Portaria nº 1989, de 01 de junho de 2016, para proceder a sessão de abertura dos trabalhos para recebimento/abertura dos envelopes da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2016 – FMMA, que tem por objeto contratação de empresa especializada para total execução da obra de pavimentação de acesso ao Parque Natural Freymund Germer (Morro Azul).

Aberta a sessão, às 11h, constatou-se que nenhuma empresa se fez presente e nem enviou/protocolou os envelopes de Documentação/Habilitação e Proposta de Preços, razão pela qual a Comissão decidiu aguardar por mais 10min.

Às 11:10h, sem que houvessem interessados em participar dessa Tomada de Preços, a Comissão declarou a LICITAÇÃO DESERTA.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pelos presentes, encaminhando-se os autos à autoridade instauradora do certame para as providências de estilo.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER
Presidente

LOURDES MOSER
Membro

KELLY C.OSTI KANNENBERG
Membro Substituta

Três Barras

PREFEITURA

PORTARIA Nº 579 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 579 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o noticiado no Ofício 058 e nas Comunicações Internas 162, 163, 165 e 170/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária dos seguintes servidores:

I – ANDREIA MEYER ADUR, matrícula 3409-23, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.08.2016;

II – ANDRIELI CORDEIRO, matrícula 176621-03, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.08.2016;

III – ELLI LEONILDA BEIJE BURZI, matrícula 667277-01, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.08.2016;

IV – GISLAINE DE FÁTIMA KRIGINSKI, matrícula 185876-02, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.08.2016;

V – MARI ELIANI KAROLESKI, matrícula 8150-09, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.08.2016.

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2016, até a conclusão do concurso público em andamento, cessando quando do preenchimento das vagas respectivas.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 17 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

Treze Tílias

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO 61/2016

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PP 61/2016

Por conveniência da Administração Pública, nos termos da lei 8666/93, o Município de Treze Tílias torna público o CANCELAMENTO do Pregão Presencial nº 61/2016, com o seguinte objeto: "A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Treze Tílias 17 de Outubro de 2016
MAURO DRESCH
Prefeito

DECRETO 2215

DECRETO Nº 2.215/2016 DE 17 DE OUTUBRO 2016
DECRETA PONTO FACULTATIVO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO, no dia 28 de outubro de 2016 em todas as Repartições Públicas do Município de Treze Tílias, em virtude da comemoração do dia do SERVIDOR PÚBLICO.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nada data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias em 17 de outubro de 2016.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2016 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 17/2016 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS
CONTRATADO: LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI ME
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos/materiais permanentes novos para equipar a Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I deste edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação será utilizado Convênio com o Ministério de Saúde, Proposta nº 03347.885000/1140-01, através da dotação orçamentária: 04.01.2104.44.90.00.00.00.00.00635.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 15 dias.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 14.183,75 (Quatorze mil, cento e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), de acordo com o Processo de Licitação nº 06/2016/FMS, conforme Autorização de Fornecimento

PROCESSO LICITATÓRIO: PP 06/2016 FMS

DATA ASSINATURA: 17/10/2016

TREZE TÍLIAS, 17/10/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2016 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 18/2016 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS
CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos/materiais permanentes novos para equipar a Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I deste edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação será utilizado Convênio com o Ministério de Saúde, Proposta nº 03347.885000/1140-01, através da dotação orçamentária: 04.01.2104.44.90.00.00.00.00.00635.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 15 dias.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 14.183,75 (Quatorze mil, cento e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), de acordo com o Processo de Licitação nº 06/2016/FMS, conforme Autorização de Fornecimento

PROCESSO LICITATÓRIO: PP 06/2016 FMS

DATA ASSINATURA: 17/10/2016

TREZE TÍLIAS, 17/10/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2016

EXTRATO DE CONTRATO 19/2016 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS
CONTRATADO: NELITA GOMES FARIAS EPP

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos/materiais permanentes novos para equipar a Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I deste edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação será utilizado Convênio com o Ministério de Saúde, Proposta nº 03347.885000/1140-01, através da dotação orçamentária: 04.01.2104.44.90.00.00.00.00.00635.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 15 dias.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 160,00 (Cento e sessenta reais), de acordo com o Processo de Licitação nº 06/2016/FMS, conforme Autorização de Fornecimento.

PROCESSO LICITATÓRIO: PP 06/2016 FMS

DATA ASSINATURA: 17/10/2016

TREZE TÍLIAS, 17/10/2016.

Trombudo Central

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMS 012 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 012/2016 (1) FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: Simones & Simones LTDA-ME
Vigência : Início: 20/09/2016 Término:20/09/2017
Licitação : Pregão Presencial Nº.: 26/2016
Objeto : Registro de preços para prestação de serviço de mão de obra de oficina elétrica, oficina mecânica básica e injeção eletrônica e manutenções diversas da frota da secretaria de saúde do município.
Trombudo Central, 17 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMS 012 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 012/2016 (2) FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: R. Norenberg e CIA LTDA ME
Vigência : Início: 20/09/2016 Término:20/09/2017
Licitação : Pregão Presencial Nº.: 26/2016
Objeto : Registro de preços para prestação de serviço de mão de obra de oficina elétrica, oficina mecânica básica e injeção eletrônica e manutenções diversas da frota da secretaria de saúde do município.
Trombudo Central, 17 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMS 013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 013/2016 FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: João Jaci de Souza
Vigência : Início: 07/10/2016 Término:07/10/2017
Licitação : Pregão Presencial Nº.: 29/2016
Objeto : Registro de preços para a contratação de pedreiro e servente para manutenções da secretaria de saúde.
Trombudo Central, 17 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMS 014 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 014/2016 (1) FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: F J Tribess & CIA LTDA - ME
Vigência : Início: 07/10/2016 Término:07/10/2017
Licitação : Pregão Presencial Nº.: 27/2016
Objeto : Registro de preços para prestação de serviços de lavagem de veículos da frota da secretaria de saúde do Município.
Trombudo Central, 17 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMS 014 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 014/2016 (2) FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: Ulicely Comercio De Pneus e Acessórios LTDA ME
Vigência : Início: 07/10/2016 Término:07/10/2017
Licitação : Pregão Presencial Nº.: 27/2016
Objeto : Registro de preços para prestação de serviços de lavagem de veículos da frota da secretaria de saúde do Município.
Trombudo Central, 17 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMTC 019 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 019/2016 (1)
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: Simones & Simones LTDA-ME
Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 15/09/2017
Licitação : Pregão presencial nº.:53/2016
Objeto : Registro de preços para prestação de serviço de mão de obra de oficina elétrica, oficina mecânica básica e injeção eletrônica, torno, solda e manutenções diversas da frota das secretarias de administração, educação, agricultura, obras, planejamento, assistência social, conselho tutelar e corpo de bombeiros do município.
Trombudo Central, 18 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMTC 019 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 019/2016 (2)
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: R. Norenberg e CIA LTDA ME
Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 15/09/2017
Licitação : Pregão presencial nº.:53/2016
Objeto : Registro de preços para prestação de serviço de mão de obra de oficina elétrica, oficina mecânica básica e injeção eletrônica, torno, solda e manutenções diversas da frota das secretarias de administração, educação, agricultura, obras, planejamento, assistência social, conselho tutelar e corpo de bombeiros do município.
Trombudo Central, 18 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMTC 019 3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 019/2016 (3)
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: Venturi e Venturi Auto Peças LTDA ME
Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 15/09/2017
Licitação : Pregão presencial nº.:53/2016
Objeto : Registro de preços para prestação de serviço de mão de obra de oficina elétrica, oficina mecânica básica e injeção

eletrônica, torno, solda e manutenções diversas da frota das secretarias de administração, educação, agricultura, obras, planejamento, assistência social, conselho tutelar e corpo de bombeiros do município.

Trombudo Central, 18 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMTC 019 4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 019/2016 (4)

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: R F Wilde & CIA LTDA ME

Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 15/09/2017

Licitação : Pregão presencial nº.:53/2016

Objeto : Registro de preços para prestação de serviço de mão de obra de oficina elétrica, oficina mecânica básica e injeção eletrônica, torno, solda e manutenções diversas da frota das secretarias de administração, educação, agricultura, obras, planejamento, assistência social, conselho tutelar e corpo de bombeiros do município.

Trombudo Central, 18 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMTC 019 5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 019/2016 (5)

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: Oficina de Tratores União LTDA

Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 15/09/2017

Licitação : Pregão presencial nº.:53/2016

Objeto : Registro de preços para prestação de serviço de mão de obra de oficina elétrica, oficina mecânica básica e injeção eletrônica, torno, solda e manutenções diversas da frota das secretarias de administração, educação, agricultura, obras, planejamento, assistência social, conselho tutelar e corpo de bombeiros do município.

Trombudo Central, 18 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMTC 020 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 020/2016 (1)

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: F J Tribess & CIA LTDA - ME

Vigência : Início: 07/10/2016 Término: 07/10/2017

Licitação : Pregão presencial nº.:54/2016

Objeto : Registro de preços para prestação de serviços de lavagem de veículos das frotas das secretarias e departamentos do município.

Trombudo Central, 18 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMTC 020 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 020/2016 (2)

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: Ulicely Comercio de Pneus e Acessórios LTDA ME

Vigência : Início: 07/10/2016 Término: 07/10/2017

Licitação : Pregão presencial nº.:54/2016

Objeto : Registro de preços para prestação de serviços de lavagem de veículos das frotas das secretarias e departamentos do município.

Trombudo Central, 18 de outubro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMTC 021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 021/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: Carvalho Projetos e Construções LTDA-ME

Vigência : Início: 11/10/2016 Término: 11/10/2017

Licitação : Pregão presencial nº.:57/2016

Objeto : Registro de preços para aquisição de materiais de construção para execução de 2ª etapa do quartel do corpo de bombeiros militar de Trombudo Central.

Trombudo Central, 18 de outubro de 2016.

CONTRATO PMTC 074

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 074/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME

Valor : 7.300,00 (sete mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 02/09/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

TROMBUDO CENTRAL, 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Portaria 160/2016

PORTARIA 160/2016 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR á pedido o servidor Público Municipal Sr. MARCIONEI MOMM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, a partir do dia 17 de outubro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 17 de outubro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARLI MARTINS

Secretária dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos (Interina)

TERMO ADITIVO PMTC 073

Aditivo Nº : 073/2016 - Contrato Nº: 144/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: CLARO S.A.

Vigência : Início: 26/08/2016 Término: 26/08/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2014

Objeto : 2º TERMO ADITIVO Á PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, NAS MODALIDADES LOCAL (VC1) E SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (VC2 E VC3) COM A

DISPONIBILIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES MÓVEIS (APARELHOS) EM REGIME DE COMODATO, ALÉM DE SERVIÇOS DE MENSAGEM DE TEXTO E PACOTE DE DADOS PARA ACESSO A INTERNET TECNOLOGIA 3G PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, OBRAS, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO, CULTURA, ASSISTENCIA SOCIAL, CORPO DE BOMBEIROS, CONSELHO TUTELAR E DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL.

Trombudo Central, 19 de Outubro de 2016

Urussanga

PREFEITURA

LEI 2.778/2016

LEI Nº 2.778, de 04 de outubro de 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA "JOSÉ ZAPELINI", NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Passa a denominar-se Rua JOSÉ ZAPELINI, a via pública localizada no bairro De Brida, Loteamento Carlos Zapelini, neste município.

Art. 2º A Rua "José Zapelini", tem seu início na Rua Dolovico Savi Mondo, seguindo em direção Leste até as Terras de Zelindo Piucco e Adelino Cõncer, com as seguintes confrontações:

Norte: Lotes 3, 4 e 5 do desmembramento Carlos Zapelini;
Sul: Terras de Agenor Zapelini;
Leste: Lotes 1 e 2 do desmembramento Carlos Zapelini;
Oeste: Rua Dolovico Savi Mondo.

Art. 3º Fica o Município autorizado a providenciar a colocação de placas indicativas em conformidade com a Lei nº 2.567, de dezembro de 2012, a devida comunicação à Empresa dos Correios e Telégrafos (EBCT), ao serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto (SAMAE), às Empresas de Telecomunicações, às Empresas fornecedoras de energia elétrica, bem como ao Cadastro de Registro Imobiliário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 04 de outubro de 2016.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos quatro dias do mês de outubro de 2016.

REGINA XAVIER
Assistente Administrativo

LEI 2.779/2016

LEI Nº 2.779, de 19 de outubro de 2016.

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 3º DA LEI Nº 1.898, DE 28 MAIO DE 2002, COM A FINALIDADE DE ALTERAR A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica alterado na Lei nº 1.898, de 28 de maio de 2002, o artigo 3º com a seguinte redação:

Art. 3º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, é composto por 14 (quatorze) membros efetivos e igual número de suplentes, de forma paritária, com representação do Setor Público e da Sociedade Civil, indicados pelos respectivos órgãos ou entidades

de origem, e designados por ato do Chefe do Poder Executivo, a saber:

I – Representantes do Setor Público:

- a) 1 (um) representante da Fundação Ambiental Municipal;
- b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- c) 1 (um) representante da Secretaria de Infraestrutura e Planejamento;
- d) 1 (um) representante da Vigilância Sanitária do Município;
- e) 1 (um) representante do Escritório da Epagri em Urussanga;
- f) 1 (um) representante do CIRSURES – Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul;

g) 1 (um) representante da SAMAE Urussanga.

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) 1 (um) representante da Associação Empresarial de Urussanga (ACIU);
- b) 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- c) 1 (um) representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga;
- d) 1 (um) representante da APA do Rio Maior;
- e) 1 (um) representante da ACEAMB – Associação Catarinense de Engenheiros Ambientais;
- f) 1 (um) representante do Leo Clube de Urussanga;
- g) 1 (um) representante da instituição Bellunesi Nel Mondo Urussanga.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 19 de outubro de 2016.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos dezenove dias do mês de outubro de 2016.

REGINA XAVIER
Assistente Administrativo

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2016.

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ABSCJ – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

OBJETO: Contratação de empresa para prestação do serviço da Associação sem fins lucrativos, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem vínculo familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para a Sra. Margarida Romani.

VALOR: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais, de novembro a dezembro, totalizando o valor global de R\$ 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 150/2016.

Vargeão, SC, 17 de outubro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.418/16

DECRETO N.º 13.418/16, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo LUIZ PEREIRA DOS SANTOS, em caráter integral, nos termos do art. 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a dependente presumida DEOLINDA BENARDETE PEREIRA DOS SANTOS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e diante do contido no Processo Administrativo INPREVID nº 058/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida, pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002 em face do óbito do servidor inativo LUIZ PEREIRA DOS SANTOS, que era brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 466.767.409-15, do RG nº 326.817, ex-detentor da matrícula funcional nº 218, a dependente presumida (esposa) DEOLINDA BENARDETE PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, viúva, do lar, inscrita no CPF sob o nº 024.617.699-74 e no RG nº 3.828.461.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, perfazendo o montante bruto total, a partir da competência de Outubro/2016, de R\$ 1.186,86 (Um mil cento e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Paragrafo único. Os valores dos proventos serão corrigidos na mesma data e pelo mesmo índice conferido aos servidores aposentados/pensionistas que possuem paridade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Fica declarada a extinção da Aposentadoria por invalidez, em caráter integral, concedida ao servidor falecido nos termos do Decreto nº 8.834/07 DE 31/10/2007.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de outubro de 2016, data do óbito do servidor, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 14 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 093/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 093/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidato(a) abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ANDREIA FICAGNA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	13.153/16, DE 21 DE JULHO DE 2016

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 18 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0732/16

PORTARIA nº 0832/16

Autoriza Interdição de Ruas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18140/2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a interdição das ruas Maria Dalazem, Rutier Ancoski e parte da Cinco de Dezembro, pelo senhor Glademir Moreira, para a realização de uma mini maratona de corrida para as crianças de 08 à 16 anos, na data de 15 de outubro de 2016, no período das 13h30min às 15h30min.

§1º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o senhor Glademir Moreira inteiramente responsável pelos mesmos.

§2º O senhor Gademir Moreira deve responsabilizar-se pela sinalização adequada no local das atividades, a fim de alertar os condutores e pedestres que estejam transitando nas proximidades do evento para garantir a segurança dos participantes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09,

Videira, 14 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0828/16

PORTARIA nº 0828/16

Autoriza Interdição de Ruas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 17.474/2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a interdição das seguintes ruas, a fim de realização da "3ª Caminhada Mãe Terra Minha Responsabilidade", pela Paróquia Imaculada Conceição, no dia 23 de outubro de 2016, com início às 17h00min passando pelas ruas abaixo citadas: Rua Padre Anchieta, saindo da frente da Igreja Matriz de Videira, seguindo pelas ruas Campos Novos, Victor Meirelles, Pedro Gaio, Saul Brandalise, Coronel Alberto Schmidt, Brasil, Dom Pedro II, Saul Brandalise e retornando à Padre Anchieta em frente à Igreja, com um trajeto de aproximadamente 2,3 Km de extensão, tendo algumas paradas para reflexões.

§1º A Paróquia Imaculada Conceição deve responsabilizar-se pela sinalização adequada no local das atividades, a fim de alertar os condutores e pedestres que estejam transitando nas proximidades do evento, devendo ainda requerer o apoio da Polícia Militar, para garantir a segurança dos participantes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando a Paróquia Imaculada Conceição inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09,

Videira, 14 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0830/16

PORTARIA Nº 0830/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022120.1.00014/13-4, nos assentos funcionais da servidora DEBORA MARIA GOULART BUDO LORENZZONI, detentora da matrícula funcional nº 15416, e do cargo de provimento efetivo de Professor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 18.185/2016,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, DEBORA MARIA GOULART BUDO LORENZZONI, detentora da matrícula funcional nº 15416 e do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 02 (dois) anos, 04 (quatro) meses e 28 (vinte e oito) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022120.1.00014/13-4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0831/16

PORTARIA Nº 0831/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Município de Tangará sob o nº 155, nos assentos funcionais da servidora MARILIZA DA SILVA, detentora da matrícula funcional nº 5393, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 18.184/2016,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, MARILIZA DA SILVA, detentora da matrícula funcional nº 5393 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, pelo período de 07 (sete) anos, 0 (zero) meses e 02 (dois) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Município de Tangará sob o nº 155.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0833/16

PORTARIA nº 0833/16

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 17560/16;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Associação de Artesanato - ARTEVIDE nos dias 08 de outubro, 05 e 12 de novembro e 03 e 10 de dezembro 2016, das 08h00min às 17h00min para a divulgação e comercialização de produtos artesanais, bem como a montagem de uma barraca.

§1º Os responsáveis pela utilização do espaço se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º Fica vedada qualquer espécie de publicidade no local, exceto pela Associação Videira das Artes, tampouco promoção pessoal, política e/ou partidária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0834/16

PORTARIA nº 0834/16

Revoga a Portaria nº 0761/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 17870/16,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a Portaria nº 0761/16, que Autorizou o uso pelo Studio Trio Fit, no dia 15 de outubro de 2016, das 08h00min às 12h00min, para realização de um aula gratuito, ao ar livre para alunos e não alunos do Studio Trio Fit, envolvendo alongamento, corrida, exercícios de resistência e atividades relacionadas à conscientização da saúde

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0835/16

PORTARIA nº 0835/16

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 17327/2016,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pelo Centro de Aprendizagem Cantinho da Sabedoria, no dia 16 de dezembro de 2016, das 19h30min às 21h30min para a realização do encerramento do ano letivo de 2016 e formatura dos alunos do Pré II do Centro de Aprendizagem.

§1º A responsável pela organização do evento se compromete a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

- g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o Centro de Aprendizagem Cantinho da Sabedoria, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0836/16

PORTARIA nº 0836/16

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 115/16DEPLD

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora IANE CORREA DOS SANTOS, Agente Social, a partir do dia 11 de outubro de 2016 até 07 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 116/2016 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00:00h do dia 04/11/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 18 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 34/2016 - FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO CORRETIVA, COM MATERIAL E MÃO DE OBRA, NO VEÍCULO FIAT/DUCATO ADAPTA AMB 10P/124CV 2010/2011, DIESEL, PLACA MHG6256, PELA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até

as 13:00:00h do dia 03/11/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 18 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO - EDITAL N.º 002/2016

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA E INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal, Wilmar Carelli, da Prefeitura Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO aos interessados a alteração das referências bibliográficas de conhecimentos específicos da prova teórico-objetiva de Professor de Ensino Fundamental Séries Finais 6º ao 9º Ano – Matemática do Edital do PROCESSO SELETIVO nº. 002/2016, nos termos a seguir:

1. Retifica-se as referências bibliográficas do Anexo II: Programa da Prova Teórico-Objetiva para CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Professor de Ensino Fundamental Séries Finais 6º ao 9º Ano – Matemática, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Professor de Ensino Fundamental Séries Finais 6º ao 9º Ano – Matemática.

PROGRAMA DE PROVA:

Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais - propriedades, operações, representação geométrica, divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. Equações e inequações: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica. Funções: função polinomial do 1º grau, função polinomial do 2º grau, função exponencial, função logarítmica, funções trigonométricas. Trigonometria: triângulo retângulo, triângulos quaisquer, ciclo trigonométrico, relações entre arcos, equações e inequações. Sequências numéricas: progressão aritmética e progressão geométrica. Matriz, determinante e sistemas lineares. Análise Combinatória. Probabilidade. Estatística. Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais; razão e proporção, regra de três, porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimos, taxa de lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda. Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos. Propriedades, perímetro e área. Geometria Espacial: poliedros, prismas, pirâmide, cilindro, cone esfera. Elementos, classificação, áreas e volume. Geometria Analítica: ponto, reta e circunferência. Cônicas: elipse, hipérbole, parábola. Números Complexos. Polinômios e Equações Algébricas. Cálculo diferencial e integral de funções de uma variável: limite, derivada e integral. Cálculo e aplicações. Raciocínio lógico. Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas. Parâmetros Curriculares Nacionais. Legislação em geral aplicável ao cargo. Ética profissional. Conteúdos relacionados com as atribuições do cargo independente de referência bibliográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte. Volume 1. 10ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2014.

BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI, José Ruy. Matemática - Uma nova abordagem. Volumes 1,2 e 3. São Paulo: Editora FTD, 2011.

BOYCE, W.E.; DIPRIMA, R.C. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. Volume único. 3ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 2008.

IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN David; PÉRIGO Roberto. Matemática. Volume único. 5ª Edição. Editora Atual, 2011.

STEWART, James. Cálculo. Volume 1. 7ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ZILL, D.G. Equações diferenciais. São Paulo: Makron Books, 2001. Manuais, livros, apostilas, compilados, publicações oficiais de órgão públicos, jornais, revistas e diversos que contenham os conteúdos indicados.

2. O Edital na sua íntegra, com as posteriores retificações estarão disponíveis no site da Prefeitura de Videira na internet: www.videira.sc.gov.br, no órgão oficial de imprensa no site do Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br, em jornal de circulação local na forma de extrato, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal.

Videira/SC, 18 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto n.º 051/2016

DECRETO 051/2016

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0962, de 14/10/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

1101 – SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

27.812.011.2028 – Apoio ao Esporte Amador

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários

R\$ 15.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2013 – Auxílio para Associação Hospitalar

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33500000.00 – Transf. a Instituição Privadas sem Fins Lucrativos

0.1.0200 – Saúde 15%

R\$ 50.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0701 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.014.2033 – Manutenção de Obras e Serviços Públicos

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários

R\$ 15.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde a Assistência Médica

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0200 – Saúde 15%

R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 17 de Outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

DECRETO Nº 050/2016

DECRETO N. 050, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

“REVOGA DECRETO N. 049/2015 QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito do Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto n. 049/2015, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, por interesse público:

I – A área remanescente do Terreno Urbano, situado no lado ímpar da rua Afonso de Oliveira, esquina com o lado ímpar da rua Rio Preto, bairro Palmito, cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, formado de parte do lote de terras n. 2.367, contendo a área de 1.789,46 (um mil, setecentos e oitenta e nove metros e quarenta e seis decímetros quadrados), confrontando na FRENTE, com a rua Afonso de Oliveira, em três linhas, a primeira com 7,98 metros pela curva de concordância do lado ímpar da Rua Rio Preto, com lado ímpar da Rua Afonso de Oliveira, a segunda linha com 50,69 metros, com o lado ímpar da rua Afonso de Oliveira, e a terceira linha com 7,85 metros pela curva de concordância do lado ímpar da rua Afonso de Oliveira, com o lado par da Rua Itália; FUNDOS, com terras do Município de Vitor Meireles (matr. 5.610/PG), em 60,08 metros; LADO DIREITO, com o lado ímpar da rua Rio Preto em 30,00 metros; LADO ESQUERDO, com a rua Itália, em 25,00 metros; sem benfeitorias; de propriedade de Zethai Projetos e Assessoria Ltda, inscrita no CNPJ n. 05.213686/0001-12; matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio (SC), no livro 2-Rg sob o número 5.587.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 14 de outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 096/2016

DECRETO Nº 096/2016

DISPÕE SOBRE O CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal a art. 45 de (LRF) Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 04 de maio de 2000;

Considerando a necessidade de planejamento, administração e controle dos bens patrimoniais do Município de Xavantina.

DECRETA:

Art. 1º Ao Departamento de Patrimônio compete o planejamento, a execução e o controle das atividades referentes à administração dos bens patrimoniais móveis e imóveis de propriedade do Município, devendo exercer, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - promover o cadastro dos bens municipais, realizando inventários periódicos verificando a existência e o real estado de conservação;

II - providenciar o competente registro legal do tombamento de objetos móveis e imóveis considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o Município;

III - promover, mediante avaliação prévia, a alienação dos bens obsoletos e inservíveis, na forma prevista na legislação pertinente;

IV - providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;

V - promover o recebimento, cadastro, etiquetamento e incorporação dos bens patrimoniais adquiridos;

VI - Elaborar os termos de responsabilidade sobre os bens vinculados às Secretarias, Departamentos e Setores, atualizando-os sempre que houver exoneração, transferências ou substituição dos servidores responsáveis.

VII - Realizar o acompanhamento e elaborar os competentes termos de transferências dos bens por ventura remanejados entre as Secretarias, Departamentos e Setores.

Art. 2º Para fins de incorporação todo o bem móvel deverá seguir o que determina o Art. 15, § 2º da Lei 4.320/64, ou que tenha valor monetário superior a 100 UFRM.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 090/2016.

Xavantina (SC), 14 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

ERRATA Nº 001 AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

ERRATA Nº 001 AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

HÉLIO DOMINGOS SORDI, Prefeito Municipal em Exercício de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a errata nº 001 ao edital de Processo Seletivo nº 002/2016.

1. Desta forma, comunica a todos os interessados que:

I - Onde se lê:

14.13. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão Permanente para Acompanhamento do Processo Seletivo designada pela Portaria 140/2016, de 01 de setembro de 2016.

II - Leia-se:

14.13. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão Permanente para Acompanhamento do Processo Seletivo designada pela Portaria 153/2016, de 13 de Outubro de 2016.

2. Assim sendo, para que chegue a conhecimento de todos e que ninguém possa alegar desconhecimento, formalizamos a presente Errata que passa a fazer parte integrante do Edital do Processo Seletivo 002/2016 do Município de Xavantina/SC, a qual será publicada na página do Município e da Amauc na Internet, assim como também no Diário Oficial dos Municípios.

3. Permanecem iguais e inalteradas as demais Cláusulas do Edital do Processo Seletivo nº 002/2016.

Xavantina, SC, 18 de Outubro de 2016.

HÉLIO DOMINGOS SORDI

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 153/2016

PORTARIA Nº 153/2016

NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de realização de processo seletivo para preenchimento de vagas de professores no quadro do Município para o exercício de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Público nº 002/2016, a saber:

Presidente: Loirizane Maria Moretto Balen

Membros: Edinéia Paludo, Neiva Terezinha Ferrari de Oliveira, Camila Bedin

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a

portaria nº 140/2016.

Xavantina, (SC), em 13 de Setembro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

VENCEDORES PE 016-2016Portal de Compras Públicas | Relatório de Itens Vencidos pelo Fornecedor <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/3/Pregoes/Pregao/Vence...>**Relatório de Itens Vencidos pelo Fornecedor****Pregão**

Número: PE 016/2016 PMXV
Tipo: Registro de Preços Eletrônico
Órgão: Prefeitura Municipal de Xavantina

Número do Processo: 060/2016 PMXV
Abertura: 11/10/2016 - 09:00
Município: Xavantina / SC

Aclara Comércio de Informática Eireli - Tipo: ME - LC123: Sim - CNPJ: 14.228.157/0001-83
(49) 8433-0399 / contato@aclara.com.br

Código	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0007	Computador Desktop: Processador com 4 (Quatro) Núcleos, família Core i5 3.1 GHZ, com frequência máxima de 3.3 GHZ, So...	wise	1 UN	R\$ 3.150,00	R\$ 3.150,00
0012	PC Pauta Home - 2650/4GBDDR3; 500GB; sem DVD; monitor 15,6	wise	2 UN	R\$ 1.480,00	R\$ 2.960,00
				Total	R\$ 6.110,00

Valor Total do Pregão: R\$ 6.110,00

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 351

DECRETO Nº 351/2016.

Prorroga contrato de Médico Pediatra em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

- a) Considerando pedido de exoneração de servidor efetivo que desempenhava a função de médico pediatra nesta Municipalidade;
- b) Considerando que já foram convocados todos os classificados para esta vaga no último concurso público;
- c) Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;
- d) Considerando que, seria um retrocesso e violaria o princípio da eficiência deixar a rede municipal sem tal tipo de profissional;
- e) Considerando o disposto na Constituição Federal quanto à contratação em vista do excepcional caráter de interesse público;
- f) Considerando a urgência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste profissional para atuar junto as unidades de saúde do município;
- g) Considerando a vedação da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, definindo no artigo 73, V, "d", as exceções a contratações no período eleitoral, presente contratação se reveste-se de necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais;
- h) Considerando prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o contrato em caráter emergencial da servidora municipal FABIANE SCHEFFER, matrícula 7677, na função de MÉDICA PEDIATRA, com carga horária 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12 de outubro de 2016 até 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de outubro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 352

DECRETO Nº. 352/2016.

Nomeia membros para compor a Comissão Multidisciplinar, que realizará o Estudo de Impactos de Vizinhança e Loteamento para o exercício 2016 e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO - Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar 034/2006 e o TAC firmado entre a Administração Municipal e o Ministério Público do estado de Santa Catarina, nos autos de Inquérito Civil sob o n. 06.2013.00014461-3,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para integrar a Comissão Multidisciplinar do estudo de Impacto de Vizinhança e projeto atinentes à loteamento para os exercícios 2016, os seguintes membros:

I – Do Setor Jurídico:

a) Luis Antônio Cipriani, matrícula n. 7205 –Procurador Geral.

II – Do Setor de Engenharia:

a) Alexandre Fernando Picoloto, matrícula n. 7382 – Engenheiro Civil.

III – Do Setor de Trânsito:

a) Nadir Chiodi, matrícula n. 222 – Responsável pelo Departamento de Trânsito.

IV – Da Secretaria de Infraestrutura:

a) Daniel Cenci, matrícula n. 3176 – Técnico em Agropecuária.

V – Da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente:

a) Luis Alberto Brunetto, matrícula n. 1980 - Inseminador

Parágrafo único – Em caso de algum impedimento de membro da comissão, suplentes serão nomeados.

Art. 2º os membros da Comissão terão mandato a partir da Publicação deste até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Os membros da Comissão exercem funções e atividades de relevância não ensejando qualquer remuneração.

§ 1º As reuniões da comissão dar-se-ão conforme a demanda de projetos que forem encaminhados para análise.

§ 2º Após análise da comissão, a mesma elaborará parecer quanto ao cumprimento das formalidades legais, adequação, conveniência e eventuais necessidades de alteração dos projetos e, consequentemente a aprovação, aprovação com ressalvas ou não aprovação dos projetos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de Outubro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antônio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 353

DECRETO Nº. 353/2016.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 17 de outubro de 2016, a servidora municipal CARLA CRISTINA MAIA, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, portadora da matrícula 6239, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de outubro de 2016.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº347/2016

DECRETO Nº 347/2016

REVOGA O DECRETO 311/2016, SOBRE EMISSÃO DE ALVARAS E HABITE-SE NOS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO LOTEAMENTO SOCCOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições inerentes a seu cargo, embasado no Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Instauração pelo Ministério Público Estadual, pelo seu representante na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim/SC, de Inquérito Civil nº 06.2016.00006962-0, destinado a apurar a ocupação irregular de área de preservação permanente no Loteamento Soccol, localizado no Município de Xaxim/SC, de Propriedade de Soccol Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda ME;

CONSIDERANDO Requisição do Ministério Público Estadual, pelo seu representante na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim/SC, no sentido de "Abster-se de autorizar qualquer novo alvará de construção e habite-se, até cabal definição da real faixa de área de preservação permanente", que foi atendido em caráter de urgência mediante promulgação do Decreto 311/2016, determinando suspensão total e provisória de emissões de habite-se e outras licenças em imóveis localizados no Loteamento Soccol;

CONSIDERANDO análises e estudos posteriores do Decreto

311/2016 deste Poder Público, relacionados ao tema e objeto das investigações, que constatou a correta tramitação e a legalidade do Loteamento Soccol, o qual foi aprovado pelo Ministério Público desta Comarca, por este Poder Público (Município de Xaxim/SC) e pelo Cartório de Registros de Imóveis - CRI de Xaxim/SC, no estrito limite legal relacionado às normas de parcelamento do solo, com as devidas matrículas legalizadas expedidas pela Autoridade Registral (CRI-Xaxim);

CONSIDERANDO que o objeto das investigações e apurações de possíveis irregularidades ambientais posteriores ou não à aprovação do Loteamento Soccol recaem de forma individual sobre alguns lotes que ficam próximos às áreas de preservação permanente dentro da áreas do referido loteamento, independentemente de dolo ou culpa estrita de proprietários do loteamento ou novos proprietários quando de edificações ou outras formas de uso e ocupação do solo em seus terrenos, posteriores à aprovação do loteamento; também considerando-se a regra jurídica em matéria ambiental de busca de individualização de condutas para respectivas responsabilidades jurídicas ambientais e econômicas de Direitos Difusos e Coletivos;

CONSIDERANDO que constam no Departamento de Obras da Prefeitura diversos pedidos de emissão de habite-se e alvarás de construções em lotes com matrículas dentro do Loteamento Soccol, todavia que estes são distantes do local objeto das atuais investigações, portanto sem relação com as possíveis irregularidades que estão sendo investigadas, não sendo objeto de investigações, tampouco não apresentam irregularidades em relação a sua plena propriedade. Estes terceiros proprietários, portanto, não podem ser penalizados ou sofrer danos pelo Poder Público Municipal nem pelo Ministério Público de forma indireta, sob pena de incursão em responsabilidades jurídicas econômicas do Estado e de seus agentes municipais, conforme determina o art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que pelas regras de Direito Constitucional a Municipalidade, por seu Representante máximo, Prefeito Municipal, não tem poder de legislar revogando unilateralmente uma lei municipal aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, por esta via legislativa de Decreto do Executivo; e considerando que o Loteamento Soccol teve sua aprovação final pela Câmara dos Vereadores em processo legislativo lícito que gerou lei municipal em vigor atestando legalidade do loteamento em todos os aspectos;

CONSIDERANDO a autonomia constitucional do Poder Público Municipal de Xaxim/SC na gestão do solo urbano inclusive em matéria ambiental de parcelamento do solo, seja para legislar sobre loteamentos e desmembramentos, conforme Plano Diretor em vigor que determina faixa de recuo de 15 metros entre construções e atividades humanas e áreas de preservação permanente (Art. 13 da Lei 4068, de 28 de abril de 2015, bem como no Art. 20 da Lei nº 694, de 23 de novembro de 1981), gerando reflexos nos critérios de análise destas possíveis irregularidades em edificações e ocupações do solo dentro da área do bairro do Loteamento Soccol;

DECRETA

Art. 1º Fica liberada a concessão de Alvará de Construção e Habite-se, nos imóveis localizados na área denominada LOTEAMENTO SOCCOL, de Propriedade de Soccol Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda ME, a partir do início da vigência deste Decreto Municipal. § 1º Fica obstada a concessão de Habite-se e Alvará de Construção, por tempo indeterminado, nos imóveis lotes nº 116 e 121 da quadra 638; lote 126 da quadra 639; lote 85 da quadra 635; lote 24 e 26 da quadra 630;

§ 2º Nos lotes nº 75 da quadra 635 e lote nº 94 da quadra 636, onde o Alvará de construção já foi expedido por esta Municipalidade, constatado que a edificação não infringe o limite da Área de Preservação Permanente, fica permitida a concessão de Habite-se.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 311, de 9 de setembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de outubro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luís Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município – OABSC 35.698

Consórcios

ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2016 DISPENSA Nº 65/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 102/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 065/2016

OBJETO: COMPRA E TROCA DE BATERIA PARA VEICULO FORD/FOCUS PLACA MKF:0152 DE PROPRIEDADE DA ARIS CONTRATADO: SEM CAL COMERCIO DE AUTO PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA- EPP

CNPJ nº: 75.402.099/0001-57

VALOR: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais)

Florianópolis, 14 de outubro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0041_2016

Resolução nº 0041/2016

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0004/2016, Edital nº 0004/2016-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0004/2016, Edital nº 0004/2016-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Sandra Zonta – CIMCATARINA - Presidente;

II – Mauro Marcelo Cizeski– CIMCATARINA – Membro;

III – Nádia De Lorenzi – CIMCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a resolução n. 0007/2016.

Fraiburgo, 18 de outubro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS NORDESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 09/2016

Extrato do contrato nº 09/2016

Data: 01/10/2016

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Medicina e Saúde Joinville SS Ltda - CNPJ: 07.975.944/0001-23

Objeto: Prestação de serviços de saúde: consultas médicas especializadas

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 533.280,00 (quinhentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta reais).

Vigência: 01/10/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Ricardo de Souza Micelli - Medicina e Saúde Joinville SS Ltda

CIS/AMFRI**EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO CIS-AMFRI Nº 002 DE 2016 - MEDICAL CENTER IMAGE RADIOLOGIA LTDA.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº. 002/2016

Credenciado: MEDICAL CENTER IMAGE RADIOLOGIA LTDA- ME; pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 18.514.920/0001-93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Além dos procedimentos credenciados para prestação de serviços pelo CREDENCIADO, ficam acrescidos ao objeto do contrato principal firmado os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER COLORIDO E PULSADO	020502015-1	122,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Terceiro Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Terceiro Termo Aditivo.

Data de Assinatura: 23.09.2016.

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

EXTRATO DO DESCREDENCIAMENTO N. 007 DE 2013 - INSTITUTO ESPAÇO CLIN - DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 007/2013

CREDENCIADO: INSTITUTO ESPAÇO CLIN – DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.747.668/0001-50.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

As partes concordam amigavelmente, sem qualquer ônus para quaisquer das partes, pelo presente e imediato Descrédenciamento do Termo de Credenciamento nº 007/2013 firmado entre elas.

Parágrafo Primeiro: O CREDENCIADO declara ter recebido todos os valores referentes aos serviços prestados ora credenciados.

Parágrafo Segundo: O CIS-AMFRI se exime de quaisquer pagamentos ou encargos que porventura surjam após a data de 24/08/2016 referentes aos serviços credenciados, sendo responsável apenas por valores ainda não pagos até a referida data.

Data de Assinatura do Descrédenciamento: 23.08.2016.

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO CIS-AMFRI Nº 002 DE 2014 - CLÍNICA BOGO E GALINDO LTDA.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº 002/2014.

Credenciado: CLÍNICA BOGO & GALINDO LTDA ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 08.563.034/0001-04.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Além dos procedimentos credenciados para prestação de serviços pelo CREDENCIADO, ficam acrescidos ao objeto do contrato principal firmado os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	02.05.02.018-6	24,20
ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	02.05.02.006-2	24,20

ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA BILATERAL	02.05.02.009-7	24,20
ULTRASSONOGRAFIA DE TÓRAX (EXTRACARDÍACA)	02.05.02.013-5	24,20
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)	02.05.02.003-8	24,20
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DA AORTA - ILÍACAS	-	230,00
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER PRÓSTATA (TRANSRETAL)	-	130,00
PUNÇÃO (PAAF) ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA	-	125,30
PUNÇÃO (PAAF) ASPIRATIVA DE TIREÓIDE	-	125,30
ENDOSCOPIA (ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA, H-PYLORI, BIÓPSIA)	-	150,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Quarto Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Quarto Termo Aditivo.

Data de Assinatura: 14.09.2016.

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CIS/AMMVI

ASSEMBLEIA GERAL - 27/10/2016

CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 18 e 28 do Estatuto Social, CONVOCA todos os consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL que se realizará no dia 27 de outubro de 2016, às 14h00min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 14h30min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: AMMVII - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Rua Alberto Stein, 466 – Bairro Velha – Blumenau - SC).

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da Ata anterior;
2. Pagamentos pendentes;
3. Encerramento do exercício para compras de serviços e medicamentos;
4. Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 18 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Presidente do CISAMVI

CIS/AMURES**ATA Nº 10 / 2016 CIS/AMURES**

Ata nº 10/2016

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, estiveram reunidos os Secretários Municipais de Saúde dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES com a diretora do mesmo. A referida reunião aconteceu às catorze horas e trinta minutos, nas dependências do CIS/AMURES. A Diretora Executiva do CIS/AMURES Sra. Nalú Júlio, cumprimentou aos presentes, deu as boas vindas e justificou que o Presidente gostaria de estar presente, mas estava impossibilitado e deu andamento aos trabalhos. Iniciou apresentando um vídeo motivacional e em seguida um rápido vídeo institucional mostrando um pouco dos trabalhos do Consórcio. Em seguida apresentou a prestação de contas do primeiro semestre do corrente ano. Foi informado que já havia sido aprovado pelo conselho fiscal e pela assembleia de prefeitos do CIS/AMURES. Solicitou atenção dizendo que a cada mês a receita real é menor que a receita prevista, tendo em vista que alguns municípios continuam pagando com significativos atrasos, que isto dificulta muito a administração e andamentos dos serviços do CIS/AMURES. Relatou que o CIS/AMURES tem mais de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para receber dos municípios. Ressaltou que esta dívida segundo a lei de responsabilidade fiscal deve ser quitada dentro do ano em exercício. Falou ainda que o CIS/AMURES tem que informar mensalmente ao tribunal de contas todas as transferências de recursos financeiros que recebe dos municípios consorciados, discriminadamente por município, bem como todos os pagamentos aos prestadores. E assim sendo, o tribunal de contas do Estado de Santa Catarina cruzará os dados, para chegar a veracidade. Estes dados são observados através do Sistema Sfinpe, que provavelmente todos os secretários e técnicos presentes já tinham ouvido falar. Houve anuência de muitos presentes. Passou-se então para o seguinte assunto. Orçamento para o exercício de dois mil e dezessete. Foi apresentado as tabelas, a primeira do que é para o funcionamento do CIS/AMURES e a segunda da compra de serviços. A diretora explicou que o critério utilizado para divisão é de acordo com utilização dos serviços, critério este utilizado desde o início do CIS/AMURES em 1997 (mil novecentos e noventa e sete). Explicou ainda que alguns consórcios utilizam o critério populacional, porém não seria justo tendo em vista que alguns municípios com menos de três mil habitantes utilizam tanto quanto o que tem vinte e cinco mil. Os presentes fizeram algumas perguntas, as quais foram respondidas e/ou esclarecidas. Lembrou aos presentes que o orçamento dos serviços quem prevê são os secretários de saúde em acordo com seus respectivos prefeitos e após encaminham ao CIS/AMURES e ao setor de contabilidade das respectivas prefeituras. Que estava sendo solicitado desde abril último, porém até o dia da assembleia para aprovação do orçamento, os municípios que aparecem no quadro em vermelho não haviam enviado. Para fechar o orçamento que já estava fora do prazo, foi calculado pela média do ano anterior mais 5% (cinco), que é o máximo permitido pela legislação e assim foi aprovado pelos prefeitos. A diretora comprometeu-se em enviar aos municípios por meio de ofício as informações individualmente, já na próxima semana. Desta forma também as citadas informações constarão nos contratos assinados no início de cada ano. Em seguida apresentou o plano de trabalho do CIS/AMURES, para o próximo exercício. Informou que o colegiado de diretores de consórcios de saúde do estado de Santa Catarina, visitaram o presidente da Comissão de Saúde da Assembleia legislativa, afim de solicitar apoio no sentido de incluir recursos financeiros para os consórcios de saúde nas políticas públicas. A presidente de comissão, Sra. Ana Paula Lima, conseguiu espaço para o colegiado apresentar os trabalhos dos Consórcios de Saúde na próxima reunião da referida comissão. O secretário de saúde de Santa Cecília, Sr. Edson Luiz Medeiros, solicitou a palavra, e disse que é presidente da Comissão Intergestores Regional – CIR, da região de Santa Cecília, e que se compromete em levar um documento fazendo a referida solicitação na Comissão Intergestores Bipartite. O mesmo ainda elogiou a iniciativa dos diretores de Consórcios de Saúde. A diretora comprometeu-se em solicitar ao presidente da CIR da região da Amures, Sr. José Adilson Rodrigues de Lima, afim de que também faça semelhante solicitação. O secretário Edson, também solicitou se seria possível credenciar os serviços hospitalares de um buco maxilo? A Nalú respondeu que se o serviço for realizado pela tabela do Sistema Único de Saúde – SUS, não há problema, será só o tempo de abrir o edital e credenciar. A Lisiana Aparecida Bernardo, representante do município de Bom Jardim da Serra, relatou que está tendo ainda alguns problemas com o sistema de controle de cota financeira. A Nalú perguntou se mais algum município estava tendo o mesmo problema e os demais afirmaram que não. Foi informado que ainda está sendo feito alguns ajustes no sistema e que as providências cabíveis serão tomadas. A secretária de Bom Retiro, Sra. Hiede Carbonera perguntou à diretora Nalú, porque não se faz as cirurgias em municípios mais próximos? A Nalú respondeu que não há interesse dos hospitais mais próximos em fazer cirurgias pela tabela SUS. Aproveitou a oportunidade e disse que o Hospital de Penha veio ao CIS/AMURES, e tem interesse em fazer cirurgias em ortopedia pelo mutirão, em especial joelho. Trouxe toda documentação para credenciar os médicos no CIS/AMURES para as consultas pré-operatórias. Consultas pelo valor de tabela do CIS/AMURES, trinta e cinco reais. Porém lembrou aos presentes que por enquanto foi informada via telefone pelo Sr. Blévio Proença, técnico da 27ª Regional, que naquele momento, estavam em Caçador, o técnico da 27ª Regional de Saúde, Sr. Jorge Floriane, o presidente da CIR, Secretário da Palmeira, Sr. José Adilson Rodrigues de Lima e o gerente Regional de São Joaquim, Sr. Leandro Almeida, negociando as cirurgias naquele referido município. A secretária Hiede, perguntou como seria o fluxo. A Nalú disse que não saberia informar, que sugeriu que os secretários solicitassem uma reunião com as duas gerências regionais para esclarecer a forma de encaminhamentos. Na sequência a Nalú apresentou um quadro do número de cirurgias realizadas no Hospital de Urussanga e Meleiros, segundo município. De 26 (vinte e seis) de Maio até o último dia 31 (trinta e um) de agosto, foram realizadas 192 (cento e noventa e duas) cirurgias. A secretária Hiede e a secretária de Cerro Negro, Sra. Delina Macan, perguntaram porque não se fazia quantidade maior de cirurgias nos citados hospitais. A Nalú lembrou a todos que era devido ao atraso dos pagamentos do SUS. Que são hospitais que tem estrutura física, mas não financeira, logo precisam receber os pagamentos das cirurgias que realizaram no decorrer do ano para dar continuidade nas cirurgias. A diretora solicitou paciência, que em algumas vezes os pacientes precisam retornar uma segunda vez para realizarem as cirurgias, que isto acontece tendo em vista intercorrências em algumas cirurgias, falta de material e até cirurgias de urgências que acontecem também nos demais hospitais. A Hiede pediu informações a respeito da equipe médica. A diretora relatou que no CIS/AMURES, como nas demais entidades públicas, somente são contratados profissionais devidamente habilitados, sempre através de edital e que os mesmos devem apresentar os documentos originais e cópias. Falou que na equipe tem até 03 (três) profissionais que fizeram residência médica no Instituto Pitangui, São Paulo. Que quando há dúvidas a respeito de qualquer conduta de documentos de profissionais, a diretora e/ou a assessoria jurídica consultam o Conselho Regional de Medicina – CRM. A representante de Campo Belo do Sul, relatou que aconteceu que alguns pacientes tem chegado em uma determinada clínica e as recepcionistas afirmam que não há agendamentos dos mesmos. Nalú respondeu que vai verificar, porém a maioria dos agendamentos com as clínicas estão sendo realizados por spark, e que quando isto acontecer deve ser informado no CIS/AMURES imediatamente afim de que as falhas sejam esclarecidas e corrigidas. Houve outras trocas de informações. Em seguida a Nalú passou a palavra para a médica

veterinária Andressa Steffen Barbosa do consórcio CISAMA, que veio falar sobre a carteira de saúde dos profissionais que trabalham manipulando alimentos nos municípios da região da Amures. A Andressa cumprimentou todos e agradeceu a oportunidade, justificou que o Sr. Selênio Sartor, diretor do CISAMA, não pode estar presente, motivo estar em outro compromisso. A mesma falou que o ministério da agricultura tem cobrado o controle rigoroso, quem fazia isto nos municípios normalmente é a Vigilância Sanitária, quando visita os estabelecimentos para fornecer o alvará de funcionamento. Relatou que a situação é preocupante por que alguns municípios não estão fazendo exames de laboratório. O que é muito necessário, além de passar por exame médico. Que isto é caso de saúde pública. A Nalú pediu a palavra e lembrou aos secretários (as) presentes, que este assunto tem sido discutido ao longo deste ano. Que realizado um estudo para padronizar os exames e as carteiras de saúde. Disse ainda que o CISAMA vai patrocinar as carteiras. A secretária do Cerro Negro, Sra. Delina, falou que tem urgência em resolver, porque a vigilância sanitária está cobrando da mesma. Perguntou quais os médicos podem fazer esta consulta e emitir o atestado. A Nalú explicou que pode ser acordado com o médico do município da Estratégia de Saúde da Família, e quem preferir poderá fazer através do CIS/AMURES, com médico do trabalho. A Nalú comprometeu-se em enviar ofício informando os exames que foram estabelecidos como padrão em reunião anterior. E informou ainda que as carteiras serão confeccionadas até a próxima semana. Se os municípios tiverem interesse em fazer os controles através do CIS/AMURES, será estabelecido a padronização através de resolução. O custo da consulta será o normal do CIS/AMURES, R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) e exames de laboratório, serão realizados pelo SUS. Comprometeu-se em enviar um ofício a fim de que os municípios interessados manifestem-se, já nos próximos dias. A Andressa agradeceu a oportunidade e pediu licença para retirar-se. A Nalú também agradeceu a presença da mesma. A diretora apresentou um ofício datado de 25 (vinte e cinco) de agosto último, porém chegou no CIS/AMURES no dia 14 (catorze) de setembro, assinado pelo presidente da CIR, relatando que alguns municípios reclamaram na reunião mensal da CIR, que não é o fórum para tal, que estão com filas de pacientes para as especialidades de psicopedagogia, psicologia e fonoaudiologia. A equipe de agendamento do CIS/AMURES, verificou junto aos municípios e somente o município de Correia Pinto tinha fila de 12 (doze) pacientes para psicopedagogia, e que ainda há vagas. Caso não houvesse seria contratado mais profissionais na área. Falou ainda que o ideal seria dois a três atendimentos por semana por pacientes, como é sabido que o sistema público não consegue sustentar, é oferecido apenas um. E que é terapia, o tratamento normalmente demora em média seis meses. Se os secretários municipais de saúde desejarem informações podem enviar solicitação através de documento de referência e contra-referência. No entanto é necessário muito cuidado, tendo em vista que são relatos que podem expor os pacientes. Finalizando foi informado aos secretários que a partir de outubro o CIS/AMURES, contará com 02 (dois) médicos psiquiatras, sendo que um atenderá 15(quinze) pacientes por semana e o segundo, 60 (sessenta) pacientes a cada quinze dias. Foi lembrado a todos que a ata será encaminhada a todos para apreciação e correções, após 03 (três) dias úteis, não havendo manifestação, será publicada no diário oficial dos municípios – DOM e na página do CIS/AMURES: www.cisamures.com.br. E assim foi encerrada a reunião. Estiveram presentes: Sra. Gislane Aparecida da Silva, Assistente Administrativo Capão Alto; Sra. Delina Macan, Secretária de Saúde de Cerro Negro; Sra. Marli Pessoa Alves, Secretária de Saúde de Bocaina do Sul; Sra. Hiede Maria Carbonera, Secretária de Saúde de Bom Retiro; Sra. Bruna Rodrigues Ramos, enfermeira de Correia Pinto; Sra. Juliane Rodrigues, Secretária de Urubici; Sr. Edson Medeiros, Secretário de Santa Cecília; Sra. Andressa Steffen Barbosa, CISAMA; Sr. José Adelir Borges, Secretário de Rio Rufino; Sra. Sandra Costa, Assistente Administrativo, Campo Belo do Sul; Sr. Vilmar Ribeiro, Secretário de Bom jardim da Serra; Sra. Lisiana Bernardo, Técnica Administrativa de Bom Jardim da Serra; Sra. Denise Regina Alves, Administrativo CIS/AMURES e Nalú Terezinha Júlio, Diretora Executiva CIS/AMURES.

Marli Pessoa Alves,
Secretária de Saúde de Bocaina do Sul

Delina Macan
Secretária de Saúde de Cerro Negro

Hiede Maria Carbonera
Secretária de Saúde de Bom Retiro

Juliane Rodrigues
Secretária de Urubici

Edson Medeiros
Secretário de Santa Cecília

José Adelir Borges
Secretário de Rio Rufino

Vilmar Ribeiro
Secretário de Bom jardim da Serra

Gislane Aparecida da Silva
Repres. Sec. Capão Alto

Bruna Rodrigues Ramos
Repres. Sec. Correia Pinto

Sandra Costa
Repres. Sec. Campo Belo do Sul

Andressa Steffen Barbosa
CISAMA

Lisiana Bernardo
Téc. Adm. de Bom Jardim da Serra

Nalú Terezinha Júlio
Diretora Executiva CIS/AMURES.

CIAPS**DISTRATO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/004 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, AJARDINAMENTO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.****DISTRATO - RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL**

Pelo presente instrumento de distrato, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e, de outro lado, FERNANDO JOSÉ BONETE - FB SERVIÇOS, micro empresário individual (MEI), inscrito no CNPJ nº 24.723.318/0001-69, neste ato representado pelo seu único sócio Sr. Fernando José Bonete, com CPF nº 058.157.839-27, email: fernandobonete@outlook.com.br, estabelecida na Rua 2A Rio do Sul, nº 26, Centro, Município de Apiuna/SC, CEP. 89.135-000, telefone: (47) 8875-0923, doravante denominado simplesmente CONTRATADO; resolvem, de comum acordo, rescindir o Contrato Administrativo nº 2016/004, firmado em 02/05/2016, na forma deste e pelos motivos adiante expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PRAZO E FUNDAMENTO DO CONTRATO RESCINDENDO:

1.1 - O Contrato Administrativo nº 2016/004 objetiva a prestação de serviços gerais de limpeza, ajardinamento, manutenção e conservação nas instalações do contratante, com atendimento em horário comercial, incluindo mão-de-obra de um agente do contratado.

1.2 - O prazo de vigência do contrato teve início na data de sua assinatura (02/05/2016), com término previsto para 31 de dezembro de 2016.

1.3 – O contrato está fundamentado no art. 24, II e § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO:

2.1 - Apesar disso, interessam-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO em rescindir a aludida avença, pela incompatibilidade legal e operacional encontrada para continuidade da execução deste (mudança de domicílio do Contratado).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

3.1 - As condições gerais da presente rescisão são as seguintes:

I - O CONTRATADO prestou serviços até a data de 07/10/2016, fazendo jus ao recebimento proporcional do valor correspondente ao período de serviço prestado no mês de outubro, correspondente ao mês corrente;

II - O CONTRATADO não tem interesse na continuidade da execução contratual, autorizando o CONTRATANTE a promover o distrato consensual do Contrato Administrativo nº 2016/004, bem como anuindo com os atos a serem implementados por este para continuidade dos serviços ora suspensos, por seus meios e na forma da Lei;

III - O CONTRATANTE compromete-se a pagar o valor proporcional dos serviços prestado até a data de que trata o Inciso I do item 3.1 desta Cláusula;

IV - O CONTRATADO declara ter recebido o valor contratado pelos serviços prestados até a competência corrente (outubro/2016), dando plena e geral quitação dos direitos relativos ao período de contrato, nada mais tendo a reclamar do CONTRATANTE seja a que título for.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 - Para fins de plena e irrevogável validade deste instrumento, caberá ao CONTRATANTE sua publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:

5.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Distrato, fica eleito o Foro da Comarca de Ascurra/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem dessa forma as partes convencionadas, assinam o presente instrumento de rescisão contratual - distrato - em duas vias, de igual teor e forma, juntamente com as Testemunhas, que a tudo presenciam.

Apiuna - SC, 18 de outubro de 2016.

CONTRATANTE
Presidente da CIAPS

CONTRATADO
Fernando José Bonete

Testemunhas:

Nome: Fredy Richard Eichstaed
CPF nº 020.366.099-45

Nome: Camila Alessandra Costa
CPF nº 090.614.909-60

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CIAPS**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CIAPS**

Considerando-se:

- as revisões gerais anuais dos salários dos empregados do CIAPS, concedidas pelas Resoluções nº 07, de 20/01/2015, e nº 16, de 15/01/2016, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- a publicação da Lei Complementar de Apiuna nº 159/2016, de 13/06/2016, da Lei Complementar de Ascurra nº 170, de 01/07/2016, e da Lei Complementar de Rodeio nº 58, de 13/07/2016;

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA e RODEIO, de comum acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, visando consolidar as novas alterações ocorridas no Protocolo de Intenções e no Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, CNPJ nº 21.568.943/0001-95, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

O Contrato de Consórcio Público firmado em 14/10/2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBSCRIÇÃO

4.1 -:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 142, de 19/08/2014, e nº 159/2016, de 13/06/2016;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 152, de 01/09/2014, e nº 170, de 01/07/2016;

III - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 50, de 19/08/2014, e nº 58, de 13/07/2016.

4.2 -

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS HUMANOS

12.3.6.2 – A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – R\$ 512,81 (quinhentos e doze reais e oitenta e um centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 766,12 (setecentos e sessenta e seis reais e doze centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

12.5 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente:

I - na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

II – na contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização da Assembleia Geral.

12.5.1 - Os contratados temporariamente exercerão todas as funções do emprego público, percebendo a remuneração para ele prevista.

12.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções, a efetivação de servidores por Concurso Público para o emprego público ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 21,25 (vinte e um reais e vinte e cinco centavos).

ANEXO 1 – dos empregos públicoS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 4.728,51

ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 4.728,51
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.567,32
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 3.255,35
02	Psicólogo	40 horas	R\$ 3.255,35
02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.662,31
02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.800,83
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.315,71
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 969,69

.....”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original, com as alterações de que tratam este Primeiro Termo Aditivo, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIAPS os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza os efeitos de Lei.

Apiúna - SC, em 1º de Setembro de 2016.

Nicanor Morro
Prefeito de Apiúna

Moacir Polidoro
Prefeito de Ascurra

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio

Testemunhas:

Luiz Cláudio Kades
OAB/SC 17.692
Assessor Jurídico - AMMVI/CIMVI

Fredy Richard Eichstaed
CPF nº 020.366.099-45
Coordenador Executivo do CIAPS